

**Jerónimo
Martins**

2021

RELATÓRIO & CONTAS

Versão não conforme com ESEF

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

Este documento constitui uma versão em formato PDF do Relatório Anual 2021 de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.. Esta versão não se apresenta no formato previsto na norma técnica de regulamentação (RTS) do ESEF (Regulamento Delegado (UE) 2019/815). A versão oficial e auditada do relatório ESEF está disponível no nosso website em www.jeronimomartins.com. Em caso de discrepâncias entre esta versão e o relatório oficial do ESEF, prevalece o último.

| | |
|---|------------|
| Mensagem do Presidente | 4 |
| Indicadores 2021 | 8 |
| O Grupo Jerónimo Martins | 11 |
| 2. Posicionamento Estratégico..... | 18 |
| Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento | 21 |
| 1. Enquadramento de 2021..... | 22 |
| 2. Desempenho do Grupo..... | 30 |
| 3. Desempenho das Áreas de Negócio..... | 42 |
| 4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins | 60 |
| 5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço | 62 |
| 6. Política de Distribuição de Dividendos..... | 63 |
| 7. Proposta de Aplicação de Resultados | 64 |
| 8. Notas Reconciliatórias..... | 65 |
| Demonstrações Financeiras | 69 |
| Demonstrações Financeiras Consolidadas | 70 |
| 1. Demonstrações Financeiras Consolidadas | 70 |
| 2. Declaração do Conselho de Administração | 123 |
| 3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria..... | 124 |
| 4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria..... | 132 |
| Demonstrações Financeiras Individuais | 135 |
| 1. Demonstrações Financeiras Individuais | 135 |
| 2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria..... | 162 |
| Governo da Sociedade | 168 |
| Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade..... | 169 |
| Secção A - Estrutura Acionista | 169 |
| Secção B - Órgãos Sociais e Comissões | 173 |
| Secção C - Organização Interna | 202 |
| Secção D - Remunerações..... | 213 |
| Secção E - Transações com Partes Relacionadas | 225 |
| Parte II – Avaliação do Governo Societário..... | 228 |
| Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor | 238 |
| 1. Abordagem de Responsabilidade Corporativa | 239 |
| 2. Promover a Saúde pela Alimentação | 242 |
| 3. Respeitar o Ambiente | 256 |
| 4. Comprar com Responsabilidade | 278 |
| 5. Apoiar as Comunidades Envolventes..... | 293 |
| 6. Ser um Empregador de Referência..... | 303 |
| 7. Compromissos para 2021-2023 | 321 |
| 8. Taxonomia da União Europeia..... | 330 |
| 9. Tabela de Indicadores..... | 335 |
| Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade | 353 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Pedro Soares dos Santos
Presidente e Administrador-Delegado

No momento em que escrevo esta mensagem que acompanha e introduz o relato da nossa actividade em 2021, entrámos na segunda semana da invasão da Ucrânia pelas forças militares da Federação Russa. Esta agressão militar fez regressar o pesadelo da guerra na Europa à medida que o mundo assiste a uma escalada de violência ainda sem fim à vista, também sobre alvos civis.

As severas sanções económicas impostas à Rússia pelo mundo ocidental e grande parte do resto do mundo (incluindo a Austrália e o Japão, por exemplo) multiplicam-se, isolando-a. A suspensão de relações comerciais, a retirada de investimentos, a eliminação de produtos oriundos da Rússia e da Bielorrússia das prateleiras (como fizeram as nossas companhias Biedronka e Hebe, na Polónia), a proibição das companhias aéreas e aviação privada russas de sobrevoarem o espaço europeu e dos EUA, o acto de banir bancos russos da rede de pagamentos SWIFT, são algumas das formas que a reacção de repúdio à actuação da Rússia tem vindo a assumir. Enquanto isso, cresce o número de queixas junto do Tribunal Penal Internacional por parte de 39 nações que pedem investigação de alegados crimes de guerra, contra a humanidade e de genocídio perpetrados pelas forças russas na Ucrânia, designadamente nas cidades de Kiev, Kharkiv e Kherson.

Poucos dias depois do início da agressão, é ainda cedo para perceber a dimensão total das consequências humanitárias e económicas no curto, médio e longo prazos. Mas é já claro que os impactos superarão em muito a escala regional. Neste momento, a prioridade imediata é dar o apoio possível aos refugiados da guerra, que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados já estimou em mais de 2 milhões de pessoas.

A Polónia, que tem fronteiras com a Ucrânia e com a Rússia, bem como com a Bielorrússia, está, desde o primeiro momento, na linha da frente do acolhimento e do apoio a quem foge à guerra. Até ao momento, e apesar do dinamismo dos números, estima-se que mais de 1,2 milhões de refugiados tenham entrado na Polónia e centenas de hospitais foram colocados em alerta por todo o país, prontos para receber os feridos.

A ligação entre a Polónia e a Ucrânia é muito próxima e a comunidade ucraniana na Polónia antes desta crise já era superior a um milhão de pessoas, que facilmente se integram no mercado de trabalho e no país. A Biedronka, por exemplo, emprega cerca de 1.800 colaboradores ucranianos a quem disponibilizou de imediato mil złoty não reembolsáveis para contribuir para o apoio a familiares.

É nessa afinidade e conhecimento mútuos que mergulham também as raízes da imensa solidariedade que o mundo está a testemunhar por parte da Polónia. Os polacos não poupam esforços para auxiliar os ucranianos, e isso inclui, naturalmente, todas as nossas equipas que estão totalmente mobilizadas para ajudar.

Em poucos dias, a Biedronka e a Fundação Biedronka canalizaram o equivalente a 10 milhões de złoty (acima de 2 milhões de euros) para apoio alimentar e não-alimentar aos refugiados ucranianos, operacionalizado em conjunto com organizações não-governamentais no terreno. A Fundação Biedronka recebeu ainda 2,5 milhões de euros da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, o maior accionista de Jerónimo Martins, para apoiar o alojamento de refugiados. Ao nível do Grupo doámos 5 milhões de euros, divididos em partes iguais por cinco instituições polacas de ajuda humanitária: a Cruz Vermelha, a Cáritas, a Acção Humanitária, a Missão Médica e as Aldeias de Crianças SOS.

Em resumo, conseguimos reunir rapidamente o equivalente a cerca de 9,5 milhões de euros para ajudar as pessoas que fogem da guerra.

Também em Portugal, as nossas maiores Companhias – o Pingo Doce e o Recheio – manifestaram-se desde logo disponíveis para participar no esforço colectivo de receber e integrar os refugiados ucranianos que venham para Portugal.

Toda esta situação no Leste da Europa vem acrescentar complexidade e incerteza a um contexto já antes marcado por alguma falta de previsibilidade sobre a recuperação económica, mesmo se durante estes últimos dias a ameaça pandémica ter perdido muita da atenção e dos espaço mediático.

Além disso, a aceleração da inflação que já se vinha a registar desde 2021, nomeadamente ao nível da energia, pode vir a ser agravada pelo conflito militar, a que se somarão expectáveis constrangimentos nos circuitos logísticos.

As nossas Companhias sentem-se preparadas para enfrentar 2022 e para tal contribui de forma decisiva a robustez do desempenho de que fomos capazes em 2021. A nossa resiliência e capacidade de ir à luta proporcionaram um crescimento notável de vendas em todos os países onde operamos, com as nossas Companhias, incluindo a Ara, a entregarem resultados operacionais positivos ao nível do EBITDA.

Pela primeira vez, o Grupo ultrapassou – e em muito – a fasquia dos 20 mil milhões de euros. Em 2015, tínhamo-nos colocado internamente o objectivo ambicioso de fechar 2020 com vendas de 20 mil milhões de euros de vendas. A pandemia (ainda em curso) e também a forte desvalorização cambial, atrasaram-nos um ano na concretização dessa ambição. Acabámos por encerrar 2021 muito perto dos 21 mil milhões de euros de facturação global.

As vendas da Biedronka aumentaram 11% em złoty, o Pingo Doce teve o seu melhor ano de sempre, em vendas, ao ultrapassar os 4 mil milhões de euros, a Ara cresceu 36,1% em pesos colombianos e superou o marco histórico dos mil milhões de euros de vendas, o Recheio vendeu mais 7% e a Hebe cresceu 16,7% em złoty.

A Biedronka manteve sempre a fasquia muito elevada, inovando permanentemente no sortido e sendo imbatível na relação preço-qualidade no mercado polaco. A Companhia investiu fortemente na renovação do parque de lojas, e entre remodelações e novas aberturas, somou cerca de 500 lojas com um novo e mais moderno layout ao seu parque, melhorando a experiência de compra. Durante todo o ano, a Biedronka manteve uma flexibilidade exemplar, adaptando os horários de funcionamento às necessidades dos clientes. No âmbito da sua agenda de inovação, apostou de forma determinada no canal online, com entregas em casa em cerca de 30 cidades, e criou a Biek – em parceria com a Glovo –, um serviço de entregas ultra-rápidas (menos de 15 minutos) disponível nas seis maiores cidades.

A Hebe começou a comercializar produtos para além das fronteiras polacas, e já entrega em mais quatro países para além da Polónia. Com a sua plataforma de e-commerce cada vez mais sólida, o peso das vendas online duplicou e já representa 13% da facturação total.

O Pingo Doce viu o seu ano de investimento decisivo em preço e promoções ser recompensado pelas famílias portuguesas: conseguiu recuperar vendas e alcançou o seu melhor ano de sempre. Vale a pena destacar a capacidade de gestão sob pressão de todas as equipas do Pingo Doce, que trabalharam num cenário de inflação negativa no cabaz, já que os fortes investimentos em preços competitivos foram acompanhados por uma muito baixa inflação alimentar em Portugal (0,7%).

O Recheio foi capaz de recuperar em 2021 parte do que tinha perdido no primeiro ano da pandemia, altura em que a profunda crise económica em Portugal atingiu duramente os seus principais clientes. A Companhia enfrentou 2021 com uma nova liderança e conseguiu criar condições para se adaptar muito rapidamente às necessidades dos clientes, quer no Retalho Tradicional quer no canal HoReCa, com o desenvolvimento de novas soluções alimentares.

A Ara, também com uma nova liderança, aumentou significativamente o ritmo de aberturas: 157 novas lojas em 2021, praticamente uma nova localização a cada dois dias, acima dos objectivos que tínhamos definido para o ano. A Companhia está já presente em mais de 20 departamentos na Colômbia. O investimento da Ara em garantir a preferência dos “vecinos” através da melhor proposta de valor do mercado foi bastante relevante, mas, com uma base de clientes mais alargada e os custos bem controlados, a Companhia foi capaz de entrar em território positivo de rentabilidade ao nível do EBITDA (com IFRS16).

Também o nosso negócio agro-alimentar teve um ano com novos desenvolvimentos. Os investimentos nesta área conduziram o Grupo a uma nova geografia na produção de robalo e dourada (Marrocos) e à entrada em novas áreas em Portugal: laranja biológica – ambicionamos ter o maior laranjal do género no país – e borregos. A Jerónimo Martins Agro-Alimentar mantém um foco muito determinado na produção sustentável e na aposta no bem-estar animal, que já nos valeu várias certificações importantes.

Em 2020 tínhamos a intenção de comemorar em grande os 25 anos da Biedronka e os 40 do Pingo Doce. Na altura, tivemos de orientar a nossa estratégia para aquilo que passou a ser prioritário: proteger os nossos colaboradores, as cadeias de abastecimento e os nossos clientes. A aprendizagem de 2020 permitiu-nos enfrentar 2021 avisados para as constantes alterações das medidas de combate à pandemia decretadas pelas autoridades nacionais, ainda por cima quando, na segunda metade do ano, os números dos contágios voltaram a disparar com a disseminação da variante Ómicron.

Mais estruturais são as razões que colocam 2022 como um ano de transição, um ano que permita a todos percebermos qual o caminho que o mundo vai encontrar para seguir nesta década e nas próximas. Ainda não é possível vislumbrar uma recuperação sustentada das economias, que propicie um crescimento generalizado e uma justa repartição dos ganhos. É certo que 2021 foi um ano de forte crescimento económico, mas este ano e o próximo poderão ser de abrandamento – e a guerra só torna tudo mais nebuloso.

O abrandamento económico tem várias armadilhas à espreita. Uma delas é a inflação, que muitos economistas e estudiosos do fenómeno definem como um imposto escondido, na medida em retira poder de compra às famílias e às empresas.

Aparentemente, teremos que aguardar as intervenções dos bancos centrais ocidentais, uns mais agressivos que outros, mas todos apontando para uma subida das taxas de juro – o que vai tornar a vida das famílias, das empresas e dos Estados ainda mais difícil e mais cara.

No que à parte alimentar diz respeito, as nossas Companhias continuarão, nos seus mercados, a tentar ser parte da solução de que as famílias precisam, combatendo a inflação pelo investimento na competitividade dos preços. A posição financeira muito sólida com que fechámos 2021 permite-nos manter essa intensidade e continuar ao lado dos nossos consumidores e fornecedores nestes tempos incertos.

Este Relatório e Contas mostra também como todas as Companhias tiveram uma capacidade admirável de geração de caixa, o que nos permite continuar a investir sem recurso a alavancagem financeira, enquanto premiamos o esforço dos nossos colaboradores – em 2021, destinámos 217 milhões de euros a esse fim – e remuneramos os nossos accionistas. A este propósito, submetemos uma proposta à Assembleia Geral para distribuição de 493,3 milhões de euros em dividendos relativos ao exercício de 2021, um ano que culmina uma década extraordinária de crescimento.

Enquanto Grupo, criámos muito valor e distribuímos também muito valor. De forma breve, vale a pena lembrar que, em dez anos, investimos cerca de 6,5 mil milhões de euros, criámos 70 mil postos de trabalho e melhorámos a remuneração e as condições dos nossos colaboradores. Sem este esforço multidimensional, não teríamos, certamente, conseguido duplicar a nossa facturação, como fizemos.

Tudo isto tem sido alcançado sendo fiéis a um compromisso firme com a sustentabilidade também ambiental e social. Foi há cerca de dez anos que estabelecemos os primeiros objectivos e medimos pela primeira vez a nossa pegada carbónica. Hoje estamos presentes em mais de 100 índices internacionais que reconhecem as empresas no mundo com as melhores práticas de sustentabilidade.

O meu agradecimento vai, pois, para todas as pessoas que trabalham em Jerónimo Martins, para os nossos mais de 123 mil colaboradores, de mais de 70 nacionalidades, que mostram uma capacidade de entrega e uma dedicação que me encham de satisfação.

As equipas operacionais merecem-me uma palavra especial. Das lojas à logística, uma vez mais mantiveram-se firmes na linha da frente, garantindo que estivemos sempre prontos para receber os consumidores, e que nada lhes faltaria.

Um agradecimento também às direcções executivas das Companhias, pela entrega e a ambição, e às áreas corporativas, pelo profissionalismo que mantiveram num contexto de mudança profunda das formas de organização do trabalho, que, acredito, vieram para ficar.

Sem o apoio decidido e a confiança dos accionistas do Grupo, e em particular da família que represento, não seria possível mantermos a visão de longo prazo que nos norteia enquanto vamos gerindo de forma responsável e solidária o dia-a-dia e o curto prazo.

A última nota pessoal de agradecimento é para os meus colegas na Direcção Executiva e no Conselho de Administração, sem os quais o caminho colectivo que fazemos e o impacto positivo que procuramos gerar nas sociedades onde estamos não seriam os mesmos. Nem o meu orgulho.

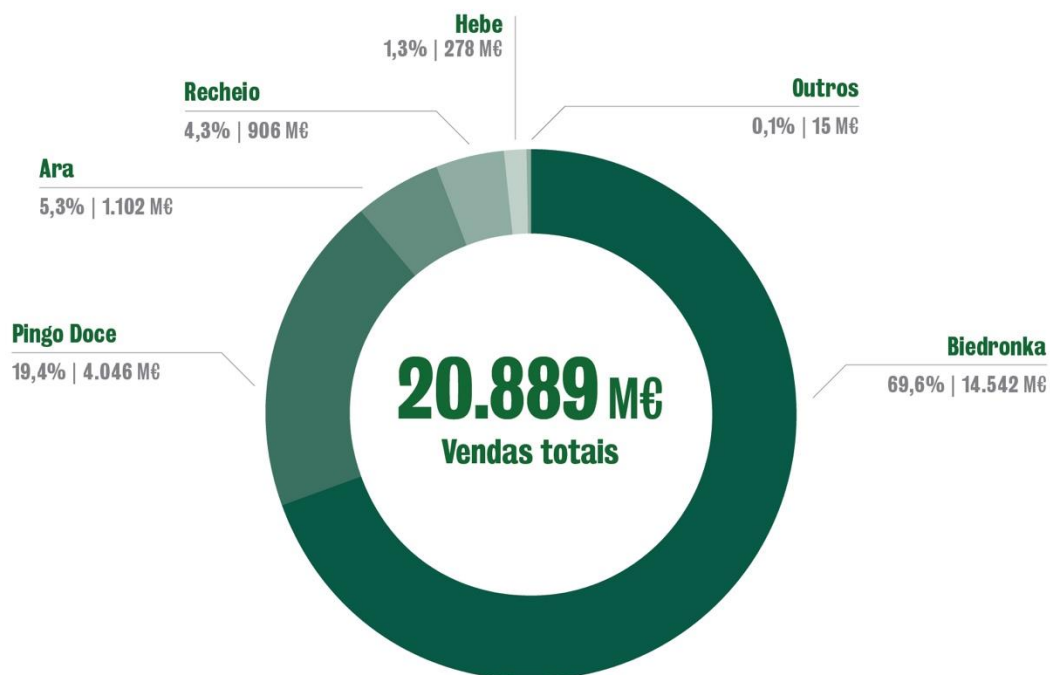
Pedro Soares dos Santos

Presidente e Administrador-Delegado

Nota: o autor escreve segundo a antiga ortografia

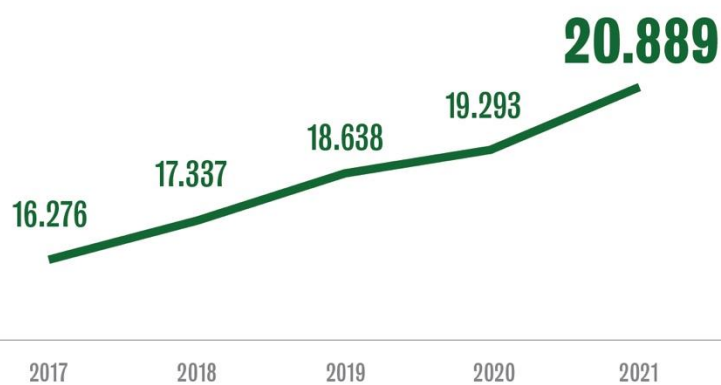
2021

VENDAS POR ÁREA DE NEGÓCIO



EVOLUÇÃO DAS VENDAS

(em milhões de euros)



INDICADORES

1.585 M€

EBITDA

463 M€

RESULTADO LÍQUIDO

4.908

LOJAS

123.458

COLABORADORES

DESTAQUES

Prémios a colaboradores: **217 M€**

Apoios sociais atribuídos: **51,3 M€**

Rácio salarial entre géneros: **97,6%**

Cargos de gestão desempenhados
por mulheres: **68,1%**

Presença em mais de **100** índices
internacionais de sustentabilidade

**Jerónimo
Martins**



O GRUPO JERÓNIMO MARTINS

O Grupo Jerónimo Martins

| | |
|------------------------------------|----|
| 1. Perfil e Estrutura..... | 12 |
| 2. Posicionamento Estratégico..... | 18 |

O presente Relatório e Contas do Grupo Jerónimo Martins (Grupo) abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 e inclui as áreas de Distribuição e Agroalimentar em Portugal e a área de Distribuição na Polónia e na Colômbia, apresentando os resultados das entidades detidas direta e indiretamente por Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e Competências

Carteira de Ativos

Jerónimo Martins é um Grupo que detém ativos na área Alimentar, maioritariamente na Distribuição, com posições de liderança de mercado na Polónia e em Portugal. Em 2021, alcançou vendas de 20,9 mil milhões de euros, 70% das quais na Biedronka, e um EBITDA de 1,6 mil milhões de euros, com uma contribuição de 84% da Biedronka. O Grupo empregava 123.458 colaboradores no final de 2021 e terminou o ano com uma capitalização bolsista de 12,6 mil milhões de euros na Euronext Lisbon.



Na Polónia, a cadeia de lojas alimentares **Biedronka** alia qualidade de sortido, ambiente de loja e localizações de proximidade aos preços mais competitivos do mercado. É líder incontestável de vendas no Retalho Alimentar e, em 2021, continuou a reforçar quota de mercado.



Ainda na Polónia, a **Hebe** opera no sector de Saúde e Beleza, gerindo um vasto sortido de produtos a preços competitivos e com serviço de aconselhamento nas lojas. Em 2021 a Hebe consolidou a sua abordagem omnicanal reforçando o canal digital e a sua integração com a rede de lojas físicas.

Em Portugal, o Grupo ocupa uma posição de liderança na Distribuição Alimentar. Opera as insígnias **Pingo Doce** e **Recheio** que lideram, respetivamente, os segmentos de supermercados e cash & carry.



O Pingo Doce incorpora uma área de restauração em 35 lojas e inaugurou o primeiro restaurante independente em 2021. Tem duas cozinhas centrais que, além dos restaurantes, abastecem também a operação de takeaway das lojas. O Pingo Doce opera ainda as parafarmácias **Bem-Estar**, postos de abastecimento de combustível e lojas de vestuário da marca **Code** (em parceria com um operador português especializado).



O Recheio opera uma cadeia de lojas de cash & carry e tem vindo a reforçar o seu modelo de negócio com uma operação especializada em food service, através de plataformas dedicadas que servem essencialmente os clientes HoReCa. O Recheio desenvolve também uma rede de parceiros do Retalho Tradicional sob a insígnia **Amanhecer**.



Na Colômbia, a **Ara** opera em três regiões: Eixo Cafeeiro, Costa do Caribe e Bogotá. Trata-se de uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** tem como principal objetivo salvaguardar a capacidade de as Companhias do Grupo se abastecerem de alguns produtos estratégicos. Opera atualmente em quatro áreas: laticínios, agropecuária, aquacultura e frutas e vegetais.

JERONYMO HUSSEL

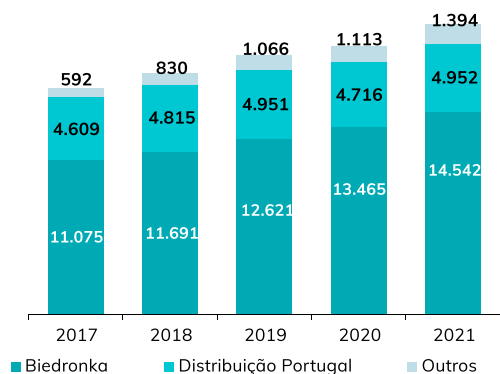
O Grupo opera ainda duas cadeias especializadas, a **Jerónimo Martins Restauração e Serviços**, que gere quiosques e cafetarias, sob a insígnia **Jeronymo**, e a **Hussel**, cadeia de Retalho Especializado na comercialização de chocolates e confeitaria.

Mais informações acerca das Companhias do Grupo podem ser consultadas no Capítulo 2. deste Relatório e Contas em “Desempenho das Áreas de Negócio”.

1.2. Indicadores Financeiros e Operacionais

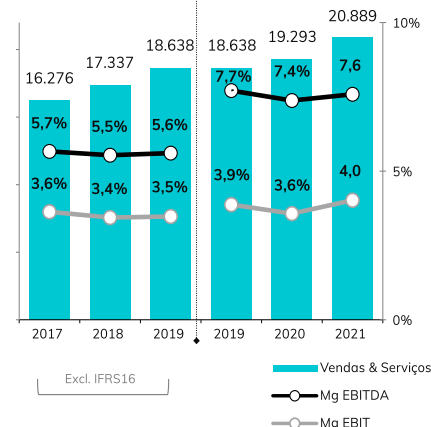
Vendas & Serviços

€ Milhões



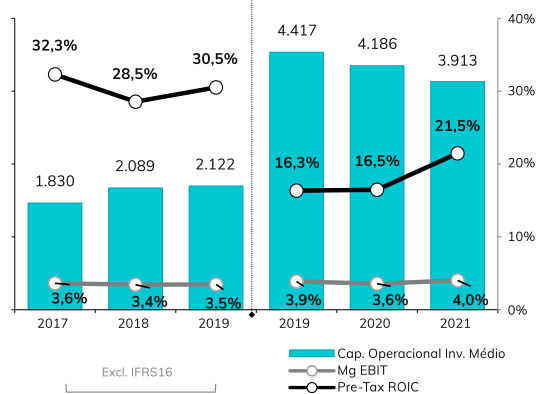
Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT

€ Milhões



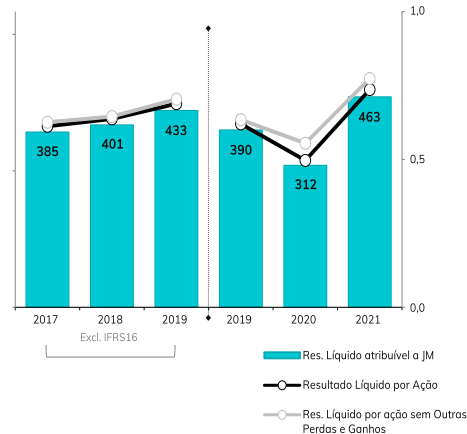
Pre-Tax ROIC

€ Milhões



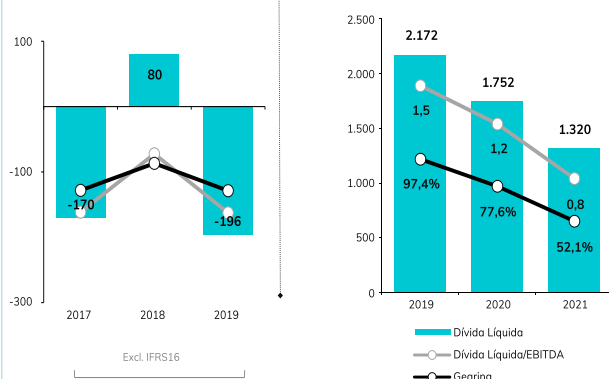
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Ação

€ Milhões

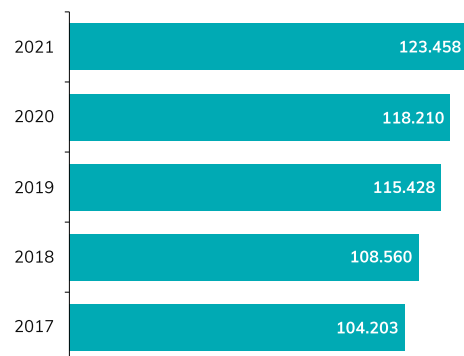


Dívida Líquida

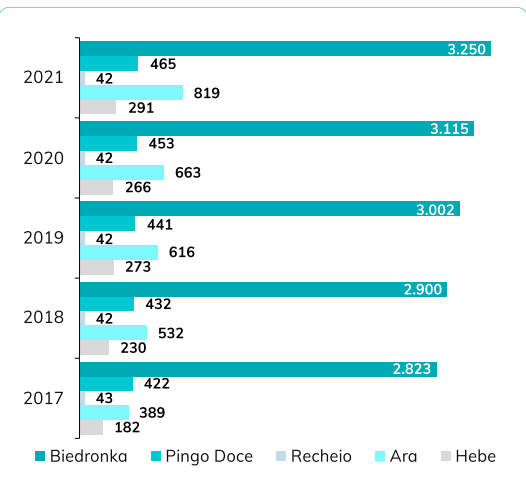
€ Milhões



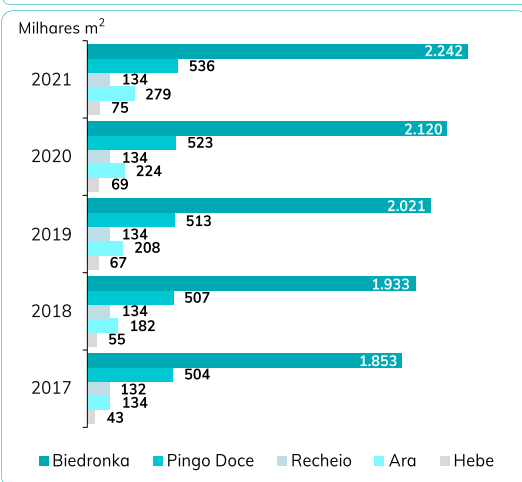
Colaboradores



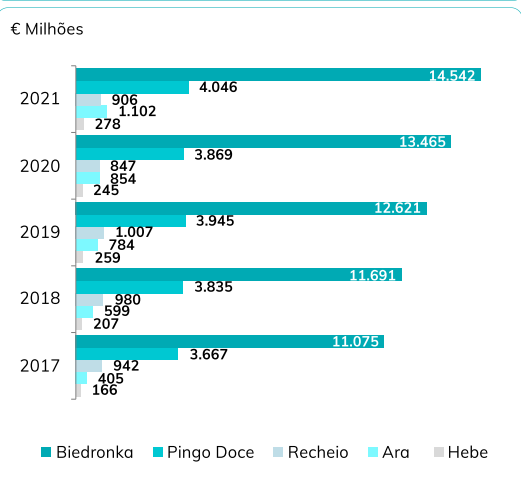
Número de Lojas



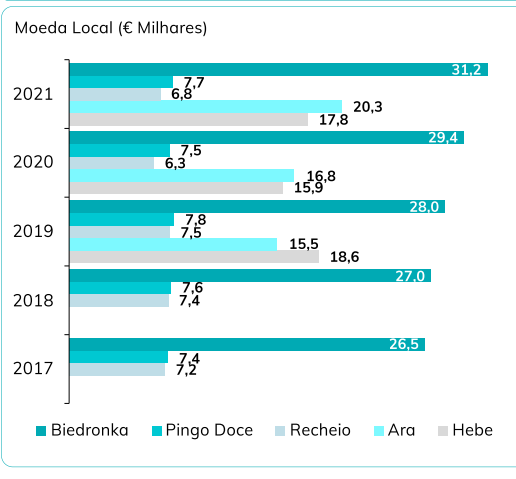
Área de Venda



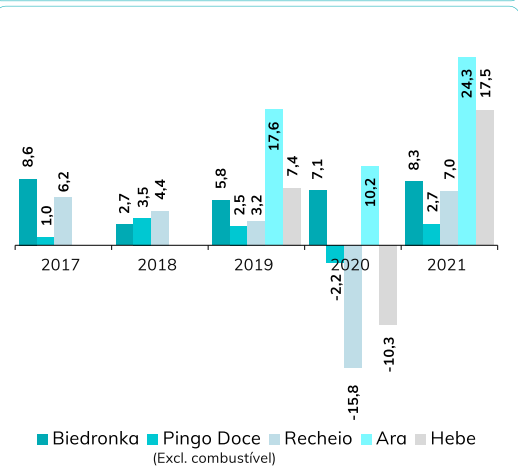
Vendas



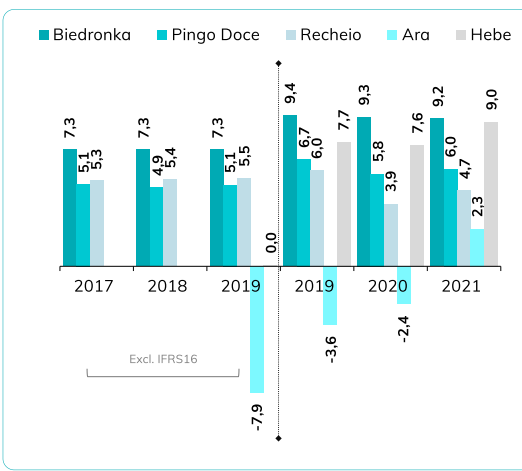
Vendas / m²



Crescimento LFL (%)



Margem EBITDA (%)



Nota 1: Em 2020 a Hebe encerrou os 28 estabelecimentos que operavam exclusivamente como farmácias.

Nota 2: Informação da Ara e da Hebe divulgada a partir de 2019.

1.3. Órgãos Sociais e Estrutura

1.3.1. Órgãos Sociais

Data de eleição: 11 de abril de 2019

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2019-2021



Pedro Soares dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado
 Nascido em 7 de março de 1960
Presidente do Conselho de Administração desde dezembro de 2013
Administrador-Delegado desde abril de 2010
Membro do Conselho de Administração desde março de 1995



Andrzej Szlęzak
 Nascido em 7 de julho de 1954
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013



António Viana-Baptista
 Nascido em 19 de dezembro de 1957
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2010



A. Stefan Kirsten
 Nascido em 22 de fevereiro de 1961
Membro do Conselho de Administração de abril de 2010 a fevereiro de 2011
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015



Clara Christina Streit
 Nascida em 18 de dezembro de 1968
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2015
Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2016



Elizabeth Ann Bastoni
 Nascida em 24 de julho de 1965
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019
Membro da Comissão de Auditoria desde abril de 2019



Francisco Seixas da Costa
 Nascido em 28 de janeiro de 1948
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013



José Soares dos Santos, indicado pela **Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.** para exercer o cargo em nome próprio, nos termos do artigo 390.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais
 Nascido em 6 de abril de 1962
Membro do Conselho de Administração de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019



María Ángela Holguín
 Nascida em 13 de novembro de 1963
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2019



Sérgio Tavares Rebelo
 Nascido em 29 de outubro de 1959
Membro do Conselho de Administração desde abril de 2013
Presidente da Comissão de Auditoria desde abril de 2016

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.
Av. República 90, 6.º, 1600-206 Lisboa, Portugal
Representado por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)

Suplente:

Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1.119)

Secretário da Sociedade

João Nuno Magalhães

Suplente:

Carlos Miguel Martins Ferreira

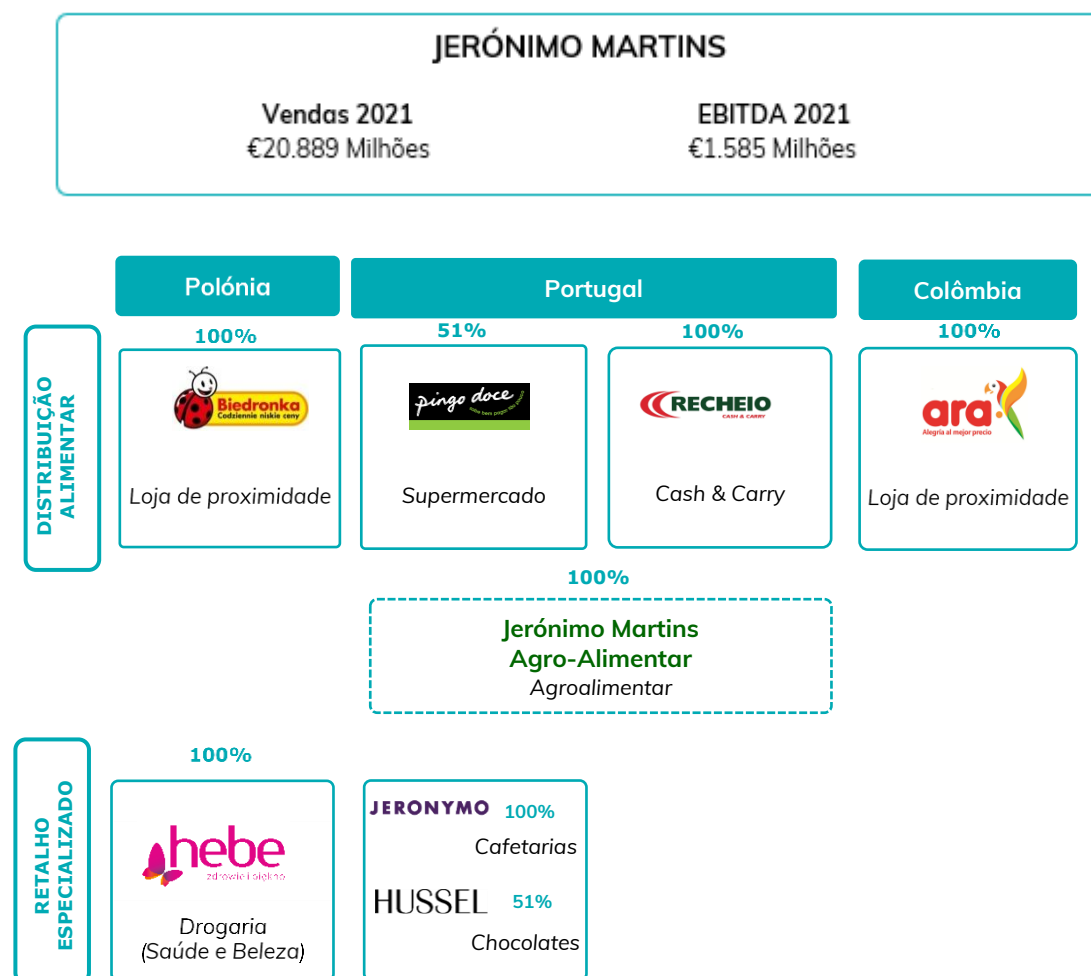
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Abel Bernardino Teixeira Mesquita

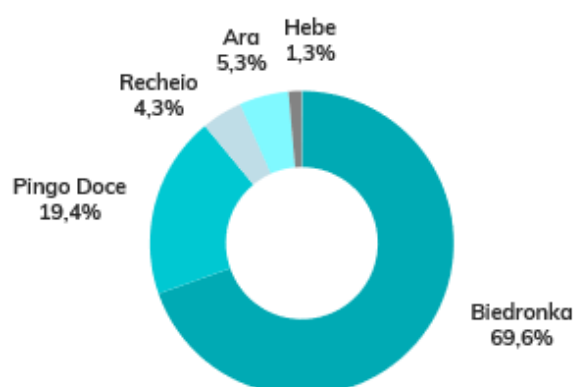
Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Nuno de Deus Pinheiro

1.3.2. Estrutura de Negócios



Vendas por Área de Negócio 2021



EBITDA por Área de Negócio 2021

| € Milhões | EBITDA | % Total |
|------------|--------------|-------------|
| Biedronka | 1.339 | 84,5% |
| Pingo Doce | 244 | 15,4% |
| Recheio | 43 | 2,7% |
| Ara | 26 | 1,6% |
| Hebe | 25 | 1,6% |
| Outros | (92) | (5,8)% |
| JM | 1.585 | 100% |

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins atua essencialmente no ramo alimentar, promovendo, através das suas Companhias e das suas Marcas Próprias, a disponibilização de soluções e produtos seguros, saudáveis e a preços acessíveis ao maior número de pessoas. O respeito por todos os stakeholders e o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável são parte integrante da sua estratégia de crescimento e criação de valor, no curto, médio e longo prazos, com vista a contribuir para a prosperidade, coesão e bem-estar das comunidades que os seus negócios servem.

Como parte integrante do nosso sentido de cidadania corporativa, assumimos, de forma clara e comprometida, a incorporação de preocupações ambientais e sociais na condução dos nossos negócios. Isto passa pela adoção de políticas e práticas que combatam as alterações climáticas, a deflorestação e a poluição, que promovam a preservação do ambiente, da biodiversidade e dos recursos naturais, a redução da utilização de materiais poluentes, o aumento da reciclagem e da valorização dos resíduos gerados pelas nossas atividades, assim como o respeito e a defesa dos direitos humanos e dos princípios da diversidade e inclusão.

Assumimos a nossa responsabilidade para com o planeta e para com as comunidades onde estamos inseridos. Como especialistas alimentares, estamos empenhados na promoção de bons hábitos de alimentação e em contribuir para sociedades mais saudáveis.

Como resultado do trabalho competente que procuramos levar a cabo, da eficiência das nossas operações, da força das nossas marcas e das nossas posições de mercado, remuneramos de forma consistente os nossos investidores.

2.2. Visão Estratégica

A visão estratégica do Grupo assenta na promoção do crescimento rentável e sustentável, orientada por três princípios chave:

1. **Liderança:** insígnias e marcas fortes que permitam conquistar e consolidar posições de liderança nos mercados onde operam;
2. **Responsabilidade:** avaliação permanente do impacto do negócio no ambiente e na sociedade e contribuição ativa e relevante para a melhoria de qualidade de vida das comunidades e para a sustentabilidade como um todo;
3. **Independência:** gestão cuidada e responsável do balanço e também das fontes de abastecimento para assegurar a continuidade das operações e a autonomia na tomada de decisões estratégicas.

Neste contexto, as Companhias do Grupo desenvolvem as suas atividades assumindo três áreas de foco transversais aos países onde operamos e que refletem o forte sentido de propósito que guia Jerónimo Martins:

- **Consumidor:** democratizar o acesso a produtos e soluções alimentares de qualidade, garantindo a máxima segurança e poupança a quem escolhe as nossas lojas de proximidade, nas quais os frescos e a Marca Própria assumem lugar de destaque e um papel estratégico na promoção da saúde pela alimentação;
- **Colaborador:** desenvolver os nossos colaboradores, nos diferentes níveis da Organização, proporcionando-lhes um ambiente de trabalho seguro e estimulante, baseado na igualdade de acesso a oportunidades e na meritocracia;
- **Parceiros de negócio:** estabelecer relações de longo prazo que permitam a criação de valor partilhado e o crescimento e desenvolvimento dos parceiros estratégicos do Grupo, e que assegurem a sustentabilidade da cadeia de abastecimento e a inovação que reforça a atratividade e relevância das nossas propostas de valor.

2.3. Perfil Operacional

O posicionamento operacional das Companhias do Grupo reflete uma abordagem focada em valor e qualidade, com uma orientação estratégica *mass-market*, desenvolvida especificamente para os mercados e comunidades em que estão inseridas.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares adequadas a todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo leves. Todas as propostas de valor são marcadas por uma clara orientação ao cliente e uma forte diferenciação em três vetores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares frescos, Marcas Próprias de referência e um bom ambiente de loja.

O sucesso dos formatos do Grupo é alavancado na liderança de mercado, o que permite atingir uma dimensão que é fundamental para criar economias de escala, que, por sua vez, permitem aumentar a eficiência logística e operacional. Tal dimensão permite oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança, essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os consumidores que escolhem as nossas lojas.

**Jerónimo
Martins**



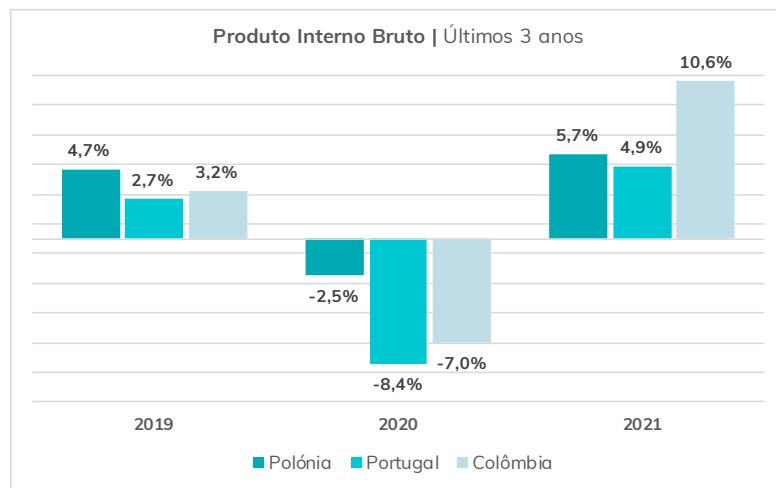
RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento

| | |
|---|----|
| 1. Enquadramento de 2021..... | 22 |
| 2. Desempenho do Grupo..... | 30 |
| 3. Desempenho das Áreas de Negócio..... | 42 |
| 4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins | 60 |
| 5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço | 62 |
| 6. Política de Distribuição de Dividendos..... | 63 |
| 7. Proposta de Aplicação de Resultados | 64 |
| 8. Notas Reconciliatórias | 65 |

1. Enquadramento de 2021

Após o forte impacto socioeconómico em 2020 da pandemia de Covid-19, 2021 foi pautado pela recuperação da atividade económica, suportada na reabertura progressiva dos mercados e em políticas governamentais de mitigação das quedas registadas.



Não obstante as condicionantes associadas à pandemia, o Produto Interno bruto (PIB) de alguns países ultrapassou o nível pré-Covid, como foi o caso da Polónia e da Colômbia.

A economia polaca voltou a mostrar bastante dinamismo, tendo apresentado um crescimento de 5,7% em 2021 (-2,5% em 2020), suportado na procura interna, em particular no consumo privado (6,2%), que refletiu o aumento do rendimento disponível das famílias, incluindo por via dos salários.

Na Colômbia, e apesar das tensões sociais e dos constrangimentos iniciais decorrentes da pandemia, a economia registou um considerável crescimento durante o ano de 2021, ancorado no consumo privado, em resultado, principalmente, da redução da taxa de desemprego.

A economia portuguesa cresceu 4,9%, ainda que sobre uma queda muito significativa (-8,4% em 2020), condicionada pela forte dependência do turismo. Este manteve-se abaixo dos níveis pré-pandemia, sendo expectável que regresse a esse nível apenas na primeira metade de 2022.

Decorridos dois anos sobre o início da pandemia, a evolução da atividade económica mundial continua pautada por incertezas e crescimentos pouco consolidados. No entanto, os últimos meses de 2021 apresentaram sinais positivos de progressão económica.

Para 2022 são expectáveis crescimentos entre 5% e 6% nos três principais países onde o Grupo opera. O principal risco para a economia polaca está associado à possibilidade de congelamento de fundos da União Europeia, em resultado de divergências nomeadamente quanto à independência do poder judicial, e aos impactos que podem decorrer do esperado aumento da inflação.

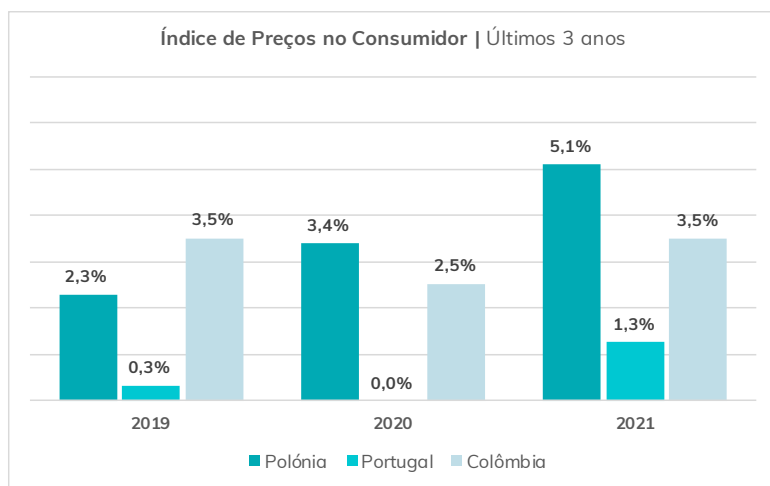
Em Portugal, o crescimento económico poderá ainda ser condicionado por algumas medidas restritivas à mobilidade ou por uma retoma mais lenta que o desejável do turismo.

O investimento deve apresentar um crescimento robusto, beneficiando do reforço dos fundos europeus, em particular dos constantes do Plano de Recuperação e Resiliência, e das perspetivas de retoma da procura a nível internacional.

Na Colômbia, é esperado que o PIB continue a recuperar, assente na dinâmica da procura interna, nomeadamente no consumo privado, sendo que o investimento deverá manter-se com um bom ritmo de crescimento, ainda que inferior ao verificado em 2021.

O financiamento da economia, num cenário global mais exigente, poderá apresentar-se como um desafio relevante, agravado pelos aumentos recentes do défice da balança corrente e do Estado.

A nível global, além das incertezas quanto à consolidação do controlo da pandemia, são expectáveis crescimentos significativos da inflação, decorrentes do aumento dos salários, dos preços dos bens energéticos e das principais matérias-primas.



Estas pressões inflacionistas poderão levar os bancos centrais a rever as suas políticas de taxas de juro, com impactos na diminuição do rendimento disponível das famílias.

A tendência de subida da inflação iniciou-se na segunda metade de 2021, com aumentos relevantes e generalizados nos preços das matérias-primas energéticas, alimentares e industriais.

Estes aumentos são explicados pela redução de preços verificada no ano anterior e, principalmente, pela rápida

recuperação económica global, com impacto sobre a procura acentuada de matérias-primas, bem como por constrangimentos da capacidade de resposta da cadeia de abastecimento.

A inflação geral na Polónia foi uma das mais elevadas de sempre, impulsionada pelo aumento de preço dos produtos energéticos e pelo aumento da inflação base (excluindo produtos alimentares e energéticos), pressionada pela depreciação do zloty e pelo aumento dos custos do fator trabalho. Em termos médios, a inflação alimentar ficou abaixo da registada em 2020, apesar do aumento progressivo do preço dos bens alimentares, que se cifrou em 6,7% no último trimestre do ano.

Em Portugal, em 2021, a inflação manteve-se estável, abaixo dos aumentos verificados na generalidade dos países da zona euro, e a inflação alimentar fixou-se em 0,7%.

Na Colômbia, a inflação alimentar registou valores muito significativos, tendo atingido 9,7% no ano, após dois anos com inflação alimentar relevante (em média cerca de 5%), explicados por razões exógenas, mas também por questões internas do país, nomeadamente as perturbações na cadeia nacional de abastecimento decorrentes das greves e bloqueios que ocorreram nos meses de maio e junho.

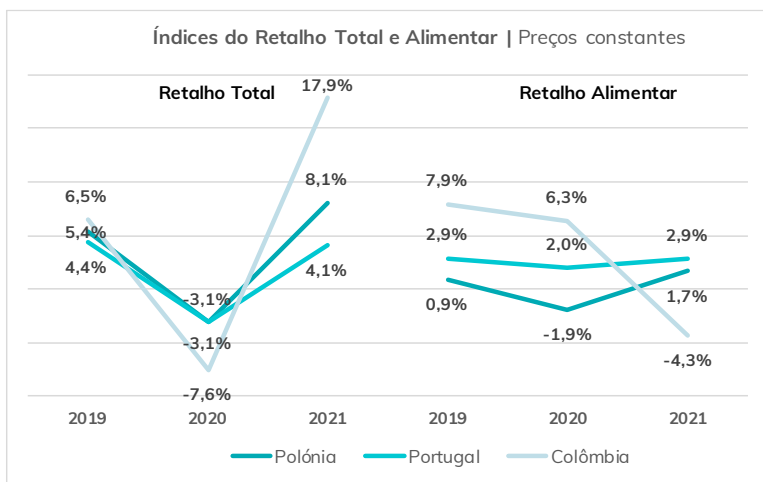
Para 2022, a inflação a nível global deverá continuar a aumentar nos primeiros meses, para depois estabilizar na segunda metade do ano. Este perfil de subida e posterior estabilização, reflete a esperada evolução dos preços dos bens energéticos, que deverão acompanhar o preço do petróleo nos mercados internacionais. É também expectável que os preços das matérias-primas não energéticas se mantenham elevados em 2022, após a subida expressiva verificada em 2021.

Na Polónia, a inflação deverá manter-se elevada (cerca de 5,8% vs. 5,1% em 2021), mas com uma tendência expectável de descida ao longo do ano, refletindo a diluição do aumento global do preço das commodities e a normalização do fornecimento das cadeias de abastecimento.

Em Portugal, a inflação deverá subir devido ao aumento do preço dos bens energéticos, mantendo-se embora como uma das mais baixas da zona euro.

Na Colômbia, a inflação também deverá ser superior à de 2021. Além do aumento de preços dos produtos alimentares, a inflação geral será também impactada pelas categorias cujo aumento de preço resulta da inflação do ano anterior, como sejam as rendas, as portagens, os serviços e a saúde.

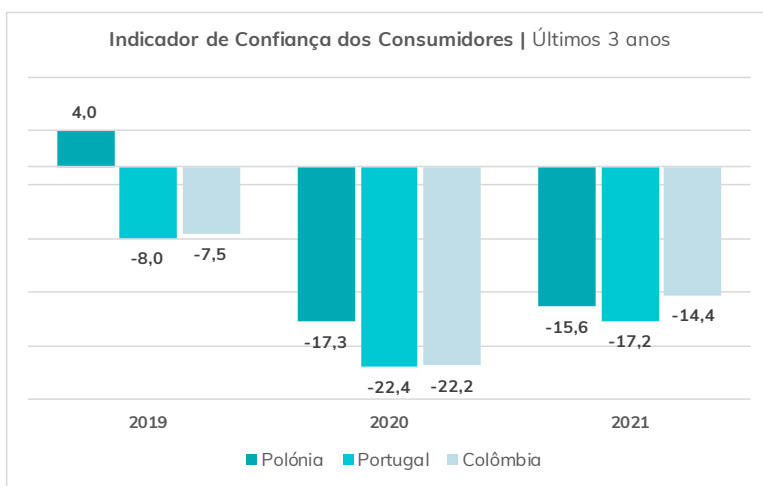
Relativamente às vendas no sector do Retalho, estas apresentaram crescimentos significativos em 2021, explicados, principalmente, pelo efeito base favorável, parte do qual resulta do adiamento de algumas decisões de compra verificadas no ano de 2020, em particular no que respeita a bens duradouros.



As vendas de bens alimentares apresentaram, nas geografias onde o Grupo opera, taxas de crescimento robustas, entre 4% e 5% (preços correntes). Em Portugal e na Polónia, tal significou um crescimento relevante face ao ano anterior, em particular quando se atende ao baixo nível de inflação alimentar em relação a 2020.

Na Colômbia, verificou-se a situação inversa, com o crescimento registado a dever-se apenas ao aumento significativo da inflação, atendendo a que, a preços constantes, as vendas de Retalho Alimentar reduziram em

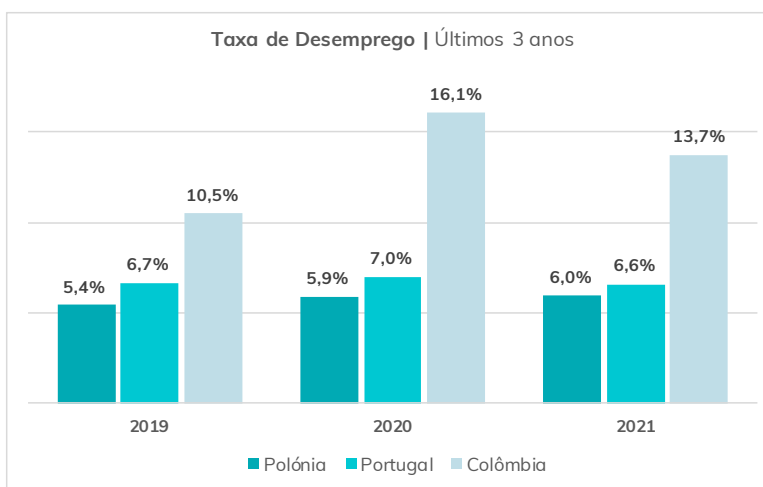
4,3% face ao ano anterior.



Apesar da incerteza quanto à evolução da economia, devido às restrições e às constantes alterações das medidas para controlo da pandemia, os níveis de confiança do consumidor recuperaram face ao ano anterior, mas mantiveram-se ainda muito abaixo dos níveis registados em 2019.

Sendo expectável continuar a assistir-se, em 2022, à recuperação dos níveis de confiança, a sua evolução dependerá muito do controlo efetivo da situação pandémica.

A gestão dos diferentes estágios de vacinação a nível global, a evolução do aumento exponencial de infeções no final de 2021 e início de 2022, e as medidas que cada país adotar para mitigação da quebra económica, em particular os decorrentes dos impactos do aumento da inflação, serão fatores determinantes para a evolução dos níveis de confiança no futuro próximo.



No caso da Colômbia, a evolução do emprego será outro fator determinante para a evolução positiva dos níveis de confiança. A alta taxa de desemprego registada em 2021, muito acima dos níveis de 2019, foi um dos fatores que mais contribuiu para a fraca recuperação da confiança.

Na Polónia e em Portugal, as taxas de desemprego mantiveram-se estáveis, suportadas em medidas de apoio governamental às famílias e às empresas. No entanto, estes apoios

tiveram impactos nos défices e nas dívidas soberanas, podendo condicionar as medidas de estímulo económico a adotar no futuro, dificultando as condições de financiamento de ambos os Estados.

O aumento da inflação a nível global também originou o início da reversão de algumas políticas monetárias expansionistas adotadas pelos bancos centrais nos últimos anos, tendo-se verificado, na

Polónia e na Colômbia, no final de 2021, aumentos consecutivos das taxas de juro de referência. Na Polónia, o aumento foi de 1,65 p.p., fixando a taxa de referência no final do ano em 1,75%, e na Colômbia de 1,25 p.p., terminando o ano em 3,0%.

Estes aumentos têm impacto imediato nos custos de financiamento das famílias e das empresas, diminuindo o rendimento disponível, o que, associado à elevada inflação, poderá condicionar os níveis de consumo.

O nível de aumento das taxas de referência determinará também a evolução das taxas de câmbio.

Taxas de câmbio de referência

Taxas médias de câmbio 2020-2021

| Moeda | | 2020 | 2021 | Δ Valor anual médio da moeda |
|-----------------|---------|--------|--------|------------------------------|
| Zloty Polaco | PLN/EUR | 4,4443 | 4,5662 | -2,7% |
| Peso Colombiano | COP/EUR | 4.204 | 4.434 | -5,2% |

Em 2021, o zloty registou uma taxa de conversão anual média¹ de 4,5662 em relação ao euro, correspondente a uma depreciação de 2,7% face ao câmbio médio de 4,4443 registado em 2020.

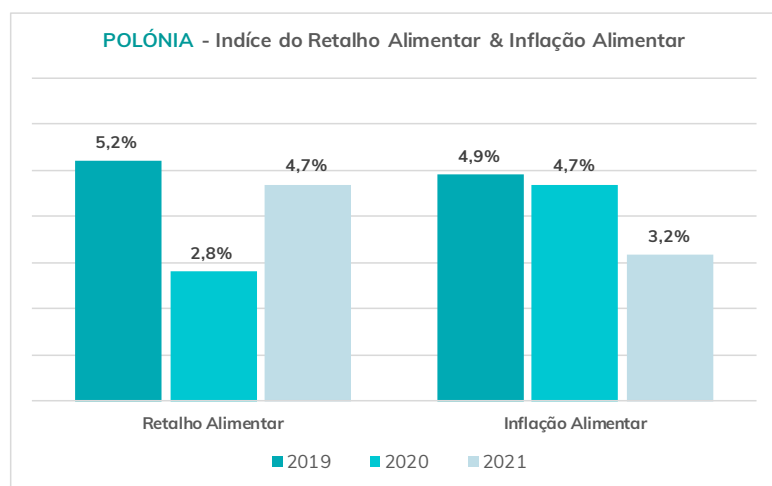
Esta depreciação decorre de múltiplos fatores de natureza política e económica, cujos efeitos deverão perdurar durante o ano de 2022. Assim sendo, é provável a manutenção de um cenário de depreciação do zloty, ainda que num quadro de extrema incerteza.

O peso colombiano registou uma taxa de conversão anual média¹ de 4.434 face ao euro, uma depreciação de 5,2% face aos 4.204 de 2020, explicada por taxas de juro de referência baixas, por fragilidades da economia colombiana e pelo agravamento do défice e da dívida do Estado.

1.1. Polónia

Retalho Alimentar Moderno

O mercado de Retalho Alimentar polaco mostrou grande resiliência, apresentando uma evolução de vendas muito sólida, com um crescimento de 4,7% no ano, muito acima dos 2,8% de 2020².



Os níveis de concorrência mantiveram-se muito elevados, estimulando os operadores de Retalho Alimentar a encontrarem soluções cada vez mais inovadoras para responder às necessidades específicas dos consumidores.

Os principais operadores atuam em vários formatos de loja e a maioria está presente em todas as regiões do país. Alguns optaram por soluções de maior proximidade, desenhando lojas de menor dimensão para responder às necessidades de agregados populacionais mais pequenos ou

limítrofes aos centros urbanos. Este movimento potencia uma rede de lojas muito alargada, dando ao consumidor uma grande diversidade de escolha.

¹ Taxa de conversão anual média determinada com ponderação dos volumes de negócios da Companhia do Grupo a operar nessa moeda

² Fonte: IGD - Estudo para o site handelextra.pl

De acordo com um estudo recente da Nielsen IQ³, o consumidor polaco compra, em média, por mês, em quatro lojas diferentes, comparando frequentemente o sortido, o preço e a qualidade dos produtos e do serviço. Este comportamento, coloca a Polónia no top 3 europeu no que respeita ao número de operadores que cada consumidor visita para efetuar as suas compras.

O elevado nível de concorrência observado no mercado cria pressões de consolidação, das quais a aquisição de cerca de 300 lojas Tesco pela Netto (anunciada em 2020 e efetivada em 2021) é um bom exemplo.

No que respeita ao perfil de compra, a pandemia teve impactos significativos na forma como o consumidor efetua as suas compras. São disso exemplos a tendência para o aumento de compras de maior valor, mas com menos visitas às lojas, e a experimentação das compras online.

Um estudo recente da CBRE⁴ refere que metade dos inquiridos menciona a “poupança de tempo” como principal argumento para as compras online, seguido da conveniência (41%) e da entrega ao domicílio (25%), esperando que o mercado de retalho total online continue a crescer a um ritmo significativo. No que respeita ao Retalho Alimentar, o online deverá acompanhar esta tendência de crescimento, não sendo, no entanto, expectável que represente um peso significativo no total das vendas. Em 2021, o peso do online foi de cerca de 1%, semelhante ao verificado em 2020.

Outra tendência importante, que continuou a acentuar-se em 2021, prende-se com a crescente procura de produtos de origem vegetal. Os substitutos da carne fazem parte das categorias de produtos vegetais que apresentaram maiores crescimentos, tendo as dietas vegetarianas e veganas sido adotadas por mais de 8% da população.

Por outro lado, o mercado de alimentos biológicos, continuou a apresentar uma forte dinâmica em termos de crescimento e vale cerca de 1,5 mil milhões de zloty⁵, estimando-se uma taxa média de crescimento anual de 10% para o período 2021-2026. Neste contexto, as lojas de proximidade assumem um papel importante na disponibilização deste tipo de produtos aos consumidores. De acordo com um inquérito da PMR⁶, mais de metade dos consumidores compram estes alimentos nas cadeias de proximidade e as embalagens de Marca Própria destes bio alimentos são também das mais reconhecíveis entre os consumidores.

É previsível que o mercado de Retalho Alimentar continue a apresentar crescimentos relevantes, suportado em aberturas de lojas e na extensão do sortido, nomeadamente com a oferta mais alargada de produtos frescos e com o desenvolvimento de produtos de Marca Própria de maior valor acrescentado. Para esta expansão também contribuirá o desenvolvimento de novos formatos de loja, de maior proximidade, como as lojas que têm vindo a ser abertas pela Biedronka desde 2020 e durante 2021, as quais representaram uma parte significativa das aberturas no ano, ou de formatos de conveniência.

A imposição do encerramento aos domingos, iniciada em 2018, permaneceu em vigor em 2021, tendo condicionado a abertura das lojas em 41 dias. A partir de fevereiro de 2022, o Governo eliminará algumas das exclusões previstas nesta lei, nomeadamente com o alargamento da imposição de encerramento aos estabelecimentos que atuam como postos de correio, que não apresentem mais de 40% de faturação relativa ao negócio postal.

Como medida de suporte ao consumo e simultaneamente de controlo da inflação, o Governo decidiu aplicar uma taxa de IVA de 0% à generalidade dos produtos alimentares. Esta isenção estará em vigor por seis meses, entre fevereiro e julho de 2022.

Para o futuro, perspetiva-se que o mercado de Retalho Alimentar polaco continue a apresentar crescimentos robustos e a consolidar-se como um dos mais relevantes a nível mundial. Um estudo recente da IGD estima que, em 2022, a Polónia passe a ocupar o vigésimo lugar entre os maiores mercados

³ Fonte: Nielsen IQ – Relatório de tendências do consumidor 2021

⁴ Fonte: CBRE – O sector alimentar na Polónia em 2021

⁵ Fonte: Prémios Blix – Escolha dos consumidores – Referência dada por membro do Board do Carrefour

⁶ Fonte: PMR - Mercado de alimentos orgânicos na Polónia 2021. Análise do mercado e previsões de desenvolvimento para 2021-2026

alimentares do mundo, passando a valer 322 mil milhões de zloty, e que apresente crescimentos médios de 2,5% ao ano até 2025.

Retalho de Saúde e Beleza

Em 2021, o mercado da Saúde e Beleza retomou a trajetória de crescimento dos anos anteriores, aumentando 5,2%⁷ face a 2020. A pandemia de Covid-19 condicionou de forma relevante o consumidor polaco, com quase 50% a referir que a pandemia afetou a sua situação financeira, mencionando também a inflação, como tendo impacto direto no rendimento disponível. Adicionalmente, o mercado manteve-se muito competitivo, com investimentos significativos em preço e no aumento do nível de promoções.

Após as restrições e limitações que impactaram o primeiro semestre do ano, a situação voltou progressivamente ao normal. No entanto, alguns padrões de consumo que emergiram durante a pandemia deverão permanecer, nomeadamente a maior relevância das vendas online, reforçadas pelos fortes investimentos de vários operadores neste canal, e a preferência por lojas de proximidade para a compra de produtos de cosmética e cuidados pessoais. Estas mudanças reformularam o mercado da Saúde e Beleza e determinarão a sua evolução nos próximos anos.

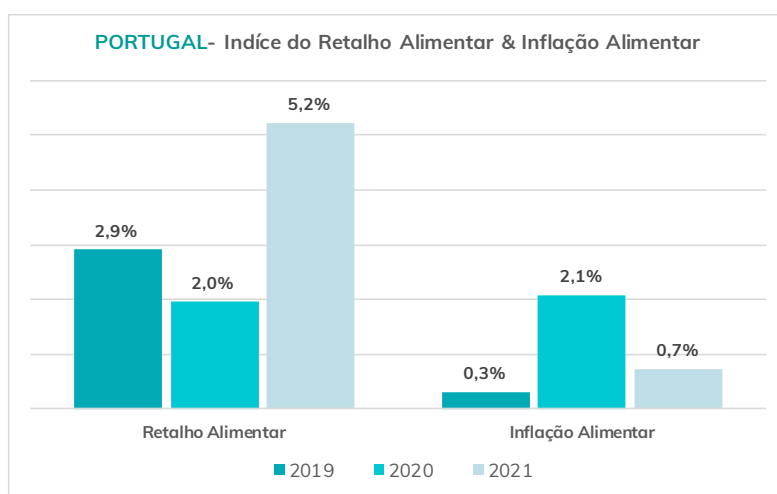
As categorias mais afetadas em 2020, como a maquilhagem ou as fragrâncias, cresceram significativamente em 2021, bem como as categorias de cuidados com o rosto e os cabelos. Os cosméticos naturais reforçaram a sua posição, com um número crescente de clientes a manifestarem interesse por produtos que têm na sua base ingredientes naturais. Neste contexto, a PMR⁸ prevê que a taxa média de crescimento do mercado de cosméticos naturais, para o período 2021-2026, seja superior a 10%.

Para 2022, as perspetivas para o mercado de Saúde e Beleza permanecem muito positivas. O canal online deverá continuar a desenvolver-se a um ritmo acelerado, tanto mais que a penetração do comércio eletrónico, no total das vendas deste mercado é ainda relativamente baixa, embora no caso da Hebe seja já de 13%. Este crescimento será suportado numa maior integração das operações online e offline, impulsionado não só pela procura, mas também por investimentos significativos, previstos realizar pelos principais operadores, como forma de acelerar a transformação digital que se encontra em curso.

1.2. Portugal

Retalho Alimentar Moderno

2021 foi um ano desafiante, mas importante no avanço do controlo da situação pandémica. Ainda assim,



mantiveram-se algumas limitações significativas, com impacto no normal funcionamento do retalho e de outros sectores-chave da economia, em particular, o turismo e a restauração.

Apesar de alguma recuperação, o sector do turismo manteve-se longe dos níveis de atividade que vinham a ser observados antes da pandemia.

É importante salientar a evolução da inflação, que acelerou progressivamente durante todo o ano de 2021, primeiro por aumento dos preços dos bens energéticos e

⁷ Fonte: NielsenIQ – Evolução do retalho das drogeries, janeiro-dezembro 2021

⁸ Fonte: PMR - Mercado de cosméticos naturais na Polónia 2021. Previsões de desenvolvimento para 2021-2026

depois dos bens alimentares, ambos com impactos na atividade económica em geral e no Retalho Alimentar em particular.

Neste enquadramento, as vendas de comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco cresceram 5,2% (2,9% a preços constantes), muito acima dos 2,0% registados no ano anterior. Apesar do contexto difícil e incerto quanto à evolução económica, o mercado de Retalho Alimentar Moderno manteve-se muito competitivo, com níveis promocionais significativos e um ritmo de expansão de lojas relevante.

Antecipa-se que 2022 continue a ser um ano exigente, com níveis de inflação elevados, possível aumento da contestação social e ainda com alguma imprevisibilidade no que respeita à normalização da situação pandémica.

Quanto à expansão do número de lojas de Retalho Alimentar, estima-se que ocorra de forma ativa e continuada, com foco na abertura de lojas de proximidade e ultraproximidade. Os consumidores deverão manter-se muito atentos e focados no fator preço, mas dando importância crescente a outros fatores, como sejam a origem dos produtos adquiridos, respetivos desempenhos ambientais, responsabilidade social e transparência das empresas. A preferência por soluções mais saudáveis será igualmente um fator de compra relevante, sendo expectável o aumento do consumo de frescos e de produtos com perfil nutricional equilibrado. Adicionalmente, assistir-se-á ao desenvolvimento de soluções inovadoras, de origem maioritariamente vegetal, que permitam substituir ou complementar a dieta proteica de forma mais equilibrada ou a ingestão de determinados produtos com um perfil nutricional específico.

Mercado Grossista

Conforme antecipado no final de 2020, os efeitos da crise pandémica continuaram a fazer sentir-se durante o ano de 2021, com particular relevância no primeiro trimestre do ano.

De acordo com os dados da Nielsen TSR, o segmento cash & carry registou um crescimento de 4,4% face ao ano anterior, após uma queda de 9,3% em 2020.

Com o abrandar das restrições, o canal HoReCa (hotelaria, restauração e cafetaria) começou a registar uma recuperação da atividade. De acordo com os dados da Nielsen, entre julho e dezembro, este canal reportou um crescimento de vendas de 15,6%, ficando, ainda assim, 29% abaixo do valor registado em 2019 para o mesmo período, o que demonstra os significativos impactos que a pandemia teve nas atividades que constituem o canal.

No turismo, verificou-se em 2021 um aumento de cerca de 45% no número de dormidas. Ainda assim, quando comparado com o período homólogo de 2019, a quebra é de cerca de 47%.

O Retalho Tradicional ficou em linha com o ano anterior, mesmo com o levantamento das restrições impostas ao retalho organizado que, no ano anterior, beneficiaram as mercearias de proximidade. De acordo com os dados da Nielsen, o volume de negócios do Retalho de Proximidade diminuiu 0,7% em 2021, após um crescimento de 3,6% em 2020.

Para 2022, apesar da incerteza quanto ao total controlo da situação pandémica, a expectativa é que as vendas do mercado grossista aumentem, impulsionadas, em particular, pelo crescimento de vendas ao canal HoReCa.

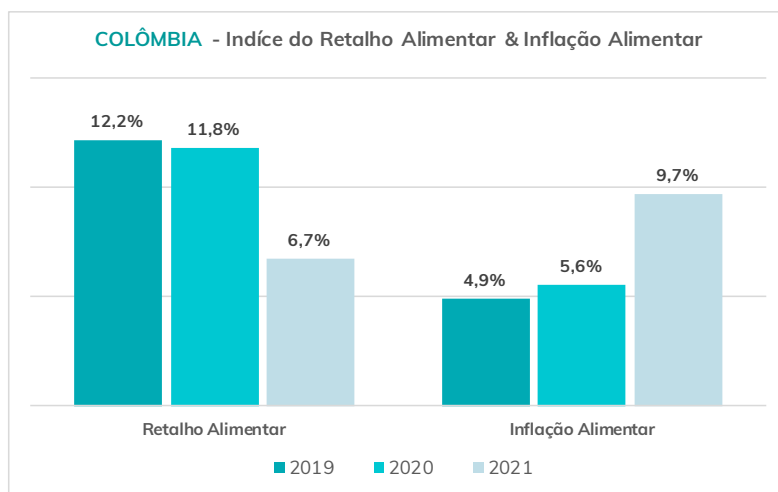
1.3. Colômbia

Retalho Alimentar Moderno

O mercado de Retalho Alimentar registou um crescimento de 12,0%⁹ em 2021, suportado pela ligeira melhoria dos níveis de confiança dos consumidores, pela redução da taxa de desemprego e pelo maior

⁹ Estudo NielsenIQ - Total Market 4T 2021

controlo na evolução da Covid-19 com diminuição do número de novas infeções e óbitos e com o avançar do programa nacional de vacinação.



No mesmo período, o formato discount registou um crescimento de vendas de 15,5%. Em termos líquidos foram adicionadas mais de 250 lojas neste formato.

Em relação a canais e formatos de loja, é de notar ainda o crescimento de vendas de 21,0% registado pelo Retalho Tradicional, que ficou próximo da quota que tinha antes da pandemia, por oposição à queda registada no Retalho Independente (-6,2%). As chamadas cadeias organizadas, que incluem os operadores de

Retalho Alimentar Organizado, excluindo discounts, aumentaram as suas vendas em 3,2%, face ao ano anterior.

O mercado de Retalho Alimentar deverá apresentar uma conjuntura favorável em 2022, num quadro de crescimento económico e de menor tensão social. Entre os principais fatores a considerar destacam-se: i) a recuperação das vendas de categorias afetadas pela pandemia e pelas falhas na cadeia de abastecimento que marcaram o ano; ii) a pressão que a inflação continuará a gerar nos custos e nos preços de compra e iii) o número crescente de consumidores cuja preocupação ambiental vai determinar a escolha de produtos e das cadeias onde efetua as suas compras.

A estratégia dos retalhistas passará também pela constante monitorização do fator preço e pelo desenvolvimento de Marcas Próprias que respondam não só às necessidades das famílias de menor rendimento, mas também às necessidades de consumidores mais exigentes, que privilegiem produtos inovadores e de maior valor acrescentado.

Fontes Consultadas:

Eurostat; Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; Central Statistical Office (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); Fedesarrollo; Nielsen e PMR.

2. Desempenho do Grupo

2.1. Visão Geral sobre o Desempenho

| | | |
|--|--|---|
| +8,3% VENDAS Para €20.889 Milhões (+10,7% excl. FX) | +11,4% EBITDA Para €1.585 Milhões (+14,1% excl. FX) | +48,3% R. LÍQUIDO Para €463 Milhões (EPS de €0,74) |
| PROGRAMA DE INVESTIMENTO €690 Milhões | CASH FLOW €723 Milhões | DÍVIDA LÍQUIDA €1.320 Milhões (caixa líquida €1.046 Milhões excl. locações operacionais cap.) |

O firme compromisso de todas as insígnias do Grupo de proporcionar qualidade a preços baixos aos seus consumidores permitiu entregar, em 2021, um forte crescimento de 8,3% das vendas que, no total, ultrapassaram largamente o marco dos 20 mil milhões de euros.

Este desempenho foi atingido num ano pautado por desafios e incertezas, ao longo do qual as nossas equipas, especialmente as que estiveram na linha da frente do negócio em circunstâncias especialmente desafiantes, serviram com dedicação os consumidores.

O bom desempenho de vendas em todas as áreas de negócio, conjugado com a gestão detalhada do mix de margem e a crescente disciplina de custos, permitiu mitigar a pressão do imposto sobre as vendas introduzido em janeiro de 2021 na Polónia, recuperar a alavancagem operacional em Portugal e concretizar avanços importantes no caminho para a rentabilidade na Colômbia. Ao nível do Grupo, a margem EBITDA subiu de 7,4% em 2020 para 7,6% em 2021.

O notável desempenho operacional refletiu-se numa forte geração de fundos e levou o Grupo a encerrar o ano com uma posição líquida de caixa (excluindo responsabilidades com locações operacionais capitalizadas) de mil milhões de euros.

A subida do Pre-Tax ROIC consolidado para 21,5% (vs. 16,5% em 2020) marca definitivamente 2021 como um ano de crescimento rentável que Jerónimo Martins encerrou com uma muito sólida situação financeira.

Também as posições de mercado foram fortalecidas em todas os países onde o Grupo opera, ao mesmo tempo que se manteve uma perspetiva de longo prazo, tendo-se registado progressos importantes nos objetivos traçados em todos os pilares de responsabilidade corporativa.

Destaques de Responsabilidade Corporativa

A robustez dos nossos indicadores financeiros foi acompanhada de um reforço dos resultados relacionadas com sustentabilidade ambiental e social. Dez anos após a definição das primeiras metas de Responsabilidade Corporativa, estamos presentes em mais de 100 índices internacionais de sustentabilidade.

Em 2021, fomos classificados com o nível máximo (A) nos programas Clima e Água do CDP – Disclosure Insight Action e com o nível (A-), pelo terceiro ano consecutivo, nas commodities associadas ao risco de desflorestação (óleo de palma, carne bovina e soja). Somos, assim, o retalhista alimentar com melhor classificação a nível mundial. Fomos também um dos primeiros signatários do Código de Conduta da UE sobre Práticas Empresariais e Comerciais Responsáveis.

Num investimento relevante na área da segurança alimentar, inaugurámos o nosso próprio laboratório de microbiologia molecular, que efetua 350 análises mensais a produtos de Marca Própria e comida fresca para Portugal, Polónia e Colômbia.

Estamos presentes, uma vez mais, no Gender-Equality Index da Bloomberg para a igualdade de género e melhorámos o rácio salarial entre homens e mulheres para 97,6%. Em 2021, investimos 217 milhões de euros em prémios de reconhecimento aos colaboradores – no final do ano, éramos 123.458 pessoas. Destaque também para a inauguração do Centro Incluir que, com base em metodologias de desenvolvimento e formação inovadoras, pretende aumentar a empregabilidade de pessoas com deficiência.

Mais informações acerca destas e outras ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no Capítulo 5. deste Relatório e Contas.

2.2. Gerir em Contexto Pandémico

Ao longo de 2021, os efeitos da pandemia, especialmente no que toca à imposição de medidas de confinamento, continuaram a impactar, embora com diferentes intensidades em cada país, o ambiente operacional. Neste contexto foi fundamental, uma vez mais, a notável capacidade de execução das equipas de gestão, com o devido acompanhamento do Conselho de Administração que, de forma rápida e flexível, conseguiram implementar os planos de ação definidos para gerir em incerteza.

Em 2021, gerir sob os efeitos da pandemia levou a custos diretos adicionais, ao nível do EBITDA, de c.17 milhões de euros (c.41 milhões de euros em 2020).

Na Polónia, no primeiro trimestre do ano foi mantido o período de confinamento com imposição de limite ao número de pessoas permitidas dentro das lojas de retalho (cinco pessoas por checkout para lojas até 100 m² e uma pessoa por cada 15 m² para lojas com área superior). A partir do final de março, esse limite foi ajustado para uma pessoa por 15 m² em lojas com área de até 100 m² e para uma pessoa por 20 m² em lojas com área superior.

Os centros comerciais estiveram encerrados em janeiro e, novamente, a partir de meados de março, tendo as escolas funcionado em regime de ensino à distância. Os restaurantes mantiveram-se fechados durante este período. Ao longo do segundo trimestre, o país entrou num plano faseado de reabertura. Os centros comerciais e os restaurantes voltaram a operar em maio embora estes últimos ainda com limites à ocupação. As escolas reabriram progressivamente a partir do final de abril.

A limitação ao número de pessoas permitidas dentro das lojas de retalho foi aliviada, no final de junho, de uma pessoa por 15 m² (para lojas maiores do que 100 m²) para uma pessoa por 10 m².

No final do mês de novembro, e com os receios de contágio da nova variante Ómicron, o Governo polaco anunciou novas restrições a vigorar entre 1 e 17 de dezembro. A capacidade autorizada de ocupação para cinemas, teatros, restaurantes e hotéis tornou-se mais restrita e as limitações de ocupação para os supermercados superiores a 100 m² voltaram às aplicadas no início do ano, com o máximo de uma pessoa por 15 m².

Estas medidas afetaram negativamente o canal HoReCa em favor do consumo em casa, o que foi encarado como positivo para o Retalho Alimentar no país, ainda que tenham gerado uma permanente incerteza e um grande desafio de adaptação.

Em Portugal, no início do ano, continuou em vigor, para as lojas de retalho, o limite de cinco pessoas por cada 100 m², bem como a proibição de venda de bebidas alcoólicas após as 20h00.

A partir do meio de janeiro, a imposição de medidas de confinamento mais restritivas levou ao encerramento das lojas de bens não essenciais, dos restaurantes, dos centros comerciais e das escolas.

As lojas de Retalho Alimentar estiveram impedidas de vender bens não-alimentares e de divulgar campanhas promocionais. Os horários de funcionamento foram limitados até às 20h00 durante a semana e até às 17h00 aos fins-de-semana.

A partir de março as medidas foram sendo progressivamente aliviadas com as regiões a avançar no levantamento de restrições conforme o número de casos por habitante, tendo os horários de encerramento das lojas de Retalho Alimentar sido alterados para as 21h00 durante a semana e para as 19h00 aos fins-de-semana.

A partir do mês de abril voltou a ser possível comunicar promoções em loja e os restaurantes puderam abrir, ainda que com limites ao número de pessoas por mesa (quatro no interior e seis no exterior). Ainda assim, os horários, neste sector, mantiveram-se limitados às 22h00 durante a semana e às 13h00 ao fim de semana.

A partir do mês de maio os horários voltaram ao normal e, em julho, nos municípios de maior risco de incidência, foram impostos limites ao horário de funcionamento das lojas, restaurantes e cafetarias.

No início do terceiro trimestre, a limitação do número de pessoas permitidas dentro das lojas manteve-se num máximo de cinco pessoas por 100 m², tendo sido alargado para oito pessoas por 100 m² a partir do final de agosto, assim que o país atingiu os 70% de taxa de vacinação.

Em outubro foram levantadas as restrições ao número de pessoas por mesa nos restaurantes. No entanto, em dezembro, e na tentativa de conter a progressão da nova variante, novas medidas foram antecipadas, incluindo o teletrabalho obrigatório e o limite de uma pessoa por cada 5 m² em espaços comerciais.

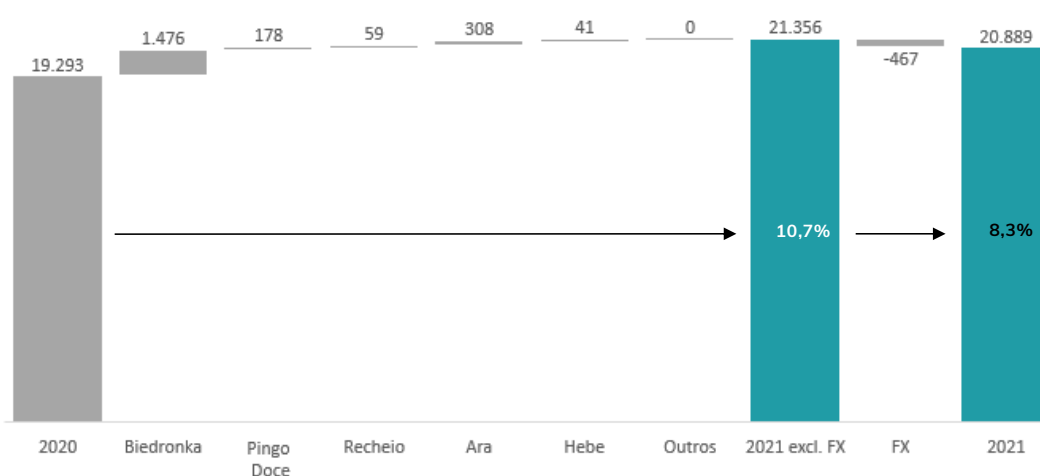
Na Colômbia, o aumento no número de infeções ditou a introdução, em algumas regiões e de forma intermitente, de restrições à circulação. A situação teve o seu pior momento a partir de meados de março, tendo sido aliviadas a frequência das limitações intermitentes durante o segundo semestre do ano. Apesar da incerteza e da volatilidade das medidas impostas, não se observou neste país uma situação de confinamento tão restritiva como a vivida em 2020.

A incerteza face à evolução da pandemia, os picos de infeções registados em determinados momentos e a implementação de medidas de confinamento voltaram a configurar um contexto extremamente desafiante para as nossas equipas que continuaram a servir os consumidores nas lojas e a assegurar, nos centros de distribuição, o abastecimento da operação.

2.3. Foco no Crescimento Rentável

As **Vendas do Grupo** cresceram 8,3% para 20,9 mil milhões de euros, +10,7% se excluído o impacto cambial, tendo contado com o contributo de todas as áreas de negócios que levaram o like-for-like (LFL) do Grupo a atingir 8,0%.

Contribuição para o Crescimento de Vendas (€ Milhões)



Vendas Consolidadas

| (€ Milhões) | 2021 | | Δ% | | LFL |
|----------------------------------|---------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| | % total | excl. F/X | Euro | | |
| Vendas e Serviços | | | | | |
| Biedronka | 14.542 | 69,6% | 11,0% | 8,0% | 8,3% |
| Pingo Doce* | 4.046 | 19,4% | | 4,6% | 2,9% |
| Recheio | 906 | 4,3% | | 7,0% | 7,0% |
| Ara | 1.102 | 5,3% | 36,1% | 29,0% | 24,3% |
| Hebe | 278 | 1,3% | 16,7% | 13,5% | 17,5% |
| Outros & Ajustes de Consolidação | 14 | 0,1% | | 0,7% | |
| Total JM | 20.889 | 100% | 10,7% | 8,3% | 8,0% |

* inclui valores de vendas de loja e combustível

A **Biedronka**, a operar num ambiente de consumo que se manteve positivo ao longo do ano, e perante um maior controlo da situação pandémica e o conseqüente aligeirar das medidas restritivas, beneficiou do aumento de visitas às lojas impulsionado por um forte programa comercial, incluindo promoções e campanhas inovadoras de in&outs, tendo continuado a melhorar o seu sortido e a sua rede de lojas. A manutenção da liderança do posicionamento de preço e uma intensa dinâmica promocional forçaram a inflação do cabaz a conter-se nos 0,6%, significativamente abaixo da inflação alimentar média observada no país, que atingiu 3,2%.

Também na Polónia, e apesar de ter visto a sua recuperação em relação a 2020 ainda afetada pelas circunstâncias da pandemia, a **Hebe** registou um forte crescimento das vendas com o canal online a ganhar dinâmica e a aumentar a sua contribuição, representando 13,0% do total.

O **Pingo Doce** registou em 2021 um sólido desempenho de vendas que atingiram o importante marco dos 4 mil milhões de euros, apesar do impacto negativo das restrições intermitentes à circulação de pessoas e ao normal funcionamento de restaurantes e cafés nos primeiros sete meses do ano.

A Companhia manteve uma intensa dinâmica promocional, garantindo a competitividade do seu posicionamento de preço e a oferta aos consumidores de boas oportunidades de poupança. Em resultado deste compromisso de preços baixos, o Pingo Doce operou, no ano, com inflação negativa no cabaz.

O **Recheio** recuperou fortemente o seu nível de vendas apesar da reduzida atividade turística e das restrições impostas ao longo de 2021, ainda que menos impactantes do que em 2020, terem continuado a limitar a subida das vendas.

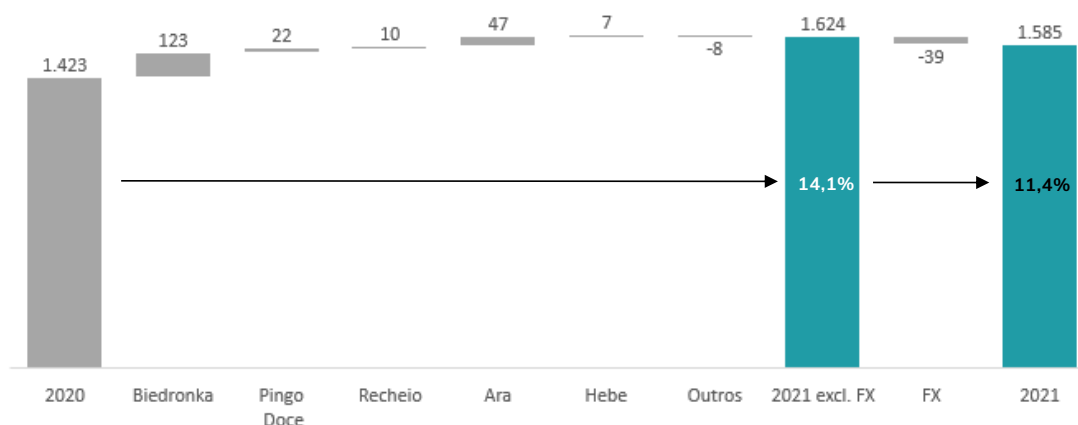
Na Colômbia, os efeitos do confinamento de 2020 condicionaram o ritmo da recuperação económica do país e a subida de preços alimentares acelerou significativamente a partir de maio, com o contributo das greves e protestos sociais que levaram a disrupções na cadeia nacional de abastecimento.

A **Ara** manteve um posicionamento de preço líder que, em conjunto com uma intensa atividade comercial, foi ainda mais valorizado nas circunstâncias particularmente difíceis que enfrentam muitas famílias. A este posicionamento de preço acresce uma oferta bem desenhada para as necessidades dos consumidores colombianos com um reconhecimento crescente da qualidade e variedade do seu sortido de Marca Própria.

Num contexto operacional sem restrições no geral, a consistência da proposta de valor e os investimentos em preço refletiram-se num notável desempenho das vendas que, em euros, superaram o marco histórico dos mil milhões, com a Companhia a ocupar uma posição muito relevante na estratégia de crescimento do Grupo.

O **EBITDA do Grupo** foi de 1,6 mil milhões de euros, 11,4% acima de 2020 (+14,1% a taxas de câmbio constantes). A respetiva margem foi de 7,6% versus 7,4% em 2020.

Contribuição para o crescimento do EBITDA (€ Milhões)



Na Polónia, ao desafio da pandemia cresceu a implementação do imposto sobre as vendas a retalho em janeiro de 2021. A **Biedronka**, mantendo a liderança de preço, registou um notável crescimento das vendas que, em conjunto com uma gestão eficaz do mix de margem e o trabalho efetuado para aumentar a eficiência operacional, permitiu a proteção da margem EBITDA.

A **Hebe** recuperou, com o bom desempenho conseguido ao nível das vendas, a alavancagem operacional que levou à melhoria da margem EBITDA.

Com o dinamismo das vendas a impulsionar a alavancagem operacional, as margens EBITDA do Pingo Doce e do Recheio também recuperaram em relação a 2020.

Importa referir que, no **Pingo Doce**, a subida da margem EBITDA foi atingida não obstante o forte investimento em posicionamento de preço.

No **Recheio**, a subida da margem EBITDA reflete a recuperação da alavancagem operacional perante um 2020 muito difícil devido ao impacto nas vendas das medidas de restrição postas em vigor.

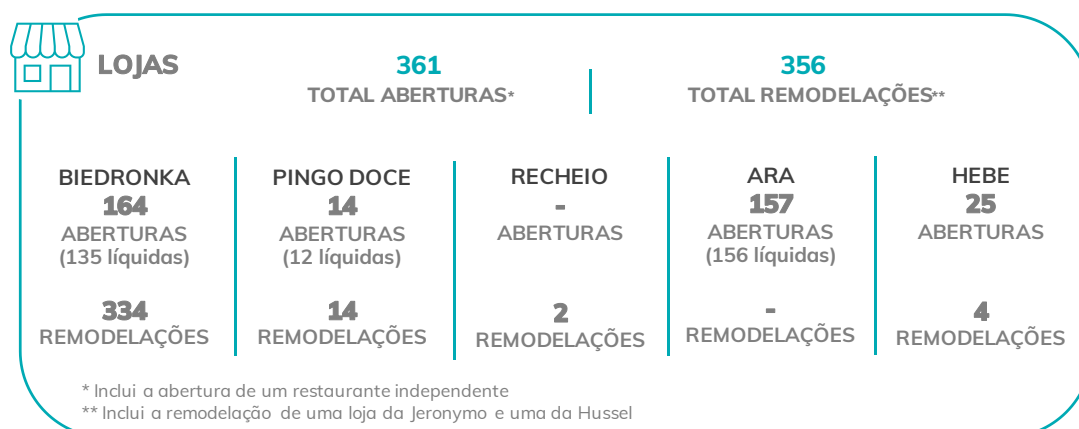
A **Ara** marca 2021 como o ano em que a notável melhoria da rentabilidade da Companhia permite registar, pela primeira vez, EBITDA positivo. Para isto contribuíram o forte crescimento de vendas e a otimização de custos levada a cabo em 2020.

Detalhe do EBITDA

| (€ Milhões) | 2021 | | 2020 | |
|----------------------------------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | | Mg | | Mg |
| Biedronka | 1.339 | 9,2% | 1.252 | 9,3% |
| Pingo Doce | 244 | 6,0% | 223 | 5,8% |
| Recheio | 43 | 4,7% | 33 | 3,9% |
| Ara | 26 | 2,3% | (20) | n.a. |
| Hebe | 25 | 9,0% | 19 | 7,6% |
| Outros & Ajustes de Consolidação | (92) | n.a. | (84) | n.a. |
| EBITDA Consolidado | 1.585 | 7,6% | 1.423 | 7,4% |

O bom desempenho operacional de todas as companhias, sem exceção, reflete posições competitivas fortes que levaram ao aumento das quotas de mercado em todos os países. O Grupo encerra 2021 com modelos de negócio fortalecidos na sua capacidade de servir os consumidores, adaptando-se com rapidez às circunstâncias dos contextos operacionais.

O **Programa de Investimento** manteve-se no centro das prioridades de alocação de capital do Grupo e contribuiu para o crescimento no ano, quer através das novas localizações, quer através da melhoria da qualidade do parque de lojas resultante de um exigente plano de remodelações.

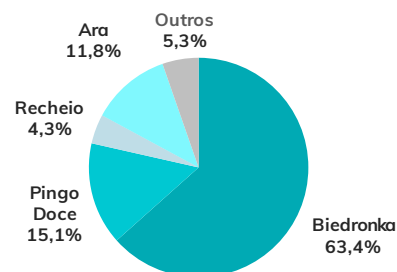


| (€ Milhões) | 2021 | | |
|-------------------------------------|-----------------------|---------------------|--------------|
| | Expansão ¹ | Outros ² | Total |
| Biedronka | 72 | 366 | 438 |
| Lojas | 69 | 322 | 391 |
| Logística e Estrutura Central | 3 | 43 | 47 |
| Pingo Doce | 29 | 75 | 104 |
| Lojas | 28 | 68 | 95 |
| Logística e Estrutura Central | 1 | 8 | 9 |
| Recheio | 11 | 19 | 30 |
| Ara | 76 | 6 | 81 |
| Lojas | 68 | 4 | 72 |
| Logística e Estrutura Central | 7 | 2 | 9 |
| Total Distribuição Alimentar | 187 | 466 | 653 |
| Hebe | 4 | 7 | 11 |
| Serviços e Outros | 23 | 3 | 26 |
| Total JM | 214 | 476 | 690 |
| % do EBITDA | 13,5% | 30,1% | 43,6% |

¹ Novas lojas e centros de distribuição

² Remodelação, manutenção e outros

Investimento por Área de Negócio



O Programa de Investimento atingiu 690 milhões de euros, com a Ara e a Biedronka a inaugurarem mais lojas do que as inicialmente planeadas.

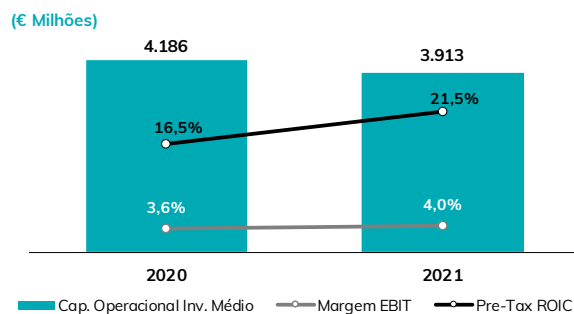
A expansão, com um total de 361 novas lojas no conjunto das insígnias, absorveu 31% do Capex do ano.

Após um ano de 2020 em que as restrições no mercado obrigaram a um significativo abrandar das aberturas, a Ara focou-se na construção de um pipeline sólido e relevante como forma de mitigar potenciais imprevistos. Num ambiente operacional geralmente sem restrições e com confiança reforçada pelo desempenho diário, a Companhia focou-se na execução das aberturas e acabou por inaugurar 157 lojas, acima do plano inicial traçado para o ano.

A Biedronka, que tinha como objetivo adicionar 100 lojas (líquidas) à sua rede de localizações, acabou por adicionar, em termos líquidos, 135 novas lojas, continuando a executar um plano de expansão de médio prazo para o qual a qualidade das localizações é central no fortalecimento do parque. A insígnia abriu ainda 14 *micro-fulfilment centres* para suportar a sua operação Biek (operação de e-commerce com entregas ultrarrápidas), inaugurada em outubro.

O investimento em logística recebeu atenção especial na Polónia, onde a Biedronka iniciou a remodelação de um centro de distribuição existente e a construção de um novo.

Também na Ara, com um ambicioso plano de expansão, o investimento em logística ganha relevância estratégica, tendo a Companhia aberto em 2021 dois armazéns de suporte à operação logística.



A rentabilidade do capital investido, calculada sob a forma de **Pre-Tax ROIC**, foi de 21,5% (16,5% em 2020). Este desempenho notável reflete a melhoria da rotação do capital investido e das respetivas

margens EBIT em todas as áreas de negócio. O crescimento de vendas, a gestão rigorosa do mix de margem, e o foco na eficiência e disciplina de custos conjugada com criteriosos planos de expansão e investimento em geral, são a base estruturante da estratégia de crescimento rentável do Grupo.

2.4. Solidez Financeira

O forte crescimento de vendas, combinado com a melhoria da rentabilidade operacional, reflete-se de forma positiva até à última linha da demonstração de resultados.

Resultado Operacional Consolidado

| (€ Milhões) | 2021 | | 2020 | | Δ% |
|---------------------------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|--------------|
| | | % | | % | |
| Vendas Consolidadas | 20.889 | | 19.293 | | 8,3% |
| Margem Total | 4.497 | 21,5% | 4.227 | 21,9% | 6,4% |
| Custos Operacionais | (2.912) | (13,9)% | (2.804) | (14,5)% | 3,9% |
| Cash Flow Operacional (EBITDA) | 1.585 | 7,6% | 1.423 | 7,4% | 11,4% |
| Depreciação | (745) | (3,6)% | (734) | (3,8)% | 1,5% |
| Resultado Operacional (EBIT) | 840 | 4,0% | 689 | 3,6% | 21,9% |

Resultado Líquido Consolidado

| (€ Milhões) | 2021 | | 2020 | | Δ% |
|--|------------|-------------|------------|-------------|--------------|
| | | % | | % | |
| Resultado Operacional (EBIT) | 840 | 4,0% | 689 | 3,6% | 21,9% |
| Resultados Financeiros | (154) | (0,7)% | (180) | (0,9)% | (14,6)% |
| Ganhos em Empresas Associadas | - | - | - | - | n.a. |
| Outras Perdas e Ganhos | (34) | (0,2)% | (50) | (0,3)% | n.a. |
| Resultado antes de Imposto (EBT) | 652 | 3,1% | 459 | 2,4% | 42,2% |
| Impostos | (168) | (0,8)% | (136) | (0,7)% | 23,7% |
| Resultado Líquido | 484 | 2,3% | 323 | 1,7% | 50,0% |
| Interesses que não Controlam | (21) | (0,1)% | (11) | (0,1)% | n.a. |
| Res. Líquido atrib. a JM | 463 | 2,2% | 312 | 1,6% | 48,3% |
| Res. Líquido / ação (€) | 0,74 | | 0,50 | | 48,3% |
| Res. Líquido / ação sem Outras Perdas e Ganhos (€) | 0,77 | | 0,55 | | 39,5% |

Os **Resultados Financeiros** foram de (154) milhões de euros, tendo reduzido em relação aos (180) milhões de euros registados em 2020. Estes custos incluem o reconhecimento de perdas de conversão cambial no montante de (3) milhões de euros, relativas a ajustes de valor das responsabilidades com locações operacionais capitalizadas na Polónia denominadas em euros que, em 2020, foram de (21) milhões de euros.

As **Outras Perdas e Ganhos** foram de (34) milhões de euros, traduzindo, entre outros, custos de reestruturação e a distribuição de um reconhecimento – num valor equivalente a c.19 milhões de euros – às equipas do Grupo que trabalharam na linha da frente.

O **Cash Flow** gerado no ano atingiu 723 milhões de euros, acima dos 516 milhões de euros gerados em 2020. Este bom desempenho reflete o crescimento do resultado operacional e a gestão criteriosa do capital circulante, que beneficiou ainda de um efeito positivo das aberturas de final de ano.

Cash Flow

| (€ Milhões) | 2021 | 2020 |
|--|------------|------------|
| EBITDA | 1.585 | 1.423 |
| Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas | (277) | (270) |
| Pagamento de Juros | (152) | (153) |
| Outros Itens Financeiros | - | - |
| Imposto sobre o Resultado | (174) | (174) |
| Fundos gerados pelas Operações | 982 | 826 |
| Pagamento de Capex | (604) | (510) |
| Capital Circulante | 375 | 246 |
| Outros | (29) | (46) |
| Cash Flow | 723 | 516 |

A geração de caixa veio reforçar o já forte **Balanço Consolidado** que no final do ano registou uma posição de caixa (excluindo as responsabilidades com locações operacionais capitalizadas) de mil milhões de euros, incorporando o pagamento de dividendos da sociedade que em 2021 foi de 181 milhões de euros, em linha com a política de distribuição em vigor.

Balanço Consolidado

| (€ Milhões) | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Goodwill Líquido | 618 | 620 |
| Ativo Fixo Líquido | 4.159 | 3.967 |
| Direitos de Uso Líquido | 2.221 | 2.154 |
| Capital Circulante Total | (3.290) | (2.864) |
| Outros | 145 | 133 |
| Capital Investido | 3.852 | 4.010 |
| Total de Empréstimos | 460 | 524 |
| Locações Financeiras | 22 | 11 |
| Locações Operacionais Capitalizadas | 2.365 | 2.262 |
| Acréscimos e Diferimentos de Juros | - | (3) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | (1.527) | (1.041) |
| Dívida Líquida | 1.320 | 1.752 |
| Interesses que não Controlam | 254 | 249 |
| Capital Social | 629 | 629 |
| Resultados Transitados | 1.649 | 1.379 |
| Fundos de Acionistas | 2.532 | 2.257 |

Tal como preconizado na estratégia de financiamento do Grupo, recorre-se, sempre que possível, a **Empréstimos** em moeda local como forma de cobertura natural do risco cambial dos investimentos.

Em 2021, na gestão da maturidade da sua dívida, a Jerónimo Martins Colombia, SAS contratou um empréstimo de médio e longo prazo no montante de 80 mil milhões de pesos colombianos, equivalente a cerca de 17 milhões de euros, a 5 anos, com taxa fixa.

Detalhe dos Empréstimos

| (€ Milhões) | 2021 | 2020 |
|---|------------|------------|
| Empréstimos de Médio Longo Prazo | 347 | 364 |
| % do Total de Empréstimos | 75,5% | 69,5% |
| Maturidade Média (anos) | 5,7 | 6,7 |
| Total de Empréstimos | 460 | 524 |
| Maturidade Média (anos) | 4,5 | 5,1 |
| % Total de Empréstimos em Euros | 0,0% | 0,0% |
| % Total de Empréstimos em Zlotys | 46,6% | 41,7% |
| % Total de Empréstimos em Pesos Colombianos | 53,4% | 58,3% |

2.5. Jerónimo Martins no Mercado de Capitais

Nos primeiros meses de 2021 o otimismo em relação à eficácia das vacinas contra a Covid-19 e o acordo entre a União Europeia (UE) e o Reino Unido para o Brexit ajudaram a impulsionar os mercados.

Além disso, o compromisso assumido conjuntamente pelo presidente dos Estados Unidos da América (EUA) e pelos líderes da UE de encerrarem disputas comerciais pendentes e removerem tarifas relacionadas com o conflito do aço e do alumínio veio trazer indícios de maior estabilidade.

Ao nível macroeconómico, os indicadores foram globalmente favoráveis aos mercados acionistas. Tanto a Reserva Federal (Fed) como o Banco Central Europeu (BCE) mantiveram-se firmes a proteger a economia. Embora o sentimento se tenha alterado ao longo do ano, e apesar da volatilidade ter dominado os mercados, globalmente as bolsas encerraram o ano com ganhos acentuados e, tanto nos EUA como na Europa, foram atingidos máximos históricos.

Já no final de 2021, a conjugação de vários dados económicos positivos nos EUA com a divulgação de estudos que validaram a tese da menor severidade da nova variante Ómicron ajudou a suportar o sentimento positivo nos mercados financeiros.

Os investidores reforçaram as expectativas de que a pandemia não vai causar grande impedimento à recuperação da economia global, estimulando o regresso da maior procura por ativos de risco.

Caracterização do Título

| | |
|---------------------------------|----------------------|
| Bolsa em que está Cotada | Euronext Lisbon |
| Data de Entrada em Bolsa | Novembro de 1989 |
| Capital Social (€) | 629.293.220 |
| Valor Nominal | 1,00 € |
| N.º Ações Emitidas | 629.293.220 |
| Símbolo | JMT |
| Códigos | ISIN PTJMT0AE0001 |
| | Reuters JMT.LS |
| | Bloomberg JMT PL |
| | Sedol B1Y1SQ7 |
| | WKN 878605 |

Jerónimo Martins integra, segundo os dados da Thomson Reuters, 65 índices, sendo os mais relevantes o PSI20 (índice de referência da Euronext Lisbon), o Euronext100 e o EuroStoxx. As suas ações são negociadas em 45 plataformas distintas, maioritariamente nas principais praças europeias.

A ação de Jerónimo Martins está também presente em mais de 100 índices internacionais de sustentabilidade, que reconhecem os compromissos assumidos pelo Grupo nas dimensões ambiental, social e de governo da sociedade (ESG, na sigla inglesa).

Desde junho de 2020, a ação passou a constar no Eurozone ESG Large 80, um índice que abrange as empresas cotadas na Euronext que melhor estão a adaptar os seus negócios à transição energética, apoiando assim uma economia com baixo teor de carbono e reduzindo o impacto nas alterações climáticas. Além deste, está ainda incluída, entre outros, nos índices Euronext Vigeo Eiris Eurozone 120 e Europe 120, e nos índices FTSE4Good Europe, FTSE4Good Developed e FTSE4Good Developed Minimum Variance.

Jerónimo Martins faz parte, pelo segundo ano consecutivo, da restrita lista de empresas que integram o Bloomberg Gender-Equality Index, índice mundial de igualdade de género, tendo subido a sua avaliação face ao ano transato.

Jerónimo Martins é a única empresa portuguesa na “A List” do CDP relativa ao combate às alterações climáticas e também à gestão da água e é, pelo terceiro ano consecutivo, o único retalhista alimentar mundial classificado com A- (nível Liderança) na gestão de três das quatro commodities mais associadas ao risco de desflorestação: óleo de palma, soja e gado bovino. Esta avaliação abrange mais de 13 mil empresas de todo o mundo, que representam 64% da capitalização bolsista global (mais informações acerca deste reconhecimento no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no Capítulo 5. deste Relatório e Contas).

A presença de Jerónimo Martins nestes e noutros índices relevantes pode ser consultada no nosso website na área de “Responsabilidade” (página “Reconhecimento” em www.jeronimomartins.com).

Estrutura de Capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar a Secção A - Estrutura Acionista no Capítulo 4. deste Relatório e Contas.

Desempenho do PSI20

Apesar da volatilidade que dominou os mercados ao longo do ano e das preocupações com a introdução de novas medidas restritivas, as bolsas encerraram 2021 com ganhos acentuados.

A bolsa portuguesa fechou o ano com 5.569,48 pontos, o que significa uma valorização de 13,7% face ao ano transato. Um desempenho que mais do que compensa a queda registada em 2020 (6,1%), mas que fica aquém do desempenho de outros índices europeus, que marcaram máximos históricos em 2021 registando ganhos acima de 20% no ano (com particular destaque para o Eurostoxx50 e Stoxx 600, com valorizações de 21% e 22%, respetivamente).

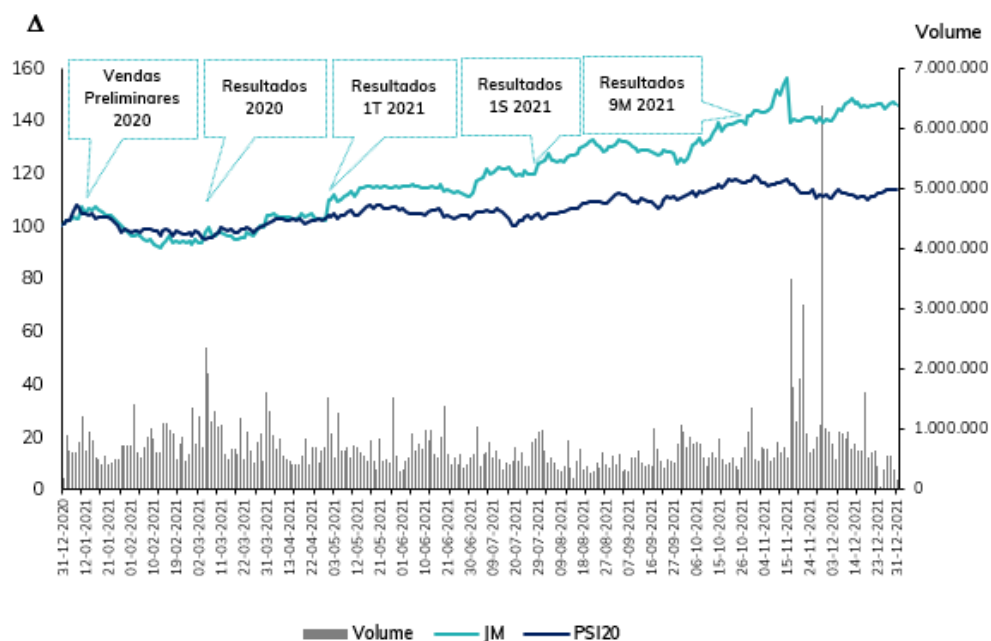
Um dos fatores que introduziu alguma volatilidade no índice foi a instabilidade política resultante da não aprovação do Orçamento do Estado para 2022, que levou à dissolução do parlamento e à marcação de eleições legislativas antecipadas para 30 de janeiro de 2022.

O PSI20 encerrou o ano com 19 títulos na sua composição, mais um do que no ano anterior, pela integração, na revisão de setembro, da Greenvolt. Entre as empresas que compõem o índice, apenas seis registaram um desempenho negativo no ano, o que inverteu a tendência registada em 2020.

Desempenho da Ação Jerónimo Martins

Com a terceira maior capitalização bolsista da Euronext Lisbon, posição que manteve face a 2020, Jerónimo Martins encerrou o ano com a maior representatividade no PSI20, um peso relativo de 15,4% no índice (versus 8,3% em 2020). A Companhia mantém-se como uma das quatro empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, no qual subiu ligeiramente o seu peso para os 0,32% (face aos 0,28% registados no ano anterior), já que a sua capitalização bolsista se cifrou em 12,649 mil milhões de euros no final de 2021 (8,697 mil milhões de euros em 2020).

Jerónimo Martins registou, no ano, um volume de transações, na Euronext Lisbon, na ordem das 187 milhões de ações. Este volume correspondeu a uma média diária de cerca de 723,000 ações (26% abaixo do registado em 2020), a um preço médio de 16,49 euros (10,8% superior ao registado em 2020). Em termos de volume de negócios, estas ações representaram o equivalente a 10,6% (cerca de 3 mil milhões de euros) do volume global de ações transacionadas no PSI20 em 2021.



Em termos de cotação, a ação de Jerónimo Martins encerrou o ano com uma cotação de fecho de 20,10 euros, valorizando 45,4% face ao ano anterior. O mínimo de 12,65 euros foi registado no dia 12 de fevereiro. Durante o mês de novembro a ação foi atingindo recordes sucessivos, fechando com a cotação máxima de 21,61 euros no dia 15 de novembro. Nesse mesmo dia, e após o encerramento do mercado, a Companhia foi informada que a Asteck, S.A. (Grupo Heerema) havia vendido 31.464.759 ações, equivalentes a 5,0% das ações de Jerónimo Martins, a investidores institucionais, através de um procedimento de 'accelerated bookbuilt' organizado pela Goldman Sachs, espoletando uma pressão na cotação, iniciando-se nova trajetória de valorização.

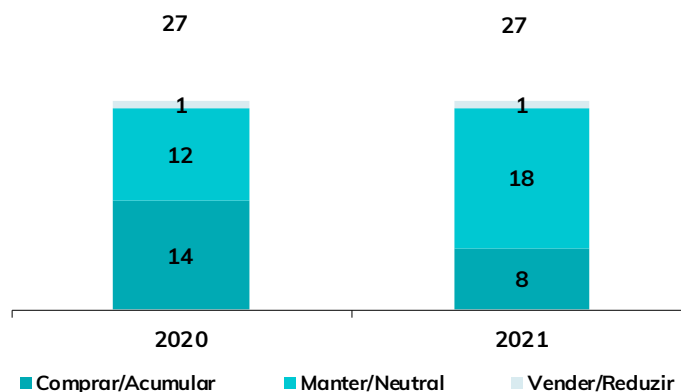
Analistas

Atualmente, existem 27 analistas com cobertura ativa da ação Jerónimo Martins. Durante o ano de 2021 houve duas casas de investimento que iniciaram a cobertura enquanto outras duas deixaram de seguir o título por alterações nas respetivas equipas de research.

No final de 2021, o peso das recomendações dos analistas distribuía-se da seguinte forma: Comprar, Manter e Vender, respetivamente 29%, 67% e 4%.

O preço-alvo médio atribuído pelos analistas a 31 de dezembro de 2021 foi de 19,27 euros, 20,9% acima da média de 2020 e 4,1% abaixo da cotação de fecho (20,10 euros).

A evolução das recomendações e preços-alvo emitidos pelas diversas instituições pode ser consultada no nosso website (www.jeronimomartins.com/pt/investidor/accao-jeronimo-martins/analistas).



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2017-2021

| (€ Milhões) | 2021 | 2020 | 2019 | 2019 | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Excl. IFRS16 | | | | | | |
| Balanço | | | | | | |
| Goodwill Líquido | 618 | 620 | 641 | 641 | 637 | 647 |
| Ativo Fixo Líquido | 4.159 | 3.967 | 4.140 | 4.140 | 3.842 | 3.639 |
| Direitos de Uso Líquido | 2.221 | 2.154 | 2.318 | - | - | - |
| Capital Circulante Total | (3.290) | (2.864) | (2.793) | (2.788) | (2.454) | (2.496) |
| Outros | 145 | 133 | 94 | 86 | 70 | 54 |
| Capital Investido | 3.852 | 4.010 | 4.400 | 2.079 | 2.096 | 1.843 |
| Total de Empréstimos | 460 | 524 | 732 | 732 | 624 | 529 |
| Loações Financeiras | 22 | 11 | 17 | 17 | 15 | 8 |
| Loações Operacionais Capitalizadas | 2.365 | 2.262 | 2.368 | - | - | - |
| Acréscimos e Diferimentos de Juros | - | (3) | 3 | 3 | 2 | 4 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | (1.527) | (1.041) | (949) | (949) | (562) | (712) |
| Dívida Líquida | 1.320 | 1.752 | 2.172 | (196) | 80 | (170) |
| Interesses que não Controlam | 254 | 249 | 254 | 257 | 238 | 225 |
| Capital Próprio | 2.278 | 2.008 | 1.975 | 2.018 | 1.778 | 1.788 |

| (€ Milhões) | 2021 | 2020 | 2019 | 2019 | 2018 | 2017 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|------------|
| Excl. IFRS16 | | | | | | |
| Demonstração de Resultados | | | | | | |
| Vendas Líquidas e Serviços | 20.889 | 19.293 | 18.638 | 18.638 | 17.337 | 16.276 |
| Cash flow Operacional (EBITDA) | 1.585 | 1.423 | 1.437 | 1.045 | 960 | 922 |
| em % vendas | 7,6% | 7,4% | 7,7% | 5,6% | 5,5% | 5,7% |
| Depreciação | (745) | (734) | (715) | (397) | (364) | (331) |
| Resultado Operacional (EBIT) | 840 | 689 | 722 | 648 | 596 | 591 |
| em % vendas | 4,0% | 3,6% | 3,9% | 3,5% | 3,4% | 3,6% |
| Resultados Financeiros | (154) | (180) | (159) | (29) | (25) | (12) |
| Ganhos em Empresas Associadas | - | - | - | - | - | - |
| Outras Perdas e Ganhos ¹ | (34) | (50) | (14) | (15) | (9) | (14) |
| Resultado antes de Imposto (EBT) | 652 | 459 | 549 | 604 | 562 | 565 |
| Impostos | (168) | (136) | (128) | (137) | (132) | (152) |
| Resultado Líquido | 484 | 323 | 421 | 467 | 430 | 413 |
| Interesses que Não Controlam | (21) | (11) | (31) | (34) | (29) | (27) |
| Resultado Líquido atribuído a JM | 463 | 312 | 390 | 433 | 401 | 385 |

¹ Outras Perdas e Ganhos incluem os Outras Perdas e Ganhos Operacionais e os Ganhos em Outros Investimentos tal como aparecem na Demonstração de Resultados por Funções e detalhados nas notas às contas consolidadas.

| Indicadores Bolsistas | 2021 | 2020 | 2019 | 2018 | 2017 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Capital Social (€) | 629.293.220 | 629.293.220 | 629.293.220 | 629.293.220 | 629.293.220 |
| N.º Total de Ações | 629.293.220 | 629.293.220 | 629.293.220 | 629.293.220 | 629.293.220 |
| Ações Próprias | 859.000 | 859.000 | 859.000 | 859.000 | 859.000 |
| Capital Disperso | 37,7% | 32,4% | 29,7% | 28,7% | 28,4% |
| EPS (€) | 0,74 | 0,50 | 0,62 | 0,64 | 0,61 |
| Dividendo por Ação (€) ¹ | 0,29 | 0,35 | 0,33 | 0,61 | 0,61 |
| Desempenho em Bolsa | | | | | |
| Máxima (fecho) (€) | 21,61 | 17,22 | 16,12 | 17,65 | 18,07 |
| Mínima (fecho) (€) | 12,65 | 13,61 | 10,30 | 10,11 | 14,88 |
| Média (€) | 16,49 | 14,89 | 14,09 | 13,46 | 16,46 |
| Final Ano (Fecho) (€) | 20,10 | 13,82 | 14,67 | 10,34 | 16,20 |
| Capitalização Bolsista (31 dez) (€ 000.000) | 12.649 | 8.697 | 9.229 | 6.507 | 10.191 |
| Transações (em volume) (1.000 ações) | 186.528 | 251.103 | 215.938 | 234.824 | 182.115 |
| Varição Anual | 45,4% | (5,8)% | 41,8% | (36,2)% | 9,9% |
| Varição Anual - PSI20 | 13,7% | (6,1)% | 10,2% | (12,2)% | 15,2% |

¹ Na fase inicial da pandemia de Covid-19, quando a incerteza se encontrava em níveis extremos, o Conselho de Administração decidiu, por um critério de prudência, reduzir excepcionalmente, de 50% para 30%, o payout a aplicar aos resultados de 2019, reservando a possibilidade de vir a propor, se as condições assim o permitissem, a distribuição do valor remanescente. Assim, e no contexto do desempenho registado até ao final dos nove meses do ano de 2020, o Conselho de Administração decidiu propor a distribuição de reservas livres para perfazer o payout de 50%. O valor apresentado inclui, assim, o pagamento do dividendo bruto de 0,207 euros por ação, aprovado na Assembleia Geral de 25 de junho de 2020 e realizado no dia 15 de julho de 2020, relativo à distribuição de resultados de 2019, bem como a distribuição de reservas no valor bruto de 0,138 euros por ação, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de novembro de 2020 e com pagamento a 16 de dezembro de 2020.

3. Desempenho das Áreas de Negócio

3.1. Distribuição Alimentar

3.1.1. Biedronka



MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

O ano de 2021 foi novamente marcado pela imprevisibilidade da evolução da crise pandémica que, no primeiro trimestre, atingiu, na Polónia, proporções dramáticas.

As nossas equipas, em especial todos os que trabalham nas lojas e armazéns, deram o melhor de si para ininterruptamente servirem os consumidores, num ano marcado por momentos verdadeiramente desafiantes para milhares de famílias.

Enquanto Companhia, mantivemo-nos fiéis à entrega de qualidade aos melhores preços, e fomos ainda mais além na procura da forma de elevar o nível de serviço e melhorar a experiência dos que escolhem a Biedronka para fazerem as suas compras: i. remodelámos um número recorde de lojas, introduzindo “self checkouts” e balcões de atendimento de carne e charcutaria; ii. chegámos mais perto dos nossos clientes, inaugurando mais lojas do que o previsto, focados na execução de um pipeline de expansão bem preparado e que garante, de forma rentável, uma maior densificação no mercado; iii. consolidámos a operação de e-commerce lançada em 2020, com mais sortido e abrangendo mais cidades, e lançámos um novo serviço de entregas ultrarrápidas e iv. imprimimos uma intensa dinâmica comercial à nossa atividade, que garantiu as melhores oportunidades de poupança e captura de valor aos nossos clientes.

A toda a equipa da Biedronka, em todas as áreas do negócio, agradeço a energia e a vontade de fazer melhor. Graças a este esforço e dedicação, estivemos à altura dos compromissos assumidos com as nossas pessoas, com os consumidores, os fornecedores, as comunidades onde operamos e a que pertencemos, e o meio envolvente no qual nos movimentamos, entrando ainda mais fortes e preparados em 2022.

Conquistas Chave do ano

2.185 lojas com self-checkouts.

499 lojas com balcões de atendimento de carne e charcutaria.

Reforço da presença online, lançando em outubro, sob a marca Biek, um serviço pioneiro na Polónia de entregas ultrarrápidas que conta com 14 micro-fulfilment centres.

Projeto de apoio à produção nacional em que produtores locais de fruta e legumes entregaram os seus produtos em lojas ou centros de distribuição mais próximos (mais de 60 novos fornecedores abrangidos, com mais de 10.000 toneladas).*

Com o objetivo de apoiar a produção local, manteve-se a redução do período de pagamento para um máximo de 21 dias para pequenos produtores. 60 fornecedores beneficiaram nesta iniciativa, mais 40 que em 2020.*

As doações de excedentes alimentares ultrapassaram as 14.700 toneladas (mais 18% do que em 2020). Foram apoiadas 140 instituições, sendo a Federação dos Bancos Alimentares Polacos a mais relevante.*

*Mais informações acerca destas e outras ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no Capítulo 5. deste Relatório e Contas.



PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Biedronka recebeu o prémio Food & Retail na categoria de Retailho atribuído pelos editores da revista Rynek Spożywczy e portalspozywczy.pl, dlahandlu.pl e horetrends.pl

Biedronka foi premiada com o título Best Quality Employer 2021 pela Central National Certification Office

O chatbot interno da Biedronka foi distinguido na categoria “Tecnologias Modernas de RH” no concurso do Jornal “Puls Biznesu” pelo seu cariz inovador

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos: www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Desempenho

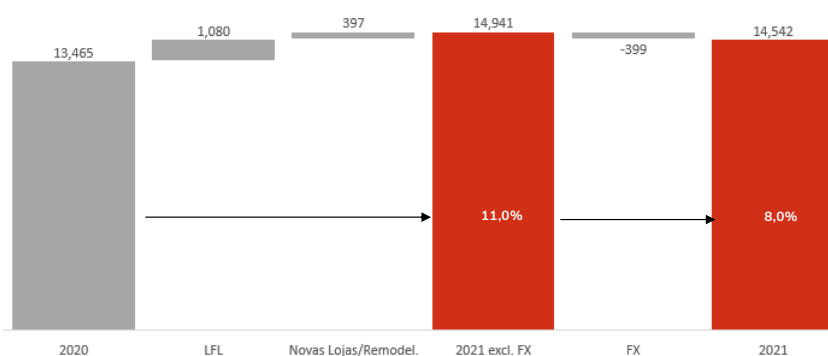
Na Polónia, o consumo continuou a crescer num contexto de aumento do rendimento disponível, quer através do aumento do salário mínimo no país, quer através da implementação de novos incentivos às famílias. Este ambiente positivo manteve-se, apesar do aumento progressivo da inflação alimentar ao longo do ano, com subidas de preços relevantes em várias categorias.

O consumidor continuou a reagir a propostas comerciais atrativas que aliaram o fator preço à qualidade e o sector do Retalho Alimentar voltou a operar sob uma forte dinâmica comercial, com os consumidores a revelarem uma grande apetência por oportunidades de poupança.

Por outro lado, nos primeiros meses de 2021 viveu-se um período de confinamento. A partir do 2.º trimestre, a situação pandémica permaneceu controlada e a circulação de pessoas foi retomada. No entanto, a partir de dezembro, e devido ao aumento significativo do número de casos de Covid-19 no país, medidas de contenção voltaram a vigorar.

Sempre que necessário, e à semelhança do verificado no ano anterior, a Biedronka estendeu os horários de funcionamento, garantindo acessibilidade em segurança dos seus clientes às suas lojas.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



A Biedronka, mais uma vez, trabalhou com determinação e dinamismo na procura de oportunidades para entregar mais valor aos seus clientes, melhorando continuamente a sua oferta, inovando nas campanhas comerciais e reforçando a qualidade da sua cadeia de lojas, enquanto manteve uma clara liderança de preço.

A Companhia reforçou a aposta no online, alargando a sua presença a mais cidades e servindo mais consumidores. Através da sua parceria com a Glovo, que cobre todas as capitais das regiões polacas e nas maiores metrópoles do país, os clientes da Biedronka têm acesso online a mais de 2.000 produtos e podem fazer encomendas em 31 cidades. Esta iniciativa permitiu à Companhia acompanhar a evolução das necessidades e preferências dos seus consumidores também neste canal.

A Biedronka, de forma a tornar a sua oferta cada vez mais atrativa e conveniente, lançou em outubro, também em parceria com a Glovo, o serviço de entregas ultrarrápidas – Biek – em seis cidades polacas, disponível sete dias por semana e com entregas em 15 minutos. A prioridade da Companhia é acompanhar a mudança dos estilos de vida dos consumidores com o objetivo de facilitar o seu dia-dia, oferecendo a mais ampla experiência de compra possível. Foram abertos 14 *micro-fulfilment centres* exclusivamente dedicados a esta operação.

A Biedronka teve um notável desempenho e, no ano, as vendas, em moeda local, cresceram 11,0%, incluindo um LFL de 8,3%, reforçando a sua quota de mercado. Em euros, as vendas atingiram 14,5 mil milhões, 8,0% acima de 2020.

A insígnia manteve uma intensa dinâmica promocional, levando a inflação do seu cabaz a ficar, ao longo do ano, sempre abaixo da inflação alimentar média observada no país.

Perante um maior controlo da situação pandémica e o conseqüente aligeiramento das medidas restritivas registou-se o aumento das visitas às lojas, do qual a Biedronka beneficiou através da sua dinâmica comercial e sortido em permanente evolução.

O EBITDA atingiu 1.339 milhões de euros, um crescimento de 6,9% face a 2020 (+9,8% a taxa de câmbio constante). Para a proteção da rentabilidade contribuíram o forte crescimento das vendas, os projetos de eficiência em curso e a criatividade na melhoria contínua da sua oferta. A margem EBITDA cifrou-se em 9,2% versus 9,3% em 2020. O forte desempenho LFL, a gestão eficaz do mix de margem, a eficiência

operacional e disciplina de custos permitiram mitigar a pressão do impacto negativo do imposto sobre as vendas introduzido em janeiro de 2021.

Com foco na melhoria da eficiência operacional, permitindo aumentar o número de transações e criar uma melhor experiência de compra para os consumidores, a Companhia deu continuidade à instalação de self-checkouts nas suas lojas tendo quase duplicado o número de lojas com este serviço face ao ano anterior. No final do ano, a implementação deste serviço estava já presente em mais de 65% do parque de lojas o que se traduz numa crescente adoção por parte dos nossos consumidores.

Em 2021, a Biedronka deu continuidade ao projeto de instalação de balcões de atendimento de carne e charcutaria com serviço assistido e conta já com 499 lojas com esta oferta disponível. Para além da atratividade gerada por este tipo de serviços, estas lojas disponibilizam uma gama mais alargada de sortido.

A Biedronka continuou a desenvolver o projeto de expansão com lojas de maior proximidade, tendo aberto 66 lojas em 2021 e contando já com 148 lojas a operar sob este formato, que apresentam um sortido adaptado às localizações e têm permitido à Companhia entrar em áreas envolventes com menor densidade populacional.

A Companhia prosseguiu a sua estratégia promocional, tendo desenvolvido 79 campanhas atrativas e diferenciadoras. No ano, foram lançados cerca de 179 folhetos comerciais, na sua maioria com o objetivo de continuar a fomentar o tráfego nas lojas. Neste contexto operacional que continuou muito competitivo, os consumidores responderam positivamente a campanhas fortes e inovadoras, com a Biedronka a dar continuidade à sua estratégia comercial e reforçando, ao longo do ano, a aposta na oferta de vouchers em compras.

A insígnia lançou uma campanha para fomentar a perceção de frescura e aumentar ainda mais a qualidade e notoriedade da marca como especialista em produtos frescos. O objetivo foi colocar estas categorias em destaque e disponibilizar qualidade e variedade de forma a ir ao encontro das necessidades dos seus consumidores.

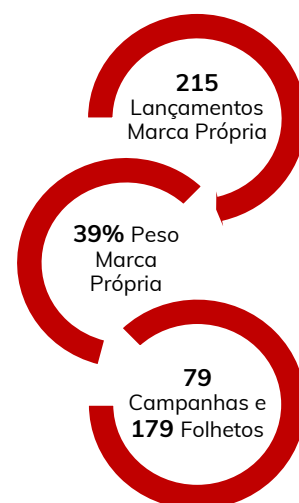
Por outro lado, o patrocínio da Biedronka à seleção polaca de futebol foi reforçado, com a Companhia a ser, também, a sua fornecedora oficial de frutas e vegetais, corroborando a estratégia de apoio à produção nacional.

À semelhança dos anos anteriores é de destacar a campanha de fidelização e sensibilização Gang Swojaków (Gangue dos Peluches), “proteger as espécies em perigo”, que apresentou 12 novas mascotes. Mais uma vez tratou-se de uma iniciativa de comunicação integrada, que incluiu anúncios de televisão e atividades em loja e nos canais digitais. Foram ainda produzidos vários spots como canções e pequenas histórias educativas sobre a proteção ambiental, tendo alargado o público-alvo a jardins de infância.

Para reforçar a inovação nas suas Marcas Próprias, a Companhia manteve a aposta no desenvolvimento de novos produtos e alargou gamas já existentes como foi o exemplo da marca Dada, que expandiu a sua oferta a recém-nascidos com a introdução de novos produtos, nomeadamente as almofadas e acessórios de alimentação, cobertores, brinquedos e roupas.

Na execução do plano de investimento para o ano, a Biedronka investiu 438 milhões de euros em 2021 ultrapassando os objetivos para o ano, abriu 164 lojas (135 adições líquidas), tendo remodelado 334 localizações, contribuindo de forma clara para a qualidade global e eficiência do seu parque de lojas.

O plano de remodelações da Biedronka tem um papel central no seu programa de investimento e pretende melhorar o ambiente de loja e a experiência de compra com foco em frutas e vegetais, nova área de garrafeira e novo standard de padaria com introdução de novas prateleiras e possibilidade de melhor acomodar a oferta. A Companhia no final do ano contava já com quase 500 lojas com este novo layout.



Ainda no contexto do programa de investimento, foi iniciada a remodelação e alargamento da capacidade do centro de distribuição de Wojnicz, modernizando-o recorrendo a uma tecnologia mais sustentável e eficiente de forma a melhorar o serviço de entregas às lojas. Foi ainda começada a construção de um novo centro de distribuição na capital da região de Warmian-Masurian Voivodeship, para fazer face ao plano de expansão da Companhia.

A Biedronka, permanentemente focada na eficiência, continuou a implementação de um projeto de reforço operacional que já abrange 50% das lojas e que pretende i) melhorar a gestão de loja nomeadamente ao nível de planeamento, comunicação e controlo sobre a execução de tarefas; ii) reforçar a colaboração e responsabilização dos colaboradores nas lojas; iii) aumentar a produtividade através da padronização na execução de tarefas e iv) desenvolver uma "cultura de resolução de problemas" dentro de cada equipa de loja.

3.1.2. Pingo Doce



MENSAGEM DA DIRETORA-GERAL

O segundo ano da pandemia foi pleno de desafios e incertezas, com restrições em vários períodos, que continuaram a impactar fortemente as nossas operações. Apesar do contexto adverso, sobretudo até agosto, conquistámos um sólido crescimento de vendas e reforçámos a nossa competitividade.

Uma vez mais, as nossas equipas demonstraram uma grande resiliência e capacidade de superação, um autêntico espírito de missão que nos permitiu fazer mais e melhor.

Adotámos uma dinâmica promocional intensa ao longo de todo o ano e fomos um grande aliado dos nossos consumidores ao assegurar-lhes oportunidades permanentes de poupança. Reforçámos o nosso compromisso com a sustentabilidade, em todos os nossos pilares de responsabilidade corporativa.

Continuámos a investir na expansão do nosso parque de lojas e na remodelação das já existentes e com a parceria no arquipélago dos Açores, passámos a estar presentes em todo o território nacional.

Mantivemos a nossa aposta na diferenciação da oferta, em especial na Marca Própria, nos frescos e nas meal solutions.

Para 2022, continuaremos focados em cumprir com os compromissos que assumimos diariamente com os nossos colaboradores, consumidores, fornecedores e comunidades envolventes, como único meio sustentável de crescer em vendas e rentabilidade.

Conquistas Chave do ano

Entrada nos Açores em parceria com o Grupo Finanças e abertura da primeira loja sob a insígnia Pingo Doce na Ilha de Santa Maria.

Lançamento da gama Go Active, a primeira Marca Própria no Retalho Alimentar dedicada ao estilo de vida ativo.*

Primeira edição nacional do programa Bairro Feliz, um programa de apoio às comunidades locais.*

Dupla certificação da carne de bovino Pingo Doce Aberdeen angus em “Bem-Estar Animal” e “Produção Livre de Antibióticos”. O único retalhista com dupla certificação no angus em Portugal.*

Adesão ao programa Lean & Green, com o compromisso de reduzir emissões de carbono nas operações de logística – o desempenho da Companhia foi distinguido com a conquista de três estrelas em 2021.*

Consolidação da campanha Juliana – Dieta Mediterrânica à Portuguesa, desta vez na área das frutas e legumes, destacando produtos nacionais e da época e reforçando o apoio do Pingo Doce à produção nacional.*

*Mais informações acerca destas e outras ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no Capítulo 5. deste Relatório e Contas.



PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

O creme Marca Própria 'Be Beauty Blue Light' venceu o prémio European Private Label de 2021

Sete queijos Pingo Doce foram premiados no World Cheese Awards 2021

Onze vinhos Pingo Doce premiados em cinco concursos internacionais e um nacional

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos: www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Desempenho

Com o agravamento da situação pandémica registado no início do ano, foram implementadas várias medidas que se mantiveram em vigor até final de agosto, tendo-se, até esse momento, mantido limitações relevantes ao número de clientes permitidos dentro das lojas.

O Retalho Alimentar iniciou a recuperação face a 2020, não obstante o ambiente de consumo ter continuado pressionado pelos efeitos das medidas implementadas para controlar a pandemia. O desempenho do Pingo Doce foi, ao longo do ano, ainda negativamente impactado pelas restrições impostas aos restaurantes e cafés, que só foram aligeiradas a partir do 3.º trimestre. A insígnia manteve uma elevada intensidade promocional, apostando na criação de boas oportunidades comerciais para os seus clientes, como forma de reafirmar a sua proposta de valor junto das famílias portuguesas, nomeadamente através de descontos diretos em combustível e campanhas inovadoras como a oferta de cabazes de Marca Própria.

A inflação alimentar em Portugal foi de 0,7% em 2021, mantendo-se em níveis relativamente baixos ao longo do ano. O ambiente competitivo permaneceu bastante intenso quer ao nível promocional, quer ao nível do número de aberturas de lojas de proximidade.

Aliando o investimento realizado na competitividade de preço e promoções à baixa inflação alimentar registada no país, o Pingo Doce operou com inflação negativa no cabaz.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



As vendas atingiram 4,0 mil milhões de euros, um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior, incluindo um LFL (excluindo combustível) de 2,7%.

Com o dinamismo das vendas a impulsionar a alavancagem operacional, o EBITDA cifrou-se em 244 milhões de euros, 9,7% acima de 2020, e a margem EBITDA melhorou de 5,8% em 2020 para 6,0% em 2021.

No período, o Pingo Doce investiu 104 milhões de euros, abrindo 14 novas lojas (12 adições líquidas) e renovou 15 localizações (incluindo um *lifting*), tendo também inaugurado o seu primeiro restaurante 'independente', no Hospital CUF Tejo.

Depois de, a 30 de dezembro de 2020, a Companhia ter assinado um "Acordo de Parceria para a Distribuição Retalhista Alimentar nos Açores" com o Grupo Finanças, esta parceria, que explora um conjunto de supermercados na região autónoma dos Açores, consubstanciou-se na aquisição de uma quota de 20%, tendo sido investidos 2,6 milhões de euros.

O Pingo Doce manteve o investimento na diferenciação da oferta, alavancando nas categorias estratégicas de frescos e takeaway e na retoma dos seus restaurantes, assegurando em permanência uma oferta de qualidade a preços competitivos.

A campanha "Quem faz contas vem ao Pingo Doce" reforçou a posição de liderança em promoções, garantindo sempre a qualidade em todos os produtos essenciais.

Na época natalícia, o Pingo Doce lançou uma campanha omnicanal com o objetivo de reafirmar a presença da tradição na sua proposta de valor, denominada "O Natal traz o melhor de nós", com comunicação nas lojas, na televisão e nas redes sociais. De uma forma inovadora pretendeu celebrar o espírito natalício junto das famílias portuguesas. Com mais de 1,6 milhões de visualizações no YouTube, mais de 5 milhões de visualizações no Tiktok e



milhares de vídeos criados pelos utilizadores, esta campanha registou recordes de notoriedade tendo-se tornado um fenómeno de comunicação.

A Companhia continuou a apostar na proximidade, tendo lançado o Programa Bairro Feliz a nível nacional, um projeto com impacto social onde os vizinhos propõem causas para melhorar o bem-estar do bairro, sendo depois votadas pelos clientes nas lojas. Esta iniciativa permitiu apoiar 434 causas nos bairros onde se inserem as lojas Pingo Doce, um investimento de 415 mil euros.

Por outro lado, no que se refere ao comércio online, o Pingo Doce, em parceria com o Mercadão (plataforma entretanto adquirida pela Glovo), expandiu a cobertura geográfica do serviço e lançou uma loja online de medicamentos não sujeitos a receita médica, outra de produtos para animais e uma garrafeira. Foi também desenvolvida uma parceria com a Glovo para entregas de refeições prontas dos restaurantes Comida Fresca do Pingo Doce.

Com intuito de facilitar o dia-a-dia dos seus clientes, reforçando a conveniência, a insígnia lançou a nova app Pingo Doce, com várias funcionalidades, como a construção de uma lista de compras e sugestão de produtos personalizados, tendo como objetivo tornar-se num verdadeiro assistente de poupança. Com esta nova aplicação, o cartão Poupa Mais passou a estar disponível no telemóvel, deixando de ser necessária a apresentação física nas lojas. Além disso, passou também a ser possível ver todos os benefícios ativos do Poupa Mais, permitindo consultar dados como o saldo disponível, a poupança e o histórico de compras.

O Pingo Doce manteve a sua aposta na diferenciação e inovação do sortido com o lançamento de 279 produtos de Marca Própria, dos quais se destacam 8 referências Go Active, ideais para uma alimentação cuidada, aliada à prática de atividade física, e com benefícios para o bem-estar. Foram também alargadas as gamas de sumos refrigerados e vegan, destacando-se nesta última o lançamento das almôndegas com molho de tomate e o hamburger refrigerado 0% carne.

3.1.3. Recheio

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

O ano de 2021 foi novamente marcado pela pandemia, o que representou para o Recheio e para os seus clientes um desafio adicional. A incerteza e as dificuldades inerentes a este contexto obrigaram-nos, uma vez mais, a revelar a nossa capacidade de trabalho e resiliência para garantir total apoio ao negócio dos nossos clientes. Assim, e para dar uma resposta mais direta e eficaz à nova realidade de compra, revimos a nossa política promocional e desenvolvemos novas ferramentas de comunicação para estar mais próximo de cada cliente em cada segmento de negócio. No momento da retoma aliámo-nos ao Pingo Doce e, em conjunto, criámos um movimento de apoio à restauração e hotelaria em Portugal.

2021 foi também o ano de celebração do 10.º aniversário da parceria Amanhecer, uma iniciativa que nasceu num momento de crise económica e financeira em Portugal com o objetivo de apoiar o empreendedorismo e promover o retalho tradicional com investimento, *know-how* e produtos de elevada qualidade. Hoje temos uma marca forte associada a proximidade e qualidade, com presença nacional, e contamos com a preferência de 460 parceiros.

Ao longo deste ano, desenvolvemos o nosso trabalho com uma preocupação crescente em matéria de sustentabilidade, nas nossas lojas e armazéns, nos nossos produtos e na nossa comunicação, onde procurámos reforçar a mensagem de combate ao desperdício alimentar.

Não posso fechar o capítulo de 2021 sem mencionar que por detrás de todo este trabalho está uma grande equipa com elevado sentido de compromisso para com os seus clientes e com uma grande capacidade de esforço e dedicação. Um compromisso que pretendemos continuar a levar sempre mais longe.



Conquistas Chave do ano

Apoio à reabertura do canal HoReCa, juntamente com o Pingo Doce, através da campanha “Unidos pela Restauração”.*

Reforço da parceria com o Programa “Boa Cama Boa Mesa” através do desenvolvimento de conteúdos formativos de suporte ao desenvolvimento do negócio.

Através da área de *meal solutions* iniciou-se o fornecimento de refeições a escolas tendo-se ultrapassado as 1.200 refeições diárias.

Celebração do 10.º aniversário da parceria Amanhecer.

Associação do Recheio à campanha “Unidos contra o Desperdício” (um projeto desenvolvido pelo Banco Alimentar) que visa a sensibilização global para esta temática. A par desta iniciativa o Recheio desenvolveu ainda uma campanha denominada “Lado B” dos produtos através da qual sugere utilizações diversas para todas as componentes do produto.*

*Mais informações acerca destas e outras ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no Capítulo 5. deste Relatório e Contas.



PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Pelo 8.º ano consecutivo, o Recheio foi eleito como marca n.º1 da Escolha dos Profissionais, pela Consumer Choice – Centro de Avaliação e Satisfação do Consumidor

O Recheio foi destacado como Entidade Empregadora Inclusiva 2021, atribuída pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional

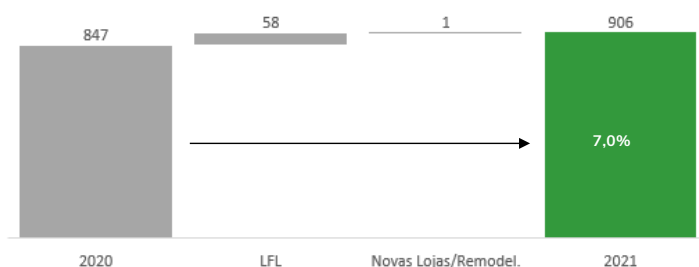
Lista completa de Prémios e Reconhecimentos: www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Desempenho

O ano de 2021 foi novamente marcado por uma grande instabilidade associada à pandemia de Covid-19 e pela constante necessidade de adaptação a novas medidas restritivas. Não obstante as fortes restrições impostas a hotéis, restaurantes e cafés nos primeiros meses de 2021, assistiu-se a uma recuperação progressiva do canal HoReCa ao longo do ano, com particular destaque para o quarto trimestre.

Contrariamente, o Retalho Tradicional viu as suas vendas impulsionadas no primeiro trimestre do ano e o atenuar de crescimento nos restantes meses. Neste contexto, o Recheio adaptou rapidamente a sua operação, oferta e serviços para melhor responder às necessidades dos seus clientes.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



Este foco no cliente e na competitividade da oferta levou a que o Recheio tenha atingido vendas de 906 milhões de euros, um crescimento de 7,0% em relação a 2020, com o LFL a cifrar-se em 7,0%.

O EBITDA cifrou-se em 43 milhões de euros, 30,3% acima de 2020. A margem EBITDA foi de 4,7% (3,9% em 2020), beneficiando do bom desempenho de vendas, da alavancagem operacional e da adaptação da sua estrutura de custos ao novo contexto, nomeadamente na área de

food service.

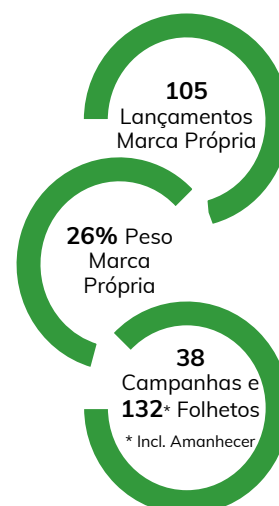
Destaca-se para este resultado um maior crescimento do segmento HoReCa. Embora não tenham recuperado integralmente do impacto negativo registado ao longo de 2020, em 2021 as vendas do Recheio para este segmento cresceram cerca de 15%. Este desempenho foi fruto do aumento do número de clientes e também do crescimento do ticket médio de compra. O food service foi também uma das áreas com desempenho positivo no ano de 2021, beneficiando da melhoria gradual da atividade turística e da revisão interna deste modelo de negócio, iniciada já no ano anterior, que visa adaptar a estrutura às novas circunstâncias.

No que respeita ao Retalho Tradicional, o Recheio conseguiu preservar o nível das suas vendas, tendo a Companhia alavancado na parceria com a rede de lojas Amanhecer. Com 460 lojas, mais 76 do que no ano anterior, o Recheio reforçou o compromisso de estar ao lado dos seus parceiros, desenvolvendo o pequeno comércio e contribuindo para a sua sustentabilidade.

Ao nível da exportação verificou-se um crescimento das vendas de cerca de 18%, principalmente justificado pela recuperação da atividade económica global, quer por via do maior número de países para os quais exporta, quer pelo aumento do número de clientes nos mercados em que já estava presente.

Para estes resultados contribuíram as várias campanhas e iniciativas levadas a cabo durante o ano que reforçaram as oportunidades de preço e premiam a fidelização dos clientes. Para o HoReCa em particular, o Recheio desenvolveu campanhas que visaram apoiar a recuperação do sector como o projeto Web Kitchen Lab, que possibilitou aos restaurantes aumentarem a sua faturação sem investimento adicional, produzindo receitas e menus exclusivos desenvolvidos no âmbito deste projeto em parceria com figuras públicas.

Tendo em conta o contexto de mercado, o Recheio continuou a explorar oportunidades do canal digital, quer no plano da comunicação, investindo em novas redes sociais e no desenvolvimento de comunicação segmentada via newsletters e sms, quer no plano de negócio, tendo desenvolvido parcerias com players de serviços de picking e entrega.



No que respeita ao sortido, a insígnia manteve o seu foco na inovação da sua Marca Própria e lançou um total de 105 referências: 30 Masterchef e 75 Amanhecer, ao mesmo tempo que introduziu no seu sortido novos produtos de marcas de indústria com o objetivo de posicionar o Recheio como especialista alimentar, servindo cada vez melhor os seus clientes.

Durante o ano, a Companhia investiu 30 milhões de euros, continuando a melhorar e a modernizar a sua rede de lojas.

3.1.4. Ara



MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Em 2021 manteve-se a incerteza associada à pandemia, cujo alívio, na segunda metade do ano, levou a uma maior mobilidade das pessoas e à abertura da economia em geral. As prioridades da Ara mantiveram-se centradas nas nossas equipas e nos nossos clientes, aos quais garantimos as condições para trabalhar e comprar em segurança, e também nos nossos fornecedores, a quem continuámos a proporcionar, sempre que necessário, condições de pagamento mais favoráveis.

Observou-se uma escalada dos preços dos bens alimentares ao longo do ano, principalmente após as greves e protestos sociais de maio e junho, que provocaram disrupções nas cadeias de abastecimento nacionais. Neste cenário, tivemos a especial preocupação de assegurar a disponibilidade de produtos.

Nos momentos mais desafiantes a equipa da Ara voltou a demonstrar uma forte coesão, ambição, motivação, resiliência e capacidade de superação.

Com uma proposta de valor reforçada por uma oferta inovadora de qualidade, com especial foco nos frescos e na Marca Própria, a Ara fortaleceu a sua liderança de preço quando as famílias colombianas mais necessitavam. Este esforço foi reconhecido com um forte crescimento de vendas, que ultrapassaram largamente o marco histórico dos mil milhões de euros.

Acelerámos a abertura de lojas, preparando o pipeline para fazer de 2022 mais um ano de forte expansão, no qual manteremos o foco no crescimento, ganhando a preferência das famílias colombianas e trabalhando para continuar a melhorar a rentabilidade da Companhia. Tudo isto preservando um forte compromisso com a qualidade dos nossos produtos, a segurança alimentar e a sustentabilidade dos recursos utilizados, assente na total confiança nas nossas equipas e no reforço das parcerias que temos vindo a desenvolver com os produtores colombianos.

Conquistas Chave do ano

As vendas superaram, pela primeira vez, os mil milhões de euros, um crescimento de cerca de 30%.

Lojas presentes em mais de 20 departamentos da Colômbia.

Foco na expansão permitiu superar as 150 aberturas, acima do planeado para o ano.

A Companhia atingiu, pela primeira vez, o breakeven ao nível do EBITDA.

Reforço notável da perceção de preço da Ara por parte dos consumidores colombianos.

Inovação em produtos diferenciadores de Marca Própria.

A Ara aderiu à iniciativa do Gabinete da Primeira Dama “Gran Alianza por la Nutrición”, uma iniciativa que visa reduzir o défice nutricional em populações vulneráveis. Também a campanha - “Misión Nutrición” – procurou combater o problema da malnutrição na Colômbia, apostando na informação de qualidade sobre hábitos alimentares saudáveis.*

Doação de 223 toneladas de excedentes alimentares a instituições de solidariedade social.*

Adesão ao Acuerdo de Voluntades promovido pelo Governo da Colômbia para combater a desflorestação associada à produção de óleo de palma no país.*

*Mais informações acerca destas e outras ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no Capítulo 5. deste Relatório e Contas.



PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Best 2021 Workplaces – 3.ª melhor empresa para trabalhar na Colômbia

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos: www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Desempenho

Na Colômbia, o cenário socioeconómico manteve-se desafiante, refletindo os efeitos da crise pandémica e alguma instabilidade social. A inflação alimentar no país revelou uma tendência crescente, tendo atingido os dois dígitos a partir do terceiro trimestre do ano. Para tal, contribuíram, o aumento dos preços das matérias-primas e as perturbações na cadeia nacional de abastecimento, em resultado de greves e protestos sociais, vividos durante os meses de maio e junho.

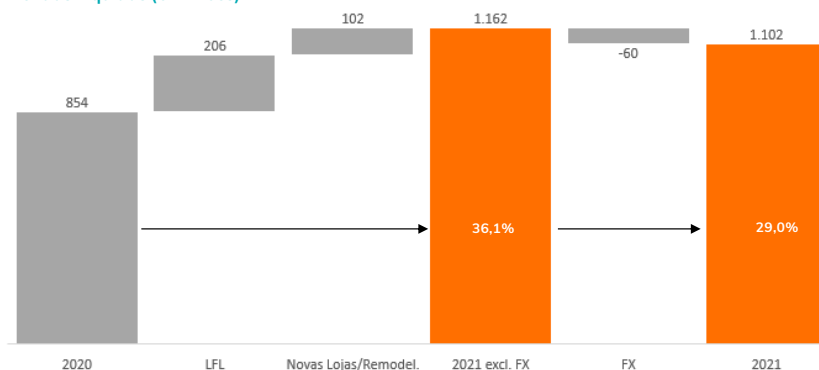
A situação pandémica esteve relativamente controlada ao longo do ano, tendo, no entanto, crescido o número de infeções a partir de março e durante o segundo trimestre, o que levou à introdução, em algumas regiões do país e de forma intermitente, de restrições à circulação. Contudo, e apesar de algumas exceções, tais restrições não tiveram impacto material nas condições operacionais vigentes para o retalho e não se observou uma situação de confinamento tão restritiva como a vivida em 2020.

A Ara fortaleceu a sua proposta de valor e entrou em 2021 com uma oferta de qualidade e com preços e promoções competitivos, determinada a acelerar um caminho de expansão que, em conjunto com uma renovada estrutura de custos, lhe permita crescer vendas de forma sustentável e rentável.

Confirmando a competitividade da proposta de valor da Ara, as vendas reagiram positivamente ao levantamento das restrições e ao aumento da circulação de pessoas. No ano, o crescimento cifrou-se em 36,1% em moeda local, incluindo um LFL de 24,3%, num contexto de recuperação da atividade face ao ano anterior.

Em euros, as vendas superaram os mil milhões, atingindo 1.102 milhões, 29,0% acima de 2020.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



Durante o período mais restritivo imposto pela pandemia e em que se verificaram tumultos sociais, as equipas da Ara trabalharam para encontrar soluções que garantissem a continuação da operação com níveis de stocks satisfatórios, principalmente nas regiões mais afetadas pelos impactos, por vezes disruptivos, registados na cadeia de abastecimento do

país. A Companhia no seu todo mobilizou-se para agir rapidamente, mantendo as operações a funcionar com o mínimo de constrangimentos, ao mesmo tempo que se manteve o foco na proteção das equipas, dos clientes e das infraestruturas.

A partir de junho, e com a estabilização e melhoria do serviço de abastecimento de produtos às lojas, a Ara apostou no reforço da sua proposta de valor e na estabilização dos fluxos dos fornecedores que foram mais afetados, conseguindo restabelecer o seu nível de stocks.

O forte posicionamento de preço continuou a ser um vetor chave do desempenho e, apesar da inflação no cabaz da Companhia ter acelerado ao longo do ano, manteve-se sempre muito abaixo da inflação registada no mercado. Durante o ano, a Ara permaneceu fiel à promessa de preços baixos, boas oportunidades promocionais e local de compra único para todas as necessidades alimentares das famílias colombianas, consolidando a sua relação com os consumidores. Nesse sentido, desenvolveu 14 campanhas, com destaque “Merca Todo en Ara”, e realizou diversas ações, bem como “Mega Saldos” em artigos selecionados, tendo lançado 52 folhetos.

Em outubro, a Ara regressou à televisão nacional com um spot centrado na mensagem “Merca Todo en Ara” com o objetivo de promover a cadeia e dar a conhecer aos atuais e potenciais consumidores a disponibilidade de um sortido completo que permite ao consumidor centralizar na sua loja Ara todas as compras para o lar.

Sendo a descentralização um dos pontos fortes da estratégia, a Companhia incentivou a que as diferentes regiões fossem muito ativas e desenvolvessem campanhas regionais para fazer face à concorrência local. A esse nível foram também promovidas diversas campanhas “Local Rebajon” com impacto em algumas lojas chave. Com preços especialmente baixos em produtos selecionados, os objetivos estratégicos assumidos passavam por cumprir a promessa de posicionamento da Ara, aumentar o valor da compra média e atrair novos consumidores às lojas.

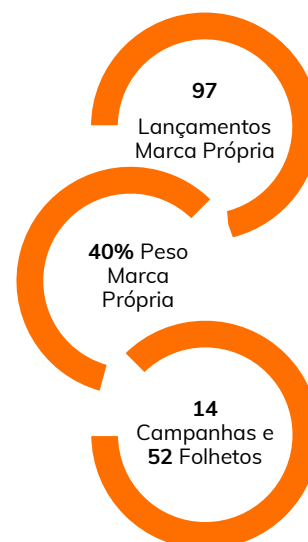
Na Marca Própria, a Ara continuou a apostar na diferenciação e na inovação do seu sortido, tendo lançado, no ano, 97 novos produtos, e procedido a 118 relançamentos.

De destacar o lançamento da nova marca de cosmética Nazú, com mais de 40 referências de produtos. Este movimento faz parte da estratégia da Companhia em fortalecer o seu portefólio de Marcas Próprias oferecendo produtos de qualidade a preços competitivos aos seus clientes.

Prioritário na sua estratégia de crescimento, o programa de expansão mobilizou a Companhia, que avançou na execução a uma velocidade crescente. Com um investimento de 81 milhões de euros a Companhia abriu 157 lojas em 2021, conseguindo superar o objetivo de aberturas previamente definido, aumentando a capilaridade e a entrada em novas áreas.

O bom desempenho ao longo do ano, tanto das vendas como da rentabilidade, confirmou a adequação do seu modelo de negócio às necessidades e tendências dos consumidores colombianos, bem como o modelo de negócio potencialmente vencedor, num país onde o acesso económico a bens alimentares de qualidade ainda é difícil para a maioria da população.

O EBITDA atingiu 26 milhões de euros em 2021 versus (20) milhões de euros no ano anterior. Este ponto de viragem é o culminar da determinação em construir o caminho para a rentabilidade sobre uma sólida base de vendas, tendo sido potenciado também pela otimização de custos levada a cabo a partir do segundo trimestre de 2020 e que tem provado ser sustentável.



3.2. Agroalimentar

3.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

2021 foi um ano em que a pressão sobre as cadeias de abastecimento provocada pela pandemia voltou a gerar incerteza na economia global. Conscientes deste grande desafio, na Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA), a determinação das equipas em definir estratégias de mitigação deste efeito e o forte empenho em adotar medidas de segurança salvaguardaram a produção e o abastecimento regular dos nossos clientes.

Para além do normal crescimento das atuais áreas de negócio, a JMA entrou em novas áreas, tendo este sido um ano de especial importância pela entrada numa nova geografia.

Temos a convicção que as fundações têm sido cuidadosamente construídas e que estão devidamente consolidadas para responder aos árduos desafios que o sector Agroalimentar irá enfrentar em 2022, e que a equipa está motivada e consciente da abordagem e das ferramentas necessárias para os ultrapassar com sucesso.

Conquistas Chave do ano

Investimento no maior laranjal biológico do país, um projeto que responde às tendências internacionais de consumo e se enquadra na Política Agrícola Comum da União Europeia de aceleração da produção biológica.*

A Terra Alegre obteve, na sua fábrica de Portalegre, a certificação ISO 14001:2015.*

Na área de laticínios, lançou-se um produto inovador no mercado (leite Pingo Doce Enriquecido Pura Vida) que visou responder a uma necessidade específica dos consumidores com mais de 50 anos.*

A sociedade Ovinos da Tapada foi constituída na área Agropecuária, numa parceria que visa a produção de borregos.

Entrada numa nova geografia, numa parceria constituída para a produção de robalo e dourada em Marrocos.

*Mais informações acerca destas e outras ações no âmbito

da sustentabilidade podem ser consultadas no Capítulo 5. deste Relatório e Contas.

FOCO NO ABASTECIMENTO SUSTENTÁVEL

Num ano que se apresentou como extremamente desafiante, a JMA esteve focada no crescimento sustentável das suas unidades de negócio, aproveitando as oportunidades de cada mercado.

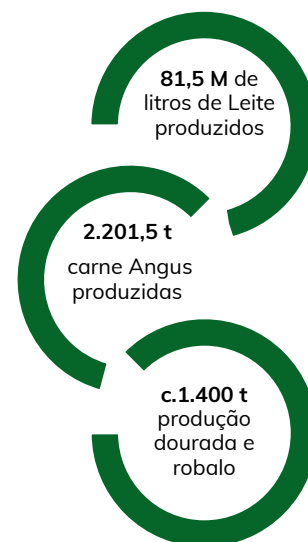
Durante o ano, na área de laticínios, a Terra Alegre recebeu um certificado da AENOR no âmbito do bem-estar animal. Ainda nesta unidade, foi lançado um produto inovador e diferenciador no mercado português das bebidas lácteas - leite Pingo Doce Enriquecido Pura Vida (para homens e mulheres com mais de 50 anos).

Na Agropecuária, a Best Farmer obteve a aprovação do licenciamento ambiental para a construção da nova unidade de engorda e a renovação da vacaria em Monte do Trigo, que permitirão impulsionar o crescimento desta unidade de negócio.

Ainda na área da Agropecuária, foi constituída pela JMA, em parceria com um produtor na região do Fundão, a sociedade Ovinos da Tapada, vocacionada para a produção de borregos.

2021 foi um ano de crescimento na área da Aquacultura, durante o qual a JMA entrou numa nova geografia através da aquisição de 2/3 do capital da empresa marroquina Mediterranean Aquafarm. A Seaculture, por sua vez, reforçou o número de licenças para a produção de robalo e dourada no Algarve.

No que respeita à área produtiva de frutas e vegetais, em 2021, na sociedade Outro Chão, foram plantados 40 hectares de uvas biológicas sem grainha em parceria com um produtor local. Em conjunto com produtores locais, foi ainda criada a Tasty Fruits para o desenvolvimento do projeto de produção de laranjas biológicas no Alentejo.



3.3. Retalho Especializado

3.3.1. Hebe



MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Em 2021, a pandemia de Covid-19 continuou a impactar o mercado de Saúde e Beleza, com restrições significativas que afetaram a primeira metade do ano. Neste contexto, a mobilização da equipa permitiu à Hebe adaptar-se rapidamente e fortalecer a sua posição no mercado, ao mesmo tempo que reforçou os seus indicadores financeiros.

O desempenho de vendas da Hebe foi bastante positivo, agora com dois motores de crescimento: lojas e e-commerce. A nossa dinâmica comercial refletiu-se na evolução da quota de mercado da Hebe, à medida que fomos superando significativamente o desempenho do mercado.

Prosseguimos com o desenvolvimento da nossa proposta de valor omnicanal inigualável, ajustando simultaneamente o nosso modelo operacional às expectativas dos clientes. Em 2021, duplicámos as vendas do nosso negócio de e-commerce, posicionando a Hebe como um forte candidato à liderança online na Polónia e um interveniente relevante na Europa Central e de Leste, apesar de estar apenas fisicamente presente na Polónia.

Continuámos a reforçar a nossa diferenciação no mercado através de uma integração total das lojas na visão digital da Hebe, de forma a melhorar a experiência dos clientes. A melhoria significativa do sortido aumentou igualmente a atratividade da Hebe, reforçando a exclusividade e os seus conhecimentos no sector da Beleza, e aumentando as vendas online e offline.

Estou plenamente convicto de que a Hebe está no caminho certo para emergir com mais força depois da pandemia. Olhando para o futuro, a nossa ambição é tornarmo-nos uma Companhia de referência em Saúde e Beleza com uma posição de liderança no e-commerce.

Conquistas Chave do Ano

Desenvolvimento do modelo omnicanal, em que as vendas online mais do que duplicaram, atingindo 13% das vendas.

Primeiro retalhista de Beleza na Polónia a disponibilizar entregas em 2 horas e um serviço de recolha em loja.

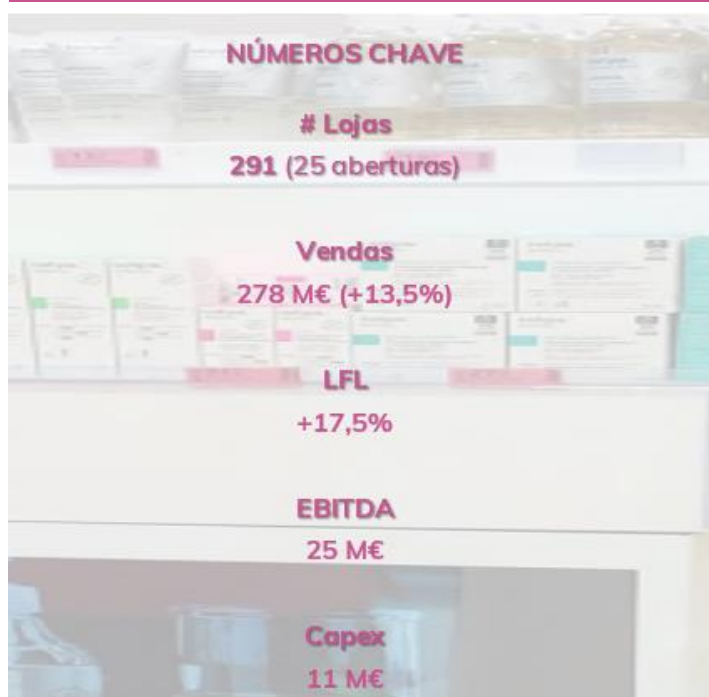
Self-checkouts em todas as lojas Hebe.

Lançamento de 119 produtos de Marca Própria Hebe com mais ingredientes naturais.

Lançamento da nova plataforma de comunicação “Hebe Mother and Daughter” (Mãe e Filha Hebe), adaptada à estratégia omnicanal.

Durante o ano, a Companhia apoiou uma campanha nacional “Top Women in e-business” (Mulheres de topo em e-business) para premiar mulheres que se destacam nas áreas do empreendedorismo e da ação social.*

*Mais informações acerca desta e outras ações no âmbito da sustentabilidade podem ser consultadas no Capítulo 5. deste Relatório e Contas.



PRÉMIOS/RECONHECIMENTOS A DESTACAR

Prémio “e-commerce Polska Awards 2021”, pela Câmara de Economia Digital

A aplicação móvel da Hebe ganhou o Mobile Trends Awards 2020, considerado o prémio mais importante para empresas que usam as tecnologias móveis nas suas atividades

Lista completa de Prémios e Reconhecimentos: www.jeronimomartins.com/pt/sobre-nos/reconhecimento/

Desempenho

No contexto da pandemia, as restrições impostas à circulação de pessoas e às atividades comerciais não essenciais ainda tiveram um impacto significativo no desempenho do sector no primeiro semestre de 2021.

Nas grandes cidades, o impacto foi ainda mais acentuado devido à elevada prevalência de teletrabalho, à ausência de turistas e estudantes, à continuação do desenvolvimento de soluções de e-commerce e ao aumento do foco no one-stop-shopping.

No mercado de Saúde e Beleza, o crescimento foi retomado em 2021, com o levantamento das restrições a permitir novos picos de vendas nos centros comerciais aos fins-de-semana. Aproveitando o desenvolvimento contínuo da sua proposta de valor omnicanal, a Hebe conseguiu igualmente beneficiar do ambiente de consumo positivo e acelerar o seu crescimento.

No geral, o mercado permaneceu bastante competitivo, com o desenvolvimento do e-commerce por vários intervenientes e com uma atividade muito acentuada por parte das drograrias e dos retalhistas alimentares de proximidade/conveniência que aproveitaram o contexto para aumentar as respetivas quotas de mercado.

A Hebe ultrapassou com sucesso as circunstâncias e, apesar das restrições em vigor, superou significativamente o desempenho do mercado. A execução da estratégia digital e omnicanal reforçou a diferenciação e melhorou o desempenho das vendas.

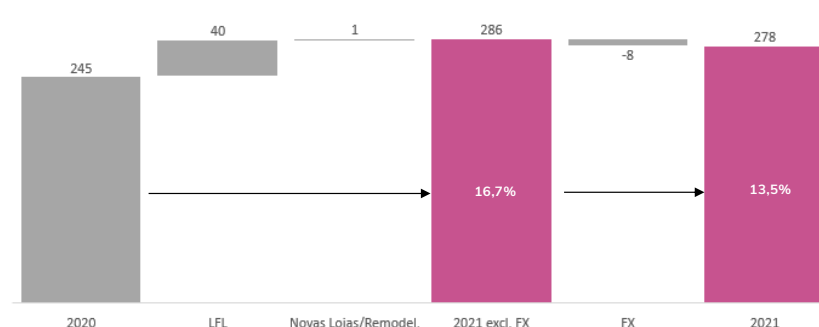
Ao longo do ano, a Companhia consolidou a sua estratégia de crescimento, evoluindo na sua operação online e reforçando simultaneamente a sua rede de lojas.

Paralelamente, e com um maior investimento em tecnologia, a estratégia para digitalizar as lojas continuou para proporcionar a melhor experiência aos consumidores, aumentando ao mesmo tempo a produtividade.

A Companhia teve um bom desempenho nos seus dois motores de crescimento - online e lojas físicas - e a sua dinâmica de vendas refletiu-se no crescimento da quota de mercado em categorias chave: maquilhagem, rosto, cabelo e corpo.

No mercado total, a Hebe atingiu mais 1,4 p.p. aumentando a quota de mercado enquanto cresceu 1,8 p.p. no mercado de drograrias.

Vendas Líquidas (€ Milhões)



A Hebe registou um aumento de vendas de 16,7% em moeda local. Excluindo o negócio de farmácias, que foi descontinuado em 2020, as vendas aumentaram 23,8% com um LFL de 17,5% (LFL inclui vendas online).

Em euros, as vendas ascenderam a 278 milhões, mais 13,5% em comparação com 2020.

Durante 2021, a Companhia investiu em atração, focando-se mais do que nunca nas atividades promocionais e em eventos especiais adicionais, alguns relacionados com a celebração do seu décimo aniversário. A estratégia promocional centrou-se em manter a competitividade dos preços em categorias gerais, e em reforçar simultaneamente a diferenciação e a abordagem única ao sortido exclusivo, nomeadamente através de marcas polacas.

A Hebe implementou o programa “The world starts with a mother” (O mundo começa com uma mãe) com 33.000 produtos de cosmética doados a c.1.300 mães solteiras apoiadas por 53 instituições.

A insígnia ajustou a sua oferta, adaptando o *layout* das suas lojas para aumentar o espaço para marcas exclusivas e próprias a adicionar ao sortido em 2021, colocando um foco maior em categorias “Prime”. O sortido online foi ampliado para oferecer uma maior seleção de categorias e marcas.

No que diz respeito à sua estratégia omnicanal, a Hebe continuou a investir no seu programa de fidelização para aumentar o envolvimento dos clientes, melhorar a retenção, a frequência e o cabaz. Em 2021, a adesão ao programa My Hebe aumentou 13%.

O EBITDA da Hebe totalizou 25 milhões de euros em comparação a 19 milhões de euros em 2020. A margem EBITDA foi de 9,0% em comparação com 7,6% em relação ao ano anterior.



3.3.2. Jeronymo e Hussen

JERONYMO HUSSEL

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

2021 foi um ano muito semelhante a 2020, principalmente no primeiro semestre, em que tivemos as lojas encerradas durante quatro meses.

Contudo, a resiliência e aprendizagem do ano anterior criaram as condições necessárias para que focássemos a nossa atenção no canal online, nas entregas (delivery) e na preparação das nossas lojas para a reabertura do mercado. Esta abordagem permitiu-nos atingir, no quarto trimestre do ano, o nível de vendas de 2019.

Tenho um grande orgulho nos nossos colaboradores que nunca baixaram os braços, procurando adaptar-se a todas as exigências e dando o seu máximo contributo para o negócio poder renascer.

Estou confiante no futuro e, em 2022, vamos continuar com o relançamento das marcas Jeronymo e Hussen, com um renovado foco na sustentabilidade, numa oferta saudável e na renovação das lojas, de modo a fortalecer e continuar a fazer crescer o negócio.

Conquistas Chave do ano

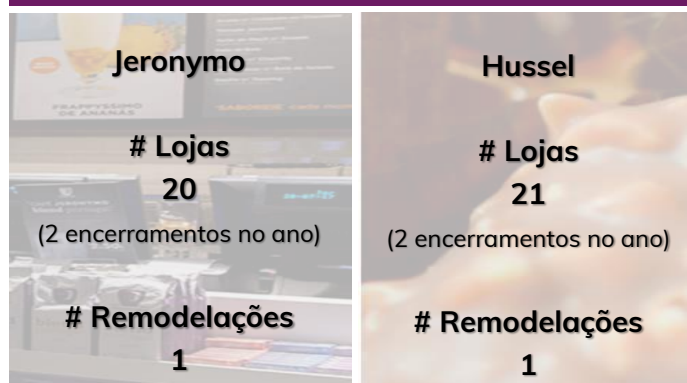
A Jeronymo do Mar Shopping (Matosinhos) reabriu com nova imagem.

A Hussen do Colombo (Lisboa) foi ampliada, abrindo com um layout mais apelativo.

A Jeronymo e a Hussen estabeleceram parcerias com plataformas que têm como objetivo combater o desperdício alimentar.

A Hussen lançou uma iniciativa para combater o desperdício alimentar sob o mote: "Na Hussen nada se desperdiça", sob a qual os clientes são convidados a adquirir artigos que estejam perto do fim da validade, com um mínimo de 60% de desconto.

Ambas as Companhias continuaram a apostar no ecodesign das embalagens da sua oferta.



FOCO NO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

A Hussen e a Jeronymo foram fortemente afetadas durante o encerramento dos espaços comerciais, ocorrido no início do ano, devido à pandemia.

A conseqüente redução do turismo e da circulação de pessoas impactou o desempenho das lojas mesmo quando se aligeiraram as restrições impostas. Não obstante, as Companhias souberam estar à

altura do desafio, mantendo sempre o foco nas necessidades dos seus clientes e na inovação e sustentabilidade da sua oferta.

A Jeronymo manteve algumas das suas lojas em funcionamento durante o período de confinamento, sobretudo para garantir o serviço de *takeaway* e entregas. No sentido de melhorar a sua oferta e a proximidade com os clientes, foi iniciada uma colaboração com a área de *meal solutions* do Pingo Doce que permitiu a melhoria da qualidade e diversidade dos pratos pré-preparados, nomeadamente através da criação de menus de acordo com as estações do ano.

As lojas da Hussen foram encerradas, pelo segundo ano consecutivo, em momentos tradicionalmente de forte contacto com o cliente (Dia dos Namorados, o período que antecede a Páscoa e o Dia do Pai), tendo a Companhia dinamizado ações de campanha através do canal online e das interações digitais.

Durante o ano, ambas as insígnias alinharam a sua identidade online e offline quer através das redes sociais, no caso da Jeronymo, quer da dinamização do website, no caso da Hussen, tendo com isto terminado os seus respetivos processos de *rebranding*. A Hussen manteve o seu canal online sempre em funcionamento.

Apesar do contexto vivido, ao longo do ano ambas as insígnias demonstraram evolução positiva e tendência de recuperação face a um 2020 muito negativamente impactado pela pandemia. As vendas da Hussen cresceram 33,9% numa base LFL e as vendas da Jeronymo registaram um acréscimo de LFL de 16,8% face ao ano anterior.

4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins

O ano de 2022 continuará condicionado pela incerteza associada à evolução da pandemia de Covid-19, a que acresce agora a situação de conflito na Europa que intensifica os desafios que se antecipam para os próximos tempos.

Na segunda semana após a invasão da Ucrânia pelas forças militares da Federação Russa, ainda é cedo para compreender todas as consequências sobre a região, sobre a Europa e sobre o mundo.

Entretanto, o rápido aumento da inflação dos produtos alimentares, da energia e dos transportes, é intensificado pelo conflito militar e por crescentes limitações sentidas nas cadeias de abastecimento internacionais. Além disso, verifica-se uma visível depreciação das moedas da Europa de Leste, nomeadamente do zloty.

A flexibilidade e a agilidade de resposta perante circunstâncias particularmente exigentes continuarão a caracterizar a atitude das nossas equipas que têm revelado uma notável mobilização para ajudar os refugiados.

Num contexto de maior inflação alimentar, a competitividade de preço e a criação de oportunidades de poupança para o consumidor através da atividade promocional tornam-se ainda mais críticas na agenda de todas as Companhias.

Biedronka

A Biedronka está consciente das dificuldades acrescidas de gerir o equilíbrio entre o crescimento das vendas e a proteção da rentabilidade. Nas atuais circunstâncias, a sua principal prioridade é estar ao lado dos consumidores polacos e fazer justiça à promessa da insígnia num momento de diminuição do rendimento disponível das famílias. Assim, e apesar da falta de visibilidade neste momento sobre o impacto dos recentes acontecimentos na Ucrânia, particularmente no alcance da inflação de custos, a Biedronka está preparada para reforçar o seu investimento em preço e garantir a sua competitividade, o que irá aumentar a pressão sobre as margens.

À presente data, a nossa maior Companhia espera poder por manter o seu plano de investimento na expansão e na remodelação do parque de lojas, de forma a proporcionar aos consumidores polacos a melhor proposta de valor do mercado.

No entanto, a situação atual exige uma monitorização ainda mais rigorosa e uma maior capacidade de adaptação. Iremos, de forma contínua, reavaliar as necessidades e prioridades, garantindo que o nosso primeiro objetivo na Polónia é atingido: trabalhar com os nossos fornecedores para ultrapassar prováveis estrangulamentos na cadeia de abastecimento e continuar a ser a loja alimentar preferida dos Polacos, enquanto apoiamos o esforço Polaco para ajudar o povo Ucrainiano.

Hebe

A Hebe tenciona continuar a consolidar o seu parque de lojas na Polónia, enquanto se mantém focada no crescimento da sua operação online.

Pingo Doce

Em linha com o ano anterior, o Pingo Doce, em 2022, manter-se-á focado em assegurar a gestão do negócio em contexto de pandemia, atento às oportunidades de crescimento que um ambiente em evolução poderá proporcionar, sem nunca esquecer a visão de futuro, através do foco nas vendas, na rentabilidade e nos compromissos que assume diariamente com os seus clientes, colaboradores, fornecedores e comunidades envolventes.

Os pilares estratégicos de diferenciação – frescos, Marca Própria, *meal solutions* -, combinados com preço competitivo e a sustentabilidade do negócio, continuarão a ser as áreas de maior investimento, de forma a reforçar a proposta de valor da insígnia.

A Companhia assume também como prioridade estratégica a execução do seu plano de investimento que lhe permite continuar a expandir e melhorar a sua rede lojas, reforçando a sua presença e posição no mercado nacional.

Recheio

No ano em que celebra o seu 50.º aniversário, o Recheio tem por objetivo confirmar a sua posição de liderança no mercado de *cash & carry*, pelo que, continuará a investir no desenvolvimento de uma oferta adequada a cada um dos segmentos que serve. O reforço da competitividade e a implementação de novos serviços serão também uma aposta continuada.

Para o canal HoReCa estão identificadas novas oportunidades na área de *meal solutions* onde o Recheio pretende intensificar a sua atuação. No que respeita ao Retalho Tradicional, o desenvolvimento da parceria com as lojas de proximidade Amanhecer possibilitará obter ganhos adicionais de quota.

A Companhia pretende reforçar a sua presença e cobertura na região da Grande Lisboa e continuará a adaptar-se à transformação digital e a reforçar a sua proposta de valor e o seu posicionamento junto dos seus clientes.

Ara

Perante o forte desempenho registado em 2021, e apesar da fragilidade da envolvente socioeconómica, a Ara pretende continuar a acelerar o seu plano de aberturas, fortalecendo a sua presença no mercado – quer entrando em regiões onde ainda não está presente quer reforçando a sua presença nas regiões onde já opera - e aumentando a escala da operação.

Além disso, vai dar continuidade ao desenvolvimento e inovação do seu sortido, nomeadamente de Marca Própria, de forma a garantir a satisfação cada vez mais abrangente das necessidades das famílias colombianas. A Companhia continuará a investir na sua proposta de valor, na qual o preço competitivo manterá um papel fundamental na conquista da preferência dos consumidores e no reforço da liderança em preço do mercado.

Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

A JMA continuará focada em trazer soluções sustentáveis de abastecimento para o Grupo enquanto explora novos projetos estratégicos que assegurem o desenvolvimento do sector produtivo e industrial desta área de negócio da Jerónimo Martins. 2022 será importante também na definição de uma estratégia comercial para afirmação dos nossos produtos no mercado.

Jeronymo e Hussel

Para o próximo ano, as insígnias estão apostadas em manter a tendência positiva que os últimos meses trouxeram em termos de crescimento.

Com o rebranding das insígnias finalizado, 2022 será um ano de consolidação, com a Hussel a focar-se na sua nova imagem, patente também no novo *packaging* e sortido, enquanto a Jeronymo irá apostar no reforço da inovação e da sustentabilidade e em apresentar novidades constantes em loja, mantendo-se próxima do seu cliente também na forma de comunicar.

5. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Jerónimo Martins tem acompanhado a evolução dos acontecimentos ocorridos após 24 de fevereiro de 2022, com o início do conflito militar desencadeado pela invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa. Esta situação originou uma incerteza acrescida sobre a evolução das economias e dos mercados financeiros a nível mundial, não sendo possível, à data, estimar os potenciais efeitos futuros nas operações do Grupo, tal como descrito no ponto anterior do Relatório de Gestão.

O Grupo encontra-se atento ao evoluir do conflito, tomando as medidas consideradas adequadas a cada momento, não tendo sido identificados, a esta data, quaisquer impactos materiais que devessem originar alterações às suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021.

6. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40% a 50% dos resultados consolidados ordinários ajustados dos efeitos contabilísticos da adoção da IFRS16, por os mesmos não representarem desembolsos de caixa;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adotados em matéria de gestão de balanço.

Na Assembleia Geral de 8 de abril de 2021, considerando a política acima descrita e seguindo a proposta do Conselho de Administração, foi deliberado distribuir dividendos no valor total de 181 milhões de euros.

Esta deliberação traduziu-se num dividendo bruto de 0,288 euros por ação (excluindo as 859.000 ações próprias em carteira), pago em maio de 2021, representando um payout de c.50% dos resultados líquidos consolidados (ou 46% dos resultados líquidos ordinários), excluídos os efeitos da aplicação da IFRS16.

Tendo presente os resultados líquidos consolidados apurados para o ano de 2021, a forte situação financeira do Grupo que terminou o ano com uma posição líquida de caixa de mil milhões de euros e o bom momento dos negócios que lhes permite enfrentar com confiança a incerteza prevalecente e os novos desafios, entende o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Anual de Acionistas a distribuição de 493,3 milhões de euros de lucros do exercício e reservas livres.

Este montante representa um payout excecional de 100% dos resultados líquidos consolidados (ou 96% dos resultados líquidos ordinários) excluídos os efeitos da aplicação da IFRS16, e equivale ao dobro do que resultaria da aplicação da política de dividendos da Sociedade.

A proposta de distribuição de lucros do exercício e de reservas livres corresponde a um dividendo bruto de 0,785 euros por ação, excluindo as 859.000 ações próprias em carteira.

Depois desta distribuição, o balanço Consolidado e o da Sociedade continuam sólidos e o Grupo mantém total flexibilidade para continuar a investir em crescimento orgânico e para aproveitar potenciais oportunidades de aquisição.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2021, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou resultados líquidos consolidados de 462.749.264,39 euros e resultados líquidos nas contas individuais de 443.198.183,09 euros.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reservas Livres 152.057,99 euros;
- Dividendos 443.046.125,10 euros.

O Conselho de Administração propõe ainda que os Acionistas deliberem proceder à distribuição de reservas livres no montante de 50.274.737,60 euros, a acrescer à referida distribuição de lucros do exercício.

A distribuição de lucros do exercício e de reservas livres ora proposta representa o pagamento de um dividendo bruto de 0,785 euros por ação, excluindo-se as ações próprias em carteira.

Lisboa, 8 de março de 2022

O Conselho de Administração

8. Notas Reconciliatórias

(Seguindo as orientações da ESMA de outubro de 2015 sobre Medidas Alternativas de Desempenho)

Demonstração dos Resultados

| Demonstração dos Resultados (no Relatório de Gestão) | Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas) |
|---|--|
| Vendas e Prestação de Serviços | Vendas e prestação de serviços |
| Margem | Margem |
| Custos Operacionais | Inclui as linhas de Custos de distribuição; Custos administrativos e Outras perdas e ganhos operacionais, excluindo o valor de €-745 milhões relativo a Depreciações e amortizações (nota 3.2. - Reporte por segmentos de atividade) |
| EBITDA | |
| Depreciação | Valor refletido na nota 3.2. - Reporte por segmentos de atividade |
| EBIT | |
| Custos Financeiros Líquidos | Custos financeiros líquidos |
| Ganhos em Joint ventures e Associadas | Ganhos (perdas) em Joint ventures e associadas |
| Outras Perdas e Ganhos | Inclui linhas de Outras perdas e ganhos operacionais; Ganhos/Perdas na alienação de negócios (quando aplicável) e Ganhos/Perdas em outros investimentos (quando aplicável) |
| EBT | Resultados antes de impostos |
| Imposto sobre o Rendimento do Exercício | Imposto sobre o rendimento do exercício |
| Resultados Líquidos | Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam) |
| Interesses que não Controlam | Interesses que não controlam |
| Resultados Líquidos atribuíveis a JM | Resultado líquido atribuível aos Acionistas de Jerónimo Martins |

Balanço

| Balanço Consolidado (no Relatório de Gestão) | Balanço Consolidado (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas) |
|---|---|
| Goodwill Líquido | Valor apresentado na nota 9. - Ativos intangíveis |
| Ativo Fixo Líquido | Inclui as linhas de Ativos tangíveis e intangíveis (excluindo o Goodwill líquido - €618 milhões) e adicionando o valor de Locações financeiras (€27 milhões) |
| Direitos de Uso Líquido | Inclui a linha de Direitos de uso deduzido do valor referente a Locações financeiras (€27 milhões) |
| Capital Circulante Total | Inclui as linhas de Devedores, Acréscimos e diferimentos correntes; Existências; Ativos biológicos; Credores, acréscimos e diferimentos; Benefícios concedidos a empregados, assim como, o valor de €-15 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional. Exclui o valor de €33 milhões de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (nota 13. – Devedores, acréscimos e diferimentos), assim como e quando aplicável, o valor relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (nota 17.3. - Dívida financeira líquida) |
| Outros | Inclui as linhas de Propriedades de investimento, Partes de capital em Joint ventures e associadas; Outros investimentos financeiros; Devedores, acréscimos e diferimentos não correntes; Impostos diferidos ativos e passivos; Impostos sobre o rendimento a receber e a pagar e Provisões para riscos e encargos. Exclui o valor de €-15 milhões relativo a Outros valores de natureza operacional |
| Capital Investido | |
| Total de Empréstimos | Inclui as linhas de Empréstimos obtidos correntes e não correntes |
| Locações Financeiras | Responsabilidades com locações financeiras (2021: €22 milhões; 2020: €11 milhões) nos termos da norma IAS 17 que vigorava antes da adoção da IFRS16 |
| Locações Operacionais Capitalizadas | Valor refletido nas linhas de Responsabilidades com locações correntes e não correntes excluindo as Responsabilidades com locações financeiras (nota acima) |
| Acréscimos e Diferimentos de Juros | Inclui as linhas de Instrumentos financeiros derivados, assim como se aplicável, inclui o valor relativo a Acréscimos e diferimentos de juros (nota 17.3. - Dívida financeira líquida) |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | Inclui a linha de Caixa e equivalentes caixa, o valor de €33 milhões de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (nota 13. – Devedores, acréscimos e diferimentos) |
| Dívida Líquida | |
| Interesses que não Controlam | Interesses que não controlam |
| Capital Social | Capital social |
| Reservas e Resultados Retidos | Inclui as linhas de Prémio de emissão; Ações próprias; Outras reservas e Resultados retidos |

Fundos de Acionistas

Cash Flow

| Cash Flow (no Relatório de Gestão) | Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (nas Demonstrações Financeiras Consolidadas) |
|--|---|
| EBITDA | Corresponde à linha de Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante, incluindo rubricas que não geraram fluxos de caixa, e excluindo custos e proveitos que não têm natureza operacional (€29 milhões) |
| Pagamento de Locações Operacionais Capitalizadas | Inclui a linha de Pagamento de locações, excluído do montante de €9 milhões correspondente ao pagamento de locação financeira ao abrigo de anteriores normativos |
| Pagamento de Juros | Inclui a linha de Pagamento de juros de empréstimos, Pagamento de juros de locações e Juros recebidos |
| Imposto sobre o Resultado | Imposto sobre o rendimento pago |
| Fundos gerados pelas Operações | |
| Pagamento de Capex | Inclui as linhas de Alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; Alienação de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento; Aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis; Aquisição de outros investimentos financeiros e propriedades de investimento. Inclui ainda aquisições de ativos fixos tangíveis classificados como locação financeira ao abrigo de anteriores normativos (€-19 milhões), assim como, exclui a variação de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (€33 milhões) |
| Variação de Capital Circulante | Inclui as Variações de capital circulante, acrescidas de rubricas que não geraram fluxo de caixa |
| Outros | Inclui a linha Alienação de negócios (quando aplicável), e custos e proveitos que geraram fluxos de caixa, mas que não têm natureza operacional, no montante de €-29 milhões |
| Cash Flow | Corresponde à Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa deduzida de Pagamentos e Recebimentos de dividendos, Variação líquida de empréstimos obtidos, de Depósitos colaterais associados a dívida financeira e de Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (€33 milhões). Acrescido das Aquisições de ativos fixos tangíveis classificados como locação financeira (€-19 milhões) e deduzido dos Pagamentos de locações financeiras (€9 milhões), ambos ao abrigo de anteriores normativos |

**Jerónimo
Martins**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras

| | |
|--|------------|
| Demonstrações Financeiras Consolidadas | 70 |
| 1. Demonstrações Financeiras Consolidadas | 70 |
| 2. Declaração do Conselho de Administração | 123 |
| 3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria | 124 |
| 4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria | 132 |
| Demonstrações Financeiras Individuais | 135 |
| 1. Demonstrações Financeiras Individuais | 135 |
| 2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria | 162 |

Demonstrações Financeiras Consolidadas

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

| | |
|---|----|
| DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES | 71 |
| DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS | 71 |
| BALANÇO CONSOLIDADO | 72 |
| DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO | 73 |
| DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA | 74 |

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Página

| | |
|---|-----|
| 1. Atividade | 75 |
| 2. Políticas contabilísticas | 75 |
| 3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de atividade | 87 |
| 4. Custos operacionais por natureza | 90 |
| 5. Empregados | 91 |
| 6. Custos financeiros líquidos | 93 |
| 7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados | 94 |
| 8. Ativos fixos tangíveis | 97 |
| 9. Ativos intangíveis | 99 |
| 10. Locações | 101 |
| 11. Instrumentos financeiros derivados | 104 |
| 12. Existências | 106 |
| 13. Devedores, acréscimos e diferimentos | 106 |
| 14. Caixa e equivalentes de caixa | 107 |
| 15. Capital e reservas | 108 |
| 16. Resultado por ação | 108 |
| 17. Empréstimos obtidos | 109 |
| 18. Provisões | 110 |
| 19. Credores, acréscimos e diferimentos | 111 |
| 20. Garantias | 111 |
| 21. Compromissos de capital | 111 |
| 22. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes | 112 |
| 23. Partes relacionadas | 114 |
| 24. Companhias subsidiárias | 116 |
| 25. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam | 117 |
| 26. Interesses em joint ventures e associadas | 117 |
| 27. Riscos financeiros | 117 |
| 28. Informação sobre matérias ambientais | 122 |
| 29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais | 122 |
| 30. Eventos subsequentes à data do balanço | 122 |

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | | | | € Milhões | |
|--|-------|--------------|--------------|-----------------------|-----------------------|
| | Notas | 2021 | 2020 | 4.º Trimestre 2021 | 4.º Trimestre 2020 |
| Vendas e prestação de serviços | 3 | 20.889 | 19.293 | 5.683 | 5.096 |
| Custo das vendas | 4 | (16.392) | (15.067) | (4.475) | (3.985) |
| Margem | | 4.497 | 4.227 | 1.207 | 1.110 |
| Custos de distribuição | 4 | (3.306) | (3.203) | (864) | (822) |
| Custos administrativos | 4 | (351) | (334) | (91) | (84) |
| Outras perdas e ganhos operacionais | 4.1 | (34) | (50) | (26) | (29) |
| Resultados operacionais | | 806 | 639 | 226 | 175 |
| Custos financeiros líquidos | 6 | (154) | (180) | (35) | (40) |
| Ganhos (perdas) em joint ventures e associadas | | 0 | 0 | (0) | 0 |
| Ganhos (perdas) em outros investimentos | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Resultados antes de impostos | | 652 | 459 | 191 | 135 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 7 | (168) | (136) | (48) | (41) |
| Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam) | | 484 | 323 | 143 | 94 |
| Atribuível a: | | | | | |
| Interesses que não controlam | | 21 | 11 | 4 | 1 |
| Aos Acionistas de Jerónimo Martins | | 463 | 312 | 139 | 93 |
| Resultado básico e diluído por ação - euros | 16 | 0,7364 | 0,4967 | 0,2211 | 0,1479 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | | | | | | € Milhões | |
|---|-------|-------------|-------------|-----------------------|-----------------------|-----------|--|
| | Notas | 2021 | 2020 | 4.º Trimestre 2021 | 4.º Trimestre 2020 | | |
| Resultados líquidos | | 484 | 323 | 143 | 94 | | |
| Outros rendimentos integrais: | | | | | | | |
| Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados | 5.2 | 0 | (1) | 0 | (1) | | |
| Imposto relacionado | 7.3 | (0) | 0 | (0) | 0 | | |
| Itens que não serão reclassificados para resultados | | 0 | (1) | 0 | (1) | | |
| Diferenças de conversão cambial | | (9) | (85) | 4 | (6) | | |
| Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa | 11 | (0) | 0 | (0) | 0 | | |
| Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras | 11 | (2) | 26 | (1) | 0 | | |
| Imposto relacionado | 7.3 | (1) | (2) | 0 | (0) | | |
| Itens que poderão ser reclassificados para resultados | | (12) | (62) | 4 | (6) | | |
| Outros rendimentos integrais líquidos de imposto | | (12) | (62) | 4 | (6) | | |
| Total de rendimentos integrais | | 473 | 261 | 146 | 88 | | |
| Atribuível a: | | | | | | | |
| Interesses que não controlam | | 21 | 11 | 4 | 1 | | |
| Acionistas de Jerónimo Martins | | 451 | 250 | 143 | 87 | | |
| Total de rendimentos integrais | | 473 | 261 | 146 | 88 | | |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo.

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | | € Milhões | |
|--|-------|---------------|--------------|
| | Notas | 2021 | 2020 |
| Ativo | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 8 | 3.993 | 3.817 |
| Ativos intangíveis | 9 | 757 | 757 |
| Propriedades de investimento | | 8 | 9 |
| Direitos de uso | 10 | 2.248 | 2.167 |
| Ativos biológicos | | 5 | 3 |
| Partes de capital em joint ventures e associadas | | 13 | 6 |
| Outros investimentos financeiros | | 2 | 1 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | 13 | 57 | 70 |
| Impostos diferidos ativos | 7 | 175 | 163 |
| Total de ativos não correntes | | 7.256 | 6.994 |
| Existências | 12 | 1.108 | 974 |
| Ativos biológicos | | 7 | 5 |
| Imposto sobre o rendimento a receber | | 23 | 17 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | 13 | 479 | 393 |
| Instrumentos financeiros derivados | 11 | 1 | 4 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 14 | 1.494 | 1.041 |
| Total de ativos correntes | | 3.112 | 2.434 |
| Total do ativo | | 10.368 | 9.428 |
| Capital próprio e passivo | | | |
| Capital | | 629 | 629 |
| Prémios de emissão | | 22 | 22 |
| Ações próprias | | (6) | (6) |
| Outras reservas | | (140) | (129) |
| Resultados retidos | 15 | 1.773 | 1.491 |
| | | 2.278 | 2.008 |
| Interesses que não controlam | | 254 | 249 |
| Total do capital próprio | | 2.532 | 2.257 |
| Empréstimos obtidos | 17 | 347 | 364 |
| Responsabilidades com locações | 10 | 1.993 | 1.897 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | 19 | 1 | 1 |
| Benefícios concedidos a empregados | 5 | 70 | 70 |
| Provisões para riscos e encargos | 18 | 34 | 33 |
| Impostos diferidos passivos | 7 | 66 | 66 |
| Total de passivos não correntes | | 2.511 | 2.430 |
| Empréstimos obtidos | 17 | 113 | 160 |
| Responsabilidades com locações | 10 | 394 | 377 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | 19 | 4.771 | 4.154 |
| Instrumentos financeiros derivados | 11 | 1 | 0 |
| Imposto sobre o rendimento a pagar | | 47 | 50 |
| Total de passivos correntes | | 5.325 | 4.741 |
| Total do capital próprio e passivo | | 10.368 | 9.428 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

€ Milhões

| | Capital próprio atribuível aos Acionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. | | | | | | Interesses que não controlam | Total do capital próprio | |
|---|---|-----------------------------|----------------|---------------------------|-------------------|--------------------|------------------------------|--------------------------|------------|
| | Capital | Prémios de emissão de ações | Ações próprias | Outras Reservas | | Resultados retidos | | | Total |
| | | | | Cobertura fluxos de caixa | Reservas cambiais | | | | |
| Balanco em 1 de janeiro de 2020 | 629 | 22 | (6) | (0) | (67) | 1.396 | 1.975 | 254 | 2.229 |
| Variações no Capital Próprio em 2020 | | | | | | | | | |
| Diferença de conversão cambial | | | | 0 | (88) | | (88) | | (88) |
| Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa | | | | 0 | | | 0 | | 0 |
| Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras | | | | | 26 | | 26 | | 26 |
| Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado | | | | | | (1) | (1) | (0) | (1) |
| Outros rendimentos integrais | - | - | - | 0 | (62) | (1) | (62) | (0) | (62) |
| Resultado do exercício | | | | | | 312 | 312 | 11 | 323 |
| Total de outros rendimentos integrais | - | - | - | 0 | (62) | 312 | 250 | 11 | 261 |
| Dividendos | | | | | | (217) | (217) | (15) | (232) |
| Balanco em 31 de dezembro de 2020 | 629 | 22 | (6) | 0 | (129) | 1.491 | 2.008 | 249 | 2.257 |
| Balanco em 1 de janeiro de 2021 | | | | | | | | | |
| 629 | 22 | (6) | 0 | (129) | 1.491 | 2.008 | 249 | 2.257 | |
| Variações no Capital Próprio em 2021 | | | | | | | | | |
| Diferença de conversão cambial | | | | | (10) | | (10) | | (10) |
| Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa | | | | (0) | | | (0) | | (0) |
| Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras | | | | | (2) | | (2) | | (2) |
| Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado | | | | | | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros rendimentos integrais | - | - | - | (0) | (12) | 0 | (12) | 0 | (12) |
| Resultado do exercício | | | | | | 463 | 463 | 21 | 484 |
| Total de outros rendimentos integrais | - | - | - | (0) | (12) | 463 | 451 | 21 | 473 |
| Dividendos (nota 15) | | | | | | (181) | (181) | (17) | (198) |
| Aquisição/Alienação de interesses que não controlam | | | | | | - | - | 1 | 1 |
| Balanco em 31 de dezembro de 2021 | 629 | 22 | (6) | - | (140) | 1.773 | 2.278 | 254 | 2.532 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

€ Milhões

| | Notas | 2021 | 2020* |
|---|-------|--------------|--------------|
| Resultados líquidos | | 463 | 312 |
| Ajustamentos para: | | | |
| Interesses que não controlam | | 21 | 11 |
| Impostos | | 168 | 136 |
| Depreciações e amortizações | | 745 | 734 |
| Custos financeiros líquidos | | 154 | 180 |
| Ganhos/perdas em empresas associadas | | (0) | (0) |
| Ganhos/perdas em outros investimentos | | (0) | (0) |
| Ganhos/perdas em ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso | | 4 | 5 |
| Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante | | 1.555 | 1.378 |
| Variações de capital circulante: | | | |
| Existências | | (148) | 14 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | | (4) | 23 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | | 527 | 205 |
| Provisões e benefícios concedidos a empregados | | 1 | 4 |
| Caixa gerada pelas operações | | 1.931 | 1.623 |
| Imposto sobre o rendimento pago | | (174) | (174) |
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | | 1.756 | 1.449 |
| Atividades de investimento | | | |
| Alienação de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis | | 6 | 4 |
| Alienação de outros investimentos financeiros e de propriedades de investimento | | 0 | - |
| Juros recebidos | | 1 | 2 |
| Dividendos recebidos | | 0 | 0 |
| Aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis | | (584) | (514) |
| Aquisição de outros investimentos financeiros e de propriedades de investimento | | (33) | - |
| Aquisição de negócios, líquido do caixa adquirido | | (6) | (0) |
| Depósitos colaterais associados a dívida financeira | | - | 19 |
| Fluxos de caixa de atividades de investimento | | (617) | (488) |
| Atividades de financiamento | | | |
| Pagamento de juros de empréstimos obtidos | | (22) | (28) |
| Pagamento de juros de locações | 6 | (130) | (127) |
| Variação líquida de empréstimos obtidos | 17 | (40) | (146) |
| Pagamento de locações | 10 | (286) | (274) |
| Pagamento de dividendos | 15 | (198) | (232) |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | | (676) | (807) |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 463 | 153 |
| Movimentos de caixa e equivalentes | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do ano | | 1.041 | 929 |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 463 | 153 |
| Efeito das variações cambiais | | (10) | (41) |
| Caixa e equivalentes de caixa no final de dezembro | 14 | 1.494 | 1.041 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

*Os valores apresentados em 2020 na linha de Provisões e outros ganhos e perdas operacionais deixaram de ser ajustados aos Resultados líquidos e passaram a constar das variações de capital circulante

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA para o período intercalar

€ Milhões

| | 2021 | 2020 | 4.º Trimestre 2021 | 4.º Trimestre 2020 |
|--|------------|------------|--------------------|--------------------|
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | 1.756 | 1.449 | 671 | 561 |
| Fluxos de caixa de atividades de investimento | (617) | (488) | (205) | (143) |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | (676) | (807) | (139) | (243) |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | 463 | 153 | 327 | 175 |

Os montantes relativos aos trimestres não se encontram auditados.

1. Atividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 24 e 26. As atividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2021 encontram-se detalhados no Capítulo 2 – Relatório de Gestão. JMH não alterou a sua denominação social em 2021.

O Grupo atua no ramo alimentar, essencialmente no setor da distribuição e venda a retalho, com operações estabelecidas em Portugal, na Polónia e na Colômbia.

Sociedade Francisco Manuel dos Santos, S.E. é a Empresa-mãe final do Grupo.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 100 144.

A JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 8 de março de 2022.

Covid-19

À semelhança do que ocorreu em grande parte do ano de 2020, o ano de 2021 continuou a estar impactado direta e indiretamente pela pandemia de Covid-19, que veio vincar as desigualdades que já se verificavam na sociedade e que para além dos impactos económicos e financeiros causados nas famílias e empresas, trouxe também alterações comportamentais que se antecipa que possam perdurar durante os próximos meses.

Desde que começaram a surgir os primeiros casos em 2020, nomeadamente nas regiões onde tem operações estabelecidas, o Grupo passou a acompanhar de perto todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia, implementando de forma criteriosa as medidas consideradas adequadas, por vezes em antecipação às recomendações emanadas das Autoridades de Saúde.

As companhias do Grupo têm adotado as medidas operacionais necessárias para reforçar a segurança dos seus colaboradores, clientes e demais stakeholders, introduzindo os necessários ajustes nas respetivas cadeias de abastecimento, nas fases de confinamento e desconfinamento.

As companhias do Grupo têm também implementado iniciativas para aumentar a eficiência e controlar os custos, que têm permitido limitar o impacto negativo gerado pela pandemia na rentabilidade dos respetivos negócios. Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, e apesar dos próximos meses deverem continuar envoltos em incerteza quanto à evolução do cenário pandémico e ao progresso da vacinação em larga escala, não se espera que os efeitos da pandemia possam colocar em causa a continuidade das operações.

O Grupo espera continuar a mitigar os impactos deste contexto adverso, fortalecendo os seus modelos de negócio preparando o regresso a um contexto operacional mais normalizado e mantendo a sua visão estratégica de crescimento rentável, tal como esperado pelos Acionistas e restantes stakeholders.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido o contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhões de euros (€ milhões). Devido a arredondamentos, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais apresentados.

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia (UE), à data de 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e o princípio do custo histórico exceto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, ativos biológicos e ativos financeiros ao justo valor através de resultados, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e pressupostos adotados não

incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação:

2.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

Entre dezembro de 2020 e agosto de 2021 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adotados pelo Grupo com efeitos a 1 de janeiro de 2021:

| Regulamento da UE | Norma do International Accounting Standards Board (IASB) ou Interpretação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) adotada pela UE | Emitida em | Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após |
|---------------------------|---|-------------|---|
| Regulamento n.º 2097/2020 | IFRS 4 Contratos de seguro (será substituída pela IFRS 17); Extensão da exceção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações) | junho 2020 | 1 janeiro 2021 |
| Regulamento n.º 25/2021 | IFRS 9 Instrumentos financeiros; IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração; IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações; IFRS 4 Contratos de seguro; e IFRS 16 Locações – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2 (alterações) | agosto 2020 | 1 janeiro 2021 |
| Regulamento n.º 1421/2021 | IFRS 16 Locações: Concessões de renda relacionadas com a Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alterações) | março 2021 | 1 janeiro 2021 |

O Grupo implementou as alterações acima, não tendo havido um impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela UE mas sem aplicação efetiva ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021 e não aplicadas antecipadamente

A UE adotou em 2021 uma nova norma e um conjunto de alterações emitidas pelo IASB, a aplicar em períodos subsequentes:

| Regulamento da UE | Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE | Emitida em | Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após |
|---------------------------|---|------------------------|---|
| Regulamento n.º 1080/2021 | IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais: Referências para a Estrutura Conceptual (alterações) IAS 16 Ativos fixos tangíveis: Rendimentos anteriores ao uso esperado (alterações) IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Custos de cumprimento de contratos onerosos (alterações) Ciclo 2018-2020 de melhoria às normas IFRS: IFRS 1 Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 16 Locações e IAS 41 Agricultura (alterações) | maio 2020 | 1 janeiro 2022 |
| Regulamento n.º 2036/2021 | IFRS 17 Contratos de Seguro (nova) | maio 2017 e junho 2020 | 1 janeiro 2023 |

A nova norma e as alterações acima, são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adotadas pela UE

O IASB emitiu entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021 as seguintes alterações que se encontram ainda em processo de adoção pela UE:

| Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC | Emitida em | Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após |
|--|----------------------|--|
| IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Classificação de Passivos como correntes e não correntes (alterações) | janeiro e julho 2020 | 1 janeiro 2023 |
| IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: Divulgação de Políticas Contabilísticas (alterações) | fevereiro de 2021 | 1 janeiro 2023 |
| IAS 8 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros: Definição de Estimativas Contabilísticas (alterações) | fevereiro de 2021 | 1 janeiro 2023 |
| IAS 12 Impostos sobre o rendimento: Imposto diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (alterações) | maio 2021 | 1 janeiro 2023 |
| IFRS 17 Contratos de Seguro: Aplicação inicial da IFRS 17e IFRS 9 – Informação comparativa (alterações) | dezembro 2021 | 1 janeiro 2023 |

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura desta nova norma e das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.4. Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2021, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obriguem à reexpressão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.2. Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de dezembro de 2021, incluem os ativos, os passivos e os resultados das companhias do Grupo, entendido como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 24 e 26, respetivamente.

Concentração de atividades empresariais

No registo de transações de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os ativos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido dos ativos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os ativos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlo e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo justo valor quando o controlo é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa, mas não o controlo, geralmente correspondentes a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o *Goodwill* identificado na aquisição.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efetuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações em outros rendimentos integrais. Numa *joint venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao Goodwill numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de Goodwill é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o valor contabilístico do Goodwill exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são direta, ou indiretamente atribuíveis a JMH.

Transações com interesses que não controlam que não resultem na perda do controlo são contabilizadas como transações de capital - isto é, como transações com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos ativos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como ativo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os ativos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respetivas transações.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada diretamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 11).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O Goodwill e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como ativos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transações entre Empresas do Grupo

As transações inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.



Ganhos não realizados decorrentes de transações com empresas associadas ou *joint ventures* são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou *joint ventures*. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do ativo transferido.

2.3. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (euro) à taxa de câmbio em vigor à data da transação.

À data do balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, exceto quando se tratam de ativos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras ou quando estas respeitem a outros investimentos financeiros, que sejam instrumentos de capital próprio, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

| Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro) |  Zloty Polaco (PLN) |  Peso Colombiano (COP) |
|--|---|--|
| Taxa em 31 de dezembro de 2021 | 4,5969 | 4.560,4400 |
| Taxa média do ano | 4,5662 | 4.434,3300 |
| Taxa em 31 de dezembro de 2020 | 4,5597 | 4.212,0200 |
| Taxa média do ano | 4,4443 | 4.203,8800 |

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros são compensados e a sua quantia líquida é apresentada no Balanço Consolidado se existir um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de pagar numa base líquida, realizando os ativos e liquidando os passivos em simultâneo.

2.4.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, e subsequentemente mensurados como sendo ao custo amortizado, ao justo valor através de Outros Rendimentos Integrais (ORI), ao justo valor através de resultados, ou derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva, conforme apropriado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa do ativo financeiro e do modelo adotado pelo Grupo para os gerir. Com exceção das contas a receber, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não esteja ao justo valor através de resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos diretamente em resultados. Créditos comerciais a receber são mensuradas pelo preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de ORI, é necessário que ele possua fluxos de caixa que sejam 'apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros' (conhecido por "Solely Payments of Principal and Interest" ou "SPPI") sobre a quantia principal em aberto. Esta avaliação é designada por teste SPPI e é executada ao nível do instrumento. O modelo adotado pelo Grupo para gerir ativos financeiros refere-se à forma como os seus ativos financeiros são geridos para obtenção dos fluxos de caixa. O modelo adotado determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se forem detidos dentro do modelo adotado, com o objetivo de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa de juro efetiva e são sujeitos a testes de imparidade. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou com imparidades.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem principalmente créditos comerciais a receber.

ii. Ativos financeiros ao justo valor através de ORI

O Grupo mensura os ativos financeiros ao justo valor através de ORI se forem detidos dentro do modelo adotado, com o objetivo comum de deter os instrumentos financeiros para obter os fluxos de caixa contratuais e para venda, e os termos contratuais do ativo financeiro dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre a quantia principal em aberto.

Para instrumentos de dívida ao justo valor através de ORI, rendimento de juros, reavaliação cambial e perdas ou reversões de imparidades são reconhecidas na demonstração dos resultados e tratadas da mesma maneira que os ativos financeiros ao custo amortizado. O restante justo valor é reconhecido em ORI. Após o desreconhecimento, o justo valor acumulado reconhecido anteriormente em ORI é reciclado para resultados.

O Grupo não detém quaisquer ativos financeiros nesta categoria.

iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de ORI (instrumentos de capital)

Depois do reconhecimento inicial, o Grupo pode decidir classificar de forma irrevogável instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI quando eles cumprem a definição de capitais próprios e não são detidos para negociação. A classificação é determinada numa base instrumento a instrumento.

Ganhos ou perdas nestes ativos financeiros reconhecidos anteriormente em ORI nunca são reciclados para resultados. Os dividendos são reconhecidos como proveitos financeiros na demonstração de resultados quando o direito ao seu recebimento for estabelecido. Instrumentos de capital designados ao justo valor através de ORI não são sujeitos a testes de imparidade.

O Grupo elegeu classificar de forma irrevogável os seus instrumentos de capital não cotados dentro desta categoria. Os instrumentos de capital são registados ao custo quando o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade.

iv. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria corresponde aos ativos financeiros que não cumprem com os critérios para custo amortizado ou justo valor através de ORI e incluem os ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados ou ativos financeiros requeridos que sejam mensurados ao justo valor.

Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de serem vendidos ou recomprados num curto prazo. Derivados, incluindo derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam designados como instrumentos de cobertura efetiva. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, independentemente do modelo adotado. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor, com as alterações líquidas do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Esta categoria inclui os instrumentos derivados não considerados para contabilidade de cobertura.

Desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: i. os direitos contratuais do Grupo a receber fluxos de caixa expiram; ii. o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse; ou iii. não obstante reter uma parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios da sua posse, o Grupo transferiu o controlo desses ativos.

2.4.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumentos de cobertura efetiva, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos, financiamentos e contas a pagar, líquidos de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros do Grupo incluem credores comerciais e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, incluindo descobertos bancários e instrumentos financeiros derivados.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, tal como descrito abaixo:

i. Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos financeiros detidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se eles forem incorridos com o objetivo de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui também instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo

que não sejam designados como instrumentos de cobertura numa relação de cobertura tal como definido na IFRS 9. Ganhos ou perdas nos passivos detidos para negociação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

ii. Passivos financeiros ao custo amortizado

Depois do reconhecimento inicial, credores e outras contas a pagar, empréstimos remunerados e financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva. Ganhos ou perdas são reconhecidos nos resultados quando os passivos são desreconhecidos, bem como através do processo de amortização pela taxa de juro efetiva.

O custo amortizado é calculado tendo em consideração qualquer desconto ou prémio na aquisição e comissões ou custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. A amortização da taxa de juro efetiva é incluída nos custos financeiros na demonstração dos resultados.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada com o passivo é dispensada, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o respetivo valor contabilístico é reconhecida na demonstração dos resultados.

2.5. Imparidade

2.5.1. Imparidade de ativos não financeiros

Excetuando propriedades de investimento, existências (nota 12) e impostos diferidos ativos (nota 7.3), os ativos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não, para o *Goodwill*, para ativos intangíveis em curso e para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos ativos do Grupo para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de ativos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2. Imparidade de ativos financeiros

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

O Grupo reconhece imparidades para Perdas de Crédito Esperadas (PCE) em ativos financeiros não mantidos ao justo valor através de resultados. As PCE são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados de acordo com a estimativa da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa estimados incluem os fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que façam parte integral dos termos contratuais.

As PCE são reconhecidas em duas etapas. Para exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as PCE são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento possíveis de ocorrer nos próximos 12 meses (PCE de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento do incumprimento (PCE considerando a vida do ativo).

Para as contas a receber, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das PCE, não atendendo às alterações no risco de crédito, mas reconhecendo uma provisão para perdas com base nas PCE considerando a totalidade da vida do ativo em cada data de reporte. Na realização da avaliação da provisão para perdas, o Grupo tem em consideração a experiência com perdas de crédito históricas e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica.

O Grupo considera um ativo financeiro em incumprimento quando o prazo contratual de pagamento ultrapassou os 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo considera também um ativo financeiro em incumprimento quando informação interna ou externa indica que é improvável que o Grupo receba integralmente as quantias contratuais pendentes, antes de considerar quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

2.6. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis e Propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos (incluindo Goodwill) é determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

O Grupo monitoriza os potenciais impactos decorrentes das alterações climáticas, bem como de eventuais alterações legislativas associadas, que possam afetar os seus negócios e os seus ativos. Até ao momento não foram identificados impactos relacionada com alterações climáticas que possa afetar de forma material a recuperação dos ativos do Grupo. No entanto, caso se venha a justificar, a Gestão irá rever os pressupostos utilizados na mensuração do valor de uso, estimativas das vidas úteis e nas análises de sensibilidade efetuadas.

Num contexto ainda de incerteza quanto à evolução da pandemia de Covid-19 e do seu impacto em termos de recuperação económica, o Grupo manteve uma perspetiva conservadora na revisão anual dos planos de negócio das várias companhias.

Caso os pressupostos de fluxos de caixa se reduzam em 10%, face ao estimado, ou sendo considerada uma taxa de desconto superior em 100 p.b., de acordo com as projeções atuais das diferentes áreas de negócio, ainda assim todo o Goodwill é recuperável, não existindo qualquer risco de imparidade (ver nota 9.4).

Determinação do prazo das locações em contratos que contenham opções de rescisão e renovação – Grupo como locatário

O Grupo determina o prazo da locação como o período não cancelável da locação, tendo em conta os períodos cobertos por uma opção de prorrogar o contrato, se for razoável que o Grupo venha a exercê-la, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção para rescindir o contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo não venha a exercê-la.

O Grupo possui vários contratos de locação que incluem opções de extensão e rescisão e aplica julgamento ao avaliar se deve ou não exercer as opções de renovar ou rescindir um contrato de locação. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a data de início dos contratos, o Grupo reavalia o prazo das locações se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que estejam sobre o seu controlo e que afetam a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customização significativa no ativo da locação). Estas opções são utilizadas por forma a maximizar a flexibilidade operacional na gestão das locações. A maioria das opções de estender ou rescindir um contrato são exercíveis apenas pelas companhias do Grupo e não pelo locador.

Pagamentos variáveis de locação

Alguns contratos de locação contêm condições de pagamento variáveis em função do volume de vendas de uma determinada loja. Para uma loja individualmente, a percentagem dos pagamentos variáveis face ao total do valor da renda pode chegar a 64% (59% em 31 de dezembro de 2020), sendo que a percentagem sobre as vendas pode alterar significativamente de loja para loja. A remuneração variável é utilizada por diversos motivos, incluindo a diminuição dos custos fixos em lojas recém-implementadas. Os pagamentos variáveis em função das vendas da loja são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a condição que aciona esses pagamentos.

Um aumento de 5% nas vendas em todas as lojas do Grupo com contratos que incluam rendas variáveis, implicaria um aumento do pagamento total dos arrendamentos variáveis em aproximadamente €0,2 milhões (€0,2 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Locações – determinação da taxa de juro incremental (TJI)

Na maioria das locações o Grupo não consegue determinar prontamente a taxa de juro implícita nos contratos, portanto utiliza a sua TJI para mensurar as responsabilidades com locações. A TJI é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar para obter empréstimos de prazo e garantias similares, para adquirir um ativo idêntico ao ativo da locação num ambiente económico semelhante. Desta forma, a TJI reflete o que o Grupo teria de pagar, o que requer uma estimativa quando não existem taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, em subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas necessitam ser ajustadas para refletir os termos e condições do arrendamento (por exemplo quando os contratos não estão na moeda funcional da Companhia). O Grupo estima a TJI utilizando informação observável (como taxas de juro de mercado) quando disponível, sendo necessário fazer algumas estimativas específicas da companhia. A TJI média utilizada pelo Grupo para descontar as responsabilidades com locações foi de 5,76% (5,77% em 31 de dezembro de 2020).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles resultam de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 11).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor para as Companhias do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

| | Impacto nas contas do Grupo | |
|----------|-----------------------------|------------------------------|
| | Demonstração dos resultados | Outros rendimentos integrais |
| Portugal | 2 | 0 |
| Polónia | 4 | (0) |

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente, mudanças nos termos de pagamento do cliente e fatores prospetivos específicos dos devedores e da envolvente económica. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva yield para corresponder com o termo expectável das responsabilidades destes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva yield requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, a qualidade das obrigações e a identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

Portugal

- Intervalo restrito [0,55% - 0,95%]
- Intervalo alargado [0,35% - 1,15%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu incrementar a taxa de desconto de 0,35% para 0,75%.

Polónia

- Intervalo restrito [2,80% - 3,20%]
- Intervalo alargado [2,60% - 3,40%]

Face a estes resultados, o Grupo, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu incrementar a taxa de desconto de 0,90% para 3,00%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

| | Impacto nas responsabilidades com benefício definido | | | | |
|----------------------------------|--|----------|--------------------------|------------------------|------------------------|
| | Pressuposto utilizado | | Alteração do pressuposto | Aumento do pressuposto | Redução do pressuposto |
| | PT | PL | | | |
| Taxa de desconto | 0,75% | 3,00% | 0,50% | (2) | 2 |
| Taxa de crescimento dos salários | 3,00% | 4% / 3% | 0,50% | 2 | (2) |
| Taxa de crescimento das pensões | 3,00% | | 0,50% | - | - |
| Esperança média de vida | TV 88/90 | GUS 2018 | 1 ano | 1 | (1) |

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como atuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 30% e uma percentagem de interesse de 15,3%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus acionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como outros investimentos financeiros.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as atividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as atividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla diretamente.

2.7. Propriedades de investimento

As Propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizados ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de ativos dessa natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transacionar o ativo.

A metodologia adotada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o ativo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transações conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infraestruturas e existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transações ocorridas, é utilizado o método da rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor atual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma yield que reflete o risco de mercado em que o ativo se insere, assim como as características do próprio ativo objeto de avaliação.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de ativos detidos para valorização.

2.8. Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns dos ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e ativos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Na mensuração do justo valor a Gestão considerou o potencial impacto das alterações climáticas, incluindo alterações à legislação, que possam afetar a determinação do justo valor de ativos e passivos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os riscos associados a alterações climáticas são incluídos como pressupostos chave quando estes impactam de forma material a mensuração do valor recuperável. Atualmente, o impacto das alterações climáticas não é material na projeção dos cash flows utilizados na mensuração dos valores de uso.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por ativos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Outros investimentos financeiros

Os ativos financeiros cotados encontram-se refletidos no balanço ao seu justo valor. Os instrumentos de capital estão mensurados ao custo, deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados que se estima vir a pagar. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro atuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.9. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os ativos biológicos e os derivados over-the-counter contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respetivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes.

| 2021 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|---|-----------|----------|-----------|----------|
| Ativos mensurados ao justo valor | | | | |
| Propriedades de investimento | 8 | - | - | 8 |
| Ativos biológicos | | | | |
| Ativos biológicos consumíveis | 9 | - | 9 | - |
| Ativos biológicos de produção | 2 | - | 2 | - |
| Instrumentos financeiros derivados | | | | |
| Derivados de cobertura | 1 | - | 1 | - |
| Total de ativos | 21 | - | 13 | 8 |
| Passivos mensurados ao justo valor | | | | |
| Instrumentos financeiros derivados | | | | |
| Derivados de cobertura | 1 | - | 1 | - |
| Total de passivos | 1 | - | 1 | - |

| 2020 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|---|-----------|----------|-----------|----------|
| Ativos mensurados ao justo valor | | | | |
| Propriedades de investimento | 9 | - | - | 9 |
| Ativos biológicos | | | | |
| Ativos biológicos consumíveis | 6 | - | 6 | - |
| Ativos biológicos de produção | 2 | - | 2 | - |
| Instrumentos financeiros derivados | | | | |
| Derivados de Negociação | 2 | - | 2 | - |
| Derivados de cobertura | 2 | - | 2 | - |
| Total de ativos | 20 | - | 12 | 9 |
| Passivos mensurados ao justo valor | | | | |
| Total de passivos | - | - | - | - |

2.10. Instrumentos financeiros por categoria

| | Ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados | Derivados designados como instrumentos de cobertura | Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado | Outros Ativos financeiros | Total ativos e passivos financeiros | Ativos e passivos não financeiros | Total ativos e passivos |
|--------------------------------------|---|---|--|---------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| 2021 | | | | | | | |
| Ativos | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | 1.494 | | 1.494 | | 1.494 |
| Outros investimentos financeiros | | | | 2 | 2 | | 2 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | | | 454 | | 454 | 82 | 536 |
| Instrumentos financeiros derivados | 1 | - | | | 1 | | 1 |
| Outros ativos não financeiros | | | | | - | 8.335 | 8.335 |
| Total de Ativos | 1 | - | 1.948 | 2 | 1.951 | 8.417 | 10.368 |
| Passivos | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | | | 460 | | 460 | | 460 |
| Responsabilidades com locações | | | 2.387 | | 2.387 | | 2.387 |
| Instrumentos financeiros derivados | 1 | - | | | 1 | | 1 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | | | 4.392 | | 4.392 | 380 | 4.772 |
| Outros passivos não financeiros | | | | | - | 217 | 217 |
| Total de passivos | 1 | - | 7.239 | - | 7.240 | 597 | 7.836 |
| 2020 | | | | | | | |
| Ativos | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | 1.041 | | 1.041 | | 1.041 |
| Outros investimentos financeiros | | | | 1 | 1 | | 1 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | | | 371 | | 371 | 93 | 463 |
| Instrumentos financeiros derivados | 2 | 2 | | | 4 | | 4 |
| Outros ativos não financeiros | | | | | - | 7.918 | 7.918 |
| Total de ativos | 2 | 2 | 1.412 | 1 | 1.417 | 8.011 | 9.428 |
| Passivos | | | | | | | |
| Empréstimos obtidos | | | 524 | | 524 | | 524 |
| Responsabilidades com locações | | | 2.273 | | 2.273 | | 2.273 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | | | 3.824 | | 3.824 | 330 | 4.155 |
| Outros passivos não financeiros | | | | | - | 219 | 219 |
| Total de passivos | - | - | 6.621 | - | 6.622 | 549 | 7.171 |

3. Rédito de contratos com clientes e reporte por segmentos de atividade

3.1. Rédito de contratos com clientes

✓ Políticas contabilísticas

O Grupo opera principalmente na área da Distribuição Alimentar, com lojas em Portugal, Polónia e Colômbia. O rédito de contratos com clientes é reconhecido quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para os clientes considerando uma quantia que reflete o montante que o Grupo espera ter direito a receber na troca por esses bens ou serviços.

Venda de bens

Na maioria das vendas de bens efetuada pelo Grupo, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens ao cliente. Uma obrigação de desempenho corresponde a um compromisso de entregar bens ou serviços aos clientes que sejam distintos entre si.

Quando existem campanhas promocionais que oferecem aos clientes obrigações de desempenho que se vencem em momento futuro, o Grupo difere a parte do rédito relativa a essa obrigação futura, sendo este reconhecido em resultados apenas quando a obrigação futura é satisfeita ou expira.

O Grupo implementou ainda programas de fidelização através da utilização de cartão cliente. Para as vendas efetuadas com recurso ao cartão cliente, o Grupo estima o justo valor dos benefícios atribuídos aos clientes, sendo diferido o rédito até ao momento em que o benefício é satisfeito ou expira.

Algumas vendas a clientes incluem direitos relativos a descontos comerciais de volume. O Grupo reconhece o rédito da venda dos bens líquido da estimativa do desconto comercial que se espera que o cliente venha a atingir na totalidade do ano.

Ativos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução

Nas vendas a clientes, o Grupo estima os bens que poderão ser devolvidos pelos clientes, sendo reconhecida: i. uma responsabilidade de devolução, representada pela obrigação de entregar ao cliente a quantia relativa aos bens devolvidos; e ii. um ativo de devolução – com ajustamento do custo das vendas – pelo direito a receber os bens devolvidos pelo cliente.

Obrigações relativas a garantias

Na venda de bens, o Grupo presta as garantias em conjunto com os fornecedores, que decorrem da Lei, não vendendo extensões de garantias que devam ser reconhecidas como obrigação de desempenho separadas.

Atuação do Grupo como principal ou agente

O Grupo concluiu de forma genérica que atua como principal nos seus acordos de crédito, exceto para alguns serviços de agenciamento, dado que tipicamente controla os bens ou serviços antes destes serem transferidos para os clientes.

O Grupo opera em algumas lojas através de contratos de Mandato Comercial, celebrados com entidades terceiras, atuando o Grupo como principal, reconhecendo nessa medida a totalidade do crédito das vendas destas lojas.

Créditos comerciais a receber

Créditos comerciais a receber representam os direitos do Grupo a quantias que são incondicionais (apenas a passagem do tempo é requerida até que o pagamento do valor seja devido).

Ativos e responsabilidades do contrato

Um ativo do contrato é um direito a um valor em troca de bens ou serviços transferidos para o cliente. Se o Grupo transferir bens ou serviços para um cliente antes do cliente pagar a quantia ou antes do pagamento ser devido, um ativo do contrato é reconhecido pela quantia devida, que é condicional.

Uma responsabilidade do contrato é uma obrigação de transferir bens ou serviços para um cliente, para a qual o Grupo já recebeu a quantia (ou o valor já é devido) do cliente. Se o cliente pagar a quantia antes do Grupo lhe transferir os bens ou serviços, uma responsabilidade do contrato é reconhecida com a realização do pagamento ou o pagamento se torna devido (o que ocorrer primeiro). A responsabilidade do contrato é reconhecida como crédito quando o Grupo executa o contrato.

Serviços prestados e outros rendimentos

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

3.1.1. Saldos dos contratos comerciais

| | 2021 | 2020 |
|---|------|------|
| Clientes comerciais (nota 13) | 52 | 43 |
| Responsabilidades em contratos com clientes (nota 19) | 11 | 7 |
| Responsabilidades com reembolsos a clientes (nota 19) | 1 | 1 |

Créditos comerciais a receber não são sujeitos a juros e são geralmente concedidos com prazo entre 30 e 90 dias.

Não existem quantias reconhecidas relativas a Ativos dos contratos.

As responsabilidades em contratos com clientes incluem o crédito diferido relacionado com obrigações de desempenho futuro e as quantias recebidas relativas à venda de cartões presente a cliente, as quais vão ser reconhecidas apenas como crédito quando os cartões presente forem redimidos ou expirarem.

Responsabilidades com reembolsos a clientes estão relacionadas com descontos de volume retrospectivos, relativos a vendas que incluem descontos comerciais baseados em quantidades anuais adquiridas.

Não existem quantias reconhecidas relativas a ativos com direito à devolução e responsabilidades com o direito à devolução, considerando que as devoluções de ativos cuja responsabilidade é assumida diretamente pelo Grupo não é material no contexto das Demonstrações Financeiras do Grupo.

3.2. Reporte por segmentos de atividade

✓ Políticas contabilísticas

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o reporting interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente à Direção Executiva e ao Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efetua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspetiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. Considerando esta última perspetiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, Cash & Carry Portugal, Retalho Polónia e Retalho Colômbia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que, no entanto, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de outras perdas e ganhos operacionais (ver nota 4.1).

As transações entre segmentos são realizadas em condições normais de mercado, conforme descrito na nota 23.1, seguindo as mesmas políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo no tratamento de transações com entidades não relacionadas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- Retalho Portugal: inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- Cash & Carry Portugal: inclui a unidade de negócio por grosso do Recheio;
- Retalho Polónia: contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka;
- Retalho Colômbia: contém a unidade de negócio da insígnia Ara;
- Outros, eliminações e ajustamentos: inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Cafetarias e lojas de chocolates, negócio Agro-Alimentar em Portugal e Retalho de Saúde e Beleza na Polónia); ii. as empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em dezembro de 2021 e 2020

| | Retalho Portugal | | Cash & Carry Portugal | | Retalho Polónia | | Retalho Colômbia | | Outros, eliminações e ajustamentos | | Total JM Consolidado | |
|---|------------------|--------------|-----------------------|------------|-----------------|---------------|------------------|-------------|------------------------------------|--------------|----------------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Vendas e prestação de serviços | 4.462 | 4.271 | 907 | 847 | 14.542 | 13.465 | 1.102 | 854 | (124) | (144) | 20.889 | 19.293 |
| Inter-segmentos | 416 | 393 | 5 | 5 | - | 2 | - | - | (421) | (399) | - | - |
| Clientes Externos | 4.046 | 3.878 | 902 | 843 | 14.542 | 13.463 | 1.102 | 854 | 297 | 256 | 20.889 | 19.293 |
| Cash flow operacional (EBITDA) | 244 | 223 | 43 | 33 | 1.339 | 1.252 | 26 | (20) | (67) | (65) | 1.585 | 1.423 |
| Depreciações e amortizações | (152) | (151) | (19) | (20) | (476) | (470) | (51) | (48) | (47) | (43) | (745) | (734) |
| Resultados antes de juros e impostos (EBIT) | 93 | 71 | 23 | 12 | 863 | 782 | (26) | (68) | (113) | (108) | 840 | 689 |
| Outras perdas e ganhos operacionais | | | | | | | | | | | (34) | (50) |
| Resultados financeiros e ganhos em investimentos | | | | | | | | | | | (154) | (180) |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | | | | | | | | | | | (168) | (136) |
| Resultado líquido atribuível a JM | | | | | | | | | | | 463 | 312 |
| Total de ativos | 2.243 | 2.231 | 457 | 426 | 6.137 | 5.640 | 856 | 760 | 676 | 370 | 10.368 | 9.428 |
| Total de passivos | 1.726 | 1.725 | 448 | 424 | 4.965 | 4.531 | 830 | 753 | (132) | (263) | 7.836 | 7.171 |
| Investimento em ativos tangíveis e intangíveis | 102 | 91 | 21 | 10 | 428 | 302 | 81 | 30 | 32 | 36 | 664 | 470 |

Reconciliação entre EBIT e Resultados operacionais

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| EBIT | 840 | 689 |
| Outras perdas e ganhos operacionais | (34) | (50) |
| Resultados operacionais | 806 | 639 |

Ativos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos ativos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

| | Retailho Portugal | | Cash & Carry Portugal | | Retailho Polónia | | Retailho Colômbia | | Outros, eliminações e ajustamentos | | Total JM Consolidado | |
|--------------------------------------|-------------------|------------|-----------------------|-----------|------------------|--------------|-------------------|-----------|------------------------------------|------------|----------------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 43 | 39 | 18 | 12 | 913 | 767 | 47 | 40 | 473 | 182 | 1.494 | 1.041 |
| Outros investimentos financeiros | - | - | 1 | 1 | - | - | - | - | - | - | 2 | 1 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | 119 | 99 | 45 | 40 | 315 | 278 | 15 | 15 | (40) | (62) | 454 | 371 |
| Instrumentos financeiros derivados | - | - | - | - | - | 2 | - | - | 1 | 2 | 1 | 4 |
| Total | 162 | 139 | 64 | 54 | 1.228 | 1.047 | 63 | 56 | 434 | 122 | 1.951 | 1.417 |

Informação por geografia

No quadro abaixo são apresentadas as vendas e prestações de serviços e os ativos não correntes por geografia:

| | Vendas e prestações de serviços | | Ativos não correntes ⁽¹⁾ | |
|--------------|---------------------------------|---------------|-------------------------------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Portugal | 4.967 | 4.730 | 2.148 | 2.135 |
| Polónia | 14.820 | 13.710 | 4.175 | 4.000 |
| Colômbia | 1.102 | 854 | 687 | 617 |
| Total | 20.889 | 19.293 | 7.010 | 6.753 |

(1) Incluem Ativos fixos tangíveis, Ativos intangíveis, Direitos de uso, Propriedades de investimento e Ativos biológicos.

4. Custos operacionais por natureza

✓ Políticas contabilísticas

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos obtidos relacionados com a atividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a atividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às atividades de suporte nos escritórios;
- outras perdas e ganhos operacionais.

Outras perdas e ganhos operacionais

Incluem outras perdas e ganhos operacionais que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, sendo por isso apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estas perdas ou ganhos são excluídas dos indicadores de desempenho operacional adotados pela Gestão.

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | (16.156) | (15.025) |
| Varição de produção | 7 | 3 |
| Descontos pronto pagamento líquidos e juros pagos a fornecedores | (17) | 23 |
| Comissões sobre meios de pagamento eletrónicos | (47) | (42) |
| Outros custos suplementares | (153) | (6) |
| Fornecimentos e serviços externos | (758) | (751) |
| Publicidade | (112) | (97) |
| Rendas e alugueres | (14) | (16) |
| Custos com pessoal | (1.864) | (1.751) |
| Custos de transporte | (233) | (201) |
| Depreciações e amortizações de ativos tangíveis e intangíveis | (425) | (418) |
| Depreciações de direitos de uso | (320) | (316) |
| Ganhos/perdas com ativos tangíveis e intangíveis | (8) | (6) |
| Ganhos/perdas com direitos de uso | 3 | 1 |
| Outras naturezas de ganhos e perdas | 15 | (55) |
| Total | (20.083) | (18.655) |

O aumento dos Outros custos suplementares face a 2020, deve-se essencialmente ao “Retail tax”, imposto aplicado sobre as vendas das companhias do Grupo a operar na Polónia, desde o início de 2021.

4.1. Outras perdas e ganhos operacionais

Os custos operacionais por natureza incluem as seguintes outras perdas e ganhos operacionais consideradas materiais, as quais são excluídas dos indicadores de desempenho do Grupo por forma a permitir uma maior comparabilidade entre os vários períodos:

| | 2021 | 2020 |
|--|-------------|-------------|
| Processos de contencioso legal | (1) | (2) |
| Custos com programas de reestruturação organizacional | (14) | (16) |
| Custos com encerramento de atividades e cancelamento de projetos | - | (7) |
| Write-off de ativos e ganhos/perdas na alienação de ativos fixos tangíveis | (2) | (1) |
| Perdas por imparidade de ativos correntes | - | (6) |
| Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos atuariais | 2 | 2 |
| Reconhecimento de carácter extraordinário a colaboradores | (19) | (19) |
| Outros | - | (2) |
| Total | (34) | (50) |

5. Empregados

5.1. Custos com pessoal

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Ordenados e salários | (1.393) | (1.317) |
| Segurança Social | (288) | (269) |
| Benefícios de empregados (nota 5.2) | (45) | (35) |
| Outros custos com pessoal | (138) | (131) |
| Total | (1.864) | (1.751) |

Os outros custos com pessoal englobam, entre outros, seguros de acidentes de trabalho, ação social, formação, contratações ocasionais e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 118.639 (2020: 114.674).

O número de empregados no final do ano foi de 123.458 (2020: 118.210).

5.2. Benefícios dos empregados

✓ Políticas contabilísticas

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efetua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração auferida pelos empregados incluídos nos planos.

Os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respetivas responsabilidades asseguradas diretamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos atuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas atuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos atuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Benefícios pós-emprego (Plano de compensação para colaboradores do Grupo)

O plano de compensação pós-emprego para colaboradores do Grupo, o qual se traduz numa contribuição anual para uma fundação que garante a sua gestão por terceiros, de forma independente. Estas contribuições têm as características de um plano de contribuição definida, atendendo a que o Grupo não tem qualquer responsabilidade por fazer contribuições, para além do montante anual definido pelo Conselho de Administração. O Grupo não assume ainda qualquer risco, nomeadamente sobre o valor dos ativos nos quais as suas contribuições forem investidas, nem sobre o valor final dos benefícios a atribuir, recaindo esse risco na sua totalidade sobre os participantes no plano.

Prémio devido na idade da Reforma

Nos termos da legislação vigente na Polónia, quando um colaborador atinge a idade da reforma (independentemente de se reformar nesse momento ou não), poderá solicitar o pagamento de um prémio correspondente a um mês de salário, o qual apenas poderá receber uma vez durante a sua vida profissional.

Nestes termos, as responsabilidades com este prémio que constitui um plano de benefício definido, são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços passados, serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo atuarial, efetuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas atuariais).

Valores refletidos em balanço nas rubricas de benefícios concedidos a empregados:

| | Benefícios concedidos a empregados | |
|--|------------------------------------|-----------|
| | 2021 | 2020 |
| Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo | 13 | 15 |
| Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido | 54 | 53 |
| Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido | 2 | 2 |
| Total | 70 | 70 |

Valores refletidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações refletidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

| | Demonstração dos resultados | | Outros rendimentos integrais | |
|--|-----------------------------|-----------|------------------------------|----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida | 14 | 4 | - | - |
| Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo | - | - | - | 1 |
| Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido | 6 | 5 | - | - |
| Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido | - | 1 | - | - |
| Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida | 25 | 25 | - | - |
| Total | 45 | 35 | - | 1 |

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

| | Planos de contribuição definida para colaboradores no ativo | | Planos de benefício definido para ex-colaboradores | | Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores | |
|--|---|------|--|-----------|---|-----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Saldo em 1 de janeiro | - | - | 15 | 15 | 56 | 55 |
| Custos com juros | - | - | - | - | - | 1 |
| Custos dos serviços passados | - | - | - | - | - | - |
| Custos dos serviços correntes | 39 | 29 | - | - | 7 | 7 |
| (Ganhos) / perdas atuariais | | | | | | |
| Alterações em pressupostos financeiros | - | - | - | - | (4) | 1 |
| Alterações de experiência | - | - | - | - | 2 | (3) |
| Contribuições ou reformas pagas | (39) | (29) | (1) | (1) | (5) | (5) |
| Reclassificação de serviços passados (nota 19) | - | - | - | - | - | 2 |
| Diferenças de conversão cambial | - | - | - | - | - | (2) |
| Saldo em 31 de dezembro | - | - | 13 | 15 | 56 | 56 |

O aumento dos custos dos serviços correntes nos planos de contribuição definida para colaboradores no ativo resulta de uma contribuição extraordinária explicada no ponto 77 do Capítulo 4, referente ao Governo de Sociedade.

Pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

| | Portugal | | Polónia | |
|--|----------|---------|----------|----------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Tábua de mortalidade | TV88/90 | TV88/90 | GUS 2018 | GUS 2018 |
| Taxa de desconto | 0,75% | 0,35% | 3,00% | 0,90% |
| Taxa de crescimento das pensões e dos salários | 3,00% | 3,00% | 3% - 4% | 3% - 4% |

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adotados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados em aconselhamento dos atuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6..

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

| | Até 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Entre 5 e 10 anos |
|--|-----------|------------------|-------------------|
| Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo | 1 | 4 | 3 |
| Prémio devido na idade da Reforma – Plano de benefício definido | - | 1 | 2 |
| Prémios de antiguidade – Plano de benefício definido | 5 | 22 | 33 |
| Total | 7 | 28 | 38 |

6. Custos financeiros líquidos

✓ Políticas contabilísticas

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efetuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de ativos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento.

Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------|--------------|
| Juros suportados com empréstimos obtidos | (17) | (21) |
| Juros suportados com locações | (130) | (127) |
| Juros obtidos | 1 | 2 |
| Diferenças de câmbio | 2 | (8) |
| Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações | (3) | (21) |
| Outras perdas e ganhos financeiros | (6) | (7) |
| Justo valor de investimentos financeiros detidos para negociação: | | |
| Instrumentos financeiros derivados (nota 11) | (1) | 2 |
| Total | (154) | (180) |

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 11).

As diferenças de câmbio em responsabilidades com locações respeitam à atualização cambial, à data de reporte (31 de dezembro), dos contratos de arrendamento denominados em euros da subsidiária JMP (Biedronka) e JMDiF (Hebe), face ao valor reconhecido no final do exercício anterior.

As outras perdas e ganhos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efetiva.

7. Imposto reconhecido na demonstração dos resultados

✓ Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevadas em outros rendimentos integrais ou diretamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o Goodwill e sobre as diferenças de reconhecimento inicial de um ativo e passivo quando não são afetados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada por forma a refletir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual o Grupo estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que é esperada vigorar no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

Para as transações que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal, o Grupo incorpora os efeitos dessa incerteza nas estimativas para impostos, sempre que não for provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal dado pelo Grupo. Os ativos e passivos relacionados com interpretações fiscais incertas são apresentados como ativos ou passivos por impostos diferidos.

Para os processos de contencioso fiscal e para todas as situações em que a posição das autoridades tributárias é já conhecida, procede-se a uma avaliação da probabilidade de desfecho, constituindo-se provisões para os montantes que se estima possam representar desembolsos futuros (em que a probabilidade de ocorrência seja superior a 50%), ou, procedendo-se ao seu pagamento (ainda que mantendo o contencioso fiscal), sempre que se entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo.

7.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Imposto corrente | | |
| Imposto corrente do exercício | (184) | (171) |
| Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores | 3 | 2 |
| Total | (181) | (168) |
| Imposto diferido | | |
| Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício | 21 | 32 |
| Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores | (9) | - |
| Total | 12 | 32 |
| Outros ganhos/perdas relativos a impostos | | |
| Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal | 1 | - |
| Total | 1 | - |
| Total de imposto sobre o rendimento do exercício | (168) | (136) |

Os outros ganhos relativos a impostos registados incluem os juros de mora e compensatórios recebidos relativos a processos de contencioso decididos a favor do Grupo.

7.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

| | 2021 | | 2020 | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Resultados antes de imposto | | 652 | | 459 |
| Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal | 22,5% | (147) | 22,5% | (103) |
| Efeito fiscal gerado por: | | | | |
| Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países | (6,8)% | 45 | (7,1)% | 32 |
| Resultados não tributados ou não recuperáveis | 6,7% | (44) | 10,5% | (48) |
| Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal | (0,1)% | 1 | (0,0)% | - |
| Custos não dedutíveis e benefícios fiscais | 1,4% | (9) | 2,9% | (13) |
| Correção da estimativa de anos anteriores | (0,1)% | 1 | (0,2)% | 1 |
| Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores | 1,1% | (7) | 0,0% | - |
| Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação | 1,2% | (8) | 1,0% | (5) |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 25,8% | (168) | 29,6% | (136) |

Em 2021 e 2020, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a €1,5 milhões, €7,5 milhões e €35 milhões, respetivamente.

Na Polónia, para 2021 e 2020, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 31% em 2021 (32% em 2020). Em 2021, não havendo resultados fiscais positivos, é aplicada uma taxa de imposto de 0,5% sobre o valor do património líquido. A taxa de imposto a aplicar em 2022 será de 35%.

7.3. Impostos diferidos ativos e passivos

O Grupo não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

| 2021 | Saldo inicial | Efeito em resultados | Diferenças cambiais | Saldo final |
|--|---------------|----------------------|---------------------|-------------|
| Impostos diferidos ativos | | | | |
| Provisões além dos limites legais | 96 | 8 | (1) | 104 |
| Atualização de ativos para o justo valor | 4 | - | - | 4 |
| Benefícios concedidos a empregados | 14 | (4) | - | 10 |
| Prejuízos fiscais a recuperar | 2 | - | - | 2 |
| Efeito da aplicação da norma sobre locações | 17 | 6 | - | 24 |
| Outras diferenças temporárias | 30 | 2 | - | 32 |
| Total | 163 | 13 | (1) | 175 |
| Impostos diferidos passivos | | | | |
| Atualização de ativos para o justo valor | 1 | - | - | 1 |
| Proveitos diferidos para efeitos fiscais | 52 | 1 | - | 52 |
| Diferenças de critérios contabilísticos em outros países | 12 | - | - | 12 |
| Outras diferenças temporárias | 2 | - | - | 2 |
| Total | 66 | 1 | - | 66 |
| Variação líquida de imposto diferido | 98 | 12 | (1) | 109 |

| 2020 | Saldo inicial | Efeito em resultados | Diferenças cambiais | Saldo final |
|--|---------------|----------------------|---------------------|-------------|
| Impostos diferidos ativos | | | | |
| Provisões além dos limites legais | 78 | 24 | (5) | 96 |
| Atualização de ativos para o justo valor | 4 | - | - | 4 |
| Benefícios concedidos a empregados | 19 | (5) | - | 14 |
| Prejuízos fiscais a recuperar | - | 2 | - | 2 |
| Efeito da aplicação da norma sobre locações | 8 | 10 | (1) | 17 |
| Outras diferenças temporárias | 29 | 1 | - | 30 |
| Total | 138 | 31 | (6) | 163 |
| Impostos diferidos passivos | | | | |
| Atualização de ativos para o justo valor | 1 | - | - | 1 |
| Proveitos diferidos para efeitos fiscais | 56 | (1) | (3) | 52 |
| Diferenças de critérios contabilísticos em outros países | 12 | - | (1) | 12 |
| Outras diferenças temporárias | 2 | - | - | 2 |
| Total | 71 | (1) | (4) | 66 |
| Variação líquida de imposto diferido | 67 | 32 | (2) | 98 |

7.4. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

| Limite de reporte de prejuízos fiscais | Imposto | |
|--|------------|------------|
| | 2021 | 2020 |
| 2021 | - | 5 |
| 2022 | 3 | 3 |
| 2023 | 2 | 2 |
| 2024 | 4 | 3 |
| 2025 | 1 | - |
| 2026 ou posterior | 190 | 161 |
| Total | 200 | 174 |

8. Ativos fixos tangíveis

✓ Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja diretamente atribuível à aquisição do ativo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é incluído no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do ativo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

| | % |
|--------------------------------|-----------------|
| Terrenos | Não depreciados |
| Edifícios e outras construções | 2-4 |
| Equipamento básico | 10-20 |
| Equipamento de transporte | 12,5-25 |
| Equipamento administrativo | 10-25 |

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço, atendendo ao período que se espera vir a utilizar os ativos, mas também atendendo a potenciais limitações decorrentes das alterações climáticas, ou de legislação associada. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os ativos até ao final da sua vida económica.

8.1. Movimentos ocorridos no exercício

| 2021 | Terrenos e recursos naturais * | Edifícios e outras construções | Equipamento básico e ferramentas | Equipamento de transporte e outros | Ativos em curso | Total |
|---|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|-----------------|--------------|
| Custo | | | | | | |
| Saldo inicial | 518 | 3.988 | 2.163 | 296 | 150 | 7.114 |
| Diferenças cambiais | (3) | (41) | (18) | (4) | (4) | (70) |
| Aumentos | 10 | 231 | 252 | 17 | 139 | 649 |
| Alienações e abates | - | (19) | (87) | (9) | (5) | (120) |
| Transferências e reclassificações | 1 | 15 | 24 | 15 | (52) | 3 |
| Saldo final | 525 | 4.173 | 2.334 | 315 | 228 | 7.575 |
| Depreciações e perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 1.636 | 1.440 | 220 | - | 3.297 |
| Diferenças cambiais | - | (11) | (8) | (2) | - | (21) |
| Aumentos | - | 179 | 203 | 31 | - | 412 |
| Alienações e abates | - | (16) | (82) | (9) | - | (107) |
| Transferências e Reclassificações | - | (1) | - | 2 | - | 2 |
| Saldo final | - | 1.787 | 1.553 | 243 | - | 3.583 |
| Valor líquido | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2021 | 518 | 2.352 | 722 | 76 | 150 | 3.817 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 525 | 2.386 | 781 | 72 | 228 | 3.993 |

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

| 2020 | Terrenos e recursos naturais * | Edifícios e outras construções | Equipamento básico e ferramentas | Equipamento de transporte e outros | Ativos em curso | Total |
|---|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|-----------------|--------------|
| Custo | | | | | | |
| Saldo inicial | 528 | 3.924 | 2.121 | 284 | 231 | 7.087 |
| Diferenças cambiais | (20) | (178) | (87) | (12) | (18) | (314) |
| Aumentos | 8 | 202 | 175 | 18 | 58 | 462 |
| Alienações e abates | - | (27) | (84) | (8) | (4) | (124) |
| Transferências e reclassificações | 2 | 67 | 37 | 15 | (118) | 3 |
| Saldo final | 518 | 3.988 | 2.163 | 296 | 150 | 7.114 |
| Depreciações e perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 1.542 | 1.370 | 206 | - | 3.118 |
| Diferenças cambiais | - | (58) | (46) | (8) | - | (112) |
| Aumentos | - | 177 | 197 | 30 | - | 405 |
| Alienações e abates | - | (24) | (81) | (8) | - | (114) |
| Transferências e reclassificações | - | (1) | 1 | - | - | - |
| Saldo final | - | 1.636 | 1.440 | 220 | - | 3.297 |
| Valor líquido | | | | | | |
| Em 1 Janeiro de 2020 | 528 | 2.382 | 751 | 78 | 231 | 3.970 |
| Em 31 dezembro de 2020 | 518 | 2.352 | 722 | 76 | 150 | 3.817 |

*O saldo inicial de terrenos e recursos naturais é apresentado líquido de imparidades

Os aumentos de ativos fixos tangíveis correspondem aos investimentos do Grupo em expansão de novas lojas e centros de distribuição, e em remodelações do parque de lojas existente. O programa de investimentos encontra-se melhor detalhado no ponto 2.3. - Execução do Programa de Investimento, do Capítulo 2 - Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento.

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos ativos tangíveis.

8.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

8.3. Ativos fixos tangíveis em curso

Estão considerados em ativos tangíveis em curso essencialmente valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

8.4. Testes de imparidade

Conforme referido na nota 2.5.1, o Grupo analisa à data de cada balanço se existem indicadores de eventuais perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis.

Havendo indicadores de eventuais perdas por imparidade num ativo ou unidade geradora de caixa, o Grupo calcula o seu valor de uso de acordo com o método de *Discounted Cash Flow* (DCF).

Os valores de uso são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, sendo elaboradas projeções, a cinco anos, de *cash flows* futuros para cada um dos ativos ou unidades geradoras de caixa, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Essas estimativas são elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

| Áreas de Negócio | Taxa de desconto | Taxa de crescimento na perpetuidade |
|--------------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| Retalho Portugal | 8,0% (2020: 8,0%) | 1% (2020: 1%) |
| Cash & Carry Portugal | 8,0% (2020: 8,0%) | 1% (2020: 1%) |
| Retalho Polónia | 8,0% (2020: 8,0%) | 1,5% (2020: 1,5%) |
| Retalho de Saúde e Beleza na Polónia | 9,0% (2020: 9,0%) | 1,5% (2020: 1,5%) |
| Retalho Especializado Portugal | 8,0% a 9,5% (2020: 8,0% a 9,5%) | 1,7% (2020: 1,7%) |
| Retalho Colômbia | 11,0% (2020: 11,0%) | 1,5% (2020: 1,5%) |

A taxa de desconto adotada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), com base no custo médio ponderado do capital (WACC), estimado a cada um dos segmentos operacionais das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado Polaco e Colombiano, onde ainda é considerado existir potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio, bem como eventuais impactos decorrentes de riscos associados a alterações climáticas, que na presente data, não se estimam materialmente relevantes no período em análise.

Covid-19

Num contexto ainda de incerteza quanto à evolução da pandemia de Covid-19 e do seu impacto em termos de recuperação económica, o Grupo manteve uma perspetiva conservadora na revisão anual dos planos de negócio das várias companhias.

Dos testes de imparidade não resultaram perdas por imparidade significativas, o que vai ao encontro das expectativas da Gestão, que apontam efetivamente para não existirem perdas permanentes nos seus negócios, havendo já a clara expectativa de recuperação dos negócios a médio prazo para níveis pré-Covid-19.

9. Ativos intangíveis

✓ Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se registados pelo custo histórico deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a Goodwill e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efetuada na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra direta.

As licenças de software de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de software são reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando esses custos sejam diretamente associados a projetos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como ativos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros ativos intangíveis

Despesas na aquisição de trespases, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do Goodwill, é o único ativo intangível de vida útil indefinida reconhecido, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O Goodwill e os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos ativos intangíveis, exceto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

| | % |
|-----------------------------|----------|
| Despesas de desenvolvimento | 20-33,33 |
| Software de computador | 33,33 |
| Trespases | 5-6,66 |

Sempre que se considere necessário, as vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas à data do balanço, considerando também os potenciais efeitos associados às alterações climáticas.

9.1. Movimentos ocorridos no exercício

| 2021 | Goodwill | Despesas de desenvolv. | Software e prop. industrial e out. direitos | Trespases | Ativos em curso | Total |
|---|------------|------------------------|---|------------|-----------------|------------|
| Custo | | | | | | |
| Saldo inicial | 620 | 48 | 127 | 130 | 9 | 933 |
| Diferenças cambiais | (2) | - | (1) | (1) | - | (4) |
| Aumentos | - | 1 | 3 | 3 | 8 | 16 |
| Transferências e reclassificações | - | 1 | - | - | (2) | (1) |
| Saldo final | 618 | 50 | 129 | 132 | 15 | 944 |
| Amortizações e perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 39 | 29 | 108 | - | 176 |
| Diferenças cambiais | - | - | - | (1) | - | (1) |
| Aumentos | - | 4 | 3 | 5 | - | 12 |
| Saldo final | - | 43 | 32 | 112 | - | 187 |
| Valor líquido | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2021 | 620 | 8 | 98 | 22 | 9 | 757 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 618 | 7 | 97 | 20 | 15 | 757 |

| 2020 | Goodwill | Despesas de desenvolv. | Software e prop. industrial e out. direitos | Trespases | Ativos em curso | Total |
|---|------------|------------------------|---|------------|-----------------|------------|
| Custo | | | | | | |
| Saldo inicial | 641 | 45 | 132 | 139 | 10 | 968 |
| Diferenças cambiais | (21) | (2) | (8) | (6) | - | (37) |
| Aumentos | - | 3 | 2 | - | 3 | 8 |
| Alienações e abates | - | - | - | (3) | - | (3) |
| Transferências e reclassificações | - | 2 | - | - | (4) | (2) |
| Saldo final | 620 | 48 | 127 | 130 | 9 | 933 |
| Amortizações e perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | - | 37 | 27 | 110 | - | 174 |
| Diferenças cambiais | - | (2) | (1) | (5) | - | (8) |
| Aumentos | - | 3 | 3 | 6 | - | 13 |
| Alienações e Abates | - | - | - | (3) | - | (3) |
| Saldo final | - | 39 | 29 | 108 | - | 176 |
| Valor líquido | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2020 | 641 | 7 | 106 | 30 | 10 | 794 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 620 | 8 | 98 | 22 | 9 | 757 |

O Grupo identificou como ativos intangíveis de vida útil indefinida reconhecidos, para além do Goodwill, a marca Pingo Doce, com valor líquido de €9 milhões.

As despesas de desenvolvimento são relativas à implementação de sistemas de informação.

9.2. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3. Ativos intangíveis em curso

Estão considerados em ativos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projetos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespases.

9.4. Testes de imparidade do Goodwill e outros intangíveis

O Grupo tem o Goodwill alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

| Áreas de Negócio | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Retalho Portugal | 247 | 247 |
| Cash & Carry Portugal | 84 | 84 |
| Retalho Polónia | 279 | 281 |
| Retalho de Saúde e Beleza na Polónia | 8 | 9 |
| Total | 618 | 620 |

Como consequência da conversão cambial dos ativos dos negócios da Polónia, o Goodwill afeto ao negócio da Biedronka, no montante de 1.282 milhões de zloty, e ao negócio da Hebe, no montante de 39 milhões de zloty, sofreu uma atualização total no valor de €2 milhões negativos;

As unidades geradoras de caixa utilizadas na realização dos testes de imparidade do Goodwill, correspondem aos segmentos de negócio, sendo esse o nível mais baixo pelo qual o Goodwill é monitorizado pela Gestão.

Em 2021 foram efetuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de DCF, que sustentam a recuperabilidade do valor de Goodwill.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projeções, a cinco anos, de cash flow futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração. Estas projeções, para além da evolução do desempenho de cada unidade de negócio, incorporam os impactos esperados dos seus planos de investimento, ponderados pelos riscos a que os negócios se encontram expostos.

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o Goodwill. O mesmo se aplica para os ativos intangíveis em curso.

Estas avaliações foram elaboradas considerando os seguintes pressupostos:

| Áreas de Negócio | Taxa de desconto | Taxa de crescimento na perpetuidade |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------------------------|
| Retalho Portugal | 8,0% (2020: 8,0%) | 1% (2020:1%) |
| Cash & Carry Portugal | 8,0% (2020: 8,0%) | 1% (2020:1%) |
| Retalho Polónia | 8,0% (2020: 8,0%) | 1,5% (2020:1,5%) |
| Retalho de Saúde e Beleza na Polónia | 9,0% (2020: 9,0%) | 1,5% (2020:1,5%) |

A taxa de desconto adotada corresponde à taxa de rentabilidade exigida (*hurdle rate*), com base no WACC estimado, a cada uma das áreas de negócio das diferentes geografias.

As taxas de crescimento na perpetuidade foram consideradas, de 1% para mercados maduros como é o caso de Portugal, e de 1,5% para o mercado polaco, onde ainda é considerado existir potencial de crescimento.

Os fluxos de caixa incorporam ainda os crescimentos anuais expectáveis das vendas, margens e custos operacionais de cada uma das áreas de negócio de acordo com os seus planos de negócio futuros, bem como eventuais impactos decorrentes de riscos associados a alterações climáticas, que na presente data, não se estimam materialmente relevantes no período em análise.

A nota 2.6 apresenta a informação relativa à análise de sensibilidade aos testes de imparidade ao Goodwill.

Covid-19

Conforme referido atrás, tendo em conta o contexto atual de pandemia Covid-19, o Grupo manteve, nas suas projeções de médio e longo prazos, expectativas de crescimento conservadoras para os próximos anos.

Ainda assim, em cenários de quebra permanente de 10% dos fluxos de caixa esperados, não se verifica qualquer risco de recuperabilidade do Goodwill de qualquer das unidades de negócio.

10. Locações

✓ Políticas contabilísticas

No início de cada contrato o Grupo avalia se o mesmo é ou contém uma locação. Isto é, se o contrato concede um direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de uma remuneração. Os contratos de locação são reconhecidos como um direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo locado fica disponível para uso pelo Grupo. Cada pagamento da locação é alocado entre passivo e custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido em resultados durante o período da locação para refletir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de locação para cada período. O direito de uso é depreciado linearmente pelo menor entre o tempo de vida útil do ativo e o prazo da locação. Se no final do contrato de locação o ativo for transferido para o Grupo, ou se as responsabilidades com o contrato de locação refletirem o exercício da opção de compra, a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo.

Os ativos e passivos decorrentes de uma locação são mensurados inicialmente pelo seu valor presente. Sempre que exista informação que o permita, o Grupo elegeu proceder à segregação da componente de locação das componentes de serviços incluídas nos pagamentos da locação para todos os contratos de locação.

A mensuração inicial das responsabilidades com locações engloba, essencialmente, o valor presente dos pagamentos a efetuar durante o período da locação, que inclui pagamentos de valor fixo deduzidos de eventuais incentivos recebidos e pagamentos de valor variável dependentes de um índice ou taxa.

Na determinação do valor presente das responsabilidades com locações o Grupo utiliza a taxa de juro incremental determinada na data de início da locação, sempre que a taxa de juro implícita no contrato não seja determinável

naquela data. Subsequentemente, as responsabilidades com locações são aumentadas para refletir o incremento de juros e reduzidas pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico das responsabilidades com locações é reavaliado se existir uma modificação, uma alteração ao período da locação ou uma alteração no plano de amortizações (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração de um índice ou percentagem utilizada para determinar o valor dos pagamentos). A taxa média ponderada aplicada foi de 5,76% (oscilando entre 2,4% e 10,1%), determinada tendo em consideração as características do contrato (ativo subjacente, garantias do contrato, moeda e prazo). A taxa média ponderada aplicada em 2020 foi de 5,77% (oscilando entre 2,4% e 9,1%).

O direito de uso é mensurado ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e imparidades, ajustado quando existem alterações no passivo da locação. O custo do direito de uso engloba o valor da responsabilidade registada inicialmente com a locação, custos diretos incorridos com a celebração do contrato de locação e pagamentos efetuados ao locador anteriores à data de início, deduzidos de eventuais incentivos recebidos.

O Grupo aplica a exceção de reconhecimento de locações de curto prazo (termo inferior a 12 meses) e a exceção de reconhecimento de contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor. Os pagamentos efetuados referentes a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação cujo ativo subjacente é de reduzido valor são reconhecidos como gasto de forma linear pelo período da locação.

O Grupo aplicou o expediente prático descrito na alteração à IFRS 16 Locações, emitida pelo IASB em 28 de maio de 2020 e adotada em março de 2021, que possibilita, que as renegociações aos planos de pagamento de contratos de locação possam ser excluídas das análises de modificação aos contratos de locação, desde que as renegociações estejam relacionadas com a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2. Isto é, seguindo o expediente prático, as reduções de renda não foram consideradas como alterações aos contratos de locação, pelo que as responsabilidades com locações e por consequente os direitos de uso não foram remensurados, tendo o impacto da redução sido considerado na demonstração de resultados do exercício.

As locações do Grupo referem-se principalmente a contratos de arrendamento de espaços comerciais e armazéns, com períodos iniciais entre 5 e 20 anos, que podem ter períodos de extensão. Os contratos de locação não impõem covenants.

Os direitos de uso são sujeitos a testes de imparidade, conforme referido na nota 2.5.1..

Considerando os impactos contabilísticos decorrentes da aplicação da IFRS 16 – Locações para um locatário, com o reconhecimento de um ativo de direito de uso não tipificado na legislação fiscal e o registo de um passivo com locação que só tem aceitação fiscal pelo pagamento de rendas, a Gestão reconheceu o valor líquido resultante do respetivo ativo por impostos diferidos (sobre o passivo da locação) e o passivo por impostos diferidos (sobre o ativo de direito de uso), na data do reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Em caso de alteração da legislação fiscal por parte da Administração Tributária, os impostos diferidos reconhecidos podem ter de ser revistos / alterados.

10.1. Movimentos ocorridos no exercício

| 2021 | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico e ferramentas | Equipamento de transporte e outros | Total | |
|---|------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|-----------|--------------|
| Custo | | | | | | |
| Saldo inicial | | 1 | 2.652 | 41 | 50 | 2.744 |
| Diferenças cambiais | | - | (40) | - | (1) | (41) |
| Aumentos | | 3 | 257 | 14 | 17 | 291 |
| Atualizações contratos de direitos de uso | | - | 172 | 1 | 1 | 175 |
| Transferências e reclassificações | | - | - | - | (2) | (2) |
| Cancelamento de contratos | | - | (61) | (5) | (9) | (74) |
| Saldo final | | 4 | 2.980 | 52 | 57 | 3.092 |
| Depreciações e perdas por imparidade | | | | | | |
| Saldo inicial | | - | 540 | 15 | 22 | 578 |
| Diferenças cambiais | | - | (8) | - | - | (8) |
| Aumentos | | - | 300 | 9 | 12 | 320 |
| Transferências e reclassificações | | - | - | - | (2) | (2) |
| Cancelamento de Contratos | | - | (32) | (3) | (9) | (44) |
| Saldo final | | - | 800 | 21 | 23 | 844 |
| Valor líquido | | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2021 | | 1 | 2.111 | 26 | 28 | 2.167 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | | 4 | 2.180 | 31 | 33 | 2.248 |

| 2020 | Terrenos e recursos naturais | Edifícios e outras construções | Equipamento básico e ferramentas | Equipamento de transporte e outros | Total |
|---|------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|--------------|
| Custo | | | | | |
| Saldo inicial | - | 2.562 | 35 | 53 | 2.651 |
| Diferenças cambiais | - | (160) | (2) | (3) | (165) |
| Aumentos | 1 | 158 | 5 | 8 | 172 |
| Atualizações contratos de direitos de uso | - | 145 | 5 | - | 151 |
| Transferências e reclassificações | - | - | - | (1) | (1) |
| Cancelamento de contratos | - | (53) | (2) | (8) | (63) |
| Saldo final | 1 | 2.652 | 41 | 50 | 2.744 |
| Depreciações e perdas por imparidade | | | | | |
| Saldo inicial | - | 290 | 8 | 17 | 316 |
| Diferenças cambiais | - | (23) | - | (1) | (24) |
| Aumentos | - | 293 | 8 | 14 | 316 |
| Cancelamento de Contratos | - | (20) | (1) | (7) | (29) |
| Saldo final | - | 540 | 15 | 22 | 578 |
| Valor líquido | | | | | |
| Em 1 de janeiro de 2020 | - | 2.272 | 27 | 36 | 2.335 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 1 | 2.111 | 26 | 28 | 2.167 |

10.2. Responsabilidades com locações

| 2021 | Correntes | Não correntes | Total |
|---------------------------------------|------------|---------------|--------------|
| Saldo inicial | 377 | 1.897 | 2.273 |
| Aumentos (novos contratos) | 36 | 255 | 291 |
| Pagamentos | (286) | - | (286) |
| Transferências | 250 | (250) | - |
| Alteração / Cancelamento de contratos | 22 | 119 | 141 |
| Diferenças cambiais | (5) | (28) | (32) |
| Saldo final | 394 | 1.993 | 2.387 |

| 2020 | Correntes | Não correntes | Total |
|---------------------------------------|------------|---------------|--------------|
| Saldo inicial | 385 | 1.999 | 2.384 |
| Aumentos (novos contratos) | 21 | 151 | 172 |
| Pagamentos | (272) | (2) | (274) |
| Transferências | 243 | (243) | - |
| Alteração / Cancelamento de contratos | 21 | 95 | 116 |
| Diferenças cambiais | (21) | (104) | (124) |
| Saldo final | 377 | 1.897 | 2.273 |

10.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------|--------------|
| Depreciações do exercício de direitos de uso | | |
| Edifícios e outras construções | (300) | (293) |
| Equipamento básico e ferramentas | (9) | (8) |
| Equipamento de transporte e outros | (12) | (14) |
| Subtotal | (320) | (316) |
| Juros do exercício das responsabilidades com locações | (130) | (127) |
| Ganhos / (perdas) no cancelamento de contratos | 3 | 1 |
| Diferenças de câmbio em responsabilidades com locações | (3) | (21) |
| Subtotal | (129) | (147) |
| Rendas e alugueres (nota 4) | | |
| Gastos com locações de curto-prazo | (2) | (1) |
| Gastos com locações de ativos de valor reduzido | (5) | (5) |
| Gastos com contratos de locação com rendas variáveis | (1) | (1) |
| Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos | (16) | (13) |
| Ganhos obtidos com o subarrendamento | 8 | - |
| Rendimento resultante da redução temporária de rendas devido à pandemia | 2 | 5 |
| Subtotal | (14) | (16) |
| Total de gastos do exercício com locações | (464) | (478) |

Em 2021 os pagamentos relativos a locações ascenderam a €430 milhões (€417 milhões em 2020).

11. Instrumentos financeiros derivados

✓ Políticas contabilísticas

O Grupo utiliza derivados com o único objetivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados ou modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados diretamente na demonstração dos resultados, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa e cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em outros rendimentos integrais. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados não designados como instrumentos de cobertura

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos da IFRS 9. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

No início da relação de cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura e o objetivo da gestão dos riscos e a estratégia para realização da cobertura. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza dos riscos que estão a ser cobertos e como o Grupo irá medir se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de eficácia da cobertura. A relação de cobertura apenas qualifica para efeitos de contabilidade de cobertura se cumprir com todos os requisitos de eficácia seguintes:

- (i) Existe uma “relação económica” entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (ii) O efeito do risco do crédito não “domina as alterações do valor” que resultam dessa relação económica;
- (iii) O rácio de cobertura da relação de cobertura é a mesma que resulta da quantidade do item coberto que o Grupo efetivamente cobre e a quantidade de instrumento de cobertura que o Grupo efetivamente usa para cobrir essa quantidade de item coberto.

As coberturas que cumprirem com todos os critérios de enquadramento para contabilidade de cobertura são registados conforme descrito abaixo:

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na seleção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspetos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais, na reserva de cobertura de fluxos de caixa. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afetam os resultados (por exemplo, quando uma transação ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transação futura que resulta no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do ativo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objetivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida diretamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2.).

Os swaps cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos swaps cambiais são reconhecidas diretamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2.). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

| | 2021 | | | | 2020 | | | | | |
|---|-----------|----------|--------------|----------|--------------|------------|----------|--------------|----------|--------------|
| | Notional | Ativo | | Passivo | | Notional | Ativo | | Passivo | |
| | | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente | | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Derivados de negociação | | | | | | | | | | |
| Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/EUR) | 4,5 M EUR | - | - | - | - | 1,3 M EUR | - | - | - | - |
| Forwards cambiais - compra de mercadorias (COP/USD) | 5,8 M USD | - | - | - | - | 1,6 M USD | - | - | - | - |
| Forwards cambiais - compra de mercadorias (EUR/USD) | 0,2 M USD | - | - | - | - | 0,5 M USD | - | - | - | - |
| Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/EUR) | - | - | - | - | - | 41,9 M EUR | 2 | - | - | - |
| Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD) | 0,1 M USD | - | - | - | - | 0,7 M USD | - | - | - | - |
| Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa | | | | | | | | | | |
| Forwards cambiais - compra de mercadorias (PLN/USD) | - | - | - | - | - | 3 M USD | - | - | - | - |
| Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras | | | | | | | | | | |
| Forwards cambiais (PLN) | 844 M PLN | 1 | - | 1 | - | 656 M PLN | 2 | - | - | - |
| Total de derivados de negociação | | - | - | - | - | | 2 | - | - | - |
| Total de derivados designados como cobertura | | 1 | - | 1 | - | | 2 | - | - | - |
| Total de derivados ativos/passivos | | 1 | - | 1 | - | | 4 | - | - | - |

Instrumentos financeiros derivados de negociação

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição inerente à compra de mercadorias em moeda estrangeira. Para esse efeito, em 2021, o Grupo contratou forwards cambiais em euros e em dólares americanos, com vencimentos até maio de 2022, com notional de 6,1 milhões de dólares americanos e €4,5 milhões.

Cobertura de fluxos de caixa

Forwards cambiais

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo tinha contratado um forward cambial para futura aquisição de mercadoria cujo notional ascendia a 3 milhões de dólares americanos e com data de vencimento a março de 2021. Em 31 de dezembro de 2021 não existem forwards cambiais contratados classificados como cobertura de fluxos de caixa.

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou forwards cambiais, com vencimento em abril de 2022.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

| | 2021 | 2020 |
|--|----------|------------|
| Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de janeiro | 3 | (3) |
| (Recebimentos) /pagamentos efetuados no exercício | - | (22) |
| Varição do justo valor de derivados de negociação (resultados) | (1) | 2 |
| Varição do justo valor de derivados de negociação (diferenças cambiais) | - | - |
| Varição do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (outras reservas) | - | - |
| Varição do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (diferenças cambiais) | - | - |
| Varição do justo valor de derivados de cobertura de invest. líquidos em entidades estrang. (reservas cambiais) | (2) | 26 |
| Custo com juros de derivados de cobertura (resultados) | - | - |
| Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro | - | 3 |

12. Existências

✓ Políticas contabilísticas

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das atividades, deduzido dos custos diretamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, sendo o método de custeio utilizado no registo das saídas de inventário o FIFO (*First In, First Out*).

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 13 | 14 |
| Produtos acabados e intermédios | 2 | 2 |
| Mercadorias | 1.202 | 1.082 |
| | 1.217 | 1.097 |
| Ajustamento para o valor de realização | (110) | (123) |
| Existências líquidas | 1.108 | 974 |

Ajustamentos em existências para o valor de realização:

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Saldo em 1 de janeiro | (123) | (81) |
| Constituição, reforço e transferências | (1) | (48) |
| Redução e reversões | 14 | - |
| Diferença cambial | 1 | 5 |
| Saldo em 31 de dezembro | (110) | (123) |

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

13. Devedores, acréscimos e diferimentos

✓ Políticas contabilísticas

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade (notas 2.4.1. e 2.5.).

| | 2021 | 2020 |
|--|------------|------------|
| Não correntes | | |
| Outros devedores | 54 | 67 |
| Custos diferidos | 3 | 3 |
| Total | 57 | 70 |
| Correntes | | |
| Clientes comerciais | 52 | 43 |
| Outros devedores | 160 | 117 |
| Outros impostos a recuperar | 9 | 8 |
| Acréscimos de proveitos e custos diferidos | 225 | 225 |
| Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa | 33 | - |
| Total | 479 | 393 |

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, €50 milhões (€64 milhões em 2020) respeitam a liquidações adicionais de imposto, bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 22).

O aumento ocorrido em outros devedores correntes é explicado maioritariamente por adiantamentos para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

O Grupo efetuou uma aplicação de tesouraria no montante de €33 milhões, com maturidade em maio de 2022, a qual não qualifica enquanto equivalente de caixa.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de €208 milhões (€210 milhões 2020).

A rubrica de custos diferidos é composta por €1 milhão de custos com financiamentos contraídos, €4 milhões de custos com seguros e €11 milhões de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efetuado ainda no exercício de 2021, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

Devedores correntes com valores vencidos são sujeitos a uma análise de probabilidade de perdas futuras, com base em informação histórica, atendendo à natureza da relação comercial estabelecida, bem como às garantias reais e seguros de crédito existentes, sendo reconhecidos reforços/reversões dos ajustamentos para perdas por imparidade quando tal se justifique (ver nota 27.2.1.).

A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------|-----------|
| Saldos devedores não considerados em imparidade | | |
| Vencidos há menos de 3 meses | 22 | 22 |
| Vencidos há mais de 3 meses | 14 | 15 |
| Total | 36 | 38 |
| Saldos devedores considerados em imparidade | | |
| Vencidos há menos de 3 meses | 1 | 1 |
| Vencidos há mais de 3 meses | 10 | 14 |
| Total | 11 | 15 |

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, €1 milhão (2020: €3 milhões) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------|-----------|
| Saldo em 1 de janeiro | 18 | 18 |
| Constituição, reforço e transferências | 3 | 4 |
| Redução e reversões | (4) | (2) |
| Diferença cambial | - | - |
| Utilização | 1 | (1) |
| Saldo em 31 de dezembro | 17 | 18 |

14. Caixa e equivalentes de caixa

✓ Políticas contabilísticas

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Depósitos à ordem | 961 | 753 |
| Aplicações de tesouraria | 529 | 284 |
| Caixa | 4 | 4 |
| Total | 1.494 | 1.041 |

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo aplicados em instituições financeiras.

Os ratings associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 27.2.1..

15. Capital e reservas

✓ Políticas contabilísticas

Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das ações ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de ações excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas ações são reconhecidos diretamente nesta rubrica, líquidos do respetivo imposto.

As ações próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas ações são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos diretos de transação e respetivo imposto, é reconhecido diretamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos acionistas para distribuição.

15.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 ações ordinárias (2020: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada ação detida, não existindo ações preferenciais. Os direitos relativos às ações detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas ações serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de ações, mantendo-se o valor de €22 milhões.

15.2. Ações próprias

À data de 31 de dezembro de 2021 o Grupo detinha 859.000 ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação, não tendo existido quaisquer transações no exercício de 2021.

15.3. Dividendos

Os montantes distribuídos em 2021, de €198 milhões, correspondem a dividendos e reservas livres pagos aos acionistas da JMH no valor de €181 milhões – correspondendo a um valor por ação de 0,288 euros (excluindo-se as ações próprias em carteira), e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de €17 milhões.

15.4. Outras reservas e resultados retidos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

16. Resultado por ação

✓ Políticas contabilísticas

O cálculo do resultado líquido por ação - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias.

16.1. Resultado básico e diluído por ação

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------------|--------------------|
| Ações ordinárias emitidas no início do ano | 629.293.220 | 629.293.220 |
| Ações próprias no início do ano | (859.000) | (859.000) |
| N.º médio ponderado de ações ordinárias | 628.434.220 | 628.434.220 |
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias | 463 | 312 |
| Resultado básico e diluído por ação – Euros | 0,7364 | 0,4967 |

17. Empréstimos obtidos

✓ Políticas contabilísticas

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo (nota 2.4.2).

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais ativos, até ao momento em que os ativos ficam efetivamente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos ativos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

O Grupo tem contratados programas de papel comercial no montante total de €365 milhões, dos quais €115 milhões são de tomada firme. As emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de spreads variáveis, e com possibilidade de serem emitidos em leilão. Estes programas não tinham utilização à data de 31 de dezembro de 2021.

A Jerónimo Martins Colombia, SAS contratou um empréstimo de médio e longo prazo no montante de 80.000 milhões de pesos colombianos, cerca de €17 milhões, a 5 anos, com taxa fixa. De registar, que a companhia diminuiu a utilização das linhas de financiamento em 159.000 milhões de pesos colombianos, cerca de €35 milhões.

17.1. Empréstimos correntes e não correntes

| 2021 | Saldo inicial | Cash flows | Transfer. | Diferenças cambiais | Saldo final |
|----------------------------------|---------------|-------------|-----------|---------------------|-------------|
| Empréstimos não correntes | | | | | |
| Empréstimos bancários | 364 | (4) | - | (13) | 347 |
| Total | 364 | (4) | - | (13) | 347 |
| Empréstimos correntes | | | | | |
| Empréstimos bancários | 160 | (36) | - | (11) | 113 |
| Total | 160 | (36) | - | (11) | 113 |

| 2020 | Saldo inicial | Cash flows | Transfer. | Diferenças cambiais | Saldo final |
|----------------------------------|---------------|--------------|--------------|---------------------|-------------|
| Empréstimos não correntes | | | | | |
| Empréstimos bancários | 309 | 232 | (151) | (26) | 364 |
| Total | 309 | 232 | (151) | (26) | 364 |
| Empréstimos correntes | | | | | |
| Descobertos bancários | 34 | (33) | - | (1) | - |
| Empréstimos bancários | 390 | (345) | 151 | (35) | 160 |
| Total | 424 | (378) | 151 | (37) | 160 |

17.2. Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

| 2021 | Taxa média | Total | Menos de 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Mais de 5 anos |
|-----------------------|--------------|------------|----------------|------------------|----------------|
| Empréstimos bancários | | | | | |
| Empréstimos em PLN | | 214 | 8 | 141 | 65 |
| Empréstimos em COP | | 245 | 104 | 132 | 9 |
| Total | 3,18% | 460 | 113 | 273 | 74 |

| 2020 | Taxa média | Total | Menos de 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Mais de 5 anos |
|-----------------------|--------------|------------|----------------|------------------|----------------|
| Empréstimos bancários | | | | | |
| Empréstimos em PLN | | 219 | 3 | 129 | 87 |
| Empréstimos em COP | | 305 | 157 | 113 | 35 |
| Total | 3,09% | 524 | 160 | 241 | 122 |

17.3. Dívida financeira líquida

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efetuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Empréstimos não correntes (nota 17.1) | 347 | 364 |
| Empréstimos correntes (nota 17.1) | 113 | 160 |
| Responsabilidades com locações não correntes (nota 10) | 1.993 | 1.897 |
| Responsabilidades com locações correntes (nota 10) | 394 | 377 |
| Instrumentos financeiros derivados (nota 11) | - | (3) |
| Caixa e equivalentes de caixa (nota 14) | (1.494) | (1.041) |
| Aplicações que não qualificam como equivalentes de caixa (nota 13) | (33) | - |
| Total | 1.320 | 1.752 |

18. Provisões

✓ Políticas contabilísticas

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos, incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de ativos.

Provisão para processos em contencioso

Provisões relacionadas com processos em contencioso envolvendo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo, com o apoio e aconselhamento dos seus advogados e consultores legais.

| 2021 | Saldo inicial | Constituição, reforço e transferências | Redução e reversões | Diferença cambial | Utilização | Saldo final |
|------------------------------|---------------|--|---------------------|-------------------|------------|-------------|
| Impostos | 13 | 1 | - | - | - | 13 |
| Processos judiciais em curso | 9 | 1 | - | - | - | 9 |
| Outros | 11 | 2 | (1) | - | - | 12 |
| | 33 | 3 | (1) | - | - | 34 |

| 2020 | Saldo inicial | Constituição, reforço e transferências | Redução e reversões | Diferença cambial | Utilização | Saldo final |
|------------------------------|---------------|--|---------------------|-------------------|------------|-------------|
| Impostos | 11 | 1 | - | - | - | 13 |
| Processos judiciais em curso | 7 | 3 | - | - | - | 9 |
| Outros | 9 | 3 | (1) | - | - | 11 |
| | 28 | 7 | (1) | (1) | (1) | 33 |

A rubrica de provisões para impostos destina-se a cobrir os eventuais desembolsos futuros resultantes dos processos em contencioso fiscal descritos na nota 22. Tratam-se na sua globalidade de processos que se encontram em disputa em tribunal, sobre os quais não existe uma data previsível para a sua conclusão.

Os processos judiciais em curso para os quais o Grupo constitui provisões, dizem essencialmente respeito a disputas comerciais, laborais e regulatórias, das quais se estima poderem resultar desembolsos futuros. Por se tratar de vários processos de montante relativamente reduzido e respeitantes a diferentes períodos, o seu pagamento (a ter lugar) deverá ocorrer de forma faseada ao longo do tempo, mediante a conclusão dos mesmos em tribunal.

A provisão constituída para outros processos de contencioso, destina-se a cobrir a estimativa de desembolsos futuros, relativos a responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado de transações efetuadas no passado, como sejam garantias prestadas com venda de negócios. Por se tratarem de eventos que na sua maioria não se encontram ainda em disputa com a contraparte, a probabilidade de desembolso no curto prazo é considerada remota.

19. Credores, acréscimos e diferimentos

✓ Políticas contabilísticas

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas atividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo (nota 2.4.2.).

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------|--------------|
| Não correntes | | |
| Acréscimos de custos e proveitos diferidos | 1 | 1 |
| Total | 1 | 1 |
| Correntes | | |
| Outros credores comerciais | 3.655 | 3.256 |
| Outros credores não comerciais | 393 | 279 |
| Outros impostos a pagar | 135 | 116 |
| Responsabilidades em contratos com clientes | 11 | 7 |
| Responsabilidades com reembolsos a clientes | 1 | 1 |
| Acréscimos de custos e proveitos diferidos | 576 | 496 |
| Total | 4.771 | 4.154 |

A rubrica de acréscimos de custos correntes, num total de €568 milhões, é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de €251 milhões, juros a pagar no valor €57 milhões e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de €21 milhões. Os restantes €239 milhões correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2021, e que não foram faturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

20. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|--|------------|------------|
| Garantias prestadas a fornecedores | 41 | 41 |
| Garantias a favor da Autoridade Tributária | 209 | 175 |
| Outras garantias a favor do Estado | 4 | 3 |
| Outras garantias prestadas | 7 | 4 |
| Total | 261 | 223 |

O aumento das garantias a favor das Autoridades Tributárias está relacionado com as liquidações em processos de IRC em Portugal referidas na alínea e) da nota 22.

21. Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de €82 milhões (€31 milhões em 2020) e respeitam a obras não concluídas, contratos de empreitada e a contratos-promessa de aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos celebrados e cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às *joint ventures* e associadas.

22. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes

✓ Políticas contabilísticas

Ativos contingentes são potenciais ativos do Grupo que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras Consolidadas quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo do Grupo. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

O Grupo procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

- No montante reconhecido em devedores não correntes (nota 13), encontram-se incluídos €50 milhões (€64 milhões em 2020) relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus advogados e consultores fiscais, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efetiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

Em 2021, o Grupo foi reembolsado em €15 milhões, relativo a importâncias pagas em anos anteriores e associadas à utilização de prejuízos fiscais reportáveis deferidos no âmbito do Acórdão suprarreferido.

Passivos contingentes

- Em Portugal, na sequência de diligências de busca e apreensão realizadas em finais de 2016 e inícios de 2017, junto de diversas entidades do sector da distribuição alimentar, a Autoridade da Concorrência (AdC) determinou a abertura de diversos inquéritos, no âmbito dos quais veio a emitir contra vários fornecedores e retalhistas, entre os quais a subsidiária Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), nove notas de ilicitude por alegadas práticas anti concorrenciais, consistentes em alinhamento de preços para determinados produtos.

No final de 2021, Pingo Doce foi notificada de decisões proferidas pela AdC em cinco dos processos acima referidos, que concluíram pela aplicação de coimas a vários retalhistas e aos seus fornecedores. No caso de Pingo Doce estas decisões traduziram-se na aplicação de coimas no montante global de €124 milhões.

Pingo Doce discorda em absoluto das decisões em apreço, que considera totalmente infundadas, pelo que apresentou já os competentes recursos junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão. Nos termos da lei, Pingo Doce requereu ainda a fixação de efeito suspensivo aos recursos interpostos, mediante prestação de caução, a fim de obstar ao pagamento imediato da coima. Com base no parecer dos seus advogados e consultores económicos, a Companhia está convicta de que lhe assiste inteira razão, pelo que não constituiu quaisquer provisões para a coima aplicada, nas suas contas.

Relativamente aos restantes quatro processos, Pingo Doce apresentou já resposta às respetivas notas de ilicitude, por entender, de igual modo, que todas elas carecem de fundamento, aguardando as correspondentes decisões da AdC,

- Na Polónia, a subsidiária Jeronimo Martins Polska, SA (JMP) foi notificada, em 2019, pela Autoridade da Concorrência e Proteção do Consumidor (UOKiK) da abertura de dois processos de investigação, um relativo a potencial abuso de poder negocial em relações comerciais com fornecedores do sector agrícola ou alimentar, e outro por falta de etiquetas de preço nas prateleiras e discrepância de preços entre o apresentado na prateleira e o constante na caixa de pagamento.

Em agosto de 2020, o UOKiK notificou a JMP da decisão sobre o processo relativo a falta de etiquetas de preço nas prateleiras e discrepância de preços, tendo concluído pela aplicação de uma coima de 115 milhões de zloty (c. €25 milhões). A decisão acima mencionada não é definitiva, pelo que a JMP, discordando do entendimento e da conclusão desta Autoridade, recorreu da mesma para o Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor.

Em dezembro de 2020, o UOKiK notificou a JMP de decisão que lhe aplica uma coima de 723 milhões de zloty (c. €160 milhões) pela alegada prática de abuso de poder negocial em relações comerciais com fornecedores, designadamente de frutas e vegetais. Por entender que a decisão do UOKiK carece em absoluto de fundamento de facto e de direito, JMP impugnou judicialmente a decisão em causa junto do Tribunal da Concorrência e Defesa do Consumidor.

Tendo sempre encetado negociações transparentes e justas com o propósito de construir relações de longo prazo que são essenciais para a sustentabilidade da sua cadeia de abastecimento e para servir os consumidores na Polónia, a Companhia está convicta do mérito da sua defesa, possuindo significativos argumentos de facto e de direito a serem utilizados em ambos os casos, pelo que, suportada no parecer dos seus advogados, a Companhia não constituiu quaisquer provisões nas suas contas, para os processos acima descritos.

Também no decurso de 2020, a JMP foi notificada pelo UOKiK da abertura de dois processos relacionados, por um lado, com a veracidade das informações das promoções no website da Companhia e, por outro, com a divulgação do país de origem das frutas e produtos hortícolas ao nível da loja.

No caso das promoções foi alcançado um compromisso com o UOKiK que consiste na organização de campanhas educacionais para consumidores que, em resultado da sua participação nas mesmas, podem obter vales de desconto (vouchers) em compras. O montante total destes vouchers ascende a 7,5 milhões de zloty. Nenhuma multa foi aplicada. A Companhia implementou as campanhas previstas.

Em 22 de abril de 2021, o UOKiK notificou a JMP da decisão sobre o processo relativo às informações sobre o país de origem dos produtos, aplicando uma multa de 60 milhões de zloty (c. €13 milhões). A referida decisão não é definitiva, pelo que a JMP, discordando do entendimento e conclusão desta Autoridade, interpôs recurso junto do Tribunal competente.

- Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução as seguintes questões com maior relevância (de valor superior a €5 milhões), para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros, ou, procedendo ao seu pagamento (ver nota 18), sempre que entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo:
 - a) A Autoridade Tributária (AT) informou a Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de €82 milhões, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a AT liquidar o correspondente valor de imposto de €21 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €20 milhões. Tendo, entretanto, sido julgada improcedente uma das impugnações judiciais, a Administração do Grupo recorreu da mesma. Veio, entretanto, o Tribunal Central Administrativo dar total provimento às pretensões da Recheio SGPS, tendo, entretanto, a Administração Tributária recorrido da mesma;
 - b) A AT procedeu a algumas correções em sede de IRC em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR SGPS, as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de 2002 a 2015, no montante total de €81 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €71 milhões. Entretanto, o Tribunal Tributário emitiu sentenças para os anos de 2002 a 2007, as quais tendo sido parcialmente favoráveis ao Grupo foram já contestadas para instância superior;
 - c) A AT procedeu a algumas correções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio, SGPS, as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2014, no montante total de €17 milhões, do qual se mantém em disputa o montante de €16 milhões. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se, entretanto, relativamente ao exercício de 2008, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS, tendo, no entanto, tal decisão sido recorrida pela AT;
 - d) A AT informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de €25 milhões, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de €7 milhões. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH. No entanto, a AT recorreu dessa decisão para tribunal superior;

- e) A AT liquidou, relativamente aos anos de 2016 a 2018, a JMR SGPS e aos anos de 2016 e 2017 a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), os montantes, respetivamente, de €104 milhões e €20 milhões, relativos à tributação em IRC de $\frac{1}{4}$ dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal, em cada um desses anos. Conforme explicado no Relatório & Contas de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos três Orçamentos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados e consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste as referidas normas, pelo que, não foram constituídas quaisquer provisões para o montante liquidado;
- f) A AT liquidou a JMR SGPS, relativamente a 2017, o montante de €11 milhões, considerando que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos nesse ano, no montante aproximado de €45 milhões, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Atendendo as especificidades do processo e, bem assim, a recentes decisões judiciais (ver ponto a) acima), a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação;
- g) A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hussel as quantias de €24 milhões, €3 milhões e €0,05 milhões, respetivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar Mais (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2021. As referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade. Apesar de terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, tendo apresentado recurso para o Tribunal Constitucional, que tem mantido a decisão. O Grupo apresentou uma queixa à Comissão Europeia por entender que estamos em presença de um auxílio ilegal do Estado. Essa queixa está ainda em apreciação. As companhias do Grupo continuam a apresentar regularmente impugnações à taxa, procedendo a uma análise regular do risco e da probabilidade de desenlace favorável nalgum dos processos e/ou da queixa à Comissão Europeia. Na defesa dos seus legítimos interesses e por forma a não prejudicar a sua posição nestes litígios, não são apresentados os montantes das provisões que possam ter sido constituídas;
- h) O administrador judicial da empresa ZM Kania moveu uma ação contra a JMP no valor de 23 milhões de zloty (€5 milhões). A ação tem por base todos os descontos que a JMP obteve deste fornecedor no período de 2016-2019 com fundamento na Lei de concorrência desleal (todo o rappel concedido é argumentado como não constituindo um elemento de preço) e na Lei de proteção da concorrência e dos consumidores. A JMP considera ter fortes argumentos para se opor aos valores reclamados.

Ativos contingentes

Existindo decisões tomadas pelos tribunais competentes, parcialmente favoráveis aos interesses do Grupo, sobre alguns dos processos que haviam sido pagos em 2016, e apesar de a AT ter recorrido dessas decisões para tribunais superiores, entende a Administração do Grupo que existe uma probabilidade significativa de o Grupo vir a obter reembolsos futuros. No entanto, conforme política acima descrita, a divulgação de eventuais montantes relativos a ativos contingentes será efetuada quando se torne quantificável o seu recebimento.

23. Partes relacionadas

✓ Políticas contabilísticas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

23.1. Saldos e transações com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V. (SFMS), não tendo existido transações diretas entre esta e qualquer outra companhia do Grupo no exercício de 2021.

Não se encontram, à data de 31 de dezembro de 2021, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

Os saldos e transações de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

| | Joint ventures | | Empresas associadas | | Outras entidades relacionadas (*) | |
|--|----------------|------|---------------------|------|-----------------------------------|------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Vendas e prestação serviços | - | - | 21 | - | - | - |
| Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços | 6 | 5 | - | - | 99 | 97 |

| | Joint ventures | | Empresas associadas | | Outras entidades relacionadas (*) | |
|--------------------------------------|----------------|------|---------------------|------|-----------------------------------|------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | - | - | 5 | - | - | - |
| Credores, acréscimos e diferimentos | 1 | 1 | - | - | 22 | 18 |

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a outros investimentos financeiros, a sociedades participadas e/ou controladas pelo acionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transações correspondem aos que seriam praticados com Empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

23.2. Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

| | 2021 | 2020 |
|---|-----------|-----------|
| Salários e outros benefícios de curto prazo | 32 | 22 |
| Indemnizações | 2 | 1 |
| Plano de benefícios pós-emprego | 10 | 1 |
| Outros benefícios | 1 | 1 |
| Total | 45 | 25 |

O Conselho de Administração é composto por 10 elementos no final do ano de 2021, sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 88 (2020: 84).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Diretores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo 4 - Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2..

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2..

24. Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

| Companhias subsidiárias | Atividade | Sede | % Capital detido |
|---|--|----------------------|------------------|
| Jerónimo Martins, SGPS, S.A. | Gestão de participações sociais | Lisboa | - |
| Jerónimo Martins - Serviços, S.A. | Gestão de recursos humanos de topo do Grupo | Lisboa | 100,00 |
| New World Investments B.V. | Gestão de participações sociais e serviços financeiros | Amesterdão (Holanda) | 100,00 |
| Origins - Agro Business Investments B.V. | Gestão de participações sociais e serviços financeiros | Amesterdão (Holanda) | 100,00 |
| Tagus - Retail & Services Investments B.V. | Gestão de participações sociais e serviços financeiros | Amesterdão (Holanda) | 100,00 |
| Warta - Retail & Services Investments B.V. | Gestão de participações sociais e serviços financeiros | Amesterdão (Holanda) | 100,00 |
| Desimo, Lda. | Gestão e administração de bens imóveis e marcas comerciais | Lisboa | 100,00 |
| Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda. | Prestação de serviços de natureza contabilística e económica | Funchal | 100,00 |
| Jerónimo Martins Inovação, S.A. | Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão | Lisboa | 100,00 |
| Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A. | Cafetarias | Lisboa | 100,00 |
| Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A. | Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins | Lisboa | 51,00 |
| Jerónimo Martins Colombia S.A.S. | Comercialização e distribuição de bens de consumo | Bogotá (Colômbia) | 100,00 |
| Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A. | Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas | Lisboa | 100,00 |
| Best-Farmer – Atividades Agro-Pecuárias, S.A. | Agricultura e produção animal | Lisboa | 100,00 |
| Terra Alegre Lacticínios, S.A. | Indústrias do leite e derivados | Portalegre | 100,00 |
| Seaculture - Aquicultura, S.A. | Aquicultura em águas salgadas e salobras | Lisboa | 100,00 |
| Outro Chão - Agricultura Biológica, Lda. | Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas | Lisboa | 80,00 |
| Mediterranean Aquafarm S.A. | Aquicultura em águas salgadas e salobras | Marrocos | 66,68 |
| Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda | Produção animal | Fundão | 80,00 |
| JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. | Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista | Lisboa | 51,00 |
| JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A. | Gestão, consultoria e logística de atividades retalhistas | Lisboa | 51,00 |
| Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A. | Comércio a retalho em supermercados | Lisboa | 51,00 |
| Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A. | Gestão e administração de bens imóveis | Lisboa | 51,00 |
| Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A. | Formação profissional | Lisboa | 51,00 |
| Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A. | Comércio a retalho em supermercados | Funchal | 51,00 |
| Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A. | Gestão e administração de imóveis | Funchal | 51,00 |
| Recheio, SGPS, S.A. | Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho | Lisboa | 100,00 |
| Recheio - Cash & Carry, S.A. | Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo | Lisboa | 100,00 |
| Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A. | Gestão e administração de bens imóveis | Lisboa | 100,00 |
| Larantigo - Sociedade de Construções, S.A. | Compra e venda de bens imóveis | Lisboa | 100,00 |
| Masterchef, S.A. | Comércio a retalho e/ou por grosso de produtos alimentares ou não alimentares | Lisboa | 100,00 |
| Recheio Masterchef, Lda. | Comércio por grosso de outros produtos alimentares | Lisboa | 100,00 |
| João Gomes Camacho, S.A. | Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo | Funchal | 100,00 |
| Santa Maria Manuela Turismo, S.A. | Transportes marítimos não costeiros de passageiros | Lisboa | 100,00 |
| Jerónimo Martins Polska S.A. | Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo | Kostrzyn (Polónia) | 100,00 |
| JM Nieruchomości Bis sp. z o.o. | Gestão e administração de imóveis | Kostrzyn (Polónia) | 100,00 |
| Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o. | Comércio a retalho de produtos de saúde e beleza | Varsóvia (Polónia) | 100,00 |

Em fevereiro de 2021 a Jerónimo Martins Agro-Alimentar adquiriu uma participação de 66,68% na Empresa Mediterranean Aquafarm S.A., e realizou um aumento de capital, pelo montante total de €1 milhão.

Em março de 2021 a Jerónimo Martins Agro-Alimentar adquiriu uma participação de 80% na Empresa Ovinos da Tapada – Agropecuária, Lda.

Em outubro de 2021 foi concluída a liquidação da Companhia Bliska Sp. Zo.o..

25. Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Os interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2021 eram de €254 milhões (2020: €249 milhões), relativos quase na sua totalidade ao Grupo JMR (segmento Retalho Portugal – ver nota 3), onde o Grupo Ahold Delhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos ativos, passivos e resultados:

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------|------------|------------|
| Ativos não correntes | 1.840 | 1.857 |
| Ativos correntes | 403 | 375 |
| Passivos não correntes | (421) | (422) |
| Passivos correntes | (1.305) | (1.303) |
| Capital próprio | 516 | 506 |
| Vendas e prestações de serviços | 4.462 | 4.271 |
| Resultados líquidos | 45 | 29 |
| Total de rendimentos integrais | 45 | 29 |

26. Interesses em joint ventures e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as empresas controladas conjuntamente (joint ventures) e empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

| Companhia | Atividade | Sede | % Capital detido |
|---------------------------------------|--|---------------|------------------|
| Finançor Distribuição Alimentar, Lda. | Comércio a retalho em supermercados | Ponta Delgada | 20,00 |
| Finançor Cash & Carry, Lda. | Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo | Ponta Delgada | 20,00 |
| Marismar - Aquicultura Marinha, Lda. | Aquicultura em águas salgadas e salobras | Funchal | 50,00 |
| Tastyfruits, Lda. | Agricultura | Lisboa | 50,00 |

Em 30 de dezembro de 2020, a JMR SGPS assinou um “Acordo de Parceria para a Distribuição Retalhista Alimentar nos Açores” com o Grupo Finançor, o qual se encontrava condicionado pela não oposição da Autoridade da Concorrência (AdC). Ao abrigo deste Acordo, e após receber a não oposição da AdC, a JMR SGPS adquiriu em abril de 2021 uma participação de 20% na empresa Finançor Distribuição Alimentar, pelo montante de €2,6 milhões.

Em 30 de dezembro de 2020, a Recheio SGPS assinou um “Acordo de Parceria para a Distribuição Grossista Alimentar nos Açores” com o Grupo Finançor, o qual se encontrava condicionado pela não oposição da Autoridade da Concorrência (AdC). Ao abrigo deste Acordo, e após receber a não oposição da AdC, a Recheio SGPS adquiriu em abril de 2021 uma participação de 20% na empresa Finançor Cash & Carry, pelo montante de €1,6 milhões.

Em abril de 2021, a Jerónimo Martins Agro-Alimentar adquiriu uma participação de 50% na Empresa Amend'alva, entretanto redenominada para Tastyfruits, Lda..

27. Riscos financeiros

O Grupo encontra-se exposto a diversos riscos financeiros, nomeadamente: i. risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; ii. risco transacional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e iii. risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos económico-financeiros, como os de taxa de juro, crédito, cambial ou inflação, assim como políticos e fiscais.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Decorrente do impacto da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 e das medidas adotadas pelos governos, pelas empresas e pelas pessoas para a mitigação da propagação do vírus, os riscos financeiros do Grupo foram impactados, sendo esses efeitos realçados abaixo.

27.1. Risco de preço

27.1.1. Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que o Grupo desenvolve na Polónia e na Colômbia.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das atividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias designadas em moeda estrangeira, primordialmente zloty e dólares americanos, no caso das operações Polacas, em euros e dólares americanos no caso das operações Portuguesas e Colombianas. Regra geral, são transações com exposição temporal muito curta. Os riscos cambiais associados às importações são cobertos por compras a prazo da moeda de pagamento.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: swaps, forwards ou opções.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos em 31 de dezembro de 2021, era a seguinte:

| Em 31 de dezembro de 2021 | Euro | Zloty | Peso colombiano | Total |
|--|----------------|----------------|-----------------|----------------|
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 530 | 917 | 47 | 1.494 |
| Outros investimentos financeiros | 2 | - | - | 2 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | 115 | 324 | 15 | 454 |
| Instrumentos financeiros derivados | - | 1 | - | 1 |
| Total de ativos financeiros | 647 | 1.242 | 63 | 1.951 |
| Passivos | | | | |
| Empréstimos obtidos | - | 214 | 245 | 460 |
| Responsabilidades com locações | 468 | 1.607 | 312 | 2.387 |
| Instrumentos financeiros derivados | - | 1 | - | 1 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | 1.194 | 2.941 | 258 | 4.392 |
| Total de passivos financeiros | 1.662 | 4.763 | 815 | 7.240 |
| Posição financeira líquida em balanço | (1.015) | (3.522) | (752) | (5.289) |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | | | |
| Total de ativos financeiros | 303 | 1.059 | 56 | 1.417 |
| Total de passivos financeiros | 1.528 | 4.355 | 738 | 6.622 |
| Posição financeira líquida em balanço | (1.225) | (3.296) | (683) | (5.204) |

Considerando a posição dos ativos e passivos financeiros em balanço a 31 de dezembro de 2021, uma depreciação do zloty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de €337 milhões (em 31 de dezembro de 2020: um impacto positivo de €313 milhões). Em relação ao peso colombiano, uma depreciação face ao euro de 10% teria um impacto positivo em reservas cambiais nos capitais próprios de €68 milhões (em 31 de dezembro de 2020: um impacto positivo de €62 milhões).

Considerando os ativos financeiros líquidos relacionados com atividades operacionais que algumas subsidiárias do Grupo mantêm em moedas distintas da sua moeda funcional, uma depreciação de 10% da taxa de câmbio teria um impacto negativo em resultados de €38 milhões.

Atendendo ao conjunto dos ativos líquidos (financeiros e não financeiros) ao qual o Grupo se encontra exposto em zloty e em pesos colombianos, o efeito de uma depreciação de 10% dessas moedas, teria um impacto negativo de €131 milhões no total dos capitais próprios (em 31 de dezembro de 2020: um impacto negativo de €122 milhões).

Covid-19

No decurso do exercício de 2021, o zloty registou uma taxa de câmbio média anual de 4,5662 zloty por euro, determinada pela ponderação do volume de negócios das companhias do Grupo que operam nesta moeda, uma depreciação de 2,7% comparando com 4,4443 em 2020. Esta depreciação deveu-se a múltiplos fatores políticos e económicos, cujos efeitos deverão perdurar ao longo de 2022. Como resultado, é provável que a depreciação do zloty continue, embora num ambiente de extrema incerteza.

O peso colombiano registou uma taxa de câmbio média anual de 4.434 pesos colombianos por euro, determinada pela ponderação do volume de negócios da companhia do Grupo que opera nesta moeda, uma desvalorização de 5,2% face aos 4.204 de 2020. Esta depreciação é explicada pelas baixas taxas de juro de referência, fragilidades da economia colombiana e pelo aumento do défice da dívida soberana.

| Moeda | | 2020 | 2021 | variação da taxa de câmbio média anual |
|-----------------------|---------|--------|--------|--|
| Zloty Polaco (PLN) | PLN/EUR | 4,4443 | 4,5662 | -2,7% |
| Peso Colombiano (COP) | COP/EUR | 4.204 | 4.434 | -5,2% |

27.1.2. Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe o Grupo a risco de cash flow. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe o Grupo a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas forward, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do zloty e do peso Colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afetam proveitos ou custos de juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os proveitos ou custos de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efetuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efetuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respetiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de dezembro de 2021, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, uma subida de 50 p.b. nas taxas de juro teria um impacto positivo, mantendo tudo o resto constante, de €5 milhões (2020: positivo em €3 milhões). Estas simulações são realizadas no mínimo uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas diretoras e na inclinação das curvas de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é gerido com recurso a operações envolvendo derivados financeiros contratados a custo zero no momento da contratação.

27.2. Risco transaccional

27.2.1. Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direções Financeiras das unidades de negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, o Grupo seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de rating inferior ao definido na política geral, na condição, porém, de o valor máximo de exposição não ultrapassar dois dias de vendas dessa empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

| Instituições financeiras | Rating | Saldo | |
|--------------------------|----------------|--------------|--------------|
| | | 2021 | 2020 |
| Standard & Poor's | [A+ : AA] | 86 | 112 |
| Standard & Poor's | [BBB+ : A] | 106 | 275 |
| Standard & Poor's | [BB+ : BBB] | 477 | 336 |
| Standard & Poor's | [BB] | 54 | 29 |
| Moody's | [Caa2 : Caa1] | 1 | 1 |
| Moody's | P -1 | 143 | 29 |
| Fitch | [A- : A+] | 491 | 120 |
| Fitch | [BBB- : BBB+] | 145 | 138 |
| Fitch | [B- : BB+] | 1 | 1 |
| | Não disponível | 21 | - |
| Total | | 1.524 | 1.041 |

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's. Nos casos em que as mesmas não estão disponíveis recorre-se às notações da Moody's e da Fitch.

Em relação aos créditos comerciais a receber (clientes), o risco está essencialmente circunscrito aos negócios de Cash & Carry, já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a meios de pagamento eletrónicos, principalmente cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente e/ou imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna. Adicionalmente, a empresa recorre à cobertura de seguros de crédito como forma de mitigação do risco associado.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

| Qualidade de crédito dos ativos financeiros | | |
|--|------------|------------|
| | 2021 | 2020 |
| Saldos de novos clientes (menos de seis meses) | 1 | - |
| Saldos de clientes sem histórico de incumprimento | 45 | 39 |
| Saldos de clientes com histórico de incumprimento | 7 | 6 |
| Saldos de outros devedores com garantias prestadas | 4 | 5 |
| Saldos de outros devedores sem garantias prestadas | 168 | 123 |
| Total | 225 | 174 |

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

| Concentração de risco de crédito dos ativos financeiros | | | | |
|---|---------------|------------|---------------|------------|
| | 2021 | | 2020 | |
| | N.º | Saldo | N.º | Saldo |
| Clientes com saldo superior a 1.000.000 euros | 4 | 7 | 3 | 6 |
| Clientes com saldo entre 250.000 e 1.000.000 euros | 22 | 9 | 19 | 8 |
| Clientes com saldo inferior a 250.000 euros | 7.986 | 36 | 7.924 | 32 |
| Outros devedores com saldo superior a 250.000 euros | 44 | 117 | 20 | 25 |
| Outros devedores com saldo inferior a 250.000 euros | 3.588 | 55 | 9.916 | 103 |
| | 11.644 | 225 | 17.882 | 174 |

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o respetivo valor de balanço dos ativos financeiros.

Covid-19

O canal HoReCa (Hotéis, Restaurantes e Cafés) foi significativamente afetado em 2020 pelas restrições e limitações que foram sendo impostas pelos Governos em resposta à evolução da pandemia. No decurso do exercício de 2021 foi possível verificar uma recuperação, ainda que moderada e com grau elevado de incerteza, do sector do Turismo e por essa via do canal HoReCa.

O Grupo encontra-se, assim, a monitorizar de forma permanente a situação financeira dos seus clientes, lojistas e outros parceiros de negócio, não existindo, a esta data, situações de incumprimento significativo que possam levar ao reconhecimento de perdas por imparidade adicionais face aos montantes reconhecidos em 2020.

27.2.2. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam não apenas garantir o desenvolvimento normal das atividades do Grupo, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à atividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular durante o ano.

O Grupo não possui qualquer acordo material de financiamento junto dos fornecedores da sua cadeia de abastecimento, pelo que nenhuma responsabilidade relativa a financiamentos obtidos junto de fornecedores se encontra reconhecida.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são liquidados pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez

| 2021 | Menos de 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Mais de 5 anos |
|--------------------------------|----------------|------------------|----------------|
| Empréstimos obtidos | | | |
| Outros empréstimos | 129 | 302 | 75 |
| Credores | 4.049 | - | - |
| Responsabilidades com locações | 425 | 1.325 | 1.860 |
| Total | 4.603 | 1.627 | 1.935 |

| 2020 | Menos de 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Mais de 5 anos |
|--------------------------------|----------------|------------------|----------------|
| Empréstimos obtidos | | | |
| Outros empréstimos | 176 | 278 | 127 |
| Credores | 3.534 | - | - |
| Responsabilidades com locações | 394 | 1.225 | 1.743 |
| Total | 4.104 | 1.502 | 1.871 |

O Grupo, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, contratou alguns covenants usuais neste tipo de financiamentos.

Estes covenants incluem:

- Limitações em alienação e penhor de ativos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de ativos do perímetro de consolidação;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo atual acionista;
- Um limite nos rácios de Dívida Líquida/EBITDA, com os cálculos efetuados de acordo com o normativo contabilístico pré IFRS 16;
- Cumprimento de *Standards Sociais e Ambientais*.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em dezembro de 2021 o Grupo cumpria com todos os covenants assumidos na dívida que tinha emitida.

Covid-19

O Grupo mantém ao longo do ano reservas de liquidez sob a forma de linhas de crédito contratadas junto das instituições financeiras com quem se relaciona, de forma a assegurar a capacidade de cumprir com os seus compromissos, sem ter de se financiar em condições desfavoráveis. Assim, em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tinha contratadas linhas de crédito que não se encontravam a ser utilizadas no montante global de €1.052 milhões.

Adicionalmente, o Grupo possuía em 31 de dezembro de 2021 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa no montante de €1.494 milhões.

Desta forma, não obstante o impacto da pandemia Covid-19 na sua atividade, o Grupo espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e reservas de liquidez, e caso venha a ser eventualmente necessário, recorrendo às linhas de crédito disponíveis existentes.

27.2.3. Gestão de risco de capital

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua atividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus acionistas e a otimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (Gearing), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida Líquida / Fundos de acionistas, e pelo rácio Dívida Líquida/EBITDA. O Conselho de Administração estabeleceu como alvo um nível de Gearing inferior a 100%, consistente com uma notação de rating de investimento (*investment grade*) e um rácio Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3.

Os referidos rácios, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, calculados sem o efeito da adoção da norma IFRS 16, conforme são analisados pela Administração do Grupo, eram os seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Capital investido | 1.611 | 1.842 |
| Dívida líquida | (1.046) | (509) |
| Fundos de acionistas | 2.657 | 2.351 |
| Gearing* | n.a. | n.a. |
| EBITDA | 1.175 | 1.024 |
| Dívida líquida / EBITDA | (0,9) | (0,5) |

*A 31 de dezembro de 2020 e de 2021 a dívida líquida era positiva.

28. Informação sobre matérias ambientais

A informação detalhada sobre a visão seguida pelo Grupo no combate às alterações climáticas pode ser encontrada no Capítulo 5 – Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor.

29. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º-F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem refletidas no balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2021 foi de €865 milhares, dos quais €812 milhares correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de €53 milhares foram relativos a serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade;
- A nota 23 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

30. Eventos subsequentes à data do balanço

✓ Políticas contabilísticas

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Jerónimo Martins tem acompanhado a evolução dos acontecimentos ocorridos após 24 de fevereiro de 2022, com o início do conflito militar desencadeado pela invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa. Esta situação originou uma incerteza acrescida sobre a evolução das economias e dos mercados financeiros a nível mundial, não sendo possível, à data, estimar os potenciais efeitos futuros nas operações do Grupo, tal como descrito no ponto 4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins, do capítulo 2 - Relatório de Gestão.

O Grupo encontra-se atento ao evoluir do conflito, tomando as medidas consideradas adequadas a cada momento, não tendo sido identificados, a esta data, quaisquer impactos materiais que devessem originar alterações às suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021.

Lisboa, 8 de março de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. Declaração do Conselho de Administração

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 8 de março de 2022

Pedro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)

Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)

António Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)

Artur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)

Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)

Elizabeth Ann Bastoni
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)

Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)

José Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)

María Ángela Holguín
(Membro do Conselho de Administração)

Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 10.368 milhões de euros e um total de capital próprio de 2.532 milhões de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo de 463 milhões de euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções, a Demonstração Consolidada dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. IFRS 16 – Valorização do Direito de Uso

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|---|--|
| <p>A 31 de dezembro de 2021, o valor de balanço dos Direitos de Uso e das Responsabilidades com Locações apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascendem a 2.248 milhões de euros e 2.387 milhões de euros respetivamente, dizendo respeito, principalmente, a contratos de arrendamento de lojas e armazéns com diferentes prazos e diversas opções de extensão ou de rescisão.</p> <p>O cálculo do Direito de Uso e Responsabilidade com Locações nos novos contratos e nas renegociações de contratos existentes contém um conjunto significativo de julgamentos por parte da Gestão, nomeadamente o prazo da locação e a taxa de desconto. Desta forma consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.</p> | <p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Efetuámos o entendimento e avaliámos os procedimentos realizados pelo Grupo relacionados com o processo de reconhecimento da IFRS 16; ▶ Executámos procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes, destacando-se: i) identificação de contratos de locação; ii) reconhecimento do direito de uso e respetivas responsabilidades de locação e iii) validações de controlos chave ao longo do processo <i>end-to-end</i>; ▶ Revimos os pressupostos definidos pela Gestão, utilizados na avaliação dos contratos de locação, incluindo a avaliação de pressupostos como o prazo da locação, identificação de direito de uso e a apreciação das opções de renovação/término; ▶ Executámos, para uma amostra de contratos, testes de detalhe para concluir sobre a exatidão dos dados recolhidos para cada contrato de arrendamento selecionado; ▶ Obtivemos a lista completa dos contratos de arrendamento e testámos a integralidade da informação utilizada pela Gestão; ▶ Reexecutámos, para uma amostra de contratos, o cálculo dos Direitos de uso e respetivo passivo financeiro; ▶ Verificámos, para uma amostra de contratos, que os mesmos se enquadravam para aplicação do expediente prático no âmbito de descontos obtidos em rendas de contratos de locação e reexecutámos os cálculos do impacto na demonstração de resultados. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações (nota 2.6 e nota 10) apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> |

2. Valorização de lojas próprias (ativos fixos tangíveis) e lojas arrendadas (direito de utilização)

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|---|
| <p>O Grupo opera um número significativo de lojas em três países diferentes: Portugal, Polónia e Colômbia.</p> <p>O valor contabilístico das lojas, incluindo os ativos a si associados, é relevante para a nossa auditoria pela materialidade do seu valor (superior a 5.398 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021), mas também pelo julgamento envolvido na identificação de indícios de imparidade e, caso existam, na avaliação subsequente da recuperabilidade dos montantes escriturados.</p> <p>A Gestão avalia anualmente a existência de indícios de imparidade, focando-se principalmente no desempenho futuro das lojas, o qual depende de fatores externos tais como o tráfego da loja, o valor médio das compras, a existência de concorrência significativa e no atual contexto económico incorporando o impacto da Pandemia de COVID-19 nos cash-flows futuros das lojas nas várias geografias em que o Grupo opera.</p> | <p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos à compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de investimento em ativos tangíveis; ▶ Avaliámos as políticas e os procedimentos definidos pelo Grupo para a identificação de indícios de imparidade de ativos relacionados com lojas com um desempenho abaixo do esperado e verificámos a revisão efetuada pela Gestão ao desempenho financeiro das unidades geradoras de caixa; ▶ Obtivemos os pressupostos utilizados para a análise de imparidade e efetuámos uma validação dos mesmos, através da consideração das perspetivas publicadas pelos analistas de mercado e da verificação dos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais incluem cenários mais adversos que os habitualmente utilizados, assim como através da análise de tendências passadas, de forma a determinar a capacidade da Gestão em efetuar, com exatidão, uma estimativa dos pressupostos, nomeadamente a taxa de desconto calculada pelo Grupo; ▶ Utilização de especialistas internos na validação dos pressupostos significativos subjacentes aos modelos de teste de imparidade das lojas, nomeadamente a taxa de desconto e taxa de crescimento aplicada aos cash-flows em perpetuidade; ▶ Efetuámos, para uma amostra de unidades geradoras de caixa, a reexecução dos cálculos aritméticos dos testes de imparidade, comparando o valor de uso com o valor contabilístico; ▶ Obtivemos a análise de sensibilidade apresentada pelo grupo, na qual foram testadas variações dos vários pressupostos significativos, dos quais são exemplo a taxa de desconto, ou a taxa de crescimento na perpetuidade. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> |

3. Reconhecimento de ganhos suplementares / Descontos comerciais

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|--|
| <p>O Grupo recebe vários tipos de descontos de fornecedores (ou "ganhos suplementares"), que se encontram reconhecidos no custo das vendas, conforme divulgado nas notas 4, 12 e 13 das notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estes descontos estão associados a contratos de fornecimento e assumem várias formas de créditos e descontos. Estes descontos obtidos em contratos com fornecedores são considerados como uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos (de acordo com a IAS 2 - Inventários).</p> <p>O valor a ser deduzido ao custo das vendas depende da quantidade de produtos que estavam incluídos no acordo com o fornecedor que, à data de balanço, já tenham sido vendidos. Uma vez que o processo de cálculo e contabilização de alguns descontos que são materiais envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erros nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto como uma Matéria Relevante de Auditoria.</p> | <p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos ao entendimento, avaliação e a testes aos controlos sobre o processo de descontos de fornecedores; ▶ Procedemos ao entendimento do interface que efetua a ligação entre o Sistema de Contabilidade e o Sistema utilizado para controlo dos Ganhos Suplementares; ▶ Testámos, para uma amostra de contratos, a exatidão dos principais indicadores colocados no Sistema, e efetuámos o recálculo dos valores contabilizados como ganhos suplementares; ▶ Efetuámos uma análise dos saldos devedores de fornecedores, nomeadamente através da validação das notas de crédito emitidas subsequentemente e avaliação de indícios de imparidade; ▶ Obtivemos confirmações externas de fornecedores para uma amostra de descontos; ▶ Obtivemos o suporte documental dos principais ajustamentos manuais, de forma a verificar a exatidão dos montantes contabilizados e a sua correta especialização; ▶ Efetuámos procedimentos detalhados de revisão analítica, nomeadamente a análise da evolução mensal, de variações face ao ano anterior, bem como a análise de rácios de descontos sobre as vendas e descontos sobre as compras; e ▶ Realizámos procedimentos de corte de operações para verificar que os montantes se encontram contabilizados no período correto. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> |

4. Litígios e contingências legais e fiscais

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|---|
| <p>O risco associado aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as Autoridades Fiscais e da Concorrência são monitorizados, de forma constante, pela Gestão e pela Comissão de Auditoria. Tendo por base a opinião expressa pelos advogados e consultores fiscais do Grupo, assim como o parecer de advogados externos, e de acordo com o julgamento da Gestão, os litígios e contingências são reconhecidos como passivo ou divulgados como passivo contingente de acordo com a IAS 37 (Provisões, passivos contingentes e</p> | <p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos ao entendimento e avaliação de como são monitorizadas as contingências legais e fiscais; ▶ Obtivemos, como resposta ao nosso pedido de informações detalhadas sobre os processos em curso, o entendimento dos advogados que assessoram o Grupo nos principais temas de natureza fiscal e legal; ▶ Efetuámos a leitura das atas das reuniões da Gestão e indagámos a Gestão, o departamento legal e o departamento fiscal sobre o curso das principais contingências legais e fiscais; |

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|---|--|
| <p>ativos contingentes) nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Tal como divulgado na nota 22, durante o exercício de 2021 e 2020 foram emitidas multas pela autoridade da concorrência ao Pingo Doce e à Jerónimo Martins Polska no montante de 124 Milhões de Euros e 198 Milhões de Euros respetivamente.</p> <p>O Grupo divulga ainda um risco, que resulta da Lei do Orçamento de Estado para 2016, 2017, 2018 e 2019, relacionado com a tributação dos ganhos de anos anteriores resultantes de transações internas, dos quais 124 milhões de euros já foram liquidados pela Administração Tributária. Com referência a 31 de dezembro de 2021, o total de contingências fiscais, líquido de provisões e pagamentos efetuados ao abrigo de regimes especiais, ascende a aproximadamente 175,5 milhões de euros.</p> <p>Considerando a complexidade e o grau de julgamento inerente a estes processos, assim como o nível de incerteza associado ao resultado final, consideramos que este tópico é uma Matéria Relevante de Auditoria.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▶ Efetuámos pedidos de confirmação externa da existência de processos legais e fiscais através de solicitação aos advogados com quem o Grupo tem relações; e ▶ Fomos apoiados na análise dos processos fiscais e legais por especialistas internos. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato correspondente aos exercícios de 2017 e 2018, e nomeados para o mandato de 2019 a 2021 na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria do Grupo em 8 de março de 2022; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- ▶ a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- ▶ a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Lisboa, 17 de março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Registado na CMVM com o nº 20160515

4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Accionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a) do número 3 do artigo 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de Setembro (que aprovou o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria), apresentamos o nosso relatório sobre as actividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Actividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efectuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, em particular o apuramento e divulgação dos impactos decorrentes da pandemia Covid-19, tendo para tal realizado reuniões regulares com os Administradores e Directores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direcção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas, que também exerce as funções de Auditor Externo, dos quais recebeu total colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Do Auditor Externo e dos responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, com quem também reuniu regularmente, obteve a informação necessária e suficiente para aferir a exactidão dos documentos de prestação de contas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, assegurando, dessa forma, que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do Grupo, nomeadamente os diversos processos em curso das Autoridades da Concorrência em Portugal e na Polónia, cujas decisões entretanto adoptadas em oito casos resultaram na aplicação de coimas a subsidiárias do Grupo (dos quais quatro casos tiveram coimas aplicadas em 2021). Os esclarecimentos obtidos junto dos serviços da Sociedade, suportados por pareceres dos seus advogados e consultores económicos, permitiram a esta Comissão aferir as contingências a que o Grupo se encontra exposto e a adequação das provisões existentes.

No cumprimento da Política de Gestão de Risco Financeiro, acompanhou, em particular, as operações de financiamento da subsidiária Colombiana e das subsidiárias Polacas, e a aplicação dos excedentes de caixa. Acompanhou e pronunciou-se ainda sobre as operações de cobertura dos fluxos de dividendos a pagar pelas suas subsidiárias Polacas e as operações de cobertura do risco de taxa de juro e cambial, contando, para tal, com a colaboração da Direcção de Operações Financeiras, tendo verificado a adequação das acções tomadas pela Sociedade, em cumprimento das políticas emanadas pelo Conselho de Administração nesta matéria.

A Comissão continua a monitorizar os efeitos da pandemia Covid-19 nas geografias onde o Grupo opera, tendo dedicado especial atenção aos impactos da mesma sobre os procedimentos de controlo interno instituídos no Grupo para mitigação de riscos, tendo obtido dos diversos serviços da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área Financeira, pela Auditoria Interna, pela Segurança de Informação e pela Gestão de Risco, assim como dos representantes do Auditor Externo, todas as informações e esclarecimentos solicitados, que lhe permitiram verificar a continuação da adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, aprovando as necessárias adaptações ao plano anual de actividades, em função das áreas consideradas de prioridade, atendendo ao novo contexto. Verificou as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados, assim como

as acções implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas, quer por este departamento, quer pelo Auditor Externo, e que se encontram vertidas nos relatórios por este emitidos. Esta Comissão aprovou ainda o plano de actividades para o ano de 2022, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Atendendo ao continuado crescimento dos riscos associados a cibersegurança, potenciados pelos sucessivos confinamentos e consequente implementação do teletrabalho na generalidade das equipas dos escritórios centrais, reforçou o acompanhamento das actividades na área de Segurança de Informação, nomeadamente dos trabalhos desenvolvidos e iniciativas de governance, prevenção, detecção e recuperação. Acompanhou ainda a aplicação do Regulamento Geral de Protecção de Dados, tendo tomado conhecimento dos resultados alcançados e das prioridades estabelecidas pela equipa responsável pela Privacidade de dados. Também a Qualidade e Segurança Alimentar mereceram desta Comissão particular atenção, tendo reunido com os seus responsáveis de quem recebeu actualização dos riscos e dos processos e medidas de mitigação em curso.

Acompanhou, com o Revisor Oficial de Contas, a adaptação do plano e procedimentos de auditoria externa para acomodar as restrições impostas pelo combate à pandemia Covid-19, tendo obtido o conforto necessário sobre a eficácia das medidas adoptadas, das alterações introduzidas aos planos de trabalho, bem como das matérias sujeitas a reforço de procedimentos de auditoria e o seu impacto nas conclusões do trabalho do Auditor Externo. No decurso das suas actividades de fiscalização e na preparação do encerramento das contas de 2021, a Comissão de Auditoria manteve presente as recomendações de diversos organismos internacionais, reforçadas em 2020 por uma Circular emitida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Acompanhou, ainda, a evolução das questões suscitadas pelo Revisor Oficial de Contas, assim como as conclusões do trabalho de auditoria por este efectuado, que originaram a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva.

No âmbito das suas competências a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor Externo às empresas do Grupo, assegurando que os mesmos, para além de terem sido prestados por funcionários que não participaram nos trabalhos de auditoria, corresponderam a serviços não proibidos nos termos da lei. Garantiu ainda que os montantes pagos por estes serviços em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido, nem condicionam a opinião do Auditor Externo.

Acompanhou ainda a aplicação da Lei 50/2020, de 25 de Agosto, relativa aos direitos dos acionistas de sociedades cotadas no que concerne ao seu envolvimento a longo prazo, nomeadamente o regime de transacções com partes relacionadas, tendo concluído que todas as transacções identificadas foram realizadas no âmbito da actividade corrente dos negócios e em condições de mercado.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Tudo o acima referido permitiu a esta Comissão contribuir de forma efectiva para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira da Sociedade.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais; e

- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- ii) o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 18 de Março de 2022

Sérgio Tavares Rebelo
(Presidente da Comissão de Auditoria)

Clara Christina Streit
(Vogal)

Elizabeth Bastoni
(Vogal)

Demonstrações Financeiras Individuais

1. Demonstrações Financeiras Individuais

| | |
|--|-----|
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES | 136 |
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS | 136 |
| BALANÇO INDIVIDUAL | 137 |
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 138 |
| DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA | 139 |

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

Página

| | |
|--|-----|
| 1. Atividade..... | 140 |
| 2. Políticas contabilísticas..... | 140 |
| 3. Custos operacionais..... | 143 |
| 4. Empregados | 144 |
| 5. Custos financeiros líquidos..... | 145 |
| 6. Locações..... | 145 |
| 7. Impostos..... | 147 |
| 8. Ganhos (perdas) em subsidiárias | 149 |
| 9. Ganhos (perdas) em outros investimentos | 149 |
| 10. Ativos fixos tangíveis | 149 |
| 11. Ativos intangíveis | 150 |
| 12. Propriedades de investimento..... | 151 |
| 13. Partes de capital em subsidiárias | 151 |
| 14. Empréstimos a subsidiárias..... | 151 |
| 15. Devedores, acréscimos e diferimentos..... | 152 |
| 16. Caixa e equivalentes de caixa | 152 |
| 17. Capital e reservas..... | 152 |
| 18. Resultados por ação..... | 153 |
| 19. Empréstimos obtidos..... | 153 |
| 20. Provisões..... | 153 |
| 21. Credores, acréscimos e diferimentos | 154 |
| 22. Garantias | 154 |
| 23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes..... | 154 |
| 24. Subsidiárias e outros investimentos financeiros | 155 |
| 25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações diretas e indiretas..... | 155 |
| 26. Partes relacionadas | 155 |
| 27. Riscos financeiros..... | 159 |
| 28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais..... | 160 |
| 29. Eventos subsequentes à data do balanço..... | 161 |

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de euros

| | Notas | 2021 | 2020 |
|---|-------|-----------------|-----------------|
| Prestação de serviços | 26 | 17.649 | 17.397 |
| Custos da prestação de serviços | 3 | (16.110) | (15.684) |
| Margem | | 1.539 | 1.713 |
| Custos administrativos | 3 | (29.009) | (18.249) |
| Outras perdas e ganhos operacionais | 3 | (39.683) | (37.154) |
| Resultados operacionais | | (67.153) | (53.690) |
| Custos financeiros líquidos | 5 | (875) | (981) |
| Ganhos (perdas) em subsidiárias | 8 | 512.215 | 495.647 |
| Ganhos (perdas) em outros investimentos | 9 | 201 | 201 |
| Resultados antes de impostos | | 444.388 | 441.177 |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 7.1 | (1.190) | (4.675) |
| Resultados líquidos | | 443.198 | 436.502 |
| Resultado básico e diluído por ação - euros | 18 | 0,7052 | 0,6946 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de euros

| | Notas | 2021 | 2020 |
|--|-------|----------------|----------------|
| Resultados líquidos | | 443.198 | 436.502 |
| Outros rendimentos integrais: | | | |
| Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregados | 4.2 | 15 | (662) |
| Imposto relacionado | 7.3 | (3) | 150 |
| Itens que não serão reclassificados para resultados | | 12 | (512) |
| Itens que poderão ser reclassificados para resultados | | - | - |
| Outros rendimentos integrais líquidos de imposto | | 12 | (512) |
| Total de rendimentos integrais | | 443.210 | 435.990 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

BALANÇO INDIVIDUAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| | Notas | Valores expressos em milhares de euros | |
|---|-------|--|------------------|
| | | 2021 | 2020 |
| Ativo | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 10 | 1.354 | 2.155 |
| Ativos intangíveis | 11 | 5.437 | 5.158 |
| Propriedades de investimento | 12 | 2.470 | 2.470 |
| Direitos de uso | 6.1 | 708 | 621 |
| Partes de capital em subsidiárias | 13 | 665.038 | 665.038 |
| Empréstimos a subsidiárias | 14 | 1.756.345 | 1.674.045 |
| Outros investimentos financeiros | 24 | 222 | - |
| Outros devedores | 15 | 196 | 157 |
| Impostos diferidos ativos | 7.3 | 3.221 | 7.193 |
| Total de ativos não correntes | | 2.434.991 | 2.356.837 |
| Imposto sobre o rendimento a receber | 7.4 | 199 | 199 |
| Empréstimos a subsidiárias | 14 | 55.670 | 197.175 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | 15 | 57.366 | 9.432 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 16 | 453.259 | 170.596 |
| Total de ativos correntes | | 566.494 | 377.402 |
| Total do ativo | | 3.001.485 | 2.734.239 |
| Capital próprio e passivo | | | |
| Capital | 17.1 | 629.293 | 629.293 |
| Prémios de emissão | 17.1 | 22.452 | 22.452 |
| Ações próprias | 17.2 | (6.060) | (6.060) |
| Resultados retidos | 17.3 | 2.311.206 | 2.048.985 |
| Total do capital próprio | | 2.956.891 | 2.694.670 |
| Responsabilidades com locações | 6.2 | 379 | 317 |
| Benefícios concedidos a empregados | 4.2 | 12.662 | 13.908 |
| Provisões para riscos e encargos | 20 | 6.627 | 6.167 |
| Impostos diferidos passivos | 7.3 | 164 | 164 |
| Total de passivos não correntes | | 19.832 | 20.556 |
| Empréstimos obtidos | 19 | - | - |
| Responsabilidades com locações | 6.2 | 332 | 309 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | 21 | 23.475 | 18.682 |
| Imposto sobre o rendimento a pagar | 7.4 | 955 | 22 |
| Total de passivos correntes | | 24.762 | 19.013 |
| Total do capital próprio e passivo | | 3.001.485 | 2.734.239 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de euros

| | Notas | Capital | Prémios de emissão de ações | Ações Próprias | Resultados retidos | Total Capital próprio |
|---|-------|----------------|-----------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------------|
| Balanço em 1 de janeiro de 2020 | | 629.293 | 22.452 | (6.060) | 1.829.805 | 2.475.490 |
| Variações no Capital Próprio em 2020 | | | | | | |
| Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado | | | | | | |
| - Valor bruto | 4.2 | - | - | - | (662) | (662) |
| - Imposto diferido | 7.3 | - | - | - | 150 | 150 |
| Outros rendimentos integrais | | - | - | - | (512) | (512) |
| Resultado do exercício de 2020 | | - | - | - | 436.502 | 436.502 |
| Total de rendimentos integrais | | - | - | - | 435.990 | 435.990 |
| Dividendos | 17.4 | - | - | - | (216.810) | (216.810) |
| Balanço em 31 de dezembro de 2020 | | 629.293 | 22.452 | (6.060) | 2.048.985 | 2.694.670 |
| Variações no Capital Próprio em 2021 | | | | | | |
| Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado | | | | | | |
| - Valor bruto | 4.2 | - | - | - | 15 | 15 |
| - Imposto diferido | 7.3 | - | - | - | (3) | (3) |
| Outros rendimentos integrais | | - | - | - | 12 | 12 |
| Resultado do exercício de 2021 | | - | - | - | 443.198 | 443.198 |
| Total de rendimentos integrais | | - | - | - | 443.210 | 443.210 |
| Dividendos | 17.4 | - | - | - | (180.989) | (180.989) |
| Balanço em 31 de dezembro de 2021 | | 629.293 | 22.452 | (6.060) | 2.311.206 | 2.956.891 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os anos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores expressos em milhares de euros

| | Notas | 2021 | 2020 |
|--|---------|------------------|------------------|
| Resultados líquidos | | 443.198 | 436.502 |
| Ajustamentos para: | | | |
| Impostos | 7.1 | 1.190 | 4.675 |
| Depreciações e amortizações | 3 | 2.245 | 1.991 |
| Custos financeiros líquidos | 5 | 875 | 981 |
| Ganhos/perdas em subsidiárias | 8 | (512.215) | (495.647) |
| Ganhos/perdas em outros investimentos | 9 | (201) | (201) |
| Ganhos/perdas em ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso | 3 | (1) | - |
| Fluxos de caixa operacionais antes de variações de capital circulante | | (64.909) | (51.699) |
| Variações de capital circulante: | | | |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | | (2.232) | 1.952 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | | 5.058 | 5.304 |
| Provisões e benefícios concedidos a empregados | | (1.221) | (1.432) |
| Caixa gerada pelas operações | | (63.304) | (45.875) |
| Imposto sobre o rendimento | | 1.169 | 3.713 |
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | | (62.135) | (42.162) |
| Atividades de investimento | | | |
| Alienação de ativos fixos tangíveis | 10 | 684 | - |
| Alienação de investimentos em subsidiárias | | - | 108 |
| Alienação de outros ativos financeiros | | - | 19.367 |
| Juros recebidos | 8 | 1.628 | 1.838 |
| Dividendos recebidos | 8 | 510.650 | 493.700 |
| Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias | 14 | 193.620 | 37.745 |
| Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias | 14 | (134.415) | (214.080) |
| Aquisição de ativos fixos tangíveis e adiant. a fornecedores de imobilizado | 10 e 15 | (43.241) | (493) |
| Aquisição de ativos intangíveis | 11 | (1.863) | (965) |
| Aquisição de outros investimentos financeiros | 24 | (222) | - |
| Fluxos de caixa de atividades de investimento | | 526.841 | 337.220 |
| Atividades de financiamento | | | |
| Recebimento de juros e proveitos similares | | 204 | 289 |
| Pagamentos de juros de empréstimos | 5 | (809) | (1.011) |
| Pagamento de juros de locações | 5 | (21) | (14) |
| Pagamento de locações | 6.2 | (428) | (376) |
| Pagamento de dividendos | 17.4 | (180.989) | (216.810) |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | | (182.043) | (217.922) |
| Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 282.663 | 77.136 |
| Movimentos de caixa e equivalentes | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do ano | | 170.596 | 93.460 |
| Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa | | 282.663 | 77.136 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 16 | 453.259 | 170.596 |

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras individuais em anexo.

1. Atividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua atividade consiste essencialmente na gestão do seu portefólio de investimentos. As atividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2021 encontram-se detalhados no Capítulo 2 deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa.

Capital Social: 629.293.220 euros.

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Coletiva: 500 100 144.

JMH está cotada na Euronext Lisbon desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 8 de março de 2022.

2. Políticas contabilísticas

Os princípios de reconhecimento e mensuração aplicados nestas Demonstrações Financeiras Individuais são idênticos aos aplicados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (ver políticas contabilísticas sobre as rubricas das demonstrações financeiras, nas notas correspondentes das Demonstrações Financeiras Consolidadas bem como na nota 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas).

As políticas contabilísticas aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras e foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido o contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (€ milhares).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia (UE), à data de 31 de dezembro de 2021.

2.2. Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluíam que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros ativos líquidos (nota 2.3).

2.3. Imparidade

2.3.1. Imparidade de ativos não financeiros

Excetuando Propriedades de investimento (nota 12) e Impostos diferidos ativos (nota 7.3), os ativos de JMH, essencialmente as Partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Nos testes de imparidade às Partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das áreas de negócio. Baseiam-se em projeções de cash flows para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos ativos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de ativos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos associados à venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável dos ativos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.3.2. Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos Empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às Partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em Empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

2.4. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efetuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor atual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor atual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias.

No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de fatores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

| Impacto nas contas de JMH | |
|-----------------------------|------------------------------|
| Demonstração dos resultados | Outros rendimentos integrais |
| Aumento da taxa em 1 p.p. | 87 |
| | 49 |

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos para determinação da taxa de desconto apropriada:

- Intervalo restrito [0,55% - 0,95%]
- Intervalo alargado [0,35% - 1,15%]

Face a estes resultados, JMH, seguindo a recomendação dos atuários externos, decidiu incrementar a taxa de desconto de 0,35% para 0,75%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

| Impacto nas responsabilidades com benefício definido | | | | |
|--|-----------------------|--------------------------|------------------------|------------------------|
| | Pressuposto utilizado | Alteração do pressuposto | Aumento do pressuposto | Redução do pressuposto |
| Taxa de desconto | 0,75% | 0,50% | (427) | 452 |
| Taxa de crescimento dos salários | 3,00% | 0,50% | 44 | (41) |
| Taxa de crescimento das pensões | 3,00% | 0,50% | 408 | (384) |
| Esperança média de vida | TV 88/90 | 1 ano | 864 | (809) |

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando JMH espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como atuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar resultados futuros.

2.5. Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados ativos e líquidos à data de referência do balanço;
- Nível 2: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado ativo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- Nível 3: o justo valor é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as Propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes e que usam nas suas avaliações inputs que não são diretamente observáveis no mercado.

| 2021 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|---|--------------|---------|---------|--------------|
| Ativos mensurados ao justo valor | | | | |
| Propriedades de investimento | 2.470 | - | - | 2.470 |
| Total de ativos | 2.470 | - | - | 2.470 |
| Passivos mensurados ao justo valor | | | | |
| Total de passivos | - | - | - | - |

| 2020 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 |
|---|--------------|---------|---------|--------------|
| Ativos mensurados ao justo valor | | | | |
| Propriedades de investimento | 2.470 | - | - | 2.470 |
| Total de ativos | 2.470 | - | - | 2.470 |
| Passivos mensurados ao justo valor | | | | |
| Total de passivos | - | - | - | - |

2.6. Instrumentos financeiros por categoria

| | Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado | Outros ativos financeiros | Total ativos e passivos financeiros | Ativos e passivos não financeiros | Total ativos e passivos |
|--------------------------------------|---|--|---------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| 2021 | | | | | | |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 453.259 | - | 453.259 | - | 453.259 |
| Empréstimos a subsidiárias | - | 1.812.015 | - | 1.812.015 | - | 1.812.015 |
| Outros investimentos financeiros | - | - | 222 | 222 | - | 222 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | 196 | 54.611 | - | 54.807 | 2.755 | 57.562 |
| Outros ativos não financeiros | - | - | - | - | 678.427 | 678.427 |
| Total de ativos | 196 | 2.319.885 | 222 | 2.320.303 | 681.182 | 3.001.485 |
| Passivos | | | | | | |
| Responsabilidades com locações | - | 711 | - | 711 | - | 711 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | - | 11.738 | - | 11.738 | 11.737 | 23.475 |
| Outros passivos não financeiros | - | - | - | - | 20.408 | 20.408 |
| Total de passivos | - | 12.449 | - | 12.449 | 32.145 | 44.594 |

| | Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | Ativos ou passivos financeiros ao custo amortizado | Outros ativos financeiros | Total ativos e passivos financeiros | Ativos e passivos não financeiros | Total ativos e passivos |
|--------------------------------------|---|--|---------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| 2020 | | | | | | |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 170.596 | - | 170.596 | - | 170.596 |
| Empréstimos a subsidiárias | - | 1.871.220 | - | 1.871.220 | - | 1.871.220 |
| Devedores, acréscimos e diferimentos | 157 | 7.430 | - | 7.587 | 2.002 | 9.589 |
| Outros ativos não financeiros | - | - | - | - | 682.834 | 682.834 |
| Total de ativos | 157 | 2.049.246 | - | 2.049.403 | 684.836 | 2.734.239 |
| Passivos | | | | | | |
| Responsabilidades com locações | - | 626 | - | 626 | - | 626 |
| Credores, acréscimos e diferimentos | - | 10.672 | - | 10.672 | 8.010 | 18.682 |
| Outros passivos não financeiros | - | - | - | - | 20.261 | 20.261 |
| Total de passivos | - | 11.298 | - | 11.298 | 28.271 | 39.569 |

3. Custos operacionais

✓ Políticas contabilísticas

Custos da prestação de serviços

Os custos da prestação de serviços correspondem aos custos incorridos por cada um dos departamentos de JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos de JMH que não correspondem a serviços prestados, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afetação real.

Outras perdas e ganhos operacionais

As outras perdas e ganhos operacionais incluem os custos não relacionados com as prestações de serviços às suas participadas e os não diretamente relacionados com a função de Holding do Grupo.

3.1. Custos operacionais por naturezas

| | 2021 | 2020 |
|---|---------------|---------------|
| Fornecimentos e serviços externos | 22.318 | 15.543 |
| Rendas e alugueres | 1.261 | 973 |
| Custos com pessoal (nota 4.1) | 58.264 | 50.526 |
| Depreciações e amortizações de ativos tangíveis e intangíveis | 1.820 | 1.613 |
| Depreciações de direitos de uso | 425 | 378 |
| Ganhos/perdas com ativos tangíveis e intangíveis | (1) | - |
| Outras naturezas de ganhos e perdas | 715 | 2.054 |
| Total | 84.802 | 71.087 |

4. Empregados

4.1. Custos com o pessoal

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Ordenados e salários | 14.847 | 15.506 |
| Segurança Social | 2.942 | 2.690 |
| Benefícios de empregados | 35.292 | 26.043 |
| Outros custos com pessoal | 5.183 | 6.287 |
| Total | 58.264 | 50.526 |

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, ação social, formação e indemnizações, entre outros.

No final do exercício de 2021, o número de empregados ao serviço ascendia a 207 (em 2020, eram 193). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 204 (em 2020, eram 191).

4.2. Benefícios de empregados

Valores refletidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia | 11.683 | 12.950 |
| Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido | 979 | 958 |
| Total | 12.662 | 13.908 |

Valores refletidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações refletidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

| | Demonstração dos resultados | | Outros rendimentos integrais | |
|--|-----------------------------|---------------|------------------------------|------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida | 10.251 | 815 | - | - |
| Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo da Companhia | 43 | 71 | (15) | 662 |
| Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido | 27 | 214 | - | - |
| Compensação pós-emprego - Plano de contribuição definida | 24.971 | 24.943 | - | - |
| Total | 35.292 | 26.043 | (15) | 662 |

Apresenta-se de seguida as alterações ocorridas em cada um dos planos:

| | Planos de contribuição definida para colaboradores no ativo | | Planos de benefício definido para ex-colaboradores | | Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores | |
|--|---|----------|--|---------|---|------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Saldo em 1 de janeiro | - | - | 12.950 | 13.520 | 958 | 771 |
| Custos com juros | - | - | 43 | 71 | 4 | 5 |
| Custos dos serviços correntes | 35.222 | 25.758 | - | - | 124 | 109 |
| (Ganhos) perdas atuariais | | | | | | |
| Alterações em pressupostos financeiros | - | - | (325) | 186 | (40) | 18 |
| Alterações de experiência | - | - | 310 | 476 | (61) | 82 |
| Contribuições ou Reformas pagas | (35.222) | (25.758) | (1.295) | (1.303) | (6) | (27) |
| Saldo em 31 de dezembro | - | - | 11.683 | 12.950 | 979 | 958 |

O aumento dos custos dos serviços correntes nos planos de contribuição definida para colaboradores no ativo resulta de uma contribuição extraordinária efetuada para o plano de pensões, na sequência de uma decisão da Comissão de Vencimentos, que se encontra explicada no ponto 77 do Capítulo 4, relativo ao Governo de Sociedade.

Pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------|----------|
| Tábua de mortalidade | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Taxa de desconto | 0,75% | 0,35% |
| Taxa de crescimento das pensões e dos salários | 3,00% | 3,00% |

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adotados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos atuários e de acordo com estatísticas publicadas. A análise de sensibilidade aos pressupostos está efetuada na nota 2.4..

4.3. Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

| | Até 1 ano | Entre 1 e 5 anos | Entre 5 e 10 anos |
|--|--------------|------------------|-------------------|
| Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo da Companhia | 1.202 | 3.822 | 2.744 |
| Prémios de antiguidade - Plano de benefício definido | 75 | 318 | 429 |
| Total | 1.277 | 4.140 | 3.173 |

5. Custos financeiros líquidos

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Juros suportados com empréstimos obtidos | (178) | (105) |
| Juros suportados com locações | (21) | (14) |
| Juros obtidos | - | 10 |
| Outras perdas e ganhos financeiros | (676) | (872) |
| Custos financeiros líquidos | (875) | (981) |

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado. Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de linhas de crédito, emissão e manutenção de garantias bancárias e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

6. Locações

As locações da JMH referem-se principalmente a contratos de aluguer de viaturas, com períodos iniciais entre 3 e 4 anos. Os contratos de locação não impõem covenants. No que respeita à taxa de juro incremental utilizada para mensurar as responsabilidades com locações, a taxa média utilizada por JMH, em 31 de dezembro de 2021, ascende a 2,56% (2,47% em 31 de dezembro de 2020).

6.1. Direitos de uso

| 2021 | Equipamento de transporte e outros | Total |
|---|------------------------------------|--------------|
| Ativo bruto | | |
| Saldo Inicial | 1.175 | 1.175 |
| Novos contratos | 479 | 479 |
| Atualizações de contratos | 33 | 33 |
| Cancelamento de contratos | (344) | (344) |
| Saldo Final | 1.343 | 1.343 |
| Depreciações e perdas por imparidade | | |
| Saldo Inicial | 554 | 554 |
| Aumentos | 425 | 425 |
| Cancelamento de contratos | (344) | (344) |
| Saldo final | 635 | 635 |
| Valor líquido | | |
| Em 1 de janeiro de 2021 | 621 | 621 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 708 | 708 |

| 2020 | Equipamento de transporte e outros | Total |
|---|------------------------------------|--------------|
| Ativo bruto | | |
| Saldo Inicial | 979 | 979 |
| Novos contratos | 347 | 347 |
| Atualizações de contratos | 22 | 22 |
| Cancelamento de contratos | (173) | (173) |
| Saldo Final | 1.175 | 1.175 |
| Depreciações e perdas por imparidade | | |
| Saldo Inicial | 348 | 348 |
| Aumentos | 378 | 378 |
| Cancelamento de contratos | (172) | (172) |
| Saldo final | 554 | 554 |
| Valor líquido | | |
| Em 1 de janeiro de 2020 | 631 | 631 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 621 | 621 |

6.2. Responsabilidades com locações

| 2021 | Correntes | Não correntes | Total |
|---------------------------------------|------------|---------------|------------|
| Saldo inicial | 309 | 317 | 626 |
| Aumentos (novos contratos) | 130 | 349 | 479 |
| Pagamentos | (428) | - | (428) |
| Transferências | 287 | (287) | - |
| Alteração / Cancelamento de contratos | 34 | - | 34 |
| Saldo final | 332 | 379 | 711 |

| 2020 | Correntes | Não correntes | Total |
|---------------------------------------|------------|---------------|------------|
| Saldo inicial | 338 | 296 | 634 |
| Aumentos (novos contratos) | 100 | 247 | 347 |
| Pagamentos | (376) | - | (376) |
| Transferências | 226 | (226) | - |
| Alteração / Cancelamento de contratos | 21 | - | 21 |
| Saldo final | 309 | 317 | 626 |

6.3. Custos reconhecidos na demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados inclui os custos abaixo indicados relacionadas com locações:

| | 2021 | 2020 |
|--|--------------|--------------|
| Depreciação dos direitos de uso | | |
| Equipamento de transporte | 425 | 378 |
| Subtotal | 425 | 378 |
| Juros de responsabilidades com locações | 21 | 14 |
| Ganhos/perdas com cancelamento de contratos | - | - |
| Rendas e alugueres (nota 3) | | |
| Gastos relacionados com locações de curto-prazo | 929 | 609 |
| Gastos relacionados com locações de ativos de valor reduzido | 27 | 78 |
| Gastos com componente de não locação incluída nos pagamentos | 305 | 286 |
| Subtotal | 1.261 | 973 |
| Total | 1.707 | 1.365 |

Os pagamentos relativos a locações ascenderam a €1.710 milhares no ano de 2021 (2020: €1.363 milhares).

7. Impostos

7.1. Imposto sobre o rendimento do exercício

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Imposto corrente | | |
| Imposto corrente do exercício | 3.009 | 600 |
| Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores | (165) | 345 |
| | 2.844 | 945 |
| Imposto diferido | | |
| Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício | (189) | (347) |
| Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores | (3.780) | (5.207) |
| | (3.969) | (5.554) |
| Outros ganhos/perdas relativos a impostos | | |
| Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal | (65) | (66) |
| | (65) | (66) |
| Total de imposto sobre o rendimento do exercício | (1.190) | (4.675) |

7.2. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

| | 2021 | 2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Resultados antes de imposto | 444.388 | 441.177 |
| Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal (22,5%) | (99.987) | (99.265) |
| Efeito fiscal gerado por: | | |
| Resultados não tributados ou não recuperáveis | 112.274 | 107.107 |
| Revisão de estimativas relativas a contencioso fiscal | (65) | (66) |
| Custos não dedutíveis e benefícios fiscais | (8.970) | (7.165) |
| Correção da estimativa de anos anteriores | (165) | 345 |
| Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores | (3.780) | (5.207) |
| Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação | (497) | (424) |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | (1.190) | (4.675) |
| Taxa efetiva de imposto | 0,27% | 1,06% |

Em 2021 e 2020, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 9% para lucros fiscais superiores a €1.500 milhares, €7.500 milhares e €35.000 milhares, respetivamente.

A taxa efetiva de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor, na medida em que foram anteriormente sujeitos a tributação na esfera da sociedade que os originou.

7.3. Impostos diferidos ativos e passivos

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Impostos diferidos ativos | 3.221 | 7.193 |
| Impostos diferidos passivos | (164) | (164) |
| Total | 3.057 | 7.029 |

A JMH não reconheceu qualquer valor em impostos diferidos relacionado com interpretações fiscais incertas.

| 2021 | Saldo inicial | Efeito em resultados | Efeito no capital próprio | Saldo final |
|--|---------------|----------------------|---------------------------|--------------|
| Impostos diferidos ativos | | | | |
| Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais | 283 | 88 | - | 371 |
| Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados | 6.909 | (4.057) | (3) | 2.849 |
| Efeito da aplicação da norma sobre locações | 1 | - | - | 1 |
| | 7.193 | (3.969) | (3) | 3.221 |
| Impostos diferidos passivos | | | | |
| Atualização de ativos para o justo valor | (164) | - | - | (164) |
| | (164) | - | - | (164) |
| Variação líquida de imposto diferido | 7.029 | (3.969) | (3) | 3.057 |

| 2020 | Saldo inicial | Efeito em resultados | Efeito no capital próprio | Saldo final |
|--|---------------|----------------------|---------------------------|--------------|
| Impostos diferidos ativos | | | | |
| Provisões e ajustamentos para além dos limites fiscais | 393 | (110) | - | 283 |
| Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados | 12.203 | (5.444) | 150 | 6.909 |
| Efeito da aplicação da norma sobre locações | 2 | (1) | - | 1 |
| | 12.598 | (5.555) | 150 | 7.193 |
| Impostos diferidos passivos | | | | |
| Atualização de ativos para o justo valor | (165) | 1 | - | (164) |
| | (165) | 1 | - | (164) |
| Variação líquida de imposto diferido | 12.433 | (5.554) | 150 | 7.029 |

7.4. Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|--------------|------------|
| Imposto sobre o rendimento a pagar | (955) | (22) |
| Imposto sobre o rendimento a receber | 199 | 199 |
| Total | (756) | 177 |

JMH integra, desde 1 de janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além da JMH, o grupo é constituído atualmente pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio - Cash & Carry, S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Masterchef, S.A.
- Recheio Masterchef, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Terra Alegre Lacticínios, S.A.

- Best-Farmer – Actividades Agro-pecuárias, S.A.
- Seaculture – Aquicultura, S.A.
- Outro Chão – Agricultura Biológica, Lda.
- João Gomes Camacho, S.A.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.
- Jerónimo Martins Inovação, S.A.
- Santa Maria Manuela Turismo, S.A.

7.5. Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

A JM não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais na medida em que não estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

| Limite de reporte de prejuízos fiscais | Imposto | |
|--|--------------|--------------|
| | 2021 | 2020 |
| 2024 | 827 | 818 |
| 2026 | 1.460 | 1.460 |
| 2032 | 3.989 | 3.808 |
| 2033 | 2.955 | - |
| Total | 9.231 | 6.086 |

8. Ganhos (perdas) em subsidiárias

| | 2021 | 2020 |
|---|----------------|----------------|
| Dividendos recebidos | 510.650 | 493.700 |
| Juros de empréstimos concedidos | 1.565 | 1.867 |
| Ganhos na alienação de sociedades (nota 13) | - | 80 |
| Total | 512.215 | 495.647 |

9. Ganhos (perdas) em outros investimentos

✓ Políticas contabilísticas

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos em outros investimentos no período a que dizem respeito.

| | 2021 | 2020 |
|--|------------|------------|
| Rendas de propriedades de investimento | 201 | 201 |
| Total | 201 | 201 |

10. Ativos fixos tangíveis

10.1. Movimentos ocorridos no exercício corrente

| 2021 | Edifícios e outras construções | Equipamento de transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outros ativos tangíveis | Ativos tangíveis em curso | Total |
|---|--------------------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------|
| Ativo bruto | | | | | | | |
| Saldo Inicial | 675 | 210 | 2 | 3.233 | 412 | 1.224 | 5.756 |
| Aumentos | - | - | - | 115 | - | 35 | 150 |
| Alienações e abates | - | - | - | (3) | - | (680) | (683) |
| Saldo Final | 675 | 210 | 2 | 3.345 | 412 | 579 | 5.223 |
| Depreciações e perdas por imparidade | | | | | | | |
| Saldo Inicial | 361 | 61 | 2 | 2.850 | 327 | - | 3.601 |
| Aumentos | 61 | 49 | - | 158 | - | - | 268 |
| Saldo Final | 422 | 110 | 2 | 3.008 | 327 | - | 3.869 |
| Valor líquido | | | | | | | |
| Em 1 janeiro de 2021 | 314 | 149 | - | 383 | 85 | 1.224 | 2.155 |
| Em 31 dezembro de 2021 | 253 | 100 | - | 337 | 85 | 579 | 1.354 |

10.2. Movimentos ocorridos no exercício anterior

| 2020 | Edifícios e outras construções | Equipamento de transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outros ativos tangíveis | Ativos tangíveis em curso | Total |
|---|--------------------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------|
| Ativo bruto | | | | | | | |
| Saldo Inicial | 675 | 101 | 2 | 3.091 | 412 | 982 | 5.263 |
| Aumentos | - | 109 | - | 81 | - | 303 | 493 |
| Transferências e reclassificações | - | - | - | 61 | - | (61) | - |
| Saldo final | 675 | 210 | 2 | 3.233 | 412 | 1.224 | 5.756 |
| Depreciações e perdas por imparidade | | | | | | | |
| Saldo Inicial | 297 | 23 | 2 | 2.662 | 327 | - | 3.311 |
| Aumentos | 64 | 38 | - | 188 | - | - | 290 |
| Saldo final | 361 | 61 | 2 | 2.850 | 327 | - | 3.601 |
| Valor líquido | | | | | | | |
| Em 1 janeiro de 2020 | 378 | 78 | - | 429 | 85 | 982 | 1.952 |
| Em 31 dezembro de 2020 | 314 | 149 | - | 383 | 85 | 1.224 | 2.155 |

10.3. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

11. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

11.1. Movimentos ocorridos no exercício corrente

| 2021 | Despesas de desenvolvimento | Ativos intangíveis em curso | Total |
|---|-----------------------------|-----------------------------|---------------|
| Ativo bruto | | | |
| Saldo Inicial | 7.859 | 2.395 | 10.254 |
| Aumentos | 134 | 1.697 | 1.831 |
| Transferências e reclassificações | 888 | (888) | - |
| Saldo final | 8.881 | 3.204 | 12.085 |
| Amortizações e perdas por imparidade | | | |
| Saldo Inicial | 5.096 | - | 5.096 |
| Aumentos | 1.552 | - | 1.552 |
| Saldo Final | 6.648 | - | 6.648 |
| Valor líquido | | | |
| Em 1 de janeiro de 2021 | 2.763 | 2.395 | 5.158 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 2.233 | 3.204 | 5.437 |

11.2. Movimentos ocorridos no exercício anterior

| 2020 | Despesas de desenvolvimento | Ativos intangíveis em curso | Total |
|---|-----------------------------|-----------------------------|---------------|
| Ativo bruto | | | |
| Saldo Inicial | 6.919 | 2.370 | 9.289 |
| Aumentos | 304 | 661 | 965 |
| Transferências e reclassificações | 636 | (636) | - |
| Saldo final | 7.859 | 2.395 | 10.254 |
| Amortizações e perdas por imparidade | | | |
| Saldo Inicial | 3.773 | - | 3.773 |
| Aumentos | 1.323 | - | 1.323 |
| Saldo Final | 5.096 | - | 5.096 |
| Valor líquido | | | |
| Em 1 de janeiro de 2020 | 3.146 | 2.370 | 5.516 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 2.763 | 2.395 | 5.158 |

12. Propriedades de investimento

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de €201 milhares (2020: €201 milhares). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente e confirmado regularmente pela aplicação do método do rendimento, encontrando-se o mesmo valorizado por €2.470 milhares (2020: €2.470 milhares).

Em 2021, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de €4 milhares (2020: €4 milhares), reconhecidas em resultados, em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 24.

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Valor líquido em 1 de janeiro | 665.038 | 665.066 |
| Aumentos | - | - |
| Diminuições | - | (28) |
| Valor líquido em 31 de dezembro | 665.038 | 665.038 |

Em dezembro de 2020 foi dissolvida e liquidada a sociedade EVA - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., tendo essa operação gerado uma mais-valia de €80 milhares.

14. Empréstimos a subsidiárias

| Empréstimos não correntes | 2021 | 2020 |
|--|------------------|------------------|
| Valor líquido em 1 de janeiro | 1.674.045 | 1.575.145 |
| Aumentos | 127.550 | 126.500 |
| Diminuições | (45.250) | (27.600) |
| Valor líquido em 31 de dezembro | 1.756.345 | 1.674.045 |

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros).

| Empréstimos correntes | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Valor líquido em 1 de janeiro | 197.175 | 119.740 |
| Aumentos | 6.865 | 87.580 |
| Diminuições | (148.370) | (10.145) |
| Valor líquido em 31 de dezembro | 55.670 | 197.175 |

Os empréstimos correntes revestem a natureza de operações de tesouraria (como tal, vencem juros a taxas normais de mercado).

15. Devedores, acréscimos e diferimentos

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|--------------|
| Não correntes | | |
| Outros devedores (fundo compensação do trabalho - FCT) | 196 | 157 |
| Total | 196 | 157 |
| Correntes | | |
| Subsidiárias | 6.222 | 3.260 |
| Outros devedores | 44.112 | 560 |
| Outros impostos a recuperar | 1.466 | 1.459 |
| Acréscimos de proveitos | 4.235 | 3.519 |
| Custos diferidos | 1.331 | 634 |
| Total | 57.366 | 9.432 |

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias, destacam-se essencialmente faturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de €814 milhares (2020: €516 milhares), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo RETGS, no montante de €5.325 milhares (2020: €2.598 milhares).

Em 31 de dezembro de 2021 os outros devedores incluem €43.091 milhares referentes a um adiantamento para a aquisição de ativos fixos tangíveis. Para além do valor reconhecido nas contas, existe ainda um compromisso de pagamento de um montante adicional de €12.935 milhares.

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente €4.198 milhares (2020: €3.461 milhares) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas ainda não faturados.

A rubrica de custos diferidos é composta por €42 milhares (2020: €91 milhares) de custos com emissão de papel comercial e garantias bancárias e €1.289 milhares (2020: €543 milhares) de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efetuado ainda no exercício de 2021, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

16. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Depósitos à ordem | 433.237 | 170.579 |
| Aplicações de tesouraria | 20.000 | - |
| Caixa | 22 | 17 |
| Total | 453.259 | 170.596 |

17. Capital e reservas

17.1. Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 ações ordinárias (2020: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de ações ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada ação detida. Não existem ações preferenciais. Os direitos relativos às ações detidas em carteira pela JMH encontram-se suspensos até essas ações serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2021, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de ações, mantendo-se o valor do exercício de 2020, no montante de €22.452 milhares.

17.2. Ações próprias

À data de 31 de dezembro de 2021 a JMH detinha 859.000 ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação, não tendo existido quaisquer transações no exercício de 2021.

17.3. Resultados retidos

Em 31 de dezembro de 2021, o montante total de resultados retidos ascende a €2.311.206 milhares (2020: €2.048.985 milhares), provenientes de resultados gerados no exercício, no montante de €443.198 milhares (2020: €436.502 milhares) e o restante em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos €316.789 milhares (2020: €316.778 milhares), conforme disposto nos artigos 32, 218, 295, 296 e 324 do Código das Sociedades Comerciais.

17.4. Dividendos

No seguimento da decisão da Assembleia Geral de 8 de abril de 2021, foram pagos, em maio de 2021, dividendos aos acionistas detentores do capital de JMH, no montante de €180.989 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,288 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 25 de junho de 2020, foram pagos, em julho de 2020, dividendos aos acionistas detentores do capital de JMH, no montante de €130.086 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,207 (excluindo-se as ações próprias em carteira). Adicionalmente, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 26 de novembro de 2020 a distribuição de reservas livres no montante de €86.724 milhares – correspondendo a um dividendo por ação de EUR 0,138 (excluindo-se as ações próprias em carteira), que foram pagas em dezembro de 2020.

Na sua proposta de aplicação de resultados, descrita no ponto 8 incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos acionistas a distribuição de um montante de €493.321 milhares – correspondente a um dividendo por ação de EUR 0,785 (excluindo-se as ações próprias em carteira).

18. Resultados por ação

18.1. Resultado básico e diluído por ação

| | 2021 | 2020 |
|---|--------------------|--------------------|
| Ações ordinárias emitidas no início do ano | 629.293.220 | 629.293.220 |
| Ações próprias no início do ano | (859.000) | (859.000) |
| N.º médio ponderado de ações ordinárias | 628.434.220 | 628.434.220 |
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias | 443.198 | 436.502 |
| Resultado básico e diluído por ação – euros | 0,7052 | 0,6946 |

19. Empréstimos obtidos

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outras formas de financiamento. A nota 27 proporciona informação adicional sobre a exposição da JMH aos riscos de taxa de juro.

19.1. Empréstimos correntes e não correntes

No decurso dos exercícios de 2021 e 2020 JMH não utilizou qualquer montante de empréstimo bancário ou de companhias do Grupo.

19.2. Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma companhia. Assim sendo, os plafonds não utilizados acessíveis a JMH ascendem ao montante de €98.500 milhares (2020: €114.750 milhares).

19.3. Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de €215.000 milhares (2020: €215.000 milhares), sendo a taxa de juro variável. No final de 2021 e 2020, não estava a ser utilizado qualquer montante do total contratado.

19.4. Dívida financeira líquida

| | 2021 | 2020 |
|---|------------------|------------------|
| Responsabilidades com locações não correntes (nota 6.2) | 379 | 317 |
| Responsabilidades com locações correntes (nota 6.2) | 332 | 309 |
| Depósitos à ordem (nota 16) | (433.237) | (170.579) |
| Aplicações de tesouraria (nota 16) | (20.000) | - |
| Total | (452.526) | (169.953) |

20. Provisões

| 2021 | Saldo inicial | Constituição/Reforço | Utilização/Redução | Saldo final |
|---------------------------|---------------|----------------------|--------------------|--------------|
| Outros riscos e encargos | 6.167 | 460 | - | 6.627 |
| Total de Provisões | 6.167 | 460 | - | 6.627 |

| 2020 | Saldo inicial | Constituição/ Reforço | Utilização/ Redução | Saldo final |
|---------------------------|---------------|--------------------------|------------------------|--------------|
| Outros riscos e encargos | 6.593 | 66 | (492) | 6.167 |
| Total de Provisões | 6.593 | 66 | (492) | 6.167 |

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

21. Credores, acréscimos e diferimentos

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Correntes | | |
| Subsidiárias | 2.291 | 1.161 |
| Outros credores comerciais | 1.961 | 1.620 |
| Outros credores não comerciais | 22 | 50 |
| Outros impostos a pagar | 944 | 665 |
| Acréscimos de custos | 18.240 | 15.169 |
| Proveitos diferidos | 17 | 17 |
| Total | 23.475 | 18.682 |

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de €10.776 milhares (2020: €7.328 milhares) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por €7.464 milhares (2020: €7.841 milhares) correspondentes a custos diversos (utilities, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2021, e que não foram faturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

22. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|--|----------------|----------------|
| Garantias a favor da Autoridade Tributária | 39.668 | 39.668 |
| Garantias bancárias sobre financiamentos | 122.202 | 132.309 |
| Outras garantias prestadas | 1.716 | 1.669 |
| Total | 163.586 | 173.646 |

As garantias prestadas sobre financiamentos dizem respeito a empréstimos financeiros contraídos pela subsidiária Jerónimo Martins Colombia, S.A.S.. Estas garantias serão libertadas na sequência do reembolso dos empréstimos que garantem.

23. Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes

Passivos contingentes

Encontram-se pendentes de resolução as seguintes questões materialmente relevantes, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 20):

- A Autoridade Tributária (AT) informou a JMH de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de €10.568 milhares, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela Autoridade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correção deu origem a um valor de imposto em disputa de €3.065 milhares;
- A AT reclamou de JMH o montante de €989 milhares em IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela Autoridade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da AT, pelo que já acionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A AT informou a JMH, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de €24.660 milhares, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de €6.800 milhares. Em 2019, o Tribunal Tributário de Lisboa veio pronunciar-se a favor de JMH, tendo a AT recorrido dessa decisão para tribunal superior;
- A AT liquidou, relativamente aos anos de 2016 e 2017, a JMH (enquanto sociedade que encabeça o Grupo Fiscal em que se insere o Recheio SGPS), o montante €19.964 milhares, relativos à tributação em IRC de ¼

dos resultados gerados em operações internas do Grupo fiscal, em cada um desses anos. Conforme explicado no Relatório & Contas Consolidado de 2018 (e anos anteriores), esta liquidação resulta da aplicação da norma transitória incluída no Orçamento de Estado Português de 2016 (e depois nos três Orçamentos seguintes). Com base na avaliação dos nossos advogados e consultores fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que a JMH conteste as referidas normas, pelo que, não foram constituídas quaisquer provisões para o montante liquidado.

24. Subsidiárias e outros investimentos financeiros

As participações diretas da JMH, a 31 de dezembro de 2021, são como se apresenta:

| Designação Social | Notas | Sede | % Capital detido | Fração capital detido | Ativo | Capital Próprio | Resultado |
|---|-------|------------|------------------|-----------------------|-----------|-----------------|-----------|
| PARTES DE CAPITAL EM SUBSIDIÁRIAS | | | | | | | |
| Desimo, Lda. | a) | Lisboa | 100,00 | 50 | 191 | 188 | 7 |
| Jerónimo Martins - Serviços, S.A. | a) | Lisboa | 100,00 | 50 | 11.736 | 878 | (7) |
| Jerónimo Martins Inovação, S.A. | a) | Lisboa | 100,00 | 50 | 49 | 49 | - |
| Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda. | a) | Funchal | 100,00 | 5 | 180 | 166 | (1) |
| Warta - Retail & Services Investments B.V. | a) | Amesterdão | 100,00 | 18 | 1.367.547 | 1.366.645 | 520.919 |
| Tagus - Retail & Services Investments B.V. | a) | Amesterdão | 100,00 | 18 | 423.782 | 421.535 | 23.242 |
| New World Investments B.V. | a) | Amesterdão | 100,00 | 18 | 728.085 | 728.067 | (370) |
| Origins - Agro Business Investments B.V. | a) | Amesterdão | 100,00 | 18 | 182.111 | 182.106 | (21) |
| OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS | | | | | | | |
| Epic Partners, S.A. | b) | Geneva | 8,00 | b) | b) | b) | b) |

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

b) Informação não disponível.

Em 26 de Julho de 2021, a JMH adquiriu uma participação financeira de 8%, pelo montante de 240 milhares de francos suíços (equivalente a €222 milhares), no capital da empresa Epic Partners SA, com sede em Genebra, na Suíça. Esta empresa tem como objeto social a prestação de serviços aos seus acionistas na área do retalho e bens de consumo.

25. Subsidiárias, joint ventures e associadas – participações diretas e indiretas

As companhias detidas por JMH, direta e indiretamente a 31 de dezembro de 2021, são as que constam das notas 24 e 26 do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

26. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

26.1. Transações com partes relacionadas (acionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Não ocorreram quaisquer transações entre esta e a JMH no exercício de 2021, nem se encontrando, à data de 31 de dezembro de 2021, quaisquer valores a pagar ou a receber entre elas.

26.2. Transações com outras partes relacionadas

26.2.1. Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto Holding e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo as Direções Funcionais de apoio ao Grupo as que estão descritas no Ponto 21 do Capítulo 4, relativo ao Governo Sociedade. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços ascendeu durante o exercício de 2021 a €15.901 milhares (2020: €15.529 milhares).

26.2.2. Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das companhias do Grupo é efetuada centralmente pela Direção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome e por conta das companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2021 a €1.285 milhares (2020: €1.446 milhares).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como o planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2021 a €463 milhares (2020: €422 milhares).

26.2.3. Arrendamento de imóveis

JMH exerce a sua atividade em instalações arrendadas a companhias do Grupo, tendo suportado custos em 2021 no montante de €860 milhares (2020: €499 milhares).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2021 no montante de €201 milhares (2020: €201 milhares).

26.2.4. Operações de tesouraria (empréstimos correntes)

JMH concedeu operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2021 no montante de €1.565 milhares (2020: €1.867 milhares).

26.2.5. Custos com pessoal

Sendo um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2021 com serviços prestados pelo pessoal cedido por outras companhias foi de €14.574 milhares (2020: €7.386 milhares).

26.2.6. Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2021

| Designação Social | Empréstimos concedidos correntes | Empréstimos concedidos não correntes | Contas a receber e acréscimos de proveitos | Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos |
|---|----------------------------------|--------------------------------------|--|---|
| Empresas subsidiárias | | | | |
| Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A. | 9.200 | - | 19 | 66 |
| Desimo, Lda. | - | - | 2 | - |
| Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A. | - | - | 1 | 10 |
| Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda. | - | 170 | - | - |
| Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A. | - | - | 2 | - |
| Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A. | - | - | 1.131 | - |
| Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A. | - | - | 49 | 600 |
| Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A. | 7.825 | - | 76 | 182 |
| Jeronimo Martins Colombia, S.A.S. | - | - | 9 | - |
| Jeronimo Martins Polska S.A. | - | - | 2.047 | 107 |
| Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. | 6.360 | - | 21 | - |
| Jerónimo Martins - Serviços, S.A. | - | - | 233 | 5.275 |
| JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A. | 21.815 | - | 102 | - |
| JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A. | - | - | 144 | 114 |
| João Gomes Camacho, S.A. | - | - | 375 | 3 |
| Larantigo - Sociedade de Construções, S.A. | - | - | - | 41 |
| Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A. | - | - | 1 | - |
| Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A. | - | - | - | 3 |
| Masterchef, S.A. | - | - | - | 11 |
| New World Investments B.V. | - | 730.450 | - | - |
| Origins - Agro Business Investments B.V. | - | 182.245 | - | - |
| Ovinos da Tapada - Agropecuária, Lda. | - | - | 1 | - |
| Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. | - | - | 1.719 | 346 |
| Recheio - Cash & Carry, S.A. | - | - | 4.156 | 88 |
| Recheio Masterchef, Lda. | - | - | 8 | 581 |
| Recheio, SGPS, S.A. | - | - | 272 | - |
| Santa Maria Manuela Turismo, S.A. | - | - | 15 | - |
| Seaculture - Aquicultura, S.A. | 1.140 | - | 3 | - |
| Terra Alegre - Lactícínios, S.A. | 9.330 | - | 34 | 2 |
| Warta - Retail & Services Investments B.V. | - | 843.480 | - | - |
| Subtotal | 55.670 | 1.756.345 | 10.420 | 7.429 |
| Outras entidades relacionadas | | | | |
| Unilever Fima, Lda | - | - | - | 23 |
| Subtotal | - | - | - | 23 |
| Total | 55.670 | 1.756.345 | 10.420 | 7.452 |

26.2.7. Saldos em aberto em 31 de dezembro de 2020

| Designação Social | Empréstimos concedidos correntes | Empréstimos concedidos não correntes | Contas a receber e acréscimos de proveitos | Contas a pagar, rendimentos a reconhecer e acréscimos de custos |
|---|----------------------------------|--------------------------------------|--|---|
| Empresas subsidiárias | | | | |
| Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A. | 9.080 | - | 20 | 98 |
| Desimo, Lda. | - | - | 4 | - |
| Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda. | - | 170 | - | - |
| Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A. | - | - | 5 | 1 |
| Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A. | - | - | 1.044 | - |
| Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A. | - | - | 37 | 37 |
| Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A. | 3.335 | - | 73 | 1 |
| Jeronimo Martins Colombia, S.A.S. | - | - | 13 | - |
| Jeronimo Martins Drogerie i Famacja Sp. z o.o. | - | - | 7 | - |
| Jeronimo Martins Polska S.A. | - | - | 2.289 | 17 |
| Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. | 5.095 | - | 24 | 1 |
| Jerónimo Martins - Serviços, S.A. | - | - | 3 | 2.029 |
| JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A. | 132.220 | - | 227 | - |
| JMR - Prestação Serviços para a Distribuição, S.A. | - | - | 99 | 71 |
| João Gomes Camacho, S.A. | - | - | 115 | - |
| Larantigo - Sociedade de Construções, S.A. | - | - | - | 41 |
| Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A. | - | - | 1 | - |
| Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A. | - | - | 21 | - |
| Masterchef, S.A. | - | - | - | 10 |
| New World Investments B.V. | - | 645.950 | - | - |
| Origins - Agro Business Investments B.V. | - | 139.195 | - | - |
| Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. | - | - | 932 | 50 |
| Recheio - Cash & Carry, S.A. | - | - | 1.435 | 23 |
| Recheio Masterchef, Lda. | - | - | 2 | 750 |
| Recheio, SGPS, S.A. | 33.525 | - | 285 | - |
| Santa Maria Manuela Turismo, S.A. | - | - | 16 | - |
| Seaculture - Aquicultura, S.A. | 150 | - | 5 | - |
| Tagus - Retail & Services Investments B.V. | - | 1.950 | - | 2 |
| Terra Alegre - Lactícínios, S.A. | 13.770 | - | 57 | - |
| Warta - Retail & Services Investments B.V. | - | 886.780 | 6 | - |
| Subtotal | 197.175 | 1.674.045 | 6.721 | 3.131 |
| Outras entidades relacionadas | | | | |
| Marismar Aquicultura Marinha S.A. | - | - | 3 | - |
| Soc. Francisco Manuel Santos SGPS, S.E. | - | - | 7 | - |
| Unilever Fima, Lda | - | - | - | 45 |
| Subtotal | - | - | 10 | 45 |
| Total | 197.175 | 1.674.045 | 6.731 | 3.176 |

26.2.8. Remunerações dos Administradores

| | 2021 | 2020 |
|--------------------|---------------|--------------|
| Salários e prémios | 1.604 | 1.478 |
| Plano de pensões | 9.915 | 477 |
| Total | 11.519 | 1.955 |

O Conselho de Administração de JMH é composto por dez elementos. As remunerações apresentadas incluem também os montantes pagos aos membros que, fazendo parte do Conselho de Administração, que exercem funções na Comissão de Auditoria, que no ano ascenderam a €60 milhares (2020: €60 milhares).

O aumento da remuneração no plano de pensões resulta essencialmente da uma contribuição extraordinária efetuada para este plano na sequência de uma decisão da Comissão de Vencimentos, que se encontra explicada no ponto 77 do Capítulo 4, relativo ao Governo da Sociedade.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no capítulo relativo ao Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 5.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

27. Riscos financeiros

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos de taxa de juro), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da JMH. A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

27.1. Risco de taxa de juro

Todos os passivos financeiros estão, de forma direta ou indireta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMH a risco de *cash flow*. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe JMH a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

27.2. Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMH seleciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

| Instituições financeiras | Rating | 2021 | 2020 |
|--------------------------|---------------|----------------|----------------|
| Standard & Poor's | [A+ : AA] | 17 | 17 |
| Standard & Poor's | [BBB+ : A] | 50.107 | 56.675 |
| Standard & Poor's | [BB+ : BBB] | 248.841 | 56.589 |
| Standard & Poor's | [B+ : BB] | 11.213 | 242 |
| Moody's | [Caa2 : Caa1] | 32 | 41 |
| Fitch | [A- : A+] | 142.937 | 56.913 |
| Fitch | [BB+ : BBB] | 90 | 102 |
| Total | | 453.237 | 170.579 |

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Standard & Poor's, pela Moody's e pela Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o respetivo valor de balanço dos ativos financeiros.

27.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das atividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à atividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de *spreads* de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo, realizado diariamente, tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

| Exposição ao risco de liquidez | | | |
|--------------------------------|----------------|------------|-------------|
| 2021 | Menos de 1 ano | 1 a 5 anos | Mais 5 anos |
| Empréstimos obtidos | | | |
| Papel comercial | 11 | - | - |
| Credores | 4.274 | - | - |
| Responsabilidades com locações | 332 | 384 | - |
| Total | 4.617 | 384 | - |

| Exposição ao risco de liquidez | | | |
|--------------------------------|----------------|------------|-------------|
| 2020 | Menos de 1 ano | 1 a 5 anos | Mais 5 anos |
| Empréstimos obtidos | | | |
| Papel comercial | 13 | 12 | - |
| Credores | 2.831 | - | - |
| Responsabilidades com locações | 318 | 324 | - |
| Total | 3.162 | 336 | - |

Os fluxos de caixa apresentados para os programas de papel comercial incluem despesas fixas incorridas com estes programas, independentemente de estarem a ser utilizados ou não.

28. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem refletidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2021 foi de €101 milhares, que correspondem na sua totalidade a serviços de revisão legal de contas;
- A nota 26 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade;
- Durante os exercícios de 2019 e 2020, a Companhia suportou despesas com Investigação e Desenvolvimento ("I&D"), as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de consideração no Sistema de Incentivos Fiscais em I&D Empresarial II ("SIFIDE II"), previsto na legislação aplicável.

Neste sentido, relativamente ao exercício de 2019, foi emitida a respetiva decisão final, por parte da Comissão Técnica com competência delegada pela Agência Nacional de Inovação, S.A. ("Comissão Técnica"), relativa à atribuição de um crédito fiscal, decorrente de atividades de I&D efetuadas naquele exercício, no montante de €349 milhares (investimento total elegível de €537 milhares constituído por despesas com recursos humanos num montante de €367 milhares e por despesas de funcionamento que ascenderam a €170 milhares).

Relativamente ao exercício de 2020, ainda se aguarda a decisão por parte da Comissão Técnica, sendo que o investimento conexo com as atividades de I&D efetuadas no exercício correspondeu a um crédito fiscal solicitado no montante de €506 milhares (investimento total elegível de €890 milhares constituído por despesas com recursos humanos num montante de €631 milhares e por despesas de funcionamento que ascenderam a €259 milhares).

Por último, atentos os investimentos realizados em 2021 nesta área, em particular, a Companhia está igualmente a realizar ações que permitam apresentar às entidades competentes uma candidatura ao SIFIDE II, no prazo legalmente estipulado.

29. Eventos subsequentes à data do balanço

✓ Políticas contabilísticas

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Jerónimo Martins tem acompanhado a evolução dos acontecimentos ocorridos após 24 de fevereiro de 2022, com o início do conflito militar desencadeado pela invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa. Esta situação originou uma incerteza acrescida sobre a evolução das economias e dos mercados financeiros a nível mundial, não sendo possível, à data, estimar os potenciais efeitos futuros nas operações do Grupo, tal como descrito no ponto 4. Perspetivas para os Negócios de Jerónimo Martins, do capítulo 2 - Relatório de Gestão.

O Grupo encontra-se atento ao evoluir do conflito, tomando as medidas consideradas adequadas a cada momento, não tendo sido identificados, a esta data, quaisquer impactos materiais que devessem originar alterações às suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2021.

Lisboa, 8 de março de 2022

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 3.001.485 milhares de euros e um total de capital próprio de 2.956.891 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 443.198 milhares de euros), a Demonstração dos Resultados por Funções, a Demonstração dos Rendimentos Integrais, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Partes de capital e Empréstimos a subsidiárias

| Descrição dos riscos de distorção material mais significativos | Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos |
|--|--|
| <p>O montante total de investimento em Partes de capital e Empréstimos a Subsidiárias registado nas demonstrações financeiras individuais de Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. ascende, a 31 de dezembro de 2021, a 2.421.383 milhares de euros.</p> <p>Tal como divulgado na Nota 2.3 às demonstrações financeiras, os investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias são registados inicialmente ao custo e analisados, à data de cada balanço, de forma a detetar a existência de indicadores de possíveis perdas por imparidade.</p> <p>Se forem identificados indicadores, o valor recuperável do ativo é testado pela Gestão, utilizando um modelo de fluxos de caixa descontados. Os dados das avaliações para cálculo do valor de uso são suportados por desempenhos passados e por expectativas de desenvolvimento do mercado para cada um dos investimentos, baseado em projeções de fluxos de caixa descontados, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Pela relevância dos montantes envolvidos, assim como pela complexidade e julgamento inerentes ao modelo adotado para a avaliação de imparidade, consideramos que a valorização dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias constituiu uma Matéria Relevante de Auditoria.</p> | <p>A nossa abordagem incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Procedemos ao entendimento e avaliação dos processos de monitorização e controlo dos investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias; ▶ Obtivemos os testes de imparidade preparados pela Gestão, relativamente aos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, e confirmação dos pressupostos utilizados com base nos planos de negócio que foram aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo; ▶ Estivemos envolvidos na avaliação dos principais litígios e contingências fiscais e legais existentes nas entidades participadas por Jerónimo Martins, SGPS; ▶ Analisámos, com o apoio de especialistas internos, os pressupostos e metodologias utilizados pela Gestão, nomeadamente o modelo utilizado para teste de imparidade, as taxas de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade; ▶ Efetuámos procedimentos substantivos para avaliar a existência de indícios de imparidade nos Investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias, nomeadamente comparando os Capitais Próprios das subsidiárias, ou o valor de uso calculado de acordo com os modelos preparados pela Gestão, com o seu valor contabilístico; e ▶ Revimos os montantes de perdas por imparidade reconhecidas pela Entidade relativamente a investimentos em Partes de Capital e Empréstimos a Subsidiárias e avaliámos a sua razoabilidade. <p>Verificámos também a adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.</p> |

Responsabilidades do órgão de gestão e da Comissão de Auditoria pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, Relatório de Governo Societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

A Comissão de Auditoria é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo à Comissão de Auditoria, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos à Comissão de Auditoria que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no Relatório de Gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que Entidade incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu Relatório de Governo Societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 06 de abril de 2017 para o mandato em curso correspondente aos exercícios de 2017 a 2018, e nomeados para o mandato de 2019 a 2021 na assembleia geral de acionistas realizada em 11 de abril de 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos à Comissão de Auditoria da Entidade em 8 de março de 2022; e

- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria;

Lisboa, 17 de março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC n.º 896)
Registado na CMVM com o n.º 20160515

**Jerónimo
Martins**



GOVERNO DA SOCIEDADE

Governo da Sociedade

| | |
|--|-----|
| Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade..... | 169 |
| Secção A - Estrutura Acionista | 169 |
| Subsecção I - Estrutura de Capital..... | 169 |
| Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas | 171 |
| Secção B - Órgãos Sociais e Comissões | 173 |
| Subsecção I - Assembleia Geral..... | 173 |
| A. Composição da Mesa da Assembleia Geral | 173 |
| B. Exercício do Direito de Voto..... | 173 |
| Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração) | 175 |
| A. Composição | 175 |
| B. Funcionamento..... | 191 |
| C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado | 194 |
| Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria)..... | 196 |
| A. Composição..... | 196 |
| B. Funcionamento..... | 198 |
| C. Competências e Funções..... | 199 |
| Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas | 199 |
| Subsecção V - Auditor Externo..... | 200 |
| Secção C - Organização Interna | 202 |
| Subsecção I - Estatutos | 202 |
| Subsecção II - Comunicação de Irregularidades | 202 |
| Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos..... | 203 |
| Subsecção IV - Apoio ao Investidor | 209 |
| Subsecção V - Sítio de Internet | 211 |
| Secção D - Remunerações..... | 213 |
| Subsecção I - Competência para a Determinação | 213 |
| Subsecção II - Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos | 213 |
| Subsecção III - Estrutura das Remunerações | 214 |
| Subsecção IV - Divulgação das Remunerações | 219 |
| Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias | 223 |
| Subsecção VI - Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“Stock Options”) | 224 |
| Secção E - Transações com Partes Relacionadas | 225 |
| Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo | 225 |
| Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios..... | 227 |
| Parte II – Avaliação do Governo Societário..... | 228 |
| 1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado | 228 |
| 2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado | 228 |
| 3. Outras Informações..... | 236 |

Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade

Secção A - Estrutura Acionista

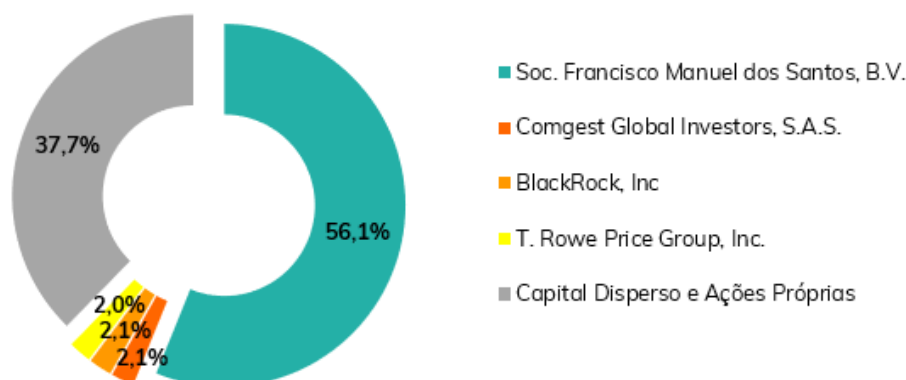
Subsecção I - Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Ações, Distribuição do Capital Pelos Acionistas, etc.), Incluindo Indicação das Ações Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Ações, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte ações, no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as ações são ordinárias, não existem diferentes categorias de ações, estando todas as ações admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de dezembro de 2021*:



* De acordo com as últimas comunicações efetuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data assumindo-se, salvo informação disponibilizada em contrário ao emitente, que o número de ações detidas é igual ao número de direitos de voto detidos. Ver ponto 7.

2. Restrições à Transmissibilidade das Ações, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Ações (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. b) CVM)

As ações de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respetiva transmissibilidade.

3. Número de Ações Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Ações Próprias (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil ações próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por ação (preço ajustado pela renominalização do capital social), e representativas de 0,14% deste, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem Em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respetivos, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriadamente Prejudicial Para a Sociedade, Exceto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Suscetíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Acionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Acionistas

Não foram adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de Administração e que sejam suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efetuada à Sociedade, em 2 de janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às ações de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objeto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*]”.

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2015 para “Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.”.

Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Coletivas que, Direta ou Indiretamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art.º 29.º-H, n.º 1, als. c) e d) CVM e Art.º 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º CVM, na redação que se encontrava em vigor a 31 de dezembro de 2021, com base na totalidade das ações de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º CVM, a 31 de dezembro de 2021, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de dezembro de 2021*

(De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

| Acionista | N.º de Ações detidas | % Capital | N.º Direitos de Voto | % dos Direitos de Voto |
|--|----------------------|-----------|----------------------|------------------------|
| Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V. | 353.260.814 | 56,14% | 353.260.814 | 56,14% |
| Comgest Global Investors, S.A.S. | 12.983.594 | 2,06% | 12.983.594 | 2,06% |
| BlackRock, Inc | 12.947.912 | 2,06% | 12.947.912 | 2,06% |
| T. Rowe Price Group, Inc. Através de T. Rowe Price International Ltd | 12.821.174 | 2,04% | 12.694.305 | 2,02% |

* Fonte: Últimas comunicações efetuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

8. Indicação Sobre o Número de Ações e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Art.º 447.º CSC)

Conselho de Administração

| Membros do Conselho de Administração | Posição em 31.12.20 | | Acréscimos no exercício | | Diminuições no exercício | | Posição em 31.12.21 | |
|---|---------------------|------------|-------------------------|------------|--------------------------|------------|---------------------|------------|
| | Ações | Obrigações | Ações | Obrigações | Ações | Obrigações | Ações | Obrigações |
| Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos | 274.805 | - | - | - | - | - | 274.805 | - |
| Andrzej Szlęzak | - | - | - | - | - | - | - | - |
| António Pedro de Carvalho Viana-Baptista | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Artur Stefan Kirsten | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹ | 353.260.814 | - | - | - | - | - | 353.260.814 | - |
| Clara Christina Streit | 800 | - | - | - | - | - | 800 | - |
| Elizabeth Ann Bastoni | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Francisco Manuel Seixas da Costa | - | - | - | - | - | - | - | - |
| José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos | 20.509 | - | - | - | - | - | 20.509 | - |
| Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Art.º 447.º C.S.C.) ¹ | 353.260.814 | - | - | - | - | - | 353.260.814 | - |
| María Ángela Holguín Cuéllar | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Sérgio Tavares Rebelo | - | - | - | - | - | - | - | - |

¹ Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver ponto 20.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A. confirmou não deter quaisquer ações ou obrigações, em 31 de dezembro de 2021, e não ter realizado, durante 2021, transações com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral de acionistas.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B - Órgãos Sociais e Comissões

Subsecção I - Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respetivo Mandato (Início e Fim)

No dia 11 de abril de 2019 foram eleitos, para o triénio 2019-2021, Abel Bernardino Teixeira Mesquita e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respetivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Ações, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das ações e da livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de Administração.

Assim, o Art.º 24.º dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada ação corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a acionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe nenhuma regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de ações.

De acordo com o Art.º 26.º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Art.º 23.º dos Estatutos da Sociedade, puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os acionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de ações da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao respetivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respetivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de ações registadas em nome do referido acionista na Data de Registo.

Participação em Assembleia Geral à Distância

A Sociedade implementou meios adequados para a participação dos seus acionistas na Assembleia Geral à distância, registando-se a realização de uma Assembleia Geral da Sociedade em 2021, a qual teve lugar exclusivamente por meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do Art.º 377.º CSC,

considerando a situação pandémica causada pela doença Covid-19, e tendo em atenção quanto se encontra disposto nas “Recomendações no âmbito da realização de Assembleias Gerais” publicadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 20 de março de 2020, as quais, nos termos da Circular Anual Emitentes/2021 da CMVM deveriam ainda ser tomadas em particular consideração.

Os acionistas que declararam querer participar na reunião da Assembleia Geral, tiveram que indicar um endereço eletrónico, para onde a Sociedade remeteu a ligação (“link”) para a sessão telemática em causa, e um código individual de participação do acionista, o qual serviu para complementar a sua identificação no início da reunião.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Art.º 25.º dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do acionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a receção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Eletrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização de meios informáticos potencia o exercício dos direitos dos acionistas e, nesse sentido, adota, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios eletrónicos nas Assembleias Gerais, tendo introduzido algumas alterações em 2020 nos procedimentos que, para o efeito, vinha a implementar, tendo tais procedimentos sido divulgados nas convocatórias emitidas e no seu sítio institucional na internet.

Assim, os acionistas que pretenderam exercer o seu direito de voto por esta via tiveram que o manifestar, em devido tempo, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através do endereço eletrónico assembleiageral@jeronimo-martins.com. Na referida manifestação de interesse, os acionistas tiveram que indicar um endereço de correio eletrónico, para o qual, subsequentemente, foi enviado um código identificador a referir na mensagem de correio eletrónico, com que o acionista pôde exercer o seu direito de voto.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Acionista ou Por Acionistas Que Com Aquele Se Encontrem em Alguma das Relações do n.º 1 do Art.º 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Acionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adotado

A Sociedade adotou o modelo de governo Anglo-Saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Art.º 278.º CSC em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. h) CVM). Política de Diversidade.

O Art.º 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Art.º 12.º do Pacto Social, sendo presidido pelo respetivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Art.º 9.º do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do Art.º 289.º CSC, as propostas para a eleição dos Administradores (e demais órgãos sociais) indicaram as qualificações profissionais e as atividades profissionais exercidas, nos últimos cinco anos, das pessoas cuja eleição foi proposta pelos acionistas da Sociedade. Tais elementos constituíram fundamentação suficiente a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo, à função a desempenhar pelos referidos candidatos.

Política de Diversidade

No ordenamento jurídico-societário português cabe exclusivamente aos acionistas a competência para selecionar e designar ou eleger os membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades comerciais.

Assim sendo, uma vez que os acionistas não se confundem com a Sociedade, não se afigura que a esta seja juridicamente possível definir ou aplicar uma política de diversidade nos moldes previstos na al. r), do n.º 1, do Art.º 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, e que se manteve em vigor no período em análise.

Isto não significa, porém, que na seleção dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade (respetivamente, Conselho de Administração e Comissão de Auditoria), os acionistas não tenham vindo a aplicar critérios de diversidade que procuram combinar os atributos individuais de cada um dos membros, como a independência, a integridade, a experiência e a competência, com as especificidades da Sociedade, designadamente o seu modelo de governo, a sua dimensão, a sua estrutura acionista e o seu modelo de negócio.

Pode-se mesmo continuar a afirmar que, na atual composição do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, os acionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, conforme se pode verificar do ponto 1.3.1. do Capítulo 1, e dos pontos 17 a 19, e 26 do Capítulo 4 deste Relatório.

Neste particular é ainda importante referir o Plano para a Igualdade (de género) 2021-2022, divulgado pela Sociedade e que poderá ser consultado no respetivo website, onde se encontram definidos, nomeadamente, os objetivos a prosseguir pela Sociedade a este respeito, quais as medidas concretas a implementar, quem é responsável pela sua implementação, e quais os indicadores a serem utilizados para mensuração do respetivo atingimento.

A Sociedade tem, assim, por adotados os aludidos critérios e requisitos de diversidade através da sua enunciação no presente documento, e da sua aprovação por parte do Conselho de Administração e pelos seus acionistas.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2021, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando atualmente com dez membros efetivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 11 de abril de 2019 para o triénio 2019-2021:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de março de 1995
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

Andrzej Szlęzak

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 9 de abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-executivo
- Primeira designação em 9 de abril de 2010 (cessação de mandato em fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

Clara Christina Streit

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 9 de abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

Elizabeth Ann Bastoni

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

José Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-executivo, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., nos termos do n.º 4 do Artigo 390.º C.S.C.
- Primeira designação em 31 de março de 1995 (cessação de mandato em 29 de junho de 2001)
- Nova designação em 15 de abril de 2004 (cessação de mandato em 9 de abril de 2015)
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

María Ángela Holguín Cuéllar

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-executivo independente
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

18. Distinção dos Membros Executivos e Não-Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não-Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-executivos e de Administradores independentes a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efetuada supra, no n.º 17, para onde se remete, a respetiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, a contrario sensu, Administradores Não-executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-executivos, em particular Administradores independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa ótica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus acionistas e restantes stakeholders, o que assegura uma efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

Como se retira do n.º 17., o número de Administradores Não-executivos da Sociedade é atualmente de 9, o qual a Sociedade reputa de adequado considerando os termos em que, como descrito no n.º 21. infra, se encontra efetuada a delegação de poderes a favor do Administrador-Delegado, a implementação de uma estrutura de apoio ao mesmo, e a instituição de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos, os quais permitem assegurar com eficiência as funções que se lhes encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os administradores respondam perante todos os acionistas por igual, a independência da atuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de administradores independentes.

De acordo com as Recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018 revisto em 2020), doravante referidas como “Recomendações IPCG 2020”, e atendendo ao disposto na recomendação III.4, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita pelo órgão de administração, são considerados Administradores independentes António Viana Baptista, Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni, Francisco Seixas da Costa, María Ángela Holguín Cuéllar e Sérgio Rebelo.

De notar que os Administradores Clara Christina Streit, Elizabeth Ann Bastoni e Sérgio Rebelo são igualmente membros da Comissão de Auditoria, ficando, assim, sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Art.º 414.º CSC, os quais são cumpridos. Qualquer dos membros da Comissão de Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Art.º 414.º-A, n.º 1 CSC com exceção da prevista na alínea b).

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de seis, de entre um total de dez Administradores, afigura-se cumprida a recomendação III.4 (Recomendações IPCG 2020).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, ingressou, em 1983, na Direção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o departamento de Vendas e Marketing da Iglo/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Diretor-Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Diretor-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001, passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de dezembro de 2013.

Andrzej Szlęzak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Universidade Adam Mickiewicz em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na *Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter)* em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento ("Habilitation Doctor") em Direito, em 1985 e 1992, respetivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de professor da Universidade Adam Mickiewicz (Faculdade de Direito) que exerceu até 1996. Atualmente é professor na Escola de Ciências Sociais e Humanidades de Varsóvia. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlęzak (SK&S), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio sénior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transações de privatização e reestruturação em diversos setores da economia polaca (principalmente em projetos de M&A, societário e *greenfield*). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo atualmente funções de Vice-presidente do Conselho de Arbitragem deste tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante o Tribunal Internacional de Arbitragem em Paris e em processos *ad hoc* conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de Direito Civil, Comercial e Arbitragem. É Administrador Não-executivo da Sociedade, desde 10 de abril de 2013.

António Viana-Baptista tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (*Principal Partner*) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de administrador no Banco Português de Investimento. Entre 1998 e 2002, foi Chairman e CEO da Telefónica Internacional. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (Chairman & CEO) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro não-executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se atualmente como consultor desta instituição. É Administrador Não-executivo da Semapa, SGPS, S.A. e da Atento, S.A., acumulando também funções de administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL. Foi membro da Comissão de Auditoria da Sociedade nos mandatos 2010-2012, e 2013-2015. É Administrador Não-executivo da Sociedade desde 9 de abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, leciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001, foi nomeado Professor Catedrático na Westfaelische University em Gelsenkirchen. Foi, entre 2011 e 2018, Diretor Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE") onde desempenhou igualmente funções como membro do Conselho de Gestão desde 1 de janeiro de 2011. Atualmente, desempenha funções como administrador não executivo em várias sociedades e é cofundador da Monarch, uma empresa britânica/alemã de serviços especializados. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre abril de 2010 e fevereiro de 2011 e é atualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, e como Diretor Financeiro (CFO) da Metro AG e da ThyssenKrupp AG na Alemanha. É Administrador Não-executivo da Sociedade, desde 9 de abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. De 2013 a 2017, assumiu funções como membro do Conselho de Supervisão e Presidente da Comissão de Nomeações da companhia de seguros holandesa Delta Lloyd N.V.. É Administradora e membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da Vontobel Holding AG. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Entre maio de 2015 e abril de 2018 assumiu funções como membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão. Desempenha funções no NN Group, N.V. desde 2017, como membro do Conselho de Supervisão, do Comité de Risco, e do Comité de Nomeações e Corporate Governance (cessou funções neste Comité em 2021), tendo passado a integrar, em 2021, o Comité de Remunerações. Em 2019, foi nomeada membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG, desempenhando atualmente funções na Comissão de Nomeações. É Administradora Não-executiva da Sociedade, desde 9 de abril de 2015.

Elizabeth Ann Bastoni tem nacionalidade norte-americana, possui um bacharelato em artes pelo Providence College e uma licenciatura em Literatura da Civilização Francesa da Universidade de Sorbonne, em Paris. Iniciou a sua carreira em Paris em 1989 na KPMG em Prática Tributária Internacional onde desempenhou vários cargos, incluindo o de Senior Manager em Business Development. Entre 1998 e 2003, foi Responsável Global de Remunerações, Benefícios e Programas para Expatriados na Lyonnaise des Eaux a nível global. Antes de se juntar à The Coca-Cola Company em 2015, ocupou cargos diretivos na área de RH do Grupo Thales, com sede em Paris. Da The Coca-Cola Company transitou para a Carlson, onde desempenhou funções como Responsável de Recursos Humanos e Comunicação. Foi membro do Conselho de Administração da Carlson Wagonlit Travel e Administradora Não-Executiva do Grupo Rezidor Hotel desde 2011. É Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC, Administradora da Société BIC, Presidente do Conselho de Administração da Limeade, Inc. e Presidente da Comissão de Remunerações e Nomeações da Limeade Inc. Foi Presidente da Comissão de Vencimentos do Grupo Jerónimo Martins entre 2016 e 2018. É Administradora Não-Executiva da Sociedade desde 11 de abril de 2019.

Francisco Seixas da Costa tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris. Foi membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A.. Desde 2014, é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em abril de 2016, foi eleito administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis e, em 2017, foi nomeado membro do Conselho Geral Independente da RTP – Rádio e Televisão de Portugal, S.A. É Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A. e do Conselho Assessor da Kearney Portugal. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-executivo da Sociedade, desde 10 de abril de 2013.

José Soares dos Santos, de nacionalidade portuguesa, é licenciado em Biologia Marinha pela Universidade Clássica de Lisboa em 1986, com formação executiva no IMD (1995) e em Harvard (1997), é também membro alumni de Stanford (2000). É membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos SGPS, S.E., desde 2001, e Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., desde a sua fundação. Foi membro do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., de 1995 a 2001 e de 2004 a 2015. É Presidente da Unilever Fima, Lda., da Gallo Worldwide, Lda. e da JMDB Representação e Distribuição de Marcas Lda., desde 1995. É

Administrador Executivo e Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos, desde 2009. É Presidente do Oceanário de Lisboa, S.A. desde setembro de 2015, e Presidente do Conselho de Curadores e Conselho de Administração da Fundação Oceano Azul, desde dezembro de 2016. É Presidente da Movendo Capital B.V., desde 2017. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, nomeado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., desde 11 de abril de 2019.

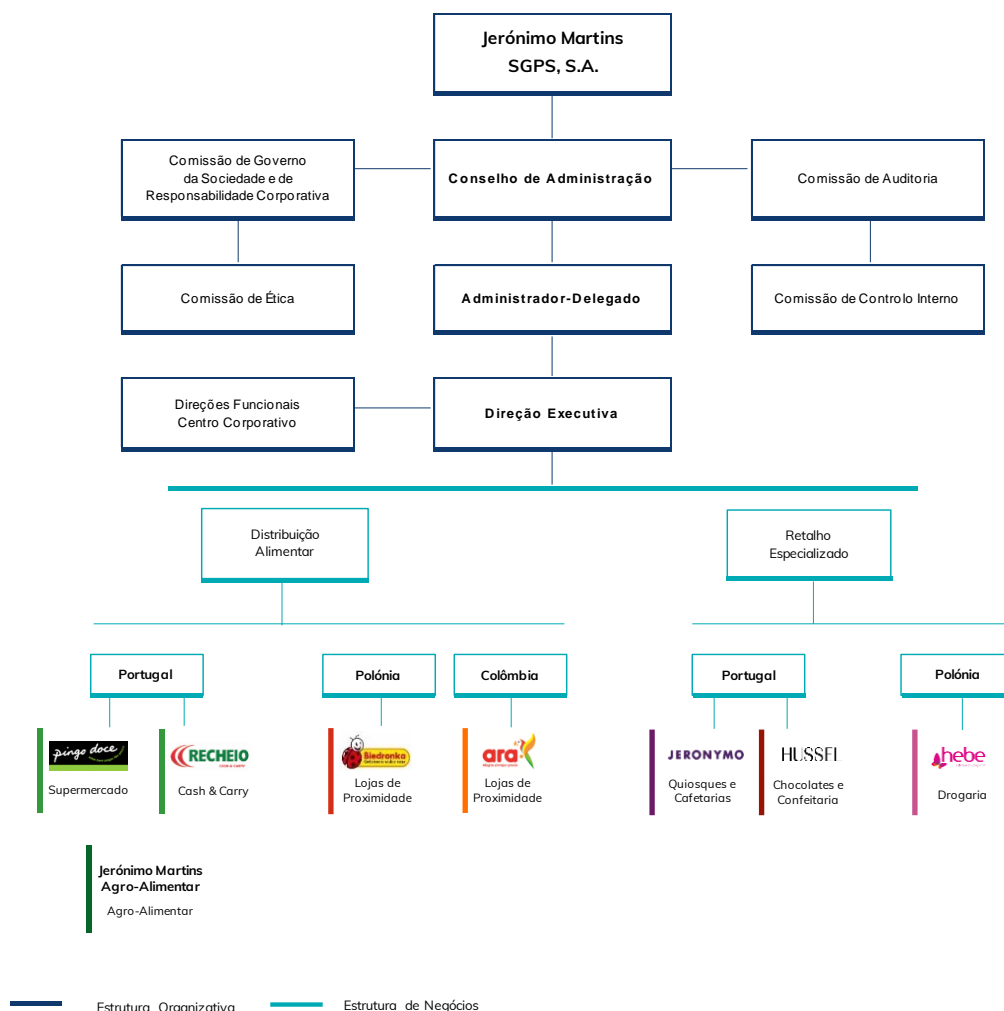
María Ángela Holguín Cuéllar tem nacionalidade colombiana, é licenciada em Ciências Políticas pela Universidade de los Andes. Possui ainda uma especialização em Administração e Gestão Pública pela mesma universidade e uma especialização em Diplomacia e Estratégia do Centre d' Études Diplomatiques et Stratégie. Nas últimas duas décadas de experiência no sector público e privado ocupou cargos importantes no Governo colombiano, incluindo na Presidência da República, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Gabinete do Procurador-Geral da Colômbia. Como parte da sua vasta experiência profissional no campo das relações diplomáticas, ocupou, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros da Colômbia (2010-2018) e vice-ministra (1998), Embaixadora e Representante Permanente das Nações Unidas (2004-2006) e embaixadora da Colômbia na Venezuela (2002-2004). Desempenhou igualmente o cargo de Diretora Regional para a América Latina da Worldview International Foundation (2000-2002) e de Representante na Argentina do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina (2008-2010). Para além disso, foi coordenadora para a Colômbia na IADB Assembly e na Inter-American Investment Corporation (1997), e Diretora Executiva da Conferência Regional para a Infância na América Latina (1997). É membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V. (sociedade que integra o Grupo). É Administradora Não-executiva da Sociedade desde 11 de abril de 2019.

Sérgio Tavares Rebelo tem nacionalidade portuguesa, é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um M.Sc. em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem como um M.A. e um Ph.D. em Economia pela Universidade de Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como Assistant Professor of Finance na Northwestern University, passando a Associated Professor of Finance, em 1991. Entre 1992 e 1997, é Associated Professor do Department of Economics da University of Rochester e, desde julho de 1997, é Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance, na Kellogg School of Management, da Northwestern University. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde abril de 2012, é Membro do Advisory Council to the Global Markets Institute na Goldman Sachs e, entre 2015 e 2018, assumiu funções como Administrador Não-executivo da Integrated DNA Technologies. É atualmente Presidente da Comissão de Auditoria da Sociedade. É Administrador Não-executivo da Sociedade, desde 10 de abril de 2013.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Acionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

| Membro do Órgão de Administração | Tipo de Relação | Titular de Participação Qualificada |
|----------------------------------|----------------------|---|
| Artur Stefan Kirsten | Administrador | Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V. |
| José Soares dos Santos | Presidente Executivo | Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V. |

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direção das respetivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não-executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- gerir os negócios sociais e efetivar as operações relativas ao objeto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer ações, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;
- contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes, sempre até ao

- montante de cinquenta milhões de euros e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;
- d. decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas ações, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;
 - e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo ações, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de cinquenta milhões de euros ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
 - f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo ações, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de cinquenta milhões de euros, ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovado pelo Conselho de Administração;
 - g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) supra, para preenchimento de cargos nos respetivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
 - h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, *maxime* no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
 - i. aprovar os planos de expansão respeitantes às atividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
 - j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
 - k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de atividades, de investimentos e projeções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respetiva rubrica constante desses Planos.

Em 2021, manteve-se em funções a Direção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29., tem como objetivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objeto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respetivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a atividade deste último.

Para além dos poderes delegados, cabe ainda ao Administrador-Delegado: submeter ao Conselho de Administração, para deliberação, os planos consolidados de médio e longo prazo do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram, acompanhados do seu parecer, incluindo planos de atividades, de investimentos e projeções financeiras a três anos ("planos de médio e longo prazo"); os orçamentos, incluindo as metas financeiras do exercício seguinte, do Grupo Jerónimo Martins e das áreas de negócio que o integram; dos documentos de prestação de contas e os resultados consolidados do Grupo Jerónimo Martins e de cada uma das áreas de negócio que o integram; a realização de investimentos não abrangidos pela delegação de poderes.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Art.º 407.º CSC.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efetivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à atividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-executivos entendam necessários. Em 2021, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade.

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Art.º 407.º, n.º 8 CSC, pela vigilância sobre a atuação da Comissão Executiva ou dos Administradores-Delegados e, bem assim, pelos prejuízos causados por atos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais atos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A atividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, os Administradores-Delegados ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Art.º 407.º, n.ºs 1 e 2 CSC, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;
- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respetivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respetiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões Especializadas, de grupos de trabalho ou de órgãos societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda definitiva dos trabalhos e a respetiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das atas da Direção Executiva, bem como de quaisquer atas dos órgãos sociais ou das comissões especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões dos Administradores-Delegados.

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objetivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de direções funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao centro corporativo e de prestação de serviços às áreas operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em dois segmentos de negócio: i) Distribuição Alimentar e ii) Retalho Especializado, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição – Alimentar e o Retalho Especializado - estão, por sua vez, organizados por áreas geográficas e áreas operacionais (estas com diferentes insígnias e formatos). A Sociedade tem ainda operações na área agroalimentar que servem, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, com destaque para Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direções Funcionais da *Holding*

À *Holding* cabe:

- i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo;
- ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objetivos globais;
- iii. a definição de políticas financeiras e o respetivo controlo;
- iv. a definição de políticas de recursos humanos, assumindo diretamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros.

As direções funcionais da Holding estão organizadas da seguinte forma:

Direções Funcionais do Centro Corporativo 2021

| | |
|---|---------------------------|
| Assuntos Jurídicos | Carlos Martins Ferreira |
| Auditoria Interna | Joanna Peschak |
| Comunicação e Responsabilidade Corporativas | Sara Miranda |
| Ambiente | Fernando Frade |
| Relações Institucionais | José A. Nogueira de Brito |
| Finanças e Privacidade de Dados | Ana Luísa Virgínia |
| Controlo Financeiro | António Pereira |
| Fiscalidade | Rita Marques |
| Operações Financeiras e Seguros | Conceição Carrapeta |
| Privacidade de Dados | Madalena Mena |
| Relações com Investidores | Cláudia Falcão |
| Gabinete do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado | João Nuno Magalhães |
| Estratégia | Bruno Trindade |
| Gestão de Risco | Cláudia Fernandes |
| Segurança de Informação | Nuno Galveia |
| Recursos Humanos | Marta Maia |
| Sistemas de Informação | Carlos Lis |
| Suporte ao Negócio | |
| Comercial/Global Sourcing | José A. Nogueira de Brito |
| Logística e Supply Chain | Eduardo Brito |
| Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria | Carlos Santos |
| Qualidade das Operações e Segurança Alimentar | Marta Moreira |
| Segurança | João Carreira |

Ambiente – Define a estratégia ambiental, políticas e procedimentos transversais em todas as geografias onde o Grupo está presente, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos e procurando identificar oportunidades de minimização dos impactes ambientais negativos, diretos e indiretos, decorrentes das suas operações e produtos próprios, bem como de e sobre a cadeia de valor.

Tendo por base a avaliação de riscos ambientais, tendências, a melhor informação científica disponível e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas, a estratégia ambiental do Grupo tem como prioridades o combate às alterações climáticas, a proteção da biodiversidade e a correta gestão de resíduos. São estabelecidos objetivos, programas e metas específicos no âmbito da gestão de cada uma destas prioridades, em relação às quais se reporta publicamente o projeto.

Os principais compromissos e ações desenvolvidas em 2021, bem como os resultados alcançados, podem ser encontrados no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), destacando-se, no ano:

- TCFD – definição do roadmap para mitigar riscos climáticos na cadeia de abastecimento dos ingredientes e produtos alimentares mais relevantes para as Companhias de Jerónimo Martins;
- Em 2021 os critérios ambientais passaram a ter a mesma ponderação que todas as outras componentes de avaliação, sendo agora fator de decisão na aprovação de novos fornecedores.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes direções funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às respetivas operações.

Esta Direção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As atividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comercial/Global Sourcing - Responsável por propor, coordenar e implementar a estratégia global de procurement e as políticas comerciais globais, nas diversas geografias onde o Grupo opera.

A principal missão é conduzir e liderar a coordenação e integração dos departamentos comerciais das várias empresas operacionais, na prossecução dos seguintes objetivos principais:

- Desenvolver atividades de procurement e negociações conjuntas com produtores e fornecedores internacionais de Marcas Próprias, perecíveis e produtos não-alimentares;
- Propor, planear e executar o plano anual de Global Tenders de commodities;
- Coordenar e implementar negociações internacionais com fornecedores globais selecionados;
- Promover a partilha de know-how e informação entre as diferentes geografias;
- Incentivar e operacionalizar a inovação comum associada às Marcas Próprias;
- Desenvolver marcas globais (a serem utilizadas por outras empresas operacionais do Grupo) em categorias específicas;
- Identificar todas as outras potenciais sinergias comerciais entre empresas e potencializá-las em benefício do conjunto de empresas;
- Harmonizar as normas e procedimentos internos de procurement, seleção de fornecedores e negociação de preços, aplicáveis em todas as empresas operacionais do Grupo.

Em 2021, para além das iniciativas no âmbito dos pontos acima elencados, merecem destaque a implementação de novos processos e fora internos, tais como:

- Os Comitês de Global Sourcing com as áreas de desenvolvimento de Marca Própria da Polónia e Portugal, com uma periodicidade mensal em Portugal e bimestral na Polónia;
- O Comité de Importações semanal da Ara;
- Reuniões mensais de coordenação de categorias estratégicas com Pingo Doce e Biedronka para pet food, baby care, higiene pessoal e sacos de plástico e folhas de alumínio.

Reforçando a ênfase nos critérios de sustentabilidade social e ambiental introduzidos no processo de decisão dos concursos globais, foi elaborado um novo conjunto de regras e procedimentos internos de contratação, dando forma às melhores práticas do Grupo neste domínio.

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – Assegura a gestão estratégica e multidimensional da marca Jerónimo Martins, promovendo a reputação e o alinhamento transversal às diferentes empresas do Grupo das práticas de sustentabilidade nas operações próprias e ao longo da cadeia de valor. Concretiza a sua missão em diálogo permanente com diferentes stakeholders internos e externos, procurando refletir a incorporação das suas preocupações e expectativas nas prioridades estratégicas e linhas de ação prioritárias com vista à gestão do equilíbrio entre prosperidade económica, desenvolvimento social e preservação ambiental.

Mais informação sobre os projetos desenvolvidos por esta Direção na área da Responsabilidade pode ser consultada no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”).

Controlo Financeiro – É responsável pela prestação de informação financeira de suporte à tomada de decisão pelos órgãos de governo da Sociedade. Agrega as áreas de Consolidação e Contabilidade, Planeamento e Controlo Financeiro.

A área da Consolidação e Contabilidade prepara a informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adotados pelo Grupo.

Procede ainda à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transações não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

A área de Planeamento e Controlo coordena e suporta o processo de elaboração das demonstrações financeiras dos Planos Estratégicos que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos órgãos de governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direção Executiva informações e propostas para assegurar medidas corretivas que permitam alcançar os objetivos estratégicos definidos.

Efetua ainda a avaliação financeira de todos os projetos de investimento relevantes para o Grupo, suportando a Direção Executiva na sua aprovação e acompanhamento.

Em 2021, deu continuidade ao desenvolvimento e implementação de projetos de simplificação organizacional e eficiência administrativa, nomeadamente através da automação e digitalização de processos.

Procedeu à adaptação dos sistemas de *reporting* do Grupo para dar cumprimento ao formato eletrónico único de prestação de informação financeira (ESEF – European Single Electronic Format), bem como acompanhou os desenvolvimentos legislativos associados ao pacote de medidas da União Europeia denominado Pacto Ecológico Europeu, no que respeita à informação a divulgar relativa à Taxonomia verde.

Manteve o acompanhamento e monitorização do desempenho das unidades de negócio e apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo, essenciais à recuperabilidade dos ativos do Grupo.

Estratégia – Responsável por um conjunto de atividades que visam suportar a tomada de decisões de carácter estratégico, bem como apoiar a sua implementação.

As atividades desenvolvidas podem ser classificadas em três áreas de atuação:

- Análise estratégica – compreende a pesquisa e a análise das principais tendências de mercado e de consumidor, bem como o *benchmarking* dos principais retalhistas a nível mundial e dos principais concorrentes na Polónia, em Portugal e na Colômbia. Procura reforçar a capacidade de resposta do Grupo e suas Companhias a mercados em constante evolução, que requerem uma capacidade de adaptação constante;
- Gestão de projetos estratégicos – inclui projetos corporativos de índole multidisciplinar e de abrangência global, bem como projetos no âmbito das unidades de negócio, de natureza disruptiva. Assegura o envolvimento dos colaboradores e equipas com mais experiência nos assuntos em estudo e produz reportes regulares de apoio à decisão;
- Desenvolvimento do portefólio – engloba análises de oportunidades de desenvolvimento do portefólio do Grupo, onde se incluem, essencialmente, a análise e prospeção de novos mercados e de novas áreas de negócios com potencial de acrescentar valor ao Grupo.

Em 2021, um ano ainda marcado por desafios operacionais e estratégicos, o departamento continuou com a sua atividade de gestão de projetos e de análise de oportunidades a médio/longo prazo tendo, adicionalmente, monitorizado o impacto que as profundas alterações no contexto de mercado tiveram nas diferentes Companhias do Grupo.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a otimização, do ponto de vista fiscal, das ações de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as autoridades fiscais.

Em 2021, prestou o suporte técnico necessário em operações de reestruturação societária. Prosseguiu o acompanhamento das alterações à legislação fiscal em virtude da pandemia de Covid-19. Coordenou a implementação da nova Diretiva comunitária (conhecida por “DAC6”), sobre cooperação administrativa na área da tributação. Adicionalmente, através das associações, nacionais e internacionais, representativas do setor assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Gestão de Risco – Responsável pela implementação das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo, bem como pela prestação do necessário suporte aos órgãos de governo da Sociedade na identificação dos riscos que possam comprometer a estratégia definida pelo Grupo, assim como os seus objetivos de negócio.

As atividades desenvolvidas na área de gestão de risco encontram-se detalhadas nos números 52 a 55 deste Relatório.

Logística e Supply Chain - O seu objetivo é promover a inovação, eficiência e conhecimento em todas as dimensões das cadeias de abastecimento, facilitando o desenvolvimento sustentado das diversas unidades de negócio nas diferentes geografias.

Tendo esta missão em mente, a Direção fixou desde 2021 três pilares estratégicos:

- Antecipar e definir com cada área de negócio, as inovações que estão a acontecer a nível global na cadeia de abastecimento *End to End*;
- Construir um modelo de infraestrutura física para o futuro, assente na experiência operacional, que tenha em conta as melhores práticas de automação e de sistemas de gestão de armazéns;
- Promover e fomentar as boas práticas e o aumento de sinergias, entre as equipas das diversas geografias.

Operações Financeiras e Seguros – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro, Gestão de Tesouraria e Seguros, sendo a atividade da primeira objeto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que desenvolvem, ou têm potencial para desenvolver, negócio com o Grupo Jerónimo Martins, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e assegurando a negociação das melhores condições possíveis para o Grupo. Efetua também o planeamento de tesouraria com o objetivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respetiva geração de *cash flow*, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar retorno minimizando risco.

É ainda responsabilidade das Operações Financeiras, em estreita articulação com outras áreas e em especial com a área de Responsabilidade Corporativa, acompanhar e coordenar processos que visem garantir o cumprimento das obrigações impostas no âmbito das finanças sustentáveis.

Grande parte das atividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. São igualmente centralizados nesta direção os serviços de negociação e gestão das apólices de seguros do Grupo, tendo ainda a responsabilidade pela gestão da relação com os corretores e seguradores que trabalham com o Grupo.

Dando cumprimento às atividades atrás descritas, durante o ano 2021, foram renovadas linhas de crédito que, de acordo com a Política de Gestão de Risco Financeiro do Grupo, deverão estar sempre disponíveis nos limites aí estipulados. No que respeita aos seguros, foi efetuada a renegociação anual, reforçando uma vez mais a abordagem integrada de todas as geografias onde o Grupo opera. Neste âmbito, e após a realização de um concurso internacional, foi ainda contratado o corretor de seguros para os próximos três anos, que prestará serviços globais a todo o Grupo.

Privacidade dos Dados – Responsável pela definição e implementação das políticas, procedimentos e metodologias em matéria de privacidade em todas as unidades de negócio das geografias onde Jerónimo Martins opera. Em estreita colaboração com a direção de Segurança de Informação, as direções jurídicas e

os encarregados de proteção de dados, é responsável por monitorizar o cumprimento da legislação aplicável, e apoiar as sociedades na avaliação e mitigação de riscos de privacidade.

Em 2021, a direção em causa continuou a centrar a sua atividade na monitorização das atividades de tratamento de dados pessoais, com vista à implementação de controlos adequados, bem como ao acompanhamento de projetos relevantes nesta matéria. Desempenhou ainda um papel ativo na comunicação e formação interna sobre esta temática.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área. Responsável pela gestão do Laboratório de Biologia Molecular JM.

Em 2021, as principais atividades desenvolvidas centraram-se:

- na concretização das atividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- implementação de nova *check-list* de auditoria a fornecedores, com a inclusão de requisitos de *food fraud* e *food defense*;
- na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes;
- no maior e mais célere controlo antifraude e de ingredientes organismos geneticamente modificados (OGM) – Laboratório de Biologia Molecular;
- na manutenção das certificações em qualidade e segurança alimentar;
- na concretização do processo de *roll-out* da ferramenta informática Quality Management System (QMS) para todas as geografias;
- na revisão dos *guidelines* corporativos para produtos de marca própria – perecíveis, alimentar e não-alimentar;
- na continuação da implementação de um programa de melhoria de fornecedores na Colômbia, com o objetivo de aumentar a respetiva produtividade e a segurança alimentar dos produtos fornecidos.

Qualidade das Operações e Segurança Alimentar – Responsável por, nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantir a qualidade e segurança alimentar dos produtos perecíveis e processos, ao longo de toda a cadeia de abastecimento, em todas as suas etapas: produtores e fornecedores, receção e armazenamento, lojas, cozinhas e fábrica de massa fresca.

Para tal define, planeia, implementa, e controla as políticas, regras e requisitos do Grupo para produtos e fornecedores, promovendo o alinhamento das estruturas locais e a partilha das melhores práticas, sempre com vista à melhoria contínua da qualidade e segurança alimentar dos seus produtos, e à satisfação dos clientes.

Em 2021, as principais atividades desenvolvidas foram a implementação de um plano de melhoria contínua de fornecedores centrado na sua performance ao longo do ano e no controlo antifraude, num plano de melhoria contínua de produto através de diversos testes a consumidores e testes sensoriais internos e do seu seguimento nas lojas e na manutenção das certificações em qualidade e segurança alimentar, e no contínuo desenvolvimento e melhoria da ferramenta de gestão da qualidade e análise de dados.

Recursos Humanos – Responsável pela definição da estratégia e das políticas globais de recursos humanos e de responsabilidade social interna, que permitam ao Grupo continuar a ser um empregador de referência – zelando pela respetiva implementação e cumprimento de forma sustentável, incluindo a promoção de boas práticas, salvaguardando as particularidades das diferentes geografias onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias.

As atividades desenvolvidas por esta direção funcional, em 2021, encontram-se detalhadas no Capítulo 5 (“Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”), subcapítulo 6 – Ser um Empregador de Referência.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – acionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta

Direção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As atividades desenvolvidas por esta direção funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56. e 58.

Relações Institucionais – Responsável pelas relações com as principais organizações setoriais em que as empresas do Grupo participam. Coordena internamente o envolvimento e a participação ativa das áreas funcionais corporativas (Sustentabilidade, Ambiente, Qualidade, Jurídica, Financeira/Tesouraria, Fiscal e Recursos Humanos) nas diferentes atividades das várias organizações. De destacar a representação, a nível europeu, de Jerónimo Martins como membro da Direção do EuroCommerce e, em Portugal, de Pingo Doce enquanto vice-presidente e membro da Direção da APED (Associação Portuguesa das Empresas Distribuidoras). Isto, para além de garantir a articulação com os representantes em entidades homólogas na Polónia e na Colômbia. Em 2021, merece destaque a coordenação da adesão de Jerónimo Martins ao European Commission Code of Conduct for Responsible Business and Marketing Practices, como a única empresa portuguesa signatária, e ainda a consolidação da relação com outras organizações setoriais em Portugal como a CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) e a CIP (Confederação Empresarial de Portugal).

Segurança – Responsável pela implementação de uma estratégia de segurança com a finalidade de garantir a proteção dos colaboradores, dos clientes, dos valores e dos ativos do Grupo. Neste âmbito, a direção de Segurança define e coordena os procedimentos em termos de prevenção de segurança de pessoas e património das companhias, intervindo sempre em situações de furtos, roubos e outras atividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações do Grupo.

Em 2021, foram realizadas 130 auditorias de segurança (aumento de 16% face a 2020) e foram testadas novas soluções de segurança para prevenção de furtos, intrusão e assalto nas lojas, cujos testes irão estender-se para 2022. Iniciou-se a reformulação da plataforma de risco de segurança, com a inclusão de novos KPI e o processo de desmaterialização dos relatórios de furtos nas lojas, preparado pelos vigilantes.

Segurança de Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança em todas as Companhias do Grupo, assente na gestão de riscos, prevenção, deteção, resposta e recuperação de incidentes.

Reportam a esta direção corporativa os *information security officers* (ISO) das geografias em que o Grupo opera, bem como o responsável de segurança tecnológica. Em conjunto, asseguram a implementação da estratégia de segurança de informação e a conformidade com as Políticas e Normas de Segurança da Informação em vigor. Prestam ainda apoio às respetivas Companhias através da avaliação e mitigação de riscos de cibersegurança de projetos e atividades.

Em 2021 destacam-se as várias iniciativas de sensibilização e formação aos colaboradores, sobre as principais ciberameaças, o reforço dos meios de deteção e resposta a incidentes, bem como avaliações de segurança realizadas a diversos sistemas internos. Foi ainda reforçada a colaboração com as autoridades nacionais de cibersegurança nas três geografias.

Sistemas de Informação – Tem como missão assegurar o alinhamento da estratégia de sistemas de informação do Grupo com a das diferentes unidades de negócio que incorporam o respetivo portefólio.

Assim, assegura a criação de valor e através da disponibilização e implementação de soluções que promovam a eficácia, eficiência e inovação, suportando o crescimento do portefólio e respetivos negócios de forma sustentável.

Esta Direção é responsável por definir e implementar a estratégia global de sistemas de informação do Grupo, por promover a inovação com recurso à tecnologia e por harmonizar e garantir sinergias de sistemas, políticas e processos de gestão de sistemas de informação.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objetivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (supermercados) e Recheio (*cash & carry*) que integra também a divisão de *food service* através da Recheio Masterchef. Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares) e na Colômbia com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retalho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a Hebe (drogarias).

O Grupo tem vindo a efetuar investimentos na área Agroalimentar, iniciando atividade em áreas como os laticínios, agro-pecuária e aquacultura, com o principal foco na proteção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar, essencialmente em Portugal.

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Art.º 13.º do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2021, o Conselho de Administração reuniu sete vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link referido no ponto 62. (“Endereços Relevantes”).

O grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respetivas funções, foi o seguinte:

| | |
|------------------------------|------|
| Pedro Soares dos Santos | 100% |
| Andrzej Szlęzak | 100% |
| António Viana-Baptista | 100% |
| Artur Stefan Kirsten | 100% |
| Clara Christina Streit | 100% |
| Elizabeth Ann Bastoni | 86% |
| Francisco Seixas da Costa | 100% |
| José Soares dos Santos | 100% |
| María Ángela Holguín Cuéllar | 100% |
| Sérgio Rebelo | 100% |

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66. e seguintes).

Efetivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e coletivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins e aferir o respetivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27.), não existem atualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

Por outro lado, todos os anos, em novembro, a discussão no seio do Conselho de Administração dos planos estratégicos do Grupo e das diferentes áreas de negócio tem inerente a avaliação do desempenho no exercício do Conselho de Administração, das comissões internas existentes, e do seu Administrador-Delegado, tendo em conta, não só aspetos qualitativos, por comparação com os planos e orçamento aprovados, mas também os principais projetos em curso, incluindo os de expansão do portefólio. Esta avaliação do ano é depois complementada aquando da aprovação do Relatório de Gestão e das contas do exercício.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Atividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins Serviços, S.A.*
 Administrador da Jeronimo Martins Polska, S.A.*
 Administrador da Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
 Administrador da Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.*
 Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
 Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
 Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
 Administrador da Jerónimo Martins Inovação, S.A.*
 Administrador da Santa Maria Manuela Turismo, S.A.*
 Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
 Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*
 Administrador da Arica Holding B.V.
 Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.

Andrzej Szlęzak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
 Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador (Não-Executivo) da Semapa, SGPS, S.A.
 Administrador (Não-Executivo) da Atento, S.A.
 Administrador da Alter Venture Partners G.P., SARL

Artur Stefan Kirsten

Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V.
 Administrador da Movendo Capital, B.V.
 Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
 Administrador da Planted Foods AG
 Administrador da Footprint International Holding Inc.
 Diretor-Geral da Brillant 3333 GmbH
 Diretor-Geral da parabellum.one Beteiligungsgesellschaft mbH
 Diretor-Geral da Spac-Founder GmbH

Clara Christina Streit

Administradora (Não-Executiva) da Vontobel Holding AG
 Membro do Conselho de Supervisão da Vonovia SE
 Membro do Conselho de Supervisão do NN Group N.V.
 Membro do Conselho de Supervisão da Deutsche Börse AG

Elizabeth Ann Bastoni

Presidente do Conselho de Administração da Bastoni Consulting Group LLC
 Administradora da Société BIC
 Presidente do Conselho de Administra  o da Limeade, Inc.

Francisco Seixas da Costa

Administrador (Não-Executivo) da Mota-Engil, SGPS, S.A.
 Presidente da Comissão de Avalia  o e Remunera  es da Mota-Engil, SGPS, S.A.
 Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira II, S.A.
 Presidente do Conselho Assessor da Kearney Portugal

José Soares dos Santos

Administrador da Arica Holding B.V.
 Presidente do Conselho de Administra  o da Arica – Investimentos, Participa  es e Gestão, S.A.
 Administrador-Delegado da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.
 Presidente Executivo da Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.
 Presidente do Conselho de Administra  o da Sociedade Francisco Manuel dos Santos II, S.A.
 Presidente da Movendo Industries B.V.
 Presidente da Movendo Capital B.V.
 Presidente do Conselho de Gerência da Unilever Fima, Lda.
 Presidente do Conselho de Gerência da Gallo Worldwide, Lda.
 Presidente do Conselho de Gerência da JMDB Representa  o e Distribui  o de Marcas, Lda.
 Presidente do Conselho de Administra  o da miMed, Cuidados de Saúde, S.A.
 Presidente da Oceanário de Lisboa, S.A.
 Presidente do Conselho de Administra  o da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A.
 Administrador da REF Eastern European Opportunities Luxembourg S.a.r.l.

María   ngela Holguín Cuéllar

Administradora (Não-Executiva) da Hoteles Estelar S.A.
 Administradora (Não-Executiva) da Satagro Zomac S.A.S.
 Administradora (Não-Executiva) da Gases del Pacifico S.A.C.
 Administradora (Não-Executiva) da Gases del Norte del Perú S.A.C.
 Administradora (Não-Executiva) da Procafecol S.A.
 Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
 Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

As fun  es exercidas noutras sociedades não afetaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

* Sociedades que integram o Grupo

C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado

27. Identificação das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento

Atualmente – sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30. a 33., cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”) – apenas a Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC), referida no ponto 29., conta entre os seus membros, com uma maioria de Administradores da Sociedade, subsumindo-se no conceito de comissão interna da sociedade.

Encontram-se ainda criadas outras comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respetiva delegação de competências, e uma Direção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Atividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

a) Comissões Internas da Sociedade

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o atual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos e os Administradores da Sociedade Andrzej Szlęzak e José Soares dos Santos. Integram esta Comissão, de igual forma, Artur Santos Silva e Maria de Fátima Barros.

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i) ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii) à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii) aos códigos internos de ética e de conduta; e iv) aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus acionistas ou outros stakeholders.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas, tendo reunido uma vez em 2021.

O Regulamento da CGSRC, assim como o número de reuniões anuais desta Comissão, encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”)

b) Outras Comissões

Direção Executiva

A Direção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Ana Luísa Virgínia, António Barracho, António Serrano, Carlos Martins Ferreira, Isabel Pinto, Luís Araújo, Marta Lopes Maia, Nuno Abrantes (cessação de funções em setembro de 2021), Pedro Leandro e Sara Miranda. De acordo com o respetivo regulamento, à Direção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respetiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;
- coordenação superior das atividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;
- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respetivas áreas de negócio;
- implementação da política de gestão de recursos humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2021, a Direção Executiva reuniu para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas atas das respetivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

O Regulamento da Direção Executiva encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no [link](#) mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC). Desde 19 de dezembro de 2019, esta Comissão é constituída por António Serrano, Germán Barreto, Dominik Wolski e Sara Maia (cessação de funções em 31 de dezembro de 2021). A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i) estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii) zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas ações de controlo; iii) apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela CGSRC, e, ainda, analisar, em abstrato, aquelas que sejam levantadas por qualquer colaborador, cliente ou parceiro de negócio; iv) submeter à CGSRC a adoção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; e, por fim; v). elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as atividades desenvolvidas.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta. Das reuniões realizadas em 2021, para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, foram lavradas as respetivas atas.

O Regulamento da Comissão de Ética encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no [link](#) mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afetam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas atas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (Henrique Soares dos Santos, Jerónimo David Duarte, Joanna Peschak e Jorge Santos Dias). Nenhum dos elementos é administrador executivo da Sociedade.

Em 2021, a CCI prosseguiu as suas atividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

O Regulamento da CCI encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

Subsecção III – Fiscalização (Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adotado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adotado.

Para além das competências que lhe são atribuídas por lei, as quais implicam o devido acompanhamento, avaliação e pronúncia acerca da estratégia definida pelo Conselho de Administração de que, aliás, emana, e a fiscalização da eficácia do sistema de gestão de risco, prevê o Regulamento da Comissão de Auditoria competir a esta, no desempenho das suas atribuições, designadamente:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;
- avaliar regularmente a auditoria externa;
- aprovar os planos de atividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das ações de auditoria e das revisões de procedimentos efetuadas;
- zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de ações, quotas ou partes sociais, controlando o efetivo cumprimento dos seus objetivos;
- aprovar os programas de atividades de auditoria interna, cujo respetivo departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
- selecionar, sob proposta da Direção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
- fiscalizar a revisão legal de contas;
- apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade.

Nos termos da lei e do procedimento descrito infra nos pontos 89. e 91., compete à Comissão de Auditoria avaliar se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, assim como compete igualmente à Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emitir o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

No âmbito das suas atribuições a nível da fiscalização da revisão legal de contas, e do revisor oficial de contas, a Comissão de Auditoria proporá ao órgão competente a destituição daquele, ou a resolução do contrato de prestação de serviços celebrado, caso se verifique justa causa para o efeito.

Em 2021, a Comissão de Auditoria voltou a prestar particular atenção à gestão do risco financeiro, nomeadamente no que se refere à cobertura de risco cambial e à gestão da posição de caixa, à evolução dos processos judiciais pendentes, ao plano e aos procedimentos de auditoria externa, ao plano e à atividade da Direção de Auditoria Interna, bem como à atividade de outros departamentos, nomeadamente Segurança de Informação, Gestão de Risco, Controlo de Qualidade, Segurança Alimentar e Privacidade de Dados.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro. Política de Diversidade.

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente.

Os membros da Comissão de Auditoria são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último órgão discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Sérgio Tavares Rebelo

- Presidente da Comissão de Auditoria
- Primeira designação em 10 de abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

Clara Christina Streit

- Primeira designação em 14 de abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

Elizabeth Ann Bastoni

- Primeira designação em 11 de abril de 2019
- Termo do mandato em 31 de dezembro de 2021

A Sociedade reputa de adequado o número de membros da Comissão de Auditoria, tendo em consideração que constitui um terço dos Administradores Não-executivos da Sociedade, e as competências que se lhe encontram atribuídas, descritas no ponto 30., permitindo-lhe assim assegurar com eficiência as funções que se lhe encontram cometidas, atendendo à dimensão da Sociedade e aos riscos inerentes à atividade desta.

Política de Diversidade

Aplica-se, a este respeito, o referido no ponto 16.

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art.º 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Art.º 414.º-A CSC, com exceção da alínea b). Sérgio Tavares Rebelo, Clara Christina Streit e Elizabeth Ann Bastoni cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Art.º 414.º, n.º 5 CSC.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19. (“Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração”).

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

O Presidente da Comissão de Auditoria, Sérgio Tavares Rebelo, é reconhecido internacionalmente como um dos melhores economistas da atualidade, distinguindo-se enquanto professor de Finanças Internacionais na Kellogg School of Management. Tendo sido consultor de inúmeras instituições financeiras, que incluem, entre outros, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Portugal, ocupou também vários cargos em organizações sem fins lucrativos. A sua ímpar formação académica e os seus conhecimentos em matérias de gestão de risco, nomeadamente, financeiro, para além da sua assertividade e discernimento no levantamento de questões sobre os negócios e os países onde operam, garantem uma especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no link mencionado no ponto 61. (“Endereços Relevantes”).

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2021, a Comissão de Auditoria reuniu cinco vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respetivas atas. O número de reuniões anuais deste órgão encontra-se também divulgado no sítio da Sociedade, mencionado no link indicado no ponto 62. (“Endereços Relevantes”).

O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões durante o exercício das respetivas funções, foi o seguinte:

| | |
|------------------------|------|
| Sérgio Rebelo | 100% |
| Clara Christina Streit | 100% |
| Elizabeth Ann Bastoni | 100% |

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Atividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquela Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2021, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26.

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade há cerca de cinco anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de abril de 2017.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42., sendo feita referência no ponto 46. a outros trabalhos efetuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V - Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art.º 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respetivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., ROC n.º 178, registado na CMVM com o n.º 20161480, representada por João Carlos Miguel Alves, ROC n.º 896.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2021, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detetadas no exercício da sua atividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das atas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., bem como o sócio que a representa, exercem funções de Auditor Externo junto da Sociedade há cerca de cinco anos, tendo iniciado as suas funções no dia 6 de abril de 2017.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respetivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

A Sociedade não tem definida política específica quanto à periodicidade da rotação do Auditor Externo e do respetivo Revisor Oficial de Contas. A mesma segue, no entanto, o previsto no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que prevê no n.º 2 do seu artigo 54.º, que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos, sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas podia, nos termos do n.º 3 do supra citado artigo, na redação em vigor no período em análise, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos, ou de três mandatos com a duração de três anos.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Os serviços que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, no montante total de 53.043 euros, dizem respeito a serviços de apoio em matéria de recursos humanos e serviços de garantia limitada de fiabilidade sobre indicadores de sustentabilidade.

Todos estes serviços foram necessários à regular atividade das Sociedades do Grupo, sendo que, após devida ponderação, o Auditor Externo e/ou as entidades pertencentes à mesma rede foram considerados como aqueles que melhor poderiam prestá-los. Para além de terem sido prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo, estes serviços são laterais aos trabalhos dos auditores, não afetando, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37., todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Coletivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Coletivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Anualmente, o que sucedeu de igual forma no ano em apreço, a Comissão de Auditoria aprovou, em reunião de 26 de julho de 2021, a remuneração a pagar ao Auditor Externo em 2021.

Relativamente a 2021, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, foi de 864.774 euros.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

| | Valor | % |
|--|---------|-------|
| Pela Sociedade | | |
| Valor dos serviços de revisão de contas (€) | 100.815 | 11,7% |
| Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€) | 32.700 | 3,8% |
| Valor dos serviços de consultoria fiscal (€) | - | - |
| Valor de outros serviços que não revisão de contas (€) | - | - |
| Por entidades que integrem o Grupo | | |
| Valor dos serviços de revisão de contas (€) | 710.916 | 82,2% |
| Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€) | - | - |
| Valor dos serviços de consultoria fiscal (€) | - | - |
| Valor de outros serviços que não revisão de contas (€) | 20.343 | 2,3% |

Secção C - Organização Interna

Subsecção I - Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II - Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação bottom-up que garante a possibilidade de todos os colaboradores, independentemente da sua função, reportarem eventuais irregularidades ocorridas no Grupo, bem como quaisquer outros comentários que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento do Código de Conduta.

No Código de Conduta estão definidos os princípios e valores do Grupo Jerónimo Martins, designadamente o respeito pela lei, a integridade e a responsabilidade social corporativa e um conjunto de normas de conduta como a não-discriminação e igualdade de oportunidades, a lealdade nas negociações com fornecedores, a prevenção de conflitos de interesses, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar junto de todos os colaboradores do Grupo, através dos canais de comunicação internos, o seu endereço de email e o teor do Código de Conduta, do qual é entregue um exemplar a cada colaborador aquando da sua admissão em qualquer das Companhias do Grupo. Sem prejuízo do contacto para o email da Comissão de Ética, os colaboradores podem sempre consultar a sua chefia hierárquica caso necessitem de qualquer esclarecimento a respeito do Código de Conduta ou pretendam reportar qualquer irregularidade, podendo ainda utilizar o Serviço de Atendimento ao Colaborador, um canal interno disponível em cada um dos países em que o Grupo se encontra presente.

No ano de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou uma Política Anticorrupção, a qual é aplicável a todas as sociedades do Grupo Jerónimo Martins e a todos os seus colaboradores – abrangendo cargos de gestão ou em regime de mandato -, e seja qual for a natureza do vínculo contratual, função ou país no qual desempenhem a respetiva atividade, a qual visa concretizar os princípios de atuação e os deveres enunciados no Código de Conduta em matéria de honestidade e integridade. Esta Política estabelece normas de atuação com o objetivo de prevenir condutas ilícitas que constituam a prática de atos de corrupção e acautelar potenciais situações de conflitos de interesses. No que diz respeito a conflitos de interesses, a Política Anticorrupção determina a comunicação imediata de existência do conflito e a abstenção da prática de qualquer ato ou tomada de decisão relativamente aos quais se manifeste o conflito. Nos termos desta Política, todos os colaboradores que tenham conhecimento ou suspeita fundada de situações que não cumpram as disposições da Política, devem reportar superiormente tais situações e, em caso de dúvida quanto à existência de um conflito de interesses, consultar a Comissão de Ética.

A Comissão de Ética salvaguarda o tratamento confidencial dos contactos que são direcionados para o seu endereço de email.

Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, nomeadamente os estabelecidos na Política de Gestão de Risco do Grupo.

Os objetivos do controlo interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação e com base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de atividades do departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno – a qual reporta à Comissão de Auditoria - e reportados à Direção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria, órgão que, conforme melhor enquadrado no ponto 52., tem a responsabilidade de proceder à aprovação dos planos de atividade da área de gestão de risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. Com a mesma regularidade, é efetuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

A estruturação do sistema de controlo interno da Sociedade encontra-se descrita no ponto 52. compreendendo, entre outras, as funções de gestão de riscos, supervisão/compliance, e auditoria interna.

Durante o exercício de 2021, realizaram-se, entre outras, auditorias a processos de gestão de stocks, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proveitos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos e sistemas de informação.

Face ao contexto de pandemia que foi novamente vivido ao longo deste ano e à frequente necessidade de recurso ao teletrabalho, deu-se prioridade às auditorias aos processos críticos potencialmente mais afetados neste enquadramento e foram aplicados métodos de análise que complementam a observação presencial com estudos e interações por meios telemáticos.

51. Explicitação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

Ver organograma constante do ponto 21.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

a) Sistema Gestão de Risco

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afetam o negócio e seus objetivos e está dedicado a assegurar que a gestão do risco é uma componente efetiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo.

O enquadramento da gestão de risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o sistema de gestão de risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a.1) Objetivos da Gestão de Risco

O sistema de gestão de risco não pretende eliminar completamente o risco das atividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os seus efeitos adversos.

O sistema de gestão de risco do Grupo tem por objetivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica e avalia os riscos, assegurando que estes são analisados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco, promovendo o alinhamento do processo em toda a organização. Neste estabelece-se, também, os procedimentos para *reporting*, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das atividades de Jerónimo Martins, uma gestão de risco bem sucedida depende da ativa participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação, reporte e mitigação dos riscos associados à sua área de responsabilidade. Todas as atividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de gestão de risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efetiva dos riscos.

a.2) Organização da Gestão de Risco

O modelo de governo da gestão de risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da estrutura da gestão de risco (*risk management framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma gestão de risco efetiva, e que são:

- Primeira Linha (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas atividades quotidianas de gestão do risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a Política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha (Funções de Supervisão / *Compliance*: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e *reporting* da Gestão de Risco, bem como pelo desenvolvimento de políticas com vista a melhorar a eficiência dos processos de Gestão de Risco. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança Física, Segurança de Informação, Privacidade de Dados, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficácia dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas asseguram os objetivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades, efetivamente exercidas ao longo do período em análise:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco, que inclui o processo aplicável à definição dos limites de exposição ao risco do Grupo, e pela definição dos objetivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objetivos fixados. Estas competências foram executadas, nomeadamente, através da aprovação da referida Política de Gestão de Risco, contemplando os aspetos referidos, e cuja aplicação se manteve no exercício de 2021;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de atividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos. As suas responsabilidades incluem, nomeadamente, proceder a uma avaliação dos níveis de exposição global ao risco e assegurar que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovados pelo Conselho de Administração, rever as ações de mitigação definidas para os riscos considerados mais críticos, acompanhar o planeamento e desenvolvimento de iniciativas de gestão de risco, rever periodicamente os principais tipos de risco do Grupo, assim habilitando o Conselho de Administração a proceder ao ajustamento necessário da Política de Gestão de Risco, como fez durante o exercício de 2021;

- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e atividades;
- o Comité de Risco assiste e aconselha a Direção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e monitorização de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e visa garantir a existência de uma estrutura de Gestão de Risco eficaz, que assegura que os níveis de exposição ao risco se encontram alinhados com os objetivos e estratégias aprovadas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das competências a cargo da Comissão de Auditoria;
- a Direção de Gestão de Risco Corporativo é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as atividades de Gestão de Risco, oferecendo suporte à Direção Executiva e ao Comité de Risco na identificação de exposição a riscos que possam comprometer a estratégia e os objetivos do Grupo. Conta, entre as suas atribuições, a identificação e reconhecimento das melhores práticas de gestão de risco, recomendações de organizações de renome e/ou requisitos de conformidade (*compliance*). A Direção de Gestão de Risco Corporativo é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos Planos de Continuidade de Negócio (PCN);
- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das atividades dos respetivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou atividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas atividades;
- o departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os controlos referentes aos processos mais expostos, de forma a garantir a sua eficácia e eficiência e prestar suporte ativo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade

A pandemia por Covid-19 continuou a impactar de forma significativa as condições em que as Companhias de Jerónimo Martins operaram ao longo do ano, tendo sido por isso necessário manter a implementação de medidas diversas de modo a antecipar e mitigar os impactos mais relevantes na operação e na execução dos objetivos estratégicos, priorizando sempre a proteção das equipas.

A crise sanitária a que as Companhias continuaram expostas refletiu-se, por isso, nos diversos riscos a que o Grupo está exposto, nomeadamente em termos estratégicos, operacionais e de sistemas de informação.

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de fatores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas: a evolução demográfica, as preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de trabalho, de recursos naturais e energéticos), a situação geopolítica, a atividade da concorrência, a inovação tecnológica, a disponibilidade de recursos, as alterações ao nível legal e regulatório e o escrutínio social a que as atividades do Grupo se encontram expostas.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve atividade, nomeadamente em termos de potencial de rentabilidade e crescimento, mas também em termos de alinhamento estratégico e adequação do seu modelo de negócio às condições de mercado atuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resultam da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e sourcing, gestão de stocks, gestão de fundos, logística e *supply chain* e na eficiência e segurança na utilização de recursos e ativos.

Os riscos de fraude, branqueamento de capitais e corrupção são igualmente considerados na avaliação das atividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar¹⁰

O Grupo procura disponibilizar produtos e soluções alimentares mais saudáveis, assegurando e impondo medidas de segurança alimentar em estrita observância com os standards de segurança alimentar.

As Direções de Qualidade e Segurança Alimentar das diferentes Companhias do Grupo têm sob sua responsabilidade a:

- i. prevenção, através de auditorias de seleção, avaliação e acompanhamento de fornecedores;
- ii. monitorização, através do acompanhamento do produto ao longo de todo o fluxo logístico para análise do cumprimento de requisitos de boas práticas e de certificação;
- iii. monitorização, através da análise de produto na avaliação do cumprimento dos requisitos de qualidade e segurança alimentar; e
- iv. formação, através da realização periódica de simulacros e ações de sensibilização.

As Companhias são continuamente monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, para assegurar a implementação de procedimentos e avaliar a eficiência dos processos de formação e a adequabilidade das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais¹¹

A identificação, avaliação e gestão dos riscos – e oportunidades – ambientais desempenham um importante papel na forma como o Grupo Jerónimo Martins conduz os seus negócios. Estas ações procuram assegurar a gestão eficiente na utilização de recursos nas operações, produtos e serviços das Companhias do Grupo, mitigar a ocorrência de eventuais riscos naturais como eventos climáticos extremos e identificar oportunidades de criação de valor numa lógica de promoção da preservação e regeneração ambiental. Para suportar este exercício o Grupo recorre a estudos e auditorias que permitem avaliar os principais impactos das suas atividades nos ecossistemas e recursos que estes proporcionam, nos seguintes âmbitos:

- i. Práticas de gestão agrícola com foco no consumo de água e energia, na biodiversidade e gestão do solo, bem como gestão económica dos fornecedores de perecíveis;
- ii. Análise de risco de conservação sobre o pescado de Marca Própria e perecíveis comercializado;
- iii. Análise de riscos e oportunidades associadas aos impactos decorrentes das alterações climáticas (segundo as recomendações da metodologia da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*) e da utilização da água;
- iv. Mapeamento das *commodities* de desflorestação, suas origens e métodos de produção nos produtos de Marcas Próprias e perecíveis;
- v. Realização de auditorias internas e externas em instalações próprias, a fornecedores de Marca Própria e perecíveis e a prestadores de serviços.

Assim, foram identificadas as seguintes tipologias de risco¹²:

¹⁰ As ações desenvolvidas em 2021 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de qualidade e segurança alimentar são detalhadas no Capítulo 5 ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulo 2 - "Promover a Saúde pela Alimentação".

¹¹ As ações desenvolvidas em 2021 pelo Grupo Jerónimo Martins em matéria de proteção do ambiente são detalhadas no Capítulo 5 ("Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"), subcapítulos 3 - "Respeitar o Ambiente" e 4 - "Comprar com Responsabilidade".

¹² Anualmente, o Grupo Jerónimo Martins torna públicas as suas respostas aos questionários CDP Climate Change, CDP Forests e CDP Water Security (www.cdp.net) onde é apresentada uma análise detalhada dos diferentes riscos e oportunidades identificados e com potencial materialidade para os nossos negócios.

- De transição, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental e decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono e de promoção da biodiversidade;
- Física, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como os produtos agrícolas, ou na interrupção da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos;
- Reputacional, associados às expectativas dos stakeholders quanto à redução das emissões de carbono e contribuição para o combate à desflorestação por parte do Grupo.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a gestão das mesmas, é analisada pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de risco. Com base nestas avaliações, são definidas medidas de adaptação e mitigação no sentido de maximizar oportunidades de diferenciação e contribuir para um aumento da resiliência das suas Companhias e dos seus negócios, reforçando também os compromissos do Grupo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Riscos de Segurança Física e de Pessoas

A Direção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a integridade física das pessoas e das instalações.

A gestão do risco de segurança física e de pessoas envolve a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, a realização de ações de sensibilização e formação de colaboradores, de auditorias realizadas às lojas, a elaboração da avaliação de riscos de todos os estabelecimentos e a execução de simulacros de emergência.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, inovação, gestão de operações, segurança de informação e continuidade.

A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio, desenvolvendo atividades de monitorização e controlo no sentido de identificar e mitigar potenciais vulnerabilidades.

Riscos de Regulamentação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos departamentos jurídicos das Companhias do Grupo.

Ao nível da Holding, a Direção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a proteção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

O *compliance* em matéria de dados pessoais é acompanhado pelo Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, suportado pelo departamento de Privacidade, e em estreita colaboração com a Direção de Assuntos Jurídicos da Holding, com os departamentos jurídicos das Companhias e com o departamento de Segurança de Informação.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direção de Fiscalidade da Holding presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Fatores de Risco

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A atividade desta área é conduzida pela Direção de Operações Financeiras, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de compliance com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 27 – Riscos Financeiros, do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do standard internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão ativa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respetivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é atualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

Como parte dos processos de planeamento Estratégico e Operacional é realizada uma revisão anual global, com a coordenação da Direção de Gestão de Risco Corporativa, para que a informação relativa aos principais riscos seja devidamente atualizada e considerada durante o planeamento. Desta forma, espoleta o desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas ações que reforcem a defesa dos objetivos a desenvolver.

Anualmente, o Conselho de Administração aprova, mediante prévio parecer favorável da Comissão de Auditoria, os orçamentos e planos estratégicos para o ano seguinte, tendo em consideração as oportunidades e riscos considerados.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. I) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transações são registadas e reportadas com respeito pelos princípios

contabilísticos geralmente aceites Generally Accepted Accounting Principles (GAAP), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e deteção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização do desempenho.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e divulgação de informação financeira e ainda das atividades de monitorização desenvolvidas pelo departamento de Planeamento e Controlo do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV - Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Teresa Balsas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante - descrição histórica, desempenho atual e perspetivas futuras - que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, acionistas, analistas e do público em geral.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus stakeholders.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o Mercado Financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objetivo de transmitir ao mercado uma visão atualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspetivas, o Gabinete organiza e participa num conjunto de eventos, com o objetivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspetivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das atividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

No ano de 2021, as circunstâncias continuaram marcadas pela pandemia de Covid-19 e assim manteve-se a preocupação em dar continuidade a um conjunto de atividades que permitisse garantir a

transparência e completude da informação, com acesso à equipa de Relações com Investidores e Equipa de Gestão através de meios virtuais.

As ações desenvolvidas, ao longo do ano, permitiram manter o nível de diálogo de referência para os stakeholders de Jerónimo Martins. De entre as atividades organizadas, destacam-se as seguintes:

- reuniões, na sua grande maioria por meios virtuais, com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio eletrónico para endereço próprio;
- reuniões virtuais com membros da equipa de gestão das áreas de negócio, com a CFO do Grupo e com o Presidente do Conselho de Administração;
- conferências telefónicas;
- divulgação de comunicados ao mercado através da extranet da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisbon e do envio de mensagens de email dirigidas a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e atualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, conferências e Assembleia Geral Anual de acionistas por meios telemáticos;
- processo contínuo de atualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objetivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os stakeholders, as comunicações regularmente efetuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

O sítio disponibiliza, em português e inglês, não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Companhias que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, atualizados trimestralmente ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;
- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;
- calendário anual de eventos societários, divulgado no final de cada ano e a vigorar no ano seguinte, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de acionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- Regulamentos internos em vigor;
- Informações relativas às Assembleias Gerais de acionistas;
- Atas das reuniões da Assembleia Geral de acionistas, ou respetivos extratos;
- Acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de acionistas.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de email: investor.relations@jeronimo-martins.com.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
 Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2021, foram registados 278 contactos com investidores através de reuniões que se realizaram na sua quase totalidade por meios virtuais, 134 contactos através de conferências telefónicas com investidores e 375 pedidos de informação colocados via correio eletrónico ou via telefónica por investidores, analistas financeiros ou outras entidades, tendo sido dada aos mesmos resposta imediata ou dentro de um prazo adequado à natureza do pedido.

Subsecção V - Sítio de Internet

59. Endereço(s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/>

<https://www.jeronimomartins.com/en/>

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art.º 171.º CSC

As informações relativas ao Art.º 171.º CSC encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/contactos/>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/estatutos-e-regulamentos/>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respetivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/conselho-de-administracao/>

Comissão de Auditoria

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/comissao-de-auditoria/>

Assembleia Geral

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/assembleia-geral/>

Revisor Oficial de Contas

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/governo-sociedade/orgaos-sociais/revisor-oficial-de-contas-e-auditor-externo/>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/contactos-investidor/>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o sítio institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes links:

- Documentos de prestação de contas:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/apresentacoes-e-relatorios/>

- Calendário semestral de eventos societários:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/calendario-financeiro/#1505502691919-400fdf9d-c43897ff-f66f7e8e-3b65>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o sítio institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte link:

<https://www.jeronimomartins.com/pt/investidor/assembleia-geral/>

Secção D - Remunerações (Relatório Para os Efeitos do n.º 8 do Artigo 26.º-G CVM)

Subsecção I - Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos órgãos sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os acionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de órgãos sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2019-2021.

A remuneração dos restantes dirigentes da Sociedade é determinada pela respetiva Administração.

Subsecção II - Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Coletivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 11 de abril de 2019, foram eleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Jorge Ponce de Leão (Presidente), Chittaranjan Kuchinad e Erik Geilenkirchen.

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afetar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

No ano em análise não foi contratada nenhuma pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas funções, embora esta pudesse ter decidido livremente a contratação pela Sociedade de serviços de consultadoria considerados necessários ou convenientes ao exercício das suas funções.

Jorge Ponce de Leão, na qualidade de Presidente da Comissão de Vencimentos encontrava-se presente por via telemática, na Assembleia Geral Anual da Sociedade que teve lugar em 8 de abril de 2021.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações/Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência internacional em matérias de gestão e de políticas de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efetivo e adequado das respetivas funções.

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS e Presidente do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal, e da NAV – Navegação Aérea de Portugal, E.P.E..

Chittaranjan Kuchinad tem formação académica em estatística (licenciatura em Estatística/Economia pela Universidade de Bombaim, na Índia, e um Master em Estatística pela Universidade Marquette, nos Estados Unidos da América). Tem vasta experiência no desenho e financiamento de programas de compensação e benefícios na Europa, Ásia/Pacífico e América Latina. Iniciou a sua carreira como consultor na Wyatt e na Towers Perrin. Prestou serviços a inúmeras empresas de média e grande dimensão, tendo sido consultor principal de clientes de grande dimensão, nomeadamente, a IBM Ásia/Pacífico, IBM América Latina, Coca-Cola, Gillette, InchCape e Citibank. Foi Diretor de Compensação Internacional na McDonald's Corporation, Diretor Sénior de Recursos Humanos da Nike, Inc. Ásia-Pacífico, Executive Vice President de Recursos Humanos e Senior Vice President de Compensação Total da Starbucks Coffee Company. Foi Diretor de Recursos Humanos da ASDA (Walmart), da Guess?, Inc., e da Jacobs Douwe Egberts, e tem vindo a desempenhar as funções de Diretor de Recursos Humanos da Save The Children.

Erik Geilenkirchen possui formação académica em Engenharia, tendo trabalhado por mais de 30 anos tanto em cargos de responsabilidade na área de Recursos Humanos como em áreas comerciais. Na Ásia-Pacífico, onde trabalhou por mais de 15 anos, ocupou o cargo de CHRO da Royal Ahold Asia e da Philips Electronics Asia Pacific, bem como o cargo de CEO da Philips Domestic Appliances. Foi Diretor de Compras da Techtronics em Hong Kong antes de ingressar no Conselho de Administração de uma das maiores empresas familiares privadas da Europa, de propriedade da família Brenninkmeijer na Suíça. Hoje dirige a sua própria empresa de software, com a denominação IntelligentBoardRoom, e faz parte do Conselho Consultivo da EMK Capital, uma empresa de capital privado de média capitalização com sede em Londres.

Os membros da Comissão de Vencimentos receberam, ao longo do ano, informação por parte das várias companhias do Grupo quanto à respetiva atividade, permitindo à Comissão, no âmbito dos objetivos individuais de desempenho do Administrador-Delegado, verificar se as estratégias definidas e as políticas de remuneração existentes estão alinhadas com um posicionamento competitivo no mercado.

Subsecção III - Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

Na Assembleia Geral de 2021 foi aprovada a proposta de política de remunerações apresentada pela Comissão de Vencimentos.

Na elaboração da dita proposta, a Comissão de Vencimentos procedeu a uma análise e revisão cuidadas dos princípios da Política de Remunerações dos Órgãos da Sociedade que são aplicados. Estes princípios reforçam e destacam os aspetos da política de remunerações que são críticos para a sustentabilidade do negócio de Jerónimo Martins, em particular:

- o contexto internacional que deve servir de base de comparação (benchmark) para a remuneração competitiva dos órgãos sociais, sendo crucial manter a capacidade de atrair e reter o melhor talento num contexto supranacional;
- o alinhamento das remunerações com as responsabilidades inerentes às funções desempenhadas pelos membros dos órgãos sociais, a sua disponibilidade e competência colocadas ao serviço da Sociedade;
- o nível desejado de competitividade, abrangendo o pacote total de remuneração (remuneração fixa e variável), deve estar alinhado com a prática do mercado de referência (e.g. mercado europeu de executivos de topo), bem como com as políticas de remuneração internas;
- o alinhamento com as políticas de remuneração e as condições de emprego dos trabalhadores da Sociedade é garantido ao ter em conta mercados de referência e/ou posicionamento estratégico semelhantes (sempre por comparação com funções equivalentes), o que confere um nível de equidade interna significativa e uma adequada competitividade externa;
- a importância de premiar o compromisso com a estratégia do Grupo e os interesses de longo prazo dos acionistas, a obtenção de resultados de excelência e a demonstração da atitude e comportamentos adequados, que também é levado em consideração nas políticas de compensação da Sociedade; e
- a necessidade de salvaguardar os interesses da Sociedade em geral.

Foi proposto pela Comissão de Vencimentos manter os princípios da política acima referidos, continuando a ter em consideração o quadro legislativo e recomendatório, bem como o modelo organizativo adotado pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Vencimentos manteve e reafirmou, a todo o momento, a sua natureza independente, sendo composta apenas por membros nomeados pelos acionistas, que não são administradores da Sociedade. Esta independência, a par do acompanhamento permanente do *benchmark* acima referido, bem como do recurso, sempre que necessário, aos melhores serviços de consultoria externa, constitui uma forma eficaz de evitar eventuais conflitos de interesse com os membros dos órgãos sociais em causa.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, foram especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características:

- a existência de um Administrador-Delegado (que, desde 18 de dezembro de 2013, acumula tal qualidade com a de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade), responsável pela gestão corrente da Sociedade, bem como de administrador ou administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de administradores não-executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Tendo em conta o atual modelo organizativo, e os aludidos princípios da política de remunerações, a Comissão de Vencimentos considerou as seguintes medidas:

- para assegurar que a remuneração dos administradores com funções executivas está alinhada com as melhores práticas de mercado a nível internacional, foi reforçada a importância de manter um processo de definição de objetivos e de avaliação do desempenho, que deverá ser revisto e/ou atualizado com periodicidade regular (a cada mandato);
- garantir a consistência entre os indicadores quantitativos de desempenho mais relevantes definidos para a avaliação anual do Administrador-Delegado da Sociedade e aqueles que também são considerados, de acordo com as suas responsabilidades, na avaliação anual de desempenho dos quadros da Sociedade;
- a remuneração de administradores não-executivos será composta, exclusivamente, por uma componente fixa, revista periodicamente de acordo com as melhores práticas internacionais e considerando as responsabilidades específicas e a disponibilidade de tais administradores;
- relativamente à remuneração dos administradores com funções executivas, em particular no que respeita à do Administrador-Delegado, manter-se-á a existência de duas componentes, uma variável e outra fixa, como a seguir se descreve:
 - i) componente fixa: a componente fixa da remuneração corresponde a um salário mensal pago 14 vezes, sendo o respetivo montante estabelecido tendo em conta as obrigações e responsabilidades atribuídas ao Administrador-Delegado da Sociedade, o seu desempenho e a comparação com o mercado para funções similares. Adicionalmente, a remuneração do Administrador-Delegado da Sociedade não pode, ou não deve, constituir um obstáculo para a competitividade das políticas de remuneração da Sociedade;
 - ii) componente variável: a componente variável corresponde a um montante anual fixado pela Comissão de Vencimentos, e que é limitado ao dobro da componente fixa. O cálculo do montante final é baseado numa avaliação de desempenho individual anual. Essa avaliação assenta num conjunto de indicadores quantitativos chave que devem estar em linha com os objetivos estratégicos do Grupo e os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, e em prioridades de natureza qualitativa consideradas fundamentais para a sustentabilidade do negócio a longo prazo;
 - iii) os objetivos individuais quantitativos pesam 50% no cálculo do desempenho individual e refletem a performance financeira relacionada com o crescimento real da empresa e o retorno gerado para os acionistas. Os indicadores financeiros de desempenho, que serão ponderados de acordo com as prioridades estratégicas da Sociedade, o contexto do negócio e os interesses gerais de todas as partes interessadas, terão em consideração o crescimento do volume de negócios, a evolução dos resultados, o retorno do capital investido e a robustez da estrutura de capital da Sociedade;
 - iv) os objetivos individuais qualitativos pesam 50% no cálculo do desempenho individual. A Comissão avalia a real implementação de projetos transversais às companhias do Grupo que asseguram a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo. Os indicadores de mensuração são os seguintes: visão estratégica e alocação de

recursos/investimentos, saúde organizacional e agenda de talento e relações *multi-stakeholders*. O desempenho e resultados atingidos neste último indicador são medidos por analistas ESG (*Environmental, Social and Governance*), de acordo com a informação divulgada pela Sociedade sobre políticas, práticas e indicadores de desempenho nestas matérias.

Estas dimensões, quantitativa e qualitativa, de longo prazo por natureza, são consideradas essenciais para assegurar o sucesso futuro do negócio e têm um calendário que pode exceder um ano;

v) a atribuição da componente variável anual deve atender aos seguintes critérios: a) se o desempenho individual não cumprir nenhum dos objetivos fixados (quantitativos ou qualitativos), não haverá lugar à atribuição da componente variável anual; b) se o desempenho individual for igual ou superior em todos ou alguns dos objetivos, a remuneração variável poderá oscilar entre 50% e 100% do valor máximo de remuneração variável;

vi) o processo de avaliação de desempenho do Administrador-Delegado é anual, com acompanhamento trimestral, baseado em evidências concretas e disponibilizadas à Comissão de Vencimentos para monitorização regular do nível de cumprimento das metas aprovadas. De acordo com os procedimentos estabelecidos, o ciclo de desempenho é concluído com a atribuição da componente variável no primeiro trimestre do ano seguinte ao avaliado, depois de apurados os resultados do exercício, com o respetivo pagamento a ter lugar no primeiro semestre.

O total das componentes fixa e variável deve assegurar uma remuneração competitiva no mercado internacional e servir de incentivo ao desempenho individual e coletivo, através da definição e cumprimento de objetivos ambiciosos com vista a garantir elevados crescimentos e níveis de retorno adequados para os acionistas. A Comissão de Vencimentos considera que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias das empresas congéneres cotadas a nível internacional. Dadas as pressões do mercado na procura por talento e competências ao nível executivo, a Comissão de Vencimentos irá, no entanto, periodicamente analisar a competitividade da Sociedade nesta matéria com base em estudos comparativos apropriados, realizados por entidades consideradas independentes e credíveis.

Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera, a Comissão de Vencimentos entende ainda adequado que o pagamento da remuneração dos administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido, entre a Sociedade e sociedades subsidiárias cujos órgãos de administração sejam por aqueles integrados, cabendo à Comissão de Vencimentos estabelecer os termos de tal repartição.

A Comissão de Vencimentos considera que a remuneração dos Administradores com funções executivas é adequada e permite, através da definição de metas adequadas, um forte alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. O alinhamento com os interesses de longo prazo da Sociedade resulta reforçado pela circunstância de o atual Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado ser membro da família que constitui o acionista maioritário da Sociedade. Por essa razão, a Comissão de Vencimentos entende não dever haver lugar a diferimento da remuneração variável. Pelo mesmo motivo entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de montantes máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros do órgãos sociais (sem prejuízo do acima referido quanto à proporção entre a remuneração fixa e a remuneração variável dos administradores executivos). Finalmente, e pelas mesmas razões, entende ser desnecessária a previsão de mecanismos que permitam solicitar a restituição de uma remuneração variável.

Adicionalmente, existe na Sociedade um Plano de Pensões de Reforma para os administradores executivos, aprovado em Assembleia Geral, e melhor descrito no ponto 76.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantêm-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para administradores com funções executivas. Estes benefícios não têm peso relevante na remuneração de tais administradores, representando menos de 1% da remuneração total.

A remuneração dos membros da Comissão de Auditoria, à semelhança dos administradores com funções não executivas, continuará a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa.

O montante pago a administradores que integrem comissões especializadas (compostas ou não exclusivamente por administradores) ou órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, e que não exercem funções executivas na Sociedade pode diferir dos restantes, sendo que a Comissão de

Vencimentos entende, nesse caso, adequada a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nos referidos órgãos e comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade. Pode também ser atribuída uma remuneração fixa adicional aos administradores não-executivos que sejam encarregados de tarefas específicas.

Ao Presidente e ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral continuarão a ser atribuídas senhas de presença.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas será a correspondente aos valores constantes do contrato de prestação de serviços de revisão legal das contas, celebrado com Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respetiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado e ser sujeita à aprovação da Comissão de Auditoria.

Continua a não haver na Sociedade qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou opções de aquisição de ações aos administradores, nem houve qualquer remuneração paga sob a forma de participação nos lucros.

A Sociedade não celebrou com os administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

De acordo com a referida proposta de Política de Remunerações apresentada pela Comissão de Vencimentos e aprovada na Assembleia Geral de 2021, a Sociedade não adotou e não adotará qualquer política ou executará quaisquer contratos ou acordos com administradores, membros da Comissão de Auditoria ou membros de Comissões Internas da Sociedade, relacionados com o desempenho das suas funções, períodos de pré-aviso aplicáveis, cláusulas de cessação e pagamento associados à cessação dos mesmos.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável e a dependência da definição da remuneração variável de uma estrutura de dimensões qualitativas e quantitativas relevantes para o negócio e de indicadores chave de desempenho, baseando-se a fixação da componente variável no grau de cumprimento de objetivos quantitativos previstos nos planos de negócio do Grupo aprovados pelo Conselho de Administração, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efetuado tendo em atenção os interesses da Sociedade e dos acionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazo.

Dentro dos princípios da política de remunerações em vigor, e de forma a assegurar alinhamento com as melhores práticas de mercado, a Comissão de Vencimentos considerou adequado voltar a rever o processo de definição de objetivos e avaliação do desempenho de Administradores com funções executivas, em particular do Administrador-Delegado, tendo acompanhado o progresso das metas qualitativas e quantitativas, numa base trimestral. Definiu ainda metas qualitativas claras e mensuráveis, nomeadamente com base em relatórios de analistas ESG (Ambiental, Social e de Governo da Sociedade).

Com base na análise rigorosa e detalhada de múltiplas fontes de evidência internas e também independentes, a Comissão de Vencimentos acompanhou o progresso dos vários indicadores de desempenho, quer quantitativos (crescimento das vendas, resultados líquidos, EVA e gearing), quer

qualitativos (visão estratégica e alocação de recursos / investimentos, saúde organizacional e gestão do talento, e relações multi-stakeholders).

Como referido no ponto 69., a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho em função do cumprimento efetivo dos objetivos e metas, medido pelo comportamento dos indicadores qualitativos e quantitativos. Ver pontos 69. e 70.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Ações Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Ações, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Ações, Designadamente Contratos de Cobertura (Hedging) ou de Transferência de Risco, Respetivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de ações a Administradores.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de ações a Administradores.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69. a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo atualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 25% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respetivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo

presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base líquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias diretas ou indiretas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

A Comissão de Vencimentos poderá determinar a realização pela Sociedade de contribuições extraordinárias em nome dos Participantes, incluindo através do resgate de seguros de vida, se tal se mostrar adequado à luz das razões que levaram os acionistas a aprovar tal alteração ao Plano de Pensões em 2020. Esta possibilidade está em conformidade com a política de remunerações em vigor, designadamente perante carreiras contributivas curtas ou desalinhas com o benchmark ou em caso de desfasamento entre o período de contribuição e a carreira ao serviço da Sociedade.

Sempre que o Participante, apesar de continuar a reunir condições de elegibilidade, passe a exercer função que, ao abrigo da Política de Remunerações que estiver em vigor, não preveja a existência de remuneração variável, ao valor fixo mencionado, acrescerá, anualmente, o valor correspondente à última remuneração variável auferida, atualizada na mesma proporção em que o tiver sido a remuneração fixa.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i) mais de 60 anos; ii) exercido funções executivas; e iii) desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

O Plano de Pensão de Reforma revogou e substituiu, a partir da data da sua aprovação, em 30 de março de 2005, o plano de complemento de reforma que existia até então, sem prejuízo de direitos adquiridos.

Subsecção IV - Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que lhe Deram Origem

A remuneração líquida auferida pelos membros do órgão de Administração, paga pela Sociedade durante o exercício de 2021, totalizou 2.159.000 euros, correspondendo 1.001.500 euros a remuneração fixa, 542.500 euros a remuneração variável e 615.000 euros a contribuições ordinárias para o plano de pensões de reforma. A este valor acresceram 9.300.000 euros relativos a contribuição extraordinária para o dito plano.

Esta última contribuição advém da constatação pela Comissão de Vencimentos da necessidade de proceder à correção de um desvio resultante (i) da prolongada falta de competitividade do pacote de remuneração do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado (atento o mercado de referência) que, associada a uma baixa taxa de contribuição ordinária para o fundo de pensões em vigor no passado, havia levado a baixas contribuições anuais para o regime de pensões definido e (ii) do desfasamento existente entre o período de contribuição (iniciado em 2005) e toda a carreira do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado ao serviço do Grupo como Administrador Executivo (desde 1995). Assim deliberou a Comissão de Vencimentos, nos termos do art.º 3, n.º 3 do Plano C do Fundo de Pensões de Jerónimo Martins & Afiliadas, que a Sociedade atribuisse, em 2021, a referida

contribuição extraordinária para o Fundo em nome do Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, com vista a colmatar o diferencial de competitividade atrás referido¹³.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

| Administrador | Remunerações Pagas (euros) | | |
|-------------------------------------|----------------------------|-----------------------|---|
| | Componente Fixa | Componente Variável * | Plano de Pensões de Reforma |
| | | | Contribuições Ordinárias + Extraordinária** |
| Pedro Soares dos Santos | 318.500 | 542.500 | 615.000 + 9.300.000** |
| Andrzej Szlęzak | 83.000 | - | - |
| António Viana-Baptista | 80.000 | - | - |
| Artur Stefan Kirsten | 80.000 | - | - |
| Clara Christina Streit | 80.000 | - | - |
| Elizabeth Ann Bastoni | 80.000 | - | - |
| Francisco Seixas da Costa | 80.000 | - | - |
| José Soares dos Santos ¹ | - | - | - |
| María Ángela Holguín Cuéllar | 80.000 | - | - |
| Sérgio Tavares Rebelo | 120.000 | - | - |

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2021, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2020

** Contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões atribuída em 2021 por decisão da Comissão de Vencimentos para correção de desvio identificado

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração no período remanescente do mandato, incluindo em 2021.

Nas tabelas seguintes, dá-se cumprimento ao disposto no Art.º 26.º-G CVM, com referência à divulgação da remuneração total auferida pelos Membros do Conselho de Administração, incluindo os valores pagos por sociedades subsidiárias referidas no ponto 78.

Assim, na tabela abaixo encontra-se discriminada, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, a proporção relativa de cada um dos componentes remuneratórios dos valores remuneratórios ilíquidos totais pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

| Administrador | Remunerações Pagas (% do total do ano) | | |
|-------------------------------------|--|---------------------------|---|
| | Componente Fixa (%) | Componente Variável * (%) | Plano de Pensões de Reforma (%) |
| | | | Contribuições Ordinárias + Extraordinária** |
| Pedro Soares dos Santos | 7,35 | 12,53 | 4,97 + 75,15** |
| Andrzej Szlęzak | 100 | - | - |
| António Viana-Baptista | 100 | - | - |
| Artur Stefan Kirsten | 100 | - | - |
| Clara Christina Streit | 100 | - | - |
| Elizabeth Ann Bastoni | 100 | - | - |
| Francisco Seixas da Costa | 100 | - | - |
| José Soares dos Santos ¹ | - | - | - |
| María Ángela Holguín Cuéllar | 100 | - | - |
| Sérgio Tavares Rebelo | 100 | - | - |

¹³ Na análise do dito diferencial de competitividade, a Comissão de Vencimentos teve, para além do mais, em conta, como refere na sua deliberação, que o ano de 2021 marca: "o culminar de uma década de crescimento extraordinário, sob a liderança do atual Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, e que a Comissão vem registando trimestre após trimestre, nos últimos anos. De facto, entre o início de 2010 e o final de 2020:

- As vendas do Grupo mais do que duplicaram, prevendo-se que ultrapassem os 20 mil milhões de euros em 2021;
- O número de colaboradores cresceu 2,2 vezes, com a criação de mais de 64 mil postos de trabalho, num período de sucessiva atualização das políticas e práticas de remuneração e benefícios, procurando sempre manter uma diferença positiva entre o salário mínimo interno e o salário mínimo nacional, nos países onde o Grupo opera;
- Os Resultados Líquidos numa base comparável (excluindo IFRS16) duplicaram;
- A capitalização bolsista cresceu 100%;
- As lideranças de mercado das diferentes insígnias do Grupo foram sempre fortalecidas;
- A internacionalização foi consolidada e aprofundada com a entrada na Colômbia enquanto terceiro país de operações, numa estratégia green field;
- A solidez do balanço foi sempre reforçada ao longo da década, colocando o Grupo numa posição financeira que lhe permite flexibilidade de investimento para o futuro;
- A consistência da estratégia e do trabalho desenvolvido em matéria de ESG valeu a Jerónimo Martins a inclusão em mais de 100 índices internacionais de sustentabilidade."

*Remuneração variável anual atribuída e paga em 2021, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2020

** Contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões atribuída em 2021 por decisão da Comissão de Vencimentos para correção de desvio identificado

¹ Renunciou ao recebimento da remuneração durante todo o período do mandato.

Nas tabelas abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente pela Sociedade, e pelas sociedades previstas no ponto 78., aos Membros do Conselho de Administração, assim como das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados:

| Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado | | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Pedro Soares dos Santos | Remuneração Fixa (€) | 630.000 | 630.000 | 630.000 | 685.000 | 700.000 | 910.000 |
| | Remuneração Variável (€) ¹ | 450.000 | 1.080.000 | 990.000 | 1.080.000 | 1.400.000 | 1.550.000 |
| | Contribuições ordinárias para Plano de Pensões (€) | 189.000 | 299.250 | 283.500 | 306.396 | 476.875 | 615.000 |
| | Remuneração Total incluindo Contribuições Ordinárias para Plano de Pensões (€) | 1.269.000 | 2.009.250 | 1.903.500 | 2.071.396 | 2.576.875 | 3.075.000 |
| | Variação em % | - | 58,3 | -5,3 | 8,8 | 24,4 | 19,3 |
| | Contribuição Extraordinária para Plano de Pensões ² (€) | - | - | - | - | - | 9.300.000 |
| | Remuneração Total incluindo Contribuições Ordinárias e Contribuição Extraordinária para Plano de Pensões (€) | 1.269.000 | 2.009.250 | 1.903.500 | 2.071.396 | 2.576.875 | 12.375.000 |
| | Variação em % | - | 58,3 | -5,3 | 8,8 | 24,4 | 380 |

¹ A remuneração variável paga em determinado ano está relacionada com o desempenho do ano anterior.

² Contribuição extraordinária para o Fundo de Pensões atribuída em 2021 por decisão da Comissão de Vencimentos para correção de desvio identificado.

| Administradores Não-executivos | | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------------|----------------------|---------|---------|---------|---------|-------------------|---------|
| Andrzej Szlęzak | Remuneração Fixa (€) | 105.500 | 130.000 | 133.000 | 123.000 | 133.000 | 133.000 |
| | Variação em % | - | 23,2 | 2,3 | -7,5 | 8,1 | 0 |
| António Viana-Baptista | Remuneração Fixa (€) | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 |
| | Variação em % | - | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Artur Stefan Kirsten | Remuneração Fixa (€) | 70.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 |
| | Variação em % | - | 14,3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Clara Christina Streit | Remuneração Fixa (€) | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 |
| | Variação em % | - | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Elizabeth Ann Bastoni | Remuneração Fixa (€) | - | - | - | 80.000 | 80.000 | 80.000 |
| | Variação em % | - | - | - | - | 0 | 0 |
| Francisco Seixas da Costa | Remuneração Fixa (€) | 85.500 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 | 80.000 |
| | Variação em % | - | -6,4 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| José Soares dos Santos | Remuneração Fixa (€) | - | - | - | 80.000 | - | - |
| | Variação em % | - | - | - | - | n.a. ¹ | - |
| Maria Ángela Holguin Cuéllar | Remuneração Fixa (€) | - | - | - | 100.000 | 130.000 | 130.000 |
| | Variação em % | - | - | - | - | 30 | 0 |
| Sérgio Tavares Rebelo | Remuneração Fixa (€) | 140.000 | 200.000 | 220.000 | 190.000 | 220.000 | 220.000 |
| | Variação em % | - | 42,9 | 10 | -13,6 | 15,8 | 0 |

¹ A variação de 2019 para 2020 não se aplica devido à renúncia à remuneração apresentada pelo próprio.

| Colaboradores da Sociedade | | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------------|------------------------------------|---------|--------|---------|---------|---------|---------|
| Remuneração Total ¹ | Remuneração média (€) ² | 103.726 | 99.389 | 102.140 | 102.787 | 105.857 | 106.928 |
| | Variação em % ³ | - | 8,2 | 4,8 | 4,7 | 6,5 | 5,6 |

¹ Inclui contribuições para Plano de Pensões.

² Considera-se a remuneração média dos colaboradores a tempo inteiro, i.e., ativos e em desempenho de funções a tempo inteiro, durante todo o ano em análise. Engloba as remunerações fixa e variável auferidas e as contribuições anuais para Plano de Pensões.

³ As variações anuais foram calculadas numa base constante de colaboradores entre o ano N e N-1, de modo a expurgar deste indicador o efeito de novas contratações no ano N.

| Desempenho do Grupo | | 2016 (%) | 2017 (%) | 2018 (%) | 2019 (%) | 2020 (%) | 2021 (%) |
|---------------------------|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Indicadores de Desempenho | Crescimento das vendas consolidadas (a taxas de câmbio constantes) | 9,8 | 9,4 | 6,8 | 8,4 | 6,7 | 10,7 |
| | Crescimento do cash flow operacional (EBITDA) ¹ (a taxas de câmbio constantes) | 11 | 4,7 | 3,9 | 9,3 | 0,5 | 17,5 |
| | Δ Resultado Líquido Ordinário atribuído a JM ¹ | 12,8 | 0,2 | 3,2 | 8,9 | -10,2 | 30,1 |
| | Rentabilidade do capital investido (antes de impostos) ¹ | 32 | 32,3 | 28,5 | 30,5 | 29,7 | 42,6 |

¹ Os valores destes indicadores excluem a aplicação da norma contabilística IFRS16 (de forma a serem totalmente comparáveis ao longo do período de 5 anos). O resultado líquido ordinário refere-se ao valor consolidado atribuído a Jerónimo Martins, SGPS, SA.

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77., foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade durante o exercício de 2021 um valor total ilíquido de 1.799.000 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º-G CVM, os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

| Administrador | Remunerações Pagas (euros) | |
|---|----------------------------|-----------------------|
| | Componente Fixa | Componente Variável * |
| Pedro Soares dos Santos ¹ | 591.500 | 1.007.500 |
| Andrzej Szlęzak ² | 50.000 | - |
| María Ángela Holguín Cuéllar ² | 50.000 | - |
| Sérgio Tavares Rebelo ² | 100.000 | - |

* Remuneração variável anual atribuída e paga em 2021, na sequência da avaliação de desempenho no exercício de 2020

¹ Por exercício de funções em órgão de administração

² Por exercício de funções em órgão de fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77. e 78., definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69.).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à Cessação Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessação das funções durante o mandato do órgão de Administração.

81. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade, Para Efeitos do N.º 2 do Art.º 26.º-G CVM

A remuneração auferida pelos Membros da Comissão de Auditoria, nessa qualidade, em 2021, de forma agregada foi no montante líquido de 60.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, os valores remuneratórios líquidos pagos individualmente:

| Comissão de Auditoria | Remunerações Pagas (euros) | | | |
|------------------------------------|----------------------------|-----|---------------------|---|
| | Componente Fixa | % | Componente Variável | % |
| Sérgio Tavares Rebelo (Presidente) | 20.000 | 100 | - | - |
| Clara Christina Streit | 20.000 | 100 | - | - |
| Elizabeth Ann Bastoni | 20.000 | 100 | - | - |

Na tabela abaixo encontram-se discriminadas, nos termos do n.º 2 do Art.º 26.º-G CVM, as variações anuais dos valores remuneratórios líquidos pagos individualmente pela Sociedade aos Membros da Comissão de Auditoria, nos últimos cinco exercícios:

| Comissão de Auditoria | | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------------------------|---------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Sérgio Tavares Rebelo (Presidente) | Remuneração Fixa(€) | 16.000 | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 20.000 |
| | Varição em % | - | 25 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Clara Christina Streit | Remuneração Fixa(€) | 12.000 | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 20.000 |
| | Varição em % | - | 66,7 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Elizabeth Ann Bastoni | Remuneração Fixa(€) | - | - | - | 20.000 | 20.000 | 20.000 |
| | Varição em % | - | - | - | - | 0 | 0 |

A informação referente às variações anuais das remunerações médias pagas aos colaboradores em termos equivalentes a tempo inteiro da Sociedade, nos últimos cinco exercícios, e os indicadores de desempenho verificados no mesmo período encontram-se referidos no ponto 77.

82. Indicação da Remuneração No Ano de Referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referência foi no montante de 7.500 euros.

Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações Contratuais Previstas Para a Compensação a Pagar por Destituição Sem Justa Causa de Administrador e Sua Relação Com a Componente Variável da Remuneração

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar a Administradores em caso de destituição sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislação aplicável.

De igual forma, a cessação de funções dos membros de comissões da Sociedade reger-se-á pelo disposto na legislação aplicável.

Em todo o caso, reafirma-se, conforme já ficou dito no Ponto 69. que, de acordo com a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral de 2021, a Sociedade não adotou e não adotará qualquer política ou executará quaisquer contratos ou acordos com administradores, membros da Comissão de Auditoria ou membros de Comissões Internas da Sociedade, relacionados com o desempenho das suas funções, períodos de pré-aviso aplicáveis, cláusulas de cessação e pagamento associados à cessação dos mesmos.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 1 do Art.º 29.º-R CVM, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. k) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade.

Ver, também, Pontos 69. e 83.

Subsecção VI - Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“Stock Options”)

85. Identificação do Plano e dos Respetivos Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Ações, Critérios Relativos ao Preço das Ações e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Ações ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Ações e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Ações (“Stock Options”) De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de ações.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Diretamente Por Estes (Art.º 29.º-H, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E - Transações com Partes Relacionadas

Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transações Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração; Conflitos de Interesses

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Art.º 397.º CSC, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlęzak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlęzak (SK&S), um dos External Legal Counsels do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Art.º 397.º CSC e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida sociedade de advogados.

Em caso de conflito de interesses entre um administrador, por conta própria ou de terceiro, e a Sociedade, aplicam-se as previsões da Política Anticorrupção supra referida no ponto 49, sem prejuízo do que é referido abaixo.

Neste tipo de casos, tem igualmente aplicação o disposto no n.º 6 do Art.º 410.º CSC. Assim, não pode esse administrador votar nas deliberações que o Conselho de Administração da Sociedade venha a adotar quanto a algum assunto relativamente ao qual se verifique divergência entre o interesse, direto ou indireto, do administrador, e o interesse da sociedade, devendo tal administrador informar o Presidente do Conselho de Administração quanto a tal situação de conflito.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

A fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse, o Conselho de Administração da Sociedade adotou, com parecer favorável vinculativo da Comissão de Auditoria, o procedimento descrito infra no ponto 91.

90. Indicação das Transações Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

Não existiram e, conseqüentemente, não foram sujeitas a controlo, em 2021, quaisquer transações que preenchessem os critérios previstos nos pontos 89. e 91.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art.º 20.º CVM

Nos termos do procedimento implementado pela Sociedade, a que se faz referência no ponto 89, a fim de permitir que a Comissão de Auditoria avalie se quaisquer transações existentes com partes relacionadas foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado e também para permitir que a Comissão de Auditoria, sempre que necessário, emita o seu

parecer prévio sobre quaisquer transações com partes relacionadas ou transações que possam gerar conflitos de interesse, aplicar-se-ão as regras que se descrevem abaixo.

O Group Controller manterá uma lista atualizada (não exaustiva) de todas as entidades que possam ser consideradas como Partes Relacionadas, devendo o mesmo partilhar anualmente com as competentes áreas funcionais da Sociedade e com os CEOs e CFOs das diferentes subsidiárias da Sociedade a definição atualizada de Partes Relacionadas, de acordo com a IAS 24, e a lista acima mencionada, bem como uma cópia do procedimento aplicável.

As competentes áreas funcionais da Sociedade, bem como os CEOs e CFOs das diversas subsidiárias da Sociedade, reportarão ao Secretário da Sociedade qualquer negociação em curso com um terceiro (ainda que não conste da lista referida acima) que possa dar origem a uma Transação com Parte Relacionada (ou seja, uma transação entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e uma Parte Relacionada da Sociedade).

O relatório mencionado no parágrafo anterior deverá incluir:

- o objeto, o propósito e a conveniência, do ponto de vista dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e/ou pela subsidiária, da potencial transação com a Parte Relacionada;
- a natureza da potencial Transação com a Parte Relacionada, com a demonstração de que os respetivos termos e condições são semelhantes, ou pelo menos mais favoráveis, àqueles que a Sociedade e/ou a subsidiária obteriam em comparação com os geralmente disponíveis no mercado, ou com os oferecidos a ou por um terceiro em circunstâncias equivalentes;
- a descrição das relações existentes com a Parte Relacionada e o interesse da Parte Relacionada e de outras contrapartes na transação;
- o valor financeiro envolvido na operação com a Parte Relacionada, bem como no conjunto de eventuais negócios realizados com aquela Parte Relacionada nos 12 (doze) meses anteriores ou durante o mesmo exercício; e
- quaisquer outras informações que possam ser relevantes dadas as circunstâncias da transação específica.

O Secretário da Sociedade recolherá toda a informação das transações com Partes Relacionadas que estejam em negociação e, se necessário, avaliará em conjunto com o General Counsel e o Group Controller se tais transações podem ser consideradas como realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado.

Qualquer Transação com Parte Relacionada que não possa ser considerada como realizada no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado só poderá ser realizada mediante deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, precedida de parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade, providenciando o Secretário da Sociedade pela intervenção dos referidos órgãos sociais, com a brevidade possível.

As transações que possam ser consideradas como realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado seguirão o procedimento normal para a sua aprovação, de acordo com a lei, os estatutos, os regulamentos e as delegações de poderes aplicáveis.

Caso a transação com Parte Relacionada seja aprovada pelo Conselho de Administração e o seu valor (ou valor agregado) seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade, esta fará a divulgação pública da transação. A divulgação deve incluir:

- A identificação da parte relacionada;
- Informações sobre a natureza do relacionamento com as partes relacionadas;
- A data e o valor da transação;
- A fundamentação quanto ao carácter justo e razoável da transação, do ponto de vista da sociedade e dos acionistas que não sejam partes não relacionadas, incluindo acionistas minoritários;
- O sentido do parecer da Comissão de Auditoria da Sociedade.

As transações (exceto transações de consumo) entre a Sociedade e/ou as suas subsidiárias e:

- membros da família Francisco Manuel dos Santos, quer diretamente quer por intermédio de entidades em que detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes (não incluindo

entidades pertencentes ao grupo de sociedades e de empreendimentos comuns (“joint ventures”) encabeçado pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E., às quais, no entanto, se aplicará integralmente o procedimento descrito acima);

- Dirigentes da Sociedade, quer diretamente quer por intermédio de entidades nas quais detenham um interesse financeiro ou de que sejam dirigentes,

independentemente de qualificarem como Transações com Partes Relacionadas e/ou apesar de terem sido realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou das suas subsidiárias e em condições de mercado, serão sempre sujeitas a parecer prévio da Comissão de Auditoria da Sociedade (aplicando-se às transações aqui mencionadas que não se qualifiquem como Transações com Partes Relacionadas, com as necessárias adaptações, os procedimentos acima descritos envolvendo o reporte das situações ao Secretário da Sociedade, a recolha de informação por parte deste, e a respetiva aprovação, exceto no que se refere à necessidade de intervenção do Conselho de Administração da Sociedade, a menos que tal intervenção seja exigida pela lei, estatutos, regulamentos e delegações de poderes aplicáveis).

As disposições deste procedimento não prejudicam o previsto no Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais no que diz respeito às transações com Administradores, conforme descrito no ponto 89.

Semestralmente, o Secretário da Sociedade fará chegar à Comissão de Auditoria da Sociedade um relatório detalhado identificando as transações com partes relacionadas que tenham ocorrido nos últimos seis meses e que não tenham sido submetidas a parecer prévio de tal Comissão. O referido relatório incluirá as informações relevantes acima descritas.

Nos termos do procedimento aprovado, a Comissão de Auditoria da Sociedade deverá informar de imediato o Conselho de Administração da Sociedade caso verifique algum incumprimento do referido procedimento.

Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 23 – Partes Relacionadas do Capítulo 3 do Relatório e Contas.

Parte II – Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adotado

A Sociedade adotou o Código de Governo das Sociedades do IPCG (que se encontra publicado no sítio da internet desta instituição em <https://cgov.pt/base-de-dados/codigos-de-governo>, por entender que o mesmo assegura um nível adequado de proteção dos interesses dos acionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, e demais códigos e políticas, nomeadamente, a Política Anticorrupção, cujos conteúdos cotejam com aspetos ligados ao governo da mesma, e que podem ser consultados no seu sítio institucional. Todos os seus órgãos sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em <https://www.jeronimomartins.com/pt/>.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adotado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações do IPCG ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2018 (revisto em 2020). Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adotadas na íntegra conforme melhor se refere infra, sem prejuízo do explain apresentado.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades do IPCG (2018, revisto em 2020), as adotadas, as adotadas parcialmente, as não adotadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adoção ou adoção parcial destas recomendações.

Esclarece-se que, no que se refere às recomendações de conteúdo múltiplo, constantes da tabela de recomendações múltiplas do CGS do IPCG de 2018 revisto em 2020, em anexo à Nota Interpretativa n.º 3, disponível em <https://cam.cgov.pt/pt/documentos/1350-nota-interpretativa-n-3>, quando na tabela abaixo se referir que uma recomendação foi adotada, tal significa que a Sociedade considera que todas as “sub-recomendações” abrangidas nessa recomendação se encontram adotadas, sem prejuízo de, em casos pontuais, a recomendação em causa não ser aplicável *in totum* à Sociedade, o que se encontra identificado na tabela.

Nos casos em que a Sociedade considera ter adotado parcialmente uma determinada recomendação, faz-se a referência na tabela *infra* quanto às “sub-recomendações” que se consideram ter sido adotadas de forma parcial, e apresenta-se a necessária justificação, em relação às “sub-recomendações” não adotadas nas alíneas, abaixo, do presente ponto 2.1., apresentadas após a tabela.

| RECOMENDAÇÃO | STATUS RELATIVO À ADOÇÃO | REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS |
|--|--------------------------|---|
| Capítulo I. PARTE GERAL | | |
| I.1. Relação da sociedade com investidores e informação | | |
| I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58 |
| I.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade | | |
| I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 16 a 19 e 26, Subsecção III, pontos 31 e 33 |

| RECOMENDAÇÃO | STATUS RELATIVO À ADOÇÃO | REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS |
|---|--------------------------|--|
| considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição. | | |
| I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 22 e 23, 27 e 29, Subsecção III, pontos 34 e 35, Secção C, ponto 61 |
| I.2.3. A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 23 e 29, Subsecção III, ponto 35, Secção C, Subsecção V, ponto 62 |
| I.2.4. Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49 |
| I.3. Relação entre órgãos da sociedade | | |
| I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21 |
| I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21 e 29, Subsecção III, pontos 30 e 35 |
| I.4 Conflitos de interesses | | |
| I.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C, Subsecção II, ponto 49, Secção E, Subsecção I, ponto 89 |
| I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Secção C Subsecção II, ponto 49, Subsecção III, ponto 54, Secção E, Subsecção I, ponto 89 |
| I.5. Transações com partes relacionadas | | |
| I.5.1. O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas. | Adotada | Parte I, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91 |

| RECOMENDAÇÃO | STATUS RELATIVO À ADOÇÃO | REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS |
|---|--------------------------|--|
| I.5.2. O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral. | Não aplicável | Parte I, Secção E, Subsecção I, ponto 90, e Parte II, ponto 2.1.a) |

Capítulo II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

| | | |
|---|---------------|---|
| II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12 |
| II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção I, pontos 12 e 14 |
| II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12 |
| II.4. A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12 |
| II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione. | Não aplicável | Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13 |
| II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores. | Adotada | Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, Secção B, Subsecção I, ponto 12 |

Capítulo III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO

| | | |
|---|---|--|
| III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1. | Não Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.b) |
| III.2. O número de membros não-executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Subsecção III, ponto 31 |
| | Não aplicável Sub-recomendação III.2.(3) | |

| RECOMENDAÇÃO | STATUS RELATIVO À ADOÇÃO | REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS |
|--|---|---|
| III.3. Em todo o caso, o número de administradores não-executivos deve ser superior ao de administradores executivos. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18 |
| III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não-executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18 |
| III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>). | Não aplicável | |
| III.6. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 52, 54 e 55 |
| III.7. As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, nomeações e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, e de tal não ser proibido por lei, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão de competência nas referidas matérias. | Parcialmente Adotada (Sub-recomendação III.7. (2)) | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25, 27 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Parte II, ponto 2.1.c) |
| Capítulo IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA | | |
| IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo. | Parcialmente Adotada (Sub-recomendação IV.1.(1)) | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21, e Parte II, ponto 2.1.d) |
| IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21 |

| RECOMENDAÇÃO | STATUS RELATIVO À ADOÇÃO | REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS |
|---|--------------------------|---|
| organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais. | | |
| IV.3. No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21 |

Capítulo V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

| | | |
|--|---------|--|
| V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 21, 24, 25 e 27, e Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 70 |
|--|---------|--|

V.2 Remunerações

| | | |
|--|---------|---|
| V.2.1. A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais. | Adotada | Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66 |
| V.2.2. A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão. | Adotada | Parte I, Secção D, Subsecção I, ponto 66, Subsecção II, ponto 67 |
| V.2.3. Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações. | Adotada | Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 74, Subsecção IV, ponto 80, e Subsecção V, pontos 83 e 84 |
| V.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas. | Adotada | Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67 |
| V.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. | Adotada | Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67 |
| V.2.6. A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão. | Adotada | Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67 |
| V.2.7. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o | Adotada | Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 a 71 |

| RECOMENDAÇÃO | STATUS RELATIVO À ADOÇÃO | REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS |
|---|--------------------------|---|
| desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos. | | |
| V.2.8. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade. | Não Adotada | Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 72, e Parte II, ponto 2.1.e) |
| V.2.9. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos. | Não Aplicável | Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74 |
| V.2.10. A remuneração dos administradores não-executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69, e Subsecção IV, pontos 77 a 79 e 81 |

V.3. Nomeações

| | | |
|--|---------------|---|
| V.3.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato. | Não aplicável | Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 16 a 19, e Parte II, ponto 2.1.f) |
| V.3.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações. | Não Adotada | Parte II, ponto 2.1.g) |
| V.3.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não-executivos independentes . | Não Aplicável | Parte II, ponto 2.1.h) |
| V.3.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género. | Não Aplicável | Parte II, ponto 2.1.i) |

Capítulo VI. CONTROLO INTERNO

| | | |
|--|---------|---|
| VI.1. O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos. | Adotada | Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 52, e 54 |
| VI.2. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50 e 52 |
| VI.3. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 52 e 55 |

| RECOMENDAÇÃO | STATUS RELATIVO À ADOÇÃO | REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS |
|---|--------------------------|---|
| VI.4. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, ponto 52 |
| VI.5. O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 51, 55, e Secção E, Subsecção I, ponto 91 |
| VI.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento. | Adotada | Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50 a 54 |
| VI.7. A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52 e 55 |

Capítulo VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VII.1 Informação Financeira

| | | |
|--|---------|--|
| VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção V, ponto 61 |
|--|---------|--|

VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

| | | |
|--|---------|---|
| VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37 |
| VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, pontos 30 e 37, Subsecção V, pontos 46 e 47 |
| VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito. | Adotada | Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção V, ponto 45 |

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) Com referência à Recomendação I.5.2., a mesma não é aplicável à Sociedade, atendendo à redação do n.º 1 do Art.º 29.º-S CVM, aditado pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro, cabendo ao órgão de fiscalização da Sociedade e não ao respetivo órgão de administração, a verificação periódica das transações com partes relacionadas.

O entendimento supra enunciado foi, de igual forma, acolhido na Nota Interpretativa n.º 3, da Comissão Executiva de Acompanhamento e Monitorização do IPCG, a qual fazia ainda referência ao Art.º 249.-A CVM, em vigor na altura, com conteúdo material equivalente ao do Art.º 29.º-S CVM.

b) Quanto à Recomendação III.1, explica-se que a coordenação dos administradores não-executivos no seio da Sociedade se encontra assegurada por intermédio de um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-executivos da Sociedade. Não obstante o dever legal de vigilância que sobre os mesmos impende, sub Art.º 407.º, n.º 8 CSC, e sem prejuízo do mesmo, instituiu a Sociedade, assim, um mecanismo de comunicação por parte dos Administradores-Delegados, ou do Presidente da Comissão Executiva, consoante o caso, que assegura a prestação de informação relevante aos administradores não-executivos quanto ao exercício dos poderes delegados, ou do encargo especial atribuído. De igual forma, prevê o referido Mecanismo a satisfação de qualquer pedido de informação por parte de qualquer administrador não-executivo, para o desempenho das respetivas funções. Encontra-se ainda previsto em tal Mecanismo a possibilidade de realização de reuniões ad hoc por parte dos administradores não-executivos, e a atribuição ao Secretário da Sociedade do encargo de disponibilização atempada aos administradores não-executivos da Sociedade da agenda definitiva dos trabalhos e documentação preparatória das reuniões do Conselho de Administração e das Comissões especializadas onde tenham assento e, bem assim, de remessa aos administradores que o solicitem, de cópia das atas de reuniões da Direção Executiva, e de quaisquer órgãos sociais. A explicação supra foi já objeto de aceitação por parte da CEAM em exercícios passados.

Ver ponto 21. da Parte I, Secção B, Subsecção II.

c) Com referência à Recomendação III.7, a Sociedade não dispõe de uma Comissão de Nomeações para quadros dirigentes, pelas razões explicitadas na al. g) infra.

d) No que respeita à Recomendação IV.1., explica-se que a Sociedade apenas a cumpre parcialmente considerando que, embora tenha sido aprovado um Regulamento do Conselho de Administração que define o regime de atuação dos seus membros não regula, contudo, o exercício de funções executivas por parte de administradores executivos em entidades fora do Grupo. Não obstante, a ratio subjacente à Recomendação em causa encontra-se acutelada atendendo ao carácter familiar da Sociedade e das holdings familiares Arica Holding, B.V., Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. e Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., ao facto do respetivo Administrador-Delegado ser um membro da família que detém o controlo da Sociedade, ao teor do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade em vigor, da Delegação de Poderes a favor do atual Administrador-Delegado, e as obrigações legais a cargo dos administradores, nomeadamente, os deveres de lealdade e, em especial, os deveres de cuidado que impendem sobre os mesmos, nos termos do Art.º 64.º C.S.C..

Ver ponto 21. da Parte I, Secção B, Subsecção II.

e) Com respeito à Recomendação V.2.8., cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de administradores executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos acionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação de valor para aqueles. Note-se que a administração executiva da Sociedade tem vindo a ser exercida por membros da família que detém o controlo da Sociedade, pelo que o alinhamento de interesses de longo prazo entre a administração executiva e a Sociedade se encontra naturalmente assegurado.

Ver ponto 69. da Parte I, Secção D, Subsecção III.

f) Quanto à Recomendação V.3.1., a mesma não foi aplicável à Sociedade no ano de 2021, considerando que se encontra em curso o mandato 2019-2021, não se tendo verificado a eleição para quaisquer órgãos sociais da Sociedade.

g) Com respeito à Recomendação V.3.2., há que explicar que o Grupo Jerónimo Martins tem atravessado um momento de elevado crescimento, tendo atualmente operações em três países, e empregando já mais de cem mil colaboradores. A direção de Recursos Humanos da Sociedade desenvolveu, assim, os estudos necessários, e implementou os mecanismos apropriados para proceder à gestão dos seus colaboradores, a todos os níveis, e disponibilizar as necessárias ferramentas às sociedades do Grupo, tanto no momento da contratação inicial, como na subsequente progressão de carreiras. Acresce que, tendo a Sociedade uma notória dimensão familiar, a Política de Recursos Humanos e, sobremaneira, a sua seleção e recrutamento reveste especial importância e suscita especial atenção por parte do Administrador-Delegado, ele próprio membro da família controladora.

Ver ponto 21 da Parte I, Secção B, Subsecção II (“Recursos Humanos”), e a explicação constante da alínea d) *supra*.

h) No que concerne à Recomendação V.3.3., ver a explicação constante da alínea anterior

i) Com referência à Recomendação V.3.4., ver a explicação constante da alínea g) *supra*..

3. Outras Informações

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

**Jerónimo
Martins**



**RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
NA CRIAÇÃO DE VALOR**

RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA

Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor

| | |
|--|-----|
| 1. Abordagem de Responsabilidade Corporativa | 239 |
| 2. Promover a Saúde pela Alimentação | 242 |
| 3. Respeitar o Ambiente | 256 |
| 4. Comprar com Responsabilidade | 278 |
| 5. Apoiar as Comunidades Envolventes..... | 293 |
| 6. Ser um Empregador de Referência..... | 303 |
| 7. Compromissos para 2021-2023 | 321 |
| 8. Taxonomia da União Europeia..... | 330 |
| 9. Tabela de Indicadores..... | 335 |

1. Abordagem de Responsabilidade Corporativa

Os quase 230 anos de experiência acumulada na área alimentar mostram como temos conseguido criar valor de forma consciente, procurando gerir o equilíbrio entre prosperidade económica, desenvolvimento social e preservação ambiental.

Sabemos que as sociedades modernas enfrentam desafios complexos e reconhecemos que a nossa própria existência enquanto organização depende dos recursos que a Terra fornece.

É por isso que, em 2021, reforçámos a nossa relevância enquanto agente de mudança em questões relacionadas com sustentabilidade ambiental e social ao longo de toda a cadeia de valor.

Fomos classificados com o nível máximo (A) nos programas Clima e Água do CDP – Disclosure Insight Action. Já na avaliação às *commodities* associadas ao risco de desflorestação (óleo de palma, carne bovina e soja) atingimos o nível Liderança (A-) pelo terceiro ano consecutivo, o que posiciona Jerónimo Martins como o retalhista alimentar com melhor classificação a nível mundial.

A poucos meses da Cimeira do Clima de Glasgow e numa altura em que se ultimavam alterações à legislação europeia, fomos um dos 11 subscritores de uma carta aberta a pedir mais ambição à União Europeia no combate à desflorestação. Fomos também um dos primeiros signatários do Código de Conduta da UE sobre Práticas Empresariais e Comerciais Responsáveis.

Em 2021 mantivemo-nos no restrito lote de empresas presentes no Gender-Equality Index da Bloomberg para a igualdade de género e inaugurámos o Centro Incluir para potenciar a empregabilidade de pessoas com deficiência através de formação especializada.

No âmbito da nossa visão para democratizar o acesso à alimentação, aprofundámos o que entendemos ser crucial para um consumidor: ter informação sobre o que compra. Nesse sentido, optámos por colocar o símbolo Nutri-Score, mais intuitivo sobre os perfis nutricionais dos produtos pré-embalados, aplicando-o em mais de 160 referências em Portugal e na Polónia. Inaugurámos ainda, procurando continuar a garantir a segurança alimentar, o nosso laboratório de biologia molecular.

Dez anos após a definição das primeiras metas de responsabilidade corporativa, estamos presentes em mais de 100 índices internacionais de sustentabilidade.

Índices de Sustentabilidade

O Grupo Jerónimo Martins está também presente em mais de 100 índices internacionais de sustentabilidade, que reconhecem a evolução nas áreas ambiental, social e de governo (ESG, na língua inglesa).

Somos a única empresa portuguesa na lista A do CDP (antigo Carbon Disclosure Project, atual Carbon Insight Action), tendo recebido duas notas A: uma no programa Clima e a outra no programa Água. Pelo terceiro ano consecutivo, somos o único retalhista alimentar mundial classificado com A- (nível Liderança) na gestão de três das quatro *commodities* associadas ao risco de desflorestação: óleo de palma, soja e gado bovino. A outra commodity é madeira e papel, onde temos a nota B.

Estamos no índice Eurozone ESG Large 80, que agrupa as empresas da Euronext melhor adaptadas à transição energética. Estamos também em índices como o Euronext Vigeo Eiris Eurozone 120 e Europe 120, FTSE4Good Europe, FTSE4Good Developed e FTSE4Good Developed Minimum Variance.

No início de 2022 confirmou-se que, pelo segundo ano consecutivo, fazemos parte do Bloomberg Gender-Equality Index (que avalia boas-práticas em igualdade de género).

1.1. Destaques de 2021

A nossa estratégia de Responsabilidade Corporativa é formada por cinco pilares transversais a todas as Companhias e pretende responder aos desafios e expectativas identificados pelos nossos públicos, em linha com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e com os Princípios do Global Compact das Nações Unidas.

I – Promover a Saúde pela Alimentação

Apostamos na qualidade, diversidade e segurança dos produtos que comercializamos.

- Evitámos a entrada no mercado de 1.215,6 toneladas de açúcar, 152,8 de gorduras e 20,4 de sal com as reformulações nutricionais de produtos de Marca Própria e perecíveis;
- Aplicámos o símbolo Nutri-Score em mais de 160 referências de Marca Própria em Portugal e na Polónia;
- Inaugurámos um laboratório de biologia molecular que efetua 350 análises mensais a produtos alimentares de Marca Própria e comida fresca para Portugal, Polónia e Colômbia.

II – Respeitar o Ambiente

Procuramos reduzir os impactes ambientais das nossas operações e cadeias de abastecimento.

- Reduzimos a pegada de carbono (âmbitos 1 e 2) em 35% face a 2017;
- Diminuímos o consumo de energia em 11% por 1.000 euros de vendas face a 2017;
- Reduzimos o consumo de plástico em 15% por milhão de euros de vendas face a 2018.

III – Comprar com Responsabilidade

Integramos critérios sociais e ambientais ao longo de toda a cadeia de abastecimento.

- Cerca de 89% das compras de produtos alimentares foram feitas a fornecedores locais;
- Os produtos de Marca Própria e perecíveis com certificação de sustentabilidade representam 7,8% das vendas nestas categorias;
- A Biedronka antecipou em quatro anos o objetivo de erradicar as compras de ovos frescos provenientes de galinhas enjauladas.

IV – Apoiar as Comunidades Envolventes

Procuramos contribuir para o combate à fome e à subnutrição, em particular junto das comunidades onde temos operações.

- Foram atribuídos 51,3 milhões de euros em apoios, mais 8% que em 2020;
- A doação de alimentos totalizou 21,4 toneladas, mais cerca de 15% em comparação com o ano anterior;
- O Grupo fechou um acordo com a WOŚP (Grande Orquestra Solidária de Natal), o maior evento de solidariedade da Polónia.

V - Ser um Empregador de Referência

Promovemos a criação de emprego, políticas salariais equilibradas e um ambiente de trabalho estimulante.

- Aumentámos a nossa força de trabalho em 4,4% (mais 5.248 colaboradores);
- Promovemos 17.426 colaboradores;
- Investimos 217 milhões de euros em prémios pagos aos colaboradores;
- Melhorámos o rácio salarial entre géneros para 97,6%, mais 1,1 p.p que em 2020.

1.2. Envolvimento com os stakeholders

[GRI 102-21, GRI 102-40, GRI 102-42, GRI 102-43, GRI 103-1]

Mantemos um diálogo regular com os nossos públicos, que nos permite identificar e gerir aspetos de sustentabilidade com impacto relevante sobre a sociedade e sobre os nossos negócios. Os stakeholders considerados são¹⁴:

- acionistas e investidores;
- analistas;
- organismos oficiais, entidades de supervisão e autarquias locais;
- fornecedores, parceiros e prestadores de serviços;
- colaboradores;
- clientes e consumidores;
- comunidades locais;
- jornalistas;
- organizações não-governamentais e associações.

Os nossos interlocutores preferenciais para cada tipo de stakeholder e os respetivos canais de comunicação estão descritos em detalhe no website corporativo. Também as organizações nacionais e internacionais que o Grupo integra estão detalhadas listadas na mesma plataforma¹⁵.

A revisão dos aspetos materiais que devemos considerar na estratégia e reporte de responsabilidade corporativa é feita a cada três anos. O último exercício foi realizado em 2019 e destacou dez temas¹⁶:

- qualidade e segurança alimentar;
- redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis;
- ética e transparência;
- combate ao desperdício alimentar;
- respeito pelos direitos humanos e laborais;
- oferta de produtos a preços acessíveis;
- respeito pelos direitos humanos e laborais na cadeia de abastecimento;
- missão, visão e estratégia;
- apoio a projetos sociais;
- integração dos princípios de economia circular.

O órgão que assegura o cumprimento, divulgação e reforço dos princípios de responsabilidade corporativa é a Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa¹⁷. Junto das Companhias, são os Comitês de Sustentabilidade que gerem as prioridades e o alinhamento entre as políticas de responsabilidade corporativa do Grupo e as práticas em cada uma.

Em 2021 foram realizados 20 Comitês de Sustentabilidade, nos quais foram discutidos temas relacionados com as estratégias de reformulação nutricional, o desenvolvimento de soluções diferenciadas nos produtos de Marca Própria, o combate às alterações climáticas, a poluição por plástico, o bem-estar animal e o apoio às comunidades envolventes.

¹⁴ Para mais detalhes consulte o nosso website corporativo na página "[Os Nossos Públicos](#)".

¹⁵ Informação adicional no website Jerónimo Martins na página "[Sobre Nós](#)".

¹⁶ Para mais detalhes consulte o nosso website corporativo na página "[Definindo as Nossas Prioridades](#)".

¹⁷ As competências da Comissão estão descritas no website corporativo, na área de "[Investidor](#)".

2. Promover a Saúde pela Alimentação

2.1. Introdução

Reconhecemos o contributo que um Grupo como o nosso pode ter para a adoção de estilos de vida mais saudáveis por via da alimentação. Para isso, trabalhamos com o objetivo de minimizar o recurso a ingredientes artificiais e métodos de processamento nos alimentos que produzimos e comercializamos. Ao mesmo tempo, apostamos na diversificação das opções para consumidores com necessidades ou preferências específicas, como alergias e intolerâncias alimentares.

2.2. Qualidade e Diversidade

Por forma a garantir os elevados padrões de qualidade e segurança alimentar dos produtos que comercializamos, em Portugal, na Polónia e na Colômbia são seguidas as seguintes linhas de orientação:

- a Política da Qualidade e Segurança de Produto¹⁸, que visa melhorar o desenvolvimento e a monitorização de produtos de Marcas Próprias (alimentares e não alimentares) e perecíveis;
- a Política Nutricional¹⁸, que aborda o perfil nutricional, os ingredientes preferenciais de uso, a rotulagem, o tamanho das porções, a melhoria contínua e a comunicação;
- as *guidelines* de desenvolvimento de produtos de Marca Própria e perecíveis, que especificam, entre outros, restrições na utilização de corantes, conservantes e outros aditivos artificiais, e definem quantidades máximas de ingredientes como o sal, o açúcar e a gordura, bem como princípios de rotulagem nutricional.

2.2.1. Lançamentos

O Grupo mantém a aposta em disponibilizar produtos que respondam às necessidades e preferências dos consumidores enquanto alarga também a oferta de alimentos que contribuam para padrões de consumo mais responsáveis.

Polónia

A Biedronka colocou no mercado 70 novos produtos de Marca Própria que promovem uma alimentação mais saudável. Alguns dos destaques do ano foram quatro produtos sem glúten (como o tofu marinado com manjeriço e o tofu com paprica defumada Go Vege), oito sem lactose (como o kefir natural Mleczna Dolina), o iogurte estilo turco Ayran (feito com leite de vacas alimentadas com ração livre de organismos geneticamente modificados – OGM) e 23 produtos clean label¹⁹ (como o iogurte homogeneizado quark de baunilha com apenas três ingredientes Tutti).

Destaque, ainda, para as massas instantâneas Culineo sem o intensificador de sabor glutamato monossódico²⁰, e ainda os gelados de wafer Marletto sem lecitina de soja.

Nas categorias de produtos para veganos e vegetarianos, sem OGM e respeitando outros critérios exigidos legalmente²¹, chegaram ao mercado pela mão da Biedronka 45 referências, como o creme de aveia e as bebidas de base de aveia com vitaminas B12 e D fermentada Go Vege. Nas categorias de frescos destacam-se os pães regionais, o pão estilo mediterrânico com tomate seco e azeitona, e o pão com sementes e ómega-3. Em 2021, a oferta de pão biológico esteve disponível em 470 lojas, mais 32 que em 2020.

¹⁸ Esta política encontra-se no nosso website corporativo, na página "[Promover a Saúde pela Alimentação](#)".

¹⁹ Sem (ou com um número limitado de) aditivos típicos para uma determinada categoria, de acordo com as disposições legais.

²⁰ Aditivo de uso comum no sector alimentar, o glutamato potencia o sabor de alguns alimentos. Segundo a EFSA, atualmente, não existe um nível numérico de ingestão diária aceitável (IDA) especificado para o ácido glutâmico e glutamatos usados como aditivos alimentares na UE. Existem algumas reações adversas registadas em casos de exposição média a frequente, nomeadamente dores de cabeça. Para saber mais: <https://www.efsa.europa.eu/en/press/news/170712>

²¹ As alegações quanto à aptidão para consumo vegan devem responder a determinados critérios, designadamente: cumprir o Regulamento da Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto à rotulagem de alimentos, podendo ser apresentado como "alimento para veganos" ou "adequado a veganos" os produtos que não utilizam no seu processo de produção ingredientes de origem animal; ter boas práticas de produção, por forma a minimizar o potencial de contaminação cruzada de ingredientes não vegetais; e não conter OGM.

Portugal

Entre os produtos lançados pelas várias insígnias, destaque para os *plant-based* Pingo Doce como os hambúrgueres de feijão vermelho e milho painço (sem glúten, sem corantes nem conservantes e de origem biológica), o *burger beef-style* e as almôndegas *beef-style* sem intensificadores de sabor ou aromas de origem animal, e o iogurte natural probiótico, sem açúcares adicionados, com leite inteiro, fermentos lácteos e com culturas vivas do iogurte que melhoram a digestão da lactose.

Go Active

Indicada para diferentes perfis de consumidores, dos desportistas aos seniores e população em geral, a gama Go Active foi criada em 2021, sendo o Pingo Doce o primeiro retalhista alimentar em Portugal a lançar uma marca dedicada ao estilo de vida ativo.

O projeto, que resulta do trabalho conjunto desenvolvido pelas equipas de Bem Estar, Nutrição e Qualidade do Grupo Jerónimo Martins, trouxe para o mercado oito produtos, que são acompanhados na sua embalagem por um "Proteinómetro", uma escala com o teor de proteína presente, para que o consumidor possa fazer a sua opção conforme a idade e estilo de vida.

Na gama Pura Vida, dedicada a pessoas com necessidades alimentares mais específicas ou que preferem uma alimentação mais equilibrada e natural, lançou-se o leite enriquecido para pessoas com mais de 50 anos com uma fórmula exclusiva desenvolvida pelo Pingo Doce e apoiada pela Fundação Portuguesa de Cardiologia. Contém leite magro, não tem lactose, é enriquecido com ómega-3, fibra e os minerais selénio e magnésio.

A gama Go Vege aumentou a oferta com 12 novos produtos aptos para consumidores vegetarianos e veganos (como o patê de tomate seco e arandos) e ainda três referências de hambúrgueres (de beterraba, de pimentão e de cenoura). Entre as marcas Pingo Doce, incluindo perecíveis, e Go Bio estiveram também à venda 100 artigos biológicos, dez dos quais foram novos produtos.

Na área de perecíveis, foram lançados novos produtos de padaria, com destaque para o pão de figo e mel e o pão proteico. Já nas áreas de *meal solutions* e *takeaway*, a oferta para vegetarianos foi alargada para nove alternativas (como o empadão de lentilhas ou o folhado de espinafres com queijo ricotta), prosseguindo-se, ainda, o fornecimento de sopas aos clientes do canal HoReCa.

Colômbia

O pão congelado sem glúten Mr. Congelo e o leite sem lactose De La Cuesta em bolsas de 900 ml, foram os destaques de lançamentos do ano.

Produtos Diferenciadores*

| Tipologia | Polónia | | Portugal ²² | | Colômbia ²³ | | Total | |
|--------------------------|---------|-------|------------------------|-------|------------------------|-------|---------|-------|
| | Lançam. | Total | Lançam. | Total | Lançam. | Total | Lançam. | Total |
| Sem Glúten | 4 | **94 | 5 | 1.038 | 1 | 2 | 10 | 1.134 |
| Sem Lactose | 8 | 20 | 3 | 40 | 1 | 2 | 12 | 62 |
| Vegan e vegetariano | 45 | 146 | 5 | 55 | - | - | 50 | 201 |
| Biológicos ²⁴ | 5 | 95 | 10 | 100 | - | - | 15 | 195 |

*Referências no ano.

**Referências que ostentam um símbolo específico que garante uma composição livre de glúten.

²² Pingo Doce, Recheio e perecíveis.

²³ Ara.

²⁴ Biedronka e perecíveis.

2.2.2. Reformulações

[GRI 416-1]

A estratégia de reformulação é dirigida prioritariamente a alimentos que:

- sejam consumidos por públicos maioritariamente infantis;
- contenham quantidades elevadas de sal, açúcar, gordura, gordura saturada e/ou aditivos considerados supérfluos;
- sejam consumidos em grandes quantidades e, como tal, a sua reformulação possa ter um impacto positivo sobre a saúde pública;
- embora possam ser percecionados como saudáveis, tenham um perfil nutricional que necessita de ser ajustado;
- contêm pouca quantidade de fibras, vitaminas e minerais;
- contêm ingredientes potencialmente geradores de alergias.

Em 2021 foram revistas as receitas de 91 produtos alimentares²⁵. Com este processo de melhoria contínua evitámos a entrada no mercado de mais de 1.200 toneladas de açúcar, mais de 149 de gordura, 3 de gordura saturada e mais de 20 de sal.

Reformulações Nutricionais de Produtos

| | Biedronka | Pingo Doce ²⁵ | Recheio | Ara | Total |
|---|-----------|--------------------------|---------|-----|---------|
| Produtos reformulados* | 34 | 36 | 21 | - | 91 |
| Sal (no. referências) | 14 | 5 | 3 | - | 22 |
| Açúcar (no. referências) | 24 | 31 | 16 | - | 69 |
| Gordura (no. referências) | 2 | 1 | 1 | - | 4 |
| Gordura saturada (no. referências) | - | 2 | 2 | - | 4 |
| Quantidades evitadas (toneladas)** | | | | | |
| Sal | 16,2 | 3,3 | 0,9 | - | 20,4 |
| Açúcar | 868,6 | 305,3 | 41,7 | - | 1.215,6 |
| Gordura | 127,3 | 22,3 | 0,1 | - | 149,7 |
| Gordura saturada | - | 3,0 | 0,1 | - | 3,1 |

* Um produto pode ter a sua receita revista face a mais do que um ingrediente. O método de contagem única de produto, e não de referências, é feito com este propósito.

** A quantidade de toneladas removidas é obtida através do seguinte método de cálculo: quantidade destes ingredientes presentes na fórmula das referências abrangidas multiplicada pelo número de unidades compradas ou vendidas no ano.

Polónia

Dos 34 produtos reformulados na Polónia, destaque para três referências de iogurtes bi-compartimentados Miami e os cappuccinos instantâneos Mokate (reduções de, respetivamente, 33% e entre os 12% e os 17% no açúcar), a beterraba gratinada Nasza Spizarnia (teor de sal reduzido em 40%) e os queijos camembert Delikate (diminuições de 31% na gordura).

Numa lógica de *clean labelling*, a 28 produtos contendo ingredientes considerados supérfluos, como potenciadores de sabor e corantes artificiais (particularmente em artigos muito consumidos por públicos infantis) foram removidos ou substituídos por ingredientes de origem natural. Um dos exemplos são os snacks da marca Top, como os chips de tortilla, dos quais se removeram os intensificadores de sabor e os extratos de levedura.

É possível encontrar o reporte do progresso dos Compromissos 2021-2023 e de outros estabelecidos pelo Grupo no website corporativo de Jerónimo Martins²⁶.

²⁵ Inclui perecíveis.

²⁶ Informação disponível na página "[Os Nossos Compromissos e Progresso](#)".

Portugal

Em Portugal, foram revistas as receitas de 57 produtos, em que se incluem matérias-primas para perecíveis. Destacam-se os cereais Crunchy Muesli Pingo Doce e o refrigerante Cola Clássica (reduções de açúcar de 23% e de 19%, respetivamente), as Pipocas Doces (artigo muito consumido por públicos infantis, com redução de 46% na gordura saturada) e a Polpa de Tomate (redução de 63% de sal).

Na categoria de padaria, substituiu-se o óleo de palma por óleo de girassol na mistura para fabrico de bolo-rei. Adicionalmente, no *takeaway* do Pingo Doce, sete referências de salgados passaram a ser confeccionados no forno em vez de fritos em óleo, o que reduziu o teor de gordura.

Já a remoção ou a substituição parcial de aditivos, como os edulcorantes, abrangeu 16 referências entre as quais as bolachas de maçã e canela, e as de sementes integrais de chia Pura Vida, respetivamente.

O progresso dos compromissos assumidos pelo Pingo Doce no contexto da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) do Governo português pode ser consultado no website corporativo de Jerónimo Martins²⁷.

Colômbia

Na Colômbia, foi revista a receita de três referências de molhos e um artigo de charcutaria da marca Kai, resultando na remoção do potenciador de sabor glutamato monossódico. No atum Costa Blanca removemos o óleo de soja da sua composição.

2.2.3. Promoção de Escolhas Mais Conscientes

Entre as prioridades definidas neste âmbito estão o formato dos produtos, a indicação voluntária do número de porções de cada embalagem, a informação sobre o tempo médio de consumo após abertura (ex., maioneses, leites e doces de fruta) e a menção, sempre que possível, de apenas uma data de validade para evitar a confusão do consumidor com outras datas impressas (como as de produção de lotes).

Por exemplo, em 2021, as áreas de *meal solutions* e *takeaway* apostaram em dosagens mais pequenas de sopas, trazendo para o mercado referências de 400 gramas como alternativas às doses de 900 gramas.

Informação de produto

Para além da informação técnica e legal incluída na embalagem (composição e tabelas nutricionais completas, com valores por 100 gramas e por dose), o Grupo optou pela divulgação voluntária de informação nutricional mais intuitiva na frente das embalagens para facilitar ao consumidor uma decisão de compra mais consciente.

Em Portugal, utilizamos:

- símbolo “Sem OGM” em produtos constituídos maioritariamente por milho e/ou soja, dois ingredientes que são suscetíveis de ser modificados geneticamente – no final de 2021, 10% dos 205 artigos²⁸ elegíveis tinham este símbolo;
- simbologia específica, nas bebidas alcoólicas, para i. índice calórico (92% das referências, rácio igual a 2020), ii. aviso para mulheres grávidas (100% das referências) e iii. apelo à condução responsável (39%, mais 28 p.p. do que em 2020);
- iconografia para produtos que são fonte de ómega-3, sem açúcares adicionados, sem gordura, sem lactose e sem glúten;
- a manutenção da identificação de produtos de charcutaria Pingo Doce que tenham menor teor de gordura e sal, de acordo com os requisitos do programa “Escolha Saudável”, desenvolvido em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.

²⁷ Informação adicional disponível no nosso website corporativo, na página [“Reformulações”](#).

²⁸ Inclui 105 produtos Pingo Doce (Pingo Doce, Go Bio e Pura Vida) e 100 artigos Recheio (Amanhecer, Gourmês, Masterchef). Selo “Sem OGM”: 18 artigos Pingo Doce e 2 artigos Recheio à venda em 2021.

Na Polónia, sinalizamos:

- com símbolo “Sem OGM” os produtos à base de plantas²⁹ e constituídos maioritariamente (>50% no peso líquido) por milho e/ou soja – no final de 2021, este símbolo foi aplicado em 84% dos 32 produtos³⁰ elegíveis (mais 44 p.p. face a 2020);
- indicação de fibra na tabela nutricional presente no verso das embalagens;
- com simbologia específica, e com base em critérios próprios e exigidos nomeadamente pela legislação polaca, os produtos para consumidores veganos e para vegetarianos, acompanhando os lançamentos e reformulações que se destinam a consumidores com necessidades ou preferências alimentares específicas, principalmente da gama Go Vege (45 produtos foram rotulados “Apto para Vegans”);
- com iconografia própria os produtos que são fonte de ómega-3, sem lactose e sem glúten. Neste último caso, mantivemos a parceria com a Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten para o acompanhamento da produção e lançamento de produtos sem glúten, garantindo quer a ausência de contaminação cruzada quer a certificação final de quatro novos produtos;
- com simbologia diferenciada os produtos seleccionados da gama Plony Natury que são fonte de fibra, ricos em fibra, fonte de magnésio e fonte de proteína (iniciativa realizada em 2021);
- com simbologia aplicada a bebidas alcoólicas, i. o índice calórico (92% das referências, mais 32 p.p. face a 2020), ii. o aviso dirigido às mulheres grávidas (87%, mais 79 p.p. face a 2020) e iii. o apelo à condução responsável (84%, mais 67 p.p. do que em 2020).

Na Colômbia, mantivemos a adoção voluntária de indicações nutricionais dos ingredientes recomendados para consumo diário. Na face frontal da embalagem são apresentados valores para calorias, gordura, sódio, açúcar e proteínas. Iniciou-se, também, o processo de *repackaging* de produtos com níveis de sal, gordura e açúcar acima dos recomendados pelas autoridades de saúde, que incluiu ainda a aplicação de símbolos de recomendação em produtos com baixos teores dos ingredientes em causa, de acordo com as metas³¹ estabelecidas pelas referidas autoridades para dezembro de 2022.

No caso da referência de cerveja 20 de Julio, da Ara, esta apresentou os símbolos de condução responsável e de aviso para grávidas.

Informação noutros meios

Além das embalagens dos produtos, nas quais se divulgam conselhos de confeção e sugestões de acompanhamento com vegetais ou fruta, também o website³², as redes sociais e a revista Sabe Bem (tiragem média bimestral de 150 mil exemplares) são canais utilizados pelo Pingo Doce para a promoção da dieta mediterrânica. São também publicadas receitas que incentivam o reaproveitamento de excedentes alimentares.

O Pingo Doce produziu 400 mil cópias do livro Quatro Estações à Mesa com o Pingo Doce, com 150 receitas que respeitam os princípios da dieta mediterrânica. Destaque ainda para a campanha “Juliana da Semana”, baseada na recomendação semanal de uma sopa enquadrada nos princípios desta dieta.

O Pingo Doce e a CUF (grupo empresarial especializado em cuidados de saúde) uniram-se para promover a saúde através da alimentação e criaram o programa “A Saúde Alimenta-se” que dá a conhecer as propriedades de algumas frutas e legumes, bem como o papel que podem desempenhar numa alimentação diversificada e equilibrada. O objetivo é ajudar e incentivar os consumidores a selecionarem aqueles que mais se adequam às suas necessidades e estilo de vida³³.



²⁹ A rotulagem aplica-se em duas dimensões, em cumprimento da legislação polaca: “Sem OGM” (para alimentos de origem vegetal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, excluindo produtos de origem animal e ração, isentos de organismos geneticamente modificados) e “Produzido Sem o Uso de OGM” (para produtos de origem animal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, isentos de organismos geneticamente modificados).

³⁰ Inclui produtos Pingo Doce (gamas Pingo Doce, Go Bio e Pura Vida), Recheio (Amanhecer, Gourmês, Masterchef) e marcas próprias da Biedronka.

³¹ Ley Colombiana 2120 e Resolución 810, ambas de 2021.

³² Adicionalmente, o website tem uma lista de produtos sem lactose ou sem glúten, com o objetivo de auxiliar os consumidores nas suas compras. Esta lista é atualizada mensalmente pela equipa de nutrição do Pingo Doce, de acordo com o controlo analítico efetuado aos produtos de Marca Própria.

³³ Para saber mais, consulte www.pingodoce.pt/responsabilidade/a-saude-alimenta-se e www.cuf.pt/saude-alimenta-se

Rotulagem voluntária: Nutri-Score



Em 2021, o Pingo Doce e a Biedronka adotaram o Nutri-Score, uma simbologia mais intuitiva sobre a qualidade nutricional de alimentos pré-embalados. O Nutri-Score foi criado pela autoridade francesa de saúde pública e estabelece uma classificação nutricional de A (qualidade nutricional elevada) a E (produtos que devem ser consumidos com menor frequência), sendo acompanhada de um código de cores.

Este símbolo, colocado na frente da embalagem, leva em consideração nutrientes e elementos que devem ser mais consumidos como fibra, proteína, fruta e vegetais, leguminosas, frutos gordos, colza, nozes e azeite, e aqueles a serem limitados, como calorias, açúcar, ácidos gordos saturados e sal. O Nutri-Score não avalia micronutrientes, como vitaminas ou minerais, nem a presença de aditivos.

Iniciou-se a introdução deste símbolo nas embalagens de cereais de pequeno-almoço, snacks salgados, bolachas, queijos, leguminosas e refeições refrigeradas, entre outros das marcas próprias do Pingo Doce e da Biedronka num total de 103 e 59 produtos, respetivamente.

Mais informação pode ser encontrada nos websites www.pingodoce.pt/responsabilidade/nutri-score e www.biedronka.pl/nutri-score.



A Biedronka manteve as revistas trimestrais *Czas Na...* (Tempo Para...), focada em nutrição e estilos de vida mais saudáveis, cada uma com 120 receitas e tiragem média de 200 mil exemplares e dedicada. Uma das edições foi dedicada aos princípios da dieta mediterrânica – preferência por produtos locais e sazonais – adaptados à cozinha polaca.

Na Colômbia, a Ara aderiu à iniciativa do Gabinete da Primeira Dama “Gran Alianza por la Nutrición”, que visa reduzir o défice nutricional em populações vulneráveis. Também a campanha “Misión Nutrición” procurou sensibilizar a população para a alimentação saudável, alcançando uma média de 2,2 milhões de pessoas (reach) através das publicações feitas nas redes sociais³⁴.

2.2.4. Parcerias e Apoios

O Grupo mantém um diálogo regular com instituições públicas e privadas de referência, de modo a aprender e a partilhar conhecimentos sobre alimentação, nutrição e saúde.

Em Portugal, o Pingo Doce é um membro ativo da APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição –, participando, entre outras comissões técnicas, nas dedicadas à qualidade alimentar. Foram mantidas parcerias com organizações que visam contribuir para a alimentação saudável enquanto pilar de saúde pública, como a Direção-Geral da Saúde (no âmbito do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável³⁵), a Associação Portuguesa de Celíacos e a Associação Portuguesa de Nutricionistas.

³⁴ Para saber mais, consulte www.instagram.com/p/CYFwS0DFXfB

³⁵ Disponível em www.alimentacaosaudavel.dgs.pt

Na Polónia, além dos acordos já anteriormente estabelecidos para a publicação de informação sobre alimentação saudável e a identificação mais intuitiva de produtos alimentares, desenvolveram-se duas novas iniciativas.

A primeira foi a publicação pela Biedronka do relatório “Hábitos Alimentares na Polónia, o Que Mudou nos Últimos 25 anos?”³⁶ baseado numa investigação social liderada pelo centro Ipsos, em cooperação com o Instituto Nacional de Saúde Pública. Esta pesquisa – que recorreu a métodos qualitativos e quantitativos – tentou perceber que padrões alimentares estão a ser seguidos pela população polaca, quais as alterações da dieta ao longo dos últimos anos e como tem a Biedronka promovido mudanças nos hábitos de consumo.

A segunda iniciativa foi a apresentação das conclusões do relatório no 6.º Congresso Nacional de Nutrição, organizado pelo Instituto Nacional de Saúde Pública e que contou com a Biedronka como parceira.

Outras parcerias do Pingo Doce e da Biedronka podem ser consultadas no website Jerónimo Martins³⁷.

Na Colômbia, a Ara manteve a sua participação nas comissões de trabalho do ICONTEC – Instituto Colombiano de Normas Técnicas para a normalização dos parâmetros técnicos de qualidade em fruta e vegetais. O objetivo é avaliar níveis de maturidade, dimensões, uso e gestão de resíduos de pesticidas na produção.

2.3. Qualidade e Segurança Alimentar

O investimento permanente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos está na base do capital de reputação das nossas insígnias e negócios. Contamos com os nossos técnicos de qualidade e segurança alimentar, e também recorremos a auditores externos e a laboratórios independentes e acreditados.

Em 2021 inaugurámos o nosso próprio laboratório de biologia molecular, uma estrutura *state of the art* que acrescenta capacidade para verificar a autenticidade dos ingredientes e prevenir a fraude alimentar. O laboratório do Grupo realiza análises a produtos oriundos de Portugal, da Polónia e da Colômbia.

Durante o ano, realizámos 14.380 auditorias internas às infraestruturas do Grupo (mais 12,7% que em 2020), 181.040 análises a superfícies de trabalho e a manipuladores, entre outros (mais 22,7%), e 66.874 análises a produtos alimentares (mais 11,7%).

A execução das auditorias internas e de seguimento³⁸, assim como das análises a efetuar aos produtos comercializados, tem em linha de conta o grau de risco associado a critérios como higiene, segurança alimentar e outros aspetos de qualidade³⁹.

2.3.1. Certificações

Durante o ano foram renovadas ou estendidas a novas infraestruturas as seguintes certificações:

- ISO 22000:2018, nos 16 centros de distribuição na Polónia, relativa ao processo de armazenagem e distribuição de produtos alimentares de origem animal e *plant based*, e na sede da Biedronka, relativa ao desenvolvimento de produtos alimentares de Marca Própria;
- FSSC 22000 v.5 (que inclui a ISO 22000:2018) – na fábrica de sopas na Polónia, relativa ao pronto-a-comer após aquecimento e embalamento individualizado;

³⁶ Disponível em csr.biedronka.pl e em formato PDF [aqui](#).

³⁷ Disponível no nosso website corporativo na página “Comunicação”.

³⁸ Diferenciando-se conforme a unidade de negócio e a infraestrutura a avaliar, as auditorias realizadas internamente consideram critérios organizados em dimensões como condições básicas de higiene, limpeza e desinfeção, manutenção de infraestrutura e equipamento, boas práticas de produção, manuseamento de produto, disponibilização de água potável, metrologia, controlo de pragas, gestão de resíduos, registos, rastreabilidade e atualização de procedimentos. Tais auditorias determinam uma classificação, com escalas distintas conforme as unidades de negócio: “Inaceitável”, “Básico”, “Satisfatório”, “Bom”, “Muito Bom” e “Excelente”, sendo as potenciais ações corretivas a adotar definidas conforme a gravidade das não-conformidades encontradas. Também os períodos concedidos para a resolução das questões identificadas podem variar entre o imediato e o tempo até à auditoria subsequente.

³⁹ Incluem, entre outros: a legislação em vigor e as especificações técnicas das autoridades oficiais; as recomendações da União Europeia e/ou outros órgãos oficiais; os avisos de emergência RASFF – Rapid Alert System for Food and Feed e os incidentes de fraude alimentar conhecidos; as características físicas dos produtos (como a perecibilidade) e as organolépticas (como cor, textura, sabor ou cheiro); o país de origem de produção e/ou de fornecimento dos produtos e o histórico dos parceiros comerciais; a expansão comercial (lojas e centros de distribuição); as condições envolventes (saneamento ou condições climáticas relacionadas com humidade e temperaturas médias); a opção por esquemas de certificação de infraestruturas; e os resultados de avaliações de anos transatos.

- ISO 9001:2015 – desenvolvimento de marcas próprias em Portugal e acompanhamento do produto/fornecedor após lançamento;
- HACCP segundo o Codex Alimentarius⁴⁰ – as duas cozinhas centrais do Pingo Doce (na vertente de segurança alimentar), 13 lojas Recheio, uma plataforma food service da Recheio MasterChef em Lisboa e quatro centros de distribuição em Portugal (na vertente de segurança alimentar);
- Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, de acordo com a Norma Portuguesa EN ISO 22000:2018 – em 25 lojas Recheio e em duas plataformas food service da Recheio MasterChef;
- Manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho Europeu – renovada em 2021 para todos os centros de distribuição da Polónia e de Portugal.

2.3.2. Auditorias

[GRI 416-1]

Para além das auditorias internas, foram também feitas auditorias aos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria. Os resultados podem ser consultados no subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”.

Polónia

As lojas da Biedronka e os centros de distribuição foram alvo de auditorias, tanto por equipas internas como por auditores externos, para verificação da adequação de instalações, equipamentos e procedimentos.

| Lojas e centros de distribuição Biedronka | Lojas Biedronka | | | Centros de distribuição | | |
|---|-----------------|-------|-------------|-------------------------|------|-------------|
| | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
| Auditorias internas | 7.021 | 6.376 | +10,1% | 32 | 35 | -8,6% |
| Auditorias de acompanhamento | 243 | 150 | +62,0% | 0 | 0 | - |
| Auditorias externas | 145 | 135 | +7,4% | 20 | 20 | - |
| Desempenho HACCP* | 84% | 85% | -1 p.p. | 89% | 90% | -1 p.p. |

*A implementação HACCP na Biedronka é avaliada com base em referenciais próprios que, por sua vez, se baseiam no Codex Alimentarius. Nos centros de distribuição, a taxa de conformidade diz respeito à certificação ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.

Durante o ano foi feita a revisão do plano HACCP⁴¹ para atualizar os procedimentos em lojas que suportam as entregas de produtos em casa dos clientes através de plataformas digitais parceiras.

Registaram-se mais auditorias internas e de seguimento fundamentalmente motivadas pela expansão da rede da Biedronka, pelo alargamento dos balcões de venda de carne para 500 lojas (mais 97% que em 2020)⁴² e pela própria planificação anual, que considera os resultados obtidos em anos transatos. Os controlos externos aumentaram devido à expansão da insígnia, tendo sido incluídas 123 novas lojas no plano de controlo HACCP. Também contribuiu para este aumento o controlo de lojas com sortido de pão biológico (470, mais 32 do que em 2020)⁴³.

Nos centros de distribuição, o decréscimo das auditorias internas é justificado pelo atraso do calendário de 2019, cujas auditorias tiveram de ser feitas em 2020. Tal facto tornou desnecessário novas auditorias no decorrer do ano, por forma a normalizar a planificação. O decréscimo no desempenho explica-se por critérios mais rígidos em áreas identificadas nas auditorias internas como críticas, cuja ponderação no resultado final foi maior, e também em resultado da atualização da norma ISO 22000:2018, que obrigou a novos requisitos de higiene aplicáveis aos locais e aos colaboradores que manipulam os produtos.

A quantidade de análises aumentou cerca de 125% face a 2020, para 59.709, essencialmente devido ao acima referido alargamento do número de lojas com balcões de carne. No caso dos manipuladores, tal

⁴⁰ Conjunto de normas internacionais que visam promover a segurança sanitária dos alimentos e a proteção dos consumidores. O Codex Alimentarius pode ser consultado em <https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/home/en/>

⁴¹ O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP – Hazard Analysis and Critical Control Points) visa evitar, por via da eliminação ou redução de perigos, potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, garantindo assim que os alimentos são seguros para consumo.

⁴² Em 2020 eram 254. Na Polónia, as auditorias internas, incluindo as de acompanhamento a lojas e centros de distribuição são adjudicadas a entidades externas e independentes, como a Diversey, a Det Norske Veritas (DNV-GL) ou a Lloyd's Register.

⁴³ Os controlos externos foram exercidos pela AgroEko, uma entidade independente e autorizada pelas entidades oficiais para este efeito.

redução fica a dever-se a uma mudança metodológica: os equipamentos eram considerados nesta rubrica até 2020, enquanto que em 2021 passaram para as superfícies de trabalho.

| Número de análises/amostras recolhidas | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|---------------|---------------|----------------|
| Superfícies de trabalho | 53.972 | 13.160 | +310,1% |
| Manipuladores | 4.234 | 12.415 | -65,9% |
| Matérias-primas/produto acabado | 617 | 556 | +11,0% |
| Água | 886 | 448 | +97,8% |
| Total | 59.709 | 26.579 | +124,6% |

Portugal

Auditorias realizadas ao Pingo Doce, ao Recheio e aos centros de distribuição

| | Lojas Pingo Doce | | | Lojas Recheio | | | Centros de distribuição** | | |
|------------------------------|------------------|-------|-------------|---------------|------|-------------|---------------------------|------|-------------|
| | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
| Auditorias internas | 608 | 516 | +17,8% | 81 | 43 | +88,4% | 26 | 24 | +8,3% |
| Auditorias de acompanhamento | 3.104 | 2.590 | +19,9% | 202 | 271 | -25,5% | 173 | 35 | +394,3% |
| Auditorias externas | 47 | 33 | +42,4% | 16 | 10 | +60,0% | 4 | 1 | +300,0% |
| Desempenho HACCP* | 81% | 80% | +1 p.p. | 86% | 88% | -2 p.p. | 92% | 82% | +10 p.p. |

*No Pingo Doce e no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adequados às realidades em que as companhias operam.

** Incluem também as cozinhas centrais e as cantinas internas.

No caso das lojas, o foco das auditorias esteve na qualidade dos produtos expostos, na higiene e limpeza das lojas, e no apoio à operação (triagem, verificação de produto ou reposição).

No Pingo Doce, a expansão de lojas face a 2020 e o objetivo de melhoria de desempenho HACCP explicam o aumento do número de auditorias internas e de acompanhamento. No Recheio, retomou-se a frequência de duas auditorias internas de avaliação por ano, verificando-se assim uma diminuição das auditorias de acompanhamento. As variações de desempenho em HACCP nas lojas estão relacionadas com o número de auditorias realizadas e respetivas classificações por comparação com 2020.

Quanto ao maior número de auditorias externas, deve-se também ao levantamento de medidas no âmbito da pandemia, o que permitiu verificações presenciais das autoridades.

Nos centros de distribuição, rubrica que passa a agregar as cozinhas centrais e as cantinas internas, registou-se um aumento significativo das auditorias de acompanhamento, essencialmente nas cozinhas centrais, que se deveu à inclusão seguimento dos testes relacionados com novos produtos e alterações de receita.

Foram ainda efetuadas 111.674 análises de qualidade e segurança alimentar (menos 0,5% que em 2020) nas lojas Pingo Doce, Recheio, nos centros de distribuição e outras estruturas, como a fábrica de massas frescas e as cozinhas. Na maioria das rubricas, o decréscimo relaciona-se com o histórico de gestão dos riscos associados que, por ser muito positivo, tornou desnecessária a mesma regularidade. O aumento no controlo de matérias-primas/produto acabado acompanha a inclusão de novas lojas nos planos de controlo analítico.

| Número de análises/amostras recolhidas | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Superfícies de trabalho | 46.276 | 50.448 | -8,3% |
| Manipuladores | 17.764 | 18.654 | -4,8% |
| Matérias-primas/produto acabado | 41.203 | 36.655 | +12,4% |
| Água | 6.431 | 6.502 | -1,1% |
| Total | 111.674 | 112.259 | -0,5% |

Colômbia

Foram realizadas auditorias às lojas Ara e aos centros de distribuição por entidades externas e independentes (Diversey e Ecolab).

| Ara | Lojas | | | Centros de distribuição | | |
|---------------------------------------|-------|-------|-------------|-------------------------|------|-------------|
| | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
| Auditorias internas | 2.157 | 1.816 | +18,8% | 6 | 5 | +20,0% |
| Auditorias de acompanhamento | 723 | 901 | -19,8% | 4 | 2 | +100,0% |
| Boas práticas de higiene e qualidade* | 88% | 84% | +4 p.p. | 93% | 98% | -5 p.p. |

*A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas vigentes, em linha com critérios que visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controlo e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspetos de higiene e controlo de qualidade das condições das instalações para o manuseamento do produto, e também pontos relacionados com a temperatura do produto, o tipo de embalagens e ainda relativos aos procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

O aumento verificado nas auditorias internas deveu-se à expansão das lojas e correspondente número de visitas dos especialistas externos e independentes, em virtude de um contexto pandémico menos restritivo à mobilidade. As auditorias de acompanhamento são executadas por equipas internas e por entidades externas, conforme os resultados obtidos anteriormente e segundo as matrizes de risco estabelecidas. Por esse motivo, foi privilegiada a implementação de medidas corretivas consideradas prioritárias. Adicionalmente, as equipas internas fizeram 901 auditorias ad hoc não previstas.

A melhoria do desempenho nas lojas deve-se à definição de um “delegado” de qualidade e segurança alimentar em cada loja, que acompanha a implementação dos procedimentos e das correções pós-auditorias. Esse “delegado” também colabora no desenho de um plano interno adaptado a cada loja. Nos centros de distribuição, os aumentos são justificados pelo acompanhamento da nova infraestrutura em Cúcuta, bem como pelas menores restrições à circulação face a 2020, ano em que não foi possível concretizar todas as auditorias previstas. Os dados indicam uma necessidade de melhoria das ações corretivas para o ano de 2022.

Para tornar a prevenção e o combate a práticas de fraude alimentar mais eficientes, foram criadas iniciativas internas como:

- a implementação de um módulo digital na plataforma interna de Quality Management System (QMS) dedicado a registo de reclamações de clientes para maior rastreabilidade dos produtos e fornecedores junto das lojas e centros de distribuição;
- o desenvolvimento de estratégias de mitigação e de procedimentos de monitorização e verificação, em linha com as áreas prioritárias identificadas em 2020;
- a formação de equipas da área da qualidade e dos centros de distribuição em aspetos de food defense, como a identificação de produtos que não cumpram os requisitos.

Em 2021 foram realizadas 9.657 análises, um aumento de 10% face a 2020 que se deve sobretudo à recolha pró-ativa de amostras em todas as lojas duas vezes por ano. Este mecanismo está em prática desde 2020 e pretende melhorar o desempenho de qualidade e segurança da Ara.

| Número de análises/amostras recolhidas | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|--------------|--------------|---------------|
| Superfícies de trabalho | 3.098 | 2.780 | +11,4% |
| Manipuladores | 1.398 | 1.221 | +14,5% |
| Matérias-primas/produto acabado | 1.369 | 1.244 | +10,1% |
| Água | 3.792 | 3.506 | +8,2% |
| Total | 9.657 | 8.751 | +10,4% |

2.3.3. Análises

[GRI 416-1]

Os produtos comercializados são verificados quanto à sua qualidade e segurança, sendo as análises conduzidas em laboratórios externos acreditados. No total, foram feitas 49.813 análises a produtos alimentares de marca própria (mais 13% que em 2020) e 17.061 análises a perecíveis (mais 8%), incluindo-se nestas últimas 2.266 realizadas no laboratório de biologia molecular que o Grupo inaugurou em 2021.

Polónia

| Número de análises/amostras recolhidas | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Marca Própria – Alimentar | 14.981 | 14.452 | +3,7% |
| Marca Própria – Não-alimentar | 1.007 | 1.052 | -4,3% |
| Marca Própria | 15.988 | 15.504 | +3,1% |
| Fruta e vegetais | 4.085 | 3.572 | +14,3% |
| Carne e pescado | 1.128 | 971 | +16,2% |
| Padaria | 257 | 210 | +22,4% |
| Ovos | 213 | 63 | +238,1% |
| Perecíveis | 5.683 | 4.816 | +18,0% |
| Total | 21.671 | 20.320 | +6,6% |

No caso das Marcas Próprias da Biedronka, os aumentos devem-se ao alargamento do portefólio de produtos, assim como ao volume de produtos a analisar em resultado da expansão da insígnia.

O aumento nas categorias de perecíveis pode ser explicado da seguinte forma:

- Fruta e vegetais – maior controlo de produtos provenientes de países extracomunitários, oferta mais alargada e mais fornecedores;
- Carne e pescado – mais baldões de carne, testes extra planificação e maior investimento em testes laboratoriais cuja execução não foi tão alargada em 2020;
- Padaria – número de referências em loja aumentou 50%;
- Ovos – mais fornecedores e aumento da frequência e tipologia de análises.

Portugal

| Número de análises/amostras recolhidas | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|---------------|---------------|--------------|
| Marca Própria – Alimentar* | 17.815 | 17.814 | -0,0% |
| Marca Própria – Não-alimentar | 4.452 | 4.214 | +5,6% |
| Marca Própria | 22.267 | 22.028 | +1,1% |
| Fruta e vegetais | 1.827 | 2.790 | -34,5% |
| Carne | 1.466 | 1.154 | +27,0% |
| Pescado | 1.820 | 1.480 | +23,0% |
| Padaria | 596 | 510 | +16,9% |
| Meal solutions | 5.558 | 5.046 | +10,1% |
| Perecíveis | 11.267 | 10.980 | +2,6% |
| Total | 33.534 | 33.008 | +1,6% |

*Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, denominação de espécies, análises de controlo e análises extra.

O aumento de quase 6% das análises de produtos não-alimentares de Marca Própria deve-se ao número de artigos em venda, que cresceu durante 2021.

No caso dos perecíveis, todas as categorias tiveram incrementos, com exceção da fruta e vegetais. Neste último caso, o decréscimo deveu-se à revisão dos critérios de definição do plano de controlo analítico, considerando a variabilidade dos artigos, os volumes de compras e o histórico de conformidade.

Nos produtos de padaria, o incremento prendeu-se com o aumento do sortido, com maior controlo analítico a produtos e matérias-primas. Já o reforço dos controlos em *meal solutions* ficou a dever-se à definição e confirmação das datas de validades de novas referências.

Colômbia

| Número de análises/amostras recolhidas | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Marca Própria – Alimentar | 17.017 | 11.740 | +45,0% |
| Marca Própria – Não-alimentar | 4.475 | 3.119 | +43,5% |
| Marca Própria | 21.492 | 14.859 | +44,6% |
| Fruta e vegetais | 46 | 36 | +27,8% |
| Carne | 61 | 29 | +110,3% |
| Padaria | 4 | 2 | +100,0% |
| Perecíveis | 111 | 67 | +65,7% |
| Total | 21.603 | 14.926 | +44,7% |

A evolução na análise de produtos de Marca Própria acompanha o alargamento da oferta do sortido regular (mais 160 artigos do que em 2020) e a expansão da rede de lojas.

No caso dos perecíveis, o aumento do número de amostras tem por base um plano que considera a avaliação de risco dos fornecedores e dos produtos, o número de produtos em venda e a natural expansão de lojas, que obriga a uma maior recolha de amostras para garantir o controlo das diferentes categorias.

2.3.4. Recolha de Produtos Alimentares

[GRI 416-2]

Uma das ações para defender a saúde pública e preservar a reputação e a credibilidade das Companhias é a recolha de produtos que possam representar algum perigo para os consumidores e para a sociedade. A monitorização contínua, a ligação às entidades oficiais de saúde e a rastreabilidade de produtos e fornecedores permitem às Companhias uma resposta célere e eficaz na prevenção e/ou na reação a qualquer incidente relacionado com um alimento.

Existem dois tipos de recolha de produto alimentar, que abordam riscos distintos face à saúde e segurança dos consumidores, seja em loja ou em centros de distribuição: *recall*⁴⁴ (retirada de venda de produtos com potencial risco para a saúde) e *withdrawal*⁴⁵ (retirada de venda de produtos sem risco para a saúde). Em qualquer um dos casos são ativados mecanismos de investigação interna e, se necessário, também junto de fornecedores para a identificação das causas e com vista a implementar-se as devidas ações corretivas para a sua prevenção.

A severidade dos riscos para a saúde e segurança dos consumidores classifica-se como:

- Nível I – Críticos (*Recall*): aspetos que poderão afetar a segurança alimentar e consequentemente a saúde pública;
- Nível II – Qualidade e Segurança Alimentar (*Withdrawal*): aspetos que podem afetar a experiência do consumidor e a segurança alimentar do produto;

⁴⁴ *Recall*: uma ação tomada pelas Companhias do Grupo como resposta a inspeções realizadas por autoridades locais, aos resultados de análises laboratoriais ou de auditorias internas, ou a queixas/denúncias de vários públicos interessados (produtores, retalhistas, agências governamentais ou consumidores). São obrigatórias, sendo a sua comunicação para devolução ou destruição por parte dos consumidores publicada através dos meios próprios.

⁴⁵ *Withdrawal*: uma ação voluntária ou obrigatória que pode ser tomada em duas ocasiões conforme análise de risco efetuada pelas Companhias ou inspeção por autoridade local: a) quando são detetados defeitos de qualidade (ex., cor ou textura), de peso ou irregularidades na rotulagem (que não represente risco potencial para a saúde ou segurança dos consumidores); ou b) por precaução enquanto se aguardam investigações a um potencial risco para a saúde e segurança das pessoas. Caso se determine um risco credível, o alimento é retirado de venda passando a ser categorizado como *recall*.

- Nível III – Rotulagem (*Withdrawal*): aspetos de obrigatoriedade legal na rotulagem.

Em 2021, registou-se um total de 315 incidentes que motivaram a retirada de venda de produtos alimentares, uma diminuição de 6% face a 2020. Dos incidentes ocorridos em 2021, a maioria (91%) foi classificada como de Nível II e de Nível III.

Número de incidentes de recall e withdrawal

| Recalls/withdrawals | | Nível I (Recall) | | Nível II (Withdrawal) | | Nível III (Withdrawal) | | Incidentes totais | |
|------------------------|-----------------|---------------------|------|--------------------------|------|---------------------------|------|-------------------|------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Grupo | | 29 | 17 | 243 | 252 | 43 | 65 | 315 | 344 |
| Portugal ⁴⁶ | Marcas Próprias | 10 | 8 | 74 | 60 | 11 | 16 | 95 | 84 |
| | Perecíveis | 0 | 0 | 49 | 57 | 17 | 24 | 66 | 81 |
| Polónia ⁴⁷ | Marcas Próprias | 3 | 1 | 54 | 71 | 7 | 14 | 64 | 86 |
| | Perecíveis | 4 | 3 | 2 | 4 | 0 | 2 | 6 | 9 |
| Colômbia ⁴⁸ | Marcas Próprias | 12 | 5 | 59 | 56 | 0 | 3 | 71 | 64 |
| | Perecíveis | 0 | 0 | 5 | 4 | 8 | 6 | 13 | 10 |

O acompanhamento e controlo de fornecedores/produtos são as ações que continuamente o Grupo toma de modo a prevenir inconformidades nos produtos e, conseqüentemente, a necessidade de retiradas de venda.

2.3.5. Formação

A formação na Polónia abrangeu 21.762 colaboradores, mais 14% do que em 2020. Foram reforçadas as ações formativas e o volume de formação cresceu 21%, demonstrando a preocupação que existe com os temas tratados. A evolução destes indicadores também se explica pela abertura de novas lojas, pela aposta em categorias de frescos, bem como pela disponibilização de ferramentas digitais.

Os conteúdos focaram, entre outros:

- os sistemas de gestão de segurança alimentar, no âmbito das normas internacionais HACCP e ISO 22000;
- as boas práticas de defesa alimentar (*food defense*), no âmbito da ameaça de adulteração intencional de alimentos;
- as boas práticas de produção e higiene alimentares;
- o controlo de temperatura dos alimentos;
- conhecimentos básicos e a manipulação de produtos biológicos.

Em Portugal, foram ministradas mais de 35 mil horas de formação a 10.931 colaboradores. Estes valores representam aumentos de, respetivamente, 10% e 44%. Apesar da diminuição do número de ações face a 2020, o Grupo envolveu mais colaboradores em sessões de formação e com uma duração superior.

Incluíram-se nos conteúdos de formação:

- os requisitos associados ao sistema de gestão de segurança alimentar implementado nas companhias e, em particular, nas categorias de perecíveis e áreas das cozinhas centrais e *meal solutions*, assim como os requisitos da norma ISO 22000:2018;
- a rotulagem de leite e produtos lácteos, e gestão de alérgenos;
- as boas-práticas na manipulação de perecíveis.

Na Colômbia, foram asseguradas 146.133 horas de formação a 10.970 colaboradores (aumento de 36% devido à expansão operacional da Ara). O aumento de 190% no volume de formação relaciona-se com o reforço das formações virtuais e a diversidade de cursos disponibilizados, que permitiram veicular mais

⁴⁶ Pingo Doce e Recheio.

⁴⁷ Biedronka.

⁴⁸ Ara.

conteúdos a mais colaboradores – como os relacionados com boas-práticas de produção e de higiene, requisitos de defesa alimentar ou qualidade.

A diminuição do número de ações formativas prende-se com a adaptação de parte das sessões para formato online e correspondente metodologia de cálculo (em modelo presencial as ações são contabilizadas por ocorrência, enquanto as ações virtuais, independentemente do número de vezes em que ocorram, contam apenas uma vez).

| Formação em higiene e segurança alimentar | Volume de formação ⁴⁹ | | Ações formativas | | Colaboradores formados | |
|---|----------------------------------|----------------|------------------|--------------|------------------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Grupo | 213.186 | 108.684 | 10.208 | 9.243 | 43.663 | 34.742 |
| Portugal ⁵⁰ | 35.027 | 31.874 | 4.781 | 4.895 | 10.931 | 7.573 |
| Polónia ⁵¹ | 32.026 | 26.416 | 4.911 | 3.199 | 21.762 | 19.107 |
| Colômbia ⁵² | 146.133 | 50.394 | 516 | 1.149 | 10.970 | 8.062 |

⁴⁹ Volume de formação = número de pessoas formadas x número de horas ministradas de conteúdos de Higiene e Segurança Alimentar.

⁵⁰ Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Hussel e Jerónimo Martins Restauração e Serviços.

⁵¹ Biedronka.

⁵² Ara.

3. Respeitar o Ambiente

3.1. Introdução

Confirmando a tendência dos relatórios anteriores, a edição de 2022 do Global Risks Report⁵³, do World Economic Forum, coloca cinco riscos ambientais entre os dez com maior potencial de ameaça à escala global para a próxima década. O fracasso da ação climática, as condições meteorológicas extremas e a perda de biodiversidade são indicados como os riscos com maior potencial de causar impactes negativos. São também aqueles que contribuem para agravar outros riscos de carácter ambiental, como os danos com origem na atividade humana e as crises de recursos naturais, e social, como as migrações humanas involuntárias, as crises de subsistência e a erosão da coesão social.

O Grupo Jerónimo Martins está alinhado com estas preocupações e a sua Política Ambiental⁵⁴ define as prioridades de atuação com o objetivo de reduzir os impactes ambientais nas suas operações e cadeias de abastecimento: preservar a biodiversidade, combater as alterações climáticas e promover uma economia mais circular através, também, da gestão responsável de resíduos.

3.2. Preservação da Biodiversidade

[GRI 304-2; GRI 304-3; GRI 304-4]

Dada a especialização na comercialização de produtos perecíveis – como carne, pescado, fruta e legumes –, o Grupo está consciente que a sua atividade impacta e depende da biodiversidade e dos serviços prestados pelos ecossistemas.

Os cenários atuais⁵⁵ preveem que, se nada for feito, a trajetória de diminuição da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas⁵⁶ se irá manter para além de 2050. Um estudo recente⁵⁷ indica que, se forem tomadas ações imediatas, é ainda possível reduzir a taxa de extinção de espécies e estabilizar a 'integridade' da biodiversidade. A mesma publicação considera que os custos serão menores num cenário de ação imediata quando comparado com cenários de intervenção mais tardios.

São já bem conhecidas as interdependências e a complexidade dos sistemas ambientais, e a forma como podem impactar e ser impactados pelo desenvolvimento socioeconómico. Será necessário definir políticas holísticas baseadas na ciência que incluam fazer todos os esforços para limitar o aumento da temperatura média global abaixo de 1,5° C acima do nível pré-industrial, e preservar e restaurar a biodiversidade. Estas políticas devem passar pelo reforço dos mecanismos de apoio e incentivo, adoção de melhores práticas agrícolas e de produção, redução do desperdício alimentar e promoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis.

Estamos conscientes da importância, também para a sustentabilidade do nosso negócio, de preservar os ecossistemas e reverter a perda de diversidade biológica. Para isso definimos políticas e estratégias de atuação em vários estágios da cadeia de valor. A montante, e em parceria com fornecedores, promovemos iniciativas de sensibilização e monitorização como o projeto de agricultura sustentável ou as ações de combate à desflorestação. Nas operações promovemos, por exemplo, a preservação das espécies de peixe selvagem, introduzimos produtos e serviços com um melhor perfil ambiental e social, e implementamos práticas mais sustentáveis na produção de carne bovina, leite e aquacultura. A jusante, junto dos consumidores e da população em geral, e em parceria com centros de investigação e/ou organizações não-governamentais⁵⁸, promovemos projetos de sensibilização e de preservação de ecossistemas, habitats e espécies dos quais as nossas atividades dependem e/ou que são por elas afetados.

⁵³ O Global Risks Report 2022 do World Economic Forum, publicado em janeiro de 2022, está disponível em www3.weforum.org/docs/WEF_The_Global_Risks_Report_2022.pdf.

⁵⁴ Disponível para consulta na área de "Responsabilidade" do nosso site corporativo.

⁵⁵ Disponível em www.cbd.int/gbo/gbo5/publication/gbo-5-spm-en.pdf.

⁵⁶ De acordo com o World Resources Institute (2003), os serviços dos ecossistemas são os benefícios fornecidos pela natureza e incluem: (i) serviços de abastecimento, tais como alimentos e água; (ii) serviços de regulação, tais como regulação de cheias, seca, degradação do solo e doenças; (iii) serviços de apoio, tais como formação do solo e ciclos de nutrientes; e (iv) serviços culturais, tais como benefícios recreativos, espirituais, religiosos e outros benefícios não materiais.

⁵⁷ Vivid economics and Natural History Museum (2021), 'The Urgency of Biodiversity Action'

⁵⁸ Para saber mais sobre estas ações, consulte esta secção e 3.5. "Ações de Sensibilização", bem como o subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas Mais Sustentáveis de Produção".

Adicionalmente, fazemos parte de iniciativas – como o act4nature Portugal⁵⁹, o Business for Nature⁶⁰ ou a Forest Positive Coalition of Action⁶¹ – nas quais assumimos compromissos de preservação e regeneração da biodiversidade.

As iniciativas para a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade a montante, bem como nas nossas operações, são descritas no subcapítulo 6. “Comprar com Responsabilidade”. Relativamente às ações desenvolvidas em 2021 junto da população e sociedade civil, doámos mais de 600 mil euros para apoiar projetos de recuperação de habitats naturais, proteção da diversidade biológica e sensibilização ambiental.

Projetos Destacados de Proteção da Biodiversidade⁶²

| Instituição | Projeto | Descrição |
|--|---|--|
| Associação Natureza Portugal em associação com World Wildlife Fund (WWF) | Green Heart of Cork | Projeto apoiado desde 2013 por Jerónimo Martins. Contribuiu para a certificação (FSC®) de 30 mil ha de montado, incluindo uma área de 1.302 ha de Alto Valor de Conservação. |
| ProAves | Proteção das araras | Iniciado em 2019 com o apoio da Ara, o projeto contempla a proteção de cinco espécies de araras na reserva natural de Tití Cabeciblanco e na sua área de influência, bem como ações de sensibilização em Antioquia. Em 2021 foi realizado um esforço de amostragem de 879 km e foram registadas 324 araras das cinco espécies. Foi ainda assegurada a proteção de 1.442 árvores, essenciais como habitat das araras, das quais 165 em áreas de reflorestação, tendo sido plantadas 125 novas árvores autóctones. |
| Salamandra – Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza | Apoio a espécies em vias de extinção na Polónia | A Biedronka iniciou, em 2021, o apoio a esta iniciativa ⁶³ , que será implementada em cooperação com organizações ambientais especializadas na proteção de espécies ameaçadas. No final do ano, lançou-se o concurso de projetos para proteção dos ouriços-cacheiros. A Biedronka irá financiar pelo menos 12 desses projetos. |

3.3. Combate às Alterações Climáticas

A necessidade urgente de implementar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas foi reforçada pelo regresso das emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE) a níveis pré-pandémicos e pelos alertas do 6.º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)⁶⁴, indicando que, ao ritmo atual de emissões, o aumento de 1,5°C será atingido nas próximas duas décadas.

A estratégia de combate às alterações climáticas do Grupo Jerónimo Martins é transversal a toda a sua cadeia de valor e inclui medidas de identificação e gestão dos riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas. Inclui também medidas de mitigação como a redução dos consumos de energia nas operações e ações junto dos fornecedores através, por exemplo, da promoção de boas-práticas agrícolas ou dos compromissos de combate à desflorestação⁶⁵.

⁵⁹ Business Council for Sustainable Development Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável).

⁶⁰ www.businessfornature.org.

⁶¹ www.theconsumergoodsforum.com/environmental-sustainability/forest-positive.

⁶² Disponível no nosso website corporativo na página “Biodiversidade”.

⁶³ Esta iniciativa está associada à campanha de sensibilização Gang Swojaków (Gangue dos Peluches). Para mais informação sobre esta ação, consulte o subcapítulo 5. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 5.5. “Outros Apoios Diretos”.

⁶⁴ O relatório do IPCC “Climate Change 2021: The Physical Science Basis”, publicado em 2021, está disponível em www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-i.

⁶⁵ Para saber mais sobre estas ações, consulte o subcapítulo 4. “Comprar com Responsabilidade”, secção 4.3. “Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção”.

Jerónimo Martins é o retalhista alimentar com melhor classificação pelo CDP a nível mundial

O Grupo foi distinguido pelo CDP com um duplo A, tendo recebido aquela que é a pontuação máxima nos programas "Combate às alterações climáticas" e "Gestão da água enquanto recurso crítico".

No que diz respeito ao combate à desflorestação, o Grupo é, pelo terceiro ano consecutivo, o único retalhista alimentar no mundo com um nível de liderança (A-) nas commodities óleo de palma, carne de bovino e soja associadas ao risco de desflorestação. Quanto à commodity madeira/papel a pontuação obtida é de B.

Estas avaliações do CDP – Carbon Insight Action (anteriormente designado por Carbon Disclosure Project) colocam Jerónimo Martins como a retalhista alimentar com a melhor classificação a nível mundial.

3.3.1. Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)

[GRI 201-2]

Com o objetivo de melhorar a quantificação e gestão dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas, continuámos, em 2021, o nosso trabalho na implementação das recomendações da TCFD⁶⁶. Em conjunto com os fornecedores de Marca Própria e Perecíveis, o nosso foco foi identificar medidas de mitigação e de adaptação, já implementadas ou a implementar, para aumentar a resiliência da cadeia de abastecimento. Neste âmbito, consideramos as seguintes dimensões: governo, estratégia, gestão do risco, métricas e metas, e evolução.

Governo

Para além de serem prioridades na nossa Política Ambiental, os riscos e oportunidades associados às alterações climáticas são parte integrante da Estratégia de Responsabilidade do Grupo, tanto ao nível das operações como da cadeia de abastecimento. Estes temas são acompanhados nas reuniões regulares dos Comités de Sustentabilidade de cada uma das Companhias e da Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa⁶⁷ que colabora com o Conselho de Administração avaliando e submetendo as propostas de orientação estratégica no domínio da responsabilidade corporativa, nas quais se inclui a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Estratégia

Na realização deste trabalho foi selecionada uma amostra de 30 grupos de produtos alimentares relevantes para os negócios do Grupo nas três geografias onde tem operações: Polónia, Portugal e Colômbia. Os riscos climáticos foram avaliados em quatro estágios da cadeia de valor – produção, processamento, logística e estabelecimentos – e incluíram a análise de várias categorias de risco para um horizonte temporal até 2030, considerando dois cenários:

- aumento de temperatura média entre 4,0°C e 6,1°C (cenário RCP 8.5⁶⁸), assumindo que os esforços para limitar o aumento da temperatura média falham;
- aumento de temperatura média fica abaixo dos 2,0°C (cenário RCP 2.63), em linha com o assumido no Acordo de Paris.

Os principais riscos e oportunidades identificados para os negócios do Grupo estão relacionados com a origem dos ingredientes utilizados, bem como a exposição a riscos climáticos físicos como alterações de temperatura, aumento de precipitação, eventos climáticos extremos e aumento do nível do mar. Foram também avaliados os riscos e oportunidades de transição para uma economia de baixo carbono em que, entre os riscos de transição energética, se considera, por exemplo, um aumento dos custos com energia associados às metas do Acordo de Paris. Nesta primeira avaliação não foram consideradas medidas de mitigação ou adaptação já implementadas ou planeadas.

⁶⁶ A TCFD é uma iniciativa promovida pelo setor financeiro que permite às empresas quantificar e divulgar os riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas, bem como os seus planos de ação.

⁶⁷ Mais informação disponível no nosso website corporativo em "[Comissões Especializadas](#)".

⁶⁸ Os cenários RCP (Representative Concentration Pathways) foram desenvolvidos pelo Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change) e representam trajetórias de emissões futuras baseadas na concentração de gases com efeito de estufa associados às atividades humanas.

Os resultados desta avaliação estão a ser materializados em ações concretas que dão continuidade a atividades já em curso, como a aquisição de certificados de energia renovável, a instalação de equipamentos com gases refrigerantes naturais e com menor potencial de aquecimento global, o combate à desflorestação, o projeto de agricultura sustentável e o desenvolvimento de planos com ações de mitigação e adaptação para ingredientes com riscos climáticos. Neste contexto, é essencial o mapeamento regular dos riscos e oportunidades climáticos na cadeia de abastecimento e uma cooperação estreita com os fornecedores de Marca Própria e perecíveis do Grupo.

Em 2021, foi desenvolvido um roteiro TCFD para se estabelecer uma estratégia de mitigação e adaptação aos riscos climáticos identificados e que inclui a:

- identificação e avaliação do grau de maturidade das medidas implementadas;
- colaboração com fornecedores para implementar medidas adicionais adequadas a cada ingrediente e para cada categoria de risco;
- definição de novos ciclos de avaliação dos riscos climáticos e inclusão de novas categorias de produtos e respetivos ingredientes.

A identificação das medidas de mitigação e adaptação permitiu reavaliar o risco climático identificado em 2020. Iniciou-se o desenvolvimento de roteiros por ingrediente, com identificação de ações de resposta ao risco climático para as diferentes categorias produtos nas várias fases da cadeia de abastecimento. Com base no trabalho preliminar, conseguimos estimar uma redução do risco em 1/3 face ao valor inicialmente estimado.

Esta avaliação também permitiu identificar oportunidades na cadeia de abastecimento do Grupo. Entre estas, destacam-se a importância do aumento do investimento:

- em fontes de energia renovável, como a instalação de painéis fotovoltaicos, que contribuem para mitigar as alterações climáticas e reduzem os riscos associados ao aumento do preço da energia;
- no desenvolvimento de produtos que promovam uma maior facilidade no armazenamento ou transporte, sobretudo em períodos de frio extremo (com tendência a ser mais prolongados no tempo);
- na identificação de rotas e portos marítimos alternativos;
- no reforço da procura pela produção local para mitigar os riscos logísticos que o frio extremo e o aumento do nível da água do mar apresentam para algumas origens atuais.

Para além dos impactos negativos das alterações climáticas na produção até 2030, é necessário considerar em futuras avaliações como potencial oportunidade o aumento de produção de algumas culturas, devido à alteração dos padrões de temperatura e precipitação identificados para algumas das origens avaliadas.

Em 2021, foram envolvidos de forma ativa na avaliação 160 fornecedores estratégicos de Marca Própria e Perecíveis da Biedronka, Pingo Doce, Recheio e Ara, o que resultou na identificação de diferentes medidas de mitigação e adaptação aos riscos climáticos. Algumas das medidas identificadas são apresentados na tabela seguinte.

Riscos climáticos – medidas de adaptação implementadas

| Ingrediente | Companhias | Fase cadeia de valor | Risco Climático | Exemplos de medidas de adaptação implementadas |
|----------------|------------------------------------|----------------------|---------------------------|--|
| Carne de aves | Pingo Doce Recheio | Produção | Risco de frio extremo | <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de resíduos florestais para aquecimento das instalações avícolas |
| Carne de porco | Pingo Doce Recheio | Produção | Risco de frio extremo | <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de mantas térmicas • Reaproveitamento de aparas de papel para as camas |
| | Biedronka Pingo Doce Recheio | Produção | Risco de escassez de água | <ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento da água da chuva • Utilização de sistemas inteligentes de gestão de irrigação e distribuição de água |
| Tomate | Biedronka | Produção | Risco de frio extremo | <ul style="list-style-type: none"> • Produção em estufas |

| Ingrediente | Companhias | Fase cadeia de valor | Risco Climático | Exemplos de medidas de adaptação implementadas |
|-------------------------|------------------------------|----------------------|---------------------------------|--|
| Batata | Ara Pingo Doce Recheio | Produção | Risco de frio extremo | <ul style="list-style-type: none"> • Conservação em câmaras de refrigeração |
| Leite | Biedronka | Produção | Risco de frio extremo | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de produtos alternativos (ex., leite em pó) |
| Farinha de trigo | Ara | Logística | Aumento do nível da água do mar | <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de origens de produção alternativas |
| Café | Pingo Doce Recheio | Produção | Risco de calor extremo | <ul style="list-style-type: none"> • Seleção de variedades de café mais resistentes a variações climáticas |
| | Pingo Doce Recheio | Produção | Risco de escassez de água | <ul style="list-style-type: none"> • Sistemas inteligentes de irrigação e distribuição de água, com capacidade de regulação em função da evapotranspiração nas diferentes fases de crescimento da plantação, condições do solo e precipitação |
| Cerveja | Biedronka | Logística | Risco de frio extremo | <ul style="list-style-type: none"> • Distribuição em veículos com controlo de temperatura • Utilização de combustíveis e aditivos anticongelantes |

No caso dos estabelecimentos das Companhias, os riscos e oportunidades relacionam-se sobretudo com a transição energética. As principais medidas de mitigação estão detalhadas nas secções 5.3.3. a 5.3.5., sendo de destacar o investimento em energias renováveis para autoconsumo, certificados de origem Renewable Energy Certificate System (RECS) e tecnologias que recorrem a gases refrigerantes naturais.

Gestão de risco

Decorrentes das alterações climáticas e da utilização da água e das commodities associadas à desflorestação, foram identificadas as seguintes tipologias de risco⁶⁹:

- risco de transição, podendo representar um aumento de custos relacionados com o consumo de energia, o investimento em novas tecnologias e o cumprimento de legislação ambiental no quadro da mudança para uma economia de baixo carbono;
- risco físico, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como produtos agrícolas, ou na disrupção da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos;
- risco reputacional, associado às expectativas dos stakeholders quanto à redução das emissões de carbono, preservação da biodiversidade e contribuição para o combate à desflorestação.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto, incluindo financeiro, bem como a respetiva gestão, são analisados pelo Grupo como parte regular dos processos de avaliação de risco⁷⁰.

Métricas e metas

Os objetivos de Responsabilidade Corporativa do Grupo Jerónimo Martins e as respetivas métricas de gestão são maioritariamente definidos para períodos de três anos⁷¹. Para o triénio 2021-2023, assumimos o compromisso de reduzir a pegada de carbono (âmbitos 1 e 2⁷²) em pelo menos 40% face a 2017, por 1.000 euros de vendas. Desta forma estaremos a contribuir para os objetivos definidos pelo Acordo de Paris.

O Grupo assume também outros compromissos enquadrados na sua estratégia de combate às alterações climáticas (emissões de âmbito 2 e 3⁷²) como o combate à desflorestação, uso sustentável de energia e de água, redução do desperdício alimentar, melhoria da eficiência das operações logísticas a jusante, ecodesign de embalagens e ação contra a poluição por plástico.

⁶⁹ O Grupo divulga publicamente os riscos e oportunidades associados a estes temas na sua resposta ao CDP Climate, Forests e Water Security bem como no seu website corporativo na área de "[Responsabilidade](#)".

⁷⁰ Para saber mais, consulte o capítulo 4. "Governo da Sociedade", subsecção "III - Controlo Interno e Gestão de Riscos".

⁷¹ Para mais informação consulte o subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".

⁷² As fontes de emissão consideradas em cada um dos âmbitos está definida na subsecção 3.3.2. "Pegada de Carbono", neste subcapítulo.

Em 2021, o Grupo aderiu à Science Based Targets initiative (SBTi)⁷³ comprometendo-se a estabelecer uma meta de reduções de emissões em conformidade com a ciência climática nos próximos dois anos.

Evolução

A implementação das recomendações da TCFD e a definição de metas de redução de emissão de GEE segundo os critérios da SBTi, reforçará a estratégia em matéria de alterações climáticas do Grupo. Na próxima avaliação dos riscos climáticos serão considerados mais grupos de produtos de Marca Própria e Percíveis e analisados novos ingredientes e matérias-primas.

3.3.2. Pegada de Carbono

[GRI 302-2; GRI 305-1; GRI 305-2; GRI 305-3; GRI 305-4; GRI 305-5]

As nossas emissões de GEE de âmbitos 1 e 2 corresponderam a 786.976 toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO₂e) em 2021, o que representa uma diminuição de 11,7% face a 2020. Esta diminuição justifica-se sobretudo pela redução dos fatores de emissão⁷⁴ associados à eletricidade na Polónia. Pelo mesmo motivo, o valor específico diminuiu de 0,0462 para 0,0377 toneladas de CO₂e/1.000 euros de vendas.

A redução dos fatores de emissão, a par das ações de eficiência energética, compensou os aumentos registados nas emissões associadas a gases refrigerantes e utilização de CO₂, justificados pelas intervenções técnicas de manutenção que foram intensificadas com o levantamento das restrições associadas à Covid-19, bem como à expansão das atividades do Grupo. O mesmo se verificou para as emissões entéricas que aumentaram devido à aquisição de operações de criação de gado ovino e à intensificação das atividades de criação de gado bovino.

Em 2021, o Grupo reduziu em 48% as emissões de carbono de âmbito 1 e 2, por 1.000 euros de vendas, cumprindo o objetivo de redução de pelo menos 40%, em relação a 2017. Em termos absolutos, a diminuição foi de 35%.

| Pegada de Carbono (t CO ₂ e/1.000 euros de vendas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|--------|--------|-------------|
| Valor específico (âmbitos 1 e 2) | 0,0377 | 0,0462 | -18,4% |

| Pegada de Carbono (t CO ₂ e) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|----------------|-----------------|---------------|
| Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)⁷⁵ por GEE | 786.976 | *891.449 | -11,7% |
| ▪ Dióxido de carbono (CO ₂) | 648.406 | *772.286 | -16,0% |
| ▪ Metano (CH ₄) | 21.504 | 13.775 | +56,1% |
| ▪ Hidrofluorocarbonos (HFC) | 114.802 | 102.609 | +11,9% |
| ▪ Perfluorocarbonos (PFC) | 0 | 0 | - |
| ▪ Óxido Nitroso (N ₂ O) | 2.264 | 2.779 | -18,5% |
| ▪ Hexafluoreto de enxofre (SF ₆) | 0 | 0 | - |
| Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2) | 641.853 | 767.590 | -16,4% |
| ▪ Biedronka | 9.147 | 9.321 | -1,9% |
| ▪ Hebe | 35.424 | 34.459 | +2,8% |
| ▪ Pingo Doce ⁷⁶ | 5.007 | *4.559 | +9,8% |
| ▪ Recheio | 69.612 | 57.662 | +20,7% |
| ▪ Ara | 25.933 | 17.858 | +45,2% |

⁷³ A iniciativa Science Based Targets (SBTi) permite às empresas estabelecer objectivos de redução de emissões em conformidade com a ciência climática, motivando-as a reduzir as suas emissões para metade antes de 2030 e atingir a neutralidade carbónica até 2050.

⁷⁴ As emissões de gases com efeito de estufa associados a uma determinada atividade podem ser calculadas com base em diferentes fatores, como é o caso do consumo de energia elétrica ou da utilização de combustíveis na frota de ligeiros. Assim, a energia elétrica produzida maioritariamente a partir de fontes de energia renovável produzirá menos gases com efeito de estufa, em comparação com um mix energético baseado numa maior utilização de combustíveis fósseis, como o carvão.

⁷⁵ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em fatores de emissão do tipo location-based (aquecimento) e market-based (eletricidade), conforme tabela "Pegada de Carbono – Indicadores".

⁷⁶ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

| Pegada de Carbono (t CO ₂ e) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|-------------------|-------------------|---------------|
| ▪ JMA ⁷⁷ | | | |
| Pegada de Carbono (âmbito 1 – impactes diretos) | 246.863 | *222.520 | +10,9% |
| ▪ Fugas de gases refrigerantes | 115.005 | 102.620 | +12,1% |
| ▪ Utilização de CO ₂ | 27.498 | 23.874 | +15,2% |
| ▪ Consumo de combustíveis | 63.592 | 66.778 | -4,8% |
| ▪ Frota de ligeiros | 19.781 | *16.066 | +23,1% |
| ▪ Emissões entéricas (gado bovino) | 20.987 | 13.182 | +59,2% |
| Pegada de Carbono (âmbito 2 – impactes indiretos) | 540.113 | 668.929 | -19,3% |
| ▪ Consumo de eletricidade (location-based) | 787.100 | 825.476 | -4,6% |
| ▪ Consumo de eletricidade (market-based) | 524.510 | 655.894 | -20,0% |
| ▪ Aquecimento (location-based) | 15.603 | 13.035 | +19,7% |
| Pegada de Carbono (âmbito 3 – outros impactes indiretos) | 27.363.835 | 27.511.251 | -0,5% |
| ▪ C1. Produtos e serviços comprados | 27.112.424 | 27.278.988 | -0,6% |
| ▪ C5. Resíduos gerados nas operações | 34.715 | 31.639 | +9,7% |
| ▪ C6. Viagens de trabalho | 619 | 1.139 | -45,7% |
| ▪ C9. Transporte e distribuição a jusante | 205.375 | 185.662 | +10,6% |
| ▪ C14. Franchises ⁷⁸ | 10.702 | 13.823 | -22,6% |

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos de modo a assegurar o alinhamento com a metodologia do Greenhouse Gas Protocol.

Notas: O cálculo da pegada de carbono das diferentes atividades (sob controlo operacional do Grupo e que representam 99,9% do volume de negócios) segue a metodologia do Greenhouse Gas Protocol do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do World Resources Institute (WRI), nos seus três níveis: impactes diretos, indiretos e de terceiros. Os valores apresentados tiveram em conta o seguinte: (i) gases refrigerantes e emissões entéricas do gado bovino - fatores de emissão definidos pelo IPCC; (ii) emissões entéricas de ovinos - fatores de emissão definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente; (iii) combustíveis e aquecimento – o definido pela Direção-Geral de Energia e Geologia, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético Colombiano) e pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões); (iv) eletricidade – o definido pela Agência Internacional de Energia (eletricidade location-based), pelos fornecedores (eletricidade market-based em Portugal), pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (eletricidade market-based na Polónia) e pela Unidad de Planeación Minero Energética (eletricidade market-based na Colômbia); (v) combustíveis utilizados na frota de ligeiros e emissões C1, C6 e C9 – o definido pelo Greenhouse Gas Protocol e; (vi) resíduos – os fatores de emissão do UK Government GHG Conversion Factors for Company Reporting. Para o cálculo da pegada de carbono de âmbito 1 por GEE foram considerados os fatores de emissão definidos pelo IPCC para a combustão estacionária, gases refrigerantes e emissões entéricas do gado bovino e pelo Greenhouse Gas Protocol para os combustíveis utilizados na frota de ligeiros. No caso da desagregação para as emissões de âmbito 2 foram consideradas as percentagens de cada GEE nos fatores de emissão da Agência Internacional de Energia.

Relativamente às emissões de âmbito 3, registou-se uma diminuição das emissões relativas ao consumo de energia em lojas em regime de *franchise*⁷⁸ devido à aquisição de certificados de origem de energia renovável (RECS) em alguns destes estabelecimentos em Portugal e à redução do fator de eletricidade na Polónia. Já a redução das emissões associadas às deslocações em trabalho está fortemente correlacionada com as restrições de viagens internacionais como resultado das medidas de controlo da pandemia.

O aumento das emissões associadas ao tratamento de resíduos nas operações é maioritariamente motivado pelo crescimento das operações na Colômbia e pelo aumento das vendas da Biedronka⁷⁹. No que diz respeito ao transporte e distribuição dos centros de distribuição às lojas, o aumento nas emissões encontra-se descrito em maior detalhe na secção 5.3.4. “Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos” deste subcapítulo.

3.3.3. Gestão dos Consumos de Água e Energia

A gestão eficiente dos consumos de água e energia faz parte da estratégia do Grupo de mitigação às alterações climáticas e é considerada nos projetos de remodelação e construção de novas infraestruturas, sendo de destacar a adoção de:

- energias renováveis⁸⁰;
- sistemas de controlo e gestão de energia;
- tecnologias de refrigeração, arcas congeladoras e iluminação eficientes;
- claraboias;

⁷⁷ JMA: Jerónimo Martins Agro-Alimentar.

⁷⁸ Este parâmetro inclui *franchising* e modelos similares.

⁷⁹ Para mais informação consulte a secção 3.4.3. “Gestão de Resíduos”.

⁸⁰ Ver tabela “Energias Renováveis” neste subcapítulo.

- sistemas de racionalização dos consumos de água como redutores de caudal, torneiras com temporizadores e recolha de águas pluviais para utilização em rega ou lavagem de equipamentos.

O investimento associado a estas medidas (215 milhões de euros desde 2016) foi recuperado em menos de 5 anos e permitiu evitar a emissão de mais de 400 mil toneladas de CO₂e.

A adoção de boas-práticas através da sensibilização dos colaboradores, é também relevante. Com o projeto Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia, iniciado em 2011 nas lojas Pingo Doce e Recheio, conseguimos reduzir os consumos de água em 480 mil m³ e os de energia em 60,8 milhões kWh, o que equivale a uma poupança de mais de 5,2 milhões de euros⁸¹.

O projeto Let's Go Green abrange atualmente os edifícios de escritórios em Portugal, Polónia e Colômbia. Foi desenvolvido em 2015 e procura sensibilizar os colaboradores para a adoção de boas-práticas na utilização de energia, água e papel, bem como para a importância da correta separação de resíduos. Em 2020 e 2021, uma parte significativa dos colaboradores dos edifícios-sedes estiveram em regime de teletrabalho, pelo que os resultados não são comparáveis nem podem ser efetivamente atribuídos à adoção de boas-práticas. Nos dois anos mais recentes, houve uma poupança de 5.509 m³ de água e de mais de 284 mil kWh de eletricidade.

Em 2021, com o objetivo de promover boas práticas de gestão e utilização de água, o Grupo aderiu ao Pacto para a Gestão da Água em Portugal, fazendo parte do respetivo comité de direção.

Captação e reciclagem de água [GRI 303-1; GRI 303-3]

| Captação total (megalitros/milhões euros) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|--------|---------|-------------|
| Valor específico global | 0,248 | 0,247 | +0,4% |
| Valor específico (Distribuição) | 0,136 | 0,145 | -6,2% |
| Valor específico (Agroalimentar) | 34,868 | *35,211 | -1,0% |

| Captação total (megalitros) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|----------------|----------------|--------------|
| Captação de água por fonte** | 5.172,5 | 4.765,2 | +8,5% |
| ▪ Rede municipal e privada | 4.898,9 | 4.448,2 | +10,1% |
| ▪ Água subterrânea | 256,4 | ***298,8 | -14,2% |
| ▪ Água superficial (inclui água da chuva) | 17,2 | ***18,2 | -5,5% |
| Captação de água por unidade de negócio | | | |
| ▪ Pingo Doce | 1.470,1 | 1.484,3 | -1,0% |
| ▪ Recheio | 83,8 | 88,4 | -5,2% |
| ▪ Biedronka | 898,0 | 870,3 | +3,2% |
| ▪ Hebe | 17,7 | 17,4 | +1,8% |
| ▪ Ara | 282,9 | 265,2 | +6,7% |
| ▪ JMA ⁷⁷ | 2.350,6 | 1.978,1 | +18,8% |
| ▪ Lojas em regime de franchise ⁷⁸ (Biedronka e Pingo Doce) | 69,4 | 61,5 | +12,8% |

* Valor corrigido (ordem de grandeza).

** A totalidade do volume captado corresponde a água doce.

*** Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos de modo a assegurar o alinhamento com a metodologia GRI para o cálculo deste indicador.

| Água reciclada (megalitros) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|------------------------------|------|------|-------------|
| Água reciclada total* | 1,7 | 2,1 | -19,0% |

* Apenas na Ara.

Em termos globais, o Grupo registou um aumento de cerca de 8,5% na captação de água, justificado principalmente pelo negócio agroalimentar. Cerca de 95% da água captada para as nossas atividades teve origem nas redes municipais ou de fornecedores privados. Os restantes 5% tiveram origem em captações subterrâneas e superficiais, para as quais detemos as licenças necessárias, e são utilizados em operações menos exigentes, como rega e sistemas de refrigeração.

O objetivo do Grupo é reduzir, até 2023 e em face a 2017, o volume de água captada na Distribuição em 10% (por milhão de euros de vendas). Em 2021, esta redução foi de 21% por cada milhão de euros de vendas.

⁸¹ Valor calculado com base em relatórios regulares de benchmarking interno.

Em 2021, as atividades de Distribuição mantiveram a tendência de redução do valor específico de 0,145 para 0,136 megalitros/milhões de euros de vendas e registaram um aumento absoluto de apenas 1%, face a 2020, apesar do aumento significativo do número de lojas (+328 face a 2020). Em Portugal, as atividades de Distribuição voltaram a captar menos água, devido a uma utilização mais racional em termos de tecnologia e boas-práticas. A Biedronka aumentou a captação de água da rede municipal, o que está relacionado com a higienização, abertura de novas lojas e alargamento das lojas com talho. A Hebe captou mais água uma vez que o levantamento de restrições associadas à Covid-19 permitiu a reabertura das lojas, que em 2020 estiveram encerradas. Tal como a Biedronka também a Hebe abriu lojas novas. Na Colômbia, a Ara aumentou a captação de água devido à expansão do número de lojas. Pela mesma razão, na categoria *franchising* registou-se um aumento de 12,8% na captação de água em 2021.

No agroalimentar, o aumento significativo da captação de água explica-se pelas necessidades de mais rega numa exploração e pelo abeberamento dos animais na Best Farmer e na Ovinos da Tapada. A redução da precipitação em Portugal agravou a situação.

No que diz respeito ao reaproveitamento de água, em quatro centros de distribuição (um em Portugal e três na Colômbia) e em explorações da Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA), foram recolhidos mais de 17 mil m³ de água da chuva, o que representa menos 5,5% que em 2020. Em Portugal, esta diminuição deveu-se à redução da pluviosidade média (-8,3%, face a 2020) e na Colômbia à paragem para manutenção do sistema de recolha e tratamento de água da chuva num dos centros de distribuição. Esta água foi utilizada em sistemas de refrigeração, rega, lavagem exterior de camiões e abeberamento de gado bovino.

Rejeição de águas [GRI 303-2; GRI 303-4]

| Quantidade total (megalitros) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Quantidade de águas residuais por tipo de destino* | 2.473,3 | 2.434,4 | +1,6% |
| ▪ Saneamento municipal | 2.417,8 | 2.369,4 | +2,0% |
| ▪ Meio natural | 55,5 | 65,0 | -14,6% |
| Quantidade de águas residuais por unidade de negócio | | | |
| ▪ Pingo Doce | 1.176,0 | 1.187,4 | -1,0% |
| ▪ Recheio | 67,1 | 70,7 | -5,1% |
| ▪ Biedronka | 718,4 | 696,3 | +3,2% |
| ▪ Hebe | 14,2 | 13,9 | +1,9% |
| ▪ Ara | 226,3 | 212,1 | +6,7% |
| ▪ JMA | 215,8 | 204,8 | +5,4% |
| ▪ Lojas em regime de <i>franchise</i> ⁸² (Biedronka e Pingo Doce) | 55,5 | 49,2 | +12,7% |

* Estima-se que a água doce represente menos de 0,5% do volume rejeitado.

As águas residuais são devidamente tratadas antes da sua descarga no meio natural e representaram 2,2% do volume total de águas residuais gerado pelo Grupo.

Consumo de água [GRI 303-1; GRI 303-5]

| Quantidade total (megalitros) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Consumo de água por unidade de negócio | 2.699,2 | 2.330,8 | +15,8% |
| ▪ Pingo Doce | 294,0 | 296,9 | -1,0% |
| ▪ Recheio | 16,8 | 17,7 | -5,1% |
| ▪ Biedronka | 179,6 | 174,1 | +3,2% |
| ▪ Hebe | 3,5 | 3,5 | 0,0% |
| ▪ Ara | 56,6 | 53,0 | +6,8% |
| ▪ JMA | 2.134,8 | 1.773,3 | +20,4% |
| ▪ Lojas em regime de <i>franchise</i> ⁸² (Biedronka e Pingo Doce) | 13,9 | 12,3 | +13,0% |

Nota: De acordo com a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), o consumo de água é calculado por diferença entre o volume de água extraído e o volume de descargas de água.

⁸² Este parâmetro inclui *franchising* e modelos similares.

Stress hídrico [GRI 303-1; GRI 303-2]

O consumo de água aumentou 15,8% face a 2020, em linha com o aumento da extração de água. Analisando apenas o consumo das atividades de Distribuição, o aumento foi de 1%. Para avaliar a exposição das atividades do Grupo ao risco de escassez de água potável, é determinado anualmente o stress hídrico por classe, associado às captações de água. Para tal, recorre-se ao mapeamento das localizações físicas dos estabelecimentos das Companhias e ao modelo "Aqueduct: Baseline Water Stress Class" do World Resources Institute (WRI). A conclusão é que, em 2021, 52,9% do total da água captada (2.735 megalitros) apresentou um nível de stress hídrico considerado "extremamente elevado" ou "elevado". Em termos de água rejeitada, o volume para as mesmas classes de risco é de 554 megalitros (22,4% do total).

É no negócio agroalimentar, na parte respeitante ao cultivo de cereais para alimentação de bovinos, que a exposição a riscos de escassez é maior, sendo este tema imaterial para as nossas operações na Polónia e na Colômbia. Para mitigar estes riscos, o Grupo tem vindo a implementar medidas como:

- instalar sistemas de rega inteligentes que ajustam a quantidade de água às necessidades hídricas do solo;
- recolher águas da chuva para posterior utilização;
- técnicas de agricultura regenerativa aplicada ao cultivo de cereais;
- prevenir a deterioração da qualidade da água através do tratamento das águas residuais.

Na alimentação dos animais são ainda incorporados produtos fora de calibre ou subprodutos da indústria alimentar. Estes produtos reduzem a dependência de cereais e contêm teores de humidade elevados, o que reduz a necessidade de consumo de água.

| Classe de stress hídrico (megalitros) | Água Captada | | Água Rejeitada | |
|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|----------------------|--------------|
| | Rede municipal e privada | Água subterrânea e superficial | Saneamento municipal | Meio natural |
| Total | 4.898,8 | 273,6 | 2.417,8 | 55,5 |
| ▪ Baixo | 578,9 | 35,9 | 472,3 | 19,5 |
| ▪ Baixo a médio | 322,8 | 0,0 | 258,2 | 0,0 |
| ▪ Médio a elevado | 1.339,0 | 159,9 | 1.136,3 | 32,2 |
| ▪ Elevado | 1.871,9 | 62,5 | 110,6 | 0,0 |
| ▪ Extremamente elevado | 785,2 | 15,3 | 439,6 | 3,8 |
| ▪ Árido | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| ▪ Sem informação | 1,0 | 0,0 | 0,8 | 0,0 |

Consumo de energia [GRI 302-1; GRI 302-2; GRI 302-3; GRI 302-4; GRI 302-5]

| Consumo total (GJ/mil euros) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|-------|---------|-------------|
| Valor específico | 0,361 | 0,374 | -3,5% |
| Valor específico (exceto franchise ⁸²) | 0,353 | **0,366 | -3,6% |

| Consumo total (GJ) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|------------------|--------------------|--------------|
| Consumo de energia por tipologia (exceto franchise⁸²) | 7.382.408 | **7.063.426 | +4,5% |
| ▪ Eletricidade* | 5.919.661 | 5.633.497 | +5,1% |
| ▪ Combustíveis | 1.301.063 | **1.294.850 | +0,5% |
| ▪ Aquecimento | 161.684 | 135.079 | +19,7% |
| Energia renovável** (exceto franchising) | 2.676.135 | 2.451.145 | +9,2% |
| ▪ Eletricidade | 2.660.775 | 2.438.312 | +9,1% |
| ▪ Aquecimento | 15.360 | 12.833 | +19,7% |
| Consumo de energia por unidade de negócio | 7.537.771 | **7.211.016 | +4,5% |
| ▪ Biedronka | 4.519.906 | 4.379.043 | +3,2% |
| ▪ Hebe | 93.393 | 81.284 | +14,9% |
| ▪ Pingo Doce ⁸³ | 1.775.092 | 1.728.825 | +2,7% |
| ▪ Recheio | 196.514 | **196.482 | ***0,0% |
| ▪ Ara | 687.438 | 575.322 | +19,5% |

⁸³ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

| Consumo total (GJ) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|---------|---------|-------------|
| ▪ JMA | 110.065 | 102.470 | +7,4% |
| ▪ Lojas em regime de <i>franchise</i> ⁸² (Biedronka e Pingo Doce) | 155.363 | 147.590 | +5,3% |

* Inclui as fontes 100% renováveis e a percentagem de renováveis para cada uma das origens (de acordo com a rotulagem energética para eletricidade e aquecimento).

** Valores corrigidos de modo a assegurar o alinhamento com a metodologia GRI para o cálculo deste indicador.

*** Crescimento não perceptível pelo arredondamento.

Em 2021, o consumo de energia aumentou 4,5% face a 2020. O Grupo assumiu o compromisso de, até 2023, reduzir o consumo de energia em 10% por 1.000 euros de vendas face a 2017. No final de 2021, a redução face a 2017 era de 11% por 1.000 euros de vendas.

O aumento do consumo de energia na Biedronka e na Hebe em 2021 deve-se sobretudo ao aumento do consumo de eletricidade, uma vez que grande parte das lojas estiveram a trabalhar mais horas face ao mesmo período de 2020. Além disso, quer a Biedronka quer a Hebe abriram novas lojas durante o ano. No caso do Pingo Doce, o acréscimo no consumo de energia deve-se à regularização dos horários das lojas face ao levantamento das restrições associadas à Covid-19. O consumo de energia da Ara aumentou 19,5%, alinhado com o incremento no número de lojas (mais 156 lojas do que em 2020).

A categoria *franchising* regista também um aumento de 5,3% no consumo de energia em 2021, acompanhando o aumento do número de lojas (mais 16 do que em 2020) e a regularização dos horários de funcionamento das lojas existentes.

O consumo de energia na JMA aumentou como resultado do crescimento do negócio, nomeadamente o aumento de 8,3% no volume de leite processado na fábrica da Terra Alegre face a 2020.

Energias renováveis

| Tecnologia | N.º edifícios | Energia (GJ/ano) | Poupança* (t CO ₂ e/ano) |
|---|---------------|------------------|-------------------------------------|
| Painéis fotovoltaicos para autoconsumo | 25 | 26.735 | 1.775 |
| ▪ Pingo Doce ⁸³ | 15 | 21.488 | 1.288 |
| ▪ Recheio | 1 | 2.568 | 154 |
| ▪ Biedronka | **8 | 1.284 | 249 |
| ▪ JMA | 1 | 1.395 | 84 |
| Postes de iluminação e sistema de vigilância alimentados por painéis fotovoltaicos e/ou aerogeradores | 7 | 187 | 13,1 |
| ▪ Pingo Doce ⁸³ | 1 | 1 | 0,1 |
| ▪ Recheio | 4 | 40 | 3 |
| ▪ Biedronka | 1 | 10 | 2 |
| ▪ JMA | 1 | 136 | 8 |
| Coletores solares para aquecimento das águas sanitárias e/ou utilização no sistema de ar condicionado | 14 | 3.888 | 233 |
| ▪ Pingo Doce ⁸³ | 7 | 3.399 | 204 |
| ▪ Recheio | 7 | 489 | 29 |
| Bombas de calor geotérmico (Biedronka) | 16 | 5.916 | 1.147 |

* Estes valores refletem a atualização dos fatores de emissão da eletricidade (market-based).

** No final de 2021, a Biedronka tinha concluído a instalação de painéis fotovoltaicos em 12 novos locais que se encontravam a aguardar autorização de ligação à rede elétrica.

Com um maior peso dos projetos fotovoltaicos, o investimento em energias renováveis resultou na produção de cerca de 36.700 GJ, um aumento de 34% face a 2020. Adicionalmente, desde julho de 2018 que o Grupo investe em eletricidade com origem em fontes de energia renovável para alimentar as operações das suas insígnias em Portugal, através da aquisição de certificados de origem RECS (Renewable Energy Certificate System). Em 2021, a compra destes certificados correspondeu a cerca de 100 mil toneladas de dióxido de carbono. No total, 36% da energia consumida pelo Grupo é proveniente de fontes renováveis, consumo que em valor absoluto aumentou em 7,2% face a 2020, sobretudo devido à acentuada redução do teor de carbono da eletricidade na Polónia.

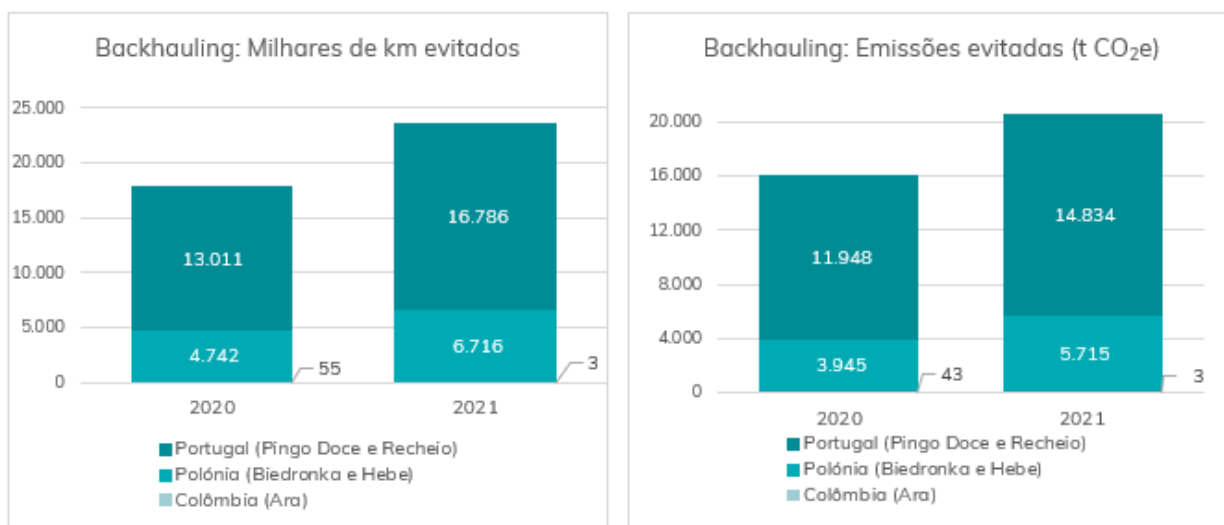
Investimentos da Biedronka em energias renováveis

Até final de 2022, a Biedronka prevê aumentar para 110 o número de lojas com unidades de produção de energia solar fotovoltaica, reforçando o investimento em fontes de energia renovável. A produção anual total estimada destas unidades será de aproximadamente 5 milhões kWh, o que equivale a cerca de 4 mil toneladas de CO₂e evitadas por ano.

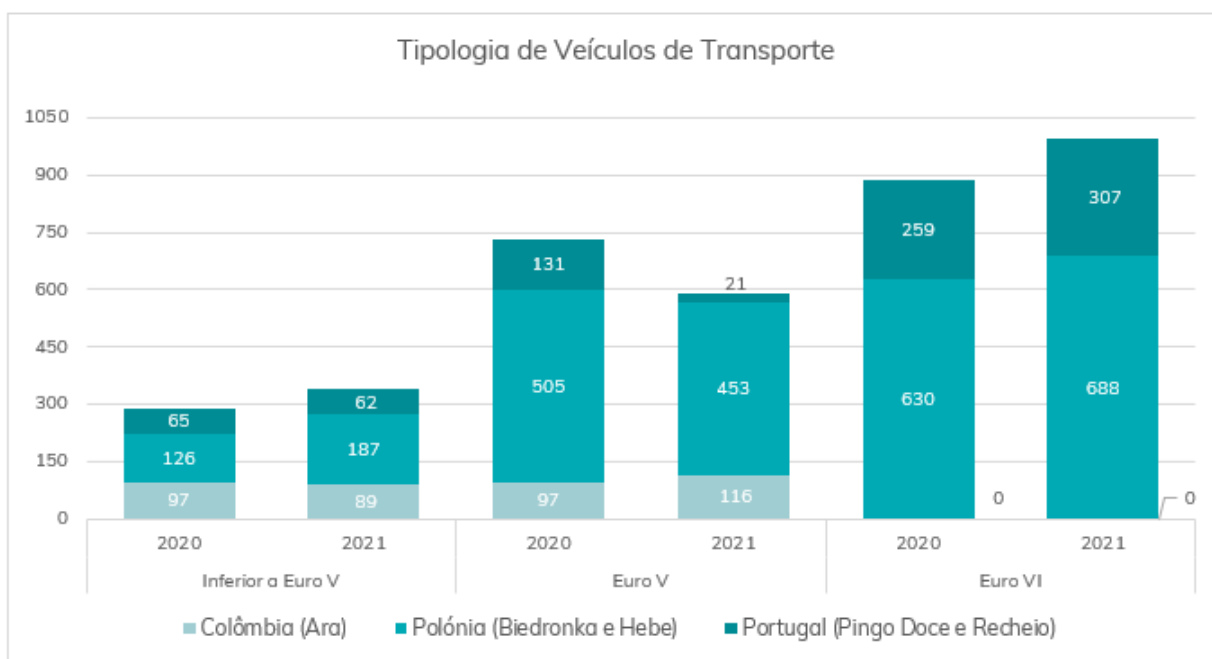
3.3.4. Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos

Temos desenvolvido e implementado várias medidas para melhorar a eficiência dos processos logísticos, reduzindo o seu impacto ambiental. A otimização de rotas de distribuição e o investimento em veículos mais eficientes são dois exemplos disso mesmo.

As nossas operações de backhauling⁸⁴



Distribuição das viaturas de transporte de mercadorias pelas normas Euro



⁸⁴ Após entrega de produtos nas nossas lojas, a rota de regresso inclui a passagem pelas instalações de fornecedores do Grupo para recolher mercadorias e transportá-las até ao centro de distribuição.

As operações de *backhauling* continuaram a registar um aumento dos quilómetros percorridos e a redução de emissões associadas às atividades de transporte de logística. Verifica-se apenas uma redução na Colômbia associada à combinação entre a reduzida disponibilidade de espaço nos camiões para aumentar a logística inversa e a colaboração com novos fornecedores cujas localizações não estão próximas das rotas de retorno.

Relativamente à tipologia de veículos de transporte verificou-se, em 2021, um aumento no número de total de camiões Euro VI (+106 face a 2020) e de camiões inferiores a Euro V (+50 face a 2020), acompanhado de uma redução no número do total de camiões Euro V (-37 face a 2020) motivado pela limitação na disponibilidade destes veículos na Polónia.

Adicionalmente, o Grupo implementa medidas complementares para limitar as emissões de carbono associadas ao transporte de mercadorias. No Pingo Doce e no Recheio, o projeto de *fronthauling*⁸⁵ permitiu uma poupança de 140.033 km (+9,5% vs. 2020) e evitou a emissão de 124 toneladas de CO₂e (+5% em comparação com 2020). Na Ara, o projeto de transporte de mercadorias não paletizadas para otimizar as cargas entre as instalações dos fornecedores e os nossos centros de distribuição resultou numa poupança de 1.148.517 km (+5% face a 2020), o que equivale a 1.878 toneladas de CO₂e (+9,7% vs. 2020). Ainda na Ara, o projeto *by-truck* (atrelados para o transporte de mercadorias entre os centros de distribuição e as lojas mais distantes) foi alargado a todas as regiões e evitou a realização de 2.630.603 km (40 vezes a distância evitada em 2020) e a emissão de 2.051 toneladas de CO₂e (também 40 vezes as emissões evitadas em 2020).

Em 2021, as emissões de carbono pelo transporte de mercadorias para as lojas por 1.000 paletes transportadas caíram 3,7% face a 2020, contribuindo para o objetivo de redução de 5% de CO₂e por mil paletes transportadas.

Descarbonização da Logística

No seguimento da adesão do Pingo Doce à iniciativa europeia *Lean & Green*, que visa atingir a neutralidade carbónica das atividades logísticas em cinco fases distintas até 2050, o desempenho da Companhia foi distinguido com a conquista de três estrelas em 2021, correspondendo às três primeiras fases. A Biedronka formalizou a sua adesão a esta iniciativa em 2021.

3.3.5. Gestão de Gases de Refrigeração

A qualidade, segurança e preservação dos produtos alimentares dependem de um bom controlo de temperatura através de sistemas de frio e climatização. Para reduzir as emissões de carbono associadas aos gases refrigerantes utilizados nestes sistemas, utilizamos tecnologias de controlo de fugas. De forma crescente, e voluntária, o Grupo tem optado por gases de refrigeração naturais. Entre as ações que temos vindo a implementar, destacamos:

- a substituição de gases fluorados por gases de refrigeração natural em centrais de refrigeração, como o dióxido de carbono e o amoníaco;
- os equipamentos de arrefecimento e refrigeração através de dióxido de carbono (máquinas de gelo, câmara de congelados e de refrigerados da cantina) no centro de distribuição de Alfena (Portugal);
- as arcas congeladoras unicamente a propano em 2.124 lojas Biedronka, 282 lojas Pingo Doce, 39 lojas e plataformas Recheio e 407 lojas Ara.

Estabelecimentos que utilizam gases de refrigeração natural nos sistemas de frio

| Estabelecimentos | Número de estabelecimentos | | Progresso* | |
|--|----------------------------|-------|------------|------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Lojas | 1.914 | 1.429 | 39% | 31% |
| Centros de distribuição e unidades industriais | 21 | 20 | 58% | 56% |

*Grau de progresso face à resolução do The Consumer Goods Forum.

⁸⁵ Após a entrega de produtos nos nossos centros de distribuição, a rota de regresso dos fornecedores às suas instalações inclui a passagem pelas lojas do Grupo para entregar mercadoria.

Procuramos também que as novas lojas e as sujeitas a grandes remodelações utilizem equipamentos de refrigeração com fluidos de baixo potencial de aquecimento global (nas instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado) e de gases refrigerantes 100% naturais (nas instalações de frio industrial).

Estas ações estão alinhadas com os compromissos de redução das emissões de GEE que subscrevemos de forma voluntária, entre eles a resolução do The Consumer Goods Forum para a promoção da utilização de gases de refrigeração naturais.

3.4. Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos

De acordo com a Fundação Ellen MacArthur⁸⁶, a economia circular visa a transição para uma economia desvinculada do consumo de recursos finitos, sustentada no consumo de energia e materiais renováveis. Nesta perspetiva, a produção de materiais baseia-se em três princípios: (i) a eliminação de resíduos e de poluição logo na fase de design dos produtos; (ii) a manutenção dos produtos e dos recursos materiais na economia (de preferência com uma utilização constante); e (iii) a regeneração dos sistemas naturais.

No caso concreto dos plásticos, assumimos diversos compromissos que resultam da nossa participação no Pacto Português para os Plásticos, no Pacto Polaco para os Plásticos – através da Biedronka –, do Plastic Waste Coalition of Action do The Consumer Goods Forum e da nossa subscrição ao New Plastic Economy Global Commitment.

Deste modo, assumimos o compromisso de, até 2025:

- garantir que todas as embalagens de plástico de Marca Própria são reutilizáveis ou recicláveis;
- incorporar pelo menos 25% de conteúdo reciclado nas embalagens de plástico de Marca Própria;
- reduzir em 10%, face a 2018, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de volume de negócios;
- reduzir o plástico virgem utilizado nas embalagens de Marca Própria em 15%, face a 2018.

3.4.1. Materiais Consumidos e Iniciativas de Redução

[GRI 301-1; GRI 301-2]

Colaboramos com os nossos fornecedores no desenvolvimento de produtos e embalagens com o objetivo de reduzir a quantidade de materiais utilizados, promover a utilização de materiais reciclados e assegurar a reciclabilidade no nosso sortido de Marca Própria e perecíveis.

Principais materiais consumidos

| Consumo total (toneladas/milhão de euros de vendas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|-------|-------|-------------|
| Valor específico | 24,02 | 25,48 | -5,7% |

| Consumo total (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|----------------|-----------------|--------------|
| Consumo de materiais | 501.749 | *491.621 | +2,1% |
| ▪ Biedronka | 391.178 | 387.713 | +0,9% |
| ▪ Hebe | 830 | 855 | -2,9% |
| ▪ Pingo Doce ⁸⁷ | 66.000 | 62.965 | +4,8% |
| ▪ Recheio | 11.257 | 12.039 | -6,5% |
| ▪ Ara | 32.486 | *28.049 | +15,8% |
| Embalagens de produtos de Marca Própria | 473.464 | 465.188 | +1,8% |
| ▪ Papel e cartão | 193.474 | 187.828 | +3,0% |
| ▪ Cartão para líquidos ⁸⁸ | 15.741 | 14.949 | +5,3% |
| ▪ Plástico | 137.927 | 132.280 | +4,3% |
| ▪ Vidro | 95.176 | 100.257 | -5,1% |
| ▪ Aço | 21.905 | 18.915 | +15,8% |
| ▪ Outros materiais** | 9.241 | 10.959 | -15,7% |
| Embalagens de serviço | 11.436 | *10.554 | +8,4% |

⁸⁶ Fundação que trabalha com diversos atores da sociedade para acelerar a transição para uma economia circular. Mais formação disponível em www.ellenmacarthurfoundation.org.

⁸⁷ Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.

⁸⁸ Correspondem a embalagens compósitas utilizadas no acondicionamento de produtos como sumos, leites e natas, entre outros.

| Consumo total (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---------------------------|---------------|---------------|--------------|
| ▪ Plástico | 8.567 | 7.469 | +14,7% |
| ▪ Papel e cartão | 2.799 | *2.576 | +8,7% |
| ▪ Outros materiais** | 70 | 509 | -86,2% |
| Outros consumos | 16.849 | 15.879 | +6,1% |
| ▪ Papel de escritório | 839 | 802 | +4,6% |
| ▪ Folhetos promocionais | 16.010 | 15.077 | +6,2% |

| Materiais reciclados (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|----------------|-----------------|---------------|
| Materiais reciclados (embalagens***) | 193.181 | *162.485 | +18,9% |
| ▪ Biedronka | 155.239 | *134.673 | +15,3% |
| ▪ Hebe | 25 | 39 | -35,9% |
| ▪ Pingo Doce ⁸⁷ | 21.946 | *19.152 | +14,6% |
| ▪ Recheio | 3.616 | *2.536 | +42,6% |
| ▪ Ara | 12.355 | *6.085 | +103,0% |
| Materiais de embalagem**** | | | |
| ▪ Papel e cartão | 166.596 | 145.706 | +14,3% |
| ▪ Plástico | 4.291 | **2.151 | +99,5% |
| ▪ Vidro | 22.294 | *14.628 | +52,4% |

* Valores corrigidos para contemplar a quantidade de vidro reciclado.

** Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos, como resultado dos processos de verificação externa.

*** Inclui alumínio, madeira e outros materiais.

**** Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e de serviço.

Em 2021, o consumo total de materiais aumentou 2,1%, associado à expansão das nossas operações. No entanto, houve uma redução de 5,7% por cada milhão de euros de vendas. No que diz respeito ao compromisso do Grupo de reduzir o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas) em 5% até 2023, face a 2018, o valor obtido em 2021 indica uma redução de 15%. O mesmo se passa no objetivo de reduzir o consumo de plástico (em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de vendas) em 10% até 2025, face a 2018.

Em 2021, as embalagens de serviço e produtos de Marca Própria incorporaram 39,8% de materiais reciclados, sendo papel e cartão, plástico e vidro os mais representativos. No caso particular das embalagens de papel e cartão, 85% dos materiais utilizados são reciclados. No total, foram utilizadas cerca de 193.181 toneladas de materiais reciclados, mais 19% que em 2020.

Plásticos de Utilização Única (PUU)

| Consumo total (toneladas/milhão de euros de vendas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|------|------|-------------|
| Valor específico | 8,21 | 8,43 | -2,6% |

| Consumo total (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Consumo de PUU por unidade de negócio | 171.571 | 162.709 | +5,4% |
| ▪ Biedronka | 124.475 | 119.568 | +4,1% |
| ▪ Hebe | 170 | 119 | +42,9% |
| ▪ Pingo Doce | 25.697 | 23.614 | +8,8% |
| ▪ Recheio | 4.771 | 4.933 | -3,3% |
| ▪ Ara | 16.458 | 14.475 | +13,7% |
| Consumo de PUU por categoria | | | |
| ▪ Embalagens de Marca Própria | 137.927 | 132.280 | +4,3% |
| ▪ Embalagens de serviço | 8.567 | 7.469 | +14,7% |
| ▪ Sacos de caixa | 9.428 | 8.262 | +14,1% |
| ▪ Filme de paletização | 3.125 | 2.846 | +9,8% |
| ▪ Sacos do lixo | 12.138 | 11.304 | +7,4% |
| ▪ Outros PUU* | 386 | 548 | -29,6% |

* Inclui talheres e agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes (os PUU incluem Marca Própria, marcas exclusivas e consumo próprio, com exceção dos cotonetes).

| Incorporação de plástico reciclado em PUU (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|---------------|----------------|---------------|
| Plástico reciclado | 15.535 | *11.476 | +35,4% |
| ▪ Biedronka | 9.117 | 6.222 | +46,5% |
| ▪ Hebe | 4 | 1 | +300,0% |
| ▪ Pingo Doce | 4.730 | *4.008 | +18,0% |
| ▪ Recheio | 921 | 817 | +12,7% |
| ▪ Ara | 763 | 428 | +78,1% |
| Plástico reciclado | | | |
| ▪ Embalagens** | 4.291 | *2.151 | +99,5% |
| ▪ Sacos de caixa e filme de paletização | 7.058 | 6.345 | +11,2% |
| ▪ Sacos do lixo e outros PUU | 4.186 | 2.980 | +40,5% |

* Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos, como resultado dos processos de verificação externa.

** Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

| Uso de plástico virgem em embalagens de plástico (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Plástico virgem | 147.698 | 142.361 | +3,7% |
| ▪ Biedronka | 108.156 | 105.833 | +2,2% |
| ▪ Hebe | 166 | 118 | +40,7% |
| ▪ Pingo Doce | 20.341 | 18.911 | +7,6% |
| ▪ Recheio | 3.553 | 3.805 | -6,6% |
| ▪ Ara | 15.482 | 13.694 | +13,1% |
| Plástico virgem | | | |
| ▪ Embalagens* | 142.203 | 137.598 | +3,3% |
| ▪ Sacos de caixa e filme de paletização | 5.495 | 4.763 | +15,4% |

* Inclui embalagens de produtos de Marca Própria e embalagens de serviço.

No plástico de utilização única (PUU), verificou-se um aumento generalizado face a 2020 em quase todas as categorias. A exceção está na categoria “outros PUU”, que sofreu uma redução, como resultado da substituição do plástico utilizado, por exemplo nos copos e pratos descartáveis ou nos bastões de cotonetes, por papel. Em 2021, o plástico representou 32% do total de materiais que compõem as quatro categorias de embalagens (Marca Própria, de serviço, sacos de caixa e filme de paletização⁸⁹), as quais incorporam já 11.349 toneladas de plástico reciclado, o que representa 7% do plástico de uso único nestas categorias. Este valor está mais próximo do compromisso de aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade até 2023.

Em relação ao uso de plástico virgem, houve um aumento de 3,7% face a 2020, embora o valor seja agora 5,2% inferior ao ano de referência (2018), pretendendo o Grupo atingir uma redução de 15% até 2025.

Sacos de caixa e soluções reutilizáveis

| Material consumido por tipo de solução | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|---------------|---------------|----------------|
| Sacos de caixa de papel reutilizáveis (toneladas) | 1.893 | 731 | +159,0% |
| ▪ Biedronka | 1.780 | 632 | +181,6% |
| ▪ Hebe | 0 | 0 | - |
| ▪ Pingo Doce | 112 | 99 | +13,1% |
| ▪ Recheio | 0 | 0 | - |
| ▪ Ara | 1 | 0 | - |
| Sacos de plástico reutilizáveis* (toneladas) | 8.951 | 7.849 | +14,0% |
| ▪ Biedronka | 6.152 | 5.546 | +10,9% |
| ▪ Hebe | 44 | 43 | +2,3% |
| ▪ Pingo Doce | 2.164 | 2.055 | +5,3% |
| ▪ Recheio | 6 | 5 | +20,0% |
| ▪ Ara | 585 | 200 | +192,5% |
| Sacos de caixa de plástico descartáveis (toneladas) | 491 | 422 | +16,4% |
| ▪ Biedronka | 0 | 0 | - |
| ▪ Hebe | 1 | 0 | - |
| ▪ Pingo Doce | 0 | 0 | - |
| ▪ Recheio | 0 | 0 | - |
| ▪ Ara | 490 | 422 | +16,1% |
| Trolleys (unidades) | 28.500 | 31.959 | -10,8% |

⁸⁹ Excluindo sacos do lixo e outros PUU que não são embalagens.

| Material consumido por tipo de solução | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|--------|--------|-------------|
| ▪ Biedronka | 0 | 0 | - |
| ▪ Hebe | 0 | 0 | - |
| ▪ Pingo Doce | 28.093 | 31.080 | -9,6% |
| ▪ Recheio | 353 | 444 | -20,5% |
| ▪ Ara | 54 | 435 | -87,6% |

* Inclui sacos resistentes de diferentes formatos e materiais que permitem várias utilizações.

Desde 2017 que as Companhias do Grupo Jerónimo Martins não disponibilizam gratuitamente sacos de plásticos nas caixas de pagamento. Os sacos disponíveis na Biedronka e no Pingo Doce têm certificação Blue Angel⁹⁰ e contêm 85% de plástico reciclado pós-consumo, o que permitiu evitar a utilização de cerca de 6.500 toneladas de plástico virgem em 2021.

Durante o ano houve um aumento generalizado no consumo de sacos de caixa, com maior destaque para os reutilizáveis de papel e de plástico. Este aumento parece estar relacionado com o incremento no número de lojas e a retoma dos horários de funcionamento. A redução da quantidade de trolleys vendidos pode ser explicada pela sua reutilização para acondicionamento e transporte de produtos. Destaca-se ainda o aumento do plástico reciclado pós-consumo incorporado nos sacos reutilizáveis de uma média de cerca de 60% em 2019, para 77% em 2021, totalizando cerca de 7 mil toneladas. No caso dos sacos de papel, o teor de reciclado é de 50% na Biedronka e 64% no Pingo Doce, correspondendo a cerca de mil toneladas.

Combate à poluição por plástico – destaques em 2021

- Os novos carrinhos e cestos de compras da Biedronka contêm 25% de plástico reciclado obtido a partir de artes de pesca apanhadas no Báltico, mar do Norte e oceano Atlântico;
- A partir de junho, os clientes do Pingo Doce puderam utilizar os seus recipientes para acondicionar comida fresca, peixe, carne, pão e charcutaria adquiridos ao balcão;
- Talheres em madeira, palhinhas em papel e copos e pratos de Marca Própria feitos com fibras florestais com certificação FSC® e isentos de plástico – Pingo Doce;
- Copos de marca própria Amanhecer feitos com fibras florestais com certificação FSC® e isentos de plástico – Recheio;
- Eliminada a janela de plástico de sacos de papel para pão fresco – Biedronka e Pingo Doce;
- Sacos de lixo de Marca Própria (tamanho 120 L) com 86% de material reciclado – Biedronka;
- As lojas Ara na cidade de Santa Marta (na região costeira) deixaram de disponibilizar sacos de plástico de utilização única.

No total estas medidas evitaram a utilização de mais de 80 toneladas de plástico de uso único por ano e o consumo de cerca de 900 toneladas de plástico virgem.

Ver também a caixa de destaque sobre “Ecodesign de embalagens”.

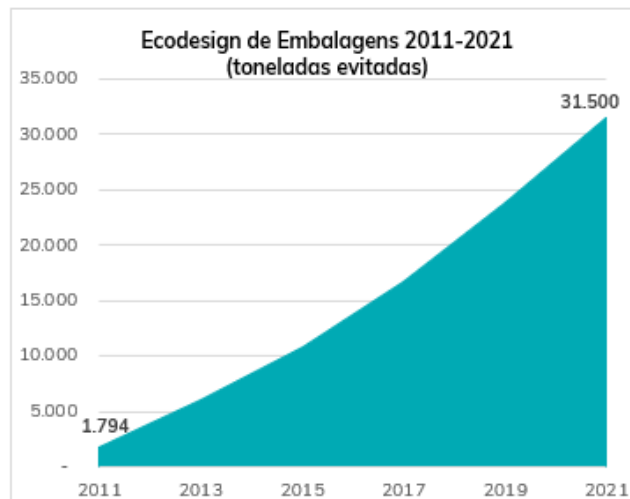
⁹⁰ A certificação Blue Angel é atribuída a produtos que provam ter um melhor perfil ambiental.

3.4.2. Promoção do Consumo Sustentável de Materiais

Ecodesign de embalagens

O projeto de ecodesign de embalagens, lançado há mais de dez anos, procura reduzir o impacto ambiental e otimizar os custos de produção, transporte e gestão de resíduos das embalagens dos produtos de Marca Própria. Desde o arranque, a iniciativa trabalhou 743 referências e evitou a utilização de cerca de 31.500 toneladas de materiais. Foram também introduzidas 244 embalagens com certificação FSC®. A otimização das embalagens em termos de formato e/ou redução de peso, permitiu ainda evitar a emissão de aproximadamente 5.100 toneladas de carbono associadas à maior eficiência no transporte dos produtos.

Em 2021, implementámos 209 projetos deste tipo (96 no Pingo Doce, 57 na Biedronka, 24 na Hebe, 12 na Ara e 20 no Recheio), elevando para 11,8% a percentagem de artigos de Marca Própria alterados desde 2011, pretendendo o Grupo atingir 12% até 2023.



Ecodesign de embalagens – destaques em 2021

- A Biedronka lançou duas referências de água Polaris com 50% de PET reciclado, passando a evitar o uso de 150 toneladas de plástico virgem por ano.
- O cartão das embalagens de 24 referências de Marca Própria da Hebe passou a ter certificação FSC®, ou seja, é proveniente de florestas geridas de forma responsável.
- O Pingo Doce substituiu todas as embalagens pretas para comida servida no Takeaway por embalagens incolores ou de cor clara, evitando a utilização anual de mais de 300 toneladas de plásticos problemáticos para as centrais de triagem.
- O Recheio lançou a lixívia Amanhecer em pastilhas que, devido à sua fórmula concentrada, reduz mais de 97% do peso da embalagem por litro de solução.
- A Ara reduziu o peso da garrafa do amaciador Cottony, poupando-se a utilização de mais de 8,5 toneladas de plástico por ano.

Embalagens reutilizáveis

A crescente aposta em soluções de embalagem reutilizáveis evitou a utilização de mais de 37 mil toneladas de embalagens descartáveis em 2021.

O Pingo Doce e o Recheio utilizaram 44,1 milhões de caixas de plástico reutilizáveis nas áreas de perecíveis (mais 13% face a 2020) enquanto que a Biedronka recorreu a 27,5 milhões de caixas de transporte reutilizáveis para produtos de padaria (em linha com 2020). Na Ara, foram utilizadas mais de 5,7 milhões de caixas reutilizáveis no transporte de água engarrafada, leite, fruta e legumes (mais 36% face ao ano anterior).

Desde 2018 que o Pingo Doce, em parceria com a New Water Project, disponibiliza aos seus clientes uma solução de enchimento de garrafas de plástico reutilizáveis, atualmente nos formatos de 1,5, 3 e 6 litros. No final de 2021, a garrafa ECO estava em 142 lojas, evitando o consumo de 69 toneladas de plástico de uso único, cuja redução da procura (-5,5% face a 2020) é justificada pelos largos períodos de teletrabalho para uma percentagem relevante da população em Portugal. A Ara iniciou em junho de 2021, um projeto piloto semelhante na loja Rodadero Gaira em Santa Marta, uma zona onde a qualidade da água é assegurada com base na tecnologia de filtração proporcionada pelo sistema de reenchimento, tendo evitado o consumo de garrafas de plástico descartáveis em 0,3 toneladas.

Promoção de vendas a granel

Na Ara, as vendas a granel totalizaram cerca de 52 mil toneladas de produtos alimentares, estando disponíveis em 85% das lojas (697 estabelecimentos) onde se comercializa pelo menos um dos artigos abrangidos (arroz, açúcar, lentilhas ou feijão). Na Biedronka, a venda de frutos secos e doces a granel representou cerca de 28,6 mil toneladas, estando disponível em todas as lojas. No caso do Pingo Doce, estas vendas atingiram as 235 toneladas, estando este modelo de venda a granel disponível em 52% das lojas.

3.4.3. Gestão de Resíduos

[GRI 306-2]

Em 2021, as atividades do Grupo foram responsáveis pela produção de 558.625 toneladas de resíduos, mais 6,9% que em 2020. Este aumento, é justificado sobretudo pelo crescimento das operações na Colômbia e pelo aumento das vendas da Biedronka. Neste último caso, houve um aumento significativo em três fluxos de resíduos: cartão e plástico (devido ao aumento do volume de mercadorias movimentadas); orgânicos (devido ao aumento do desperdício alimentar, sobretudo nas categorias de perecíveis que são as que mais contribuem para este fluxo) e indiferenciados (devido ao crescimento das vendas).

| Resíduos produzidos (toneladas/milhões de euros) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|-------|-------|-------------|
| Valor específico | 26,74 | 27,08 | -1,3% |

| Resíduos produzidos (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|----------------|----------------|--------------|
| Quantidade por tipo de resíduo | 558.625 | 522.531 | +6,9% |
| ▪ Cartão e papel | 341.713 | 320.562 | +6,6% |
| ▪ Plástico | 13.926 | 12.386 | +12,4% |
| ▪ Madeira | 2.055 | 2.119 | -3,0% |
| ▪ Orgânicos | 103.586 | 93.441 | +10,9% |
| ▪ Indiferenciados | 83.343 | 79.723 | +4,5% |
| ▪ Óleos e gorduras alimentares | 222 | 182 | +22,0% |
| ▪ Resíduos de tratamento de efluentes | 8.505 | 8.850 | -3,9% |
| ▪ Resíduos perigosos | 138 | 648 | -78,7% |
| ▪ Outros resíduos | 5.137 | 4.620 | +11,2% |
| Quantidade por unidade de negócio | | | |
| ▪ Biedronka | 426.753 | 397.070 | +7,5% |
| ▪ Hebe | 924 | 865 | +6,8% |
| ▪ Pingo Doce | 92.168 | 90.882 | +1,4% |
| ▪ Recheio | 6.399 | 6.205 | +3,1% |
| ▪ Ara | 30.155 | 25.439 | +18,5% |
| ▪ JMA | 2.226 | 2.070 | +7,5% |

Valorização e destino de resíduos nas operações

A taxa de valorização de resíduos do Grupo em 2021 foi de 85,8%, igual à do ano anterior. Do total, 13,8% foram encaminhados para aterro, em linha com 2020.

| Taxa de valorização de resíduos | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 (p.p.) |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------------|
| Valor global | 85,8% | 85,8% | 0,0 p.p. |
| Biedronka | 91,5% | 91,7% | -0,2 p.p. |
| Hebe | 77,4% | 76,7% | +0,7 p.p. |
| Pingo Doce | 64,8% | 65,2% | -0,4 p.p. |
| Recheio | 69,5% | 69,3% | +0,2 p.p. |
| Ara | 72,8% | 71,6% | +1,2 p.p. |
| JMA | 94,8% | 96,8% | -2,0 p.p. |

| Métodos de gestão dos resíduos | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 (p.p.) |
|--|-------|-------|--------------------|
| Valorização* | 85,8% | 85,8% | 0,0 p.p. |
| Aterro | 13,8% | 13,7% | +0,1 p.p. |
| Incineração (sem valorização energética) | 0,0% | 0,0% | 0,0 p.p. |
| Outros destinos sem valorização | 0,4% | 0,5% | -0,1 p.p. |

*Inclui encaminhamento para reciclagem, valorização orgânica e incineração com valorização energética.

Combate ao desperdício alimentar

O Grupo assumiu o compromisso de, até 2030, reduzir para metade o desperdício alimentar⁹¹ gerado pelas suas atividades, em linha com a meta de Consumo e Produção Responsável (12.3) definida nos ODS. O objetivo para o triénio 2021-2023 é limitar a quantidade de alimentos desperdiçados a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos. De modo a assegurar a contabilização e a monitorização deste compromisso fomos o primeiro retalhista em Portugal a calcular e a divulgar publicamente a sua pegada de desperdício alimentar, em linha com a metodologia da Food Loss and Waste do World Resources Institute.

Em 2021, o desperdício alimentar do Grupo aumentou para 17,6 kg de alimentos desperdiçados por cada tonelada de produtos alimentares vendidos. Este aumento, de 4,1%, está maioritariamente relacionado com o crescimento do negócio de perecíveis na Biedronka, uma vez que estes produtos são mais sensíveis ao manuseamento, à temperatura e apresentam prazos de validade inferiores. O desperdício nas categorias de perecíveis representa cerca de 70% do desperdício alimentar total gerado no Grupo.

| kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|-------------|-------------|--------------|
| Desperdício alimentar* | 17,6 | 16,9 | +4,1% |
| Destino | | | |
| ▪ Alimentação animal e processamento biológico | 2,2 | 2,5 | -12,0% |
| ▪ Digestão anaeróbia, compostagem e combustão controlada | 10,8 | 10,3 | +4,9% |
| ▪ Deposição em aterro, incineração e sistemas de tratamento de águas residuais | 4,6 | 4,1 | +12,2% |
| Quantidade por unidade de negócio | | | |
| ▪ Biedronka | 18,5 | 17,1 | +8,2% |
| ▪ Pingo Doce** | 21,3 | 22,7 | -6,2% |
| ▪ Recheio | 4,7 | 6,4 | -26,6% |
| ▪ Ara | 11,4 | 11,6 | -1,7% |

* De acordo com o protocolo de Food Loss and Waste do World Resources Institute, é considerado desperdício alimentar qualquer alimento não encaminhado para consumo humano.

** Para cálculo deste indicador, o desperdício alimentar dos centros de distribuição foi contabilizado no Pingo Doce, embora sejam estruturas partilhadas com o Recheio.

Temos desenvolvido um conjunto de iniciativas para limitar o desperdício alimentar nas nossas operações de Distribuição. Através das lojas e centros de distribuição doámos 21,4 mil toneladas de alimentos a instituições de solidariedade⁹², o que representa um aumento de 14,8% face a 2020. Por forma a garantir a identificação, seleção e separação dos alimentos seguros para doação, damos formação aos colaboradores nesta matéria⁹³.

Com o projeto de *markdown*, iniciado em 2019 no Pingo Doce e em 2020 na Biedronka, evitámos o desperdício de 8 mil toneladas de alimentos em 2021 (mais 70% que em 2020), através da venda com desconto de produtos que se encontram perto de atingir o prazo de validade.

O frango assado que não é vendido, mas que se encontra em perfeitas condições para ser consumido, é desfiado e utilizado para as pizzas, saladas e sandes disponibilizadas no *takeaway* ou é vendido em

⁹¹ Os valores de desperdício alimentar foram calculados de acordo com o protocolo de Food Loss and Waste do World Resources Institute. Os pressupostos de cálculo estão disponíveis no website corporativo do Grupo, na área de "[Responsabilidade](#)".

⁹² Para mais informação consulte o subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos".

⁹³ Referente a formação em higiene e segurança alimentar. Para informação mais detalhada, consulte o subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3.5. "Formação".

cuvetes como frango desfiado. O leitão também é desfiado e utilizado para a confeção de sandes. Estas ações evitaram o desperdício de 202 toneladas destes produtos.

A fruta de maiores dimensões (melões, melancias, meloas, papaias e abacaxis) é cortada em metades para evitar o desperdício em loja e em casa dos consumidores, que podem assim adquirir a quantidade desejada.

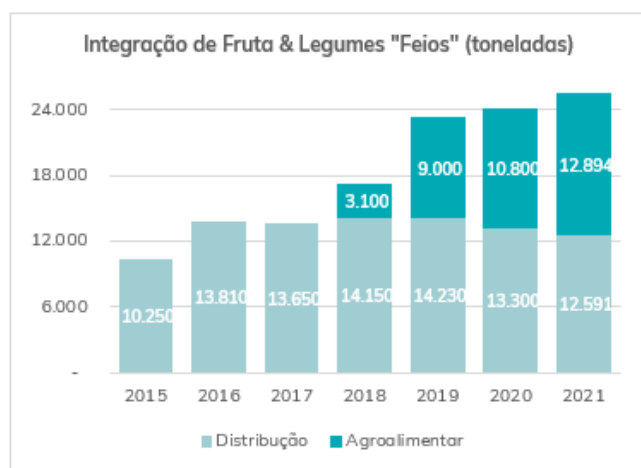
O desperdício alimentar também pode ser combatido a montante e a jusante das nossas operações. Todos os anos, incorporamos alimentos não calibrados nas sopas que produzimos em Portugal e Polónia, e em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados, prontos a utilizar) vendidos nas lojas Pingo Doce e Recheio. Os alimentos não calibrados são muitas vezes conhecidos como legumes “feios”, mas têm um perfil nutricional igual ao dos produtos calibrados. A JMA recorre também à aquisição de subprodutos da indústria alimentar e de legumes não calibrados para serem incorporados na alimentação do gado.

Entre 2015 e 2021, a estratégia de aproveitar legumes não calibrados evitou o desperdício de 127.775 toneladas de alimentos.

Ameixas e couves “feias” na Biedronka

A região de Małopolska foi atingida por uma tempestade de granizo em junho, o que causou danos estéticos nas folhas exteriores das couves ali produzidas. A Biedronka comprou e colocou 156 toneladas destas couves nas suas lojas.

Já em setembro, a precipitação intensa nas regiões de Opole, Szydlów e Grójec provocaram danos na aparência das ameixas que, embora mantendo o perfil nutricional, ficaram com um ar enrugado. A Biedronka assegurou a compra a mais de 50 produtores afetados e colocou estas ameixas nas suas lojas.



Valorização de resíduos de clientes

[GRI 301-3; GRI 302-5]

Procuramos também sensibilizar colaboradores, clientes e comunidades envolventes para a importância da correta separação de resíduos. De modo a facilitar o descarte correto de resíduos, disponibilizamos uma série de infraestruturas⁹⁴ como:

- os ecopontos do Pingo Doce em 98% das lojas;
- os ecopontos para recolha de pequenos eletrodomésticos, pilhas e lâmpadas fluorescentes em 99% das lojas da Biedronka;
- as recolhas de pilhas usadas em 82% das lojas da Ara e em todas as lojas Recheio e Pingo Doce;
- a recolha e valorização de cápsulas de café nas lojas do Pingo Doce, que permitiu entregar 2.607 euros a instituições de solidariedade;
- o projeto-piloto da Ara de recolha de óleo alimentar usado para valorização como biodiesel;
- os projetos-piloto em que o Pingo Doce é parceiro e que pretendem incentivar a devolução de garrafas de plástico PET pelos consumidores. Em 2021, foram recolhidas nas 13 máquinas que integram o projeto mais de 3,3 milhões de garrafas PET, 352 mil latas de alumínio e 376 mil garrafas de vidro, num total de 69 toneladas.

Resíduos depositados por clientes nos ecopontos das lojas

| Resíduos recolhidos nas lojas (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Pingo Doce | 716,67 | 446,81 | +60,4% |
| Pilhas | 8,77 | 5,47 | +60,3% |
| REEE ⁹⁵ (incluindo lâmpadas fluorescentes) | 105,21 | 101,14 | +4,0% |

⁹⁴ Para informação mais detalhada sobre o número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes, consulte a área de “Responsabilidade” no site corporativo do Grupo.

⁹⁵ REEE – Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Eletrónicos.

| Resíduos recolhidos nas lojas (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Óleos alimentares usados | 121,19 | 101,79 | +19,1% |
| Cápsulas de café | 481,50 | 238,41 | +102,0% |
| Recheio | 0,00 | 0,00 | - |
| Pilhas | 0,00 | 0,00 | - |
| Biedronka | 336,56 | 253,40 | +32,8% |
| Pilhas | 263,75 | 212,58 | +24,1% |
| REEE ⁴³ (incluindo lâmpadas fluorescentes) | 72,81 | 40,82 | +78,4% |
| Ara | 0,98 | 0,80 | +22,5% |
| Pilhas | 0,96 | 0,80 | +20,0% |
| Óleos alimentares usados | 0,02 | - | - |

Em 2021, os níveis de recolha de resíduos de clientes aumentaram nas lojas Pingo Doce, Biedronka e Ara. No global, as quantidades recolhidas cresceram 50%, em resultado dos esforços para aumentar o número de ecopontos e promover campanhas de sensibilização e informação para clientes. No caso do Recheio, as pilhas recolhidas em loja não atingiram a quantidade mínima para justificar a sua recolha. Estas serão encaminhadas para valorização em conjunto com as quantidades depositadas pelos clientes em 2022.

3.5. Ações de Sensibilização

O Grupo desenvolve diversas iniciativas junto dos seus colaboradores, consumidores e comunidades envolventes, como forma de sensibilizar para a importância dos comportamentos individuais e coletivos na redução do impacto de todos sobre o ambiente. A tabela seguinte destaca alguns dos projetos que estiveram em destaque durante 2021.

Projetos de sensibilização destacados

| Campanha | Companhia | Descrição |
|--|------------|---|
| “Día Internacional Sin Bolsas Plásticas” (Dia Internacional sem Sacos de Plástico) | Ara | Em junho, a propósito do Dia Internacional sem Sacos de Plástico, a Ara fez uma campanha nas redes sociais convidando os clientes a não se esquecerem do seu saco reutilizável. |
| “Razem Przeciw Marnowaniu” (Juntos Contra o Desperdício) | Biedronka | Campanha em loja e nos média polacos com o objetivo de sensibilizar os clientes para a prevenção e combate ao desperdício alimentar em casa. A segunda edição do Dobra Torba (Saco do Bem) permitiu doar 43.500 euros à Federação dos Bancos Alimentares da Polónia. |
| Websérie “Amar o Mar” | Pingo Doce | A websérie “Amar o Mar” partilha exemplos inspiradores de quem ama e preserva o oceano. A série, transmitida na plataforma YouTube e divulgada nas redes sociais do Pingo Doce, teve quatro episódios que dão a conhecer um projeto ou uma pessoa com um papel ativo na defesa do oceano e do ecossistema marinho, contabilizando mais de 183.500 visualizações no Youtube Kids e cerca de 10.000 visualizações no Youtube. |
| Lado B – Combate ao desperdício alimentar | Recheio | Aproveitando a adesão ao movimento “Unidos contra o desperdício” e a celebração do Dia Internacional da Consciencialização Sobre Perdas e Desperdício Alimentar, o Recheio lançou a campanha “Lado B”, com novas receitas que utilizam o lado menos popular dos alimentos (sobras, cascas e polpas em novos sabores). |

Para informação mais detalhada, consulte a área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

4. Comprar com Responsabilidade

4.1. Introdução

A estratégia de compras do Grupo assenta numa série de compromissos⁹⁶ que procuram garantir a qualidade e segurança dos produtos alimentares, que contribuam para uma alimentação mais saudável e a preços acessíveis, privilegiando relações de proximidade com os fornecedores e respeitando o bem-estar social e a sustentabilidade em toda a cadeia de valor.

4.2. Relacionamento com Fornecedores Locais

[GRI 102-9; GRI 204-1]

Sempre que possível, compramos a fornecedores locais, seguindo uma estratégia que permite promover o desenvolvimento económico das regiões e reduzir tanto as distâncias entre os fornecedores e os nossos centros de distribuição, como as emissões de carbono associadas ao transporte. Esta estratégia também contribui para a redução do desperdício alimentar, com os produtos a chegarem mais frescos e mais rapidamente às nossas lojas.

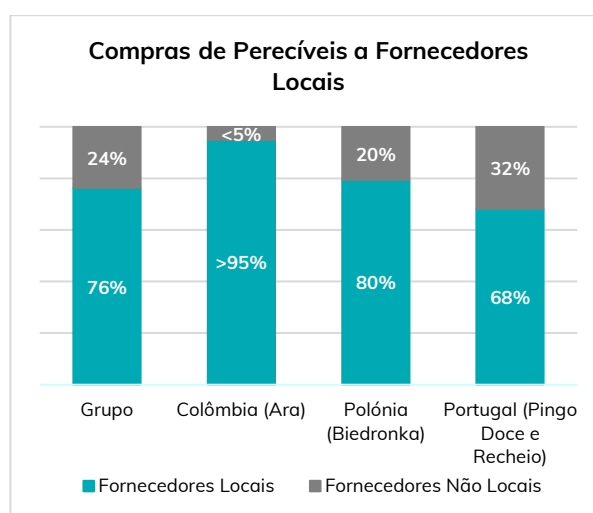
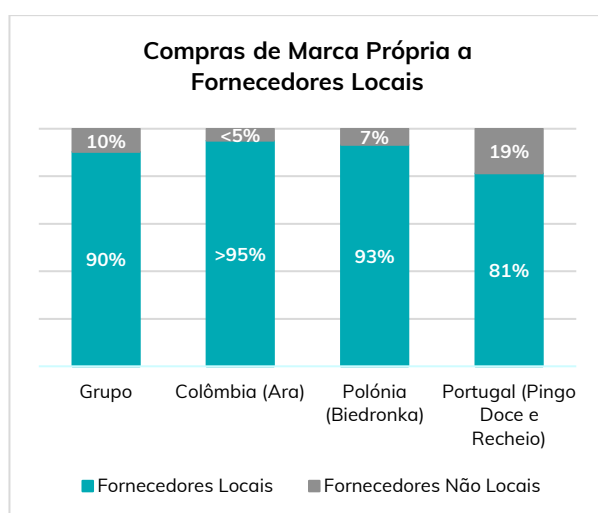
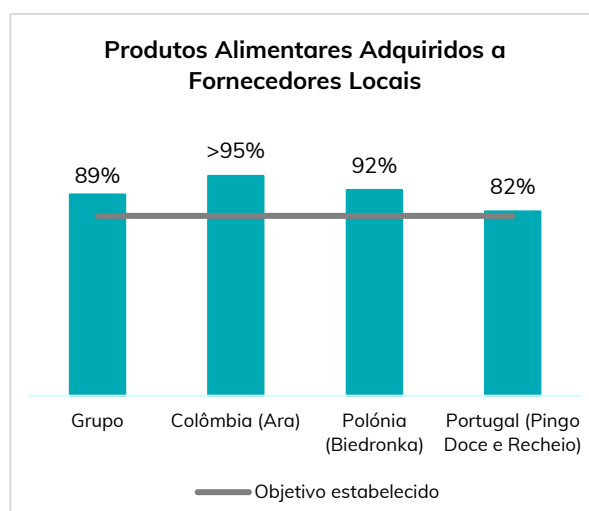
Nas relações de proximidade com os fornecedores, procuramos parcerias que promovam o desenvolvimento do nosso sortido, com novas variedades ou variedades tradicionais. Aproveitamos também para integrar critérios de sustentabilidade nos processos de produção e de distribuição. As iniciativas que se destacaram em 2021 surgem na tabela seguinte⁹⁷.

| Companhia | Iniciativa |
|------------------------------------|---|
| Ara (Colômbia) | Colaborámos com mais de 180 fornecedores que representam mais de 90% das vendas de Marca Própria. Um exemplo é o leite de Marca Própria, em que foram comercializados mais de 90 milhões de litros (mais 20% que em 2020) com origem 100% nacional. |
| | Foi mantida a parceria com o BBVA que permite aos fornecedores receberem o pagamento antecipado das faturas a taxas mais favoráveis e sem afetar o rating da sua dívida. Cerca de 77% dos fornecedores de frutas e legumes (mais de 350 no total) são abrangidos por esta iniciativa. |
| Biedronka (Polónia) | Em maio de 2021, foi lançado um projeto dirigido a produtores locais de fruta e legumes, para que pudessem entregar os seus produtos em lojas ou centros de distribuição próximos da área de produção. Mais de 60 novos fornecedores foram envolvidos, entregando mais de 10 mil toneladas de fruta e legumes. Para reduzir as importações foi mantido o projeto de produção de fruta com destaque para alperces (26,5 toneladas vs. 6,5 toneladas em 2020) e melancias (335 toneladas vs. 35 toneladas em 2020). |
| | Com o objetivo de apoiar a produção local, manteve-se a redução do período de pagamento para um máximo de 21 dias para os produtores com uma faturação inferior a 100 milhões de zloty. Sessenta fornecedores beneficiaram nesta iniciativa, mais 40 que em 2020. |
| Pingo Doce e Recheio (Portugal) | Foi reforçada a comunicação em loja, redes sociais e folhetos sensibilizando os consumidores para a importância de consumir produtos nacionais de acordo com a sazonalidade. |
| | Foi mantido o apoio aos pequenos e médios produtores de perecíveis membros da Confederação dos Agricultores de Portugal. É uma medida única no retalho em Portugal que consiste na antecipação para uma média de dez dias do prazo de pagamento, em vez dos 30 dias previstos na lei, sem quaisquer custos financeiros para o produtor. Desde 2012 que mais de 370 fornecedores já beneficiaram desta iniciativa . |

⁹⁶ A Política de Compras Sustentáveis e o Código de Conduta de Fornecedores estão disponíveis para consulta na área de ["Responsabilidade"](#) no nosso website corporativo.

⁹⁷ Mais informação disponível no website corporativo do Grupo, na página ["Fornecedores Locais e Inovação"](#).

Como forma de mantermos o nosso compromisso com a produção nacional nos vários países onde estamos presentes, temos como objetivo assegurar que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares são realizadas a estes fornecedores. Este compromisso foi novamente alcançado em 2021, com níveis muito similares aos verificados no ano anterior. O mesmo se verificou para as compras de produtos de Marca Própria e perecíveis adquiridos a fornecedores locais. Ao longo do ano, e para facilitar a identificação da origem local por parte dos consumidores, utilizamos sinalética nos produtos com as cores das bandeiras nacionais em perecíveis (como fruta e legumes), selos aplicados em todos os produtos com matérias-primas e/ou produção 100% portuguesa (Recheio) e a identificação nas Marcas Próprias com os selos “100% Nacional” (Pingo Doce), “Polski Produkt” (na Biedronka) e “Hecho en Colombia” (na Ara). Procuramos ainda assinalar estes produtos na comunicação em loja, folhetos, recibos de pagamento, campanhas televisivas e canais digitais.



4.3. Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção

Enquanto grandes compradores, promovemos⁹⁸ a melhoria das práticas ambientais e sociais na produção das nossas Marcas Próprias e de perecíveis com o objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais, diminuir os impactos nos ecossistemas e promover e respeitar o desenvolvimento socioeconómico dos locais onde a nossa influência se faz sentir, de forma direta e indireta.

Foi por este motivo que o Grupo aderiu ao Código de Conduta da União Europeia sobre Práticas Empresariais e Comerciais Responsáveis, uma iniciativa criada com o objetivo de mobilizar a indústria alimentar e a grande distribuição para a adoção de compromissos voluntários e de cooperação que assegurem a disponibilidade e a acessibilidade de opções alimentares saudáveis, bem como a redução da pegada ambiental global.

O Código de Conduta é uma das primeiras materializações da Estratégia do Prado ao Prato e enquadra as ações com que todos os intervenientes “entre o prado e o prato”, da indústria alimentar aos operadores de Food Service e aos retalhistas, poderão comprometer-se voluntariamente para melhorar de forma tangível e comunicar o seu desempenho na área da sustentabilidade, nas operações próprias e na colaboração com os seus pares da indústria e outros stakeholders do sistema alimentar, como agricultores ou consumidores.

⁹⁸ As nossas Política de Ambiente, Política de Compras Sustentáveis e Código de Conduta de Fornecedores podem ser consultados em www.jeronimomartins.com.

4.3.1. Combate à Desflorestação

A procura global de *commodities* agrícolas é uma das maiores causas de pressão sobre as florestas e outros ecossistemas com Alto Valor de Conservação. Estima-se que a gestão e alterações do uso do solo, bem como a desflorestação sejam a segunda maior fonte de emissões de gases com efeito de estufa com origem humana. A preservação e restauro destes ecossistemas pode desempenhar um papel relevante no sequestro de carbono e preservação e restauro da biodiversidade, contribuindo assim para as metas do Acordo de Paris e do Pacto Ecológico Europeu.

Consciente do valor dos serviços prestados pelas florestas, há vários anos que o Grupo Jerónimo Martins tem procurado gerir de forma responsável a incorporação das principais matérias-primas associadas à desflorestação nos produtos e embalagens das suas Marcas Próprias. Foi por este motivo que, em 2019, a o Grupo subscreveu à Forest Positive Coalition of Action (FP CoA) do The Consumer Goods Forum, no qual estão definidas quatro áreas de ação:

- assegurar que os produtos de Marca Própria e perecíveis seguem critérios de sustentabilidade ambiental e social⁹⁹;
- incentivar os principais traders destas matérias-primas e os fornecedores de Marca Própria e perecíveis a assumir objetivos de combate à desflorestação;
- promover a preservação de ecossistemas nas principais áreas de produção destes ingredientes através de iniciativas *multi-stakeholder*;
- definir indicadores específicos de progresso e divulgá-los publicamente¹⁰⁰.

Compromisso com o combate à desflorestação reforçado em 2021

- Em conjunto com dez outros subscritores, assinámos uma carta-aberta a pedir mais ambição à União Europeia sobre esta matéria.
- Divulgámos publicamente um [documento](#) com as nossas políticas, compromissos e progresso no âmbito da FP CoA.
- Fomos reconhecidos pelo CDP Forests na gestão de *commodities* associadas à desflorestação com o nível de liderança "A-" em óleo de palma, soja e carne bovina. No caso do papel e madeira, atingimos o nível de gestão "B".

Uma das estratégias que seguimos é mapear a presença de ingredientes associados à desflorestação nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, recolhendo informação quanto à origem e certificação de sustentabilidade junto dos fornecedores. A nossa interação com fornecedores de soja – direta e indireta – em Portugal, Polónia e Colômbia foi intensificada em 2021, através de sessões de trabalho e questionários onde partilhámos os nossos objetivos e expectativas relativamente à sua origem e rastreabilidade.

Principais *commodities* agrícolas com risco de desflorestação na Marca Própria e perecíveis

| Commodity | Quantidade total (toneladas) | | |
|---------------------------------|------------------------------|----------------|--------------|
| | 2021 | 2020* | Δ2021/2020 |
| Óleo de palma | 37.097 | 18.918 | +96% |
| Colômbia (Ara) | 19.870 | 3.503 | +467% |
| Polónia (Biedronka e Hebe) | 11.597 | 10.438 | +11% |
| Portugal (Pingo Doce e Recheio) | 5.629 | 4.977 | +13% |
| Soja | 485.675 | 430.822 | +13% |
| Soja (direta) | 11.052 | 3.472 | +218% |
| Colômbia (Ara) | 7.937 | 1.036 | +666% |
| Polónia (Biedronka e Hebe) | 2.266 | 1.819 | +25% |
| Portugal (Pingo Doce e Recheio) | 849 | 616 | +38% |

⁹⁹ Estes critérios integram o apoio a actividades que não contribuem para a desflorestação ou para a perda de ecossistemas de elevado valor de conservação e/ou que contribuam para a sua regeneração, e os esforços para eliminar as violações de direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores.

¹⁰⁰ A nossa estratégia de atuação é publicamente divulgada e o seu progresso atualizado no âmbito da nossa participação no programa CDP Forests, disponível em www.cdp.net e também no nosso website corporativo, na página "[Combater a Desflorestação](#)".

| Commodity | Quantidade total (toneladas) | | |
|--|------------------------------|----------------|-------------|
| | 2021 | 2020* | Δ2021/2020 |
| Soja (indireta)** | 474.622 | 427.350 | +11% |
| Colômbia (Ara) | 5.225 | 3.236 | +61% |
| Polónia (Biedronka e Hebe) | 348.074 | 305.167 | +14% |
| Portugal (Pingo Doce e Recheio) | 121.323 | 118.948 | +2% |
| Papel e Madeira | 182.848 | 193.687 | -6% |
| Papel e Madeira (produtos)*** | 144.138 | 141.853 | +2% |
| Colômbia (Ara) | 3.539 | 2.518 | 41% |
| Polónia (Biedronka e Hebe) | 122.812 | 120.796 | 2% |
| Portugal (Pingo Doce e Recheio) | 17.787 | 18.539 | -4% |
| Papel e Madeira (embalagens)*** | 38.710 | 51.834 | -25% |
| Colômbia (Ara) | 3.381 | 4.562 | -26% |
| Polónia (Biedronka e Hebe) | 28.408 | 38.659 | -27% |
| Portugal (Pingo Doce e Recheio) | 6.921 | 8.613 | -20% |
| Carne bovina | 42.922 | 45.533 | -6% |
| Colômbia (Ara) | 183 | 152 | +20% |
| Polónia (Biedronka e Hebe) | 13.059 | 12.511 | +4% |
| Portugal (Pingo Doce e Recheio) | 29.680 | 32.870 | -10% |

* Valores revistos como resultado de oportunidades de melhoria detetadas no processo de verificação do ano anterior.

** Soja em ração utilizada para produção de proteína animal contida nos produtos.

*** Apenas fibra virgem. Exclui utilização de fibra reciclada.

Óleo de palma

O aumento global na quantidade de óleo de palma utilizado deve-se, essencialmente, à introdução de novos produtos de Marca Própria no sortido da Ara, nomeadamente os óleos vegetais utilizados para cozinhar, que representam cerca de 80% do total do óleo de palma consumido nesta Companhia.

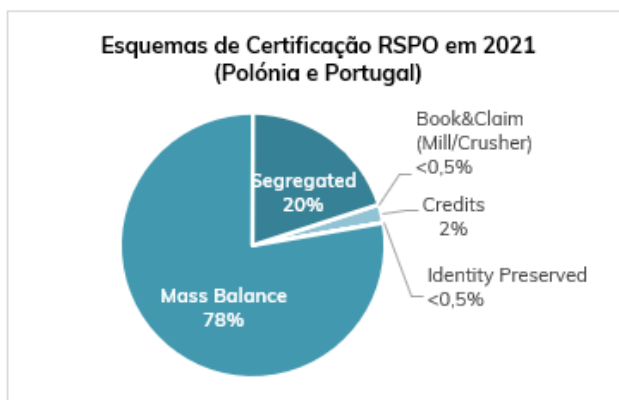
Tal como em 2020, verificou-se uma redução dos níveis de certificação do óleo de palma pela Roundtable on Responsible Palm Oil na Ara devido à estratégia da Companhia de promover a compra local deste ingrediente. Em 2021, mais de 95% do óleo de palma utilizado teve origem na Colômbia (um aumento de cerca de 10 p.p. face a 2020), com o restante a vir de outros países da América do Sul (cerca de 3%) ou Sudoeste Asiático (menos de 1%). O nível de certificação RSPO na Colômbia é ainda relativamente baixo face ao total produzido. Por este motivo, e considerando o objetivo do Grupo de assegurar a origem sustentável desta commodity sempre que ela esteja presente, a Ara aderiu, em 2021, à iniciativa do Governo colombiano “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Aceite de Palma en Colombia”, (Acordo de Vontades para a Desflorestação Zero na Cadeia de Azeite de Palma na Colômbia) com o objetivo de assegurar que o óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e perecíveis não induz desflorestação. Esta iniciativa conta também com o apoio de organizações da sociedade civil, como a RSPO, a Proforest, a Tropical Forest Alliance e a WWF.

Na Colômbia, menos de 0,5% da desflorestação estava associada à produção de óleo de palma¹⁰¹. Não obstante, estamos empenhados em rastrear progressivamente a origem do óleo de palma presente nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, até à exploração agrícola onde foi produzido. Com essa informação é possível avaliar se é proveniente de zonas desflorestadas, bem como implementar medidas corretivas nos casos em que tal possa ter ocorrido. Para o óleo de palma proveniente de outros países, os membros do acordo comprometem-se a assegurar, de modo progressivo, a certificação RSPO.

¹⁰¹ Dados revelados na análise do nível de desflorestação associada à produção de óleo de palma, realizada em 2019 pelo IDEAM – Instituto de Hidrologia Meteorología y Estudios Ambientales e o Ministério do Ambiente Colombiano.

Em 2021, 20% do óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e perecíveis da Ara e que não era proveniente da Colômbia tinha certificação RSPO (mais 2 p.p. que em 2020).

Na Polónia e Portugal o incremento no consumo de óleo de palma está maioritariamente associado ao aumento das vendas face a 2020. No caso particular do Pingo Doce, regista-se ainda um aumento associado ao consumo de matérias-primas contendo óleo de palma para o fabrico de produtos de pastelaria e padaria. Em 2021, e à semelhança de 2020, 100% do óleo de palma presente nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis em Portugal e Polónia tinha certificação RSPO, assegurando assim a sua origem sustentável.

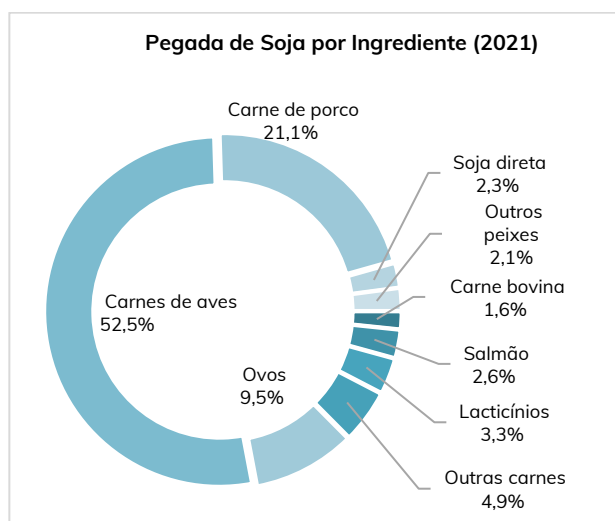
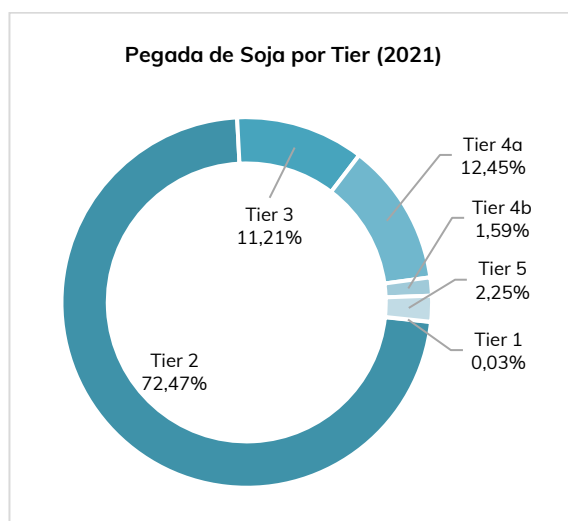


Soja

O aumento do consumo de soja deve-se, em grande medida, à utilização deste ingrediente nas rações para alimentação animal (tiers 2 a 4b), com reflexos posteriores nos produtos ricos em proteína de origem animal, como são os casos dos ovos, do leite e da carne. Em 2021, as vendas deste tipo de produtos continuaram a crescer, muito associadas às vendas de carne e pescado de aquacultura (tier 2), mas também de produtos como ovos e lacticínios (tier 3). Neste ano, mais de 50% da soja presente na nossa cadeia estava associada à alimentação de aves e mais de 20% à alimentação de suínos.

Também na soja direta verifica-se um aumento do consumo (tiers 1 e 5). No caso da Ara, o mesmo está essencialmente associado ao aumento de vendas de óleos alimentares vegetais que contêm percentagens elevadas de soja (nalguns casos combinadas com óleo de palma), alavancado no lançamento de novos artigos de Marca Própria com estas características.

Na Polónia, o aumento deve-se à introdução de novos produtos alimentares que oferecem uma alternativa rica em proteína de origem vegetal como o tofu ou o pão fitness. Em Portugal, e à semelhança do que se verificou no óleo de palma, o acréscimo resulta da utilização de farinhas que contêm uma mistura de óleo de palma e soja para o fabrico de produtos de pastelaria e padaria.



Em 2021, mantivemos o nosso esforço de reduzir a incerteza associada ao país de origem da soja presente de forma direta ou indireta nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis¹⁰², que resultou numa redução de 15 p.p. face a 2020, ano no qual o nível de incerteza rondava os 30%. Em 2022, iremos continuar este trabalho para assegurar igualmente um maior nível de robustez nas origens declaradas para a soja utilizada na ração animal, com especial enfoque nas categorias de carne de aves e de porco, que é onde reside a maioria da materialidade da soja presente na nossa cadeia de abastecimento

¹⁰² São contabilizados os cinco tiers de quantificação de soja na cadeia de valor, de acordo com a metodologia "Calculation guidelines for the measurement of embedded soy usage in consumer goods businesses" do CGF, disponível em www.theconsumergoodsforum.com.

Esta redução da incerteza levou também a uma maior visibilidade sobre a soja proveniente de países com risco de desflorestação¹⁰³, que passou para 52% do total de soja (mais 15 p.p. face a 2020). Apesar deste aumento, os nossos fornecedores indicaram que 17% da soja proveniente de países em risco de desflorestação tinha certificação de sustentabilidade – como o Round Table on Responsible Soy (RTRS) ou ProTerra (mais 2 p.pl do que em 2020).

Papel e Madeira

No caso das fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos de Marca Própria, verificou-se um aumento do consumo de produtos com este ingrediente, associado à vendas de papel higiénico ou toalhetas de higiene pessoal, entre outros. Contudo, apenas 0,4%, destas fibras provém de países com risco de desflorestação¹⁰⁴, das quais 99% provém de florestas geridas de forma sustentável, uma vez que apresentam certificação FSC® ou PEFC.

No caso do papel e madeira utilizados em embalagens, mais de 80% das fibras são recicladas (+10 p.p. que em 2020). No que se refere à utilização de fibras virgens em embalagens, observou-se um aumento das provenientes de países com risco de desflorestação, representando 14% do total (+12 p.p. que em 2020). Destas, 96% têm certificação FSC® ou o PEFC.

De um modo geral, as fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e nas nossas embalagens detinham níveis de certificação de sustentabilidade (FSC® ou PEFC) de 81% e 70% respetivamente, contribuindo para o objetivo do Grupo de atingir os 100% até 2030.

Carne bovina

Em 2021 conseguimos mapear e rastrear toda a carne bovina utilizada nas nossas Marcas Próprias e perecíveis até, pelo menos, ao seu país de origem. Com base neste trabalho foi possível aferir que 0,5% do total tinha origem no Brasil, um país com risco de desflorestação associado à produção de gado bovino. Apesar da reduzida exposição que temos para este ingrediente, mantemos a nossa participação no grupo de trabalho de carne bovina, no âmbito do Forest Positive Coalition of Action do CGF.

Somos ainda membros de um conjunto de organizações reconhecidas internacionalmente pelo seu trabalho para a preservação e regeneração da floresta:

- Roundtable on Sustainable Palm Oil – junto da qual publicamos anualmente o nosso progresso relativo ao óleo de palma sustentável;
- Round Table on Responsible Soy – para a qual reportamos e divulgamos o nosso progresso para o consumo responsável de soja;
- Coligação Polaca para o Óleo de Palma Sustentável – tem o objetivo de assegurar, até 2023, a certificação de 100% do óleo de palma utilizado na Polónia;
- Tropical Forest Alliance – trabalha em conceitos de iniciativas jurisdicionais e *multi-stakeholder* no combate à desflorestação e à qual nos juntámos em 2021.

Iniciativas de preservação e restauro de ecossistemas que apoiámos em 2021- Destaques:

Com o objetivo de contribuir para a preservação e regeneração de ecossistemas, o Grupo Jerónimo Martins manteve o seu investimento em iniciativas *multi-stakeholder* das quais destacamos:

- O projeto de reflorestação na serra do Açor, em Portugal, assegurou, no primeiro ano, a plantação de 58.090 árvores. Em parceria com a Câmara Municipal de Arganil, a Escola Superior de Agricultura de Coimbra e associações comunitárias que representam cerca de uma dezena de terrenos baldios, a iniciativa pretende reflorestar e criar condições de gestão numa área de 2.500 hectares, ao longo de 40 anos.
- Em parceria com a Nestlé e o IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, iniciámos um projeto que visa desenvolver um modelo de governo para a produção agrícola de baixo carbono e conservação de ecossistemas naturais junto de pequenos produtores e populações indígenas no Estado do Mato Grosso (Brasil).

¹⁰³ São considerados os seguintes países como tendo risco de desflorestação associado à produção agrícola de soja: Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

¹⁰⁴ Os países considerados como tendo risco de desflorestação associado à produção agrícola de papel e madeira correspondem aos da [guidelines do CGF](#).

4.3.2. Pescado Sustentável

O Grupo assumiu o compromisso de as Marcas Próprias e os perecíveis de pescado e marisco não contribuírem para a sobre-exploração, depleção ou extinção destas espécies¹⁰⁵. Avaliamos a cada três anos o estado de conservação de todas estas espécies que comercializamos e é com base nos resultados desta avaliação que atualizamos a estratégia de pescado sustentável¹⁰⁶. A tabela seguinte mostra o grau de cumprimento dos compromissos em cada um dos três níveis de risco de conservação da escala IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais¹⁰⁷.

| Classificação de risco IUCN | Compromisso | Cumprimento em 2021 |
|-----------------------------|--|---------------------|
| Criticamente em Perigo | Proibir a compra e venda das espécies classificadas com este nível de risco e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam. Apenas a enguia-europeia (<i>Anguilla anguilla</i>) ¹⁰⁸ tinha este nível de risco. Não é comercializada desde 2016. | 100% |
| Em Perigo* | Proibir a comercialização das espécies classificadas com este nível de risco sempre que não sejam 100% provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC). Na avaliação de 2019 identificámos seis espécies, às quais aplicamos esta linha de ação. | 100% |
| Vulnerável | Limitar as ações promocionais das espécies classificadas com este nível de risco, sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC). Na avaliação de 2019, identificámos 17 espécies, às quais aplicamos linha de ação. | 100% |

* Antes da revisão da estratégia de pescado sustentável, o compromisso para esta categoria limitava a realização de ações promocionais sobre estas espécies, sendo agora proibida a sua comercialização sempre que não cumpra os critérios definidos.

Em 2021, o Grupo manteve o grau de cumprimento para os compromissos definidos. Observou-se ainda a necessidade de um maior acompanhamento da evolução do stock de atum do Atlântico, para assegurar que o plano de gestão previsto é cumprido e a integridade do stock é mantida nos próximos anos. Em 2022, iremos conduzir uma nova avaliação às espécies de pescado e marisco presentes nas nossas Marcas Próprias e nos perecíveis.

4.3.3. Práticas de Promoção de Bem-estar Animal

[GRI 304-2; GRI 304-4; GRI 417-1]

A adoção das melhores práticas de bem-estar animal é uma das preocupações do Grupo, tanto na produção alimentar própria como ao nível da distribuição, sobretudo no que diz respeito a perecíveis e produtos de Marca Própria com ingredientes de origem animal. Esta preocupação traduz-se em orientações como:

- proibição de substâncias promotoras do crescimento (hormonas e substâncias beta-agonistas). A utilização de antibióticos está reservada a fins terapêuticos (nunca preventivos ou para promover o crescimento);
- atordoamento obrigatório de todos os animais antes do abate, que acontece em mais de 95% dos casos – excetuam-se rituais religiosos certificados¹⁰⁹ (menos de 5% do total);
- não realização de testes em animais no processo de desenvolvimento dos nossos produtos¹¹⁰;
- não utilização de ingredientes ou aditivos transgênicos ou geneticamente modificados – incluindo o recurso a técnicas de clonagem –, de origem vegetal ou animal.

¹⁰⁵ Este compromisso também se encontra formalizado na Política de Compras Sustentáveis de Jerónimo Martins, disponível no nosso website corporativo, na página "[Comprar com Responsabilidade](#)".

¹⁰⁶ Disponível no website corporativo do Grupo na página "[Pescado Sustentável](#)".

¹⁰⁷ Mais informação em www.iucn.org.

¹⁰⁸ Apesar de a enguia-europeia ser proveniente de aquacultura, estes sistemas de produção dependem da recolha de "juvenis" (enguias-de-vidro) dos meios naturais, continuando a exercer pressão sobre as populações selvagens.

¹⁰⁹ São exemplos as certificações Halal ou Kosher.

¹¹⁰ A exceção reside nos produtos de alimentação animal, para os quais são realizados testes sensoriais com o intuito de avaliar o grau de satisfação da população-alvo, e também em produtos cujo objetivo é controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (ex.: insetos).

A nossa Política de Organismos Geneticamente Modificados¹¹¹ (OGM) determina que as Companhias devem:

- colaborar com os fornecedores para compreenderem os processos de produção e avaliarem os padrões de segurança e de qualidade implementados;
- realizar análises laboratoriais regulares, recorrendo a entidades independentes e acreditadas;
- garantir junto dos fornecedores a identificação e rastreabilidade de OGM nos casos em que não seja de todo possível a sua substituição;
- assegurar o direito dos consumidores à informação sobre a presença de OGM através da rotulagem dos produtos¹¹².

O cumprimento destes princípios é assegurado através da realização de testes laboratoriais regulares e de auditorias de qualidade e segurança alimentar¹¹³ aos fornecedores e nos matadouros utilizados pelas nossas Companhias em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Adicionalmente, estes temas são incluídos na ordem de trabalhos dos Comités de Sustentabilidade de cada uma das Companhias, com o objetivo de definir estratégias de atuação, monitorizar indicadores de desempenho e identificar oportunidades de melhoria contínua. Como exemplo, destacamos a revisão dos critérios nas auditorias de qualidade e segurança alimentar na categoria de perecíveis de carne¹¹³.

Práticas adotadas na produção de carne, laticínios e ovos frescos

O nosso sortido de Marca Própria e perecíveis tem vindo a integrar, de forma progressiva, produtos e ingredientes de origem animal que respeitam práticas de bem-estar animal. Em simultâneo, agimos junto dos nossos clientes através da sensibilização em rótulos dos produtos e dinamizando ações de comunicação em websites, redes sociais e folhetos comerciais das Companhias. Algumas das iniciativas em destaque são descritas de seguida¹¹⁴.

Frango do campo

A Biedronka o Pingo Doce e o Recheio disponibilizam frango do campo de Marca Própria de produção 100% nacional. No caso da Biedronka, os frangos são criados sem antibióticos e alimentam-se de rações sem OGM, a idade mínima de abate é 70 dias (mais 14 que a média do mercado), têm acesso ao exterior e a densidade (inferior a 30 kg/m²) é dez vezes maior face à do frango convencional. Já no Pingo Doce e no Recheio, os frangos apresentam uma idade mínima de abate de 81 dias e são criados ao ar livre com uma densidade máxima de 25 kg/m².

A comercialização de frango do campo nestas Companhias representa 7% do total, mais 3 p.p. que em 2020, o que se explica pelo aumento da venda destes artigos na Biedronka e Pingo Doce, e no seu lançamento no sortido do Recheio.

Carne bovina e laticínios

Nas operações em Portugal, estão incluídos critérios de bem-estar animal nos cadernos de encargos de vitelas comercializadas (ausência de feridas e de sinais de sede ou subnutrição), carne angus (como a proibição de transporte superior a oito horas ou a utilização de tranquilizantes) e carne de novilho de produção biológica. Neste último caso, a certificação inclui critérios como o acesso ao exterior e o regime de pastoreio.

A gama de leite fresco Pingo Doce manteve a certificação em bem-estar animal segundo o protocolo Welfair™ com o selo AENOR. O protocolo segue quatro princípios essenciais: alimentação, condições de ambiente, saúde e comportamentos apropriados dos animais. Mais de 90% dos produtores que abastecem a

Angus nacional Pingo Doce com dupla certificação

Em 2021, o Pingo Doce foi o primeiro retalhista em Portugal a assegurar a dupla certificação em toda a carne angus portuguesa de Marca Própria: produção livre de antibióticos e certificação em Bem-estar animal, obtida de acordo com o protocolo Welfair™ (baseado nos referenciais internacionais Welfare Quality e AWIN®).

¹¹¹ Enquadrada na nossa Política da Qualidade e Segurança de Produto e disponível no nosso website corporativo na área de "Responsabilidade".

¹¹² Asseguramos a sua divulgação efetuada no estrito cumprimento do limite aplicado pelo Grupo de, no máximo, 0,1% (limite de quantificação do método). O limite permitido na legislação Europeia é de 0,9%.

¹¹³ Para mais informações sobre estas auditorias consulte a secção 4.4.1. "Auditorias a Fornecedores" neste subcapítulo.

¹¹⁴ Mais informação disponível no nosso website corporativo, na página "Bem-Estar Animal".

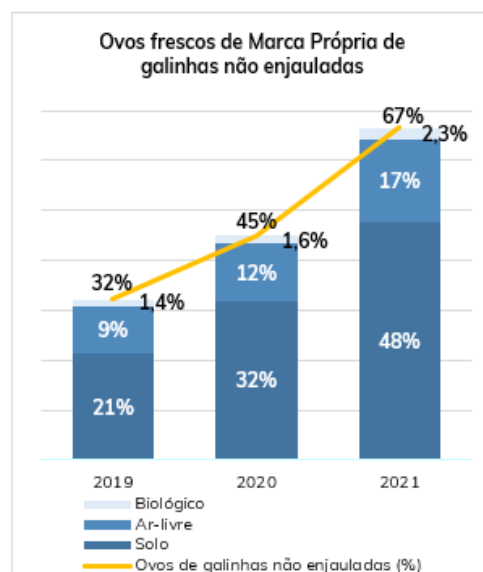
fábrica de laticínios da Terra Alegre mantiveram esta certificação, o que permite comunicar o reconhecimento nas embalagens de leite fresco Pingo Doce. O incremento em 15 p.p. nos produtores com esta certificação resulta do trabalho de colaboração com os fornecedores no sentido de assegurar os princípios do Grupo na promoção de práticas de bem-estar animal.

Ovos de galinhas não enjauladas

As Companhias do Grupo assumiram o compromisso de assegurar, até 2025, que 100% dos ovos frescos das suas Marcas Próprias serão: de galinhas criadas no solo, de galinhas criadas ao ar livre ou de galinhas criadas ao ar livre em modo de produção biológica. Estes três sistemas definem critérios que promovem o bem-estar animal e exigem, entre outras condições, mais área disponível por galinha, fardos de palha para que os animais os possam bicar e maior liberdade de movimentos.

Em 2021, 67% dos ovos frescos de Marca Própria comercializados pelas Companhias eram provenientes de galinhas não enjauladas, um aumento de 22 p.p. face a 2020, fortemente impulsionado pelo progresso da Biedronka na erradicação de ovos frescos de galinhas enjauladas. Para conseguir estes resultados, as Companhias têm trabalhado com os fornecedores para adaptarem os seus métodos de produção. Estas adaptações incluem, por exemplo, a procura por novos locais de produção e a visita das equipas de qualidade e segurança alimentar, de modo a garantir que os produtores adaptam e respondem aos critérios exigidos pelo Grupo que, ao mesmo tempo, tem vindo a adaptar os seus procedimentos de abastecimento à capacidade de resposta dos fornecedores.

Adicionalmente, e sempre que possível, procuramos integrar este critério nos ovos utilizados como ingredientes nos perecíveis e produtos de Marca Própria. Em 2021, foram lançadas 13 novas referências no Pingo Doce, duas no Recheio e 21 na Biedronka perfazendo um total de 36 novas referências (mais 24 artigos face a 2020). Foram também reformulados 30 artigos, nestas Companhias, assegurando a utilização de ovos provenientes de galinhas não enjauladas.



Biedronka atinge meta de ovos frescos cage-free

Foi no final de 2021 que a Biedronka deixou de adquirir ovos frescos de galinhas enjauladas aos seus fornecedores, antecipando em quatro anos o cumprimento da meta estabelecida. Varsóvia foi a primeira região onde este compromisso foi implementado, a 1 de janeiro de 2021, e a expansão para outras regiões foi sendo realizada ao longo do ano, tendo as últimas cinco regiões (Wyszków, Lubartów, Wojnicz, Koszalin, Lubin) concretizado a transição em dezembro de 2021. Há cerca de dois anos que a Biedronka só vende ovos frescos de Marca Própria.

O Pingo Doce já tinha alcançado em 2019 o mesmo objetivo no seu sortido de Marcas Próprias.

Práticas adotadas no transporte e abate de animais

O Grupo tem vindo a reforçar o seu papel nesta área com a implementação de medidas de monitorização. Em 2021 fez-se um primeiro levantamento em Portugal junto dos fornecedores de perecíveis na categoria de carnes, que revelou que 100% dos animais foram abatidos com atordoamento e mais de 99% dos atordoamentos foram eficazes na primeira tentativa. Esta análise incluiu também o tempo médio de transporte por categoria de animal¹¹⁵ – que variou entre 35 minutos para o pato e 5,5 horas para o coelho, revelando o alinhamento com a recomendação de limitar o transporte de animais a 8 horas.

¹¹⁵ As categorias de carne avaliadas incluíram: bovino, coelho, frango, ovinos/caprinos, pato, peru e suíno.

Práticas adotadas na Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)¹¹⁶

Na aquacultura de robalo e dourada asseguramos a vacinação de 100% dos peixes que se desenvolvem em mar aberto e com uma densidade igual ou inferior a 15 kg/m³. De igual forma, 100% dos animais produzidos nas nossas operações de aquacultura estão livres de mutilações (ex.: corte de barbatanas). No abate recorre-se à utilização de água gelada para arrefecimento rápido da temperatura corporal, de forma a insensibilizar o animal.

Na produção de ovinos garantimos uma densidade mínima de 0,6 m², acima da recomendação de boas práticas de 0,5m², e uma alimentação à base de forragem (como fonte de fibra) e concentrado. Nesta operação nenhum dos animais é castrado nem apresenta dificuldades de locomoção.

A carne bovina de raça aberdeen angus é produzida numa área maior ou igual a 6,5 m² por animal, com piso de cimento rasgado ou borracha para evitar que os animais escorreguem e se magoem. É ainda garantida a reposição diária de palha fresca nas camas para promover o seu conforto e bem-estar.

Na vacaria disponibilizamos pelo menos uma cama por vaca e 0,6 m de espaço de comedouro. Todos os animais têm acesso a escovas automáticas de massagem e música ambiente para reduzir o stress. Esta unidade de produção tem um sistema de arrefecimento automático que aciona ventoinhas e chuveiros para refrescar os animais. Adicionalmente os animais têm um colar de monitorização de atividade que permite identificar, através de alterações de comportamento, o diagnóstico precoce de patologias, contribuindo para a redução da utilização de fármacos.

As unidades de vacaria e de produção de aberdeen angus garantem:

- a vacinação e desparasitação de 100% dos animais;
- 100% dos animais livres de mutilações (como corte de caudas e remoção de chifres) e liberdade de movimentos (livres de amarras);
- sistema de arrefecimento automático com ventoinhas que promovem a circulação de ar e reduzem a concentração de amoníaco;
- formação obrigatória em bem-estar animal a todos os colaboradores em contacto com os animais;
- a proibição da utilização de choques elétricos, paus ou qualquer sistema que possa ferir os animais na sua condução e manejo.

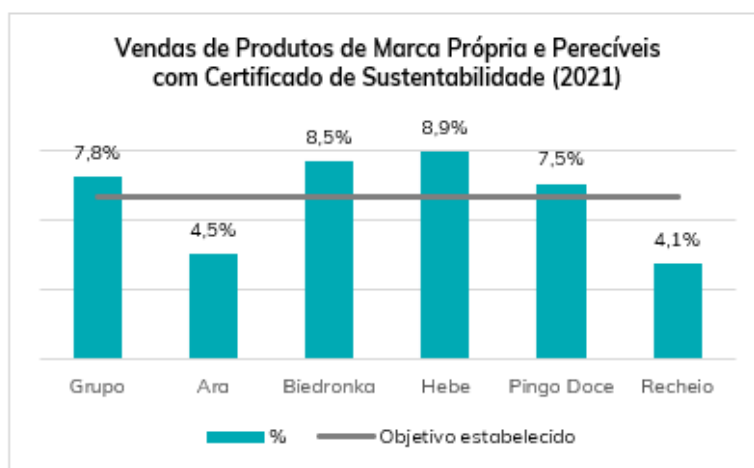
A JMA manteve a certificação nas suas operações de produção de carne e na vacaria para a Utilização Responsável de Antibióticos, tendo obtido a classificação global de “100%” que garante que a utilização de antibióticos é feita apenas com fins terapêuticos. Estas unidades viram também renovada a sua certificação em Bem-Estar Animal Welfair™, de acordo com os referenciais europeus Welfare Quality e AWIN®. Também a produção de ovinos tem certificação em bem-estar animal Welfair™ com base no referencial AWIN®.

4.3.4. Produtos Certificados

As certificações externas de sustentabilidade diferenciam produtos que, no seu desenvolvimento, incorporam boas práticas ambientais e/ou sociais. Para além de seguirem um referencial com requisitos e normas específicos, o seu cumprimento é verificado por uma entidade externa promovendo assim a sua imparcialidade. Por outro lado, estas certificações facilitam a comunicação e sensibilização destes atributos junto dos consumidores.

¹¹⁶ Mais informação disponível no website corporativo, na área “[Bem-Estar Animal](#)”.

Em 2021, mantivemos a tendência de aumento do número de artigos de Marca Própria¹¹⁷ e perecíveis com maior incidência no que diz respeito a embalagens e produtos com os esquemas FSC®, PEFC ou SFI, artigos com certificação de bem-estar animal e certificação relativa ao óleo de palma sustentável. No que diz respeito à proporção de vendas de produtos de Marcas Próprias e perecíveis, em 2021, estes sistemas de certificação representaram 7,8% das vendas globais neste universo, cumprindo o objetivo de vender pelo menos 7% de produtos com estas características.



4.3.5. Promoção de Práticas Agrícolas Sustentáveis

Promovemos a adoção de boas práticas agrícolas junto dos nossos fornecedores de fruta e legumes em Portugal. Para o efeito, desenvolvemos o Manual de Agricultura Sustentável que incide sobre temas como o uso do solo, preservação da biodiversidade, eficiência nos consumos de água e energia, e a utilização adequada de fertilizantes e fitofármacos. Este manual permite aos fornecedores calcular o seu índice de sustentabilidade, facilitando a identificação de oportunidades de melhoria. Também disponibilizamos formação adequada às necessidades de intervenção.

Em 2021, o índice de sustentabilidade foi calculado em 21 novas explorações agrícolas, 13 pertencentes aos 10 fornecedores que entraram no projeto durante o ano, elevando para 137 as explorações agrícolas avaliadas desde o início do projeto. No total, há 70 fornecedores abrangidos por esta iniciativa (representam cerca de 70% do volume de compras de fruta e legumes em Portugal).

É objetivo do Grupo integrar pelo menos 70 novas explorações no período 2021-2023 e assegurar um índice de sustentabilidade médio de pelo menos 3,7 para as explorações com duas ou mais avaliações. Em 2021, o índice médio de sustentabilidade destas explorações foi 3,7 (numa escala de 1 a 5, em que 5 equivale à pontuação máxima).

Esta metodologia também foi aplicada à produção de pastagens e forragens numa unidade da Best Farmer¹¹⁸, abrindo o âmbito de aplicação para além dos hortofrutícolas. Os índices de sustentabilidade obtidos foram 3,93 na cultura em regadio e 4,38 na cultura em sequeiro. Os bons resultados resultam da aplicação de práticas de agricultura regenerativa, que incluem a sementeira de pastagens biodiversas com técnicas de reduzida mobilização dos solos¹¹⁹. Estas práticas promovem a retenção de carbono atmosférico, o aumento da matéria orgânica no solo e a melhoria da capacidade de retenção de água.

O maior laranjal biológico em Portugal

Em 2021, a JMA estabeleceu uma nova parceria para a produção de laranjas em modo de produção biológica, complementando assim os investimentos iniciados em 2020 para a produção de uva biológica sem grainha.

Está prevista a produção de 2 mil toneladas de uva biológica sem grainha a partir de 2025 e de 4 mil toneladas de laranja biológica a partir de 2030.

¹¹⁷ Informação detalhada sobre os artigos com certificação de sustentabilidade por tipo de certificação e Companhia está disponível no nosso website corporativo, na página "[Produtos Certificados](#)".

¹¹⁸ A Best Farmer é a unidade de negócio da JMA responsável pela produção de carne bovina de raça aberdeen angus e pela vacaria para produção de leite.

¹¹⁹ Estas práticas são adotadas em parceria com a TerraPrima.

4.4. Seleção e Acompanhamento de Fornecedores

[GRI 308-1; GRI 308-2; GRI 407-1; GRI 408-1; GRI 409-1; GRI 412-3; GRI 414-1; GRI 414-2; GRI 416-1]

A definição de parcerias comerciais com os fornecedores e prestadores de serviços pressupõe o cumprimento dos princípios ambientais, sociais e éticos definidos na Política de Compras Sustentáveis, no Código de Conduta de Fornecedores, no Código de Conduta e na Política Anti-Corrupção do Grupo Jerónimo Martins¹²⁰.

O Grupo apoia ativamente a erradicação do trabalho forçado¹²¹ das cadeias de abastecimento e a promoção de condições de trabalho dignas, em linha com os Princípios Prioritários da Resolução do The Consumer Goods Forum: “Todos os trabalhadores devem ter liberdade de movimento; nenhum trabalhador deve ter de pagar para trabalhar; e nenhum trabalhador deve endividar-se para trabalhar ou ser coagido a tal”.

Em caso de incumprimento destes princípios e/ou quando não se verifica disponibilidade por parte dos fornecedores para implementar um plano de ação corretiva, estão previstas medidas que passam pela suspensão de parceria até à confirmação da retificação das inconformidades detetadas ou a cessação das relações comerciais entre as partes.

4.4.1. Auditorias a Fornecedores

Realizamos auditorias regulares aos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria de modo a assegurar o cumprimento das políticas de Responsabilidade Corporativa e a acompanhar a gestão dos seus processos, sistemas de gestão e formulação de produtos. No caso das auditorias ambientais são também incluídos os nossos prestadores de serviços.

Auditorias de Qualidade e Segurança Alimentar

As auditorias de qualidade e segurança alimentar¹²² e qualidade do produto têm como objetivo selecionar novos fornecedores e acompanhar o desenvolvimento e produção dos nossos produtos junto dos fornecedores existentes. A frequência das auditorias é definida com base na ponderação de critérios como o resultado obtido na auditoria anterior e o seu desempenho ao longo do tempo (ex.: resultados de controlos analíticos, rejeições e reclamações). Esta avaliação tem uma periodicidade de 6 a 12 meses e determina a frequência e tipo de acompanhamento, auditoria ou visita, no período seguinte. Assim, para o nível de classificação “Básico” a periodicidade é de seis em seis meses, para “Alto” de 12 em 12 meses e, para fornecedores com a classificação “Excelente” é permitida uma frequência menor complementada com uma auditoria.

Para os novos fornecedores com certificados de sistemas de segurança alimentar segundo os esquemas aprovados pelo Global Food Safety Initiative, nomeadamente British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius, International Featured Standards (IFS), Food Safety System Certification (FSSC) 22000 ou ISO 22000, não é necessária uma auditoria de seleção, sendo posteriormente acompanhados através das auditorias de acompanhamento descritas acima.

Em 2021 foram avaliadas 50- explorações e matadouros de perecíveis na categoria de carnes, tendo sido incluídos critérios de bem-estar animal (29% da avaliação) definidos com base no referencial da Global G.A.P. e na legislação em vigor. A densidade, as condições das instalações e a iluminação foram alguns dos critérios considerados. Sempre que necessário são elaborados planos corretivos cujo progresso acompanhamos em conjunto com os fornecedores.

Ainda em 2021, e como resultado da experiência adquirida nestas auditorias, foi desenvolvida e testada uma *checklist* para avaliar o bem-estar animal na produção primária e matadouros. Esta *checklist*, que está a ser implementada desde janeiro de 2022, define critérios gerais para os perecíveis de carne e critérios específicos para as diferentes categorias de carne¹²³, e será aplicada aos matadouros com quem

¹²⁰ Disponíveis para consulta no nosso website corporativo, na área de [“Responsabilidade”](#).

¹²¹ Em concordância com o definido pela Organização Mundial de Trabalho, disponível em www.ilo.org.

¹²² Estas auditorias também incluem aspetos laborais (10% do total) com influência na qualidade e segurança dos produtos, sendo avaliados itens como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias adequados para colaboradores.

¹²³ Os critérios gerais avaliam itens como condições da exploração, alimentação, transporte e atordoamento. São ainda definidos critérios específicos para carne bovina, carne de aves, suínos, coelhos e ovinos/caprinos.

as Companhias do Grupo e os seus fornecedores trabalham, sendo progressivamente alargada à produção primária nos três países onde o Grupo tem operações.

Auditorias a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria*

| Portugal | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---|-------|------|-------------|
| Perecíveis | 1.011 | 915 | +10,5% |
| Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar | 258 | 119 | +116,8% |
| Polónia | | | |
| Perecíveis | 299 | 147 | +103,4% |
| Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar | 516 | 467 | +10,5% |
| Colômbia | | | |
| Perecíveis | 51 | 101 | -49,5% |
| Marca Própria – Alimentar e Não-alimentar | 166 | 125 | +32,8% |

*As auditorias incluem os seguintes tipos: selecção, controlo e acompanhamento.

Verifica-se um aumento generalizado no número de auditorias realizado, motivado na sua maioria pelo levantamento das restrições associadas à Covid-19, o que facilitou as deslocações às instalações dos fornecedores, complementando as auditorias realizadas remotamente. Houve ainda um aumento nas auditorias de selecção de novos fornecedores. Na Colômbia, o decréscimo do número de auditorias a fornecedores de perecíveis está associado às boas classificações obtidas por alguns, o que determinou uma menor frequência das auditorias de acompanhamento.

Auditorias Ambientais

A avaliação do desempenho ambiental dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis engloba duas tipologias: selecção de novos fornecedores e auditorias de acompanhamento.

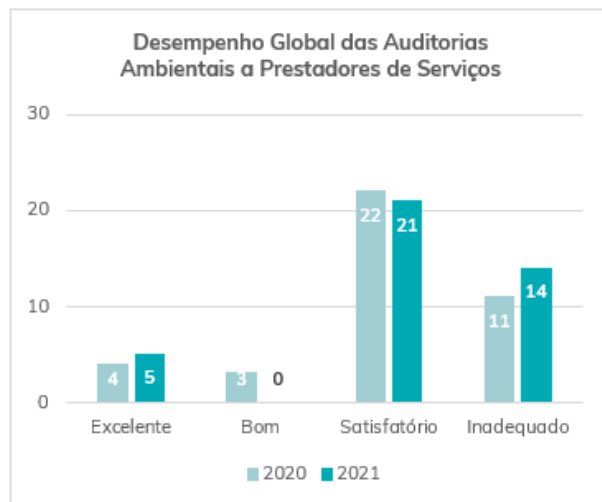
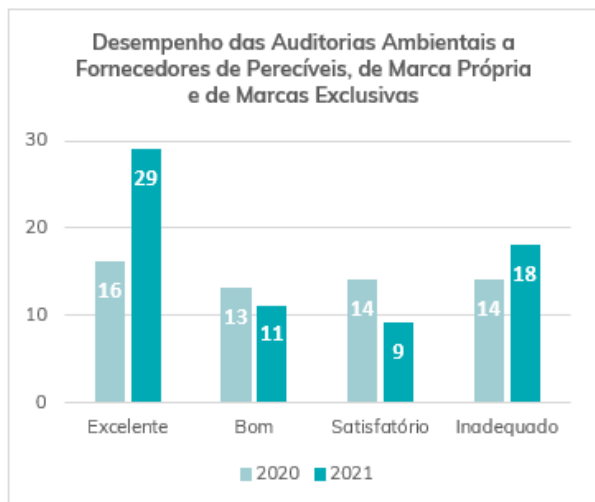
No que diz respeito à selecção de novos fornecedores, no último trimestre de 2021, os critérios ambientais passaram a ter a mesma ponderação que todas as outras componentes de avaliação e tornaram-se decisivos para a aprovação de desempenho. São avaliados requisitos relacionados com certificação ambiental e gestão de aspetos ambientais, como água, embalagens, efluentes, resíduos, emissões para a atmosfera e substâncias perigosas para o ambiente e saúde humana. Esta avaliação abrangeu 13% dos fornecedores aprovados em 2021. Para os demais fornecedores aprovados antes do início deste processo foi garantida a avaliação do grau de cumprimentos dos mesmos requisitos ambientais para 67 fornecedores das áreas de negócio referidas, ou seja, 52% do total dos aprovados em 2021.

Já as auditorias de acompanhamento são conduzidas por uma entidade externa que avalia cerca de 100 requisitos em nove dimensões: água, energia, resíduos, efluentes líquidos, emissões para a atmosfera, ruído, substâncias perigosas, riscos ambientais e sistemas de gestão ambiental. Mediante o seu desempenho¹²⁴, os fornecedores são avaliados em quatro níveis: “Excelente”, “Bom”, “Satisfatório” e “Inadequado”.

A selecção de fornecedores e prestadores de serviços para realização de auditorias é baseada no volume de compras do Grupo e na relevância dos impactes ambientais das atividades que desenvolvem. Em 2021 foram auditados 67 fornecedores de perecíveis e de Marca Própria¹²⁵ (mais 10 que em 2020), correspondendo a 7,4% dos fornecedores de perecíveis e Marca Própria com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros. Foram ainda auditados 40 prestadores de serviços (20 em Portugal e 20 na Polónia) cujas atividades possuem impactes ambientais relevantes (produção e fornecimento de equipamentos, transportes, refrigeração e AVAC, operadores de gestão de resíduos, instalação e manutenção de sistemas de tratamento e gráficas).

¹²⁴ Os níveis de avaliação são determinados da seguinte forma: i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento superior a 94% dos requisitos de nível “Satisfatório”, acrescidos do cumprimento entre 71% e 85% dos requisitos de nível “Bom” e de pelo menos 70% dos requisitos de nível “Excelente”, ou cumprimento de 100% dos requisitos críticos e ter um sistema de gestão ambiental certificado; ii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos de nível “Satisfatório”, acrescidos do cumprimento de 70% dos requisitos de nível “Bom”; iii) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 70% e 84% dos requisitos de nível “Satisfatório” e; iv) Inadequado: incumprimento de um ou mais requisitos críticos e/ou cumprimento inferior a 70% dos requisitos de nível “Satisfatório”.

¹²⁵ Foram auditados fornecedores da Ara, Biedronka, Pingo Doce e Recheio.



São apresentados planos de melhoria aos prestadores de serviços e fornecedores que apresentem não conformidades ou conformidades parciais. Para os casos com avaliação de “Inadequado”, é apresentado um plano corretivo de ação que exige uma resposta no prazo máximo de seis meses. O grau de execução é aferido numa segunda auditoria realizada no ano seguinte. Nos casos em que o plano corretivo não é cumprido, o Grupo reserva-se o direito de suspender a colaboração.

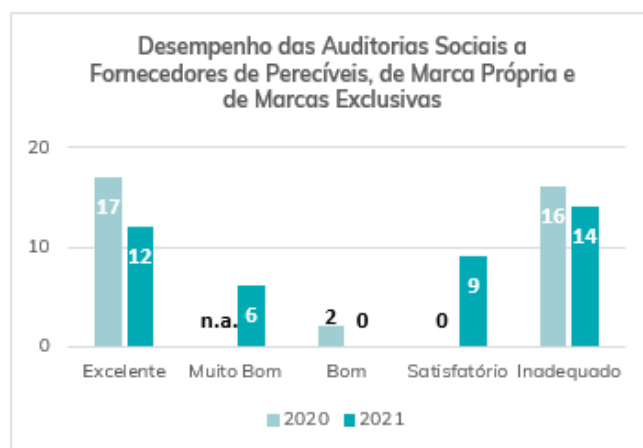
Auditorias Sociais

Estas auditorias têm como objetivo monitorizar e assegurar o cumprimento da legislação nacional e internacional, assim como promover a aplicação de boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum.

As auditorias são realizadas por uma entidade externa e independente que avalia 120 requisitos de entre 12 dimensões: prevenção do trabalho infantil; prevenção do trabalho forçado; prevenção da discriminação; salvaguarda do direito de associação; termos contratuais; horas de trabalho; vencimentos e benefícios; saúde e segurança no trabalho; preparação para emergência; monitorização do cumprimento; ética nos negócios; proteção dos direitos humanos.

São cinco os níveis de conformidade¹²⁶ (mais um nível intermédio face a 2020) em consequência da média final das 12 dimensões: “Excelente”, “Muito Bom”, “Bom”, “Satisfatório” e “Inadequado”.

Em 2021 foi possível executar auditorias presenciais e remotas a 32 fornecedores diretos com base no seu volume de negócios, nomeadamente às unidades de produção de perecíveis e Marcas Próprias (alimentar e não-alimentar), tendo sido auditados fornecedores locais das Companhias de Retalho Alimentar em Portugal, Polónia, Colômbia e ainda fornecedores localizados em Espanha e no Vietname. Foi ainda reauditado um fornecedor que havia sido classificado como “Inadequado” no ciclo transato. A todos os fornecedores, independentemente de uma avaliação final sem não-conformidades críticas, foi



¹²⁶ Os resultados de cada fornecedor são aferidos pelo cumprimento total, parcial ou de não conformidade dos requisitos críticos, dos requisitos de nível geral e, quando aplicáveis, dos requisitos de boas-práticas. São cinco os níveis de compliance: i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento de pelo menos 95% dos requisitos gerais e boas-práticas; ii) Muito Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos gerais e boas-práticas; iii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 75% e 84% dos requisitos gerais e boas-práticas; iv) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos acrescido do cumprimento entre 65% e 74% dos requisitos gerais e boas-práticas; v) Inadequado: incumprimento, ainda que parcial, de pelo menos um requisito crítico e/ou cumprimento inferior a 65% dos requisitos gerais e boas-práticas.

apresentado e discutido um plano de ações corretivas com resposta obrigatória no prazo máximo de doze meses, conforme a gravidade. Durante esse período, novos contactos são feitos junto do fornecedor para aferir o progresso de implementação do mesmo e, quando se justifique, definir o momento de uma auditoria posterior.

Para os casos de fornecedores com avaliação de “Inadequado” são feitos contactos regulares até um período de seis meses para aferir a implementação de ações corretivas. Uma avaliação *in loco* ou feita de forma remota realizar-se-á no ano seguinte para nova verificação. Na ausência de evidências de progresso, reservamo-nos o direito de suspender a colaboração comercial.

4.4.2. Sensibilização e Formação a Fornecedores

Trabalhamos com os nossos fornecedores com o intuito de partilhar boas práticas e identificar oportunidades de melhoria dos produtos e processos, através de iniciativas de sensibilização e formação.

Em 2021, mais de 155 fornecedores de perecíveis em Portugal, Polónia e Colômbia foram envolvidos em sessões dedicadas a temas como segurança alimentar, bem-estar animal e a Estratégia do Prado ao Prato da Comissão Europeia.

No âmbito do projeto de Agricultura Sustentável foi realizado um *workshop on-line* para formação das equipas dos 10 fornecedores portugueses incluídos no projeto em 2021. Neste evento foi apresentada a metodologia do manual de Agricultura Sustentável e a relação entre os critérios dessa metodologia e os objetivos da estratégia europeia “Do Prado ao Prato”, os resultados do projeto nos anos anteriores e o modo de aplicação da metodologia de avaliação do índice de sustentabilidade descrita no manual.

Para enquadramento e apresentação das normas técnicas para auditorias ambientais e sociais aos fornecedores de mercadorias de Marca Própria e Perecíveis, foram realizados cinco *workshops on-line*, onde participaram cerca de 220 representantes de 78 fornecedores.

5. Apoiar as Comunidades Envolventes

5.1. Introdução

Presente na Polónia, em Portugal e na Colômbia, com um conjunto de mais de 4.800 lojas de proximidade o Grupo assume o compromisso de ser um agente ativo na construção de sociedades com menos desigualdade. Enquanto membro das comunidades em que estamos inseridos, a nossa intervenção passa maioritariamente pelo apoio aos grupos mais vulneráveis da sociedade: idosos, crianças e jovens carenciados. De acordo com o que está definido na Política de Apoio às Comunidades Envolventes¹²⁷, esse propósito concretiza-se através do suporte a instituições e projetos que contribuem para combater a fome e a subnutrição, e que trabalham para que se quebrem ciclos de pobreza e de exclusão social.

Apoiamos ainda projetos que promovam a alimentação e os estilos de vida saudáveis. O estímulo à consolidação de hábitos de leitura, que potenciam o desenvolvimento cognitivo, social e cultural, e os incentivos à criação de projetos de preservação ambiental, empreendedorismo e cidadania são também áreas relevantes da nossa intervenção social.

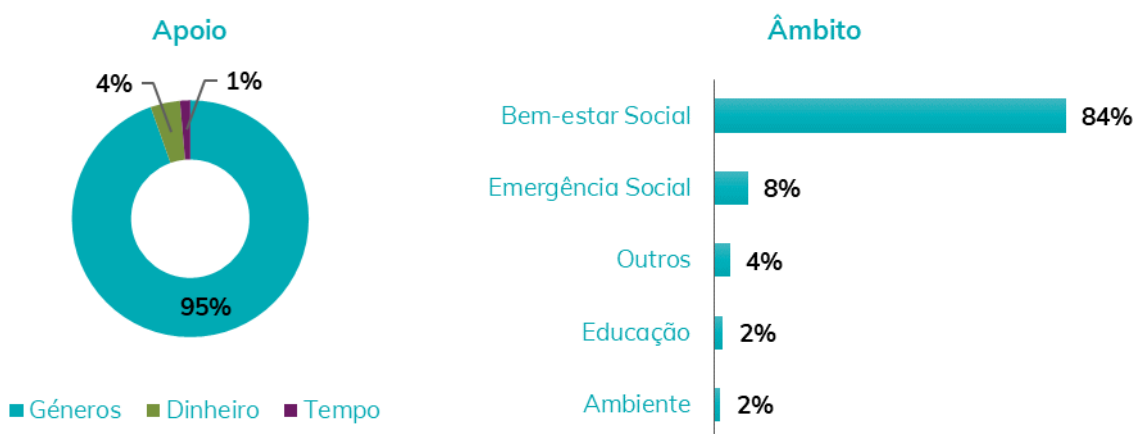
5.2. Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes

[GRI 413-1]

As iniciativas que apoiamos e/ou promovemos são monitorizadas e avaliadas em relação aos efeitos que produzem, numa ótica de alocação eficiente de recursos a projetos que abrangem o maior número possível de pessoas e/ou que consigam gerar os maiores e melhores resultados.

Para além de visitas de acompanhamento às instituições com as quais celebrámos acordos de cooperação, para verificar *in loco* a qualidade das infraestruturas e o serviço prestado às pessoas apoiadas, medimos se e como ocorrem as desejadas mudanças sociais através da aplicação dos critérios da metodologia [Business for Societal Impact](#) (B4SI)¹²⁸. Com base nestes critérios, estimamos que os mais de 45,9 milhões de euros¹²⁹ atribuídos em 2021 a 371 organizações, tenham impactado positivamente cerca de 2,4 milhões de pessoas. A maior parte dos apoios foi materializada em doações em géneros alimentares e focada na melhoria do bem-estar social.

Medição de Impactes Sociais



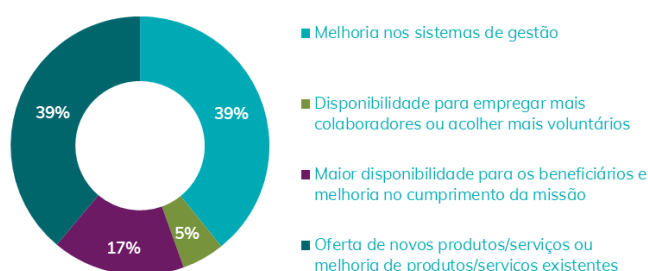
A percentagem total pode não corresponder a 100% devido ao arredondamento de cada parcela.

¹²⁷ A Política de Apoio às Comunidades Envolventes está disponível no website corporativo, na página "[Apoiar as Comunidades Envolventes](#)".

¹²⁸ O reporte global dos principais indicadores de apoio às comunidades, segundo o modelo B4SI, está disponível no website corporativo, na página "[Apoiar as Comunidades Envolventes](#)", sendo verificado por entidade externa e independente.

¹²⁹ Este valor corresponde a atividades/projetos medidos junto das instituições e seus beneficiários apoiados pelas diferentes Companhias do Grupo, havendo um limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactes sociais. Assim, não corresponde ao montante total de apoios concedido por Jerónimo Martins.

Benefícios para as Instituições



Tal como em anos anteriores, a maioria dos beneficiários inquiridos pelas instituições (93%) reportou impactes positivos na melhoria da sua qualidade de vida. Os maiores benefícios que as instituições relatam é que o apoio disponibilizado pelo Grupo Jerónimo Martins permitiu melhorar os sistemas de gestão e oferecer ou melhorar os produtos/serviços prestados aos seus utentes.

Ao longo de 2021, 92 colaboradores do Pingo Doce deram formação a pessoas que procuram oportunidades de emprego junto das lojas, cozinhas e centros de distribuição do Grupo em Portugal, através de programas de capacitação profissional em contexto real de trabalho promovidos pela Escola de Formação Jerónimo Martins, totalizando 45.913 horas de tutoria, um valor equivalente a cerca de 365 mil euros.

5.3. Apoios Diretos

[GRI 203-1]

Em 2021 foram atribuídos mais de 51,3 milhões de euros em apoios diretos a cerca de 1.800 entidades. O aumento de 8% face ao período homólogo segue a tendência de reforço dos apoios ao longo dos últimos anos e é também justificado pela necessidade de responder às dificuldades económicas e sociais que a pandemia veio agravar.

| Apoios Diretos (euros) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| Polónia | 35.020.052,9 | 30.909.893,5 | +13% |
| Biedronka | 35.012.385,4 | 30.884.670,4 | +13% |
| Hebe | 7.667,5 | 25.223,1 | -70% |
| Portugal | 15.983.899,5 | 16.258.703,1 | -2% |
| Holding (JMH) | 1.866.061,5 | 2.671.619,4 | -30% |
| Pingo Doce | 12.617.662,9 | 12.282.137,4 | +3% |
| Lidosol | 691.046,6 | 643.851,8 | +7% |
| Recheio Cash & Carry | 483.773,2 | 463.912,8 | +4% |
| Recheio Masterchef | 169.253,5 | 61.528,0 | +175% |
| João Gomes Camacho | 7.919,5 | 52.887,2 | -85% |
| Jeronymo & Hussel | 123.699,5 | 14.293,4 | +765% |
| Jerónimo Martins Agro-Alimentar | 24.482,8 | 68.473,1 | -64% |
| Colômbia | 493.933,8 | 406.094,5 | +22% |
| Ara | 493.933,8 | 406.094,5 | +22% |
| Total | 51.497.886,2 | 47.574.691,1 | +8% |

Os excedentes alimentares que, cumprindo os padrões de segurança, não podem ser vendidos, são doados a instituições de apoio social na Polónia, Portugal e Colômbia, chegando a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Esta prática – transversal às Companhias do Grupo – permite que os produtos cumpram a sua missão principal: alimentar pessoas.

A doação de produtos alimentares em 2021 foi de 21.448 toneladas¹³⁰, mais 14,8% do que em 2020.

¹³⁰ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

| Doações em géneros alimentares (toneladas) | 2021 | 2020 | Δ 2021/2020 |
|--|---------------|---------------|---------------|
| Biedronka | 14.714 | 12.438 | +18,3% |
| Pingo Doce | 6.239 | 5.792 | +7,7% |
| Recheio | 272 | 242 | +12,5% |
| Ara | 223 | 215 | +3,9% |
| Total | 21.448 | 18.687 | +14,8% |

Corporativo

A holding do Grupo (JMH) apoiou 67 entidades (mais oito do que em 2020), a maior parte (59%) com intervenção no campo social, num montante total de cerca de 1,9 milhões de euros. Foram ainda apoiados projetos nos âmbitos da educação, ambiente¹³¹, saúde e cultura. Com cerca de um terço das instituições, mantemos um apoio regular que, na sua maioria, dura há mais de uma década. A diminuição de 30% face ao período homólogo é justificada pelos apoios pontuais que em 2020 foram prestados a instituições de saúde e a organismos nacionais e internacionais de investigação para o combate à Covid-19, e que em 2021 não se verificaram.

Entre os casos pontuais, destaque para a [Aliança Contra a Fome e a Má-Nutrição Portugal](#), uma associação de entidades públicas e privadas que pretende contribuir para a erradicação da fome, da insegurança alimentar e da má nutrição. O apoio a este projeto permitiu viabilizar a plataforma digital que foi lançada em outubro de 2021.

Pingo Doce

A Companhia recebeu cerca de 1.300 pedidos de apoio durante 2021 e respondeu ao apelo de mais de 1.100 instituições de cariz social¹³² que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas (um aumento de 29% face a 2020). Os apoios em géneros alimentares (contabilizados a preço de custo da mercadoria) e em valor monetário correspondem a mais de 13,3 milhões de euros¹³³. Nos apoios financeiros estão incluídos apoios fixos, cartões-presente e patrocínios a projetos de conservação ambiental que se estima terem chegado a mais de 22.400 pessoas.

Bairro Feliz

O programa [Bairro Feliz](#), que apoia financeiramente causas propostas por entidades e por moradores dos bairros onde se inserem as lojas Pingo Doce, foi reativado em maio de 2021. Trata-se de um programa de alcance nacional e que gerou centenas de notícias e artigos, o que confirma o interesse despertado junto das comunidades locais. Após avaliação e seleção por uma equipa de jurados, as causas mais votadas pelos clientes obtiveram um donativo de até mil euros. As causas levadas a concurso estavam relacionadas com áreas tão diversas como saúde, bem-estar e desporto, cidadania e ambiente.

De entre as mais de 2.400 inscrições recebidas, foram selecionadas 434 causas, destacando-se a renovação de uma creche, a aquisição de materiais de ginástica para idosos e um desfibrilhador para uma corporação de bombeiros. O investimento na 3.ª edição do Bairro Feliz, alargado a todas as lojas, foi superior a 415 mil euros.

O Pingo Doce associou-se ainda à iniciativa #TodosJuntos da [Rede de Emergência Alimentar](#). Através da oferta de 250 mil euros em cartões-presente, o Grupo juntou-se à campanha solidária dinamizada por dez bancos do sistema financeiro português para apoiar os mais desprotegidos com alimentos e medicamentos num contexto de crise sanitária, económica e social. Os mais de 222 mil destinatários identificados pela Rede de Emergência Alimentar e apoiados por 21 bancos alimentares são pessoas dependentes das refeições fornecidas por mais de 1.700 instituições (como creches, infantários e centros de dia) que foram encerradas durante os sucessivos estados de emergência decretados em Portugal.

¹³¹ Para mais informação, consulte o subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente".

¹³² A Política de Responsabilidade do Pingo Doce está disponível em www.pingodoce.pt/responsabilidade.

¹³³ Inclui a Lidosol.

Entre janeiro e maio, o Pingo Doce manteve a entrega semanal de cabazes alimentares (com água, leite, sumo, bolachas e fruta) a profissionais de saúde de cerca de 36 hospitais e unidades de saúde, num investimento total de cerca de 240 mil euros.

Recheio

Foram doados cerca de 661 mil euros¹³⁴ em géneros e apoios monetários em 2021, mais 14% do que em 2020, tendo o Recheio apoiado 142 organizações que se dedicam a causas como o combate à fome junto de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Foram entregues 272 toneladas de alimentos¹³⁵, um valor 13% acima do ano anterior.

Num projeto pioneiro de apoio à restauração, um setor duramente afetado pela pandemia, o Recheio e o Pingo Doce uniram esforços na campanha [Unidos pela Restauração](#). Foram emitidos 400 mil vales Recheio no valor unitário de 5 euros – ou seja, um total previsto de 2 milhões de euros de investimento – atribuídos aos clientes Pingo Doce com cartão Poupa Mais. Esses clientes podiam depois oferecer o vale a um restaurante, café ou outro tipo de estabelecimento alimentar e turístico à sua escolha, para ser utilizado em compras no Recheio. Desde o início da campanha, em abril, e até ao dia 30 de setembro, data-limite para reembolso dos vales, foram investidos cerca de 270 mil euros em compras.

Por ocasião do Natal, e pelo segundo ano consecutivo, teve lugar a iniciativa 1+1 Faz a Diferença, em que os clientes puderam adquirir um cabaz de bens alimentares para doar a uma de três instituições locais identificadas por cada loja. O Recheio acompanha o gesto solidário dos seus clientes, oferecendo um segundo cabaz à instituição selecionada. Foram encaminhados mais de 700 cabazes para 98 instituições, como a Cruz Vermelha Portuguesa ou o Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA).

Jerónimo Martins Agro-Alimentar

As várias Companhias da área agroalimentar atribuíram cerca de 24.500 euros em apoios a cinco instituições de cariz social localizadas em zonas envolventes às unidades de produção, sendo a maioria dos donativos em géneros alimentares. Houve uma diminuição de 64% face ao ano anterior, devido à ausência de donativos ao SUCH (Serviço de Utilização Comum dos Hospitais) e à redução generalizada dos donativos a entidades sociais.

Biedronka

Foram canalizados 35 milhões de euros para apoiar campanhas e projetos sociais¹³⁶, o que representa um aumento de 13% face a 2020. A variação justifica-se essencialmente pela expansão do programa de doações alimentares, que beneficiou cerca de 460 instituições em géneros e em apoios monetários.

As doações de excedentes alimentares ultrapassaram as 14.700 toneladas¹³⁷ (mais 18% do que em 2020) e foram operacionalizadas através de 2.300 lojas. Este número representa 71% do parque de lojas Biedronka e supera o objetivo de envolver 70% das lojas na doação de géneros alimentares durante o triénio 2021-2023. No âmbito das doações alimentares foram apoiadas 140 instituições, sendo a Federação dos Bancos Alimentares Polacos a mais relevante.

Em parceria com a Caritas Polska, com quem a Biedronka coopera desde 2006, foram apoiadas diversas iniciativas. Por ocasião do Dia Mundial da Criança, a Biedronka ofereceu 15 mil Caixas da Felicidade a crianças e famílias. Estas caixas incluem bonecos e livros do Gang Słodziaków (Gangue dos Fixes), brinquedos e outros jogos didáticos, tendo sido investidos nesta ação mais de 99 mil euros. Uma outra iniciativa foi a Akademia dla Dzieci (Academia para Crianças) que permitiu doar mais de 76 mil euros recolhidos através da venda de velas em loja e apoiar 3.500 crianças dos centros comunitários e de dia da Caritas, através de várias atividades, nomeadamente de lazer e apoio ao estudo.

¹³⁴ Inclui Recheio Masterchef e João Gomes Camacho.

¹³⁵ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

¹³⁶ A Política de Responsabilidade da Biedronka está disponível em [csr.biedronka.pl](https://www.biedronka.pl/pt/csr).

¹³⁷ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

Por ocasião do Natal, e no âmbito da 21.ª edição do programa Szlachetna Paczka (Presente Nobre), a Biedronka voltou a apoiar a Associação Wiosna, que ajuda mais de 17 mil famílias em situação de vulnerabilidade económica. O apoio da Biedronka tem duas vertentes distintas. Por um lado, uma parte da venda de chocolates e doçaria da marca própria Magnetic permitiu doar mais de 54 mil euros (um aumento de 21% face a 2020), por outro, foram preparados para doação cabazes com géneros alimentares e produtos de cosmética. 12.800 voluntários coordenaram a iniciativa.

Grande Orquestra Solidária de Natal

Em novembro de 2021, foi assinado o acordo que levou a Biedronka a tornar-se um dos patrocinadores oficiais da 30.ª final da Wielka Orkiestra Świątecznej Pomocy - WOŚP (Grande Orquestra Solidária de Natal), o maior evento de solidariedade na Polónia.

Durante os meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022, foram angariados mais de 1,6 milhões de euros, através da venda de merchandising oficial e da recolha na zona das caixas de pagamento das lojas Biedronka de donativos dos clientes. A totalidade do valor recolhido destina-se à compra de equipamento para diagnóstico e tratamento de doenças oftálmicas nas crianças, nomeadamente um equipamento de angiografia biplanar utilizado no tratamento do retinoblastoma, o tumor maligno mais comum do globo ocular em idade pediátrica.

Hebe

A estratégia de responsabilidade corporativa da Hebe articula-se em três dimensões principais: a promoção do empreendedorismo feminino, o apoio a mães solteiras em casas de acolhimento e o auxílio a raparigas e jovens mulheres residentes em orfanatos. Em 2021, a Companhia esteve sobretudo focada no estabelecimento de parcerias para apoios de natureza indireta.

Dinamizado pela [Fundacja Kobiety E-Biznesu](#) (Fundação das Mulheres no E-Business), a Hebe apoiou diretamente o programa [TOP Women in e-business](#), criado com o objetivo de apoiar mulheres empreendedoras a desenvolver os seus próprios negócios.

Ara

Ao longo do ano, a Companhia encaminhou cerca de 494 mil euros para projetos de apoio social, um aumento de 22% face ao ano anterior, renovando o seu compromisso de apoiar às pessoas e famílias com menos rendimentos.

Através da [Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia – ABACO](#) e da [Fundación Alimentar Colombia](#) e outras instituições de apoio social, a Ara encaminhou 223 toneladas¹³⁸ de alimentos, o que corresponde a um aumento de 3,9% face a 2020. No âmbito das celebrações do Dia da Criança (a 27 de abril), as 30 lojas da Ara localizadas na região de Cartagena doaram à Fundação mais de 11 toneladas de alimentos.

A ABACO, que a Ara apoia continuamente desde 2013, estima que, em termos médios, tenham sido beneficiadas mensalmente mais de 4 mil famílias pelos bancos alimentares de sete cidades (Pereira, Bogotá, Barranquilla, Cúcuta, Montería, Cali e Cartago).

Em parceria com o [Instituto Colombiano de Bienestar Familiar – ICBF](#), a Ara associou-se à campanha “1,000 días para cambiar el mundo” (1.000 dias para mudar o mundo), focada no desenvolvimento nutricional de crianças com menos de dois anos de idade. 2.700 famílias (constituídas por cerca de 13.500 pessoas de 55 municípios) receberam cabazes alimentares, tendo sido envolvidas nesta rede solidária mais de 60 lojas da Ara, num investimento de cerca de 28 mil euros.

Renovámos por mais um ano a parceria entre a Jerónimo Martins Colombia, a Caritas Polska e a Caritas Colômbia, com o objetivo de providenciar ajuda humanitária a populações vulneráveis em Villa del Rosario

¹³⁸ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

e Cúcuta, duas povoações na região Norte de Santander que fazem fronteira com a Venezuela. Mais de 6.500 cabazes compostos por produtos alimentares essenciais¹³⁹ foram entregues a 5.400 migrantes venezuelanos e cidadãos colombianos em situação de extrema vulnerabilidade económica. Em 2021, Jerónimo Martins investiu mais de 92.500 euros no projeto.

5.4. Voluntariado e Campanhas Internas

Um total de 202 colaboradores participaram em iniciativas de voluntariado ao longo do ano, num contributo de 262 horas. Há uma diminuição respetivamente de 17% e 32%, justificada pelo cancelamento e término de iniciativas presenciais em Portugal, único país em que se realizaram iniciativas de voluntariado¹⁴⁰.

Em 2021, o Grupo recebeu quatro estagiárias da Academia Girl Move, uma iniciativa que pretende capacitar jovens moçambicanas para se tornarem agentes de desenvolvimento das suas comunidades e que foi distinguida com o Prémio Unesco 2021 para a Educação das Raparigas e das Mulheres. Desta vez, a formação decorreu num formato misto, através das plataformas digitais e presencialmente, com visitas às instalações do Grupo em Portugal.

O programa Clientes 70+, criado em 2020 devido às restrições pandémicas, e através do qual colaboradores das estruturas centrais apoiam clientes idosos na realização das compras, manteve-se mesmo durante as fases de desconfinamento. Desde o início do projeto que 219 voluntários fizeram as compras para cerca de 360 clientes, num total de cerca de 2.900 entregas efetuadas.

Durante a época natalícia, mil famílias carenciadas identificadas pela Rede de Emergência Alimentar beneficiaram de cabazes com alimentos e outros produtos essenciais da marca Amanhecer, preparados por 12 colaboradores da estrutura central do Recheio.

5.5. Outros Apoios Diretos

O Grupo tem parcerias com várias instituições para identificar e responder a desafios de coesão social em áreas como a alimentação saudável, a promoção de hábitos de leitura e a inclusão social¹⁴¹.

Promoção da Alimentação e de Estilos de Vida Saudáveis

Desde 2016 que o Grupo patrocina em Portugal o programa [Alimentação Saudável e Sustentável](#) das Eco-Escolas, promovido pela ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa. O programa pretende sensibilizar os alunos para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agroalimentar. Em 2021, houve 255 trabalhos submetidos a avaliação, mais 67% do que em 2019, o ano considerado típico para a análise. Participaram alunos de mais de 360 escolas de vários escalões etários, desde creches e jardins de infância, até escolas básicas, secundárias e profissionais. Os trabalhos apresentados responderam a desafios como:

- a importância de escolhas alimentares mais sustentáveis, privilegiando o consumo de frutícolas e hortícolas locais, de época e, se possível, de produção biológica;
- envolver as famílias e encarregados de educação na preparação de lancheiras saudáveis, sustentáveis, nutritivas e variadas;
- reaproveitar partes de alimentos normalmente descartadas, propondo receitas para utilizar sobras da preparação dos alimentos e das refeições;
- confeccionar ementas completas, com ingredientes locais e sazonais, que possam ser implementadas nas cantinas escolares;
- dar a conhecer a dieta mediterrânica através de expressão plástica.

No Fórum Económico de Karpacz, que decorreu em outubro, a Biedronka, juntamente com o instituto de estudos sociais IPSOS, apresentou os resultados do estudo "[Zwyczaje żywieniowe w Polsce. Co Są](#)

¹³⁹ Como definido pelos [Sphere Humanitarian Standards](#).

¹⁴⁰ Para conhecer outras iniciativas de voluntariado e campanhas internas desenvolvidas pelo Grupo, consulte o website corporativo, página "[Apoiar as Comunidades Envolventes](#)".

¹⁴¹ Para conhecer outras iniciativas de apoio direto desenvolvidas pelo Grupo, consulte o website corporativo, página "[Apoiar as Comunidades Envolventes](#)".

[Zmieniło Przez Ostatnie 25 Lat?](#)” (Hábitos alimentares na Polónia: o que mudou nos últimos 25 anos?). Entre outros dados, o estudo revela que quase 60% da população polaca gosta de experimentar novas receitas e que mais de metade gosta de navegar na internet em páginas dedicadas à culinária e à nutrição¹⁴².

Promover a nutrição na Colômbia

A Ara associou-se à campanha [Misión Nutrición](#), cujo slogan “Uma seleção de alimentos para nutrir a sua região” revela o seu propósito: combater o verdadeiro problema de saúde pública na Colômbia que é a malnutrição, agravado pela falta de informação de qualidade sobre hábitos alimentares saudáveis. O projeto é apoiado pelo The Consumer Goods Forum e pelo programa 5 al Día, com a assessoria técnica do Ministério da Saúde, do Alto Comissariado para as Crianças e Adolescentes e do Instituto Colombiano de Bienestar Familiar. Esta campanha avalia as necessidades nutricionais das regiões Central, Caribe, Pacífico e Orinoco, e indica os alimentos à venda na Ara que podem responder a essas necessidades. Os princípios e objetivos foram partilhados nas redes sociais e chegaram a 2,2 milhões de pessoas.

Adicionalmente, a Ara integrou a Gran Alianza por la Nutrición en Colombia, uma parceria liderada pelo Gabinete da Primeira-Dama, que visa combater a insegurança alimentar e melhorar o estado nutricional da população (especialmente os mais vulneráveis da sociedade – crianças, jovens e migrantes) para erradicar a malnutrição.

Promoção da Literatura e de Hábitos de Leitura

A literatura infantil tem sido uma das áreas de aposta por parte do Grupo, como forma de promover os hábitos de leitura em família desde cedo, de desenvolver a literacia infantojuvenil e de contribuir para sociedades mais informadas.

Para além de comercializarem livros a preços muito acessíveis, o Pingo Doce e a Biedronka têm dinamizado concursos de literatura infantil que promovem o surgimento de novos autores e de novos ilustradores. Os vencedores das duas fases do concurso – escrita e ilustração – têm garantida a publicação do seu trabalho e o livro é vendido exclusivamente nas redes de lojas das duas insígnias. Quer em Portugal quer na Polónia, cada vencedor recebe um prémio monetário de 25 mil euros.

Em 2021, o Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce recebeu o maior número de candidaturas das oito edições: 2.954 na fase de texto e 541 na fase de ilustração. Assim como tu, de Raquel Salgueiro (texto) e Jorge Margarido (ilustração), venceu a última edição e vendeu mais de 5.700 cópias em 2021.

O Piórko (Prémio de Literatura Infantil Biedronka) é, desde a primeira edição, apadrinhado pelo Provedor da Criança na Polónia. A sétima edição foi aquela que registou o maior número de obras a concurso, tendo sido recebidas mais de 3.660 histórias, mais do dobro do que em 2020. Fabryka Marzeń (A Fábrica dos Sonhos), de Justyna Woźniak, foi a história que serviu de inspiração aos 640 ilustradores selecionados para a segunda etapa do prémio, ganha por Aleksandra Badura. Em 2021 venderam-se cerca de 35 mil cópias de A Fábrica dos Sonhos.

Um outro projeto do âmbito da literatura infantil é a doação da totalidade ou de parte das receitas obtidas com a venda de livros infantis a iniciativas concretas.

Em 2021, a Biedronka lançou o novo livro do [Gang Swojaków](#) (Gangue dos Peluches), Proteger as espécies em perigo sobre espécies autóctones ameaçadas na Polónia. Em 2021, foram doados mais de 328 mil euros à Polskie Towarzystwo Ochrony Przyrody “Salamandra” (Sociedade Polaca para a Conservação da Natureza Salamandra), uma organização que tem trabalhado na preservação de espécies como o bisonte-europeu, o lobo, o lince, o ouriço, a coruja-pigmeu e o boto – os heróis da nova história. Associada ao livro foi organizada a 4.ª edição do passatempo Szkolne Przygody Gang Swojaków (Aventuras Escolares do Gangue dos Peluches), junto de escolas pré-primárias e primárias de todo o país, que teve resposta de mais de 7.100 alunos.

Em dezembro de 2020, quando lançou a história *Zimowa Przygoda* (Aventuras de Inverno), a Biedronka anunciou que a totalidade das vendas das cerca de 276 mil cópias seria aplicada em refeições para

¹⁴² Para mais informação, consulte o subcapítulo 2. “Promover a Saúde pela Alimentação”.

crianças desfavorecidas apoiadas pela Ação Humanitária Polaca. Foram, no total dos dois anos, entregues mais de 501 mil euros.

O Pingo Doce entregou um donativo de mais de 98 mil euros à Liga para a Proteção da Natureza (LPN). A verba foi angariada em 2020 com a venda de cerca de 197 mil cópias do livro [Bando do Bosque – Há Festa na Clareira](#), tendo a LPN envolvido mais de 660 alunos de 18 escolas em ações de educação e sensibilização ambiental.

Uma iniciativa semelhante foi lançada pelo Pingo Doce em 2021 com o livro [O Bando do Mar – Missão Salvar o Oceano](#). A campanha, que teve oito personagens de peluche como protagonistas, angariou mais de 110 mil euros. Metade deste valor destina-se à recolha de lixo marinho e a outra metade será entregue ao projeto de educação ambiental “Em Busca dos Suspeitos do Costume” da ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa) que abrange cerca de 2.000 escolas.

Promoção da Inclusão Social e Empreendedorismo

Desde 2018 que a Biedronka é o principal patrocinador da Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial), no âmbito de uma parceria em vigor desde 2011. A associação apoia o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da socialização pelo desporto e promove torneios de futebol com crianças e jovens da Polónia, de outros países europeus e do resto do mundo. Em 2021, a 12.ª edição do torneio contou com a presença de 30 equipas da Polónia, Portugal e Eslovénia, tendo envolvido cerca de 300 crianças (até aos 18 anos) agrupadas em 30 equipas. Além do apoio financeiro superior a 76.600 euros, a Biedronka ofereceu bebidas e snacks às crianças, material desportivo e eletrónico, e promoveu o prémio Esperança da Biedronka para o melhor jogador do campeonato.

Iniciada em 2020, a oferta pela Biedronka de um cabaz de produtos a crianças nascidas na Polónia teve continuidade em 2021 com o objetivo de contribuir para incentivar a taxa de natalidade no país. Depois de registadas no [website](#) do clube Dada (a Marca Própria de produtos de higiene e cuidado infantil que é líder nalgumas categorias na Polónia, nomeadamente em fraldas), cerca de 68.500 crianças receberam o kit de boas-vindas Dada (que inclui fraldas, toalhetes e cotonetes) num investimento de mais de 87 mil euros.

A Biedronka foi ainda o primeiro retalhista na Polónia a lançar um programa dedicado ao combate à pobreza menstrual, o [“Juntos Vamos Começar um Período de Mudança”](#). Segundo a Fundação Kulczyk, uma em cada cinco mulheres na Polónia tem dificuldade na aquisição de produtos de higiene adequados, e 40% das mulheres com dificuldades económicas tiveram de renunciar à compra de produtos de higiene¹⁴³. No âmbito da Coligação Menstrual, uma iniciativa da Fundação Kulczyk, a Biedronka ofereceu vouchers para o levantamento gratuito de tampões e pensos higiénicos da marca própria Femina. Cerca de 4.300 pessoas sem acesso a estes produtos beneficiaram desde programa, que teve um investimento superior a 24.400 euros. A Biedronka associou-se ainda à campanha [“Ação Menstruação na Tua Escola”](#), doando mais de 27.100 embalagens de tampões e pensos.

Na Colômbia, destaca-se a distribuição junto de mães com baixos rendimentos de kits de boas-vindas a recém-nascidos da marca própria Bubu, especializada em cuidados do bebé. Com o objetivo de apoiar 1.500 famílias, o projeto-piloto arrancou no Hospital Meissen em Bogotá, que realiza o maior número de partos da cidade.

5.6. Apoios Indiretos

[GRI 203-2]

O Grupo envolve-se com regularidade em campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, assim como em iniciativas de angariação de fundos para apoio ao trabalho desenvolvido por instituições de solidariedade social.

¹⁴³ Segundo o [estudo](#) desenvolvido pela Fundação Kulczyk.

Portugal

Apesar do confinamento que esteve em vigor nos primeiros meses de 2021, o Pingo Doce possibilitou a realização de 48 peditórios por parte de 29 instituições. Destacam-se as campanhas com voluntários da Liga Portuguesa Contra o Cancro e da Fundação Portuguesa de Cardiologia, que conseguiram angariar mais de 1,6 milhões de euros junto dos clientes do Pingo Doce.

As campanhas de venda de vales convertíveis em alimentos e outros produtos foram reforçadas em 2021. Houve 14 dessas campanhas para apoiar organizações como o CASA – Centro de Apoio ao Sem Abrigo, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Banco Alimentar Contra a Fome, a Animalife (uma instituição de apoio a animais) e o Lisbon Project (que se dedica à proteção e integração de migrantes e refugiados na cidade de Lisboa), entre outras. No total, os clientes do Pingo Doce contribuíram com mais de 696 mil euros em vales (mais 37% do que em 2020). Além disso, a Companhia reuniu acima de 204 toneladas¹⁴⁴ de alimentos para instituições de apoio a emergências alimentares.

Com os objetivos de contribuir para a sustentabilidade financeira das instituições do terceiro setor e fomentar o empreendedorismo social, o Pingo Doce promove também a comercialização de produtos desenvolvidos por entidades que se dedicam ao combate à exclusão social na sociedade portuguesa.

Desde 2011 que está ativo o apoio ao CEERDL – Centro de Educação Especial Rainha Dona Leonor, uma cooperativa que serve mais de 500 pessoas com algum tipo de deficiência ou doença mental, através da prestação de serviços que promovem a sua qualidade de vida. O Pingo Doce comprou ao CEERDL mais de 60 mil mono-bouquets de lírios em 2021, o que representa cerca de 22% da faturação anual da área de floricultura do CEERDL. O sucesso desta parceria traduziu-se no aumento da produção, o que permitiu viabilizar atividades de reabilitação nas áreas de serviços sociais e integrar pessoas com deficiência, permitindo o seu acesso ao mercado de trabalho. No final do ano, o CEERDL contava com 15 colaboradores com deficiência.

O Mercado (plataforma online que vende produtos do Pingo Doce) iniciou, em maio, o [Mercado Solidário](#), com o objetivo de levar bens essenciais a quem mais necessita. Seis das oito instituições beneficiárias receberam alimentos Pingo Doce, enquanto as restantes puderam contar com o equivalente a cerca de 4.500 euros em alimentação animal e produtos de higiene pessoal.

Polónia

Em parceria com a Federação dos Bancos Alimentares Polacos e com a Caritas Polska, as lojas da Biedronka continuaram a servir como plataforma de mobilização dos clientes para a recolha de alimentos destinados a pessoas em situação de carência. Ao longo de 2021, foram recolhidas mais de 185 toneladas de produtos em diversas ações.

Uma delas foi por ocasião da Páscoa, quando voluntários da Federação dos Bancos Alimentares Polacos estiveram em 125 lojas da Biedronka e recolheram 7 toneladas¹⁴⁵. A Federação foi também o destino das cerca de 86 toneladas¹⁴⁵ de alimentos recolhidos com a 25.ª campanha “Święta godne, a nie głodne” (Um Natal decente, sem fome) em 729 lojas. A quantidade de produtos doados aumentou cinco vezes em comparação com 2020, o que se pode explicar pela maior disponibilidade de voluntários num quadro de menos restrições em vigor.

A Caritas desencadeou a 19.ª recolha de alimentos para pessoas em situações de vulnerabilidade por altura do Natal, tendo estado mais uma vez presente em 641 lojas (um aumento de 261 lojas face a 2020). A campanha “Tak. Pomagam!” (Sim. Eu ajudo!) pediu aos clientes da Biedronka que entregassem alimentos com prazos de validade alargados. Foram recolhidas mais de 95 toneladas¹⁴⁵ (mais 86% que em 2020).

¹⁴⁴ Valores calculados internamente de acordo com proxies resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários stakeholders para o cálculo e reporte consistente do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.

¹⁴⁵ Estimativa da organização.

A Hebe apoiou 1.300 mulheres, de 53 instituições que dão assistência a mães solteiras, com 33 mil unidades de produtos cosméticos numa parceria com a Torf Corporation (produtor de cosméticos) e a [Fundação Veritas](#) (que apoia pessoas em situação de vulnerabilidade económica).

Colômbia

A Ara reforçou em 2021 o investimento na comunicação da Aldeas Infantiles SOS Colombia, uma iniciativa apoiada com alimentos oferecidos pelos clientes através do arredondamento do valor das suas compras. O apoio global foi superior a 411 mil euros, um aumento de 57% face a 2020, distribuído entre os programas Acogimiento Familiar, focado em famílias em risco de separação, e Fortalecimiento de Familias de Origen, dirigido a crianças e jovens retirados das suas famílias. A Aldeas Infantiles SOS interveio também junto de famílias em contexto de violência e em situação de emergência. O valor angariado permitiu que mais de 15.700 crianças e jovens tivessem acesso a programas de educação, saúde, alimentação e alojamento.

6. Ser um Empregador de Referência

6.1. Abordagem em 2021

O ano de 2021 ficou marcado pela continuação de restrições relacionadas com a pandemia de Covid-19, com consequências no negócio, nas cadeias de abastecimento e na gestão de pessoas. Os colaboradores do Grupo foram, uma vez mais, chamados a dar o seu melhor e a assegurar o acesso à alimentação, independentemente dos constrangimentos.

Enquanto empregador de referência, a segurança dos colaboradores foi uma das principais prioridades para o Grupo Jerónimo Martins. As companhias garantiram o resguardo dos mais vulneráveis, asseguraram as medidas e equipamentos de proteção necessários, e optaram pelo teletrabalho, em modelo híbrido, nas funções que o permitiam, sem perda de qualquer benefício ou retribuição.

Neste ano, uma vez mais muito desafiante, o Grupo focou-se em criar valor para as suas pessoas, trabalhando em particular temas de saúde e bem-estar. A preparação das lideranças e o reforço de várias competências nas equipas ganharam relevância, bem como a reflexão sobre a gestão da força de trabalho e das novas formas de trabalhar. De modo a aumentar a eficiência na gestão de mais de 120 mil pessoas, estabeleceram-se novos processos e ferramentas para melhorar o alinhamento e a organização na área de Recursos Humanos.

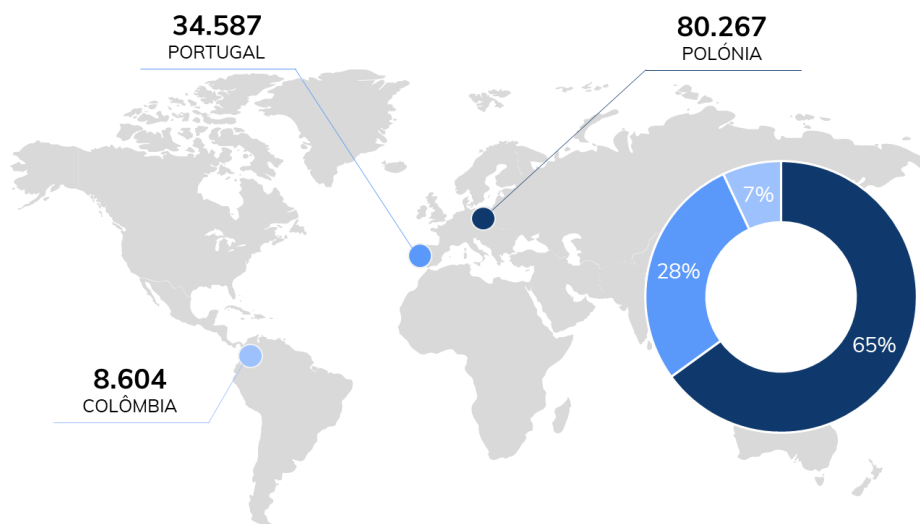
Com a ambição de criar um impacto positivo a médio e longo-prazo nos seus colaboradores, o Grupo definiu dez áreas de intervenção que descrevem a forma como Jerónimo Martins acolhe, capacita, fortalece, reconhece, inova, protege, concilia, apoia, inclui e age na gestão das pessoas.

6.2. As Nossas Pessoas

6.2.1. Distribuição de Colaboradores

O Grupo contava com 123.458 colaboradores no final de 2021, mais 4,4% do que no ano anterior.

Número de colaboradores no total e por país¹⁴⁶



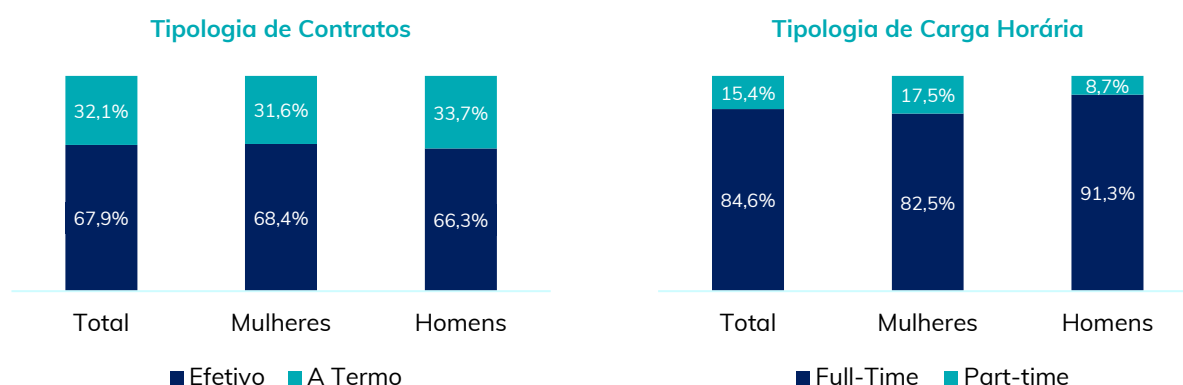
¹⁴⁶ Companhias incluídas por país: Portugal – Best Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A., Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A., Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda., Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A., Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A., Jerónimo Martins - Serviços, S.A., Jerónimo Martins Agro-Alimentar, S.A., Jerónimo Martins, SGPS, S.A., JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A., João Gomes Camacho, S.A., Lidosol II-Distribuição de Produtos Alimentares S.A., Outro Chão – Agricultura Biológica, Lda., Ovinos da Tapada – Agropecuária, Lda., Pingo Doce, Distribuição Alimentar, S.A., Recheio Cash & Carry, S.A., Recheio Masterchef, Lda, Santa Maria Manuela Turismo, S.A., Seaculture - Aquicultura, S.A., Terra Alegre Lactícínios, S.A.; Polónia – Jeronimo Martins Polska, S.A., Jeronimo Martins Drogerie I Farmacja Sp Z o.o.; Colômbia – Jerónimo Martins Colombia S.A.S.

Grupos etários, géneros, categorias profissionais e nacionalidades [GRI 405-1]

| Grupo | Idade | | | | | Género | | Total |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|----------------|
| | 18-24 | 25-34 | 35-44 | 45-54 | >55 | Mulheres | Homens | |
| Grupo | 17.186 | 39.947 | 39.528 | 20.684 | 6.113 | 94.507 | 28.951 | 123.458 |
| Portugal | 6.351 | 9.457 | 8.985 | 6.851 | 2.943 | 22.674 | 11.913 | 34.587 |
| Polónia | 9.059 | 25.494 | 28.829 | 13.722 | 3.163 | 67.856 | 12.411 | 80.267 |
| Colômbia | 1.776 | 4.996 | 1.714 | 111 | 7 | 3.977 | 4.627 | 8.604 |
| Segmentação hierárquica | | | | | | | | |
| Membros de Direções Executivas | 0 | 0 | 15 | 44 | 6 | 19 | 46 | 65 |
| Gestores de topo e intermédios | 4 | 658 | 1.132 | 643 | 164 | 1.309 | 1.292 | 2.601 |
| Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios | 17.182 | 39.289 | 38.381 | 19.997 | 5.943 | 93.179 | 27.613 | 120.792 |

No Grupo Jerónimo Martins é possível encontrar colaboradores de mais de 75 nacionalidades. Em 2021, as nacionalidades estrangeiras mais representativas foram, em Portugal, a brasileira, na Polónia, a ucraniana e, na Colômbia, a venezuelana.

Contrato e Tipo de Emprego [GRI 102-8]



Nota: Os estágios SENA (Servicio Nacional de Aprendizaje) na Colômbia

Em comparação com 2020, os contratos efetivos aumentaram o seu peso relativo em 1,2 p.p.. O número de colaboradores em full-time aumentou 0,2 p.p..

Rotatividade, Retenção e Antiguidade [GRI 401-1]

| | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| 27,7% Taxa de Rotatividade* | 81,6% Retenção a 12 meses** | 6 anos Antiguidade média |
|---------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|

* Rácio entre as saídas de colaboradores durante 2021 e o número total de colaboradores no final do período.

** Percentagem de colaboradores que se manteve no Grupo em dezembro de 2021, tendo por base dezembro de 2020.

O Grupo Jerónimo Martins acompanha de forma contínua a evolução da taxa de rotatividade que, ao longo dos últimos anos, tem estado em linha com o sector do retalho. Tal como acontece noutros retalhistas, a maior taxa de rotatividade está concentrada em operadores de loja e centros de distribuição. A taxa subiu 4,6 p.p. devido ao impacto no mercado de trabalho do regresso gradual à normalidade.

De salientar ainda a elevada taxa de retenção do Grupo nos primeiros 12 meses. Embora com um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (83,1%), a maioria dos colaboradores continua no Grupo após um ano de contrato, sendo que a antiguidade média é de seis anos.

6.3. As Nossas Áreas de Intervenção

6.3.1. Principais Indicadores

Apresentam-se de seguida os principais indicadores de cada uma das áreas de intervenção.



* Inclui JM wellbeing centre (na sede) e centro de reabilitação e prevenção (Azambuja), em Portugal.

6.3.2. Acolher a Diversidade

Cada uma das mais de 120 mil pessoas que compõem a força de trabalho Jerónimo Martins possui características, competências e conhecimentos diferenciadores que acrescentam valor ao negócio e fazem do Grupo uma entidade empregadora multicultural e multigeracional.

Em 2021 assistiu-se a uma normalização progressiva dos movimentos no mercado de trabalho, com o regresso a taxas de rotatividade mais elevadas, conforme mencionado anteriormente. As equipas de atração e seleção de talento continuaram o seu trabalho com vista a satisfazer as necessidades nas operações e nos escritórios.

No recrutamento e seleção de candidatos, o Grupo segue os princípios da justiça, não discriminação e igualdade de oportunidades, conforme estabelecido na "Política Corporativa de Recrutamento e Seleção". As equipas de atração e seleção de talento são treinadas para analisar os perfis de forma imparcial no que se refere a género, idade, origem e outros temas relevantes, assumindo a diversidade como uma vantagem competitiva. Durante o ano de 2021 foram contratadas aproximadamente 40 mil pessoas.

Diversidade de Gerações

O Grupo conta com cinco gerações a trabalharem juntas, encorajando a construção de equipas multidisciplinares, com diferentes idades e *backgrounds*. Face à importância de continuar a atrair talento jovem, como forma de acompanhar o crescimento do negócio e dar resposta às necessidades de sucessão, o Grupo mantém a aposta em programas que permita fazer a identificação atempada de jovens antes da sua entrada no mercado de trabalho.

Um desses programas é o “Student Internship Programme”, que pretende proporcionar a alunos ou recém-licenciados a oportunidade de trabalharem num ambiente de negócios real, construir redes de contactos profissionais e desenvolverem projetos que melhorem as suas competências. Em 2021, este programa contou com mais de 2 mil candidaturas para 66 lugares.

Especificamente em Portugal, continuou a primeira edição do “Retail Dive In”, que oferece a jovens recém-licenciados e mestres um plano de desenvolvimento a longo prazo. O programa inclui tipicamente a alocação a duas áreas funcionais, um tutor responsável pelo seu acompanhamento diário e um mentor focado em guiar próximos passos de carreira.

Como resultado deste trabalho, em 2021, o Grupo Jerónimo Martins foi considerado um dos empregadores mais atrativos em Portugal na categoria de Negócio/Comércio no âmbito do ranking “Student Most Attractive Employers” da Universum e também no sector da distribuição pelo Randstad Employer Brand Research.

Através do “Buddy Programme”, a Biedronka acolheu 14.874 colaboradores de loja recém-chegados que, apoiados pelo gestor de formação e integração, foram acompanhados de forma próxima e tiveram a oportunidade de interagir com colaboradores mais experientes.

Na Colômbia, a parceria com o SENA (Serviço Nacional de Aprendizagem), que promove oportunidades de educação e de emprego através de um processo de formação entre as duas entidades, teve a participação de 301 estagiários, alimentando o *pipeline* de talento para as operações. Como forma de reduzir a taxa de desemprego jovem, o Governo lançou um programa de incentivo à contratação de pessoas entre os 18 e os 28 anos. Em 2021, a Ara contratou 67 jovens ao abrigo desta iniciativa.

Diversidade de Género

O Grupo está comprometido com a igualdade de género, assumindo quer a representatividade de mulheres nos diferentes níveis de liderança quer a igualdade de oportunidades no momento do recrutamento e ao longo do percurso profissional. O Plano de Igualdade entre Homens e Mulheres do Grupo, para o biénio 2021-2022¹⁴⁷, descreve em detalhe a estratégia de atuação neste âmbito e que passa:

- pela formalização da igualdade de género em políticas e procedimentos;
- pelo acompanhamento e diagnóstico de práticas internas;
- pela capacitação e consciencialização dos colaboradores;
- pela facilitação da integração entre a vida profissional, pessoal e familiar.

Em 2021 foi mantida a parceria iniciada no ano anterior com o Target Gender Equality¹⁴⁸, um programa concebido para os membros do Global Compact das Nações Unidas, que se destina a acelerar a igualdade de género nas empresas e a promover o poder das mulheres. No âmbito deste programa, o Grupo conduziu, em 2020, uma primeira avaliação interna segundo a metodologia Women’s Empowerment Principles Gender Gap Analysis, como forma de aferir pontos fortes e necessidades de atuação. Esta avaliação foi repetida em 2021, tendo o Grupo mantido a posição de “Achiever” e obtido uma classificação de 68% (38 p.p. e 34 p.p. acima das médias global e europeia, respetivamente¹⁴⁹). Este resultado representa uma melhoria de 3 p.p. em comparação com o ano anterior.

¹⁴⁷ Mais informação disponível no website corporativo, na área “Princípios e Valores”.

¹⁴⁸ Mais informação em www.unglobalcompact.org/take-action/target-gender-equality.

¹⁴⁹ Em comparação com os resultados de 2020. À data de fecho deste relatório os resultados de 2021 ainda não tinham sido divulgados.

O Grupo integrou o Bloomberg Gender-Equality Index – que inclui um conjunto restrito de empresas de diversos sectores de atividade – com uma classificação final relativa a 2020¹⁵⁰ de 71,6%, o que corresponde a uma melhoria de 6,8 p.p. quando comparado com 2019 (64,8%).

Jerónimo Martins tem igualmente aplicado metodologias de cálculo de indicadores que permitem monitorizar os compromissos em matéria de igualdade de género, beneficiando também da participação nos fóruns e índices referidos anteriormente.

Principais indicadores de género [GRI 405-2]

| Representatividade e retenção de mulheres e rácio salarial entre géneros | | |
|--|---|---------------|
| Representatividade e retenção | 2021 | 2020 |
| Mulheres em cargos de gestão (i) | 68,1% | 67,9% |
| Mulheres em posições de entrada (ii) | 77,0% | 76,9% |
| Mulheres em funções geradoras de receita (iii) | 73,8% | 73,5% |
| Mulheres promovidas (iv) | 75,6% | 70,4% |
| Rácio salarial entre géneros | 2021 | 2020 |
| Rácio salarial entre géneros (v) | Global: 97,6% Portugal: 99,5% Polónia: 96,7% Colômbia: 99,9% | Global: 96,5% |

Notas: i) Considerando as mulheres que fazem parte das categorias profissionais “membros de Direções Executivas” e “Gestores de topo e intermédios”, bem como as mulheres que gerem equipas de “Colaboradores de loja, centros de distribuição e escritórios” (n= 6.326); ii) Metodologia Bloomberg: Percentagem de mulheres a tempo inteiro (*full-time*) em funções que não requerem experiência anterior no ramo ou na profissão; iii) Metodologia Bloomberg: Percentagem de mulheres a tempo inteiro (*full-time*) em funções responsáveis pelos objetivos centrais de negócio, lucros ou perdas; iv) Metodologia Bloomberg: Percentagem de mulheres a tempo inteiro (*full-time*) promovidas ou que avançaram na carreira (inclui mudança de função ou aumento significativo de compensação); v) Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros. O cálculo deste rácio é o resultado de um alinhamento com as equipas locais e inclui duas alterações metodológicas face ao ano anterior, por forma a garantir uma melhor comparabilidade entre as diferentes realidades: por um lado, a inclusão da companhia e, por outro, a divisão organizacional onde se encontra alocado o colaborador - apenas aplicável aos colaboradores da categoria “Colaboradores de loja, centro de distribuição e escritórios”. O cálculo deste indicador está alinhado com a metodologia GRI e, pela primeira vez, é feito o reporte dos rácios parciais por país, considerando a heterogeneidade entre eles. A estrutura dos níveis funcionais e salariais do Grupo está a ser revista e, assim que implementada, será considerada como variável de cálculo. Com base neste pressuposto e visto que 97,8% dos colaboradores pertencem à categoria “Colaboradores de loja, centro de distribuição e escritórios”, o que significa que os resultados são maioritariamente ilustrativos deste segmento, o Grupo não considera relevante o reporte parcial com base nesta variável.

A representatividade das mulheres na força de trabalho Jerónimo Martins é significativa e tem-se mantido constante ao longo dos anos. Relativamente aos indicadores de remuneração, tem-se assistido a um progresso em torno da igualdade.

6.3.3. Capacitar para o Futuro

Após um período em que a maioria dos planos de capacitação foi condicionada pelas restrições à implementação presencial, 2021 ficou marcado por um crescimento no volume de formação, com uma evolução para um modelo híbrido, num equilíbrio entre o formato presencial e o digital.

Em 2021, foram ministradas cerca de 5,6 milhões de horas de formação, correspondendo a um aumento de 44,5% face a 2020 e de 24,1% face a 2019. Este volume de formação implicou um investimento de 12,4 milhões de euros. Em comparação com 2020 houve um decréscimo do valor devido à suspensão, pelo contexto pandémico, de alguns programas previstos e também à aposta em conteúdos online, que não têm os mesmos custos da formação presencial.

¹⁵⁰ Os resultados de 2020 foram comunicados no final de 2021.

Horas de formação por ano e por colaborador [GRI 404-1]

| | Volume de formação* | | | Horas de formação por colaborador** | | | N.º total de ações de formação | | |
|--------------|---------------------|------------------|------------------|-------------------------------------|-----------|-----------|--------------------------------|---------------|----------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2019 | 2020 | 2021 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Grupo | 4.508.901 | 3.874.271 | 5.596.592 | 39 | 33 | 45 | 79.646 | 87.215 | 165.840 |
| Portugal | 1.611.904 | 1.048.521 | 1.213.357 | 48 | 31 | 35 | 44.294 | 29.741 | 39.468 |
| Polónia | 2.269.550 | 2.277.230 | 3.474.071 | 31 | 30 | 43 | 31.863 | 54.326 | 124.126 |
| Colômbia | 627.447 | 548.519 | 909.164 | 85 | 67 | 106 | 3.536 | 3.148 | 2.246 |

* Volume de formação corresponde ao produto do número de horas realizadas pelo número de participantes em formação.

** Horas de formação por colaborador corresponde quociente do volume de formação pelo total de colaboradores.

[GRI 404-2]

Em 2021 o Grupo deu um passo na democratização do acesso a conteúdos de formação, implementando a plataforma EducAcção. Esta é uma ferramenta digital disponível para todos os colaboradores, que permite aceder a conteúdos em qualquer momento e a partir de qualquer equipamento. No final de 2021, a plataforma disponibilizava mais de 750 percursos formativos, uns de carácter obrigatório e outros de interesse funcional, num investimento de mais de 400 mil euros. De destacar que 57.762 colaboradores iniciaram pelo menos um curso na plataforma.

À disposição dos colaboradores esteve também a Knowledge Share, uma plataforma para potenciar o autodesenvolvimento e a aprendizagem ao longo da vida através do acesso a conteúdos customizados e constantemente atualizados sobre as mais diversas áreas. Em 2021 foram publicados cerca de 500 conteúdos novos.

Liderança

O Grupo Jerónimo Martins está focado em criar uma cultura de liderança comum. Como tal, tem vindo a implementar um conjunto de iniciativas globais para o desenvolvimento de competências junto da população de managers. Estes programas de carácter inovador têm sido desenvolvidos, em parceria com o Center for Creative Leadership (CCL), desde 2018. No âmbito deste programa, os colaboradores têm acesso a uma avaliação 360º, que lhes permite ter a perspetiva das chefias, dos subordinados, dos pares e de outros como mecanismo de autoconhecimento. A formação inclui ainda sessões de coaching nas quais os colaboradores são desafiados a criar estratégias para atingirem os seus objetivos de desenvolvimento. Em 2021 as sessões foram garantidas em formato digital e incluíram 469 colaboradores dos três países. Face aos resultados obtidos, o Grupo decidiu alargar o programa às operações, começando pela Colômbia. Em 2021, 73 gestores de área da Ara participaram nesta formação.

As companhias promoveram também o desenvolvimento de competências de liderança junto de funções críticas através de iniciativas como as Academias de District Managers e de Formadores de Perecíveis do Pingo Doce, a “Biedronkowa Akademia Zarządzania 2.0” (Academia de Gestão da Biedronka 2.0) e a “Hebe Business School”. No total estes programas contaram com aproximadamente 2 mil participantes.

Negócio

Parte substancial da formação realizada pelas companhias de Distribuição Alimentar recai na área dos perecíveis. Em 2021, mais de 11.700 colaboradores do Pingo Doce e do Recheio participaram na Escola de Frescos (talho, peixaria, comida fresca), e mais de 21.400 colaboradores da Biedronka no programa “Zostań Świeżoznawcą” (Torne-se um Especialista em Frescos).

No âmbito da capacitação para o negócio destaca-se ainda a “Biedronkowa Akademia Handlowa” (Academia de Comércio Biedronka), em parceria com a Warsaw School of Economics, que formou 910 pessoas. A Biedronka desenvolveu também um projeto de eficiência operacional com o Kaizen Institute, que resultou num conjunto de sessões de formação prática em contexto de trabalho e que envolveram 38.866 colaboradores.

6.3.4. Fortalecer o Caminho e Expressão Individual

O desenvolvimento profissional dos colaboradores é um fator crítico para alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. Como tal, cada carreira é considerada única e a jornada de desenvolvimento do colaborador deverá ser uma experiência cada vez mais personalizada, baseada no autoconhecimento e na responsabilização de cada um pela definição do seu caminho, em alinhamento com as necessidades e os desafios do negócio e os princípios do Grupo.

Avaliação de Desempenho e Potencial

[GRI 404-3]

O processo de avaliação anual do desempenho, alicerçado nos princípios da igualdade e não discriminação, baseia-se na definição de objetivos e na partilha regular de feedback como forma de desenvolvimento individual, num esforço de alinhamento entre as expectativas da organização e do colaborador. Em 2021, 97,5% dos colaboradores foram alvo de avaliação de desempenho¹⁵¹.

Com o intuito de alertar para a importância do feedback, as companhias apostaram em iniciativas como o projeto “Let’s Talk” da Biedronka, que envolveu 4.264 colaboradores através de campanhas de divulgação, materiais didáticos e sessões de formação.

Para preparar a sucessão na organização, conduziram-se avaliações de potencial nas áreas e funções críticas de negócio, com o objetivo de construir planos específicos de desenvolvimento. Cerca de 4.100 colaboradores foram mapeados, dos quais 16,9% foram identificados como tendo potencial de crescimento para posições de liderança.

Mobilidade Interna

A avaliação de desempenho e de potencial são pontos de partida para o crescimento dos colaboradores dentro da organização. Tendo por base a informação recolhida nestes processos, os colaboradores poderão ser desafiados a desenvolver as suas competências e a abraçar novas oportunidades.

Nesse sentido, a mobilidade interna é uma das principais ferramentas de evolução e desenvolvimento dos colaboradores, e pode levá-los a diferentes áreas, empresas ou países. A divulgação de vagas internas permite a cada colaborador conhecer oportunidades para o seu crescimento profissional e pessoal, colocando também nas suas mãos a decisão sobre o seu percurso. Assim, em 2021:

- 53.952 colaboradores mudaram de função, local de trabalho ou de companhia;
- 17.426 colaboradores foram promovidos para funções com maiores responsabilidades;
- 50 colaboradores encontravam-se em mobilidade internacional.

Participação Ativa

Os colaboradores são convidados a participar de forma ativa na vida da organização, nomeadamente através da participação em estudos de clima organizacional focados na melhoria de iniciativas e processos.

Em Portugal e entre janeiro e outubro, o Pingo Doce e o Recheio realizaram *Pulse Surveys*¹⁵² tendo ultrapassado os 75% de taxa de resposta. Na Biedronka, os resultados do *Engagement Survey*¹⁵³ foram partilhados com 3.604 managers.

A Biedronka, a Hebe e a Ara dinamizaram programas de embaixadores, através dos quais 146 colaboradores foram convidados a divulgar as suas companhias e produtos, nomeadamente através das redes sociais.

¹⁵¹ Considerando apenas os colaboradores elegíveis para avaliação de desempenho, de acordo com as políticas de avaliação de desempenho em vigor a nível corporativo e em cada uma das Companhias.

¹⁵² Mecanismo de feedback que pretende obter a perspetiva dos colaboradores sobre um tópico em específico, utilizando uma abordagem baseada em interações regulares, mas curtas.

¹⁵³ Mecanismo que pretende medir o compromisso dos colaboradores para com a organização considerando várias dimensões de análise.

Os colaboradores da Biedronka e da Ara foram também incentivados a indicar candidatos para os processos de recrutamento de funções de loja, centros de distribuição e escritórios. Estas iniciativas pretendem ajudar a encontrar perfis mais ajustados às necessidades e cultura das companhias, e também aumentar a ligação com os colaboradores. Estes programas de referência permitiram contratar 204 pessoas na Biedronka e 882 na Ara.

6.3.5. Reconhecer com Justiça e Competitividade

A promoção de um padrão de vida equilibrado, da justiça na forma como o Grupo remunera e de uma cultura de reconhecimento são alguns dos princípios que norteiam as políticas remuneratórias.

O Grupo tem efetuado um caminho para compreender o contexto em que está inserido e manter uma estratégia de compensação competitiva. Com este propósito, levou a cabo em 2021 um estudo sobre a competitividade externa das suas bandas salariais e equidade interna nas suas três geografias.

A remuneração base é considerada o alicerce da estratégia de compensação total e, em 2021, o Grupo aumentou o diferencial entre os salários mínimos internos e os salários mínimos nacionais, como forma de assegurar uma retribuição alinhada com as necessidades dos colaboradores nos diferentes países.

Relação entre os salários mínimos internos e os salários mínimos nacionais

Em Portugal, o salário mínimo interno varia entre 2% e 20% acima do salário mínimo nacional, dependendo da companhia a que se refere.

Na Polónia, o salário mínimo interno é definido por região (rurais, grandes cidades e Varsóvia), tendo em consideração os diferentes custos de vida e a competitividade do mercado de trabalho. Assim, o salário pode fixar-se até 9% acima do salário mínimo e, se for considerado o prémio de presença (um rendimento mensal garantido aos colaboradores sem absentismo) pode variar entre 16% e 29% acima do salário mínimo nacional, dependendo da região.

Na Colômbia, para além do salário mínimo interno (29% acima do nacional), são pagos subsídios regulares que podem aumentar o salário base entre 9% e 20%.

É também importante salientar que, na maioria das companhias, as políticas retributivas contemplam aumentos salariais logo após um ano de antiguidade, como forma de promover a retenção e reconhecer uma maior autonomia dos colaboradores no desempenho das suas funções.

Um outro pilar em que o Grupo continua a apostar é a remuneração variável ou mecanismos de reconhecimento, cruciais para fomentar uma cultura de meritocracia. O montante total de prémios pagos aos colaboradores em 2021 foi de 217 milhões de euros, mais 15% do que em 2020:

- 73 milhões de euros relativos ao prémio de desempenho aos managers e prémio extraordinário às equipas operacionais (cerca de 82 mil colaboradores abrangidos);
- 5 milhões de euros correspondentes ao prémio de antiguidade (esquema global com vários patamares de senioridade);
- 139 milhões de euros alocados a prémios e bónus relacionados com desempenho de vendas, prémio de presença e gratificação de Natal.

[GRI 401-2]

Os colaboradores contam ainda com um pacote de benefícios tendo por base a função que desempenham, independentemente da sua carga horária, como, por exemplo, seguro de vida, seguro de saúde e seguro de acidentes pessoais em viagem. Neste âmbito, é disponibilizado em algumas companhias do Grupo um plano de benefícios sociais flexíveis, chamado Bolsa Flex, através do qual é concedido um montante que o colaborador pode utilizar para selecionar opções de benefícios de acordo com as suas necessidades pessoais.

A Hebe tem também um plano que permite aos colaboradores alocarem uma verba proveniente do Fundo Social (mecanismo legalmente exigido na Polónia) a diferentes opções de benefícios, havendo mais de 4 mil benefícios disponíveis.

6.3.6. Inovar na Forma de Trabalhar

Durante o ano de 2021, o Grupo continuou o seu trabalho no sentido de tornar os locais de trabalho cada vez mais inovadores e digitais, aproximando os colaboradores independentemente da sua localização geográfica. Considerando os constrangimentos ao contacto presencial provocados pela pandemia e a necessidade de manter as pessoas ligadas, o Grupo desenvolveu e implementou novas formas de comunicar e interagir com os colaboradores e candidatos.

Canais de Comunicação

Na impossibilidade de se organizar um encontro presencial, a reunião anual de *managers* decorreu em formato digital, com transmissão em direto para as três geografias. A emissão contou com a gestão de topo do Grupo e foi acompanhada por 2.552 colaboradores.

De modo a expressar o seu agradecimento pelo esforço excepcional efetuado pelos colaboradores em 2020, a Biedronka iniciou 2021 com um evento digital em *live streaming* que incluiu atuações de artistas, competições e interações em direto. Este evento teve a participação de 23 mil pessoas.

Chatbot da Biedronka Distinguido

No âmbito do website *Dlanaswjm.pl*, principal canal interno de comunicação, a Biedronka conta com um chatbot (programa que utiliza a inteligência artificial para estabelecer conversações) para manter o contacto direto e personalizado com os colaboradores. Em 2021, esta ferramenta foi distinguida pelo seu cariz inovador na categoria "Tecnologias Modernas de RH" no concurso do Jornal "Puls Biznesu". Durante o ano, o website recebeu mais de 33 milhões de visitas (mais 65% que no ano anterior) e foram estabelecidas mais de 167 mil conversações, algumas das quais em ucraniano, um idioma que passou a ser também suportado pelo chatbot.

No contacto com os candidatos, e como forma de melhorar a sua experiência e tornar o processo de recrutamento mais eficaz, a Biedronka criou um chatbot de recrutamento que responde em tempo real às suas questões. Em 2021 este chatbot contou com 14.456 conversações, tendo 12,5% dos visitantes do website utilizado esta ferramenta.

Em Portugal, com base no sucesso do programa de rádio dedicado aos 40 anos do Pingo Doce emitido em 2020, a companhia realizou três programas de rádio em 2021 dirigidos a todos os colaboradores.

O Pingo Doce e o Recheio lançaram as aplicações de telemóvel "O Meu Pingo Doce" e "O Meu Recheio", através das quais se partilham informações atualizadas sobre o negócio, iniciativas da área de Responsabilidade Social Interna e outros temas relevantes para os colaboradores.

Na Colômbia, o programa de rádio *Hablando Naranja* é o principal canal de comunicação com as operações e conectou todos os colaboradores da Ara através dos 25 programas emitidos em 2021. O website *Hablandonaranja.com* está também disponível como ferramenta de comunicação, permitindo a recolha direta de feedback por parte dos colaboradores. Este canal contou com 168.221 visualizações em 2021.

Tecnologias de Gestão de Pessoas

Em outubro de 2020 iniciou-se a fase de implementação do projeto "GPS" (*Global People Solution*), uma iniciativa de transformação de processos e sistemas de Recursos Humanos a nível global. Com base num diagnóstico prévio sobre as necessidades da organização e cenários tecnológicos disponíveis foi desenvolvida uma solução para garantir uma gestão integrada dos colaboradores. A conclusão deste projeto está prevista para 2024.

6.3.7. Proteger com as Melhores Condições de Trabalho

Num ano em que, devido à pandemia por Covid-19, foi necessário manter muitas restrições, o Grupo voltou a investir em equipamentos de proteção individual, num valor que ascendeu a mais de 6,5 milhões de euros. Houve igualmente a preocupação de assegurar o cumprimento das normas de segurança,

através de auditorias e campanhas de comunicação e sensibilização. Por outro lado, foi disponibilizada a testagem gratuita à Covid-19 aos colaboradores, num investimento de 962 mil euros.

A prevenção dos acidentes de trabalho e doenças profissionais nas operações é uma preocupação permanente e o Grupo segue as legislações locais e as boas-práticas do sector na avaliação e gestão dos riscos, na gestão de acidentes e doenças profissionais, na vigilância, na informação e formação, e na consulta de trabalhadores.

Identificação e Análise de Riscos

[GRI 403-2]

Na área da Distribuição Alimentar, a mais relevante no Grupo, existem um conjunto de atividades que poderão constituir riscos para os colaboradores que, nos armazéns, cozinhas industriais e lojas, lidam com a descarga e armazenamento de produtos e a sua transformação (ex.: corte de peixe e carne, fabrico de pão e preparação de refeições). Os colaboradores da Jerónimo Martins Agro-Alimentar trabalham nos sectores primário e secundário e estão também expostos a fatores de risco¹⁵⁴.

Todos estes riscos são identificados e avaliados pelas equipas de Saúde e Segurança no Trabalho (SST) através da medição de agentes químicos, físicos e biológicos, definindo medidas para prevenir acidentes de trabalho e doenças profissionais. Adicionalmente, são feitas avaliações específicas para processos críticos e com riscos ergonómicos acrescidos para o colaborador.

Em caso de incidentes/acidentes, é efetuada uma análise e uma investigação para se apurarem factos, circunstâncias e possíveis causas, apontando-se as medidas de correção de falhas de modo a prevenir a sua repetição. De acordo com a legislação, a identificação e eliminação de perigos e a minimização de riscos são da responsabilidade dos técnicos de SST, dos delegados de segurança, dos médicos e dos enfermeiros.

Prevenção, Minimização e Mitigação de Riscos

Para prevenir, minimizar e mitigar os riscos, o Grupo assegura auditorias e simulacros, exame médicos regulares e promove a consciencialização sobre perigos e práticas seguras através da capacitação e envolvimento dos colaboradores.

[GRI 403-2]

As auditorias e simulacros são realizadas numa perspetiva de controlo, sendo promovidas visitas regulares aos espaços de trabalho para verificar a implementação das medidas de mitigação dos riscos. Nas auditorias são identificadas situações de não cumprimento e sugeridas ações de prevenção/correção. Nos simulacros procura-se garantir a melhoria contínua das práticas implementadas.

[GRI 403-3]

Os exames de saúde regulares são realizados de forma preventiva ao longo da vida profissional dos colaboradores. Estes exames são assegurados aquando da sua entrada, de forma periódica e sempre que necessário, de modo a promover a avaliação das condições individuais ao nível físico e mental.

[GRI 403-4 e 403-5]

Numa ótica de consciencialização sobre perigos e práticas seguras, o Grupo investe em mecanismos para informar, formar e apelar à participação dos colaboradores no desenvolvimento, implementação e avaliação da saúde e segurança no local de trabalho.

Em Portugal, e para além das sessões gerais, os colaboradores são formados em processos e equipamentos específicos como a condução de equipamentos de transporte, elevação de cargas, resposta a emergência ou a operação de plataformas elevatórias. Como forma de chegar a mais colaboradores,

¹⁵⁴ Os riscos profissionais destes locais de trabalho e das tarefas neles desenvolvidas passam, entre outras, pela exposição a ambientes térmicos desfavoráveis, com possíveis lesões vasculares, pelo esforço físico, com possíveis lesões musculoesqueléticas, e pelo contacto com máquinas, com possíveis traumatismos, feridas e eletrocussões.

alguns destes cursos foram enriquecidos com uma componente de e-learning e prática em contexto real de trabalho. No total, em Portugal, foram formadas 22.400 pessoas. Os colaboradores foram também convidados a dar a sua opinião no questionário anual de SST sobre equipamentos, condições dos locais de trabalho e medidas implementadas.

Na Polónia, os programas educacionais e sessões de formação focaram-se nas causas mais comuns de incidentes tais como a manipulação inapropriada de equipamentos ou a adoção de comportamentos arriscados. Foram formadas 33.277 pessoas. A Biedronka conta com 18 equipas de saúde e segurança regionais, constituídas por representantes dos trabalhadores, responsáveis pela implementação e manutenção do sistema de SST. Na Hebe, existe um Comité de Saúde e Segurança, composto por representantes da gestão da empresa e dos colaboradores, que se reúne quatro vezes por ano.

Na Colômbia, foram formados 526 líderes em programas de SST nas lojas, com foco na promoção de mudanças comportamentais nas operações. Nos centros de distribuição, 148 líderes participaram no programa "Prepare Su Cuerpo", que inclui um aquecimento prévio à jornada de trabalho e pausas ativas. Esta iniciativa gerou uma diminuição de 43% na taxa de absentismo relacionada com acidentes de trabalho e um decréscimo de 9% da sua frequência. De referir ainda a Copasst, uma Comissão de Saúde e Segurança no Trabalho que promove a proximidade e conhecimento das principais situações que possam afetar a saúde e segurança dos colaboradores.

A tabela seguinte sumariza os esforços do Grupo na prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais. De salientar o aumento de 27,6% nos exames médicos e 81,6% das horas de formação em SST. Por outro lado, registou-se um decréscimo de 33,8% das auditorias devido maioritariamente ao decréscimo de controlos associados ao Covid-19 na Polónia.

Iniciativas de Prevenção, Minimização e Mitigação de Risco

| | Auditorias | | | Simulacros | | |
|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Grupo | 1.672 | 14.534 | 9.625 | 1.932 | 3.257 | 3.330 |
| Portugal | 594 | 561 | 567 | 211 | 298 | 265 |
| Polónia | 981 | 13.301 | 8.297 | 1.564 | 2.203 | 2.231 |
| Colômbia | 97 | 672 | 761 | 157 | 756 | 834 |

| | Exames Médicos | | | Volume de Formação* | | |
|--------------|----------------|---------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Grupo | 122.126 | 98.580 | 125.769 | 69.849 | 185.581 | 337.079 |
| Portugal | 29.899 | 21.871 | 30.878 | 14.514 | 36.624 | 62.034 |
| Polónia | 85.264 | 70.533 | 86.302 | 37.435 | 118.852 | 240.266 |
| Colômbia | 6.963 | 6.176 | 8.589 | 17.900 | 30.105 | 34.779 |

* Volume de formação corresponde ao produto do número de horas realizadas pelo número de participantes em formação.

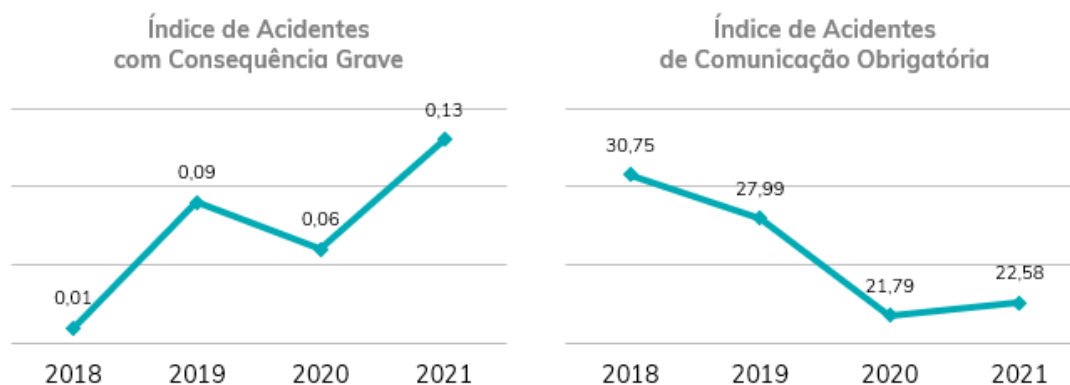
Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho

[GRI 403-1]

A implementação de sistemas de saúde e segurança certificados permite a melhoria contínua dos procedimentos. Na Biedronka o trabalho no âmbito da SST é suportado por um sistema de saúde e segurança certificado pela ISO 45001:2018. Esta certificação é válida para todos os locais de trabalho, incluindo lojas, centros de distribuição, fábrica de sopas e escritórios. O sistema é constituído por diversos procedimentos, instruções e processos que estão em constante atualização. Em 2021 foram introduzidos cerca de 1.500 novos procedimentos e instruções. Em Portugal, o Pingo Doce e o Recheio iniciaram em 2021 o processo de certificação na mesma norma.

O aumento mais acentuado no índice de acidentes de consequência grave regista-se na Polónia onde, em 2021, os acidentes tiveram maioritariamente impacto ao nível das articulações, com tratamentos e tempos de recuperação mais longos. Devido à pandemia, muitos destes procedimentos, tais como intervenções cirúrgicas, tiveram de ser adiados, aumentando os tempos de ausência dos colaboradores.

Indicadores de Sinistralidade



Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)/Total de Horas Trabalhadas) x 10³. São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias. Não estão incluídos trabalhadores que não sejam colaboradores do Grupo.

Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Total de Horas Trabalhadas) x 10⁶. Não estão incluídos trabalhadores que não sejam colaboradores do Grupo.

6.3.8. Conciliar os Contextos Profissionais e Pessoais

A relação com o empregador, o local e os modelos de trabalho têm um impacto significativo na vida das pessoas. Indo além dos requisitos legais, o Grupo Jerónimo Martins procura assegurar a harmonia na vida dos colaboradores promovendo o seu bem-estar, novas formas de trabalhar e ambientes de trabalho saudáveis.

A pandemia acelerou a importância que o bem-estar ocupa na vida das organizações e o Grupo conta já com várias iniciativas para a sua promoção. Com o intuito de estabelecer uma estratégia integrada para todas as companhias, foi criada, em 2021 uma nova área funcional nos Recursos Humanos Corporativos totalmente dedicada a este tema: a área de *Engagement & Wellbeing*.

[GRI 403-6]

O Grupo procura ativar o bem-estar dos colaboradores nas dimensões física, mental e social através de espaços vocacionados para a prevenção e reabilitação física, assim como da promoção de iniciativas no âmbito da saúde e do exercício físico.

Em 2021, no centro de distribuição da Azambuja (em Portugal), foi criado um Centro de Reabilitação e Prevenção que serve 400 colaboradores, num investimento de cerca de 150 mil euros. Este centro assegura a prevenção e tratamento de doenças musculoesqueléticas através de serviços de fisioterapia, ginásio e nutrição.

Em Portugal, os colaboradores dos serviços centrais beneficiam do *Wellbeing Centre*, que presta diversos serviços de bem-estar e que podem ser utilizados de forma conveniente a diferentes horas do dia. Em 2021 foi também aberta a Clínica Jerónimo Martins, que presta serviços em valências como medicina geral, terapias não convencionais e nutrição.

Na Polónia, a Academia de Saúde da Biedronka contou com 47 fisioterapeutas que apoiaram cerca de 8.400 colaboradores dos centros de distribuição e escritórios.

No sentido de dar resposta ao exigente contexto que se vive, o Grupo e as suas companhias asseguraram igualmente respostas internas às necessidades dos colaboradores relacionadas com a saúde mental, nomeadamente:

- o apoio psicológico prestado por especialistas, tendo chegado a mil pessoas em Portugal;
- o projecto “Spokojna Głowa” (Mente Pacífica) da Biedronka, reforçado em 2021 com vídeos e podcasts sobre temas como motivação, gestão do stress, *mindfulness*, relaxamento e estilos de vida saudáveis (estes conteúdos tiveram mais de 15.600 visualizações);
- a Semana do Bem-Estar na Hebe, com *webinars* sobre nutrição, sono, saúde mental e literacia financeira;
- a linha de apoio totalmente dedicada a questões de natureza psicológica acessível aos colaboradores da Ara.

As comunidades e competições de desporto têm vindo a ganhar relevância como forma de promover um estilo de vida saudável e reforçar o espírito de equipa. Em Portugal nasceu a comunidade “Loucos por Corrida” e, na Polónia, 1.415 colaboradores participaram em desafios desportivos.

Para facilitar a integração da vida profissional e da vida pessoal, a Direção Executiva do Grupo aprovou, em 2021, a Política de Trabalho Flexível. Esta política visa enquadrar soluções de trabalho flexível na organização para responder às necessidades dos colaboradores de escritório, e está alinhada com os desafios futuros do trabalho. No âmbito desta política são consideradas práticas como a flexibilidade no horário de entrada e saída, e o trabalho remoto.

O Pingo Doce tem implementado o regime do Banco de Horas, que permite aos colaboradores das operações disporem de tempos adicionais de descanso como contrapartida pelo trabalho extra realizado além do período normal. Cerca de 27 mil colaboradores utilizaram esta medida.

Em Portugal disponibilizam-se ainda três creches onde os colaboradores podem deixar os seus filhos enquanto trabalham. As creches funcionam em Braga, Azambuja e Alfena, e receberam 278 crianças. Estas crianças têm ainda à sua disposição consultas gratuitas de pediatria e terapia da fala.

6.3.9. Apoiar os Colaboradores e suas Famílias

O Grupo mantém o compromisso de apoiar e promover a qualidade de vida dos colaboradores e das suas famílias, sobretudo em momentos de vulnerabilidade. Este compromisso é concretizado através de um investimento contínuo em Responsabilidade Social Interna (RSI), que promove respostas estruturantes em três áreas: saúde, educação e bem-estar familiar. Em 2021, o investimento em RSI, em Portugal e na Polónia, ascendeu a cerca de 25,6 milhões de euros¹⁵⁵ (mais 29,1% do que no ano anterior).

Investimento em Responsabilidade Social Interna

| Eixos de Atuação RSI | Investimento (em euros) | |
|----------------------|-------------------------|-------------------|
| | 2021 | 2020 |
| Total | 25.639.879 | 19.857.216 |
| Saúde | 1.705.220 | 1.203.695 |
| Educação | 3.838.639 | 1.000.738 |
| Bem-estar Familiar | 20.096.020 | 17.652.783 |

¹⁵⁵ Na Polónia, 99% do valor investido nestes programas é suportado pelo Fundo Social, previsto na lei local, e que determina um valor per capita a atribuir aos colaboradores pelas empresas.

Saúde

Em Portugal, o Grupo investiu 131 mil euros no programa “Famílias Especiais”, destinado aos filhos dos colaboradores até aos 25 anos, com necessidades especiais e/ou doenças neurológicas. O programa permite o acesso a terapias complementares e abrangeu 113 crianças e jovens.

De modo a apoiar os colaboradores com doença oncológica, foram investidos 83,5 mil euros no programa “Mais Vida”, que permitiu a 48 colaboradores terem acesso a consultas de segunda opinião, apoio domiciliário, transporte e apoio psicológico ao agregado familiar. O apoio à saúde oral foi assegurado através do programa “SOS Dentista”, num investimento de 374 mil euros.

Na Polónia, a iniciativa “Mali Bohaterowie” (Pequenos Heróis) destina-se a auxiliar os filhos de colaboradores com algum tipo de necessidade especial, através da oferta de equipamento de reabilitação, programas de reabilitação psicomotora e apoio à prestação de serviços médicos. Foram investidos cerca de 259 mil euros no apoio a 298 crianças.

Como forma de apoiar financeiramente os processos de tratamento ou a recuperação de doenças graves crónicas, 113 colaboradores foram abrangidos pelo programa “Wracaj do Zdrowia” (Melhoras Rápidas), ao qual foram alocados mais de 61 mil euros.

Educação

Os campos de férias foram reativados após a interrupção de 2020. Este programa nasceu da necessidade de responder às preocupações dos colaboradores que, nestes períodos, têm maior dificuldade em assegurar a vigilância e ocupação dos seus filhos. Em Portugal participaram 1.497 crianças e o investimento ascendeu a cerca de 886 mil euros. Na Polónia, os programas “Wakacje z Biedronką” (Férias com a Biedronka) e “Hello Biedronka” juntaram 1.459 crianças, o que correspondeu a um investimento de aproximadamente 592 mil euros.

Em Portugal e na Polónia, o Grupo suportou a compra de computadores e tablets para os filhos dos colaboradores. No total foram adquiridos 4.506 equipamentos, num investimento de mais de 1,9 milhões de euros.

Os pais foram ainda apoiados com vouchers para a compra de material escolar ou com a oferta de kits escolares. Em Portugal foram atribuídos 20.458 vouchers, num montante total de 130 mil euros. Na Polónia foram investidos 82 mil euros na oferta de 3.851 kits escolares.

Especificamente em Portugal, foi disponibilizado o “Espaço de Estudo Online” a 426 crianças e concedidas bolsas de estudo a 28 colaboradores e 67 filhos de colaboradores, correspondendo a um investimento total de 175 mil euros.

Bem-estar Familiar

O Fundo de Emergência Social (FES) apoiou 1.586 colaboradores. Este fundo, sem contrapartidas para o Grupo, garante resposta a situações de carência alimentar, violência doméstica e familiar, desalojamento, desemprego de um familiar, situações de divórcio, entre outras. Com uma análise feita caso a caso, as assistentes sociais envolvidas no FES desenvolvem planos específicos para a reorganização e autonomia de cada família. Em 2021, foram investidos mais de 1,3 milhões de euros no FES.

Na Biedronka, o programa “Możesz Liczyć” (Podes Contar com a Biedronka) apoiou financeiramente atuais e antigos colaboradores. Foram concedidos 4.767 subsídios, num investimento de 1,4 milhões de euros. Foram ainda atribuídos apoios sociais a 67.717 colaboradores através de cartões pré-pagos a serem utilizados nas lojas Biedronka ou Hebe, a que corresponde um valor aproximado de 2,8 milhões de euros.

A Biedronka apoiou também os seus colaboradores reformados através do programa “Biedronka dla Seniora” (Biedronka para Reformados). Esta iniciativa foi criada para ajudar financeiramente os pensionistas que, por já não estarem a trabalhar, tiveram uma redução significativa do seu rendimento. Através da oferta de um cartão pré-pago para compras nas lojas Biedronka e Hebe, foram apoiados 45 pensionistas e investidos mais de 13 mil euros.

Para melhorar o conforto e a segurança das famílias com filhos até 18 anos cujos progenitores (colaboradores) já faleceram, a Biedronka atribuiu um subsídio financeiro único. Em 2021 foram apoiadas 17 crianças com um investimento de 75 mil euros. O valor remanescente foi alocado a outras iniciativas, nomeadamente à celebração de festividades como o Natal.

Apoio Social na Colômbia

Na Colômbia, no âmbito do programa “Fiado”, os colaboradores podem aceder a crédito para comprar bens de primeira necessidade nas lojas, que depois são descontados dos seus salários mensais. Durante o ano de 2021, 4.903 colaboradores recorreram a este programa. Adicionalmente, a companhia dispõe de um “Fundo del Empleado” (Fundo do Empregado) – uma entidade independente com 340 afiliados que permite, entre outros propósitos, apoiar os colaboradores nas suas necessidades e das suas famílias.

6.3.10. Incluir Pessoas em Desvantagem

O Grupo Jerónimo Martins tem vindo a fazer um trabalho consistente de inclusão de pessoas em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, criando oportunidades de formação e emprego que são determinantes na construção de uma sociedade que se quer mais justa. Com este propósito, o Grupo tem implementado um conjunto de programas, metodologias e infraestruturas que permitem aumentar o recrutamento de minorias e melhorar a sua integração e retenção.

Duas companhias em Portugal, a JMH e o Recheio, foram distinguidas como marca Entidade Empregadora Inclusiva pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional¹⁵⁶. Os programas de inclusão no mercado de trabalho, a adequação das infraestruturas e a adaptação das ferramentas de comunicação interna para serem acessíveis a todos estão entre as iniciativas valorizadas.

Em 2021, o Grupo internalizou competências de recrutamento e desenvolvimento de pessoas com deficiência com a contratação de três técnicas de reinserção social especialistas na preparação e integração destas pessoas no mercado de trabalho. Estas colaboradoras estão inteiramente dedicadas à gestão destes processos para todas as companhias em Portugal.

Centro Incluir

É um centro de formação, em Lisboa, dedicado ao desenvolvimento de competências sociais, relacionais e técnicas de pessoas em posição de vulnerabilidade no acesso ao mercado de trabalho. Dedicar-se à inovação social para potenciar a empregabilidade de pessoas com deficiência e inclui, por exemplo, uma zona que reproduz uma loja e permite simular as principais tarefas operacionais.

Este centro, fruto de um investimento de 422 mil euros, opera com base em metodologias de desenvolvimento e formação inovadoras, customizadas a cada formando e adaptadas às funções que poderão ser desempenhadas nos negócios do Grupo. A metodologia foi desenvolvida internamente pela equipa dedicada à inclusão e assenta nas melhores práticas de mercado.

Através do Centro Incluir, o Grupo Jerónimo Martins está a contribuir, através do seu exemplo, para fortalecer uma cultura de inclusão na sociedade.

Lançado em 2015 em Portugal, o programa “Incluir” pretende criar oportunidades de trabalho para: i) pessoas com deficiência; ii) migrantes e refugiados; iii) pessoas em situação social de risco. Engloba um modelo de formação prática em contexto de trabalho, tutoria dos formandos e acompanhamento nas sessões de formação e contratações. Os tutores e as equipas de loja têm formação específica para apoiarem a inclusão destas pessoas. Para suportar o programa, o Grupo trabalha com uma rede consolidada de 52 instituições e parceiros. Em 2021, foram contratadas 145 pessoas e formadas 70.

A colaboração com o projecto “Search” manteve-se em 2021, tendo sido impactadas dez pessoas. Este projeto, uma parceria com a Cooperativa Focus, vai na sua 4.ª edição e promove a empregabilidade de

¹⁵⁶ Critérios: i) recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional; ii) manutenção e retoma do emprego; iii) acessibilidades; iv) serviços e relação com o exterior.

jovens com deficiência mental através de um modelo de transição escola-trabalho. Desde a sua implementação, a iniciativa já envolveu 42 jovens, 22 dos quais foram contratados.

O Grupo implementou ainda o “Programa Individual de Estudos Multidisciplinares”, uma parceria com a Universidade de Aveiro que promove o acesso ao ensino superior e posterior integração profissional de pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento. Esta iniciativa tem a duração de dois anos e inclui dois estágios no Grupo bem como o financiamento do salário do coordenador-tutor e das propinas dos alunos. Em 2021, seis alunos foram abrangidos, num total investido superior a 10 mil euros.

Como forma de integrar os imigrantes vindos da Europa de Leste, maioritariamente da Ucrânia, a Biedronka conta com uma equipa dentro da área de recrutamento totalmente dedicada à contratação e integração de colaboradores estrangeiros, suportando nomeadamente os seus processos de legalização. Em 2021, foram recrutadas 808 pessoas de nacionalidade ucraniana. Para apoiar a integração destes colaboradores, os canais de recrutamento, programas de indução e sistemas de checkout nas lojas encontram-se traduzidos para ucraniano.

6.3.11. Agir Eticamente

[GRI 406-1, 409-1]

A atuação do Grupo é pautada pelo respeito pela lei e por princípios como a honestidade, integridade, transparência, independência e cooperação na relação com os stakeholders. No que se refere aos colaboradores, são seguidas as diretrizes das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, valorizando a diversidade e o direito à não discriminação em todas as suas formas, à igualdade de oportunidades, a uma remuneração justa, a um ambiente de trabalho seguro e saudável, ao descanso, à privacidade e à vida pessoal e familiar.

[GRI 102-41, 407-1]

O Grupo respeita outros direitos inalienáveis como a liberdade de associação, a atividade sindical e a contratação coletiva. Em Portugal, a contratação coletiva abrange 99% dos colaboradores¹⁵⁷. Na Polónia, a Biedronka manteve negociações com quatro sindicatos e tem também uma “Política Sindical” para promover um diálogo social eficiente, efetivo e alinhado com a legislação local.

[GRI 408-1, 409-1, 411-1]

O Grupo respeita os direitos dos povos indígenas e previne os riscos de trabalho forçado e de trabalho infantil através de mecanismos para assegurar que as companhias não contratam pessoas abaixo da idade permitida, garantindo o cumprimento das legislações locais e supranacionais.

Na gestão das pessoas, o Grupo tem 71 políticas corporativas e locais que reforçam o alinhamento entre geografias no cumprimento das legislações e regulamentações, e que promovem princípios de justiça, meritocracia, ética e sustentabilidade na criação de valor para o colaborador. Destacam-se as diretrizes “Labour Fundamentals”, que pretendem assegurar o respeito e promoção dos direitos humanos e laborais dos colaboradores para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável, seguro e equilibrado. Assim, estas diretrizes clarificam os princípios internacionais fundamentais a serem respeitados, definem o que é esperado em termos de políticas e procedimentos de recursos humanos e promovem a existência de mecanismos de controlo e reporte.

[GRI 406-1]

Salienta-se também a existência, em Portugal, de diretrizes para a “Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação”, focadas na gestão e combate a situações desta natureza, e a “Política de Intervenção em Situações de Violência Doméstica”, que define a metodologia e canais de suporte aos colaboradores nesta situação. Esta metodologia inclui o desenho de um plano de ação integrado e a ligação aos apoios existentes na comunidade.

¹⁵⁷ Apenas em Portugal uma vez que na Polónia e na Colômbia não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às sociedades do Grupo, correspondendo, assim, a 28% do total de colaboradores do Grupo.

A Comissão de Ética¹⁵⁸ é um órgão independente com a missão de acompanhar a divulgação e o cumprimento das normas e princípios do Código de Conduta¹⁵⁹ e da Política Anticorrupção¹⁶⁰. Estas duas peças contêm os princípios éticos e deontológicos pelos quais se devem reger os colaboradores do Grupo, independentemente do nível hierárquico, da função ou do país em que trabalham.

Comunicação e Formação

[GRI 205-2, 412-2]

No acolhimento de todos os colaboradores, o Grupo partilha o Código de Conduta para consciencializá-los sobre os princípios éticos a seguir. Durante o ano de 2021, a Política Anticorrupção passou a ser comunicada aos colaboradores na sua entrada, sendo solicitada a formalização da tomada de conhecimento. Para além da formação em Código de Conduta, o Grupo desenvolveu um programa de formação em Política Anticorrupção em dois formatos de participação obrigatória: e-learning e formação avançada para funções críticas.

Em 2021, o Grupo promoveu também sessões de formação específicas sobre legislação laboral, como forma de melhorar o conhecimento e compreensão das regulações e direitos dos colaboradores, conforme apresentado no quadro seguinte.

| | Formação Avançada em Política Anticorrupção para Funções Críticas | | | Formação em Código de Conduta | Formação em Legislação Laboral |
|--------------|---|----------------------------|----------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| | Colaboradores Identificados | Colaboradores Formados (N) | Colaboradores Formados (%) | | |
| Grupo | 993 | 840 | 84,6% | 6.733 | 1.232 |
| Portugal | 415 | 267 | 64,3% | 3.401 | 257 |
| Polónia | 386 | 386 | 100% | - | 975 |
| Colômbia | 192 | 187 | 97,4% | 3.332 | - |

Quanto à formação avançada em Política Anticorrupção para funções críticas, Portugal regista a diferença mais significativa entre colaboradores identificados e formados. Esta não chegou a todos os colaboradores identificados devido a constrangimentos que impactaram a disponibilidade dos facilitadores internos, resultando em menos sessões do que as inicialmente planeadas. Em 2022 será garantida a formação aos restantes colaboradores.

Embora na Polónia não tenha sido dada formação em Código de Conduta, todos os novos colaboradores recebem um folheto explicativo e as companhias apresentam periodicamente informação sobre o seu conteúdo. De salientar ainda que o Grupo estabeleceu o compromisso de, até 2023, ter implementado um módulo formativo sobre o Código de Conduta disponível para todos os colaboradores e um programa de formação global sobre direitos humanos e laborais para os colaboradores a ocupar cargos de gestão. Adicionalmente, na Colômbia, os colaboradores foram formados em políticas relacionadas com o Sistema de Autocontrolo e Gestão de Risco na Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e o Tratamento de Informação Pessoal. No total foram formados 6.699 colaboradores.

Mecanismos de Resolução

O Grupo coloca à disposição dos colaboradores diferentes mecanismos que permitem a denúncia de questões ligadas à agressão, assédio moral e sexual, conflito de interesses, corrupção, discriminação, fraude, práticas negociais abusivas e utilização indevida de informação. Todas as situações reportadas são analisadas e investigadas, sendo posteriormente criados planos de ação. É garantida a confidencialidade das comunicações, seja por telefone ou email. Um desses mecanismos é o website da Comissão de Ética¹⁶¹.

¹⁵⁸ Página da "Comissão de Ética" contendo a composição, regulamento e responsabilidades está disponível no nosso website corporativo.

¹⁵⁹ Informação adicional no website corporativo do Grupo, na página "Código de Conduta".

¹⁶⁰ A "Política Anticorrupção" está disponível no nosso website corporativo.

¹⁶¹ O website da Comissão de Ética está disponível em comissaodeetica.jeronimomartins.com

Na Polónia e na Colômbia existem ainda outros órgãos que recebem e investigam queixas sobre temas específicos. A Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual na Polónia investigou 68 queixas em 2021, das quais foram resolvidas 63. Na Colômbia, o Comité de Convivência Laboral, que investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais, recebeu e resolveu oito queixas.

Em cada uma das geografias os colaboradores têm à sua disposição o Serviço de Atendimento ao Colaborador para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos direitos.

| | Contactos/procedimentos iniciados | | | % de contactos/procedimentos concluídos | | |
|--------------|-----------------------------------|---------------|---------------|---|------------|------------|
| | 2019 | 2020 | 2021 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Grupo | 39.320 | 60.724 | 64.385 | 97% | 96% | 98% |
| Portugal | 20.963 | 34.575 | 39.845 | 99% | 97% | 99% |
| Polónia* | 8.975 | 11.804 | 8.995 | 96% | 97% | 92% |
| Colômbia | 9.382 | 14.345 | 15.545 | 89% | 93% | 98% |

*Não inclui contactos relativos a processamento salarial/questões administrativas ou pedidos de apoio ao Fundo Social.

7. Compromissos para 2021-2023

| Pilar de atuação | Compromisso 2021-2023 | Progresso em 2021 |
|-----------------------------------|---|---|
| Promover a Saúde pela Alimentação | <p>Em todos os países, desenvolver alternativas alimentares destinadas a consumidores com necessidades/preferências alimentares específicas, como soluções veganas, sem lactose e/ou sem glúten.</p> <p>Garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao benchmark (ou best in class), de acordo com o país de operação. Na Colômbia, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior a este benchmark até 2025.</p> | <p>Cumprido. Em 2021, as Companhias do Grupo tinham à venda 1.134 produtos sem glúten (10 dos quais novos), 62 sem lactose (12 dos quais novos), e 201 para veganos/vegetarianos (incluindo perecíveis, 50 dos quais novos).</p> <p>Em progresso. No momento de lançamento dos produtos, muitos podem ter um perfil nutricional considerado pelas Companhias como sendo superior ao benchmark (ou best in class) e, por motivos de dinâmica concorrencial, ser progressivamente (no mesmo ano ou em anos subsequentes) ajustado por concorrentes.</p> <p>Em 2021:</p> <ul style="list-style-type: none"> na Marca Própria da Polónia, 51% dos produtos* com benchmark estabelecido tinham um perfil superior ao mercado, 49% com igual perfil, sendo que outros (60 produtos) não tinham benchmark no mercado para comparação; na Marca Própria em Portugal, 83% dos artigos Pingo Doce e Amanhecer à venda mais consumidos por públicos infantis* tinham perfis semelhantes ao benchmark e 17% um perfil melhor; na Marca Própria na Colômbia, o estabelecimento de benchmarks para o reporte referente a 2022. <p>* a partir dos 3 anos de idade, com formatos e pictogramas apropriados no packaging para estas idades.</p> |
| | <p>Em Portugal e na Polónia, garantir a utilização da rotulagem voluntária "Sem OGM" para 75% das referências alimentares de Marca Própria contendo maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando assim os consumidores no seu processo de escolha (55% ano 1, 65% ano 2, 75% ano 3).</p> <p>Em Portugal e na Polónia, continuar a desenvolver programas de promoção dos princípios da dieta mediterrânica e de hábitos alimentares saudáveis, com base nas recomendações de especialistas locais e de sensibilização dos consumidores para a leitura dos rótulos dos alimentos.</p> | <p>Em progresso.</p> <ul style="list-style-type: none"> Marca Própria Polónia: 84% dos 32 produtos elegíveis (mais 44 p.p. face a 2020); Marca Própria Portugal: 10% dos 205 artigos elegíveis tinham este símbolo. <p>Cumprido. Em ambos os países, a adoção do símbolo Nutri-Score foi uma decisão que visou oferecer ao consumidor informação mais intuitiva sobre os perfis nutricionais de produtos pré-embalados de Marcas Próprias. Em Portugal e na Polónia, mais de 160 artigos já apresentavam este símbolo na face frontal da embalagem. Em Portugal, o Pingo Doce produziu 400 mil cópias do livro <i>Quatro Estações à Mesa com o Pingo Doce</i>, com 150 receitas que respeitam os princípios da dieta mediterrânica. Destaque para a campanha "Juliana da Semana", baseada na recomendação semanal de uma sopa enquadrada nos princípios desta dieta e ainda a parceria com a CUF para promover a saúde através da alimentação com o programa "A Saúde Alimenta-se" que dá a conhecer as propriedades de algumas frutas e legumes, numa alimentação diversificada e equilibrada. A Biedronka manteve as suas magazines trimestrais <i>Czas Na...</i>, cada uma com 120 receitas, com tiragens médias de 200 mil cópias, dedicadas à nutrição e estilos de vida mais saudáveis. Uma delas foi dedicada aos princípios da dieta mediterrânica.</p> |

| Pilar de atuação | Compromisso 2021-2023 | Progresso em 2021 |
|------------------------------------|--|--|
| | <p>Em Portugal e na Polónia, garantir que 90% dos produtos de Marca Própria não contêm corantes artificiais nos seus ingredientes diretos, até 2023.</p> | <p>Em progresso. Marca Própria Portugal: 99,2%. Marca Própria Polónia: 93%. Perecíveis Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • matérias-primas usadas nas cozinhas centrais: 99,1%; • matérias-primas usadas nos restaurantes, takeaway e sushi: 100% • padaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%; • matérias-primas de fabrico (loja e fábrica): 94,5% • pastelaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 95,6%. <p>Perecíveis Polónia: na Padaria, 99%.</p> |
| | <p>Em Portugal e na Polónia, garantir que 90% dos produtos de Marca Própria não contêm intensificadores de sabor artificiais nos seus ingredientes diretos, até 2023.</p> | <p>Em progresso. Marca Própria Portugal: 98,3%. Marca Própria Polónia: 89%. Perecíveis Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • matérias-primas usadas nas cozinha centrais: 99,6%; • matérias-primas usadas nos restaurantes, takeaway e sushi: 98,8%; • padaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 100%; • matérias-primas de fabrico (loja e fábrica): 100%; • pastelaria vendida com etiqueta Pingo Doce: 97%. <p>Perecíveis Polónia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Matérias-primas padaria: 100%; • carne: 100%; • fruta e legumes: 100%; • peixe: 100%. |
| | <p>Em Portugal e na Polónia, posicionar as Companhias como promotoras do envelhecimento saudável, através da democratização do acesso a produtos alimentares de Marca Própria que respondam a necessidades nutricionais e dietéticas reconhecidas internacionalmente para os grupos etários +50.</p> <p>Na Hebe, no âmbito da promoção da saúde através da formulação de produtos cosméticos, desenvolver alternativas de Marca Própria sem ingredientes de origem animal destinadas a consumidores com necessidades/preferências específicas.</p> | <p>Em progresso. Marca Própria Portugal: lançado o leite magro sem lactose Pingo Doce, enriquecido com Ómega-3, fibra, selénio e magnésio para pessoas com mais de 50 anos, uma fórmula exclusiva desenvolvida pelo Pingo Doce e apoiada pela Fundação Portuguesa de Cardiologia.</p> <p>Cumprido. Em 2021, lançaram-se 21 produtos sem ingredientes de origem animal, sendo aptos para veganos. O total desta gama ascendeu a 27 referências em cumprimento do Regulamento Europeu (EU) para Cosméticos no. 1223/2009 (segurança de produto e rotulagem) assim como do Regulamento Europeu (EU) no. 655/2013 para os critérios comuns de alegações em produtos cosméticos.</p> |
| <p>Respeitar o Ambiente</p> | <p>Na Hebe, no âmbito da promoção da saúde através da formulação de produtos cosméticos, assegurar que os produtos Hebe Naturals têm pelo menos 90% de ingredientes naturais na sua composição (em linha com a ISO 16128).</p> <p>Aumentar o número de locais com certificação ambiental para pelo menos 60% do total de centros de distribuição e unidades industriais*, até 2023.</p> <p><small>* Fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábricas de sopas e a fábrica de lacticínios da Terra Alegre.</small></p> | <p>Cumprido. Num total de seis referências à venda da gama Hebe Naturals, 100% tinham em ≥90% da sua composição ingredientes naturais (em linha com a ISO16128). Adicionalmente, a produção destes artigos segue a norma ISO 22716 sobre Good Manufacturing Practices for Cosmetics.</p> <p>Em progresso. Em 2021, 61% dos centros de distribuição e unidades industriais tinham certificação ambiental:</p> |

Pilar de atuação Compromisso 2021-2023

Progresso em 2021

| Locais | 2021 | | 2020 | |
|------------------------------------|------------|-----------|------------|-----------|
| | ISO 14001 | Total | ISO 14001 | Total |
| Centros de distribuição (#) | 20 | 30 | 20 | 30 |
| • Ara | 0 | 5 | 0 | 5 |
| • Biedronka | 16 | 16 | 16 | 16 |
| • Hebe | 0 | 1 | 0 | 1 |
| • Pingo Doce e Recheio | 4 | 8 | 4 | 8 |
| • JMA | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Unidades industriais (#) | 2 | 6 | 1 | 6 |
| • Ara | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Biedronka | 0 | 1 | 0 | 1 |
| • Hebe | 0 | 0 | 0 | 0 |
| • Pingo Doce e Recheio | 1 | 4 | 1 | 4 |
| • JMA | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Total Certificado (%) | 61% | | 58% | |

Para garantir que os procedimentos de gestão ambiental são cumpridos e para identificar oportunidades de melhoria, realizamos auditorias a lojas, armazéns, centros de distribuição e demais unidades operacionais. Em 2021, foram realizadas 6.498 auditorias ambientais (5.621 na Biedronka, 635 na Ara, 231 no Pingo Doce, 11 no Recheio e 5 na JMA), mais 7% do que em 2020. A pontuação média foi de 93%, um aumento de 2 p.p. face a 2020. São definidas ações corretivas para todos os casos em que a pontuação não atinge os 100%.

Reduzir a pegada de carbono do Grupo (âmbitos 1 e 2) em pelo menos 40% até 2023 (por 1.000 euros de vendas), face a 2017.

Reduzir o consumo de energia em 10% até 2023 (por 1.000 euros de vendas), face a 2017.

Reduzir o volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% até 2023 (em megalitros por milhão de euros de vendas), face a 2017.

Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos até 2023.

Garantir que pelo menos 12% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de Ecodesign até 2023, face ao sortido de 2020.

Garantir uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2023.

Em progresso. Em 2021, a redução da pegada de carbono do Grupo, por 1.000 euros de vendas, foi de 48%, face a 2017.

Em progresso. Em 2021, a redução do consumo de energia, por 1.000 euros de vendas, foi de 11%, face a 2017.

Em progresso. Em 2021, a redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição, por milhão de euros de vendas, foi de 21%, face a 2017.

Em progresso. Em 2021, o desperdício alimentar do Grupo aumentou para 17,6 kg por cada tonelada de alimentos vendidos, 9% acima do limite definido.

Em progresso. Em 2021 foram finalizados 209 projetos de ecodesign de embalagens de produtos de Marca Própria. O valor acumulado, desde 2011, corresponde a 743 embalagens desenvolvidas de acordo com estratégias de ecodesign, o que corresponde a 11,8% do sortido de 2020.

Em progresso. Em 2021, a taxa de valorização de resíduos fixou-se em 85,8%, ou seja, 0,8 p.p. acima da meta definida para o triénio 2021-2023.

| Pilar de atuação | Compromisso 2021-2023 | Progresso em 2021 |
|-------------------------------------|--|---|
| | <p>Apoiar pelo menos um projeto de conservação da natureza em cada um dos países onde temos operações e divulgar os respetivos resultados anualmente.</p> <p>Reduzir em 5%, até 2023, o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas), face a 2018.</p> | <p>Cumprido. No total, o Grupo apoiou, em 2021, 14 projetos de conservação da natureza (7 em Portugal, 3 na Colômbia e 4 na Polónia).</p> <p>Em progresso. Em 2021, a redução do consumo específico de plástico (t/milhão de euros de vendas) foi de 15%, face a 2018.</p> |
| | <p>Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 10% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2023.</p> <p>Reduzir em 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO₂e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020.</p> | <p>Em progresso. Em 2021 o conteúdo de plástico reciclado foi de 7% nas embalagens sob a nossa responsabilidade, um aumento de 1,5 p.p. face a 2020.</p> <p>Em progresso. Em 2021, foi registada uma emissão de 5,63 toneladas de carbono por mil paletes na operação de transporte de mercadorias entre centros de distribuição e lojas, registando uma redução de 3,7% face a 2020.</p> |
| Comprar com Responsabilidade | <p>Garantir que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.</p> <p>Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023.</p> | <p>Cumprido. Em 2021, 89% dos produtos alimentares comercializados pelo Grupo foram adquiridos a fornecedores locais.</p> <p>Em progresso. Em 2021, as vendas de produtos e/ou embalagens das Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade representaram 7,8%.</p> |
| | <p>Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, e com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros no período 2021-2023.</p> <p>Contribuir para os objetivos do Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum (CGF). No âmbito dos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis e para cada uma das commodities consideradas foram definidos os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de palma: continuar a assegurar a certificação 100% RSPO nas Companhias em Portugal e na Polónia. Na Colômbia, assegurar o cumprimento das diretrizes definidas no “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia” do Governo colombiano. • Soja: diminuir em 50% a soja de origem desconhecida para 16% do total da soja direta e indireta utilizada. Reduzir a soja proveniente de países com risco de desflorestação para 25% e/ou assegurar a sua origem sustentável (ex., certificação RTRS ou ProTerra, ou através de outras iniciativas multi-stakeholder que promovam a preservação dos ecossistemas nas principais áreas de produção deste ingrediente). • Carne bovina: reduzir a incerteza associada à origem de carne bovina para 2,5% do total de compras deste ingrediente. Para a carne bovina com origem do Brasil, e em colaboração com os fornecedores, promover a adoção de políticas e ações de combate à desflorestação. • Papel e madeira: assegurar a certificação de sustentabilidade (ex., FSC® ou PEFC) em 80% das fibras virgens utilizadas em produtos e em 70% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens, em colaboração com os nossos fornecedores. | <p>Em progresso. Em 2021, foram realizadas auditorias a 67 fornecedores que representaram 7,4% do total dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis.</p> <p>Em progresso. Em 2021, o Grupo teve o seguinte desempenho nas suas Marcas Próprias e perecíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Óleo de palma: as Companhias em Portugal e Polónia mantiveram a certificação RSPO em 100% do óleo de palma utilizado. Na Colômbia, a Ara tornou-se membro do “Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia” e irá iniciar o rastreamento deste ingrediente até à exploração agrícola onde foi produzido. • Soja: foi possível reduzir a soja de origem desconhecida para 15% do total de soja (direta e indireta). 52% do total de soja é proveniente de países com risco de desflorestação e, desta, 17% apresenta certificação de sustentabilidade (ex., RTRS). Foi ainda iniciado um projeto, em parceria com a Nestlé e o IPAM para desenvolver um modelo de governo para a produção agrícola de baixo carbono e conservação de ecossistemas naturais junto de pequenos produtores e populações indígenas no Estado do Mato Grosso (Brasil). • Carne bovina: foi possível mapear toda a carne bovina utilizada até, pelo menos, ao país de origem. Com base neste trabalho foi possível aferir que 0,5% do total tinha origem no Brasil. Apesar da reduzida exposição que temos para este ingrediente, mantemos a nossa participação no grupo de |

| Pilar de atuação | Compromisso 2021-2023 | Progresso em 2021 |
|---|---|---|
| <p>Apoiar as Comunidades Envolventes</p> | <p>Assegurar a aplicação do Manual de Agricultura Sustentável em pelo menos 70 novas explorações em Portugal e na Polónia, garantindo um índice de sustentabilidade médio mínimo de 3,7 pontos (numa escala de 1 a 5, em que 5 é o máximo) para explorações com pelo menos duas avaliações durante o período 2021-2023.</p> | <p>trabalho de carne bovina, no âmbito do Forest Positive Coalition of Action do CGF.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papel e madeira: as fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e nas nossas embalagens detinham níveis de certificação de sustentabilidade (FSC® ou PEFC) de 81% e 70%, respetivamente. |
| | <p>Monitorizar e divulgar pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia Business for Societal Impact (B4SI).</p> | <p>Em progresso. Em 2021 foi aplicada a metodologia do Manual de Agricultura Sustentável a 21 novas explorações em Portugal. Para as explorações com duas ou mais avaliações, o índice médio de sustentabilidade foi de 3,7 (numa escala de 1 a 5, em que 5 equivale à pontuação máxima).</p> <p>Cumprido. Em 2021 foi possível monitorizar 89% dos apoios do Grupo. A monitorização e divulgação dos impactos resultantes dos apoios oferecidos pelo Grupo, de acordo com este modelo, encontra-se publicada neste documento – subcapítulo 5. “Apoiar as Comunidades Envolventes”, secção 5.2. “Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes” – e no website corporativo.</p> |
| <p>Ser um Empregador de Referência</p> | <p>Fortalecer o envolvimento em projetos sociais direcionados para crianças, jovens e idosos de contextos vulneráveis em todas as geografias e focados nos temas da saúde e da alimentação saudável, com o objetivo de impactar diretamente um milhão de pessoas até 2023.</p> | <p>Em progresso. Em 2021 as várias Companhias do Grupo apoiaram mais de 240 mil pessoas de contextos vulneráveis no que respeita à sua saúde e alimentação saudável. Com base na metodologia B4SI, estima-se que os apoios do Grupo (essencialmente focados em responder a emergências sociais e bem-estar social) tenham impactado cerca de 2,4 milhões de pessoas.</p> |
| | <p>Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares para organizações não-governamentais locais, abrangendo 70% das lojas.</p> | <p>Cumprido. As lojas com protocolo estabelecido com instituições locais para o encaminhamento de géneros alimentares totalizaram 3.000 no final de 2021. Este valor representa 71% das lojas da Companhia e um crescimento de 18% face a 2020.</p> |
| | <p>Desenvolver iniciativas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores, através de soluções que permitam o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional, e do apoio aos colaboradores e respetivas famílias.</p> | <p>Em progresso. Em 2021, para estabelecer uma estratégia integrada de bem-estar para todas as Companhias, o Grupo criou uma nova área corporativa de recursos humanos: Engagement & Wellbeing. Em linha com esta estratégia, o Grupo lançou iniciativas como o Centro de Reabilitação e Prevenção no centro de distribuição da Azambuja (Portugal), que serve 400 pessoas, num investimento total de 150 mil euros. Nos escritórios centrais, em Lisboa, de modo a complementar os serviços do Wellbeing Centre, o Grupo abriu a Clínica Jerónimo Martins com serviços de saúde tais como medicina geral, terapias alternativas e consultas de nutrição. Em 2021, foi ainda reforçado o apoio psicológico para o colaborador e família, através da disponibilização de consultas, linhas de apoio e materiais didáticos. Para promover a integração da vida pessoal e profissional, o Grupo aprovou uma Política de Trabalho Flexível para escritórios, incluindo práticas como a flexibilidade no horário de entrada e saída, e o trabalho remoto.</p> |
| | | <p>Compromisso reformulado para 2023: Promover, em todo o Grupo, a integração da vida pessoal e profissional, e um ambiente de trabalho</p> |

| Pilar de atuação | Compromisso 2021-2023 | Progresso em 2021 |
|------------------|---|---|
| | <p>Apoiar os colaboradores que se encontrem em situação de vulnerabilidade, por emergência social e/ou familiar através dos fundos existentes em cada geografia e de outras soluções de apoio local.</p> | <p>flexível e saudável, através da implementação da política de flexibilidade e da disponibilização de serviços de saúde mental a mais de 90% dos colaboradores. Adicionalmente, o Grupo pretende atingir um índice de bem-estar e um índice de compromisso global* igual ou superior a 75%.</p> <p><small>* Índice de Bem-estar e índice de compromisso global: medidos através do Global Engagement Survey, considerando o resultado da secção "Bem-estar" e o valor global de todas as secções, respetivamente.</small></p> <p>Em progresso. Em 2021 o Grupo manteve o apoio aos colaboradores e às suas famílias através da área de Responsabilidade Social Interna. Ao todo foram investidos 25,6 milhões de euros nos diferentes eixos de atuação: saúde, educação e bem-estar familiar. De ressaltar o investimento de 1,3 milhões de euros no Fundo de Emergência Social em Portugal, que apoiou 1.586 colaboradores, garantindo resposta a situações de vulnerabilidade. Na Polónia, o programa "Możesz Liczyć" (Podes Contar com a Biedronka) apoiou 4.767 colaboradores e antigos colaboradores, num investimento de 1,4 milhões de euros.</p> <p>Compromisso reformulado para 2023: Reforçar o apoio dado aos colaboradores em situação de vulnerabilidade por emergência social e/ou familiar, em todo o Grupo, garantindo que mais de 90% dos pedidos de emergência têm uma resposta e, dependendo da sua natureza, um plano de ação.</p> |
| | <p>Garantir que, anualmente, todos os colaboradores recebem informação sobre o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, promovendo o seu conhecimento e cumprimento através, nomeadamente, de ações de formação.</p> | <p>Em progresso. A partir de 2021, a Política Anticorrupção passou a ser comunicada na entrada do colaborador, sendo ainda solicitada a tomada de conhecimento por todos os colaboradores. O Grupo assegurou a formação necessária, através de duas modalidades: e-learning e formação avançada para funções críticas. Relativamente a esta, 84,6% das pessoas identificadas foram formadas em 2021, num total de 993 colaboradores. A formação recorrente em Código de Conduta abrangeu 6.733 colaboradores.</p> <p>Compromisso reformulado para 2023: Promover em todo o Grupo o respeito pelos direitos humanos e laborais, através de ações de sensibilização e comunicação com carácter regular, assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. um módulo formativo sobre Código de Conduta para todos os colaboradores; ii. um programa de formação global sobre direitos humanos e laborais para os colaboradores a ocupar cargos de gestão; iii. que 100% das pessoas que entram no Grupo recebem o Código de Conduta e a Política Anticorrupção, e assinam a tomada de conhecimento. |
| | <p>Investir continuamente na formação dos colaboradores, intensificando o desenvolvimento das lideranças em toda a estrutura organizacional e contribuindo para a aquisição de novas</p> | <p>Progresso e compromisso reformulado para 2023 incluídos no compromisso seguinte.</p> |

| Pilar de atuação | Compromisso 2021-2023 | Progresso em 2021 |
|------------------|---|--|
| | <p>competências alinhadas com as necessidades estratégicas da Organização.</p> <p>Preparar a Organização para o futuro do trabalho, através de plataformas que promovam o autodesenvolvimento e programas digitais que contribuam para uma maior eficiência, colaboração e produtividade.</p> | <p>Em progresso. Em 2021 registaram-se 5,6 milhões de horas de formação, mais 44,5% que em 2020. As sessões de formação tiveram por base as necessidades dos colaboradores e do negócio. Destaca-se a formação em liderança, nomeadamente o programa “Be a Leader” desenvolvido em parceria com o Center for Creative Leadership, que formou 469 colaboradores dos três países. As Companhias promoveram outros programas de liderança locais que contaram com aproximadamente 2 mil participantes. As formações em perecíveis impactaram mais de 33 mil colaboradores e destaca-se ainda a formação em contexto de trabalho sobre eficiência operacional, que impactou 38.866 pessoas. Também em 2021 foi implementada a plataforma EducAcção, uma ferramenta digital disponível para todos os colaboradores e que permite aceder a conteúdos a qualquer momento e em qualquer lugar. No final do ano, 57.762 colaboradores já tinham iniciado pelo menos um curso na plataforma. Os colaboradores têm também à disposição a plataforma Knowledge Share que, em 2021, reforçou os seus conteúdos com a publicação de mais 500 novos materiais, promovendo o autodesenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida.</p> <p>Compromisso reformulado para 2023: Preparar o Grupo para o futuro do trabalho na era da digitalização, assegurando o desenvolvimento dos colaboradores e lideranças, através:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. de um número mínimo global de horas de formação de 50 horas/colaborador, que incluem formação em programas de liderança e percursos formativos feitos através da plataforma de autodesenvolvimento do Grupo; ii. da construção de planos de desenvolvimento para 80% dos <i>managers</i>. |

| Pilar de atuação | Compromisso 2021-2023 | Progresso em 2021 |
|------------------|---|---|
| | <p>Criar oportunidades para pessoas em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente migrantes ou refugiadas, pessoas expostas a situação de risco social e pessoas com deficiência.</p> | <p>Em progresso. Em 2021 o Grupo internalizou competências de recrutamento e desenvolvimento de pessoas com deficiência com a contratação de três técnicas de reinserção social especialistas na preparação e integração destas pessoas. Adicionalmente, criou o Centro Incluir, um centro de formação em Lisboa, que pretende potenciar a empregabilidade de pessoas com deficiência e que inclui, entre outras valências, uma loja-escola. O Grupo implementou ainda o Programa Individual de Estudos Multidisciplinares que promove o acesso ao ensino superior e posterior integração profissional de pessoas com deficiência intelectual e de desenvolvimento. No total, em 2021, o Grupo contratou 149 pessoas no âmbito do programa “Incluir” e projeto “Search”. Para melhorar a integração de colaboradores ucranianos, a Biedronka adicionou a língua ucraniana ao chatbot do seu principal canal de comunicação interna – o website Dlanaswjm.pl.</p> |
| | <p>Reforçar o trabalho que tem vindo a ser feito na promoção da igualdade de género e melhorar as metodologias de apuramento e monitorização da disparidade salarial entre homens e mulheres, tornando-as mais robustas, consistentes e detalhadas. Este trabalho deve estender-se a todas as componentes da retribuição e devem ser implementadas novas métricas, como a análise da distribuição salarial dos colaboradores por percentis.</p> | <p>Compromisso reformulado para 2023: Criar oportunidades para pessoas em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente pessoas com deficiência, assegurando que mais de 2% das pessoas contratadas em Portugal são portadoras de deficiência e/ou incapacidade.</p> <p>Em progresso. O Grupo voltou a integrar o Bloomberg Gender-Equality Index com uma classificação de 71,6%, o que representa uma melhoria de 6,8 p.p. face ao ano anterior. O Grupo repetiu a avaliação interna de acordo com a metodologia Women’s Empowerment Principles Gender Gap Analysis, tendo atingido a classificação de 68% (melhoria de 3 p.p.). O Grupo tem igualmente melhorado a metodologia de cálculo de indicadores de género. Entre eles destaca-se o rácio salarial entre géneros que, em 2021, passou a considerar a Companhia e a divisão organizacional enquanto variáveis, para assegurar uma melhor comparabilidade entre as diferentes realidades. Em 2021, o indicador global registou uma melhoria de 1,1 p.p., fixando-se em 97,6%, e o Grupo passou também a reportar as diferenças entre geografias.</p> <p>Compromisso reformulado para 2023: Reforçar em todo o Grupo a promoção da igualdade de género através:</p> <ol style="list-style-type: none"> i. da melhoria das metodologias de apuramento e monitorização das disparidades entre homens e mulheres; ii. da redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres, medido pelo rácio salarial entre géneros* e tendo como base o ano de 2021 (97,6%), reportando este indicador também pelas Companhias mais representativas do Grupo tendo em conta o número de colaboradores (Biedronka, Pingo Doce e Ara); |

| Pilar de atuação | Compromisso 2021-2023 | Progresso em 2021 |
|------------------|--|---|
| | <p>Novo compromisso para 2023: Reforçar a segurança dos locais de trabalho em todo o Grupo, de modo a prevenir fatalidades e acidentes de trabalho, atingindo até 2023, de forma global, uma redução do índice de frequência* para 12,50 e do índice de severidade** para 0,30, tendo como base, respetivamente 13,26 e 0,31 em 2021.</p> <p>* Número de acidentes com perda de dias de trabalho/horas totais trabalhadas ** Número de dias perdidos/horas totais trabalhadas</p> | <p>iii. da formação de pelo menos 50% dos managers em conteúdos relevantes, como o enviesamento inconsciente.</p> <p>* Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros.</p> |
| | <p>Novo compromisso para 2023: Fomentar em todo o Grupo a cultura de reconhecimento, assegurando:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. a competitividade dos salários através de diagnósticos internos (de carácter anual) e externos (de dois em dois anos); ii. que, no mínimo, 85% dos colaboradores beneficiam de, pelo menos, um programa de reconhecimento. | |

8. Taxonomia da União Europeia

As emissões globais de carbono cresceram aproximadamente 5% em 2021, à medida que a procura por carvão, petróleo e gás acompanhou a recuperação das economias. Esta tendência está em contraciclo com os objetivos da 26.ª Conferência das Partes¹⁶² da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, realizada em 2021 em Glasgow, onde foram reforçados os compromissos de mitigação estabelecidos no Acordo de Paris de 2015, através de um conjunto de medidas que visam limitar a subida média da temperatura a 1,5°C face aos níveis pré-industriais.

Na União Europeia, foi estabelecido que as políticas energéticas seguidas pelos Estados-Membros irão promover a transição para a neutralidade carbónica até 2050, bem como assegurar uma redução de gases com efeito de estufa (GEE) de pelo menos 55% até 2030 (face a 1990), abrangendo sectores como a energia, os edifícios, os transportes e a agricultura, em linha com as políticas previstas no Pacto Ecológico Europeu¹⁶³.

Para atingir estas metas, será necessário canalizar mais de um bilião de euros para investimentos públicos e privados de natureza sustentável durante a próxima década. Com o objetivo de clarificar e uniformizar o significado da expressão "investimento sustentável", permitindo aos mercados financeiros identificar e encaminhar recursos para oportunidades credíveis, a Comissão Europeia criou a Taxonomia da União Europeia¹⁶⁴. A Taxonomia reconhece como ambientalmente sustentáveis para fins de investimento as atividades económicas que:

- contribuem substancialmente para pelo menos um dos seis objetivos ambientais: (i) mitigação das alterações climáticas; (ii) adaptação às alterações climáticas; (iii) uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; (iv) transição para uma economia circular; (v) prevenção e controlo da poluição; e (vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas;
- não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais;
- garantem o cumprimento de salvaguardas sociais mínimas.

A lista de atividades económicas consideradas como podendo contribuir para cada um dos seis objetivos ambientais – atividades elegíveis – são definidas através de atos delegados que também definem os critérios técnicos que cada atividade deve cumprir para assegurar que tem “uma contribuição substancial” para os objetivos em causa, e o que significa “não causar danos significativos”. As atividades que atendem a estes critérios são consideradas alinhadas com a Taxonomia.

O Ato Delegado do Clima¹⁶⁵, publicado em dezembro de 2021, estabelece o primeiro conjunto de atividades e critérios técnicos de avaliação relativos a uma contribuição substancial para a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Um regulamento separado (Ato Delegado Ambiental), relativo aos outros quatro objetivos ambientais, será publicado durante 2022. Espera-se que estes Atos sejam sujeitos a revisão regular, com a inclusão de mais atividades e atualizações regulares aos critérios técnicos de avaliação.

Para aumentar a transparência e orientar os participantes do mercado financeiro nas suas decisões de investimento, as empresas devem divulgar a percentagem do seu volume de negócios, investimentos (CapEx) e despesas operacionais (OpEx) relativos às atividades elegíveis, conforme definido pela Taxonomia e detalhado no denominado Ato Delegado do Artigo 8.¹⁶⁶ Em 2021, este reporte esteve limitado à proporção destes três indicadores que estão associados às atividades elegíveis publicadas no Ato Delegado do Clima. A partir do ano de referência de 2022, as empresas terão que avaliar e divulgar o alinhamento dessas atividades com a Taxonomia, usando os critérios técnicos de avaliação.

A atividade principal do Grupo Jerónimo Martins – distribuição alimentar – não está ainda incluída na lista de atividades da Taxonomia. Por este motivo, o nosso reporte – em linha com as recomendações da

¹⁶² Os compromissos assumidos na COP26 realizada em 2021, estão disponíveis em ukcop26.org.

¹⁶³ Lançado em dezembro de 2019, o Pacto Ecológico Europeu está disponível em ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024

¹⁶⁴ Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável, e que altera o Regulamento (UE) 2019/2088.

¹⁶⁵ Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, de 4 de junho de 2021, que completa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho mediante o estabelecimento de critérios técnicos de avaliação para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas.

¹⁶⁶ Regulamento Delegado (EU) 2021/2178, de 6 de julho de 2021 que complementa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho especificando o teor e a apresentação das informações a divulgar pelas empresas abrangidas pelos artigos 19.º-A ou 29.º-A da Diretiva 2013/34/UE, bem como a metodologia para dar cumprimento a essa obrigação de divulgação.

Taxonomia – apenas refletirá atividades consideradas de apoio às operações e não necessariamente as que permitem o maior contributo de Jerónimo Martins para as metas de neutralidade carbónica da União Europeia. É também por este motivo que o Grupo não regista qualquer volume de negócios na secção 10.3. “KPIs (Indicadores Chave de Desempenho)”.

8.1. O Contributo de Jerónimo Martins

O combate às alterações climáticas é uma das três prioridades definidas na Política Ambiental¹⁶⁷ do Grupo Jerónimo Martins. Os compromissos e ações assumidos e implementados por nós neste âmbito são detalhados nos subcapítulos 5. “Respeitar o Ambiente” e 6. “Comprar com Responsabilidade” e das quais destacamos algumas.

Em dezembro de 2021, Jerónimo Martins assumiu o compromisso de elevar a ambição dos seus esforços de redução de carbono, comprometendo-se a adotar objetivos alinhados com a ciência e de acordo com a metodologia da Science Based Targets Initiative até ao final de 2023. Esta nova meta irá assegurar o alinhamento do Grupo com as metas de redução de emissões da União Europeia para 2030 e com as trajetórias de redução de carbono que a ciência climática diz serem necessárias para se cumprir o Acordo de Paris. Até lá, mantemos o nosso compromisso com as metas de redução de carbono já estabelecidas:

- redução de 40% por mil euros de vendas nas emissões de GEE (âmbito 1 e 2) até 2023, face ao ano de 2017;
- redução de 5% nas emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO₂ e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020.

Em 2021, reduzimos em 48% por mil euros de vendas as emissões de GEE (âmbito 1 e 2) face a 2017 e diminuímos em 1% por mil paletes transportadas as emissões associadas ao transporte face a 2020. Adicionalmente, o Grupo observou uma redução do total de emissões de carbono de âmbito 1 e 2 de 33% face a 2017.

A implementação dos nossos compromissos é suportada por um investimento contínuo, com ciclos de execução alinhados com o cronograma do plano de negócios, por meio do qual o Grupo investe em tecnologias de redução de carbono que permitirão a transição das suas atividades para uma economia de baixo carbono. A maior parte desta despesa destina-se à aquisição de bens e serviços de atividades económicas relacionadas com a eficiência energética e tecnologias de energias renováveis.

A eficiência energética é parte integrante das atividades de construção e remodelação das nossas instalações, em particular lojas e centros de distribuição. As medidas implementadas incluem a instalação de equipamentos de elevada eficiência energética, sistemas de recuperação de calor e conservação de frio para dispositivos de refrigeração, controladores de velocidade dos motores dos equipamentos de refrigeração e iluminação LED. Estas medidas abrangem as nossas operações em Portugal, Polónia e Colômbia.

Também investimos na instalação de painéis solares fotovoltaicos para geração de eletricidade renovável que alimenta as nossas lojas e centros de distribuição. No final de 2021, estas tecnologias estavam instaladas em 25 sites em Portugal e na Polónia, e abasteciam, regra geral, entre 25% a 30% do consumo destas localizações. Paralelamente, desde junho de 2018, adquirimos eletricidade renovável 100% certificada para alimentar as operações das nossas insígnias em Portugal.

Embora a Taxonomia ainda não identifique como elegível nem defina critérios técnicos de avaliação para estas tecnologias, a redução de fugas dos gases de refrigeração dos nossos equipamentos de aquecimento, ventilação, ar condicionado e de frio industrial também é uma atividade relevante para a redução da pegada de carbono do Grupo. Em 2021, essas emissões representaram cerca de 14% das emissões de âmbito 1 e 2.

Desde 2015 que estabelecemos um plano global para a substituição de gases de refrigeração com elevado poder de aquecimento global (PAG) por gases de refrigeração naturais (ex., dióxido de carbono, amónia ou propano) ou com baixo PAG (ex., R407f). No final de 2021, 2.124 lojas na Polónia, 321 lojas e plataformas em Portugal e 407 lojas na Colômbia tinham congeladores exclusivamente a propano.

¹⁶⁷ Disponível para consulta na área de “Responsabilidade” em www.jeronimomartins.com.

Adicionalmente, 1.914 lojas e 21 centros de distribuição utilizam gases de refrigeração natural nos seus sistemas de frio.

A par da gestão de gases de refrigeração nestes equipamentos, há também um outro conjunto de medidas de eficiência energética que não são ainda consideradas no Ato Delegado de Clima e que também podem desempenhar um importante contributo para as metas da Comissão Europeia, nomeadamente:

- a instalação de equipamentos com um melhor desempenho energético (ex., móveis refrigerados e arcas congeladoras com portas e tampas que evitam o desperdício de energia);
- a comercialização de produtos e embalagens com certificação de sustentabilidade, que asseguram a implementação de boas práticas agrícolas, de produção e/ou que não estão associadas à desflorestação ou conversão de ecossistemas de elevado valor de conservação;
- os trabalhos que temos desenvolvido com os nossos fornecedores para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e de erradicação da desflorestação nas nossas cadeias de abastecimento.

Recorde-se que a desflorestação é responsável por cerca de 15% do total de emissões mundiais de carbono e que cerca de metade destas estão ligadas à produção agrícola.

Adicionalmente, nos últimos dois anos, Jerónimo Martins realizou também uma análise aprofundada de cenários climáticos, alinhada com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), que testou a resiliência da sua estratégia de negócio face a diferentes quadros condicionados pelas alterações climáticas. O aumento da temperatura média global situada abaixo de 2°C esteve entre os cenários considerados. Esta análise contou com a identificação e avaliação financeira de transição climática e riscos físicos, tanto em operações próprias quanto na sua cadeia de abastecimento de produtos alimentares. As conclusões deste trabalho irão permitir ajustar a estratégia de mitigação e adaptação dos nossos negócios e serão consideradas na definição de planos de transição para uma economia de baixo carbono.

8.2. Atividades Elegíveis

Examinámos todas as atividades económicas elegíveis identificadas no Ato Delegado do Clima e concluímos que a principal atividade económica do Grupo Jerónimo Martins ainda não está incluída na Taxonomia que, de acordo com a Comissão Europeia, abrange as atividades económicas dos setores responsáveis por quase 80% da emissões diretas de GEE na Europa. Isto significa que a proporção das atividades económicas elegíveis no volume de negócios é de 0% e, conseqüentemente, as despesas de capital (CapEx) e operacionais (OpEx) relacionadas com essas atividades são também 0%.

Foram, sim, identificadas atividades relacionadas com a aquisição de bens ou serviços provenientes de atividades elegíveis que fornecem suporte à nossa atividade principal. Foi determinado que estas atividades seriam alocadas ao objetivo de mitigação das alterações climáticas, uma vez que a contribuição para o objetivo de adaptação às alterações climáticas é de menor importância e a Taxonomia não permite a dupla contabilização. Na seção seguinte são divulgados os indicadores de desempenho que refletem a análise efetuada.

8.3. KPIs (Indicadores Chave de Desempenho)

Em 2021, registámos os seguintes indicadores de desempenho relativos ao volume de negócios, CapEx e OpEx associados às atividades económicas elegíveis e não elegíveis conforme referido no Ato Delegado do Artigo 8.º:

| Indicador | Total (€M) | Total Elegível (€M) | Atividades económicas elegíveis (%) | Atividades económicas não elegíveis (%) |
|------------------------------|------------|---------------------|-------------------------------------|---|
| Volume de negócios | 20.889 | 0 | 0% | 100% |
| Despesas de Capital (CapEx) | 955 | 488 | 51% | 49% |
| Despesas Operacionais (OpEx) | 100 | 0 | 0% | 100% |

8.3.1. Volume de Negócios

O denominador deste KPI é baseado no volume de negócios consolidado (vendas e prestação de serviços), conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas constantes do subcapítulo 3.1. “Demonstrações Financeiras Consolidadas”. Relativamente ao numerador, não identificámos nenhuma atividade elegível conforme explicado acima.

8.3.2. CapEx

Nos termos do Ato Delegado do Artigo 8.º o indicador de CapEx é definido como o CapEx elegível (numerador) dividido pelo CapEx total (denominador). O CapEx total foi calculado de acordo com as regras e princípios aplicáveis à preparação das demonstrações financeiras, tendo para o efeito sido considerados os aumentos do valor bruto de ativos fixos tangíveis, de ativos intangíveis, de propriedades de investimento e direitos de uso, conforme é apresentado nas notas 8, 9 e 10 anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (subcapítulo 3.1. “Demonstrações Financeiras Consolidadas”).

Cálculo do CapEx elegível (numerador):

- não foi incluído CapEx relacionado com ativos ou processos associados com atividades elegíveis tendo em conta que a nossa atividade principal não está abrangida pela atual taxonomia;
- não foi incluído CapEx relativo a planos de CapEx, tal como atualmente definidos na taxonomia para expandir atividades alinhadas ou permitir que as atividades elegíveis se tornem alinhadas pela Taxonomia;
- foi incluído CapEx relacionado com a aquisição de bens e serviços de atividades económicas elegíveis de suporte à nossa atividade principal.

Em resultado desta abordagem foram classificadas como elegíveis as seguintes atividades:

| Atividade | Descrição |
|--|--|
| 7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética | Nesta atividade estão incluídas a componente do investimento relacionado com as remodelações de lojas, centros de distribuição e outras instalações que contribuirão para melhorar a sua eficiência energética através da instalação de equipamentos mais eficientes. Existem outros equipamentos que contribuem para a melhoria da eficiência energética das nossas lojas e operações que não estão incluídos na Taxonomia, mas que impactam de forma positiva a pegada carbónica do Grupo e que são essenciais para os nossos objetivos de eficiência energética, nomeadamente centrais de frio e equipamentos autónomos de refrigeração ¹⁶⁸ . |
| 7.6. Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis | São incluídas, nesta atividade, a instalação de painéis fotovoltaicos nas lojas e outras instalações para consumo próprio, no local, da eletricidade gerada, em linha com os objetivos do Grupo para a redução da sua pegada carbónica e aumento de eficiência no consumo de energia. |
| 7.7. Aquisição e propriedade de edifícios | Nesta atividade estão incluídas a aquisição de edifícios, novas locações/arrendamentos de edifícios (direitos de uso) e remodelações ou outras renovações de edifícios existentes não incluídas noutras atividades. As remodelações são contratadas a terceiros no setor da construção civil que executam os trabalhos de construção/remodelação. Jerónimo Martins adquire apenas o resultado desses serviços e não executa qualquer atividade de construção propriamente dita. Assim sendo, e atendendo (i) à similitude com as situações em que adquirimos um edifício já construído de terceiros e (ii) à ausência, nesta fase, de outra atividade na taxonomia que permita uma qualificação mais apropriada, considerámos adequado qualificar estas situações como o exercício do direito de propriedade sobre os edifícios remodelados. |

Algumas atividades adicionais foram identificadas como potencialmente enquadráveis em termos de CapEx elegível. No entanto, acabaram por ser consideradas como não materiais atendendo ao valor total de CapEx em 2021. Estas atividades foram as seguintes:

- 5.1. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;

¹⁶⁸ Para saber mais sobre estas ações, consulte o subcapítulo 5. “Respeitar o Ambiente”, secção 5.3. “Combate às Alterações Climáticas”.

- 5.2. Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais;
- 5.4. Renovação de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais;
- 5.5. Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem;
- 6.5. Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros;
- 7.5. Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios;
- 8.1. Tratamento de dados, alojamento de informação e atividades conexas.

No que toca à atividade 6.6. Serviço de transporte rodoviário de mercadorias, trata-se de uma atividade contratada a terceiros prestadores de serviços que não representam ativos do Grupo e, por isso, excluída do cálculo dos indicadores. No entanto, tendo em consideração a relevância da mesma para as nossas operações, o Grupo tem um papel ativo com vista à redução e monitorização da pegada de carbono associada a esta atividade¹⁶⁹.

8.3.3. OpEx

Nos termos do Ato Delegado do artigo 8.º o indicador de OpEx é definido como o OpEx elegível (numerador) dividido pelo OpEx total (denominador). O OpEx total para este efeito consiste nos custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pela empresa ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos.

Relativamente ao numerador, identificámos a aquisição de bens e serviços de atividades potencialmente elegíveis, no entanto, o montante de cada uma dessas atividades não é material, uma vez que as despesas operacionais relacionadas com essas atividades são, na sua maioria, de serviços contratados a terceiros, de naturezas que não são incluídas no denominador e que por esse motivo não estão no âmbito deste indicador de OpEx.

8.4. Conclusão e Antevisão do Reporte de 2022


Com o objetivo de assegurar o cumprimento da Taxonomia iremos continuar, ao longo de 2022, a monitorizar a publicação de novos atos delegados para os restantes quatro objetivos e a eventual inclusão de novas atividades económicas. Adicionalmente, e em complemento, iremos dedicar grande parte de 2022 a efetuar o levantamento de informação necessário à avaliação do nível de cumprimento das atividades económicas identificadas como materiais para a nossa atividade com os critérios técnicos ambientais e assim avaliar o seu respetivo alinhamento com os objetivos da Taxonomia. Este trabalho torna indispensável a revisão da forma como classificamos e organizamos a informação nos sistemas informáticos utilizados pelas Companhias do Grupo. Durante este processo, procuraremos identificar oportunidades de melhoria na obtenção e gestão da informação.

¹⁶⁹ Para saber mais sobre estas ações, consulte o subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente", secções 5.3. "Combate às Alterações Climáticas".


9. Tabela de Indicadores


Este relatório foi elaborado de acordo com o Global Reporting Initiative (GRI) Standards: Opção “Core”. Nesta secção são incluídas cinco tabelas que procuram cruzar a informação reportada com as principais metodologias e pedidos de informação efetuados pelos nossos stakeholders: GRI Standards (Tabela 1), indicadores de desempenho Jerónimo Martins (Tabela 2), Task Force on Climate-related Financial Disclosures (Tabela 3), Sustainability Accounting Standards Board (Tabela 4) e os indicadores dos Regulatory Technical Standards, para a divulgação de indicadores de sustentabilidade no setor dos serviços financeiros¹⁷⁰ (Tabela 5). Sempre que possível é também realizado um cruzamento entre estes pontos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Princípios do Global Compact das Nações Unidas.

Tabela 1 – Reporte de indicadores segundo o Global Reporting Initiative Standards.


| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|------------------------|--|--|------------------------|----------|--------|--------|--|--|--|--|------|--|--|------|--|--|----------|--------|-------|----------|--------|-------|---------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|--------|-------|--------|--------|--------|--------|----------------------|--|--|--|--|--|--|--|------|--|--|------|--|--|----------|--------|-------|----------|--------|-------|-----------|--------|--------|---------|--------|--------|--------|-----------|--------|-------|--------|--------|-------|--------|-------------------------|
| 102-1 | Nome da organização. | Jerónimo Martins, SGPS, S.A. | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-2 | Atividades, marcas, produtos e serviços. | Ver Cap. 1. "O Grupo Jerónimo Martins". | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-3 | Localização da sede. | Rua Actor António Silva n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal. | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-4 | Localização das operações. | Ver Cap. 1. "O Grupo Jerónimo Martins". | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-5 | Tipo e natureza jurídica de propriedade. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-6 | Mercados em que opera. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-7 | Dimensão da organização. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-8 | Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores.  | <p>Ver capítulo V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas".</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Tipologia de Contratos</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">2021</th> <th colspan="3">2020</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Efetivo</td> <td>64.604</td> <td>19.196</td> <td>83.800</td> <td>60.836</td> <td>18.041</td> <td>78.877</td> </tr> <tr> <td>A Termo</td> <td>29.903</td> <td>9.755</td> <td>39.658</td> <td>29.315</td> <td>10.018</td> <td>39.333</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Tipologia de Emprego</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">2021</th> <th colspan="3">2020</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Full-time</td> <td>77.952</td> <td>26.440</td> <td>104.392</td> <td>73.998</td> <td>25.731</td> <td>99.729</td> </tr> <tr> <td>Part-time</td> <td>16.555</td> <td>2.511</td> <td>19.066</td> <td>16.153</td> <td>2.328</td> <td>18.481</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os Estágios SENA na Colômbia foram considerados na tipologia de contrato "a termo", correspondendo a 301 e 339 estágios em 2021 e 2020 respetivamente.</p> | Tipologia de Contratos | | | | | | | | 2021 | | | 2020 | | | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | Total | Efetivo | 64.604 | 19.196 | 83.800 | 60.836 | 18.041 | 78.877 | A Termo | 29.903 | 9.755 | 39.658 | 29.315 | 10.018 | 39.333 | Tipologia de Emprego | | | | | | | | 2021 | | | 2020 | | | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | Total | Full-time | 77.952 | 26.440 | 104.392 | 73.998 | 25.731 | 99.729 | Part-time | 16.555 | 2.511 | 19.066 | 16.153 | 2.328 | 18.481 | UNGC 6 SDG 8 e 10 |
| Tipologia de Contratos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2021 | | | 2020 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Efetivo | 64.604 | 19.196 | 83.800 | 60.836 | 18.041 | 78.877 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A Termo | 29.903 | 9.755 | 39.658 | 29.315 | 10.018 | 39.333 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tipologia de Emprego | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2021 | | | 2020 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Mulheres | Homens | Total | Mulheres | Homens | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Full-time | 77.952 | 26.440 | 104.392 | 73.998 | 25.731 | 99.729 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Part-time | 16.555 | 2.511 | 19.066 | 16.153 | 2.328 | 18.481 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-9 | Cadeia de fornecedores. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 4. "Comprar com Responsabilidade", e Cap. 3. "Demonstrações Financeiras" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no nosso website www.jeronimomartins.com . | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-10 | Alterações significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores. | Não aplicável. | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-11 | Abordagem ao princípio da precaução. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", e Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor". | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-12 | Iniciativas externas. | Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que Pertencemos" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Organizações a que Pertencemos" no website www.jeronimomartins.com . | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-13 | Organizações a que pertence. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-14 | Mensagem do Presidente. | Ver "Mensagem do Presidente". | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-15 | Principais impactos, riscos e oportunidades. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos". | --- | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-16 | Valores, princípios, standards e normas de conduta. | Ver no website www.jeronimomartins.com Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa". Ver canal "Investidor", página | UNGC 10 SDG 16 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 102-17 | Mecanismos adotados pela organização para orientações | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

¹⁷⁰ A divulgação destes indicadores é feito de acordo com a versão draft desenvolvida pela European Supervisory Authorities (ESAs) e disponibilizada em Fevereiro de 2021 para a divulgação de informação de sustentabilidade prevista no Regulamento (EU) 2019/2088.

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|--------------|---|---|----------------------|
| | sobre comportamentos e preocupações éticas. | "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com . | |
| 102-18 | Estrutura de governance. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". | --- |
| 102-19 | Processo de delegação de competências. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A, B e C. | --- |
| 102-20 | Responsabilidade por temas económicos, sociais e ambientais a nível executivo. | | |
| 102-21 | Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", subsecção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders". e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com . | SDG 16 |
| 102-22 | Composição do mais alto órgão de governance e dos seus comités. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A e B. | SDG 5 e 16 |
| 102-23 | Presidente do mais alto órgão de governance. | | SDG 16 |
| 102-24 | Nomeação e selecção do mais alto órgão de governance. | | SDG 5 e 16 |
| 102-25 | Conflitos de interesse. | Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com . Aprovada em 2019, a Política Anticorrupção do Grupo foi amplamente divulgada internamente em 2020 e 2021, junto de managers e colaboradores das operações com funções críticas e pode ser consultada em www.jeronimomartins.com . | SDG 16 |
| 102-26 | Papel dos órgãos mais altos de administração no estabelecimento dos propósitos, valores e estratégia. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A, B e C. | --- |
| 102-27 | Conhecimento global dos órgãos de gestão. | O Grupo realiza atividades (ex.: ações de formação internas e externas, Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre as dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Adicionalmente, em 2019 foram criados Comitês de Sustentabilidade para todas as Companhias de Retalho Alimentar, Retalho Especializado e Agroalimentar, tendo-se realizadas 20 reuniões em 2021. Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor" e Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B. "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II. "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)". | --- |
| 102-28 | Avaliação de desempenho do mais alto órgão de governance. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações". | --- |
| 102-29 | Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna". | SDG 16 |
| 102-30 | Eficiência dos processos de gestão de risco. | | --- |
| 102-31 | Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais. | | --- |
| 102-32 | Órgão máximo de governance responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade. | A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Responsabilidade Corporativa, incluído no Relatório e Contas é da Assembleia Geral de Acionistas. | --- |
| 102-33 | Comunicação de situações críticas. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". | --- |
| 102-35 | Políticas de remuneração. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações". | --- |
| 102-36 | Processo de atribuição de remuneração. | | --- |
| 102-37 | Envolvimento de stakeholders na remuneração. | | SDG 16 |
| 102-38 | Rácio de remuneração total anual. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D. "Remunerações", subsecção IV – "Divulgação das Remunerações". | --- |
| 102-40 | Lista dos grupos de stakeholders. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", subsecção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com . | --- |
| 102-41 | Acordos coletivos de trabalho. |  Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 3 SDG 8 e 10 |

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|--------------|--|---|------------------|
| 102-42 | Identificação e selecção de stakeholders. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. | --- |
| 102-43 | Abordagem ao envolvimento com stakeholders. | "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", subsecção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Os Nossos Públicos" no website www.jeronimomartins.com . | --- |
| 102-44 | Principais questões e preocupações referidas pelos stakeholders. | | --- |
| 102-45 | Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. | Ver Cap. 1. "O Grupo Jerónimo Martins", Cap. 3. "Demonstrações Financeiras" e Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". | --- |
| 102-46 | Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos. | Ver Cap. 1. "O Grupo Jerónimo Martins", Cap. 3. "Demonstrações Financeiras" e Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor". | --- |
| 102-47 | Lista dos temas materiais. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", subsecção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders" e canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com . | --- |
| 102-48 | Alterações à informação reportada em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações. | Não aplicável. | --- |
| 102-49 | Alterações significativas no âmbito, limite ou métodos de cálculo aplicados. | | --- |
| 102-50 | Período de reporte. | O presente Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021. | --- |
| 102-51 | Data do reporte mais recente. | O Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins anterior ao presente refere-se ao ano de 2020. | --- |
| 102-52 | Ciclo de reporte. | O Relatório de Responsabilidade Corporativa (incluído no Relatório e Contas) é anual. | --- |
| 102-53 | Contacto para questões sobre o relatório. | comunicacao@jeronimo-martins.com | --- |
| 102-54 | Relatório "de acordo" com os GRI Standards. | Este relatório foi preparado de acordo com a metodologia GRI Standards: opção "Core". | --- |
| 102-55 | Índice de conteúdo GRI. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 9. "Tabela de Indicadores". | --- |
| 102-56 | Verificação externa. | A informação contida e assinalada nesta tabela com  foi submetida a verificação por uma entidade externa: Ernst&Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. | --- |

ASPETOS MATERIAIS

| | | | | |
|-------|---|---|---|------------|
| 103-1 | Descrição dos temas materiais e limites de aplicação. |  | Temas materiais para o Grupo Jerónimo Martins: Qualidade e segurança alimentar; Redução dos materiais de embalagem e utilização de materiais sustentáveis; Ética e transparência; Combate ao desperdício alimentar; Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais; Oferta de produtos a preços acessíveis; Respeito pelos Direitos Humanos e Laborais na cadeia de abastecimento; Missão, Visão e Estratégia; Apoio a projetos sociais; Integração dos princípios de economia circular. Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 1. "Abordagem de Responsabilidade Corporativa", subsecção 1.2. "Envolvimento com Stakeholders". Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade", subpágina "Definindo as Nossas Prioridades" no website www.jeronimomartins.com . | --- |
| 103-2 | Abordagem de gestão e componentes. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 2. a 6. Ver canal "Responsabilidade", página "A Nossa Estratégia de Responsabilidade" no website www.jeronimomartins.com . | UNGC 1 e 8 |
| 103-3 | Avaliação da abordagem de gestão. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". Ver canal "Responsabilidade", página "Os Nossos Compromissos e Progresso" no website www.jeronimomartins.com . | --- |












DESEMPENHO ECONÓMICO

| | | | | |
|-------|---|--|--|------------------|
| 201-1 | Valor económico direto gerado e distribuído. | | Ver Cap. 3. "Demonstrações Financeiras" e indicador 203-1. | SDG 8 e 9 |
| 201-2 | Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas. | | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7 SDG 13 |
| 201-3 | Planos de benefícios oferecidos pela organização e outros planos de reforma. | | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D. "Remunerações". Ver Cap. 3. "Demonstrações Financeiras". | --- |
| 201-4 | Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo. | | Na Polónia, receberam-se, sob a forma de financiamento aos salários de colaboradores (478.215,93 euros), de financiamento do Fundo de Benefícios Garantidos aos Colaboradores (390.368,51 euros) e de reembolso dos custos associados a colaboradores repatriados (11.412,64 euros), um total de 879.997,08 euros. | --- |

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|---|--|-------------------|----------|--------|--------------|--------------|--------------|----------|--------|--------|----------|--------|--------|------------------------|-------|-------|----------------------|
| | | <p>Em Portugal, os benefícios atribuídos por entidades oficiais, a título de crédito fiscal, visaram a compensação de investimentos efetuados no âmbito do programa SIFIDE II – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial. Este programa consiste numa dedução à coleta de imposto sobre os rendimentos, de parte dos montantes incorridos com despesas com pessoal, despesas de funcionamento, despesas com contratação de Inovação e Desenvolvimento (I&D) e despesas com a aquisição de activos fixos de suporte à atividade de I&D, os quais são certificados por entidade externa e independente. Das despesas acima mencionadas, com referência ao exercício fiscal de 2020, resultou um crédito fiscal no montante de 398.359,00 euros, cujo valor foi apurado no decurso do ano 2021, aguardando-se, ainda, validação da Agência Nacional de Inovação para o restante montante de crédito fiscal potencial solicitado de 1.953.498,00 euros.</p> <p>O investimento das Companhias do Grupo em I&D, tendo por base os montantes reportados no Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN20), cifrou-se em 4.730.977,00 euros.</p> <p>Na Colômbia, não existiram incentivos financeiros (sob a forma de benefícios/créditos fiscais) atribuídos pelas entidades oficiais às nossas operações. Contudo, no âmbito dos apoios atribuídos pelo Governo às entidades que tenham contratado jovens colaboradores com idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos durante o ano de 2021, recebeu-se um total de 46.288,59 euros.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PRESENÇA NO MERCADO | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 202-1 | Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género | <p style="text-align: center;">Proporção Salário Mínimo Interno e Mínimo Nacional*</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Portugal</td> <td>101,5%</td> <td>101,5%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>100,0%</td> <td>100,0%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>129,2%</td> <td>129,2%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*São considerados os salários mais baixos das Companhias com maior representatividade em cada país, ou seja, Pingo Doce (Portugal), Biedronka (Polónia) e Ara (Colômbia).</p> <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.5. "Reconhecer com Justiça e Competitividade".</p> | | Mulheres | Homens | Portugal | 101,5% | 101,5% | Polónia | 100,0% | 100,0% | Colômbia | 129,2% | 129,2% | UNGC 6 SDG 1, 5 e 8 | | | |
| | Mulheres | Homens | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Portugal | 101,5% | 101,5% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Polónia | 100,0% | 100,0% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colômbia | 129,2% | 129,2% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 202-2 | Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente. | <p style="text-align: center;">Proporção Colaboradores com Cargos Seniores Locais*</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>87,2%</td> <td>86,0%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>92,9%</td> <td>92,6%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>81,7%</td> <td>79,5%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>71,4%</td> <td>72,4%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Os colaboradores em cargos seniores são provenientes das categorias: "Membros de Direções Executivas" e "Gestores de Topo e Intermédios".</p> <p>Para o cálculo desta percentagem são considerados os colaboradores que estão nos três níveis funcionais mais elevados na organização. Consideram-se locais as contratações de pessoas cuja nacionalidade é a mesma da geografia onde o colaborador trabalha.</p> | | 2021 | 2020 | Grupo | 87,2% | 86,0% | Portugal | 92,9% | 92,6% | Polónia | 81,7% | 79,5% | Colômbia | 71,4% | 72,4% | UNGC 6 SDG 8 e 10 |
| | 2021 | 2020 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo | 87,2% | 86,0% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Portugal | 92,9% | 92,6% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Polónia | 81,7% | 79,5% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colômbia | 71,4% | 72,4% | | | | | | | | | | | | | | | | |
| IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 203-1 | Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 4. "Comprar com Responsabilidade" e 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos". Ver canal "Responsabilidade", páginas "Comprar com Responsabilidade" e "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com . | SDG 5, 9 e 11 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 203-2 | Impactos económicos indiretos significativos. | | SDG 1, 3 e 8 | | | | | | | | | | | | | | | |
| COMPRAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 204-1 | Proporção de despesas com fornecedores locais. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.2. "Relacionamento com Fornecedores Locais". | SDG 8 | | | | | | | | | | | | | | | |
| ANTICORRUPÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 205-1 | Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna" e secção E. "Transações com Partes Relacionadas". | UNGC 10 SDG 16 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 205-2 | Comunicação e formação sobre políticas e | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 10 SDG 16 | | | | | | | | | | | | | | | |

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|-----------------------|--|------------|------------------------------------|
| | procedimentos anticorrupção. | | |
| MATERIAIS | | | |
| 301-1 | Consumo de materiais por peso ou volume. | ✓ | UNGC 7 e 8 SDG 8 e 12 |
| 301-2 | Materiais usados provenientes de reciclagem. | ✓ | UNGC 7 e 8 SDG 8 e 12 |
| 301-3 | Produtos recuperados e os seus materiais de embalagem. | | UNGC 8 SDG 8 e 12 |
| ENERGIA | | | |
| 302-1 | Consumo de energia dentro da organização. | ✓ | UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13 |
| 302-2 | Consumo de energia fora da organização. | | UNGC 7 e 8 SDG 7, 8, 12 e 13 |
| 302-3 | Intensidade energética. | ✓ | UNGC 8 SDG 7, 8, 12 e 13 |
| 302-4 | Redução do consumo de energia. | ✓ | UNGC 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13 |
| 302-5 | Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços. | | UNGC 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13 |
| ÁGUA | | | |
| 303-1 (2018) | Interações com a água como um recurso partilhado. | ✓ | UNGC 7 e 8 SDG 6 e 12 |
| 303-2 (2018) | Gestão de impactos relacionados com as rejeições de água. | ✓ | UNGC 8 SDG 6 |
| 303-3 (2018) | Captação de água. | ✓ | UNGC 8 SDG 6 e 12 |
| 303-4 (2018) | Rejeição de águas. | ✓ | UNGC 8 SDG 6 |
| 303-5 (2018) | Consumo de água. | ✓ | UNGC 7 e 8 SDG 6 |
| BIODIVERSIDADE | | | |
| 304-1 | Instalações operacionais próprias, arrendadas, nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas. | | UNGC 8 SDG 6, 14 e 15 |
| 304-2 | Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade. | ✓ | UNGC 8 SDG 6, 14 e 15 |
| 304-3 | Habitats protegidos ou restaurados. | | UNGC 8 SDG 6, 14 e 15 |

¹⁷¹ Este parâmetro inclui franchising e modelos similares.

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|--|--|-------|-----------------------------|-------|--|--|--|-------|-------|--|--|--|--|-------|-------|-------|-------|-----|--|-------|-------|-------|-------|------|-------|
| | | pelos incêndios florestais, abrangendo uma área de 2.500 hectares. Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção". | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 304-4 | Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção. |  Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.2. "Pescado Sustentável". | UNGC 8 SDG 6, 14 e 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EMISSÕES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 305-1 | Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa - GEE (Âmbito 1). |  | UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 305-2 | Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2). |  | UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 305-3 | Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3). |  | UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 305-4 | Intensidade das emissões de GEE. |  | UNGC 8 SDG 13, 14 e 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 305-5 | Redução de emissões de GEE. |  | UNGC 8 e 9 SDG 13, 14 e 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 305-6 | Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono. |  | UNGC 7 e 8 SDG 3 e 12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 305-7 | Óxidos de azoto (NO _x), óxidos de enxofre (SO _x) e outras emissões significativas. |  | UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 14 e 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EFLUENTES E DESCARGAS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 306-2 | Resíduos por tipo e por destino. |  | UNGC 8 SDG 3, 6 e 11, 12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 306-3 | Derrames significativos. | Em 2021, não ocorreram derrames com impactes ambientais significativos. | UNGC 8 SDG 3, 11, 12, 14 e 15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 308-1 | Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais. |  | UNGC 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 308-2 | Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e acções tomadas. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores". | UNGC 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EMPREGO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 401-1 | Novas contratações e rotatividade de colaboradores. |  | UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>Novas contratações</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3">Grupo</th> <th colspan="5">Taxa de Novas Contratações*</th> <th rowspan="3">Total</th> </tr> <tr> <th colspan="5">Idade</th> </tr> <tr> <th>18-24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>>55</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>90,6%</td> <td>32,5%</td> <td>19,4%</td> <td>14,1%</td> <td>8,2%</td> <td>32,1%</td> </tr> </tbody> </table> | | | | Grupo | Taxa de Novas Contratações* | | | | | Total | Idade | | | | | 18-24 | 25-34 | 35-44 | 45-54 | >55 | | 90,6% | 32,5% | 19,4% | 14,1% | 8,2% | 32,1% |
| Grupo | Taxa de Novas Contratações* | | | | | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Idade | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 18-24 | 25-34 | 35-44 | 45-54 | >55 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 90,6% | 32,5% | 19,4% | 14,1% | 8,2% | 32,1% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|--------------|--|------------------|--------------|--------------|--------------|-------|------|--------------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|------|--------------|-----------------------------|--|--|--|--|--------|--|-------|----------|--------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|-------|-------|-------|---------|-------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-----------------------|--|--|--|--|--|--|-------|-------|--|--|--|--|-------|-------|-------|-------|-------|-----|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------------------|--|--|--|--|--------|--|-------|----------|--------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------|-------|-------|-------|---------|-------|-------|-------|----------|-------|-------|-------|--|
| | | <table border="1"> <tr> <td>Portugal</td> <td>107,8%</td> <td>30,5%</td> <td>16,4%</td> <td>10,9%</td> <td>5,4%</td> <td>35,0%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>78,0%</td> <td>29,6%</td> <td>19,9%</td> <td>15,6%</td> <td>10,9%</td> <td>28,5%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>93,1%</td> <td>51,2%</td> <td>26,8%</td> <td>15,3%</td> <td>0,0%</td> <td>54,5%</td> </tr> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Taxa de Novas Contratações*</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>29,4%</td> <td>41,0%</td> <td>32,1%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>29,5%</td> <td>45,6%</td> <td>35,0%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>28,2%</td> <td>30,2%</td> <td>28,5%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>50,2%</td> <td>58,1%</td> <td>54,5%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*taxa de novas contratações (por segmento) = número total de novas contratações durante o ano/total de colaboradores no final do período</p> <p>No total foram contratadas 39.652 pessoas, das quais 12.114 em Portugal, 22.853 na Polónia e 4.685 na Colômbia, o que corresponde a um crescimento global de 31,2% em comparação com 2020.</p> <p>Rotatividade</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="7">Taxa de Rotatividade*</th> </tr> <tr> <th rowspan="2">Grupo</th> <th colspan="5">Idade</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>18-24</th> <th>25-34</th> <th>35-44</th> <th>45-54</th> <th>>55</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>67,9%</td> <td>28,9%</td> <td>18,5%</td> <td>13,3%</td> <td>15,2%</td> <td>27,7%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>82,9%</td> <td>31,4%</td> <td>16,8%</td> <td>10,9%</td> <td>12,9%</td> <td>31,4%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>56,9%</td> <td>24,8%</td> <td>18,2%</td> <td>14,5%</td> <td>17,3%</td> <td>24,0%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>70,3%</td> <td>44,7%</td> <td>33,1%</td> <td>24,3%</td> <td>14,3%</td> <td>47,4%</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Taxa de Rotatividade*</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Grupo</td> <td>24,7%</td> <td>37,6%</td> <td>27,7%</td> </tr> <tr> <td>Portugal</td> <td>26,7%</td> <td>40,3%</td> <td>31,4%</td> </tr> <tr> <td>Polónia</td> <td>22,7%</td> <td>31,1%</td> <td>24,0%</td> </tr> <tr> <td>Colômbia</td> <td>46,1%</td> <td>48,4%</td> <td>47,4%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*taxa de rotatividade (por segmento) = número total de saídas durante o ano/total de colaboradores no final do período.</p> <p>A análise do Grupo recai sobre dois tipos de rotatividade: a não voluntária e a voluntária (do ponto de vista do colaborador). A primeira resulta essencialmente da sazonalidade a que o negócio está sujeito, forçando as Companhias a ajustar a sua força de trabalho em momentos como o Natal, a Páscoa ou o Verão; bem como de um ajuste desejável relacionado com desempenhos abaixo do esperado.</p> <p>Por outro lado, existem várias razões que podem levar os colaboradores a sair do Grupo voluntariamente e que podem estar relacionadas com a atração de uma nova posição ou a necessidade de mudança por motivos profissionais ou pessoais.</p> <p>A rotatividade voluntária é a principal responsável pelas flutuações do indicador ao longo dos anos. O regresso gradual à normalidade, com impacto no mercado de trabalho, justifica em 2021 o aumento de 4,6 p.p. da taxa de rotatividade em comparação com 2020 (23,1%).</p> <p>O aumento mais significativo verificou-se na Colômbia (mais 16,6 p.p. que em 2020). Por questões de produtividade e dimensionamento a Companhia ajustou a sua força de trabalho, não renovando alguns dos contratos a termo. Por outro lado, a nível local, assistiu-se a uma redução da taxa de desemprego, com os colaboradores de algumas indústrias como entretenimento e turismo a voltarem aos seus sectores de origem. A pandemia aumentou também as oportunidades de trabalho remoto, intensificando a disputa interna de talento, nomeadamente de colaboradores de loja.</p> <p>O Grupo conduz entrevistas de saída para compreender as razões da rotatividade e atuar preventivamente, mitigando-as. Adicionalmente, este indicador é acompanhado pelo Comité de Risco.</p> | Portugal | 107,8% | 30,5% | 16,4% | 10,9% | 5,4% | 35,0% | Polónia | 78,0% | 29,6% | 19,9% | 15,6% | 10,9% | 28,5% | Colômbia | 93,1% | 51,2% | 26,8% | 15,3% | 0,0% | 54,5% | Taxa de Novas Contratações* | | | | | Género | | Total | Mulheres | Homens | Grupo | 29,4% | 41,0% | 32,1% | Portugal | 29,5% | 45,6% | 35,0% | Polónia | 28,2% | 30,2% | 28,5% | Colômbia | 50,2% | 58,1% | 54,5% | Taxa de Rotatividade* | | | | | | | Grupo | Idade | | | | | Total | 18-24 | 25-34 | 35-44 | 45-54 | >55 | Grupo | 67,9% | 28,9% | 18,5% | 13,3% | 15,2% | 27,7% | Portugal | 82,9% | 31,4% | 16,8% | 10,9% | 12,9% | 31,4% | Polónia | 56,9% | 24,8% | 18,2% | 14,5% | 17,3% | 24,0% | Colômbia | 70,3% | 44,7% | 33,1% | 24,3% | 14,3% | 47,4% | Taxa de Rotatividade* | | | | | Género | | Total | Mulheres | Homens | Grupo | 24,7% | 37,6% | 27,7% | Portugal | 26,7% | 40,3% | 31,4% | Polónia | 22,7% | 31,1% | 24,0% | Colômbia | 46,1% | 48,4% | 47,4% | |
| Portugal | 107,8% | 30,5% | 16,4% | 10,9% | 5,4% | 35,0% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Polónia | 78,0% | 29,6% | 19,9% | 15,6% | 10,9% | 28,5% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colômbia | 93,1% | 51,2% | 26,8% | 15,3% | 0,0% | 54,5% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Taxa de Novas Contratações* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Género | | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Mulheres | Homens | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo | 29,4% | 41,0% | 32,1% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Portugal | 29,5% | 45,6% | 35,0% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Polónia | 28,2% | 30,2% | 28,5% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colômbia | 50,2% | 58,1% | 54,5% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Taxa de Rotatividade* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo | Idade | | | | | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 18-24 | 25-34 | 35-44 | 45-54 | >55 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo | 67,9% | 28,9% | 18,5% | 13,3% | 15,2% | 27,7% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Portugal | 82,9% | 31,4% | 16,8% | 10,9% | 12,9% | 31,4% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Polónia | 56,9% | 24,8% | 18,2% | 14,5% | 17,3% | 24,0% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colômbia | 70,3% | 44,7% | 33,1% | 24,3% | 14,3% | 47,4% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Taxa de Rotatividade* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Género | | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Mulheres | Homens | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Grupo | 24,7% | 37,6% | 27,7% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Portugal | 26,7% | 40,3% | 31,4% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Polónia | 22,7% | 31,1% | 24,0% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colômbia | 46,1% | 48,4% | 47,4% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|------------------|------------------|--|--|--------|--|-------|----------|--------|---|--------|--------|---------|---|-------|-------|-------|---|-------|-------|-------|---------------------|-----|-----|-----|---------------------|
| 401-2 | Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial. | ✓ Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.5. "Reconhecer com Justiça e Competitividade". | SDG 3, 5 e 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 401-3 | Licença parental. | <p>✓</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="3">Licença Parental</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores com direito a licença parental*</td> <td>94.507</td> <td>28.951</td> <td>123.458</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que gozaram de licença parental</td> <td>6.402</td> <td>1.327</td> <td>7.729</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso**</td> <td>2.621</td> <td>1.102</td> <td>3.723</td> </tr> <tr> <td>Taxa de retenção***</td> <td>90%</td> <td>82%</td> <td>87%</td> </tr> </tbody> </table> <p>*Face a 2020, o Grupo alterou a forma de reporte do indicador "Colaboradores com Direito a Licença Parental", considerando a totalidade das suas pessoas. Desde sempre que o Grupo Jerónimo Martins valoriza o direito à vida pessoal e à realização familiar dos colaboradores, assegurando os mesmos direitos a todos. ** Indicador novo face a 2020 ***A taxa de retenção corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença de parentalidade em 2020 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.</p> <p>O Grupo está a melhorar os seus sistemas para calcular a taxa de retorno ao trabalho.</p> | | Licença Parental | | | Género | | Total | Mulheres | Homens | Colaboradores com direito a licença parental* | 94.507 | 28.951 | 123.458 | Colaboradores que gozaram de licença parental | 6.402 | 1.327 | 7.729 | Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso** | 2.621 | 1.102 | 3.723 | Taxa de retenção*** | 90% | 82% | 87% | UNGC 6 SDG 5 e 8 |
| | Licença Parental | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Género | | | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Mulheres | Homens | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colaboradores com direito a licença parental* | 94.507 | 28.951 | 123.458 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colaboradores que gozaram de licença parental | 6.402 | 1.327 | 7.729 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso** | 2.621 | 1.102 | 3.723 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Taxa de retenção*** | 90% | 82% | 87% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

TRABALHO E RELAÇÕES COM A GESTÃO





| | | | |
|-------|--|--|----------------------|
| 402-1 | Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais. | ✓ O Grupo Jerónimo Martins segue os prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional. | UNGC 3 SDG 8 e 10 |
|-------|--|--|----------------------|

SAÚDE E SEGURANÇA DOS COLABORADORES




| | | | | |
|--------------|--|---|---|---------------------|
| 403-1 (2018) | Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho" e subsecção 6.3.8. "Conciliar os Contextos Profissionais e Pessoais". | SDG 8 |
| 403-2 (2018) | Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes. | ✓ | | UNGC 1 SDG 3 e 8 |
| 403-3 (2018) | Serviços de saúde do trabalho. | ✓ | | SDG 3 e 8 |
| 403-4 (2018) | Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho. | ✓ | | --- |
| 403-5 (2018) | Capacitação de colaboradores em saúde e segurança do trabalho. | ✓ | | SDG 8 |
| 403-6 (2018) | Promoção da saúde do colaborador. | ✓ | | SDG 3 |

| 403-8 (2018) | Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho. | ✓ | <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3"></th> <th colspan="2">Cobertura Sistema de Gestão de Saúde e Segurança</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Polónia</th> </tr> <tr> <th>Total</th> <th>Percentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema</td> <td>99.239</td> <td>100,0%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente</td> <td>99.239</td> <td>100,0%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa</td> <td>21.044</td> <td>21,2%</td> </tr> </tbody> </table> | | Cobertura Sistema de Gestão de Saúde e Segurança | | Polónia | | Total | Percentagem | Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema | 99.239 | 100,0% | Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente | 99.239 | 100,0% | Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa | 21.044 | 21,2% | SDG 8 |
|--|---|-------------|---|--|--|--|---------|--|-------|-------------|---|--------|--------|---|--------|--------|--|--------|-------|-------|
| | Cobertura Sistema de Gestão de Saúde e Segurança | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Polónia | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Total | Percentagem | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema | 99.239 | 100,0% | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado internamente | 99.239 | 100,0% | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colaboradores e trabalhadores não colaboradores cobertos pelo sistema que foi auditado ou certificado por uma entidade externa | 21.044 | 21,2% | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|--|----------------------------|--|--|--|--|--------|--|-------|----------|--------|--------|---|---|---|--|-----|----|-----|--------------------------------------|-------|-------|-------|----------------------------|-------------|------------|-------------|---------------|
| | | <p>A informação apresentada é referente ao sistema de gestão de saúde e segurança implementado na Biedronka. Neste âmbito são considerados 77.088 colaboradores e 22.151 trabalhadores não colaboradores.</p> <p>Por regra, todos os colaboradores estão cobertos pelo sistema. A auditoria externa apenas inclui uma amostra do total de colaboradores e trabalhadores não colaboradores.</p> <p>Em Portugal e na Colômbia, os trabalhadores não colaboradores também estão abrangidos pelos sistemas de saúde e segurança no trabalho dos respetivos países, de acordo com a legislação local.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 403-9 (2018) | Acidentes de trabalho. | <div style="text-align: right; margin-bottom: 10px;"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Acidentes de Trabalho*</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de consequência grave**</td> <td>17</td> <td>8</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de comunicação obrigatória</td> <td>2.874</td> <td>1.368</td> <td>4.242</td> </tr> <tr> <td>Total de horas trabalhadas</td> <td>138.774.094</td> <td>49.126.674</td> <td>187.900.768</td> </tr> </tbody> </table> </div> <p>*Não estão incluídos trabalhadores que não são colaboradores do Grupo. Atualmente, os sistemas de informação não permitem a recolha e tratamento destes dados, pelo que o Grupo continua a trabalhar na melhoria dos mesmos.</p> <p>**São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias.</p> <p>Em 2021, registaram-se cerca de 4 mil acidentes de trabalho em todo o Grupo, dos quais 25 resultaram em consequência grave, o que corresponde a um crescimento de 6,6% e 127,3% face ao ano anterior.</p> <p>A grande maioria dos acidentes relaciona-se com o esforço físico, queda, corte, entalamento, pancada ou choque com estrutura, devido a manipulação inadequada dos equipamentos ou comportamentos arriscados.</p> <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".</p> | Acidentes de Trabalho* | | | | | Género | | Total | Mulheres | Homens | Óbitos | 0 | 0 | 0 | Acidentes de consequência grave** | 17 | 8 | 25 | Acidentes de comunicação obrigatória | 2.874 | 1.368 | 4.242 | Total de horas trabalhadas | 138.774.094 | 49.126.674 | 187.900.768 | SDG 3, 8 e 16 |
| Acidentes de Trabalho* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Género | | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Mulheres | Homens | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Óbitos | 0 | 0 | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes de consequência grave** | 17 | 8 | 25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Acidentes de comunicação obrigatória | 2.874 | 1.368 | 4.242 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total de horas trabalhadas | 138.774.094 | 49.126.674 | 187.900.768 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 403-10 (2018) | Doenças profissionais. | <div style="text-align: right; margin-bottom: 10px;"> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">Doenças Profissionais*</th> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Género</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Doenças profissionais de comunicação obrigatória</td> <td>107</td> <td>14</td> <td>121</td> </tr> </tbody> </table> </div> <p>*Não estão incluídos trabalhadores que não são colaboradores do Grupo. Atualmente, os sistemas de informação não permitem a recolha e tratamento destes dados, pelo que o Grupo continua a trabalhar na melhoria dos mesmos.</p> <p>Em 2021, foram registadas 121 doenças profissionais, o que corresponde a um decréscimo de 9,7% em comparação com 2020.</p> <p>As principais doenças profissionais correspondem a tendinites (inflamações nos tendões), epicondilite (inflamações no cotovelo), periartrite (inflamações no ombro).</p> <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho".</p> | Doenças Profissionais* | | | | | Género | | Total | Mulheres | Homens | Óbitos | 0 | 0 | 0 | Doenças profissionais de comunicação obrigatória | 107 | 14 | 121 | SDG 3, 8 e 16 | | | | | | | | |
| Doenças Profissionais* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Género | | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Mulheres | Homens | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Óbitos | 0 | 0 | 0 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Doenças profissionais de comunicação obrigatória | 107 | 14 | 121 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 404-1 | Média de horas de formação por ano e por colaborador. | <p>O Grupo está a melhorar os seus sistemas para calcular a média de horas de formação por género e categoria profissional.</p> <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Capacitar para o Futuro".</p> | UNGC 6 SDG 4, 5, 8 e 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 404-2 | Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição. | <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.3. "Capacitar para o Futuro".</p> | SDG 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|---|-------------------------|--|--|-------|--------|--|----------|--------|--------------------------------|-------|-------|-------|-----------------------------------|--------|--------|--------|---|-------|-------|-------|--|-------|-------|-------|-------------------------|
| 404-3 | Percentagem de colaboradores que são regularmente alvo de avaliações de desempenho e de desenvolvimento da carreira. | <div style="text-align: center;"> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="3">Grupo</th> <th colspan="2">Colaboradores Alvo de Avaliação de Desempenho*</th> <th rowspan="3">Total</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Género</th> </tr> <tr> <th>Mulheres</th> <th>Homens</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Membros de Direções Executivas</td> <td>96,9%</td> <td>99,4%</td> <td>97,5%</td> </tr> <tr> <td>Gestores de Topo e Intermediários</td> <td>100,0%</td> <td>100,0%</td> <td>100,0%</td> </tr> <tr> <td>Colaboradores de Loja, CD e Escritórios</td> <td>97,1%</td> <td>98,6%</td> <td>97,8%</td> </tr> <tr> <td></td> <td>96,9%</td> <td>99,5%</td> <td>97,5%</td> </tr> </tbody> </table> </div> <p>*Em 2021 foram apenas considerados os colaboradores elegíveis para a avaliação de desempenho, de acordo com as Políticas de Avaliação de Desempenho em vigor a nível Corporativo e em cada uma das Companhias.</p> <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.4. "Fortalecer o Caminho e Expressão Individual".</p> | Grupo | Colaboradores Alvo de Avaliação de Desempenho* | | Total | Género | | Mulheres | Homens | Membros de Direções Executivas | 96,9% | 99,4% | 97,5% | Gestores de Topo e Intermediários | 100,0% | 100,0% | 100,0% | Colaboradores de Loja, CD e Escritórios | 97,1% | 98,6% | 97,8% | | 96,9% | 99,5% | 97,5% | UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 |
| Grupo | Colaboradores Alvo de Avaliação de Desempenho* | | | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Género | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Mulheres | Homens | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Membros de Direções Executivas | 96,9% | 99,4% | 97,5% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Gestores de Topo e Intermediários | 100,0% | 100,0% | 100,0% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Colaboradores de Loja, CD e Escritórios | 97,1% | 98,6% | 97,8% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 96,9% | 99,5% | 97,5% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 405-1 | Diversidade dos órgãos de governança e dos colaboradores. | <div style="text-align: center;">  </div> <p>A equipa Jerónimo Martins está descrita nos capítulos IV. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B. "Órgãos Sociais e Comissões", e Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.2. "As Nossas Pessoas", subsecção 6.2.1. "Distribuição de Colaboradores".</p> | UNGC 6 SDG 5 e 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 405-2 | Rácio entre o salário base e a remuneração das mulheres e dos homens. | <div style="text-align: center;">  </div> <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Acolher a Diversidade".</p> | UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLECTIVA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 407-1 | Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores". | UNGC 3 SDG 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TRABALHO INFANTIL | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 408-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores". | UNGC 5 SDG 8 e 16 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| TRABALHO FORÇADO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 409-1 | Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores". | UNGC 4 SDG 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| SEGURANÇA | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 410-1 | Formação em políticas e procedimentos de Direitos Humanos a equipas de segurança. | Atualmente, os sistemas de informação não permitem a recolha e tratamento de informação de trabalhadores não colaboradores, como é o caso das equipas de segurança, pelo que o Grupo continua a trabalhar na melhoria dos mesmos. | UNGC 1 SDG 16 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 412-1 | Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 412-2 | Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos. | <div style="text-align: center;">  </div> <p>O Grupo promove ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Conduta, da legislação laboral aplicável e das diretrizes "Labour Fundamental". Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente".</p> | UNGC 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 412-3 | Acordos significativos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos. | Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores". | UNGC 2 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| COMUNIDADES LOCAIS | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 413-1 | Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas. | <div style="text-align: center;">  </div> <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes".</p> | UNGC 1 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

| GRI Standard | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|---|--|--|-----------------------------|
| 414-1 | Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais. |  <p>Em 2021, o Grupo auditou 323 novos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, sendo que 99% foram também avaliados nas componentes relativas a práticas laborais (ex.: existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de administração de formação adequada ao exercício da função). Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p> | UNGC 2 e 8 SDG 5, 8 e 16 |
| 414-2 | Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e medidas tomadas. |  <p>Em 2021, dos 1.935 fornecedores de Marca Própria e perecíveis***, cerca de 90% foram sujeitos a avaliação de impacto social. Destes, 11 (menos de 1%) foram identificados como tendo práticas laborais com impactes negativos (ex.: inexistência e/ou má utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, incumprimento de regras de conduta e higiene pessoal, entre outros), em que 2 (18% dos não conformes) se comprometeram a implementar medidas corretivas. Para os 9 (82% dos não conformes) remanescentes, o Grupo terminou a relação comercial por incumprimento de um conjunto de aspectos, nos quais também se incluem os relacionados com os aspectos laborais. Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p> <p>***O mesmo fornecedor pode ter mais de uma localização. Nestes casos, cada localização é tratada de forma independente e contabilizada como tal. Assim, ainda que uma unidade de produção seja reprovada, e essa fique suspensa/rejeitada para fornecer o Grupo até implementação de acções corretivas, o fornecedor pode manter o fornecimento em caso de avaliação positiva nas restantes unidades de produção.</p> | UNGC 2 SDG 5, 8 e 16 |
| POLÍTICAS PÚBLICAS | | | |
| 415-1 | Contribuições para partidos políticos. | As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com . | UNGC 10 SDG 16 |
| SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES | | | |
| 416-1 | Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança. |  <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores".</p> | --- |
| MARKETING E ROTULAGEM | | | |
| 417-1 | Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção". | SDG 12 |

A tabela de indicadores acima segue a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) Standards. Salvo indicação em contrário os indicadores são reportados de acordo com a versão de 2016 dos GRI Standards.

Tabela 2 – Reporte de indicadores de desempenho Jerónimo Martins.

| Indicador Jerónimo Martins | Descrição | Evidências | Outros standards |
|----------------------------|---|---|------------------|
| JM 1 | Número de referências Nutri-Score em Portugal e na Polónia. |  <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade".</p> | SDG 3 e 12 |
| JM 2 | Número de produtos/referências de Marca Própria vegan, sem lactose e sem glúten em Portugal, Polónia e Colômbia. |  <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".</p> | SDG 3, 10 e 12 |
| JM 3 | Número de produtos de Marca Própria em Portugal e na Polónia que contém, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais, face ao número total de produtos alimentares. |  <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".</p> | SDG 3 e 12 |
| JM 4 | Número de produtos de Marca Própria em Portugal e na Polónia que contém, nos seus ingredientes diretos, potenciadores de sabor artificiais, face ao número total de produtos alimentares. |  <p>Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023".</p> | SDG 3 e 12 |

| Indicador Jerónimo Martins | Descrição | Evidências | Outros standards | |
|----------------------------|--|------------|--|------------------------------|
| JM 5 | Garantir a ausência de xarope de glucose e frutose nos produtos de Marca Própria na Polónia até ao fim de 2021. | | 66% do total de referências de Marcas Próprias na Polónia sem glucose-frutose. Padaria e Pastelaria com etiqueta de marcas próprias Biedronka: 98,6%. | SDG 3 e 12 |
| JM 6 | Garantir a ausência do corante anato na totalidade dos produtos de Marca Própria da gama de queijos da Biedronka até ao fim de 2021. | | 100% das referências consideradas livres do corante anato. | SDG 3 e 12 |
| JM 7 | Simbologia em bebidas alcoólicas de Marcas Próprias em Portugal e na Polónia: responsabilidade na condução, aviso para grávidas, e índice calórico. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade". | SDG 3 e 12 |
| JM 8 | Aumentar o número de locais com certificação ambiental para pelo menos 60% do total de centros de distribuição e unidades industriais (fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábricas de sopas e a fábrica de lacticínios Terra Alegre), até 2023. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | UNGC 8 SDG 7, 12 e 13 |
| JM 9 | Redução do consumo de energia em 10% (por 1.000 € de vendas) até 2023 face a 2017. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | UNGC 7 SDG 7, 12 e 13 |
| JM 10 | Redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% até 2023 (em megalitros por 1.000.000 € de vendas), face a 2017. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | UNGC 7 SDG 7, 12, 13 e 14 |
| JM 11 | Cálculo de redução de energia e água no âmbito do projeto Let's Go Green. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.3. "Gestão dos Consumos de Água e Energia". | UNGC 7 SDG 7, 12 e 13 |
| JM 12 | Redução em 5% das emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO ₂ e por mil paletes transportadas) até 2023, face a 2020. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | UNGC 7 SDG 7, 12 e 13 |
| JM 13 | Cálculo da quantidade de plástico em embalagens de Marca Própria e noutros plásticos de utilização única. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | SDG 12 e 13 |
| JM 14 | Cálculo de materiais evitados e outros benefícios ambientais do projeto de ecodesign de embalagens. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | SDG 12 e 13 |
| JM 15 | Garantir que pelo menos 12% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de ecodesign até 2023, face ao sortido de 2020. | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | SDG 12 e 13 |
| JM 16 | Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para | | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais | SDG 12 e 13 |

| Indicador Jerónimo Martins | Descrição | Evidências | Outros standards |
|----------------------------|--|------------|---|
| | 10% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2023. | | Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 17 | Reduzir em 5%, até 2023, o consumo de plástico (medido em toneladas por cada milhão de euros de vendas), face a 2018. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 18 | Reduzir em 15% o uso de plástico virgem nas embalagens de Marca Própria, embalagens de serviço, filme de paletização e sacos para transporte de compras, face a 2018. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 19 | Garantir uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2023. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 20 | Desperdício alimentar gerado pelas operações do Grupo (kg/ton de produto vendido). | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 21 | Limitar o desperdício alimentar a 16,1 kg por cada tonelada de alimentos vendidos. | ✓ | |
| JM 22 | Garantir que 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 23 | Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.4. "Produtos Certificados" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 24 | Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis e com volume de compras superior a 1,1 milhões de euros no período 2021-2023. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 25 | Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços. | ✓ | |
| JM 26 | Cálculo do consumo de commodities de desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira) em produtos de Marca Própria e perecíveis. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.1 "Combate à Desflorestação" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". |
| JM 27 | Porcentagem de ovos frescos de Marca Própria comercializados e que são provenientes de | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.3. "Práticas de Produção de Bem-estar Animal". |

| Indicador Jerónimo Martins | Descrição | Evidências | Outros standards | |
|----------------------------|---|------------|--|-------------------------|
| | ovos de galinhas não enjauladas. | | | |
| JM 28 | Conformidade com a Política de Pescado Sustentável do Grupo. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.2. Pescado Sustentável. | SDG 12 e 14 |
| JM 29 | Monitorização e divulgação de pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia Business For Societal Impact (B4SI). | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.2. "Gestão da Política de Apoio às Comunidades Envolventes" e secção 7. "Compromissos para 2021-2023". Ver canal "Responsabilidade", página "Apoiar as Comunidades Envolventes" no website www.jeronimomartins.com . | SDG 2, 3, 4, 10 e 17 |
| JM 30 | Na Polónia, expandir o programa de doações alimentares para organizações não-governamentais locais, abrangendo 70% das lojas. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 5. "Apoiar as Comunidades Envolventes", secção 5.3. "Apoios Diretos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | SDG 1, 2, 10 e 17 |
| JM 31 | Formação a colaboradores em Higiene e Segurança Alimentar. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar". | SDG 3 e 12 |
| JM 32 | Estágios em contexto real de trabalho. | ✓ | Em 2021, contamos com 722 estágios em contexto real de trabalho em todo o Grupo. | SDG 8, 10 e 17 |
| JM 33 | Programas de talento jovem. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.2. "Acolher a Diversidade". | SDG 8 e 10 |
| JM 34 | Colaboradores promovidos. | ✓ | | SDG 8 e 10 |
| JM 35 | Colaboradores em situação de mobilidade internacional. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.4. "Fortalecer o Caminho e Expressão Individual". | --- |
| JM 36 | Mobilidades internas. | ✓ | | --- |
| JM 37 | Medidas de Responsabilidade Social Interna. | ✓ | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.9. "Apoiar os Colaboradores e suas Famílias". | SDG 8 e 10 |
| JM 38 | Políticas de Recursos Humanos. | ✓ | As políticas de Recursos Humanos em vigor fomentam uma cultura de alinhamento entre geografias, o cumprimento da legislação e regulamentação, justiça e meritocracia, e sustentabilidade na criação de valor ao longo de todo o ciclo de vida do colaborador. Existiam, em 2021, um total de 71 políticas globais internas direcionadas aos colaboradores: recrutamento e seleção, acolhimento, gestão de conhecimento, gestão de desempenho, salário base, entre outras. Em termos de políticas locais partilham-se de seguida alguns exemplos. Em Portugal, a política de intervenção em situações de violência doméstica, prevenção e combate a assédio e discriminação, administração de RH e processamento salarial, entre outras. Na Polónia, a política de gestão de performance, serviços do colaborador, política sindical, entre outras. Na Colômbia, a política de acolhimento, gestão do desempenho, recrutamento e seleção, entre outras. Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 |

Tabela 3 – Reporte de indicadores da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

| TCFD | Descrição | Evidências |
|-----------------------------|--|--|
| GOVERNANCE | | |
| a) | Descrição da supervisão do Conselho de Administração sobre os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)". 2021 CDP Climate: Question C1.1b. |
| b) | Descrição do papel da gestão na avaliação e gestão dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)". 2021 CDP Climate: Question C1.2. 1.2a. |
| ESTRATÉGIA | | |
| a) | Descrição dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas identificados pela organização a curto, médio e longo prazo. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)". 2021 CDP Climate: Question C2.1. 2.1a, 2.3, 2.3a, 2.4, 2.4a. |
| b) | Descrição do impacto dos riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas nos negócios, estratégia e planeamento financeiro da organização. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)". 2021 CDP Climate: Question C2.2, 2.3, 2.3a, 2.4, 2.4a, 3.1, 3.1a, 3.1b, 3.2a, 3.3, 3.4, 3.4a. |
| c) | Descrição da resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários relacionados com as alterações climáticas, incluindo um cenário de 2°C ou inferior. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)". 2021 CDP Climate: Question C3.2, 3.2a. |
| GESTÃO DE RISCO | | |
| a) | Descrição dos processos utilizados pela organização para identificar e avaliar os riscos associados às alterações climáticas. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III - "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". 2021 CDP Climate: Question C2.1, 2.1a, 2.2, 2.2a. |
| b) | Descrição dos processos da organização para gerir os riscos relacionados com as alterações climáticas. | |
| c) | Descrição de como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos relacionados com as alterações climáticas são integrados na gestão global dos riscos da organização. | |
| MÉTRICAS E OBJETIVOS | | |
| a) | Divulgação das métricas utilizadas pela organização para avaliar os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas de acordo com a sua estratégia e processo de gestão de risco. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)". 2021 CDP Climate: Question C4.2, 4.2a, 4.2b. |
| b) | Divulgação das emissões de gases com efeito de estufa de âmbito 1, âmbito 2 e, se aplicável, âmbito 3, e os riscos associados. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.1. "Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)" e subsecção 3.3.2. "Pegada de Carbono". 2021 CDP Climate: Sections C4, C5, C6 and C7. |
| c) | Descrição dos objetivos utilizados pela organização para gerir os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas e o seu desempenho. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". 2021 CDP Climate: Section C4. |

Tabela 4 – Reporte de indicadores segundo o Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

| SASB | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|--------------|--|---|---|
| FB-FR-110a.1 | Combustível da frota consumido, percentagem renovável. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7 e 8 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13 |
| FB-FR-110b.1 | Emissões de GEE de âmbito 1 associadas a gases refrigerantes. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7 e 8 GRI 305-1 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 |
| FB-FR-110b.2 | Percentagem de gases refrigerantes sem potencial de destruição da camada do ozono. | Mais de 99,9% das emissões de gases refrigerantes não têm potencial de destruição da camada do ozono. Em 2021 verificou-se a emissão de 4,65 kg de CFC-11 eq., associado à utilização de hidroclorofluorocarbonos, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam <0,1% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo. | UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3 e 12 |

| SASB | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|--------------|---|---|--|
| FB-FR-130a.1 | (1) Energia consumida, (2) Percentagem de eletricidade da rede, (3) Percentagem de energia renovável. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7, 8 e 9 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13 |
| FB-FR-150a.1 | Desperdício alimentar gerado, percentagem desviada do fluxo de gestão de resíduos. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | JM 20; JM 21 SDG 2, 12 e 13 |
| FB-FR-230a.2 | Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar os riscos de segurança dos dados. | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B. "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II - "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade". | --- |
| FB-FR-250a.2 | (1) Número de recalls, (2) número de unidades de recalls, (3) Percentagem de recalls, em unidades, que são referentes a produtos de Marcas Próprias. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.3. "Qualidade e Segurança Alimentar", subsecção 2.3.4. "Recolha de Produtos Alimentares". | SDG 12 |
| FB-FR-260a.2 | Descrição dos processos utilizados para identificar e gerir os produtos e ingredientes associados às preocupações dos consumidores em termos de nutrição e saúde. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 2. "Promover a Saúde pela Alimentação", secção 2.2. "Qualidade e Diversidade". | SDG 3 e 12 GRI 416-1 |
| FB-FR-310a.2 | Percentagem de colaboradores ativos com acordos coletivos de trabalho. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 3 GRI 102-41 SDG 8 e 10 |
| FB-FR-430a.1 | Percentagem de vendas associada a produtos com certificação externa de sustentabilidade. | Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 7% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2023. | JM 23 SDG 12 |
| FB-FR-430a.2 | Percentagem de vendas de (1) ovos provenientes de galinhas não enjauladas, e (2) suíno produzido sem recurso à utilização de jaulas de gestação. | Para o ponto (1), ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção". | JM 27 SDG 12 e 15 |
| FB-FR-430a.3 | Descrição da estratégia de gestão de riscos ambientais e sociais na cadeia de abastecimento, incluindo bem-estar animal. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secções 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção" e 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores", e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | UNGC 7 GRI 103-2 GRI103-3 SDG 12 e 15 |
| FB-FR-430a.4 | Discussão da estratégia adotada na redução dos impactes ambientais associados à utilização de embalagens. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | UNGC 7 e 8 GRI 103-2 GRI103-3 GRI 301-1 SDG 8 e 12 |
| FB-FR-000.A | Número de (1) localização de atividades de distribuição, e de (2) centros de distribuição. | Relativamente ao ponto (1), esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página " Comunicados ". Para o ponto (2), ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | --- |
| FB-FR-000.B | Área total de (1) lojas e (2) centros de distribuição. | Para o ponto (1), esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página " Comunicados ". | --- |
| FB-FR-000.C | Número de veículos na frota comercial. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas", subsecção 3.3.4. "Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos". | --- |


Tabela 5 – Regulatory Technical Standards para a divulgação de indicadores ESG (SFDR-RTS).

| SFDR - RTS | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|------------|--|--|---|
| Principal | Emissões diretas de GEE (Âmbito 1) | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7 e 8 GRI 305-1 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 |
| Principal | Emissões indirectas de GEE (Âmbito 2). | | UNGC 7 e 8 GRI 305-2 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 |

| SFDR - RTS | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|------------|--|---|--|
| Principal | Outras emissões indirectas de GEE (Âmbito 3). | | UNGC 7 e 8 GRI 305-3 SDG 3, 12, 13, 14 e 15 |
| Principal | Total de emissões de GEE | | UNGC 8 e 9 GRI 305-4 GRI 305-5 SDG 13, 14 e 15 |
| Principal | Taxa de consumo e produção de energia não-renovável | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7, 8 e 9 GRI 302-1 SDG 7, 8, 12 e 13 |
| Principal | Intensidade do consumo de energia | | |
| Principal | Atividades que afetam negativamente a biodiversidade e áreas sensíveis | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.2. "Preservação da Biodiversidade" e subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção". | UNGC 8 GRI 304-1 GRI 304-2 GRI 304-3 GRI 304-4 SDG 6, 14 e 15 |
| Principal | Taxa de resíduos perigosos | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e 3.4.3. "Gestão de Resíduos". | UNGC 8 GRI 306-2 SDG 3, 6, 11 e 12 |
| Principal | Diversidade de género no Conselho de Administração | Ver Cap. 4. "Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna". | --- |
| Adicional | Emissões de substâncias depletoras da camada do ozono. | Este aspeto não é material. Não obstante, em 2021 verificou-se a emissão de 4,65 kg de CFC-11 eq., associado à utilização de hidroclorofluorocarbonos, em equipamentos de ar condicionado na Colômbia que fazem parte do imobilizado de lojas adquiridas. Estes representam <0,1% do total deste tipo de equipamentos utilizados nas Companhias do Grupo. | UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3, 12, 14 e 15 |
| Adicional | Iniciativas de redução das emissões de carbono. | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7, 8 e 9 GRI 305-5 SDG 13, 14 e 15 |
| Adicional | Uso e reciclagem da água | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7, 8 e 9 GRI 303-3 GRI 303-4 GRI 303-5 SDG 6 e 12 |
| Adicional | Política de gestão da água | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas". | UNGC 7 e 8 GRI 303-1 GRI 303-2 SDG 6 e 12 |
| Adicional | Práticas de sustentabilidade do oceano | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulos 3. "Respeitar o Ambiente", secção e 3.4. "Principais Consumos de Materiais e Gestão de Resíduos" e 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.2. "Pescado Sustentável". | UNGC 7 e 9 |
| Adicional | Taxa de resíduos não valorizados | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 3. "Respeitar o Ambiente", secção 3.3. "Combate às Alterações Climáticas" e 3.4.3. "Gestão de Resíduos". | UNGC 8 GRI 306-2 SDG 3, 6, 11 e 12 |
| Adicional | Políticas de combate à desflorestação | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.3. "Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção", subsecção 4.3.1. "Combate à Desflorestação" e subcapítulo 7. "Compromissos para 2021-2023". | UNGC 7 JM 26 |
| Adicional | Política de prevenção de acidentes de trabalho | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 2 |
| Adicional | Taxa de acidentes de trabalho | Em 2021, registaram-se cerca de 4 mil acidentes de trabalho em todo o Grupo (mais 6,6% do que em 2020), dos quais 25 resultaram em consequência grave (mais 127,3% face ao ano anterior). A grande maioria dos acidentes relaciona-se com o esforço físico, queda, corte, entalamento, pancada ou choque com estrutura, devido a manipulação inadequada dos equipamentos ou comportamentos arriscados. Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho". | GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 410-1 SDG 3, 8 e 16 |
| Adicional | Número de dias de trabalho perdidos por lesões, acidentes, fatalidades ou doenças profissionais. | Embora não reportemos estes indicadores, a informação sobre as práticas em matéria de saúde e segurança no trabalho podem ser consultada em Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.7. "Proteger com as Melhores Condições de Trabalho". | GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 410-1 SDG 3, 8 e 16 |
| Adicional | Código de Conduta de Fornecedores | Ver canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", para consultar o Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com . | UNGC 10 |

| SFDR - RTS | Descrição | Evidências | Outros Standards |
|------------|--|--|---|
| Adicional | Mecanismo de tratamento de queixas/reclamações de colaboradores da empresa | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 10 |
| Adicional | Políticas de proteção aos denunciantes | Ver Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente", website da Comissão de Ética (em quatro línguas, www.comissaodeetica.jeronimomartins.com) e Código de Conduta Jerónimo Martins no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com . | UNGC 10 |
| Adicional | Política de Direitos Humanos. | Ver Código de Conduta Jerónimo Martins e Código de Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com . | UNGC 1 e 2 |
| Adicional | Processo de diligência devida para identificar, prevenir e abordar os impactos adversos de Direitos Humanos. | Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores", e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 1 e 2 GRI 407-1 GRI 408-1 GRI 409-1 GRI 412-1 GRI 412-2 GRI 412-3 GRI 414-1 GRI 414-2 SDG 5, 8 e 16 |
| Adicional | Políticas de prevenção de tráfico de seres humanos. | Ver Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", no website www.jeronimomartins.com . | UNGC 1 e 2 |
| Adicional | Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil | Cap. 5. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor", subcapítulo 4. "Comprar com Responsabilidade", secção 4.4. "Seleção e Acompanhamento de Fornecedores", e subcapítulo 6. "Ser um Empregador de Referência", secção 6.3. "As Nossas Áreas de Intervenção", subsecção 6.3.11. "Agir Eticamente". | UNGC 1 e 2 GRI 407-1 GRI 408-1 GRI 409-1 GRI 412-1 GRI 412-2 GRI 412-3 GRI 414-1 GRI 414-2 SDG 5, 8 e 16 |
| Adicional | Políticas anticorrupção e anti-suborno | Consulte o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no canal "Responsabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa", bem como a Política Anti-Corrupção (no canal "Sobre Nós"), disponíveis para consulta em www.jeronimomartins.com . | UNGC 10 |

Legenda:

 Indicador verificado por entidade externa e independente.

A indicação "UNGC X" refere-se aos [Princípios do Pacto Global das Nações Unidas](#).

A indicação "SDG X" refere-se aos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(SDG\) das Nações Unidas](#).



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relatório de Responsabilidade Corporativa

Ao Conselho de Administração de
Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A.

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração de Jerónimo Martins, S.G.P.S, S.A. para procedermos à revisão independente do capítulo “Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor”, incluído no Relatório e Contas 2021, adiante designado por “Relatório de Responsabilidade Corporativa”, relativamente ao seu desempenho em sustentabilidade no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de Responsabilidade Corporativa bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita que a informação apresentada esteja isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e descritos na secção “Âmbito” abaixo.

Âmbito

4. O trabalho que realizámos foi planeado e executado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000 – Revista) – “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica” emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*, para um nível de garantia limitada de fiabilidade sobre se os indicadores GRI e indicadores específicos identificados no subcapítulo “Tabela de Indicadores” do Relatório de Responsabilidade Corporativa, como “Indicador verificado por entidade externa e independente”, estão isentos de distorções materialmente relevantes.
5. Os procedimentos executados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, variam quanto à natureza e à tempestividade, e são menos extensos do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, e por conseguinte, proporcionam menor segurança do que um trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos de revisão independente consistiram em:
 - ▶ Indagações ao órgão de gestão para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e o conhecimento dos intervenientes sobre as matérias incluídas no relato;
 - ▶ Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados relativos ao ano de 2021;
 - ▶ Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efetuados pelo órgão de gestão, bem como testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa incluída no relato;
 - ▶ Confirmação da observância por parte dos responsáveis de determinadas unidades operacionais das instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho; e
 - ▶ Verificação da conformidade da informação constante no Relatório de Responsabilidade Corporativa com o resultado do nosso trabalho.
6. Relativamente às normas de reporte de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI Standards*, o nosso trabalho consistiu na aferição da auto-avaliação feita pelo órgão de gestão sobre a opção de aplicação das *GRI Standards* e do cumprimento do disposto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais (divulgação de informação não financeira) e no artigo 245-A, al. r) do Código dos Valores Mobiliários (divulgação da política de diversidade relativamente aos órgãos de administração e de fiscalização).

Qualidade e independência

7. Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis e cumprimos com os requisitos de independência e ética do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)* e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

8. Com base no trabalho efetuado e evidência obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os indicadores identificados no parágrafo 4 acima, para o período findo em 31 de dezembro de 2021, não estejam isentos de distorções materialmente relevantes. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relatório de Responsabilidade Corporativa não inclui os dados e a informação requeridos para uma opção "De acordo - Essencial" tal como definido pelas *GRI Standards*, pelo artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais e pelo artigo 245-A al. r) do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 17 de março de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Manuel Ladeiro de Carvalho Coelho da Mota - ROC nº 1410
Registado na CMVM com o nº 20161020

Jerónimo Martins

Rua Actor António Silva, n.º 7

1649-033 Lisboa

Tel.: +351 21 753 20 00

Fax: +351 21 752 61 74

www.jeronimomartins.com